

Marco Pais Neves dos Santos

**PERCEÇÃO DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE CASCAIS SOBRE A PESCA
AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL**

**Dissertação de Mestrado em
Cidadania Ambiental e Participação**

JULHO DE 2012

**Orientadora
Professora Doutora Sónia Seixas**

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.univ-ab.pt

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Sónia Seixas.

(Documento redigido em conformidade com o novo acordo ortográfico¹)

¹ Adotamos como fonte primária a obra: *Acordo Ortográfico: As novas regras - Todas as palavras que mudam*. Porto: Porto Editora, 2012 (ISBN 978-972-0-31946-3).

DECLARAÇÕES

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 18 de junho de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, 18 de julho de 2012

Aos que nunca ajudaram, colaboraram ou influenciaram

Obrigado

Aos que sempre contribuíram, cooperaram e apadrinharam

Muito Obrigado

AGRADECIMENTOS

A minha primeira palavra de agradecimento, como não poderia deixar de ser, vai para os pescadores de Cascais, sem exceção, com quem estabeleci uma relação de confiança, apesar de todas as dificuldades, e de quem absorvi saber impossível de mensurar por palavras. Apesar de inicialmente um local desconhecido e distante, a simpatia inicial de alguns pescadores fez-me sentir em casa, num ambiente não muito distinto da minha proveniência, porque senti estar entre pessoas humildes que se dedicam a uma vida de esforço por pouco. Sem querer particularizar, cumpre-me agradecer em especial ao Miguel Diogo, Mestre e dono da embarcação *Horizonte Aberto*, e restantes pescadores da embarcação, porque tiveram de suportar durante uma noite inteira de faina, no dia 25 de abril, os meus enjoos a bordo.

A segunda, mais que merecida, vai para a orientação dada pela Professora Doutora Sónia Seixas, de quem recebi muito apoio, conforto, e o principal, o “bichinho” das pescas e do mar, que permitiu realizar este trabalho. O carinho que a Professora Sónia tem por Cascais, seu berço, e o gosto pelos recursos marinhos, área de formação, foi contagiante e reforçou a vontade de desbravar o conhecimento piscatório mesmo contra ventos hostis.

A terceira, distribui-se por um público extenso e variado, muito importante, que esteve sempre presente, apesar de algumas vezes ter sido complicado perceber os motivos da minha ausência. Sem querer particularizar, até porque os mencionados sabem quem são, e o quão são importantes na minha vida, tenho de referir os que tiveram uma importância direta neste trabalho. Desde logo os familiares mais próximos, nomeadamente o meu irmão João Santos, mas também as amigas Kátia Souza, Rodica Postolachi e Patrícia Garcia, e amigos Jorge Pinto e Eduardo Gomez, que sentiram as minhas resmunguices (vão sentir falta da minha reclamação “*não tenho tempo*”). Não poderia esquecer a Cristiane Fialho, que voluntariamente se dispôs a ajudar-me indicando contactos de pescadores, e a ouvir-me no decorrer da redação do texto; a Sandra Cristina Lourenço, pela descontração do passeio pelo Paredão do Estoril, após longas horas de trabalho na Biblioteca de São Domingos de Rana; os colegas de trabalho e a própria instituição, que permitiu o uso de férias para poder avançar com a realização dos inquéritos; e todos os colegas e professores universitários com quem tive o privilégio de trocar conhecimento, de comentar particularismos, e de descontrair em alturas de maior pressão, nomeadamente os amigos Gustavo Boto e Sérgio Caldeira, lembrados para a posterioridade pelo companheirismo dos almoços na FCSH-UNL. Para concluir, não poderia esquecer alguém muito especial, Cássia Batista de Souza, pelo incomensurável apoio ao longo da parte curricular do mestrado.

Agradeço ainda às seguintes instituições abaixo descritas, pelas pessoas mensuradas, todo o apoio, recursos, e acompanhamento:

- Paula Cristina Ramalho, funcionária da DGPA (redenominada DGRM), pelo envio dos dados da série estatística «Recursos da Pesca» relativos às pescas, apanha de algas e extração de sal, para o período compreendido entre 1987 e 2011.
- Hugo Miguel Santos Silva, funcionário da Docapesca de Cascais, com quem as longas conversas informais, fora do horário de expediente, muito serviram para melhor conceber as propostas de solução para melhorar a situação atual.
- Maria Fernanda de Laura Elias, funcionária da Capitania do Porto de Cascais, pela colaboração no levantamento das cédulas marítimas e embarcações inscritas nesta Capitania ao longo do século XX, porque para isso abdicou de algumas, muitas, horas particulares de descanso.
- Ana Ferreira, funcionária da Agência Cascais Atlântico, por ter cedido o Estudo Socioeconómico relativo ao Emprego e dependência das Pescas no Concelho de Cascais, Agencia Cascais Atlântico.
- António Manuel Matias Carvalho, Presidente da APPC, pelo tempo dispensado para a validação do inquérito a aplicar à totalidade da CPC, e ainda por ter respondido ao próprio inquérito enquanto pescador de longa experiência.
- António Gorge Carmo Ramos, Presidente da AAPC, e Manuel Lorigo, também responsável desta Associação, pelo tempo disponibilizado para estruturação e validação do inquérito, e por terem aceitado responder ao próprio inquérito na qualidade de profundos conhecedores da história passada e atual das pescarias cascaenses.

A todos os que não foram referidos, mas que participaram, o meu muito obrigado.

RESUMO

PERCEÇÃO DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE CASCAIS SOBRE A PESCA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS

A comunidade de Pescadores de Cascais, possuidora de uma prestigiante ligação histórica às pescas e ao oceano, sempre mostrou dependência dos recursos marinhos para sobreviver, e sempre teve na dependência a coesão social municipal, por via do emprego direto e indireto, neste momento associado a setores a montante e jusante das pescas, onde se destaca o comércio, gastronomia e turismo. Apesar de ser considerada estratégica para a dinamização local, ainda não erradicou completamente atuações deploráveis contra o ecossistema marinho, sua fonte de rendimento, colocando em causa o equilíbrio da biota, e em último lugar a sua própria existência. É urgente uma simbiose entre a oferta do oceano e a procura dos pescadores.

Para transformar o comportamento da comunidade, tornando-o mais sustentável, foi necessário saber como esta pensa e atua, para que as propostas de alteração sejam direcionadas. Para isso aplicaram-se dois inquéritos, um no âmbito da compreensão da sustentabilidade dos recursos marinhos, outro para avaliação do processo de certificação do *Polvo de Cascais*, que já leva um ano de vigência.

O primeiro avaliou os conhecimentos dos marítimos sobre a sustentabilidade dos recursos marinhos, e sobre as práticas conducentes a uma maior sustentabilidade, determinou a dependência dos recursos, e reportou que a comunidade tem um bom nível de conhecimento das problemáticas relacionadas com a sustentabilidade das pescas. Ainda permitiu identificar atitudes insustentáveis, sobretudo no que se refere às capturas, e diagnosticou o que na opinião dos marítimos determina a atual crise de sobre-exploração de algumas espécies, o que isso representa, e o que estão dispostos a fazer para reequilibrar as populações.

O segundo avaliou o grau de execução do processo de certificação, e a criação da marca *Polvo de Cascais*, enquanto iniciativa promotora de uma pesca consciente, dinamizadora da economia local e impulsionadora de um consumo de maior qualidade, portanto um instrumento ao serviço do Desenvolvimento Sustentável. Permitiu concluir que o processo foi pouco conseguido e inofensivo (sem resultados), por falta de estrutura e planeamento, empreendedorismo, e devido à deficiente implementação e ao reduzido empenho de todos os intervenientes no processo. Esta iniciativa ainda continua a merecer o apoio dos marítimos mas provou requerer vários ajustamentos, pelo que se consubstanciaram sinergias num bloco final de soluções alternativas à situação atual, de apoio à decisão do poder local, nas quais os pescadores sentem confiança, e com as quais concordam colaborar na sua implementação, gestão e monitorização.

Os resultados convergiram quanto à necessidade da utilização consciente dos recursos marinhos, especialmente dos haliêuticos, porque possuem potencial para dinamizar os vários setores económicos de Cascais.

PALAVRAS-CHAVE: Cascais, Polvo, Pescas, Pescadores, Recursos Marinhos, Sustentabilidade, Certificação Ambiental, Ética e Cidadania Ambiental.

SUMMARY

THE PERCEPTION OF THE FISHING COMMUNITY OF CASCAIS ABOUT ENVIRONMENTALLY SUSTAINABLE FISHING

MARCO DOS SANTOS PAIS NEVES

The fishing community of Cascais, owner of a prestigious historical connection to fisheries and to the ocean, has always been dependent on marine resources to survive, which gave it a local social cohesion, through the direct and indirect employment, currently associated to upstream and downstream sectors of fisheries, where it is noted the trade, the gastronomy and the tourism. Although it is considered strategic to the local regeneration, it has not completely eradicated deplorable actions against the marine ecosystem, their source of income, jeopardizing the balance of biota and its existence. It's important to create a symbiosis between what the ocean can supply and what fishermen demand.

To transform the behaviour of the community, making it more sustainable, we needed to know how it thinks and acts, so that we can direct the proposed changes. For this purpose we applied two surveys: one in the understanding of the sustainability of marine resources, and the other to evaluate the certification process of the *Octopus of Cascais*, which already has a year of duration.

The first survey evaluated the knowledge of seafarers about the sustainability of marine resources and the practices leading to greater sustainability. It determined the dependence of resources, and reported that the community has a good knowledge of issues related to sustainable fisheries. It also allowed to identify unsustainable attitudes, mainly about the captures, and to diagnose (according to the seafarers) what determines the current crisis of overfishing of some species, what it represents, and what they are willing to do to rebalance the populations.

The second survey evaluated the degree of implementation of the certification process, and the branding of *Octopus of Cascais* (*Polvo de Cascais*tm) as an initiative that promotes a conscious fishing, dynamizing the local economy and stimulating a consumption of higher quality, so an instrument for Sustainable Development. It concluded that the process was poorly achieved and harmless (without results), due to a lack of structure and planning, entrepreneurship, and to the poor implementation and the reduced commitment of all the people involved in the process. This initiative continues to have the support of seafarers but it proved to require several adjustments, so synergies were merged into a final block of alternatives to the current situation, supporting the local government decisions, in which fishermen feel confident, and with which they agree to collaborate in its implementation, management and monitoring.

The results converged on the need for wise use of marine resources, especially fisheries, because they have the potential to boost the several economic sectors of Cascais.

KEYWORDS: Cascais, Octopus, Fisheries, Fishermen, Marine, Sustainability, Environmental Certification, Environmental Ethics and Citizenship

RESUMEN

PERCEPCIÓN DE LA COMUNIDAD PESQUERA DE CASCAÍS SOBRE LA PESCA

AMBIENTALMENTE SOSTENIBLE

MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS

La comunidad de Pescadores de Cascais, poseedora de una prestigiosa relación histórica con el arte de la pesca y el océano, siempre mostro dependencia de los recursos marinos para sobrevivir, y siempre tuvo también en esa dependencia su cohesión social municipal, mediante empleo directo e indirecto, en este momento asociado de principio a fin al sector pesquero, donde destaca el comercio, la gastronomía y el turismo. A pesar de ser considerada estratégica para la dinamización local, todavía no ha erradicado totalmente algunas actuaciones deplorables contra el ecosistema marino, su fuente de rendimientos, colocando en causa el equilibrio de su biodiversidad, y en último lugar su propia existencia. Es urgente una simbiosis entre la oferta del océano y la demanda de los pescadores.

Para transformar el comportamiento de dicha comunidad, transformándolo en un modelo sostenible, fue necesario conocer su manera de pensar y actuar, de modo que las propuestas de alteración sean correctamente dirigidas. Para ello se aplicaron dos modelos de encuesta, uno en el ámbito de la comprensión de la sostenibilidad de los recursos marinos, otro para la evaluación del proceso de certificación del *Pulpo de Cascais*, ya vigente desde hace un año.

El primer modelo, evaluó los conocimientos de los marineros sobre la sostenibilidad de los recursos marinos, y sobre las prácticas que conducen a una mayor sostenibilidad, determinó la dependencia de los recursos, y demostró que la comunidad tiene un alto nivel de conocimiento acerca de las problemáticas relacionadas con la sostenibilidad de las pescas. También permitió identificar actitudes intolerables, sobre todo en lo que se refiere a las capturas, y diagnosticó lo que en opinión de los pescadores determina la actual crisis de sobreexplotación de algunas especies, lo que esto significa, y lo que están dispuestos a hacer para reequilibrar las poblaciones de tales especies.

La segunda encuesta, evaluó el grado de ejecución del proceso de certificación, y la creación de la marca Pulpo de Cascais (*Polvo de Cascais*), representando una iniciativa promotora de una pesca consciente, dinamizadora de la economía local y propulsora de un consumo de mayor calidad, por tanto un instrumento al servicio del Desarrollo Sostenible. Permitted concluir que dicho proceso no fue muy exitoso (sin resultados), debido a la falta de estructura y planificación, falta de emprendedores, y también debido a la deficiente implementación y al reducido empeño por parte de todos los elementos intervinientes en el proceso. Esta iniciativa aun continua mereciendo el apoyo de los marineros, pero demostró requerir algunos ajustes, por lo que se reunieron sinergias en un bloque final de soluciones alternativas a la situación actual, de apoyo a la decisión del poder local, en las cuales los pescadores depositan su confianza, y con las cuales acuerdan colaborar en su implementación, gestión y monitorización.

Los resultados irán destinados a la necesidad de una utilización consciente de los recursos marinos, especialmente de los pesqueros, ya que estos poseen el potencial para dinamizar los diferentes sectores económicos de Cascais.

PALAVRAS-CLAVE: Cascais, Pulpo, Pescas, Pescadores, Recursos Marinos, Sostenibilidad, Certificación Ambiental, Ética e Ciudadanía Ambiental.

ZUSAMMENFASSUNG

DIE WAHRNEHMUNG DER GEMEINSCHAFT VON FISCHERN IN CASCAIS ÜBER DIE ÖKOLOGISCH NACHHALTIGEN FISCHEREI MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS

Die Gemeinde von Fischern in Cascais, die über einer prestigeträchtigen historischen Verbindung zur Fischerei und dem Ozean besitzt, zeigt immer die Abhängigkeit von marine Ressourcen für das Überleben, und war schon immer abhängig von den örtlichen sozialen Zusammenhalt. Über die direkte und indirekte Beschäftigung, zur Zeit mit vor- und nachgelagerten Sektoren der Fischerei, die den Handel, Gastronomie und touristischen Highlights verbinden. Obwohl sie als strategisch für die lokale Regeneration gilt, hat sie noch nicht vollständig die beklagenswerten Handlungen gegen das marine Ökosystem beseitigt, ihre Einkommensquelle, gefährdet das Gleichgewicht der Flora und Fauna, und schließlich seine Existenz. Eine Symbiose zwischen den Angebot des Ozeans und Nachfrage von den Fischern ist notwendig.

Um das Verhalten der Gemeinde zu verwandeln, so dass es nachhaltiger wird, müssen wir wissen, wie sie denkt und handelt, so dass die vorgeschlagenen Änderungen gerichtet sind. Zu diesem Zweck wandten wir zwei Umfragen, eines im Verständnis über die Nachhaltigkeit der Ressourcen des Meeres, das andere über den Zertifizierungsprozess der Krake von Cascais, die bereits seit einem Jahr beobachtet wird.

Die erste beurteilt die Kenntnisse der Seeleute auf die Nachhaltigkeit der Meeresressourcen, und die Praktiken die zu mehr Nachhaltigkeit führen, es hat die Abhängigkeit von bestimmten Ressourcen festgestellt, und berichtet, dass die Gemeinde eine gute Kenntnis der Probleme im Zusammenhang mit einer nachhaltigen Fischerei hat. Es wurde auch unhaltbare Verhaltensweisen identifiziert, insbesondere in Bezug auf den Fang, und es wurde diagnostiziert was, in der meinung der Marine, die aktuelle Krise der Überfischung einiger Arten ist, was es darstellt, und was sie bereit sind zu tun um die Bevölkerungen auszugleichen.

Die zweite Auswertung beurteilt den Grad der Umsetzung des Zertifizierungsprozesses, und das Branding von Cascais Oktopus (*Polvo de Cascais*), die Initiative fördert eine bewusste Fischerei, aktive Ansteuerung der lokalen Wirtschaft und den Konsum von höherer Qualität, also um ein Instrument für nachhaltige Entwicklung. Es hat als Schluss, dass der Prozess schlecht verwaltet und harmlos war (keine Ergebnisse), durch Mangel an Struktur und Planung, Unternehmergeist, und aufgrund der schlechten Umsetzung und der reduzierten Engagement aller Beteiligten in den Prozess. Diese Initiative verdient auch weiterhin die Unterstützung von Seeleuten, hat aber erwiesen dass es noch einige Anpassungen erfordert, also haben sich Synergien consubstantiated, in einem abschließenden Block von Alternativen zur gegenwärtigen Situation, als Support zur Decision der lokalen Regierung, denen die Fischer vertrauen, und mit denen sie zur zusammenarbeit zustimmen, in ihrer Umsetzung, Verwaltung und Monitoring.

Die Ergebnisse trafen sich in der Notwendigkeit für eine vernünftige Nutzung der Ressourcen des Meeres, vor allem die Fischerei, weil sie das Potenzial besitzen, die verschiedenen Wirtschaftssektoren von Cascais zu stärken.

KEYWORDS: Cascais, Octopus, Fischerei, Fischer, Marine, Nachhaltigkeit, Umwelt-Zertifizierung, Umweltethik und Bürgerschaft.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Organização do Trabalho	5
Capítulo I - Fundamentação Teórica	12
I. 1. Evolução da relação humana com os recursos marinhos	13
<i>I. 1.1. Paleolítico</i>	<i>13</i>
<i>I.1.2. Mesolítico</i>	<i>14</i>
<i>I.1.3. Civilizações Pré-Clássicas</i>	<i>15</i>
<i>I.1.4. Civilizações Clássicas.....</i>	<i>20</i>
<i>I.1.5. Idade Média.....</i>	<i>24</i>
<i>I.1.6. Idade Moderna</i>	<i>25</i>
<i>I.1.7. Idade Contemporânea</i>	<i>29</i>
I. 2. Evolução da relação portuguesa com os recursos marinhos	35
<i>I.2.1. O Nascer do Reino</i>	<i>35</i>
<i>I.2.2. Os Descobrimentos</i>	<i>39</i>
<i>I.2.3. O Marquês de Pombal</i>	<i>42</i>
<i>I.2.4. As Revoluções Liberais</i>	<i>44</i>
<i>I.2.5. O Estado Novo</i>	<i>48</i>
<i>I.2.6. O Pós-Estado Novo</i>	<i>54</i>
I.3. Evolução da relação cascaense com os recursos marinhos	62
<i>I.3.1. Do ponto de vista histórico-geográfico.....</i>	<i>62</i>
<i>I.3.2. Do ponto de vista socioeconómico e cultural</i>	<i>75</i>
<i>I.3.3. Do ponto de vista cultural.....</i>	<i>87</i>
<i>I.3.4. Do ponto de vista das artes, pescadores, embarcações, e criação em cativeiro</i>	<i>92</i>
<i>I.3.5. Do ponto de vista da criação em cativeiro</i>	<i>98</i>
I.4. Situação recente da atividade pesqueira, salícola e algológica em Cascais.....	99
<i>I.4.1. Cascais no Contexto Nacional.....</i>	<i>100</i>
<i>I.4.2. Evolução do preço de venda na lota de Cascais</i>	<i>102</i>
<i>I.4.3. Volume de desembarque mensal.....</i>	<i>103</i>
<i>I.4.4. Volume de desembarques anual e tendência do setor</i>	<i>104</i>
<i>I.4.5. Espécies capturadas em Cascais.....</i>	<i>107</i>
<i>I.4.6. Espécies em situação de escassez ou desaparecimento</i>	<i>112</i>
<i>I.4.7. Reflexão sobre a motivação das capturas em Cascais</i>	<i>118</i>
<i>I.4.8. Embarcações licenciadas e artes de pesca</i>	<i>119</i>
<i>I.4.9. Atividade algológica</i>	<i>121</i>
Capítulo II - Caso de Estudo: Pescarias em Cascais.....	124
II. 1. Enquadramento	125
<i>II.1.1. Localização Geográfica.....</i>	<i>125</i>
<i>II.1.2. Elementos Geológicos e Geomorfológicos.....</i>	<i>127</i>
<i>II.1.3. Elementos Oceanográficos e Climatológicos</i>	<i>129</i>
<i>II.1.4. Caracterização Social e Económica.....</i>	<i>133</i>

II. 2. Aspectos Metodológicos do Inquérito.....	136
II. 2.1. Tipologia do Estudo e Instrumentos de Recolha.....	136
II. 2.2. Delimitação do Estudo.....	138
II. 2.3. Desenvolvimento e Aplicação do Inquérito.....	140
II. 2.4. Aclarações à metodologia proposta.....	142
II. 3. Caracterização da amostra.....	143
II. 3.1. Pessoal, familiar e profissional.....	144
II. 3.2. Quantos pescam em Cascais?.....	147
II. 4. Resultados do inquérito: vertente Sustentabilidade das Pescas (Parte I).....	148
II. 4.1. Compreensão do que é a Sustentabilidade dos Recursos Haliêuticos.....	148
II. 4.2. Conhecimento da situação atual da preservação dos Recursos Marinhos.....	150
II. 4.3. Dependência dos recursos provenientes das pescarias.....	153
II. 4.4. Práticas do quotidiano nas pescarias.....	155
II. 4.5. Para uma melhor sustentabilidade do setor das pescas.....	161
II. 4.6. Caracterização da situação atual das pescas de Cascais.....	169
II. 5. Resultados do inquérito: vertente certificação do Polvo de Cascais (Parte II).....	173
II. 5.1. Conhecimento do processo de certificação.....	173
II. 5.2. Participação/integração no processo de certificação.....	176
II. 5.3. Expetativas futuras com o processo de certificação.....	177
II. 5.4. Recetividade do mercado ao processo de certificação.....	179
II. 6. Análise dos Dados / Discussão.....	181
II.6.1. Consciencialização da necessidade de uma pesca sustentável (Parte I).....	181
II.6.2. Compreensão e pertinência da certificação do polvo (Parte II).....	187
II. 7. Apresentação de alternativas à situação atual.....	193
II.7.1. Requalificar o espaço envolvente da Docapesca de Cascais.....	193
II.7.2. Qualquer cidadão possa comprar diretamente na Docapesca de Cascais.....	195
II.7.3. Implementar um defeso para o polvo (<i>Octopus vulgaris</i>).....	200
II.7.4. Tabejar o preço de venda do pescado pelos revendedores.....	203
II.7.5. Criar uma Área Marinha Protegida.....	204
II.7.6. Tornar espécies desconhecidas em iguarias na gastronomia local.....	205
II.7.7. Criar uma efeméride: Dia do Polvo de Cascais.....	206
II.7.8. Criar uma página oficial na internet para Certificação do Polvo de Cascais.....	207
CONCLUSÕES.....	208
RECOMENDAÇÕES.....	216
FONTES (referências bibliográficas).....	218
a) Fontes impressas.....	218
b) Fontes audiovisuais.....	232
c) Fontes eletrónicas.....	232
d) Leis.....	242
GLOSSÁRIO.....	243

ACRÓNIMOS

- AAPC – Associação de Armadores e Pescadores de Cascais
- ACA – Agência Cascais Atlântico
- AMP – Área Marinha Protegida
- AP – Associações de Pescadores
- APL – Associação Porto de Lisboa
- APPC – Associação de Profissionais da Pesca de Cascais
- CFF – Comprimento de Fora a Fora
- CPC – Capitania do Porto de Cascais
- CPS – Capitania do Porto de Setúbal
- DGPA – Direção-Geral das Pescas e Aquicultura
- DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- DMS – Delegação Marítima de Sesimbra
- UE – União Europeia
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
- FORPESCAS – Centro de Formação Profissional para o setor das pescas
- IGP – Inspeção Geral das Pescas
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPIMAR – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar
- LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia
- MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
- MARL – Mercado Abastecedor da Região da Lisboa
- OSPAR – Convention for the Protection of the marine Environment of the North-East Atlantic
- PCP – Política Comum das Pescas
- PDM – Plano Diretor Municipal
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAB – Programa Nacional de Amostragem Biológica
- POPNSC – Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais
- PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- SAM – Sistema de Autoridade Marítima
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 2010.....	4
Figura 2 – Gravação madalenense (Paleolítico Superior) feita sobre osso, com duas figuras de cervos e uma representação pouco frequente nestas pinturas de salmões	13
Figura 3 – <i>Kitchen midden</i> na ilha Elizabeth (estreito de Magellan). Escavação de Albatross.....	15
Figura 4 – Comercio marítimo fenício.	16
Figura 5 – Moeda fenícia.	17
Figura 6 – Pesca no Antigo Egito (esquerda).....	18
Figura 7 – Transporte, divisão e salgamento de peixe no Antigo Egito (direita).....	18
Figura 8 – Pesca com Cormorão na China (esquerda).....	19
Figura 9 – <i>PrintScreen</i> da imagem do filme “ <i>Chine - La Peche au Cormorant</i> ” (direita).....	19
Figura 10 – Prato de cerâmica de figuras vermelhas.....	20
Figura 11 – Ruínas da Fábrica Romana de Salga.	22
Figura 12 – Navios Viking a chegar à Grã-Bretanha (c. 1130).....	24
Figura 13 – Izaak Walton.....	28
Figura 14 – Produção Mundial de Pesca de Captura (1950-2008).....	30
Figura 15 (esquerda) – <i>Albatun Tres</i> - navio de pesca espanhol, com 115 metros de comprimento, e com a maior rede para capturar atum em todo o mundo.	32
Figura 16 (direita) – Rede de Pesca Industrial Oceânica (arrastão)	32
Figura 17 – Quantidade de Pesca Desembarcada (1935-1966).	50
Figura 18 – Quantidades desembarcadas em Portugal Continental.	56
Figura 19 – Valor médio de venda do pescado (euro/kg).	58
Figura 20 – Número de embarcações (Ano).	58
Figura 21 – Apanha de algas carragínófitas (Ano).	60
Figura 22 – Apanha de algas agarófitas (Ano).	60
Figura 23 – Apanha e comercialização de algas agarófitas <i>vs.</i> carragínófitas.	60
Figura 24 – Número de Salinas em atividade.	61
Figura 25 – Evolução da produção e da área de salinicultura.	61
Figura 26 – Romanização do concelho de Cascais.	64
Figura 27 – Ânfora romana.	65
Figura 28 – Anzol de bronze romano.....	65
Figura 29 – Cascais na segunda metade do século XVI.....	72
Figura 30 – Brasão da vila de Cascais	75
Figura 31 – Descarga de peixe em Cascais (Inv. AHMC/DSCN-1540)	86

Figura 32 – Venda de peixe na praia de Cascais (Inv. AHMC/CAMO168).	88
Figura 33 – Exemplo de uma armação valenciana para a pesca da sardinha (réplica do aparelho lançado no lugar da Guia).	93
Figura 34 – Vista interna (esquerda) e externa (direita) do caneiro do depósito do Magoito.	98
Figura 35 – Estimativa desembarque e de retiradas e rejeições em todas as Delegações.	101
Figura 36 – Preço médio/kg alcançado na primeira venda nas delegações nacionais.....	101
Figura 37 – Preço médio/kg alcançado na primeira venda na Delegação de Cascais, com linha de tendência Linear.	102
Figura 38 – Estimativa desembarque e preço médio da primeira venda na lota de Cascais.....	103
Figura 39 – Estimativa desembarque e de retiradas e rejeições na Delegação de Cascais.	104
Figura 40 – Estimativa desembarque com linha de tendência logarítmica para previsão de dez anos.....	106
Figura 41 – 15 espécies mais desembarcadas e o preço médio da primeira venda na lota de Cascais.....	107
Figura 42 – Estimativa desembarque de polvo e preço médio da primeira venda na lota de Cascais.....	108
Figura 43 – Estimativas desembarque (ton.) e preço médio da primeira venda na lota, de pescada, carapau, linguado, raia, corvina, robalo e sardinha.	110
Figura 44 – Estimativa desembarque de lulas, solha legítima, sável e cações, e preço médio da primeira venda na lota.	113
Figura 45 – Apanha de algas agarófitas (Ano).....	122
Figura 46 – Localização geográfica de Cascais.	125
Figura 47 – Geologia (simplificada) do concelho de Cascais	127
Figura 48 – Enseada Entre-Cabos Raso e Espichel, com a representação do canhão de Lisboa e do canhão de Cascais	129
Figura 49 – Preparar alcatruzes e covos.	141
Figura 50 – Idades dos inquiridos por classes	144
Figura 51 – Respostas à pergunta: 26. Das seguintes hipóteses, quais as que considera mais problemáticas para o setor da pesca?.....	150
Figura 52 – Respostas à pergunta: 40. Das seguintes hipóteses, quais as que refletem o valor que os recursos haliêuticos têm para si?	154
Figura 53 – Resposta à pergunta: 54. Recorda-se de algum marítimo ter sofrido problemas psicológicos por abandonar as pescas? Se a resposta for SIM, indicar se são muitos ou poucos.	155
Figura 54 – Resposta às perguntas: 63. Tem sempre na embarcação um caixote para armazenar o lixo produzido? 65. Os óleos da embarcação (motores e equipamentos), quando substituídos, são colocados nos recipientes próprios existentes no porto?	156
Figura 55 – Resposta à pergunta: 66. Se sim, nesta operação acontecem derrames na água?	157
Figura 56 – Resposta à pergunta: 57. As redes de pesca que utiliza cumprem as normas (e.g. malhagem, diâmetro, largura e profundidade)?.....	158

Figura 57 – Resposta à pergunta: 59. Existe a preocupação de pescar só as espécies para as quais tem licença de artes?.....	158
Figura 58 – Resposta à pergunta: 60. Utiliza só o número de artes de pesca para que está habilitado?.....	158
Figura 59 – Resposta à pergunta: 62. Conhece armadores ou pescadores que não levam à lota todo o peixe? Se sim, muitos ou poucos?.....	159
Figura 60 – Resposta às perguntas: 55. Se não existissem quotas, ou se essas fossem indicativas e não obrigatórias, respeitava-as? 56. E os seus colegas de profissão fariam o mesmo?.....	160
Figura 61 – Condicionantes à pesca no Concelho de Cascais.....	166
Figura 62 – Resposta à pergunta: 91. Das seguintes hipóteses, para melhorar a situação de sobre-exploração de algumas espécies, no limite a que estava disposto?.....	167
Figura 63 – Respostas às perguntas: 98. Aceitaria receber formação profissional sobre a pesca sustentável? 99. Considera positivo implementar um código de ética profissional?.....	169
Figura 64 – Respostas à pergunta: 119. Ao longo do ano que em que existiu certificação, o que considera ter alterado?.....	176
Figura 65 – Presidente da CMC a etiquetar um polvo (em cima).....	188
Figura 66 – Selo oficial do <i>Polvo de Cascais</i> (lado direito).....	188
Figura 67 – Largo do Pelourinho junto à Docapesca de Cascais.....	194
Figura 68 – Estrutura interior da Docapesca de Cascais.....	196
Figura 69 – Espécime de caranguejo pilado (<i>Polybius henslowi</i>).....	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maiores consumidores mundiais de pescado e produtos da pesca	2
Tabela 2 – Acontecimentos relevantes para a história das pescarias, desde o século XVII até aos nossos dias.....	27
Tabela 3 – Comparação do inquérito da CRPQF com os dados recolhidos no final dos anos noventa.....	53
Tabela 4 – Evolução Populacional e Urbanística de 1755 até 1911.....	79
Tabela 5 - Evolução da estrutura populacional de Cascais (1890-2011).....	82
Tabela 6 – Número de efetivos a trabalhar na pesca marítima.....	95
Tabela 7 – Cédulas passadas a marítimos de 1965 até 2012 (5 em 5 anos).....	96
Tabela 8 – Barcos de pesca de 1919 até 2012.....	97
Tabela 9 – Estimativa desembarque de cação pintado e cação liso (kg) e preço médio da primeira venda (€) na lota de Cascais.....	117
Tabela 10 – Dimensão da frota e respetivas artes, das embarcações registadas na Capitania de Cascais, entre 2007 e 2012	119
Tabela 11 - Registo da categoria profissional dos inquiridos de acordo com a sua própria indicação	146
Tabela 12 – Questões dicotómicas sobre a sustentabilidade dos Recursos Haliêuticos.....	148
Tabela 13 - Resposta às perguntas: 24. Devemos proteger e capturar conscientemente os recursos Haliêuticos? 25. A informação fornecida pela Biologia Pesqueira sobre a quantidade máxima de cada espécie que pode ser capturada numa pescaria sem pôr em causa a sua sustentabilidade deve ser considerada?	148
Tabela 14 – Resposta à pergunta: 23. É frequente falar-se da sustentabilidade dos recursos marinhos?	149
Tabela 15 – Questões dicotómicas sobre a situação atual da preservação dos Recursos Marinhos.	152
Tabela 16 – Questões dicotómicas sobre a dependência dos recursos provenientes das pescas.	154
Tabela 17 – Resposta à pergunta: 58. Existe a preocupação de não deixar ficar material no mar, quer em boas condições, quer danificado?	156
Tabela 18 – Resposta à pergunta 61. Do peixe que captura, que quantidade leva à lota?.....	159
Tabela 19 – Resposta à pergunta 69. Como classifica as seguintes instituições quanto à utilidade e importância para as pescas?	161
Tabela 20 – Respostas à pergunta: 75. Das seguintes hipóteses, quais considera fundamentais para assegurar a sobrevivência do setor das pescas:.....	163
Tabela 21 – Resposta às perguntas: 100. O setor está em expansão? 101. O setor é rentável?...170	
Tabela 22 – Resposta às perguntas: 102. O número de pescadores diminuiu? 104. Estão a desaparecer espécies?	170

Tabela 23 – Resposta às perguntas: 103 A frota é suficiente e moderna? 105. Considera os naufrágios (ou outras mortes em mar) o maior flagelo dos pescadores?	172
Tabela 24 – Resposta às perguntas: 114. Esta marca certifica o polvo capturado nas águas do Concelho? 115. Esta marca está associada à campanha “Compro o que é nosso”?	174
Tabela 25 – Resposta às perguntas: 116. A etiqueta garante que o polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado? 117. Decidiu-se certificar o polvo pelo seu valor nutricional, que é acima da média?	175
Tabela 26 – Resposta à pergunta: 118. Concorda com a certificação?	175
Tabela 27 – Resposta às perguntas: 129. Acredita num maior reconhecimento pelo trabalho desenvolvido? 130. Acredita na melhoria das condições económicas da comunidade de pescadores de Cascais?	177
Tabela 28 – Resposta às perguntas: 131. Vai fomentar a consciencialização (local e nacional) da necessidade de um consumo sustentável? 132. Acredita ser possível transformar a gastronomia local num produto turístico especializado?.....	178
Tabela 29 – Resposta às perguntas: 133. Considera o processo de certificação útil? 135. Concorda que o processo é pouco conhecido pela população, e que deveria ser mais difundido?	179
Tabela 30 – Resposta às perguntas: 136. Os cascaenses conhecem a marca e falam da certificação no quotidiano? 137. Os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo?	180
Tabela 31 – Resposta às perguntas: 138. Os cascaenses compram o peixe em função do seu valor monetário? 139. O Polvo é a espécie mais vendida?.....	180

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Inquérito à Comunidade de Pescadores de Cascais.....	245
Parte I – Caracterização da Comunidade de Pescadores de Cascais	245
Parte II – Sustentabilidade das pescarias na Comunidade de Pescadores de Cascais...245	
Parte III – Certificação do polvo capturado nas águas do concelho	245
Anexo II – Concessão de licença de não-marítimo pela Capitania de Cascais ao mestrando Marco Pais Neves dos Santos.....	251
1 – Pedido de inscrito não-marítimo a bordo da embarcação <i>Horizonte Aberto</i>	251
2 – Despacho do Sr. Capitão do Porto de Cascais.....	251
Anexo III – Estatísticas dos Recursos Haliêuticos (1987 - 2010) Portugal.....	254
Anexo IV – Estatísticas dos Recursos Algológicos (1987 - 2010) Portugal	256
Anexo V – Estatísticas dos Recursos Salicultura (1987 - 2010) Portugal.....	258
Anexo VI – Embarcações Registadas (ativas e inativas) na Capitania do Porto de Cascais.....	260
Anexo VII – Estatísticas dos Recursos Haliêuticos (1986 - 2010) Cascais.....	265
VII.I – Estimativas de Desembarque em todas as Delegações de Portugal Continental (1986 - 2010).....	266
VII.II – Estimativa Desembarque na Delegação de Cascais (1986 - 2010)	273
VII.III – Estimativa Desembarque, por espécies e grupos de espécies, na Delegação de Cascais (1986 - 2010).....	275
VII.IV – Estimativa Desembarque das espécies que aparecem menos, ou que mais viram as capturas reduzir, na Delegação de Cascais (Cações, Lulas, Solha Legítima e Sável) (1986 - 2011).....	290
Anexo VIII – Estatística dos Recursos Algológicos (1987 - 2010) Cascais	291
Anexo IX – Normais Climatológicas – 1981 - 2010 (provisórias) Lisboa, Geofísico.....	293
Anexo X – Arquivo Fotográfico	296
Anexo XI – Embarcações registadas na Capitania do Porto de Cascais, por ano, entre 1919 e 2012.....	306
Anexo XII – Embarcações licenciadas e artes de pesca, por ano, entre 2007 e 2012.....	308
Anexo XIII – Resposta das embarcações sobre o número médio de pescadores profissionais em Cascais.....	315

INTRODUÇÃO

A existência de vida na terra depende do respeito humano pelo meio ambiente marinho, que é caracterizado pelos oceanos e mares, e pelo complexo sistema ecológico das áreas/paisagens costeiras, componente essencial do sistema, num todo integrado que concorre para o desenvolvimento sustentável.

O meio marinho é formado por água salgada, ocupa 71% da superfície terrestre, 99 % do espaço da biosfera, e o seu ecossistema “ (...) é responsável por 35% da produção primária global, cujas espécies apresentam uma diversidade genética superior às de água doce e terrestre”. Constitui um ecossistema muito rico e diversificado, simultaneamente finito e limitado, e está atualmente ameaçado pela poluição e pela sobrepesca, fruto de um dogmatismo erróneo de tempos passados, baseado no pressuposto de que a extensa área marítima dispunha de uma infinita capacidade de prover recursos naturais e de absorver resíduos (Saldanha, 2005:18-19).

O oceano, um recurso de extrema importância e componente principal da hidrosfera, é fonte de muitas formas de vida e de energia², e desempenha um papel muito importante na regulação da vida do planeta (Carapeto, 1999). Na roda da vida da Terra, os oceanos são o equilíbrio. Fornecem proteínas (recursos de pesca), transporte, energia, empregos, divertimentos e outras atividades económicas, sociais e culturais (Székely, 1986). Têm a importante função de absorver e armazenar carbono. Comportam 97% de toda a água existente no planeta, o que levou Arthur C. Clarke³ a dizer que era inapropriado, ou até incorreto, chamar Terra ao nosso planeta, quando é evidente que ele é Oceano.

Os recursos provenientes da pesca e da aquacultura, repostos ou regenerados naturalmente pela natureza, são muitos importantes para a alimentação humana, e por possuírem um carácter renovável, quando geridos de forma sustentável têm uma duração praticamente ilimitada, em oposição ao que acontece com os recursos minerais.

O consumo de pescado é recomendado por vários países e pela FAO, e constitui a base da dieta alimentar portuguesa, à razão de 160 g/dia (Afonso, 2009:1). No documento *Fisbery and Aquaculture Statistics* (FAO, 2011b), Portugal aparece como o maior consumidor de produtos de pesca na Europa (57,2 kg/ ano *per capita*), e a Espanha em segundo lugar (44,2 kg/ ano *per capita*), tendo a Europa (27) uma média de 23 kg/ ano *per capita*. No entanto, em 2001 o consumo de pescado foi de 60,2 kg/ano/habitante, só ultrapassado pelo Japão (71,9 kg/ano) e por algumas

² A distribuição da vida no ambiente marinho depende da profundidade, da temperatura, da salinidade e da luminosidade. Contudo, é a distribuição da luminosidade pelas várias regiões que torna possível a existência da grande variedade de seres vivos. Existem três regiões distintas: eufótica, disfótica e afótica.

³ Escritor e inventor britânico que produziu algumas obras de divulgação científica e também de ficção científica.

pequenas nações insulares (Cadima, 2000:1; Moreira *et al.*, 2001:182), o que revela um decréscimo do consumo, que é transversal a muito outros países desenvolvidos. Não obstante, por comparação com o resto do mundo, Portugal ainda está no 14º lugar entre os mais consumidores (tabela n.º 1).

É uma realidade, consumir peixe é algo que está a “ficar na moda”, e já se estima que cerca de 14 % da proteína animal ingerida a nível mundial seja proveniente do pescado (Afonso, 2009:4), sendo que em Portugal, por razões culturais e socioeconómicas, é da pesca que provêm 50% das proteínas necessárias à alimentação (Cadima, 2000:1; Moreira *et al.*, 2001:182).

Se os europeus foram os principais consumidores de produtos da pesca, neste momento quase todo o mundo consome mais do que a Europa (kg/ano *per capita*): Norte da América (24,1), Oceânia (26,1), China (28,6), Leste e Sudeste da Ásia (30,8), Europa Ocidental (31,2), e ilhas do Atlântico Norte, Bermuda, Gronelândia e Martinica (60,8) (FAO, 2011b:217-221).

A importância atribuída ao peixe pode ser justificada pelo teor nutricional dos produtos de pesca, pelo valor proteico, que oscila entre 8% e 25% (contendo todos os aminoácidos essenciais), por ser fonte

importante de gorduras insaturadas (com ácidos gordos polinsaturados de cadeia longa do tipo ómega 3), e de vitaminas lipossolúveis (A, C e E) e hidrossolúveis (B12 e biotina), pelo elevado nível de sais minerais (e.g. cálcio, fósforo, magnésio, iodo e selénio), e ainda por potenciar níveis de colesterol mais baixos, quando comparados com os efeitos de outros alimentos, como os ovos e a manteiga (Afonso, 2009; Ângelo, 2010).

Por outro lado, os professores Kolakowska & Sikorski (2003), citados por Afonso (2009:4), referem existir mais de mil espécies que servem à dieta alimentar da população mundial (pescas e aquacultura), e destas cerca de três centenas são muito valorizadas e comercializadas de diversas formas, “ (...) mais frequentemente inteiros ou eviscerados, ou sob a forma de filetes ou postas, mas também as

Área	País	Produção (toneladas em peso vivo)	Consumo (kg/ano <i>per capita</i>)	População (milhares)
União Europeia (27)	Portugal	238566	57,2	10595
Leste e Sudeste da Ásia	República Coreana	2276977	57,4	47765
Outro	Japão	5063626	58,6	127432
Oceânia	Palau	971	59,7	20
	Ilhas Cook	3631	58,4	19
	Kiribati	24576	75,5	94
África Oriental	Seychelles	89841	62,4	83
China	Hong Kong	161139	67	6916
América do Norte	Gronelândia	247011	86,6	57
	Martinica	4221	72,6	6
África do Sul	St. Helena	1029	88,3	5
Europa Ocidental	Faroé	614166	87,1	49
	Islândia	1470830	91	302
Sul da Ásia	Maldivas	171226	142,4	297

Tabela 1 – Maiores consumidores mundiais de pescado e produtos da pesca
Fonte: Adaptado de FAO (2011:217-221)

ovas e o fígado são igualmente consumidos”. O que nos leva a crer que a importância do pescado também possa ser justificada pela criatividade do mercado e diversidade de espécies, devido à existência de produtos muito variados à disposição do comprador final. No entanto, apesar dos muitos e variados argumentos que justificam o consumo de pescado, estamos certos que em Cascais o consumo se deve ao valor nutricional e frescura das espécies capturadas (e.g. polvo).

Não restam dúvidas quanto à importância dos recursos marinhos, de que o Ser Humano depende, sobretudo porque são essenciais à sua dieta alimentar. Ainda assim, o Homem não soube até ao momento lidar com essa situação, de forma a saciar a sua necessidade e a permitir que os seus filhos ou netos também o possam fazer.

Como havemos de verificar no ponto II. 3.3. “Dependência dos recursos provenientes das pescarias”, o recente relatório *Fish Dependence – 2012 Update*, datado de março de 2012, aponta para 72% dos recursos piscatórios em situação de sobre-exploração, e destes, mais de 20% estão a ser explorados acima dos limites biológicos sustentáveis. Mas vai mais longe, e indica que Portugal atingiu no dia 30 de março de 2012 o *Dia da Dependência de Pescado*, ou seja, deixou de ser autossuficiente (no rácio anual) e ficou obrigado a pescar em águas fora da zona da União Europeia (UE). Diz ainda que a UE atingiu o mesmo patamar no dia 6 de julho de 2012, o que significa que quase metade do peixe consumido na UE vai ser capturado em águas extracomunitárias, seja através da importação ou da deslocação de frotas dos próprios Estados-membros.

Com base nestes dados, o relatório aponta para o acentuar do desequilíbrio da balança comercial, levanta algumas questões sobre práticas pesqueiras, que possam ser utilizadas fora das águas territoriais da Europa, onde não existem regulamentos, ou quando existem, são muito vulneráveis e permissivos, geralmente não cumpridos, e conclui que as capturas têm vindo a reduzir em resultado da redução da disponibilidade biológica, ou seja, existe menos pescado para capturar tanto em Portugal como em toda a Europa para suprir as próprias necessidades.

Então se os recursos das pescas são importantes, e se o Homem depende deles, não se deveria protegê-los? Parece-nos que sim, mas não foi isso que aconteceu; muito pelo contrário, fez-se uma utilização abusiva, e nem sequer foi em proveito da comunidade, princípio geral de gestão pesqueira definido por Saetersdal (1984).

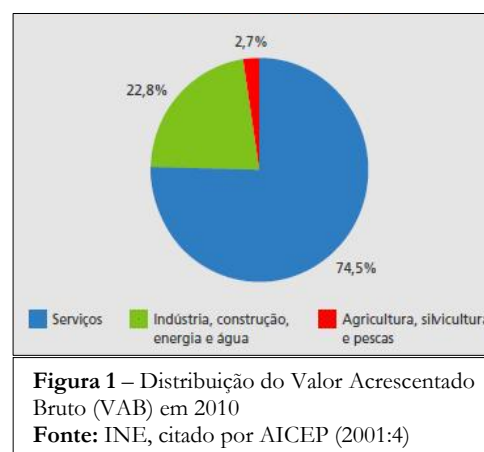
De facto, em resultado dessa utilização excessiva, os oceanos registam impactes desde que o Ser Humano se sedentarizou nas zonas costeiras, que se têm vindo a agudizar ao longo dos séculos, tornando-se insustentáveis na atualidade. Ou seja, o que inicialmente não passava de uma instintiva busca pela sobrevivência, sem recurso a técnicas especializadas ou equipamentos

eletrónicos, acabou por se transformar numa preocupação nos anos 60 do século XIX, em prol da deprimente situação das pescas no Báltico e Mar do Norte (Amorim, 2005b:6).

Pierce *et al.* (2012:330;336;341), que analisaram o conceito da sustentabilidade das pescas nas vertentes ambiental, económica, social e institucional, centrando-se na dimensão humana da atividade, enfatizam a década de 60 do século XX pela emergência de muita regulamentação. O que se compreende, já que foi a forma encontrada pelos técnicos e políticos europeus para conter a sobre-exploração verificada em várias populações. Os autores dão ainda conta das numerosas políticas e iniciativas implementadas pela UE no sentido de melhor gerir os recursos; nomeadamente depois de 1988, altura em que a FAO definiu “Desenvolvimento Sustentável”. Neste âmbito, vamos destacar o Código de Conduta de Pesca Responsável, instituído em 1995 pela mesma instituição – cujo conhecimento e aplicação, aliás, foram integrados no questionário realizado aos pescadores de Cascais.

No entanto, apesar de todos os estrangulamentos e fragilidades, muitas das quais expostas ao longo do trabalho, as pescas ainda representam um abundante recurso a nível mundial, de distinta qualidade, de elevado valor nutricional, fundamental na gastronomia, cuja dependência humana é elevada, nomeadamente em Portugal.

O que parece contraditório, já que a nível nacional a pesca enquanto atividade económica não representa mais de 0,33% do PIB, e a totalidade do setor primário representa somente 2,7% do PIB (valor de 2010 conforme fig. 1) (AICEP, 2011:4). Então, se analisarmos este indicador a nível do concelho de Cascais, onde vinga a pesca tradicional e domina o setor terciário, esse valor (pescas) pode mesmo ser considerado residual.



Ainda assim não é contraditório. É importante desmistificar o que algumas vezes pode ser a desconsideração das pescas, quando em contextos locais se analisa a sua importância em função da sua contribuição para o PIB, esquecendo a história que motiva e engrandece as gentes locais. Seguramente que uma avaliação deste nível, podendo muito bem ser feita em Cascais, não é correta, e iria desconsiderar as pescas e os pescadores porque simplesmente utilizaria o PIB como régua de medição económica.

Tal como o refere Emygdio L. Cadima, autor do *Manual de Avaliação de Recursos Pesqueiros* e consultor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), “ (...) a importância das pescas num país não se pode medir apenas pela sua contribuição para o PIB, mas deve atender ao

facto de serem os recursos e os produtos pesqueiros componentes fundamentais da alimentação e do emprego” (Cadima, 2000:1).

É por isso que, a *Perceção da Comunidade de Pescadores de Cascais sobre a Pesca Ambientalmente Sustentável*, surge como um estudo para tipificar o comportamento dos cascaenses relativamente aos recursos marinhos, em especial às capturas dos recursos haliêuticos, e identificar formas de levar a comunidade a desenvolver metodologias de pesca sustentável. Este trabalho começa por perceber os contornos do passado, para melhor interpretar as dificuldades do presente, no que se refere à manutenção, preservação e regulamentação dos recursos marinhos, de âmbito mundial e nacional, através de uma incursão histórica concisa e interrogativa, interrelacionando a evolução da relação “Homem *vs.* ambiente marinho” e “dependência humana *vs.* recursos marinhos”, procurando perceber se os recursos são ou não essenciais para o Homem. E porque ainda não é muito claro para o normal cascaense a importância piscatória de outrora, por oposição à importância da agricultura, já que algumas vezes fomos confrontados com a pergunta: “*antigamente as pescas eram mais importantes que a agricultura?*”, pareceu-nos desejável, e motivo suficiente, fazer uma caracterização da relação estabelecida entre os cascaenses e as pescas e o mar, com fundamento histórico-geográfico, recorrendo a textos eruditos de tempos passados, capazes de caracterizar a ancestralidade piscatória desta vila, de forma a construir uma memória de engrandecimento que sirva de estímulo à aplicação de medidas de gestão dos recursos marinhos. Situação semelhante, diga-se, ao que fez o poder político do Estado Novo, quando recorreu à criação de efeméridas religiosas (Santos), com conotação direta à história das pescas e do oceano, para reforçar a tradição das pescas na identidade da nação.

Poderíamos continuar a desbravar terreno, claramente já dentro da temática da organização do trabalho, mas optamos por o fazer de forma separada, no sentido de produzir uma melhor perceção do conjunto.

Organização do Trabalho

A presente dissertação foi estruturada de forma simples, está dotada de uma linguagem clara, organizada e concisa, que facilita a sua compreensão, e foi organizada em dois grandes capítulos: (I) Fundamentação Teórica e (II) Caso de Estudo – Comunidade de Pescadores de Cascais.

O **primeiro capítulo**, de natureza teórica, fragmenta-se em quatro subcapítulos: (i) evolução da relação humana com os recursos marinhos; (ii) evolução da relação portuguesa com os recursos marinhos; (iii) evolução da relação cascaense com os recursos marinhos; e (iv) situação recente da atividade pesqueira e algológica em Cascais.

A estrutura abraçada possibilita compreender se existiu por parte do Homem necessidade ou dependência dos recursos marinhos ao longo do seu percurso evolutivo, e ainda permite avaliar a forma como se desenrolou esta relação, primeiro através de uma perspetiva histórica de âmbito mundial, depois através de uma perspetiva histórica de âmbito nacional, e por fim através de perspetiva histórica de âmbito local. Agrupada à perspetiva histórica, e no sentido de enriquecer o trabalho, fez-se uma análise relacionando conteúdos de antropologia, sociologia, geografia, e biologia. Para concluir, faz-se uma análise concisa à atividade pesqueira e algológica, desde 1986 até 2011, socorrendo-nos da série estatística «Recursos da Pesca», publicada pela DGPA, por ser a mais credível.

O facto de todos os subcapítulos iniciarem com palavras como evolução ou história, remete para a necessidade da interpretação do passado na análise do presente, porque tal como nos refere Oliveira Martins, a *“história não é profecia: mas o estudo das idades passadas deixa entrever muitas vezes as probabilidades futuras”* (Martins, 1986:227).

Para reduzir o “nevoeiro” informacional e evitar a dispersão, que acontece pelo período em estudo ser extenso e a bibliografia vasta, optou-se por selecionar somente acontecimentos-chave e enquadrados no trabalho, que foram desenvolvidos e interligados de forma concisa.

Não existem argumentos estruturados que justifiquem as escolhas efetuadas. Somente existe a convicção de que a informação utilizada vai ao encontro dos objetivos da dissertação, e sobretudo dá resposta às linhas de orientação de pesquisa que suportaram o primeiro capítulo, a saber: a evolução das artes de pesca, a evolução das metodologias de processamento do pescado, a evolução do pensamento sobre os recursos e pescarias, máximos nas quantidades capturadas, dependência humana dos recursos marinhos, abusos cometidos na gestão dos recursos haliêuticos, e momentos em que se tenha refletido sobre a necessidade de tonar as pescas mais sustentáveis.

Em suma, o primeiro capítulo vai colocar em evidência a dependência (quase que ancestral) que os Seres Humanos têm dos recursos marinhos, onde se incluiu os portugueses e os cascaenses, e simultaneamente mostrar que apesar dessa dependência, que é notória, sempre existiu uma atuação negligente, ou seja, sobressai a infeliz ideia de que os objetivos ancestrais do Homem consistiam numa morte assistida, provocada pelas próprias mãos, que é uma forma de autocolocação em risco, diante de conduta própria, ao destruir os recursos de que carece para sobreviver.

Por cada subcapítulo, individualmente, importa ainda referir o seguinte:

- (i) **I.1.** Apresenta uma retrospectiva histórica de nível planetário, recorrendo à descrição de situações elucidativas da constante dependência do Ser Humano em relação aos

recursos marinhos, quer como forma de subsistência, quer como atividade social e económica. Aborda os principais momentos da história das pescarias, desde o Paleolítico até ao século XXI, que pela importância marcaram o rumo da sociedade.

- (ii) **I.2.** Através de acontecimentos marcantes, considerados no período entre o início do reino até ao período atual, avalia a necessidade e dependência nacional dos recursos marinhos, tanto do ponto de vista económico, para equilibrar a balança comercial, como gastronómico, para alimentar a população. No entanto, e com pormenor, destaca-se no conjunto dos recursos marinhos a importância dos recursos haliêuticos, enquanto suporte das atividades económicas, das carências alimentares, mas também das atividades religiosas (período de absentismo cristão), culturais (arraiais), bélicas (conservas para as guerras mundiais), e enquanto instrumento político (propaganda salazarista).
- (iii) **I.3.** Comporta uma caracterização histórico-geográfica, socioeconómica e cultural das pescarias de Cascais, no sentido de perceber o “histórico” da relação dos cascaenses com os recursos marinhos, e ainda uma reflexão concisa da evolução de artes, pescadores, cédulas marítimas e embarcações. Uma abordagem deste nível, com base em alguns momentos históricos e em situações que potenciaram a ligação ao oceano, geradoras de maior afinidade pelos recursos daí provenientes, permite aferir se existiu dependência humana, conhecer a importância dos recursos marinhos para a sobrevivência económica do concelho, e ainda compreender se existiram práticas negligentes na gestão dos mesmos. Procurar-se-á sempre que possível recorrer a evidências ou acontecimentos que concorreram ou foram promotoras de um desenvolvimento sustentado do concelho.

Pensou-se, inicialmente, desenvolver este subponto em texto único, em virtude da informação estar interligada e merecer análise de forma integrada, já que ao referir a importância económica de cascais, com base na indústria pesqueira, recursos, e acesso ao mar, é forçoso referir a geografia, a cultura, e a ocupação humana, todas variáveis que concorreram para o desenvolvimento local. Contudo, a caracterização histórico-geográfica deve iniciar-se nos primórdios, para que seja mais perceptível a evolução concelhia, enquanto a caracterização socioeconómica tem melhores elementos de análise nos períodos mais recentes, acabando por vingar a solução de análise fracionada, ainda que de forma integrada. Com efeito, a caracterização histórico-geográfica vai ser temporalmente mais extensa, com génese no Paleolítico Inferior, enquanto a caracterização socioeconómica vai ser temporalmente mais concisa, com génese nos

começos da nacionalidade, e com ênfase após a Carta Régia de 1364. A evolução de artes, pescadores e embarcações, que se pretende concisa, inicia-se em 1874, quando se lançaram ao mar as primeiras armações valencianas, mas vai alongar-se até ao século XXI, destacando-se a contagem de embarcações, cédulas marítimas e pescadores. Por fim, a caracterização cultural centra-se em torno do século XX, época de grandes modificações sociais e culturais, sobretudo pela construção do edifício da *lota*, que pôs fim, por exemplo, às vendas do peixe ao ar livre.

- (iv) **I.4.** Recorrendo à série estatística «Recursos da Pesca», uma publicação anual da Direção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), iniciada em 1987 (com dados relativos a 1986), pelo ex-Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, faz-se a caracterização da situação dos recursos marinhos desde os anos 80 do século XX até à atualidade. Numa primeira fase, identificam-se a nível nacional os portos com mais desembarques, e onde o pescado é mais valorizado, com base no preço médio de venda em *lota*, para numa segunda fase ser possível comparar tal às estatísticas das pescas de Cascais. Pretende-se identificar as principais espécies e quantidades capturadas, por mês e por ano, e as espécies que estão em situação de escassez ou desaparecimento; refletir sobre as motivações das capturas dos pescadores e tendência do setor; quantificar as retiradas e as rejeições; identificar artes; quantificar embarcações e marítimos; e analisar a produção de algas e sal marinho.

O segundo capítulo, de natureza prática, fragmenta-se em seis subcapítulos: (i) enquadramento; (ii) aspetos metodológicos do inquérito; (iii) resultados do inquérito: vertente sustentabilidade das pescas (Parte I); (iv) resultados do inquérito: vertente certificação do *Polvo de Cascais* (Parte II); (v) análise dos dados / discussão; e (vi) apresentação de alternativas à situação atual.

Se o primeiro capítulo era essencial para nos dar uma perspetiva histórica da relação cascaense com os recursos marinhos, este segundo, mantendo a sequência cronológica dos fatos, permite-nos entender como atualmente essa relação se processa, compreender como os pescadores interpretam o conceito de sustentabilidade. O que será verificado através das suas atitudes diárias no quotidiano, e avaliado por um questionário, a aplicar à totalidade das embarcações que efetivamente pescam em Cascais e identificar as fragilidades e potencialidades do setor das pescas (do que se queixam, o que fazem, o que dizem, como se comportam e como interagem os pescadores), permitindo assim propor soluções de alteração à situação atual.

A estrutura proposta neste segundo capítulo é quase obrigatória para trabalhos desta natureza. Começa por uma caracterização concisa do ponto de vista geográfico, biológico (marinho), sociológico, antropológico, geomorfológico, geológico, oceanográfico e climatológico, para melhor enquadramento da Comunidade de Pescadores de Cascais. Realizada a caracterização, descrevem-se os aspetos metodológicos do inquérito e procede-se à sua análise, na dupla vertente em estudo: compreensão da sustentabilidade das pescas e certificação do *Polvo de Cascais*. Será uma análise de média profundidade, ou seja, procura dizer mais do que a análise dos dados estatísticos, acrescentando, sempre que possível, elementos adicionais fornecidos pelos inquiridos. A seguir faz-se um apanhado geral do referido na análise estatística, mas de forma aprofundada, em estilo de discussão de dados apurados, e fecha-se o segundo capítulo com a apresentação de alternativas à situação atual.

Podemos comprometer três grandes objetivos neste capítulo. O primeiro, passa por compreender como os pescadores pensam e interpretam a sustentabilidade dos recursos marinhos, ou seja, procura-se avaliar o grau de interiorização dos marítimos quanto à necessidade de realizar uma pesca sustentável, e quanto ao conhecimento que possuem da situação atual destes mesmos recursos. Para além de vários grupos de questões relacionadas com o tema, de cultura geral, avaliam-se variáveis endógenas (práticas no quotidiano) e exógenas (dependência dos recursos), e levantam-se propostas com aplicabilidade prática direcionadas a tornar o setor mais sustentável. O segundo, interligado com o primeiro, procura avaliar a perceção dos marítimos sobre a recente certificação do *Polvo de Cascais*, em várias vertentes, já que podemos considerar esta uma ferramenta muito válida para a persecução de objetivos mais ecológicos para as pescarias de Cascais (ver *eco-labelling* em Pierce *et al.*, 2012:354). Por outro lado, no triângulo do Desenvolvimento Sustentável, também devemos considerar que o polvo é sucessivamente desde 1987 a espécie mais capturada em Cascais, com uma valorização comercial acima da média nacional, devida à qualidade nutricional e fresca – portanto, elemento imperioso para a sustentabilidade económica e social da CPC (Comunidade de Pescadores de Cascais) (cruzamento da vertente ambiental, social e económica). O terceiro, de extrema importância, apresenta com base nas sugestões dos marítimos alternativas de melhoria à situação atual, de forma a conseguir chegar-se a um desenvolvimento sustentado no tempo, tanto das pessoas, como das espécies e pescas.

O sucesso do proposto depende do contacto estabelecido com a comunidade de pescadores, e por isso procurou-se sempre, num estilo democrático, capaz de gerar ressonância, valorizar o contributo de todos, para obter o empenho dos pescadores através da participação, bem como conseguir a adesão e consensos por colaboração (Goleman, 2004). Não podemos esquecer que,

devido à sua essência e sobretudo ao seu desenvolvimento, é indubitável que a Ciência hoje em dia deixou de ser um assunto meramente de cientistas, e de forma localizada diz respeito aos cidadãos em geral. No entanto, para transformar os pescadores em “cientistas”, primeiro foi necessário dar-lhe um “choque”, e mostrar que o problema vulgarizado da sobre-exploração tem significância para a sua vida/atividade, de forma a obter o seu envolvimento no desenvolvimento do estudo.

Por cada subcapítulo, individualmente, importa ainda referir o seguinte:

- (i) **II.1.** Faz-se uma caracterização a vários níveis da zona de implementação da CPC. Realça-se os privilégios da localização geográfica, na embocadura do Tejo, com ótimas condições de abrigo, a forma da ocupação espacial do espaço (assimétrica por bipolarização e litoralização), e a localização dos principais aglomerados e infraestruturas produtivas. Caracteriza-se a evolução e distribuição das grandes unidades geomorfológicas, onde se comprova que a localização geográfica das infraestruturas de pesca (rampa, cais de pesca, guincho, armazém de pesca, lota, gelo e venda de combustíveis (ACA, 2008a)), apresenta condições inigualáveis em todo o restante espaço costeiro do concelho, caracterizado por altas arribas entre os 20 m e os 100 m, ou dunas, com areias transportadas pelos fortes ventos, que condicionam qualquer atividade marinha. Analisa-se a riqueza biológica das águas (afloramentos), zona eutrófica e produção primária, composição e estrutura dos fundos marinhos, espécies predominantes (alimentação e ciclos de reprodução), e condições climatológicas (precipitação, temperatura e regime de ventos). Do ponto de vista social e económico, confronta-se o verificado no terreno com o referido pela ACA (2008a), no que se refere à caracterização do emprego na pesca, número médio de marés, nível de dependência das pescas, cálculo de pessoas na pesca, capturas não registadas (e.g. fuga à lota), associativismo e coesão social.
- (ii) **II.2.** Faz-se apresentação dos aspetos metodológicos do inquérito, nomeadamente a delimitação do estudo e da população-alvo, o desenvolvimento, validação e aplicação do inquérito, a tipologia do estudo (exploratória-descritiva) e os instrumentos de recolha (técnicas documentais e não documentais, como a observação de participante ou não-participante), a estruturação do inquérito, concluindo-se com um ponto em jeito de salvaguarda, onde se esclarece o motivo de algumas das opções seguidas.
- (iii) **II.3.** Neste item é feita uma caracterização da amostra relativa às características pessoais, familiares e profissionais dos inquiridos, que nos permite conhecer a constituição do agregado familiar, experiência profissional, nível de satisfação, qualificação e recetividade

para formação escolar, formação realizada sobre pescas, utilização das TIC, etc. Esta informação vai permitir apurar tendências, no cruzamento com as respostas obtidas.

- (iv) **II.4.** Estudamos os resultados do inquérito que vertem sobre a sustentabilidade das pescas. Permite-nos deslindar se os marítimos compreendem a importância da sustentabilidade dos recursos haliêuticos, se têm conhecimento da situação atual da preservação dos recursos marinhos, se dependem das pescas para seu sustento, ou eventualmente para sustento do agregado familiar, se as práticas nocivas muito recorrentes num passado não longínquo ainda se mantêm (e.g. despejo de óleos e lixos produzidos dentro da embarcação ao oceano e desrespeito pelas normas do setor, etc.), quais as melhores propostas para reverter de forma positiva a escalada de delapidação dos recursos pesqueiros, e ainda, para terminar, permite-nos saber o que pensam da evolução das pescas no seu concelho, quanto à evolução de pescadores, espécies e frota.
- (v) **II.5.** Dissecamos os resultados do inquérito que vertem sobre a certificação e criação da marca *Polvo de Cascais*, estruturado sobre quatro vetores, a saber: conhecimento, integração, expectativas futuras, e receptividade do mercado. Permite-nos ouvir os comentários dos pescadores sobre a evolução do processo, com base nos meses passados em que existiu certificação (junho 2011 / junho 2012), avaliar se são favoráveis à sua continuação, e fazer o levantamento de alternativas que permitam corrigir o desvio do projeto face ao inicialmente consignado.
- (vi) **II.6.** Discute-se de forma aprofundada o que motiva o padrão de consciencialização ambiental encontrado na CPC, nas duas vertentes do estudo: (1) consciencialização da necessidade de uma pesca sustentável; e (2) compreensão e pertinência da certificação do polvo. Este ponto diferencia-se dos anteriores porque é direcionado e faz uso da informação proveniente das respostas abertas incluídas no questionário, que não será trabalhada de outra forma, e ainda de apontamentos retirados ao longo da estadia no terreno, incluindo o registo da saída para a faina no dia 25 de abril de 2012.
- (vii) **II.7.** Apresentamos alternativas exequíveis, muito importantes, com que os marítimos concordam. Permitiriam tornar a fileira das pescas mais atrativa para pescadores e munícipes, sem hostilizar demasiado os intermediários e salvaguardando as exigências ambientais.

Para terminar o presente, apresentamos de forma concisa as nossas conclusões e recomendações, seguindo-se as referências bibliográficas, conceitos, definições, listagem de acrónimos e anexos.

I

Fundamentação Teórica

“I remember catching 5,000 pounds of fish in eight nets. Today it might take up to 80 nets. Back then, the average codfish in the spring would probably be 25 to 40 pounds. Now it’s 5 to 8 pounds”
(Meadows, 2004:229).

The recent history of the world fisheries is an illustration of how inadequately the technology and markets may respond to approaching limits. In the case of global fisheries, the “normal” combination of denial of limits, increased effort to maintain traditional catch volumes, expulsion of foreign fishermen, subsidies to local fishermen, and finally hesitant societal regulation of access came into play. In some cases – as in the cod fisheries on Canada’s eastern coast (...) – societal interventions came too late to save the resources”
(Meadows, 2004:229).

“Os problemas ambientais do mundo são maiores do que a soma dos que cada país tem. Com certeza que já não se pode tratar deles numa base puramente racional. (...) A tendência crescente para o isolacionismo demonstra que o ritmo actual da história não está em harmonia com as aspirações humanas, nem sequer com as suas hipóteses de sobrevivência. O desafio que nos espera é transcender os interesses próprios dos nossos respectivos países e aceitar um interesse mais vasto – a sobrevivência da espécie humana num mundo ameaçado”
(Bruntland, 1987:291).

I. 1. Evolução da relação humana com os recursos marinhos

I. 1.1. Paleolítico

A subsistência do Homem Paleolítico baseava-se na predação, e como tal a caça era a principal fonte de obtenção das proteínas, ainda que suplementada pela recolha de frutos silvestres, pela pesca e pelo mariscar em zonas favoráveis (Cuenca Toríbio, 1992:18).

Terá sido no Paleolítico Superior que a pesca mais se distinguiu, sobretudo a pesca fluvial, à base de salmões, trutas e percas, ainda que não tenha deixado de ser um complemento à caça⁴ (Cuenca Toríbio, 1992:19). Era uma pesca de subsistência. O maior interesse era capturar o suficiente para as necessidades diárias, o que era feito com recurso a artes de pesca rudimentares, algumas vezes era com as próprias mãos (Vaz-Pires, 2006:8), “ (...) baseando-se fundamentalmente no conhecimento e compreensão do próprio peixe pelo pescador” (Borges, 2003:2).

A caça e a pesca eram as principais tarefas do quotidiano do Antepassado Paleolítico, de tal forma importantes que estes gravavam e desenhavam nas paredes das suas cavernas, “ (...) com bastante realismo e facilidade, os animais que lhe eram familiares, demonstrando, assim, a importância da pesca e da caça nos seus afazeres” (Ramos, 1982:53). O que faziam envolvidos em rituais, na esperança de poderem vir a caçar os animais desenhados através de técnicas também desenhadas.

A figura 2, uma gravação madalenense feita sobre osso, ilustra a importância da pesca do salmão, já que a coloca no mesmo plano da caça de cervos. É uma representação pouco vulgar nas pinturas do Paleolítico Superior, o que coloca esta gravação num distinto patamar, no âmbito da relação de primazia da caça sobre a pesca.

Tal como refere Cuenca Toríbio (1992:19), o conhecimento dos factos passados, mesmo que com relativo rigor, só é possível graças às escavações arqueológicas (e métodos de datação), que para este período identificaram vários utensílios utilizados na pesca, como (...) arpões, anzóis e vertebrae dos peixes citados. Passados mais de 40 mil anos, o anzol ainda é utilizado da mesma forma; só alterou o molde, que foi aperfeiçoado, e a matéria da fabricação passou

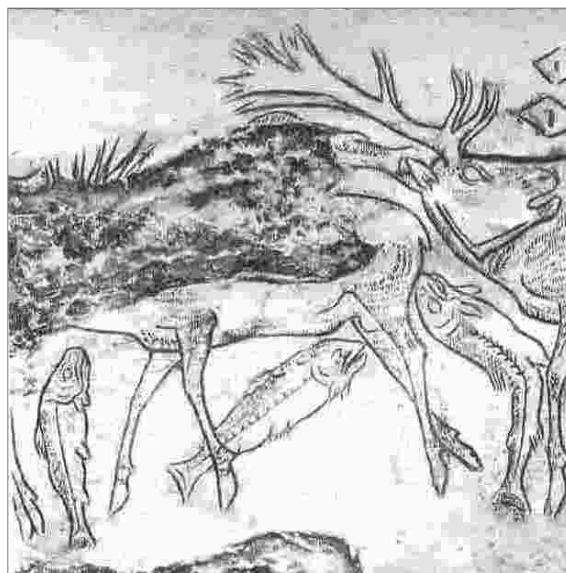


Figura 2 – Gravação madalenense (Paleolítico Superior) feita sobre osso, com duas figuras de cervos e uma representação pouco frequente nestas pinturas de salmões

Fonte: Cuenca Toríbio, 1992:19

⁴ Segundo Cuenca Toríbio (1992:19), “talvez devido a que a conservação de restos de peixes se pode considerar excepcional, que não há demasiadas evidências da actividade pesqueira quando comparada com a caça.”

de osso para metal. Aliás, a pesca submarina por meio de arpões foi disseminada no Paleolítico (Guthrie, 2005:298).

Em 2003, na caverna de Tianyan, perto de Pequim, os arqueólogos encontraram restos de ossos fossilizados de um homem moderno, mas com algumas características dos homens primitivos: nos dentes e no osso da mão. As ossadas foram datadas como tendo cerca de 40 mil anos, através do método de datação isotópica⁵, o que torna este esqueleto o mais antigo (de um homem moderno) já descoberto na Eurásia Oriental. A relevância deste achado está nas análises realizadas ao material, que revelaram que pelo menos este indivíduo era consumidor regular de peixe⁶ (Hu, 2009:10972-10973).

Sabemos que é irrealizável saber a data exata do início da pesca, mas reconhece-se que terá começado há 40 mil anos, com o Homem de Tianyan, cuja análise laboratorial indicou consumir peixe de forma regular.

I.1.2. Mesolítico

A particularidade deste período, com importância para o presente estudo, está no facto de ter-se iniciado a economia produtiva. O que proporcionou um maior controle das fontes de alimentação, potenciou a sedentarização de algumas civilizações, por regra, próximo do litoral ou junto a linhas de água no interior, e transportou as pescas para um lugar de destaque no quadro das principais formas de subsistência. Por exemplo, Maglemose e Kunda, na Dinamarca, passaram a ser constituídas por uma população de “ (...) pescadores sedentários [que] pescavam em águas continentais, como o provam diversas descobertas de arpões, canas de pescar, anzóis e redes. Pertence a esta época a embarcação mais antiga que se conhece, encontrada em Presse (Holanda), com cerca de 3 m de comprimento e constituída por um tronco de madeira escavado pelo fogo” (AAVV, 1989:55).

As primeiras evidências arqueológicas, no que se refere ao consumo de grandes quantidades de moluscos, que ainda hoje impressionam pela dimensão, reportam exatamente a este período⁷. Referimo-nos, como é natural, aos Kjekkenmoddinger⁸ (dinamarqueses), conforme figura 3, “ (...) cujas conchas chegam a formar autênticos montes com mais de 100 m de comprimento, 50 m de largura e 4 m de altura” (AAVV, 1989:55).

⁵ Método de datação radiométrico (absoluto). Com base na valoração quantitativa dos isótopos de uma determinada substância, em função da sua massa atômica, calcula-se o número real de unidades de tempo (anos) passadas desde a ocorrência de um acontecimento. Pode ser utilizado para determinar a idade de fósseis, rochas ou sedimentos.

⁶ Texto Original: “Analysis of a bone from one of the earliest modern human in Asia, the 40,000-year-old skeleton from Tianyuan Cave near Beijing, has shown that at least this individual was a regular fish consumer” (Hu, 2009:10972-10973).

⁷ Influenciado pela alteração do clima (chuvoso e húmido), que propiciou o desenvolvimento das florestas, o Homem fixou-se ao longo da costa, como aconteceu com a civilização de Ertebolle.

⁸ Tradução em português: “restos de cozinha”. Em inglês: *kitchen midden* ou *shell heap*.



Figura 3 – *Kitchen midden* na ilha Elizabeth (estreito de Magellan). Escavação de Albatross
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Kitchen_midden, em 21SET11

Esta atividade recolectora ultrapassou largamente as fronteiras do báltico. Inclusive apareceu em Muge (Portugal), por descoberta de Carlos Ribeiro⁹ em 1863 (Torgal, 1999:664).

De acordo com King (1991:80-81), os nativos americanos que habitavam as costas da Califórnia à cerca de 7500 anos eram conhecidos por fazerem pesca com anzol (na forma de gancho) e linha, instrumentos evoluídos durante o Paleolítico e que representam uma prática muito próxima do que ainda hoje se faz na pesca lúdica. Algumas tribos já tinham conhecimentos (adquiridos empiricamente) de como retirar as toxinas das plantas e de introduzir no anzol, para que quando o anzol trespassasse o peixe, o veneno entrasse na sua corrente sanguínea e permitisse mais facilmente a sua captura (Rostlund, 1952:188-190).

Concluimos que foi na pré-história que se inventaram “(...) as 5 artes de pesca que ainda hoje são as responsáveis pelo maior número de capturas a nível mundial: pela ordem provável em que foram inventadas, os anzóis, as armadilhas, as redes de emalhar, as artes de cercar e as artes de arrastar” (Vaz-Pires, 2006:11). Contudo, saliente-se que a escala de ação era mais pequena, e que as artes de pesca eram mais rudimentares, por comparação ao que se verifica na atualidade.

I.1.3. Civilizações Pré-Clássicas

No processo de emersão da Mesopotâmia (Médio Oriente Antigo), nas margens dos rios Tigre (Idiqlat) e Eufrates (Purattu), o Ser Humano começou a gerir melhor os ciclos produtivos.

⁹ Primeiro geólogo português e impulsionador da Arqueologia em Portugal, sobretudo através da atividade arqueológica da Comissão Geológica. Entre as várias descobertas em Portugal, destacam-se as das grutas do Poço Velho (Cascais), das Antas do Monte Abraão (Belas) e do povoado de Leceia (Oeiras).

Começou por desenvolver a agricultura, mas também melhorou as técnicas de pesca, fruto das condições orográficas e climatológicas¹⁰ (Postgate, 1992:21;23). Aliás, os Sumérios¹¹ prestavam culto à Deusa Nanshe, patrona da pesca e da adivinhação, especialmente na cidade de Lagash¹², o que só enfatiza a importância já então dada às pescas (Bertman, 2003:123).

A Civilização Fenícia, que se desenvolveu sob a influência das culturas suméria e acádica, da vizinha Babilónia, apresentou os primeiros grandes marinheiros e comerciantes do mundo clássico¹³.

A estrutura geográfica do território e a escassez de terras férteis fizeram com que a economia dos fenícios evoluísse da pesca e da agricultura para uma economia mercantil (figura 4), que estenderam a todo o mediterrâneo (não usando para isso o poder militar). No entanto, por necessidade alimentar, e pelo à-vontade no meio marinho, a pesca foi simultaneamente uma atividade primária, enquanto atividade extrativa de grande importância, e secundária, enquanto atividade comercial.

A pesca do atum, que está entre as mais antigas em todo o mundo, pode ter começado com a pesca fenícia de atum rabilho (*Thunnus thynnus*) no Estreito de Gibraltar, por volta de 2000 aC¹⁴.

Devido ao desenvolvimento de instrumentos e técnicas de pesca e navegação, capturavam o suficiente para abastecer a própria população, que consumia pescado de forma regular por falta de alternativas; criavam ainda excedentes, que eram canalizados para os circuitos comerciais no Mediterrâneo, recorrendo a métodos tradicionais de preparação e conservação de pescado que à altura já mestream.

A pesca era tão importante que os antigos fenícios tinham uma divindade associada aos recursos pesqueiros, a quem prestavam homenagem, conhecida por Melqart. Posteriormente, em Roma e no Ocidente Moderno, esta divindade passaria a chamar-se Hércules. Também

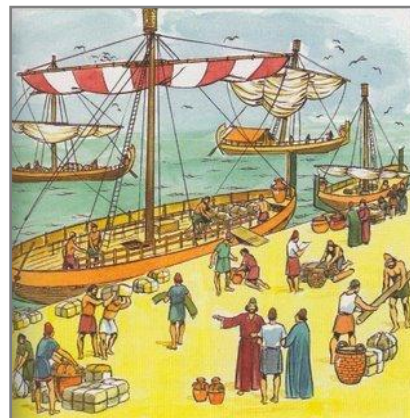


Figura 4 – Comércio marítimo fenício

Fonte:

<http://andohistoriando.blogspot.com/2009/04/fenicios.html>, em 21SET11

¹⁰ Texto Original: “Nissen concentrates on the proposed change in the southern landscape, accepting on the basis of Nutzel’s data that around 4000 BC most of the south of Sumer was a marsh, capable of sustaining a fishing and fowling population but not agriculture” (Postgate, 1992:21).

¹¹ A Civilização Suméria localizava-se na parte sul da Mesopotâmia.

¹² Texto original: “Nanshe - A Sumerian goddess, worshiped especially in Lagash, who was the divine patron of fishing and divination” (Bertman, 2003:123).

¹³ É atribuída aos fenícios a criação do alfabeto, uma das mais importantes contribuições para o desenvolvimento da civilização mundial.

¹⁴ Texto Original: “Bluefin tuna fishing has existed in the Straits of Gibraltar since Phoenician times. Tuna fisheries are among oldest in the world with Phoenician trap fisheries for bluefin tuna operating in Mediterranean around 2000 BC.” Consultado em http://www.nautilus.hr/bluefin_tuna_fishing.htm, em 28SET11.

atribuíram o nome de Sidon (para eles significava pesca) ao porto da cidade de Sidónia, localizada no sul do estado do Líbano (Mark, 2009:online).

Na cidade espanhola de Gades (atual Cádiz), ainda é visível a relevância antiga do atum rabilho, porque nessa época as moedas foram cunhadas com a cabeça de Melqart (Deus fenício) no ante-verso, e com uma imagem alusiva ao atum no verso, conforme imagem 5.



Figura 5 – Moeda fenícia
Fonte: http://www.nautilus.hr/bluefin_tuna_fishing.htm, em 28SET11

Os fenícios desenvolveram a construção naval. Construíram embarcações de grande porte, em madeira, movidas à vela ou a remos,

em que se destacaram os birremes. De acordo com Vaz-Pires (2006:13), ainda hoje se manifestam no sul de Portugal “ (...) *muitos hábitos e formas de trabalhar no Mar derivadas dos conhecimentos fenícios, como os olbos nas pinturas laterais das proas das embarcações e o uso de alcatruzes para a pesca dos polvos.*”

Shogun (2008:online) salienta a popularidade da pesca de costa, indica espécies e artes preferidas pelos fenícios, conforme citação: “ (...) *the main fishing boat used was a medium sized (about 20 feet) row and sail boat which is still popular today. Shore fishing was also popular, and sometimes the preferred method. Primary fishing implements were several different kinds of nets, the pole and hook, harpoons, tridents, and baskets. Typical catches were tilapia, tench, catfish, and sardines.*” O mesmo autor continua, dizendo que a estrutura das pescas cartaginesas era em tudo igual à das pescas fenícias, por serem duas civilizações contíguas, tendo descendido a segunda da primeira. Também em Cartago a pesca era um dos principais meios de abastecimento alimentar da população.

Contudo, terá sido no Egito, nas margens do rio Nilo, que mais realce iriam ter as pescarias (Sahrhage & Lundbeck, 1992: 34-41). O paradigma dominante até então, assente numa pesca de subsistência, desenvolveu-se, e originou um novo paradigma, que nos dias de hoje designamos por pesca desportiva. Simultaneamente, o pescado adquiriu uma nova finalidade – passar a alimentar os animais sagrados¹⁵ (Anson, 1932:20).

Os egípcios desenvolveram as técnicas e artes de captura, e também as metodologias de conservação dos alimentos¹⁶. Pescavam com canas e linhas com anzóis, construíram redes com nós de boa qualidade, e utilizavam a salga e a secagem, entre muitos outros processos de preparação e conservação de pescado (Anson, 1932:20; Vaz-Pires, 2006:12).

¹⁵ Texto original: “*Fish seems to have been the normal article of food for those who lived on the banks of the Nile or in its neighborhood. Moreover, there were certain sacred animals which had to be fed on fish. Hence the enormous development of Egyptian fisheries as early as 2000 B.C. The harpoons in use at that time were either barbed or trident-shaped, the former not unlike those employed to-day in whalefishing*” (Anson, 1932:20).

¹⁶ As técnicas de conservação dos alimentos beneficiaram do facto dos egípcios serem muito dedicados ao culto dos mortos, conservando na forma de múmia os faraós (Vaz-Pires, 2006:12).

Segundo Vaz-Pires (2006:12-13), já nesta altura os egípcios faziam uso de muitos dos “ (...) *princípios da Microbiologia, ramo da Biologia que só viria a ser descoberto com a utilização do microscópio, inventado por Janssen e utilizado por Leevanboek e Robert Hooke a partir dos séculos XVI e XVII.*”

A figura 6 ilustra como se fazia a pesca no rio Nilo, e a figura 7 ilustra o transporte, divisão e salgamento do peixe.



Figura 6 – Pesca no Antigo Egito (esquerda)

Fonte: Anson, 1932:21

Figura 7 – Transporte, divisão e salgamento de peixe no Antigo Egito (direita)

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Fishing>, em 21SET11

Cada vez mais a pesca continuava a constituir uma importante fonte de alimento, mas também começava a representar um novo modo de vida, fornecendo identidade a algumas comunidades (Brewer & Friedman, 1989).

Segundo Ramos (1982:80), para os egípcios a pesca era uma das mais apreciadas atividades populares, entre as praticadas em plena natureza¹⁷, o que no fundo significa o início da instrumentalização das pescarias.

Neste período, fora do perímetro do Mediterrâneo, e com uma estreita ligação à pesca e ao pescado, só existe a Civilização Chinesa. Segundo Vaz-Pires (2006:13), terá sido na China, por volta do ano 4000 a.C., que teve início a prática da produção extensiva de carpas em aquacultura. Nesta altura já os chineses eram bons pescadores e grandes consumidores de pescado, tanto de captura, como de produção aquícola. De acordo com a FAO (2011a:online), existem registos da prática de aquacultura em águas interiores que datam de há 2400 anos, e existem registos do cultivo de peixes marinhos e crustáceos que datam de há 1700 a 2000 anos.

A FAO (2011a:online) salienta o trabalho “*Fan Li on Pisciculture*”, distingue-o por ser o primeiro escrito em todo o mundo sobre a produção aquícola de peixe, e por ser o primeiro realizado na China a abordar esta temática, referindo que tem a vantagem de passar o legado da experiência que os chineses tinham acumulado com a cultura de carpas em lagoas no século V

¹⁷ “A vela e a pesca constituíam também atividades muito apreciadas, do ponto de vista profissional e recreativo. Para a pesca, serviam-se da linha e do anzol, da rede de arrasto e do arpão, sendo o Nilo bastante procurado por causa da abundância de peixe” (Ramos, 1982:80).

a.C.¹⁸ Salienta-se algumas divergências de datas. Sharp (2010:2) indica que o documento está guardado no *British Museum*, e que terá sido realizado por volta de 800 a.C. – o que não está de acordo com a informação veiculada pela FAO (2011a:online).

Vaz-Pires (2006:13) refere que os chineses estão indicados como sendo os primeiros no mundo a criar leis para a proteção dos *stocks* de peixes. O que revela já nessa data a existência de uma consciência ambiental, ainda que muito incipiente. Essas leis consistiam em restrições em alguns períodos do ano e na interdição de algumas zonas de pesca, “ (...) o que demonstra bem que a sua dedicação ao Mar era importante e que os conhecimentos em relação aos fenómenos da Biologia eram já relativamente profundos. Há também referências ao uso, na China, cerca de 1100 a.C., de pequenas casas feitas com gelo no Inverno, onde era guardado gelo para utilizar no Verão, em conservação de alimentos.”

Atualmente, um importante legado histórico, resultante do isolamento da China, é a persistência de práticas tradicionais no uso dos recursos naturais (Nanzi & Goomes, 2002). É exemplo disso a pesca com cormorão, um método de pesca tradicional, realizado à noite, que teve origem na China e no Japão, aproximadamente em 960 d.C. (Jackson, 1997; JNTO, 2012).

Nesta pesca o anzol é substituído por uma ave, o corvo-marinho designado também por cormorão (*Phalacrocorax carbo*), que apesar de ser treinado/domesticado para essa tarefa, é biologicamente um exímio pescador na forma como retira os peixes da água. Como funciona esta pesca? Primeiro, o pescador alimenta o cormorão, reduzindo assim o seu apetite. Segundo, amarra uma palha/fio perto da base da garganta da ave (figura 8), não para matar mas para impedir que o peixe desça para o estômago. Terceiro, lança-o à água para pescar os peixes. Como tem a garganta amarrada, a ave não consegue engolir o peixe que captura, e vai armazenando o peixe na



Figura 8 – Pesca com Cormorão na China (esquerda)

Fonte: <http://ruixcp.blogspot.com/2009/09/pesca-com-o-cormorao-na-china.html>, em 01OUT11

Figura 9 – PrintScreen da imagem do filme “*Chine - La Peche au Cormorant*” (direita)

Fonte: Schmitt, 2011:online

¹⁸ “Records of inland aquaculture in China date back 2 400 years. Marine fish and shellfish were farmed slightly more recently, dating back 1 700 - 2 000 years. “Fan Li on Pisciculture” is the earliest existing work in China on fish farming. It is also the first written work in the world on fish farming and sums up the rich experience of raising carp in ponds in the fifth century B.C.” (FAO, 2011a:online).

“goela”. O pescador, atento, observa quando a ave já acumulou alguns peixes, puxa-a de volta ao barco, e retira os peixes da goela da ave (figura 9).

Esta arte deixou de ser economicamente viável quando surgiram as redes de pesca, e neste momento está em risco de desaparecer, como acontece no lago Lake Erhai, um dos maiores do país, e um importante centro de pesca no Sudoeste da China.

Trata-se de uma arte de pesca ancestral que permitia o sustento das populações ribeirinhas, da qual dependiam em termos alimentares, mas que não acompanhou a evolução económica chinesa. Não podemos negligenciar as mudanças estruturais (culturais e económicas) que operam na China, desde que começou a integrar os mercados mundiais, e que também auxiliam a alteração do padrão cultural e funcional (Nanzi & Goomes, 2002). Aliás, atualmente isso é visível na solução que os pescadores que pescam com cormorão encontraram para continuar a ter trabalho, e assim poderem sustentar as suas famílias: mostrar aos turistas a ancestral forma de pescar recorrendo à ave, estreitamente com finalidade comercial, isto é, a pesca passou a ser um produto turístico que vende. Será que a evolução foi positiva? A verdade é que, se anteriormente os chineses comiam o peixe que pescavam, agora compram o peixe que comem. Mostram aos turistas como se pescava no passado (ONTJ, 2008:20), mas são abastecidos pela força da pesca industrial. Esta arte de pesca está documentada no filme “*Chine - La Pêche au Cormorant*”, de autoria Schmitt (2011:*online*). O filme mostra um pescador chinês chamado Yangshuo a utilizar esta técnica, de noite, no rio Li (China).

I.1.4. Civilizações Clássicas

Quando entramos no período da Antiguidade Clássica, observamos novamente a pesca como elemento de relevo, de dependência para o Ser Humano, e simultaneamente caracterizador das civilizações.

Na Grécia Clássica os escritos antigos sobre pescas são quase inexistentes. Contudo, temos várias orientações que nos permitem concluir que as pescas eram muito importantes: (1) registos arqueológicos: pratos de cerâmica de figuras vermelhas decorados com peixes, como sargos, polvo, lulas e chocos, conforme figura 10; (2) conhecimentos geográficos: a da *polis* ateniense era quase toda banhada pelo mar e a costa permitia a prática da pesca; (3) e conhecimentos de Biologia Marinha: grande variedade de peixes e frutos do mar (Trendall & McPhee, 1987,1990).



Figura 10 – Prato de cerâmica de figuras vermelhas
Fonte: http://merrington.com/gallery/classical/fish_plate.html, em 23SET11

Chevitarese (1996:57-58), em complemento, diz-nos que “ (...) o produto da pesca era um importante suplemento alimentar dos atenienses, principalmente dos camponeses áticos”; o que faz todo o sentido, porque em situação de ameaça ou ataque bélico externo, tornava-se necessário fechar a cidade, para evitar a conquista, mas continuava a ser necessário alimentar a população, o que podia ser feito a partir dos recursos marinhos explorados na costa.

Evidenciando a importância das pescas para os helénicos, mas do ponto de vista gastronómico, Vaz-Pires (2006:13-14) refere que temos “ (...) registo de inúmeras receitas culinárias e formas de preparar produtos do Mar, e está demonstrada a grande representatividade destes produtos na alimentação dos gregos”.

Apesar da evidente importância do peixe na dieta alimentar grega, a atividade pesqueira era desvalorizada face às restantes atividades económicas. Daí os textos antigos serem parcos em informação sobre os pescadores, ainda que os achados arqueológicos permitam concluir que esses, enquanto profissionais, eram respeitados (Macdowell, 1978:157).

Este enquadramento, não muito positivo, verifica-se, por exemplo, no diálogo “*As Leis*”, provavelmente o último escrito por Platão (reeditado em 1999), quando este recomenda aos amigos: “ (...) que jamais sintam desejo ou anseio pela caça marinha, ou pesca com anzol, ou mesmo pela perseguição aos animais marinhos, já que, estando dormindo ou acordado, as cestas usadas como armadilhas caçarão por vocês” (Chevitarese, 1996:59). Naturalmente, ao ser mais fácil deixar as armadilhas “caçar sozinhas”, está a retirar-se aos pescadores muito do protagonismo. Devido à importância/dependência do pescado na gastronomia, denota-se já neste período a vontade de maximizar as capturas, mecanizando e instrumentalizando as pescas – o que não configura o melhor cenário para a preservação das espécies.

A situação das pescarias no Império Romano era muito semelhante à verificada na Grécia, o que é natural porque foram as duas contíguas, e as mais importantes civilizações do período clássico. Não obstante, este período que vamos estender até ao início da era cristã confere a Roma maior proeminência para as pescas, sobretudo devido à intensa e extensa romanização.

Inicialmente os romanos não teriam grande apetência para o consumo de pescado, ainda que fossem distintos marinheiros, mas a situação alterou-se diametralmente aquando da conquista e incorporação da cultura do povo grego, “ (...) o que levou a que o peixe passasse a ser considerado um alimento requintado e só acessível aos mais ricos, tornando-se numa verdadeira moda o seu consumo” (Vaz-Pires, 2006:14).

A extensa rede viária construída pelos romanos, onde se cruzavam pessoas e mercadorias e capaz de aproximar gentes e cidades, desenvolveu o comércio regional e internacional, e potenciou a diversificação e inovação nas atividades económicas até ao final da Idade Antiga. Por

exemplo, geralmente os egípcios e os helénicos utilizavam como método de conservação do pescado a salga. Os romanos perpetuaram a utilização dessa técnica, ainda de forma mais intensa, como no caso do atum. Edificaram fábricas de salgados, semelhantes à que foi descoberta em Setúbal (figura 11), em 1979, aquando das escavações dos alicerces de um prédio no centro da cidade (Vaz-Pires, 2006:14). No entanto, mesmo recorrendo a essa técnica, inovaram e produziram várias outras técnicas; por exemplo, umas vezes utilizavam o azeite na conservação de pescado, outras utilizavam o vinagre numa espécie de escabeche¹⁹, e ainda “ (...) são indicados como estando entre os primeiros [pensa-se que antes só mesmo os egípcios] a fazer uso corrente do frio para conservar o pescado: recolhiam neve e gelo naturais e usavam-nos para aplicação directa no pescado, ainda hoje um processo simples e o mais usado para conservar estes produtos”, o que realça a importância do peixe na sua dieta alimentar (Vaz-Pires, 2006:14).



Figura 11 – Ruínas da Fábrica Romana de Salga

Fonte:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74797/>, em 28SET11

Muitas outras inovações se verificaram no tempo dos romanos. Melhoraram as técnicas de pesca (utilizavam redes de arrasto com chumbo ou seixos para as fazerem descer em profundidade), desenvolveram o isco (utilizavam isco semelhante ao utilizado atualmente, como peixe cru ou cozido, com elevado grau de criatividade, misturando no isco ervas aromáticas, como tomilho, alecrim e menta), e montaram uma estrutura de controlo e gestão dos pescadores e embarcações (dois pescadores por embarcação, um remador e um pescador)²⁰. Apesar de tanta inovação, mantiveram algumas práticas ancestrais, a que podemos chamar práticas culturais e identitárias, tais como desenhar peixes nas paredes de suas habitações²¹ (Anson, 1932:30).

Não será abusivo dizer que foi a dimensão do império, tanto em efetivos como em área, que impulsionou o desenvolvimento das pescas como forma de alimentar uma população carenciada e um exército numeroso. Mais uma vez se verifica a necessidade, do Ser Humano, desta fonte de alimentação. Como se procedeu o desenvolvimento das pescarias? Primeiro, trataram da

¹⁹ O Escabeche é uma forma de marinada em vinagre, visando a conservação e processamento de vários alimentos.

²⁰ “Various kinds of bait seem to have been used, flies, spiders, worms, fish, raw or cooked, meat, etc., being favourites. The Romans supposed that fish were more attracted by cooked than by raw meat. Sometimes fragrant herbs such as thyme, rosemary, and mint were mixed with the bait. Lines were weighted with small pebbles or lead. The ordinary kind of spear used in fishing by the Roman fishermen was a three-pointed harpoon fixed on to a pole of about nine feet in length. Two sorts of nets were used off the coast of Italy and Gaul: one like a small drag-net, the other, much larger, was similar to the modern seine-net; it required several men for hauling. Hand-nets not unlike a shrimp net were also employed by the Roman fishermen. As for the fishing-boats themselves, they seem to have been small craft very low in the water, carrying two men, one of whom rowed while the other fished” (Anson, 1932:30).

²¹ “One often sees paintings of this fish on the walls of the Roman houses” (Anson, 1932:30).

organização, definindo o número de homens e seus afazeres por embarcação. Segundo, tornou-as eficazes e eficientes, logo lucrativas; o que tem conferido aos romanos a designação de primeira civilização com um setor de pescas estruturado, ao que nos nossos dias diríamos que já dispunham de um autêntico *cluster* das pescas (Anson, 1932:30).

Os destacados jogos romanos também ajudaram a evidenciar as pescarias, porque mais uma vez o peixe foi utilizado nas práticas desportivas.

Na América Latina, igualmente dentro do período clássico, trabalhos de investigação arqueológica indicam que *“a pesca era praticada intensamente e não resta dúvidas que já eram conhecidas embarcações de porte razoável, o que permitiu aos pescadores afastarem das praias para a prática de seu mister. A cultura de maior importância do período foi a dos Mochicas ou Moches, que são principalmente identificados pela cerâmica peculiar, conhecida por Vasos-Retratos”* (Abreu, 1995:152-153).

Com o aparecimento do cristianismo o consumo de peixe cresceu de forma exponencial, ao ponto de uma refeição de peixe ser diferenciadora, ao nível dos mais abastados. A pesca marítima desenvolveu-se (junto à costa já não era suficiente), e consequentemente os processos de conservação foram melhorados, não só do peixe mas também da carne.

Mais tarde, o consumo de peixe tornar-se-ia um símbolo religioso para os cristãos, por exemplo, servindo de alimento aos que faziam os dias de jejum. Aliás, a importância do peixe na dieta alimentar dos cristãos é de tal forma importante que existem na Bíblia várias passagens conectadas às pescas, semelhantes à seguinte citação, onde Jesus depois de falar às multidões, a partir da barca de Simão, convidou um apóstolo a fazer-se ao largo para pescar: *“Duc in altum”*. *Assim fizeram e apanharam uma grande quantidade de peixe. As redes estavam a romper-se, e eles fizeram sinal aos companheiros que estavam no outro barco, para que os viessem ajudar. **Vieram e encheram os dois barcos, a ponto de se irem afundando**”* (Novo Testamento, Lucas 5, 4 e 6).

Até aqui verificamos que a pesca era feita somente com o intuito de satisfazer as necessidades básicas, o que remete para a dependência humana das pescarias. A capacidade das capturas era muito baixa, e o ótimo era pescar muito, porque significava mais alimento para a população. Quando se lê a citação do *Novo Testamento*, não se deve relacionar os barcos demasiado cheios com uma pesca descontrolada, não tem o mesmo significado que a sobrepesca na atualidade. Trata-se de um simbolismo histórico. Porém, em boa verdade, não existem preocupações com potenciais impactes ambientais no meio marinho; e, se eles não se evidenciam nesta altura é porque a capacidade destrutiva do Ser Humano era insignificante.

I.1.5. Idade Média

Após a queda do Império Romano do Ocidente, inicia-se o período da Idade Média, compreendido entre 476 e 1453 d.C.. Ao longo dos primeiros séculos deste período, o principal sustento dos povos foi a agricultura, o que originou o sistema feudal, e as pescas regrediram, no entanto mantendo ativas as atividades que vinham a ser desenvolvidas. Nesta conjuntura, de estagnação das pescas, “ (...) parece ter havido uma transferência dos grandes centros de salga e processamento de pescado do Mediterrâneo para o Mar do Norte, embora os métodos pouco tenham evoluído” (Vaz-Pires, 2006:14-15).

Avançando até ao século VIII, importa realçar o papel dos Vikings²², fundadores da pesca comercial. O trabalho destes povos consistia no transporte e comercialização de peixe, principalmente bacalhau seco, entre o norte e o sul da Europa. Tal como tinha acontecido com as anteriores civilizações, voltaram a ser as condições físicas que determinaram a base económica destes povos germânicos, conforme refere Harrison *et al.* (2008:33): “*Due to the vast differences in Seandinavian topography, it is difficult to generalize when discussing the way in which men wrested a living from the land. In the far north and along Norway’s western seaboard survival was dependent on a combination of fishing, hunting and the ownership of sufficient pastureland on which to graze livestock.*”

A figura 12, uma iluminura inglesa manuscrita, ilustra a componente guerreira dos Vikings, a sua aptidão para a navegação; mas também a sua capacidade comercial, base da sua economia, no que se refere à captura dos peixes (parte inferior da iluminura).

Durante a Idade Média o bacalhau era utilizado como comida fria nos dias de jejum impostos pela Igreja Católica, e assim fazia o contrapeso com as designadas carnes quentes, aproximando a religiosidade da cultura dos povos cristãos.

Abel & Consiglieri (1998) refere que o “*número de dias de jejum e abstinência a que se sujeitavam anualmente os portugueses era considerável, não se limitando ao período da Quaresma, a época do ano em que o bacalhau era “rei” à mesa.*”



Figura 12 – Navios Viking a chegar à Grã-Bretanha (c. 1130)

Fonte: The Granger Collection, New York. Disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/628781/Viking>, em 22SET11

²² Nome dado aos povos germânicos que habitavam a região da Península da Escandinávia (Dinamarqueses, Noruegueses, Suecos), conhecidos no Ocidente pelo nome de Normandos, e que a partir do final do século VIII efetuaram expedições à Europa Ocidental.

Sempre que existissem eventos religiosos a igreja não permitia refeições de carne, aumentando assim a dependência do peixe. Como estes aconteciam com elevada frequência, o número de dias de jejum era elevado. São exemplo a *“Quarta-Feira de Cinzas e todas as Sextas e Sábados da Quaresma, nas Quartas, Sextas e Sábados das Têmperas, (n)as vésperas do Pentecostes, da Assunção, de Todos-os-Santos e do dia de Natal e ainda nos dias de simples abstinência, ou seja, todas as Sextas-Feiras do ano não coincidentes com dias enumerados para as solenidades, os restantes dias da Quaresma, a Circuncisão, a Imaculada Conceição, a Bem-Aventurada Virgem Maria e os Santos Apóstolos Pedro e Paulo”* (Abel & Consiglieri, 1998).

A capacidade de capturar peixe sempre existiu, mas o arranque de uma evolução que não teria precedentes, assente na valorização da maximização, terá acontecido durante o século XIV; arranque que atingiria o auge, ou seja, o pico em que as capturas se tornaram excessivas, no fim do século XIX, tornando-se mesmo destrutivas ao longo do século XX.

Esta cronologia é defendida por Vaz-Pires (2006:15), quando considera que neste período surgiram os tipos de pesca mais importantes de sempre, referindo-se à pesca do bacalhau com aparelhos de anzol e à pesca do arenque com redes de emalhar de meia água. O autor diz mesmo que estas artes, vocacionadas a estas espécies, eram já *“ (...) praticadas a uma escala industrial e de forma economicamente planeada”*, e que talvez por isso sejam estas as espécies *“ (...) para as quais existem [atualmente] mais técnicas diferentes de preparação e conservação: são conhecidas e praticadas há cerca de 500 anos!”*

I.1.6. Idade Moderna

O desenvolvimento iniciado na Idade Média teve continuidade na Idade Moderna, entre 1453 e 1789. Tanto em técnicas de captura e equipamentos de pesca, como nas quantidades capturadas, que cresceram de forma exponencial, ainda que sem paralelo ao que se verificou no século XX.

Entre meados do século XV e finais do século XVII a disponibilidade, autonomia e capacidade dos navios aumentou. Começaram a atravessar oceanos na exploração dos recursos haliêuticos, e para a acompanhar surgiram várias máquinas que simplificaram o trabalho artesanal, e conferiram mais eficácia às pescarias (Vaz-Pires, 2006:15).

Apesar do franco desenvolvimento do setor, as capturas não eram suficientes para alimentar uma população mundial em crescente. A situação era agravada pela complexa gestão dos mares e oceanos, que fomentou uma forte rivalidade e crispação entre as grandes potências da época, no acesso ao pescado, e inclusive deu origem a vários conflitos armados, de que são exemplo as *“Guerras do Bacalhau”* (1532), entre ingleses e alemães pelo controle da pesca do bacalhau na

Islândia, ou do conflito entre ingleses e espanhóis (1585). Os recursos haliêuticos tornaram-se fundamentais para a alimentação e para o comércio das nações, e o seu controle justificava a guerra.

No século XVIII foram construídas as primeiras máquinas a vapor na Inglaterra, que viriam a constituir as bases da Revolução Industrial; seguidas da invenção do primeiro “motor”, o que veio alterar completamente o paradigma existente, porque estas máquinas foram capazes de substituir nas pescas o esforço humano. De facto, **é este fator que desequilibrou a relação do Ser Humano/Recursos Marinhos**, portanto responsável pela crescente redução da biodiversidade marinha (Vaz-Pires, 2006:16).

Com pormenor, este fator desequilibrou totalmente a relação Homem/Ambiente, e minou a estabilidade dos ecossistemas da biosfera. Tratou-se de um ataque incisivo, de proporções calamitosas, que atingiu da mesma forma todos continentes, ainda que os países do Sul tenham sofrido não para seu desenvolvimento, mas para permitir o crescimento dos países do norte, designados de desenvolvidos²³.

A indústria pesqueira desenvolveu-se de forma incomensurável, e na Europa e na América começou a crescer a tendência de consumir o pescado fresco. Em resposta, fazem-se estudos sobre conservação em fresco, e a comercialização começa a ser feita com o pescado ainda vivo, tal como é normal acontecer nos países orientais (Vaz-Pires, 2006:16).

Quando a maquinaria passou a ser mais leve e eficiente, quando deixou de ter grandes dimensões e passou a ser móvel, foi aplicada a locomotivas, a navios de carga e de pesca, e a automóveis. Se até este momento as pessoas tinham de se deslocar a um determinado espaço para trabalhar na máquina, a partir deste momento a máquina podia deslocar-se até à pessoa, o que altera por completo e de forma irreversível a estrutura e funcionamento da sociedade: “(...) *os artesãos dão lugar aos operários, necessários para o trabalho com as máquinas, nas fábricas; a família, que antes desenvolvia o trabalho em casa, passa a ter que prescindir de um ou mais elementos para realizar o trabalho na fábrica, fora de casa*” (Vaz-Pires, 2006:16).

²³ Sobre este tema é importante referir o trabalho da Professora Doutora Cristina Carapeto, que ao abordar as substâncias tóxicas que afetam os ecossistemas aquáticos, indica alguns metais que foram libertados de forma negligente no meio ambiente, por via desta atividade industrial empreendida junto dos países ditos “subdesenvolvidos”, numa altura em que todos os atos justificavam os fins, desde que visassem o crescimento económico. Destacam-se duas das doenças induzidas: *Minamata* e *Itai-itai*. A primeira, resultou do “envenenamento” por mercúrio da vida existente na Baía de Minamata, na costa oeste da ilha de Kyushu (Japão), por parte de uma fábrica que produzia fertilizantes, carbonetos, plásticos e produtos petroquímicos, acabando com o sustento de uma população que dependia do pescado para viver (Carapeto, 1999:120-121). A segunda, muito dolorosa para as pessoas, afetou parte da população da bacia do rio Jintsu (Japão), e resultou de um conjunto de operações de mineração e refinação, levadas a cabo por uma empresa mineira, que entre 1924/55 lançou ao rio os seus efluentes, sem qualquer tratamento, compostos por zinco, cádmio e chumbo (Carapeto, 1999:127).

Segundo Vaz-Pires (2006:17), do século XVII aos nossos dias registam-se os seguintes acontecimentos relevantes para a história das pescarias:

ANO	ACONTECIMENTOS
1681	Denis Papin apresenta o “digestor” (panela de pressão), para cozer carne e ossos
1765	James Watt torna-a funcional e apresenta a 1ª máquina a vapor
1807	Fulton, Watt e Livingstone instalam a 1ª máquina a vapor num navio
1810	Nicolas Appert conserva alimentos em frascos fechados e fervidos
1810	Peter Durand inventa a folha de Flandres para latas de conservas
1824	Colin instala em França a 1ª fábrica de conservas de sardinha
1838	Surge o 1º navio de pesca a vapor
1852	É passada a licença de funcionamento da primeira autoclave
1853	Fundação da fábrica de conservas Ramirez em Portugal (só produzia atum)
1860	Louis Pasteur conserva alimentos por aquecimento a 60°C/hora (pasteurização)
1870	1ª Crise das conservas francesas (devido à Argélia)
1875	Há já em França 160 fábricas a funcionar, na Bretanha
1880	Início das conservas em Portugal em grande escala
1885	2ª Crise das conservas francesas (devido a Portugal)
1890	Alemães constroem 1ºs portos exclusivamente de pesca
1895	Inglese inventam as portas de arrasto
1900	Carl Benz e Rudolph Diesel inventam os motores de explosão (gasolina e gasóleo)
1902	Máquinas de soldar substituem solda manual das latas
1907	Surgem as cravadoras, que substituem gradualmente a soldadura
1914	1ª Grande Guerra até 1918, obrigando ao desenvolvimento das conservas
1923	Início das conservas em Marrocos
1930	1ºs navios de pesca em aço, c/ motores Diesel, cabos de aço e instalações frigoríficas
1930	É criada a nova indústria dos congelados pelo americano Clarence Birdseye
1939	2ª Grande Guerra até 1945, obrigando de novo ao desenvolvimento das conservas
1940	Início da era dos antibióticos (isolamento da penicilina)
1940	Início do deslocamento das conservas para sul e para África
1950	Início da congelação doméstica
1960	Surgem os tratamentos UHT para leite (135 °C/2-8 s)
1970	Surgem os alimentos pré-cozinhados
1980	Início da síntese de novos alimentos
1990	Vulgarização do forno de micro-ondas doméstico

Tabela 2 – Acontecimentos relevantes para a história das pescarias, desde o século XVII até aos nossos dias.
Fonte: Vaz-Pires (2006:17)

Importa também salientar que é na transição para o período moderno que se dá um grande avanço nas ciências naturais, no que se refere à pesca desportiva. Inclusive são publicados vários livros, com destaque para *Treatyse of Fysshynge nyth an angle* (Berner, 1496), *Historiae Animalium* (Gesneri,1551), e *The Compleat Angler* (Walton, 1653).

A obra de Berner (1496), uma minuciosa descrição da construção de anzóis e varas para a época, estabeleceu os fundamentos básicos do conhecimento da pesca.

A necessidade de melhorar as capturas pode ser interpretada na obra: *The Compleat Angler*²⁴, publicada em 1653, por Izaak Walton (escritor britânico). Esta obra, vocacionada para a pesca desportiva, representa para o Ser Humano um acréscimo de potencial no âmbito das capturas de recursos em espaços aquáticos. O que faz através de indicações sobre equipamentos de pesca mais evoluídos, da difusão de conhecimento e procedimentos/metodologias de pesca (figura 13), do ensino de técnicas de “enganar” os peixes, permitindo mais facilmente a sua captura, e da divulgação com detalhe dos hábitos da alimentação dos peixes e do funcionamento dos seus ciclos de vida. Elementos que a tornam na primeira obra a iniciar a “Biologia Marinha”.



Figura 13 – Izaak Walton
Fonte: Woodcut by Louis Rhead
Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Izaak_Walton#The_Compleat_Angler, em 26SET11

Ainda que esta obra seja um manancial infindável de técnicas de captura, é simultaneamente uma grande lição de sustentabilidade, já que “(...) *Walton postulaba también que el verdadero pescador es el que pesca por amor a esta actividad, y no aquel que pesca por obtener un beneficio*”, o que levou a que “(...) *la pesca evolucionó hacia un arte, y además hacia una ciencia. Desde entonces los pescadores no sólo se esfuerzan en mejorar su aparejo, tácticas y conocimiento de sus presas, sino que también se han dado cuenta de que deben proteger su deporte si quieren que sobreviva*” (Amarre, S/d:online).

²⁴ Obra impressa há mais de 350 anos, na forma de prosa e versos, mas que tem vindo a ser reeditada até aos dias de hoje; o que pressupõe a existência de um enorme fascínio, e uma grande sedução pela dita, que é transmitida de geração em geração, tornando-a de leitura obrigatória para um qualquer pescador, mas também um clássico da literatura da pesca desportiva. Na citação seguinte, percebe-se o porquê desta ser uma obra de referência para os pescadores. Afirma Walton, para um qualquer cidadão vir a ser um bom pescador “(...) *must not only bring an inquiring, searching, observing wit, (...) but he must bring a large measure of hope and patience (...). Doubt not but Angling will prove to be so pleasant, that it will prove to be like a virtue, a reward to itself*” (Walton, 1833:53).

I.1.7. Idade Contemporânea

A criação do motor de combustão no início do séc. XIX, e a posterior aplicação aos navios de pesca, potenciou o aumento das capturas, especialmente das espécies que sempre foram muito capturadas desde a Idade Média, como o bacalhau e o atum. Por conseguinte, nos anos 60 do século XIX algumas espécies do Báltico e do Mar do Norte entraram em rotura, por sobrepesca, emergindo neste contexto, e pela primeira vez, o desígnio de que era necessário um debate que permitisse quantificar as capturas e planear o desenvolvimento sustentado do setor (Amorim, 2005a).

Quando se iniciou este debate, também começou a reflexão de como solucionar o problema, mas de forma muito tímida, e só com o passar do tempo, com o avanço dos conhecimentos científicos e com o desenvolvimento das tecnologias de análise e prospeção, é que se iriam notar desenvolvimentos nesta matéria²⁵. Com rigor, a ausência de alternativas para solucionar o problema emergente (insustentabilidade dos recursos), é culpa da inércia dos agentes políticos.

Esta inatividade política, muitas vezes fruto da pressão capitalista, é igualmente responsável pelo sucedido no século XX, altura em que se registou o maior ataque de sempre do Ser Humano ao Ambiente Natural, visível nas pescas através da sobre-exploração. O bacalhau, o atum, e muitas outras espécies, como o camarão tropical, o espadarte, as raías, os tubarões, a pescada, as enguias, a solha europeia, o linguado legítimo, o salmão do atlântico, etc., chegaram ao complicado estatuto de espécies em vias de extinção, algumas de forma irreversível (Greenpeace, 2011:online).

Com rigor, nesta matéria, devemos recuar ao séc. XVII, aos mandamentos da Revolução Industrial, onde encontramos a génese da demanda pelos recursos naturais e minerais; altura em que o Ser Humano interferiu nos vários ecossistemas para compensar os industriais da época, sedentos de crescimento económico.

No final do século XX, para proteger estas espécies e reequilibrar as suas populações, foram impostos limites à captura (totais admissíveis de capturas – TAC). Porém, foi no século XXI que mais se fez no sentido de tornar o setor das pescas crescentemente sustentável.

²⁵ Segundo Martins & Souto (2005:125), esse desenvolvimento somente viria a acontecer no início do século XX, altura em que os responsáveis pelas pescarias já teriam “*acumulado uma notável experiência sobre a exploração dos recursos piscatórios nas costas portuguesas, revelando uma atitude (...) exemplar, quanto ao papel da ciência, face ao empobrecimento ou oscilação dos recursos: a Pesca é uma questão social, económica e técnica*”. Opinião compartilhada por Amorim (2005a:117-118), ao referir-se às tendências que marcaram o final do século XIX e o início do século XX, operacionalizadas no sentido de “*fazerem interessar as comunidades pela preservação das espécies e sustentabilidade do sistema, articulando as elites culturais, sociais e políticas, os pescadores propriamente ditos e os consumidores através da ação da Liga Naval.*”

A informação quantitativa comprova esta dura realidade²⁶. Nos fins do século XIX capturavam-se 5 milhões de ton/ano, em 1940 subiu para 20 milhões de ton/ano, em 1993 atingiu-se um máximo de 101 milhões de ton/ano (Vaz-Pires, 2006:16), e atualmente as capturas situam-se entre os 80 e 90 milhões de ton/ano (figura 14)²⁷.

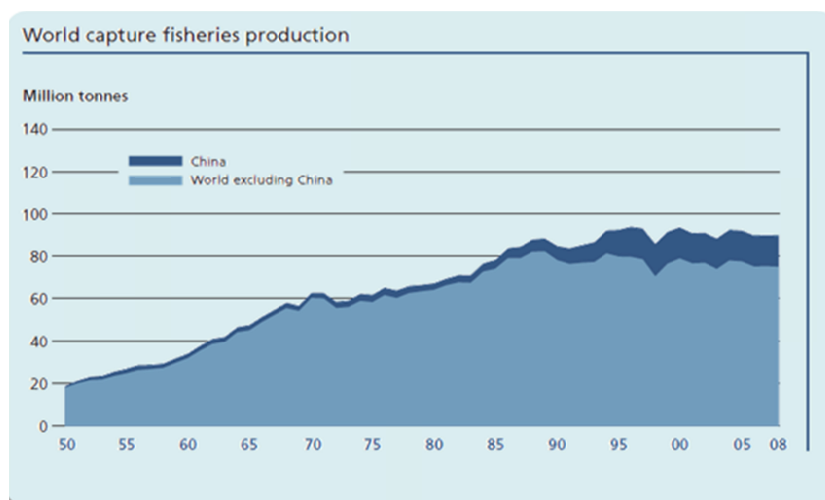


Figura 14 – Produção Mundial de Pesca de Captura (1950-2008)
Fonte: FAO, 2010:6

Apesar do máximo histórico nas capturas ter sido atingido em 1993 (Vaz-Pires, 2006:16), sabemos que o sistema económico que desde sempre legitimou as práticas insustentáveis tinha colapsado ainda antes disso. Ou seja, os agentes económicos e as corporações erraram ao pensarem que mais capturas significam mais riqueza, e o poder político, que compactuava com esta situação acreditando ser essa a melhor forma de criar riqueza, também falhou, como se observou, por exemplo, em 1992, no caso da *Canadian Grand Banks cod fishery of Newfoundland and Labrador*, uma companhia de pescas canadense que encerrou as portas, mas não sem antes aniquilar a diversidade biológica e gerar 40 mil desempregados nas comunidades marítimas litorâneas, aumentando os encargos sociais do Estado em cerca de 2 bilhões, conforme a citação a seguir:

“ (...) in 1992, the unimaginable happened: after being fished without interruption for almost 500 years, one of the world's most productive fisheries, the Canadian Grand Banks cod fishery of Newfoundland and Labrador, was closed. A resource that once seemed inexhaustible, and whose abundance was legendary, has been fished to the verge of commercial extinction and remains closed today. The immediate impact has thrown 40,000

²⁶ Atenta-se para o facto de vários autores apresentarem valores diferentes para os mesmos períodos, por exemplo, para o período de 1993, tal como acontece em Vaz-Pires (2006) e na FAO (2010).

²⁷ De acordo com a FAO (2010), a produção mundial de pesca de captura tem estado relativamente estável na última década, com a exceção de algumas flutuações impulsionadas pela captura de anchoveta (FAO, 2010). O total capturado em 2008 ascendeu a cerca de 90 milhões de toneladas, 80 milhões de toneladas provenientes de águas marinhas e um recorde de 10 milhões de toneladas provenientes de águas interiores. O valor da primeira venda fixou-se nos 93,9 bilhões dólares.

people out of work in the fishing communities of Canada's maritime provinces, at a cost to the Canadian public of C\$2 billion in unemployment assistance and retraining programs. The long-term costs of social dislocation, lost biological diversity, and potential ecosystem collapse have yet to be assessed” (King, 1996:online).

É fundamental perceber que o desenvolvimento verificado no século XX não foi repentino, foi o culminar de todo um processo evolutivo iniciado ainda no século XIV. Então o que mudou? O que permitiu essa capacidade no século XX? Consideramos que foi a combinação da maior disponibilidade de recursos humanos, com o desenvolvimento científico e tecnológico, e com a ambição obstinada do crescimento económico.

Tal como o refere Vaz-Pires (2006:16), “ *as invenções e descobertas que vinham a ser aplicadas, algumas desde a pré-história, [tinham] agora todas as condições para se desenvolver, praticamente sem limites de dimensão ou campo de acção. As pescas e a utilização do pescado não são excepções, tendo sido inventado inúmeros utensílios, máquinas e instrumentos para esta actividade.*” O autor deixa alguns exemplos, como “ (...) *as máquinas de fabrico de gelo, as instalações de refrigeração e de congelação, os instrumentos para avaliação da qualidade, a informatização da detecção da captura*”, e ainda refere os avanços na cadeia de comercialização do pescado, destacando o facto de hoje já ser possível comprar e vender pela *Internet*.

Acreditamos que o expoente máximo da inovação destrutiva foram os barcos fábrica com sistema de processamento de pescado a bordo, **de grande porte e em grande número**, porque permitiram fazer chegar o pescado a pessoas e lugares a que anteriormente era impossível.

Em relação aos barcos-fábrica, o maior arrastão do mundo com capacidade de preparação e congelamento, considerando a arqueação bruta, é o *Annelies Ilena ex Atlantic Dawn*, com 144 metros de comprimento, que pesca ao largo da costa da Colúmbia Britânica, no Canadá. Tem capacidade para processar 350 toneladas de pescado por dia, de armazenar 7 mil toneladas, e ainda consegue transportar 3 mil toneladas de combustível, o que lhe permite grande autonomia. É, de facto, um monstro dos mares, equipado com alta tecnologia e altamente mecanizado para facilitar o armazenamento e posterior descarga do pescado.

Em relação ao número de embarcações, é necessário considerar/diferenciar as afetas à pesca industrial e as afetas à pesca comercial. No que se refere à pesca industrial, Garcia & Newton (1995:17) identificaram 38.400 embarcações com o TAB (tonelagem de arqueação bruta) superior a 100 toneladas, num total de 16,6 milhões de toneladas de arqueação bruta. Já a respeito da pesca comercial, os mesmos autores identificaram 3,4 milhões de embarcações, o que totalizou cerca de 16 milhões de TAB. Os autores concluem (a partir da TAB) que entre 50 a 60% da capacidade da pesca mundial está afeta a 1% dos navios de pesca de todo o mundo. Isto traduz uma distribuição pouco equitativa da capacidade de pesca; e justifica o referido anteriormente,

como sendo esta a principal causa da deterioração dos *stocks* haliêuticos, e de toda a diversidade marinha. Opinião partilhada por Weber (1994:27), quando refere que a causa da sobrepesca não se deve somente ao número de barcos, mas também à sua dimensão, à sua potência, à sua autonomia, e à capacidade das redes para capturar peixes.

Concluimos que a era da pesca industrial, fenómeno do século XX, que consiste na captura e transformação de pescado a bordo de arrastões em alto mar (figura 15 e 16), se por um lado alimenta suficientemente a população, por outro é destrutiva para a biodiversidade marinha, e dilacerou a ancestral pesca artesanal costeira, que por regra permitia o consumo de peixe no estado fresco.



Figura 15 (esquerda) – *Albatun Tres* - navio de pesca espanhol, com 115 metros de comprimento, e com a maior rede para capturar atum em todo o mundo

Fonte: <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/Pacific-Tuna-Summit2010/>, em 01OUT11

Figura 16 (direita) – Rede de Pesca Industrial Oceânica (arrastão)

Fonte: <http://noolhar.wordpress.com/category/consciencia-ambiental/>, em 01OUT11

Se no século XX cometeram-se as maiores atrocidades contra o ambiente, quase a uma escala planetária. Também foi no seu decurso que se encetaram os maiores esforços na tentativa de mitigar a progressiva degradação dos recursos haliêuticos. Porém, por vicissitudes várias²⁸, só após a II Guerra Mundial surgem o espaço e as condições necessárias para o progresso do conhecimento científico no âmbito da sustentabilidade ambiental. A efetivação de tais aspirações, tanto no plano teórico como na conceção prática, tem génese em algumas e muito importantes comissões independentes. Tais como: a de Desenvolvimento Internacional, 1980 (presidida por Willy Brandt), a de Desarmamento e Segurança, 1982 (Olof Palme) e a de Ambiente e Desenvolvimento, 1987 (Gro Brundtland) (Saldanha, 2005:13).

Apesar da importância de todas as comissões, terá sido o Relatório de Brundtland (*Our Common Future*, 1987) que mais avançou na persecução de desígnios sustentáveis, ao colocar o

²⁸ A primeira metade do século XX foi fustigada por duas guerras mundiais, crises políticas (fascismos na Europa), avanço dos nacionalismos (e.g. genocídios em massa, racismos, xenofobia), revoluções sociais (e.g. renovação dos direitos laborais), crises económicas (e.g. Crash da Bolsa de Nova Iorque de 1929), etc., uma conjuntura muito negativa que canalizou todas as atenções para a Geografia Política de Europa.

conceito de Desenvolvimento Sustentável na agenda política mundial, e ao denunciar a degradação do equilíbrio da vida nos oceanos, fruto do obstinado crescimento da economia mundial, declarando que “os oceanos são o grande vazadouro dos subprodutos da actividade humana. Autênticos tanques fechados, enormes e sépticos, recebem dejectos de cidades, quintas e de indústrias, por via de esgotos, do despejo feito por barcas e navios, dos escoamentos costeiros, da descarga vinda de rios e até da atmosfera”²⁹ (United Nations, 1987: 259).

Retomando o período posterior à II Guerra Mundial, de facto fora então que surgem melhores condições para o desenvolvimento de preocupações ligadas à sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Contudo, o surgimento dessas preocupações não foi casual ou fortuito, mas sim resultado da reação de alguns grupos à forma destrutiva como estavam a ser conduzidas as pescarias. Nos fins dos anos 40, a captura comercial rondava as 20 mil toneladas (17 mil extraídas do mar e 2,5 mil extraídas de água doce), sendo que nos anos 80 as capturas já tinham ultrapassado as 100 mil toneladas (Vaz-Pires, 2006:16). Muitas espécies até então rejeitadas começaram a ser comercializadas. Esta atuação desmedida, inconsciente, resultou na redução generalizada das populações, que estão a fornecer menos que os níveis aconselhados. E, ainda pior: 90% dos *stocks* mais importantes estão a ser explorados de forma destrutiva (Borges, 2003).

Pelo exposto, consideramos ser a Segunda Guerra Mundial uma fronteira importante, um ponto de viragem no conhecimento do Ser Humano sobre oceanos, navios, equipamentos, artes de pesca e formas de navegação. Se compararmos a evolução das capturas depois da II Grande Guerra, sobretudo até 1980, verificamos que a dinamização e os melhoramentos nas pescarias foram incoerentes, parecendo mesmo que a pesca feita até 1945 era artesanal. Tratava-se de um novo paradigma, aparentemente positivo, porque traduzia uma maior capacidade de alimentar a população. Contudo, logo configurou um quadro temível e destruidor, abandonando propósitos nobres para passar a representar uma forma de enriquecimento económico, usando e abusando dos recursos haliêuticos, degradando os recursos marítimos como nunca se tinha observado na História da Humanidade. O que mudou? O que potenciou a capacidade destrutiva do Homem? Foram desenvolvidos meios de deteção submarina que, recorrendo à eletrónica, “ (...) servem-se de métodos hidro-acústicos para a determinação não só dos fundos como a localização de cardumes” (Borges, 2003:6), surgiram melhores equipamentos acústicos, sonda³⁰ e sonar³¹, os pescadores

²⁹ Texto original: “5. The oceans also provide the ultimate sink for the by-products of human activities. Huge, closed septic tanks, they receive wastes from cities, farms, and industries via sewage outfalls, dumping from barges and ships, coastal run-off, river discharge, and even atmospheric transport.”

³⁰ Aparelho que pesquisa (prospeta) na vertical do emissor (transdutor) do navio, utiliza ondas sonoras e foi desenvolvido durante a II Guerra Mundial.

³¹ Aparelho de princípio análogo, mas em que o transdutor é dotado de movimentos de rotação tanto horizontais como verticais, o que permite fazer a pesquisa nas circunvizinhanças do navio. A sigla em inglês é “Sound Navigation And Ranging”, que significa “navegação e determinação da distância pelo som”. Foi desenvolvido para auxiliar a

acumularam novas experiências e conhecimentos, melhoraram as artes de pesca (arrasto, cerco, emalhar, anzóis e armadilhas) e os instrumentos de pescas (redes, cabos e fios), os navios ganharam maior autonomia, permitindo pescarias mais longas (no tempo e no espaço), e melhorou-se as condições e capacidade de conservação do pescado (Borges, 2003; Gabriel, 2005).

Para além da revolução tecnológica associada à pesca, que maximizou a capacidade das capturas, depois da II Grande Guerra surgiram algumas técnicas que merecem destaque: Borges (2003:6) refere a luz artificial (técnica auxiliar de pesca) e a pesca elétrica, que “ (...) *se baseia na criação de um campo eléctrico que tem a capacidade de atrair ou repelir determinadas espécies*”, e Afonso-Dias (2007:4), realça a “ (...) *pescas com bombas sugadoras, pescas com luzes eléctricas de várias cores e colocadas a certa profundidade e a pescas com complicadas máquinas de colheita.*”

Segundo Sainsbury (1996), que estudou as principais tecnologias desenvolvidas, locais de pesca e embarcações utilizadas na pesca comercial a nível mundial, as artes de pesca eram mais resistentes e tinham um período médio de vida mais longo devido à adoção de fibras sintéticas (retarda o apodrecimento dos materiais). Esta situação, em conjunto com a mecanização e estandardização da produção de cabos, redes e fios, permitiu a construção de artes de pesca maiores, mais resistentes, e mais complexas, simultaneamente mais baratas, logo fabricadas e vendidas em maiores quantidades, mais eficazes e eficientes, no fundo mais mortíferas, que ainda incorporavam tecnologia para localizar o pescado, através de sensores, permitindo aos pescadores o acompanhamento e controle das operações de pesca (Gabriel, 2005).

Situados no final do século XX, já com os pés no século XXI, e a concluir este ponto, parece o momento adequado para relacionar a capacidade técnica/tecnológica disponível para capturas, com o efetivo e drástico aumento das capturas. Ao estabelecer esta relação concluímos que o aumento das capturas é proporcional ao avanço da tecnologia, logo a relação Homem *versus* Recursos é totalmente desfavorável aos recursos. Por exemplo, a utilização de imagens de satélite para determinar as zonas geográficas com condições ambientais propícias à concentração de determinadas espécies, é um instrumento contra o qual as espécies que habitam o meio natural não conseguem defender-se, acabando por serem gradualmente dizimadas, algumas vezes de forma irrecuperável.

Isto não quer dizer que se defende o abandono da pesca industrial e se dá preferência ao regresso da pesca de anzol. Na verdade, a evolução da capacidade das capturas, em termos alimentares foi fundamental para a sobrevivência humana, mas peca por não ter sido acompanhada por uma legislação rígida, condicionadora de práticas abusivas, e por não ter

navegação marítima localizando submarinos durante a Guerra. Atualmente é usado no estudo e pesquisa dos oceanos (determinação de profundidades ou de depressões) e na pesca, e na localização de cardumes.

“lutado” por mais acordos internacionais, de forma a evitar a sobrepesca nos países em vias de desenvolvimento, como está a acontecer na China, líder das capturas mundiais (Sainsbury, 1996). De facto, as políticas macroeconómicas, entre países e blocos económicos, sobrepõem-se aos interesses da sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

No seguimento do explanado no parágrafo anterior, é imperioso referir que os recursos marinhos são atualmente considerados “Recursos de Propriedade Comum”, tal como a água do mar, o vento, ou as águas subterrâneas, na medida em que são recursos móveis (quando os peixes atravessam a fronteira são considerados “propriedade comum”) (Sternner, 2003:58-59). Esta conceção coloca problemas complexos ao nível da uniformização e da boa gestão destes recursos, inclusive nos países desenvolvidos (e.g. Espanha), e como tal deveria ser um dos pontos fundamentais das agendas políticas mundiais ao longo do século XXI.

Por todo o referido, conclui-se que a relação Homem *versus* Recursos Marinhos não tem sido harmoniosa, o que já acontece desde tempos imemoráveis, mas que se agravou depois da II Guerra Mundial, causada pela evolução tecnológica, grande aliada do Homem na sua busca predatória e consumista. No entanto, o Homem sempre dependeu destes recursos, naturalmente vitais à sua sobrevivência.

I. 2. Evolução da relação portuguesa com os recursos marinhos

I.2.1. O Nascer do Reino

São vários os elementos pré-históricos que testemunham a presença de grupos humanos junto da costa, em épocas e períodos de tempo distintos, fazendo a recolção dos recursos cedidos pelo mar, mas não são menos os documentos históricos que atribuem às pescas grande importância por altura da fundação da nacionalidade (Medeiros, 2006:156), ainda que “*no primeiro século da monarchia portugueza*” as pescas estivessem restritas “*(...) às aguas interiores, e quanto muito à zona costeira, porque o litoral sempre sujeito ás razias dos arabes, ainda não era povoado, e até uma costa importante, como era a do sul do reino, só em 1249 foi libertada por D. Affonso III, expulsando definitivamente do Algarve o domínio mourisco*” (Baldaque da Silva, 1891:XXIV-XXV). Como o referem Azeiteiro & Tavares (2004:597), nesse período a pesca era uma atividade fundamental para a economia portuguesa, o que realça a dependência dos nossos ancestrais em relação aos recursos marinhos.

Se durante a formação da nacionalidade o peixe era de extrema importância para a economia, ao longo da Idade Média continuou a ser fundamental para a dieta alimentar portuguesa, assumindo grande protagonismo em conjunto com a produção agrícola, muito devido aos condicionalismos religiosos existentes à data, que condicionavam o consumo de proteína animal

aos cristãos³². Esta importância pode interpretar-se nas palavras do comandante António Baldaque da Silva, que revela preocupação ao descrever os fatores que foram determinantes para a redução da população de sáveis no rio Tejo – o que faz recorrendo a uma carta régia datada de 12 de junho de 1462 (Baldaque da Silva, 1891:432). Ao longo da Idade Média o principal método de conservação do pescado foi a seca, geralmente feita em varais construídos junto às praias ou nas margens de rios e lagoas (Azeiteiro & Tavares, 2004:597).

A História de Portugal interliga-se com a das pescas, e com a dos recursos marinhos. A vocação para os assuntos do oceano estava inscrita nos genes dos lusitanos, e cedo foi referenciada por D. Dinis, ao referir-se aos barcos que sulcavam o Tejo e as costas oceânicas de Portugal, dizendo: “*Maravilhosas cousas são os feitos E assinaladamente aqueles que se fazem em o mar em maneira de andar sobre ele por mestria E arte, assy como em naos E gales. E em todos os outros navios mais pequenos*” (Andrade, 1990 [1964]:14).

As pescas quando surgiram enquanto atividade produtiva de massas, começaram por ser uma propriedade/valência do poder senhorial, concedida por direitos régios, e como tal obedeciam a uma estrutura de exploração fundiária (Baldaque da Silva, 1891)³³.

O poder senhorial, por concessão régia, dominava o acesso aos recursos, pois considerava-se que os espaços aquáticos limítrofes aos seus domínios terrestres representavam uma extensão dos seus domínios senhoriais, ou seja, era um prolongamento da sua propriedade (Madureira, 2001:7)³⁴. Isto indicia a importância que as pescas tinham para o poder senhorial, e sobretudo para a coroa portuguesa, que tinha “ (...) reservado para si as receitas das sisas e décimas do mar por manifestarem um elevado valor fiscal sobre algumas espécies consagradas: baleia, sardinha, atum.”³⁵

Aliás, segundo Azeiteiro & Tavares (2004:597), que partilham desta mesma fundamentação, aos monarcas, autoridades religiosas e grandes senhores feudais era reservado o direito de usufruírem do primeiro peixe pescado, transformando um recurso público num bem de utilização particular, como era natural acontecer neste período, conforme citação: “*Todos os moradores que quiserem meter redes no rio Douro para pescar sável ou lampreia terão que pedir licença ao Bispo e dar-lhe o primeiro sável e a primeira lampreia*” (os autores citam *Hist. Flor.*, Vol. I, doc. 327, pp. 214-216 e cf. D. João I, L.º 5, fls. 112-113, de 8 de Fev. De 1420).

³² Vide a referência aos dias de jejum no capítulo anterior.

³³ “*A princípio foi considerada a pesca como um direito senhorial, exercido pelo rei ou delegado por elle nos titulares e corporações religiosas, que em virtude de favor ou doação régia, ou em resultado do património, faziam da pesca uma espécie de caça reservada em toda a área dos respetivos condados, dioceses, castelos e mosteiros, que constituíam então a divisão da propriedade e do poderio em Portugal*” (Baldaque da Silva, 1891:XXIII).

³⁴ “(...) mar, rios e lagoas não seriam mais do que uma extensão de terra e os direitos sobre os seus rendimentos passíveis de arrendamento” (Madureira, 2001:7).

³⁵ Azeiteiro & Tavares (2004:597) partilham da fundamentação de Madureira (2001:7), socorrendo-se para isso dos seguintes documentos: *Hist. Flor.*, Vol. I, doc. 327, pp. 214-216 e cf. Chanc. D. João I, L.º 5, fls. 112-113, de 8 de Fev. De 1420.

No entanto, isto remete para a importância atribuída aos recursos marinhos, e até pressupõe alguma dependência dos mesmos, já que é através da sua existência que se formulam relações de poder através das quais se superiorizam uns e se submetem outros.

As pescarias para a coroa representavam uma importante fonte de rendimento, não só pelos impostos aplicados à atividade mas também porque impulsionavam outras atividades económicas a montante e a jusante das pescas, como a construção naval e a extração de sal (Consuelo Varela, 1996:57).

Com minudência, não será abusivo dizer que a litoralização³⁶ tem origem neste período, devido à necessidade de laborar junto à costa marítima, quer fosse nas pescas, construção naval³⁷, apanha de algas ou extração de sal; e também devido ao fator Descobrimentos, que, segundo o autor, retardou o interesse do desenvolvimento da pesca costeira, mas potenciou a fixação de população no litoral, vinda do interior, que naturalmente queria embarcar no sonho das riquezas anunciados do mundo por descobrir³⁸.

Até ao momento abordámos o pescado. Contudo, é importante referir a extração do sal³⁹, enquanto recurso marinho, pois são ambos indissociáveis e basilares para a asserção da estrutura económica medieval litorânea; e, coincidentemente, no momento, estão ambos em risco de colapso, ainda que por motivos diferentes (Barros, 2008:31).

O professor Aurélio Oliveira, que estudou e associou os quantitativos da produção de sal local às condições climáticas locais, indica o litoral norte como o local onde surgiram as principais referências à existência de salinas, que remontam ao século XI. A evolução da salicultura terá sido muito positiva por que em meados do século XIII, “ (...) *cumulam-se as referências por vários locais. Desde o Minho ao Vouga, passando por Caminha, Viana, Esposende, Fão, Vila do Conde, Leça, Matosinhos, Gaia, Massarelos. Avolumam-se, sobretudo, em Aveiro, depois Lisboa e Setúbal ou Alcácer e Setúbal*” (Oliveira, 2008:59).

³⁶ A opção de introduzir o termo litoralização, que de facto era estranho à data, está na maior perceção (e retenção de informação) que o leitor pode ter da informação que se pretende passar. Não se trata de comparar a litoralização até ao século XV com a registada no século XXI, até porque as condições económicas e demográficas alteraram-se, nem era somente entre Braga e Setúbal que se registavam os grandes povoados nesse período.

³⁷ A indústria da Construção Naval, que então era ainda bastante rudimentar, iria intensificar-se ao longo da primeira metade do século XVI, ao ponto de Luís Filipe Barreto a considerar: *a grande indústria pesada do Renascimento* (Marques, 1997:193).

³⁸ A delineação do caminho marítimo para a Índia foi feita por D. João II e visava controlar o comércio das especiarias asiáticas. No entanto, a primeira viagem aconteceu no reinado de D. Manuel I e teve como comandante da expedição Vasco da Gama, o que segundo Consuelo Varela (1996) representou um momento de distração para o desenvolvimento da pesca costeira.

³⁹ Sobre a importância do Sal enquanto recurso marinho fundamental às populações, veja-se o trabalho da professora Inês Amorim (Coord.) (2008:7), *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*, que responde à pergunta: “*como se justifica que um produto como o sal, português, possa impor uma investigação internacional?*”.

Na mesma linha, o professor Amândio Barros (2008:29-37) refere que nos séculos XIII e XIV formou-se o mercado salineiro do Porto, onde o sal era uma mercadoria fundamental a “(...) *muitas actividades alimentadoras do sector das exportações, (...) avultava no universo económico regional (...) e a sua importância ultrapassava as meras necessidades da população da cidade e do Entre Douro e Minho, que o utilizavam em grandes quantidades, na linha dos padrões de consumo medievais*”.

Importa realçar a dependência que existia do sal por parte dos portugueses, não só pela população, por exemplo, na confeção dos alimentos, temperos alimentares, na conservação de carnes (tradicional matança do porco, no inverno) e na salga dos pescadores, mas também pela coroa, “ (...) *indispensável para a economia artesanal da região, com aplicação extensa, por exemplo, nos curtumes, abundantes por toda a província*” (Barros, 2008:41).

No que se refere à apanha de algas, sem dúvida uma atividade importante para a referida litoralização, já que se iniciou a fertilizar os terrenos agrícolas próximos do mar, Veiga de Oliveira (1975), Vieira & Santos (1995) e Pereira (2007), dizem-nos que terão sido utilizadas pela primeira vez ainda no século XIV, porque foi D. Dinis que em 1309 pela primeira vez regulamentou esta atividade para fins comerciais (fertilização do solo).

Podemos dizer que a diversidade do habitat marinho e fluvial, no tamanho e quantidade de espécies existentes, representou o principal fator de riqueza das comunidades costeiras, das populações localizadas ao longo das várias bacias hidrográficas⁴⁰, e de toda a estrutura hierárquica e governativa de Portugal.

Foi, assim, um recurso de extrema importância, explorado como era possível. Num período em que ainda não existia qualquer consciencialização ambiental, porque as primeiras preocupações ambientais começaram a fazer-se sentir no final do período medieval devido à escassez de algumas espécies, e teriam continuidade nos séculos seguintes (Azeiteiro & Tavares, 2004:597-598).

⁴⁰ Nesta altura nada ameaçava os peixes migradores que utilizam os cursos de água fluvial para a sua reprodução, como a savelha (*Alosa fallax*), cuja entrada nos rios ocorre durante os meses de março a junho, e a reprodução ocorre de maio e julho (a desova acontece à noite, sobre as pedras, lodo ou areia), voltando os adultos de imediato ao mar e os juvenis permanecem nos cursos fluviais (de água doce) durante o verão e regressam aos estuários (água salgada) no outono (Afonso-Dias, 2001:16). O que não existia, e começou a existir depois: nem barragens nem a regularização dos sistemas hídricos, extração de matérias inertes, sobre-exploração dos recursos hídricos, devido à captação de água para rega. O que provoca reduções de caudal e redução do habitat disponível, poluição de origem industrial e urbana a par de fontes de poluição difusas, sobretudo os pesticidas e fertilizantes provenientes da agricultura, a redução das áreas de reprodução e desova, a destruição da vegetação ripícola, e, para concluir, a sobrepesca e a utilização de meios de captura ilegais, capazes de reduzir significativamente os efetivos populacionais (ICNB, 2006:2-4).

I.2.2. Os Descobrimientos

As raízes históricas da pesca desde sempre estiveram ligadas à posição de Portugal e aos seus contornos, que o colocam amplamente em contacto com o mar. Longe de ser dominante nas estruturas económicas do país, manteve-se contudo particularmente relevante ao longo da Idade Média, e o seu papel reforçou-se quando se desencadeou a Expansão (Medeiros, 2006:157).

Quando A. H. de Oliveira Marques aborda aos motivos da expansão, entre os quais alcançar ouro e prata, aumentar o comércio e evitar a desvalorização da moeda, minorar a escassez de trigo, “atacar” as férteis searas marroquinas, e controlar diretamente os povos do “Islam”, também refere que nas primeiras viagens marítimas se alarga sistematicamente as áreas piscatórias, e por isso as pescas podem ter sido a inspiração das viagens de descoberta. O autor diz ser uma hipótese de investigação, ainda pouco estudada pela historiografia, mas totalmente possível, por duas razões: “(...) *boa parte da indústria da pesca achava-se nas mãos do rei, de burgueses ricos e senhores feudais, cujos conselheiros podem ter planeado um alargamento permanente das águas «territoriais», [e porventura] (...) as migrações de peixe e de baleias forçaram os barcos de pesca a segui-las*” (Marques, 1997:233).

No mesmo sentido, de forma ainda mais perentória, Vitorino Magalhães Godinho refere que a área de pesca aumentou substancialmente com o passar da segunda metade do século XV (Godinho, 1950:33). Para o autor, a progressão das viagens marítimas foi proporcional à descoberta de novas áreas de pesca, dando como exemplo o sucedido junto à costa marroquina⁴¹, junto das Canárias, ao longo do litoral atlântico sariano (Godinho, 1983:127-133), e depois na Terra Nova (Godinho, 1950).

Não obstante, mesmo que as pescas não tenham contribuído para a diáspora portuguesa, a verdade é que a litoralização referida anteriormente ganha agora ênfase, por via do desenvolvimento da indústria naval, através da criação de vários portos e estaleiros, tais como Vila do Conde, Azurara, Porto, Aveiro, Pederneira, Lisboa, Setúbal, Vila Nova de Portimão e Tavira⁴². Esta situação modificou a estrutura do trabalho, tanto em Lisboa como em todo o litoral português, em prol dos estaleiros, por exemplo, “(...) *criou-se um número fixo de carpinteiros navais e de calafates vinculados à respectiva taracena e gozando de um conjunto de privilégios, tendo, em contrapartida, de apresentar completa disponibilidade para servirem quando fossem chamados*” (Marques, 1997:193).

⁴¹ Segundo a Porto Editora (2011:*online*), no âmbito dos *Impérios Comerciais da África Ocidental*, era ao longo do litoral atlântico sariano que se encontrava facilmente sal e peixe seco, e que se “(...) *comprava ou roubava os pescadores azenegues*”, o que ajuda a legitimar uma expansão em parte também motivada pelas pescarias.

⁴² Trata-se de uma litoralização relativa, por comparação à época, porque as aglomerações urbanas registaram os maiores níveis de crescimento no século XIX, aquando da instalação no litoral das principais indústrias e alguns equipamentos turísticos (Medeiros, 2006:156).

No que se refere à História do Trabalho, a literatura não deixa qualquer dúvida sobre o protagonismo dos navegadores/pescadores portugueses no Ocidente, durante o século XV. Por exemplo, internacionalmente, Lewis & Runyan (1985:155) e Fuson (1987:230) classificam os pescadores como muito trabalhadores e lutadores, capazes de entrar mar dentro de forma destemida na perseguição dos cardumes de bacalhau. Ainda lhes atribuem a proeza, antes de 1492, de terem reaberto a rota dos vikings para a Islândia, Gronelândia e Labrador. A nível nacional, Medeiros (2006:157) apresenta referências semelhantes, ao indicar que “ (...) o grande empreendimento neste domínio foi o aproveitamento das águas da Terra Nova, no Noroeste do Atlântico, para a pesca do bacalhau”, que diz o autor já ser uma prática recorrente nos fins do século XV.

A procura pelo bacalhau do Noroeste do Atlântico, cujas capturas atingiram o máximo histórico durante o Estado Novo, levando quase à extinção da espécie, como veremos mais à frente, terá aqui germinado, fomentada por interesses económicos. Isso é visível em 1506, quando D. Manuel I ordenou que se tarifasse o pescado proveniente da Terra Nova. Posteriormente, tanto D. João III como D. Sebastião ordenaram às frotas pertencentes aos portos do Minho, Douro, e Aveiro que fossem explorar a designada Terra Nova, porque os impostos eram altamente lucrativos para os cofres da coroa.

No entanto, não se pode dizer que existiu uma exploração abusiva dos recursos neste período, mesmo no caso concreto do bacalhau do Atlântico Noroeste; mas pode dizer-se, sim, que foi este bacalhau que permitiu melhorar as condições alimentares do povo da Península, e no caso português a progressão demográfica (Medeiros, 2006:157).

Ainda que o processo de capturas seja justificável pela necessidade de alimentar a população, devemos realçar que o interesse na conservação da pesca, emergente no século XVI, é sustentado através de uma visão profundamente utilitarista, pois visava proteger os recursos marinhos para evitar o decréscimo das receitas fiscais (Amorim, 2005a:104). Por exemplo, os Forais Manuelinos condicionavam a utilização de artes de pesca que ameaçavam o crescimento ou frequência das espécies, e a “lei da caça e pescaria, de 1565”, preparada por D. João III, “ (...) estipulava as malhagens e calendários de defeso, entre outros aspectos, alertando os senhorios das pescas, “fidalgos ou cavaleiros” e pessoas “heclegiastiquas”, proprietárias das áreas de pesca e não pescadores, para as perturbações no crescimento das espécies, prevenindo eventuais afrontamentos” (Amorim, 2005a:105).

Os interesses económicos que advinham das pescarias, ainda que pontualmente protegessem os recursos marinhos, no geral, negligenciavam a estabilidade biótica dos ecossistemas marinhos (Azeiteiro & Tavares, 2004:597-598).

“Com efeito, já em 1610 uma postura camarária proibia que os pescadores de Setúbal utilizassem determinadas redes, os chinchorros, que prejudicavam a «criação dos peixes; “por tomarem a ova e criação miúda que se criava (...), por os arrastarem pelo chão, que estava de baixo de água, e que era causa por onde se perdia a dita criação e ova”»; por várias vezes, como foi o caso de uma determinação da Câmara de Lisboa, datada de Maio de 1634, «se proibiu também o uso das redes tartaranhas, de arrastar e de malha miúda, porque àquele sistema de pescar se atribuía a falta de peixe, que por vezes era muito sensível» Fortunato de Almeida, História de Portugal, tomo V, Coimbra, 1928, p. 343-344. Poucos resultados se conseguiram com estas providências; mas, apesar de tudo, foi através de determinações deste tipo, com modesto alcance, que se procurou actuar, ao longo de séculos, numa questão de tamanho melindre” (Medeiros, 2006:162-163).

Numa leitura mais aprofundada, podemos perceber que a regulamentação criada pela coroa **representa o emergir de uma consciencialização** de que os recursos marinhos eram finitos e fundamentais à vida humana, mas incapazes de corresponder a um consumo desproporcional (Amorim, 2005a:106).

Em termos de efetivos humanos associados às pescas, sabe-se que em meados do século XVI existiam em Lisboa quase 2000 pescadores, 200 mulheres regateiras que adquiriam peixe para revenda, 140 vendedoras de pescado (só vendiam), 8 lavapeixes, e 50 escamadeiras da Ribeira (Brandão, 1990:28-29;79-80;209-210).

A população quinhentista menosprezava a importância nutricional do peixe, considerava-o de pouco alimento, e para isso utilizava expressões que ainda hoje se utilizam, como “peixe não puxa carroças”. Por isso mesmo, o peixe integrava a dieta alimentar dos mais pobres, mas não a alimentação dos mais ricos, que preferiam a proteína animal. Era consumido das mais variadas formas, fresco, seco, salgado, fumado ou em conserva (Marques, 1997:622). No entanto, durante a quaresma e todas as sextas-feiras, que eram dias de abstinência, o consumo de peixe aumentava, e nessa altura o dever religioso superiorizava-se aos gostos pessoais – altura em que até as classes mais abastadas comiam peixe (Gonçalves, 1978:447).

Um dos melhores trabalhos já realizados sobre a atividade comercial e social na Lisboa quinhentista, o trabalho de João Brandão (de Buarcos), permite-nos perceber que a sardinha era a espécie que mais abundava na mesa dos portugueses, apesar de algumas vezes com reduzidas condições sanitárias (Marques, 1987; Brandão, 1990). Um dado importante que permite perceber a importância da sardinha neste período, na alimentação popular, é a sua utilização nos arraiais⁴³.

⁴³ Ainda assim, sabe-se que a pesca da sardinha perdeu importância ainda no século XV, em comparação com a crescente importância que tinha vindo a adquirir na cultura portuguesa.

No entanto, na mesa dos portugueses existiam outras espécies, que iam desde os mariscos (camarões, berbigões, caramujos, entre outros) (Brandão, 1990:213) aos peixes (linguados, sáveis, cações, besugos, gorazes, rodovalhos, congros, e peixotas, que é a atual pescada) (Gonçalves, 1978:447).

Para terminar este ponto é imperioso abordar a apanha de algas e a extração de sal, enquanto dois importantes recursos marinhos, o que se vai fazer de forma concisa. A apanha de algas marinhas, que teria começado no século XIV, evidenciou-se neste período através da utilização de carragena⁴⁴ como agente espessante e estabilizante em alimentos (Leonel, 2007:15).

A formação do mercado salineiro medieval, fundamental para a afirmação de algumas cidades litorâneas (e.g. Porto), foi alvo de grande expansão no século XVI, na vertente da comercialização, enquanto consequência de um período climático altamente propício (Oliveira, 2008:60), e do maior tráfego da marinha comercial do Império Português (Barros, 2008: 29-37). Importa salientar que no final do período medieval, inclusive ainda no início do século XVI, a atividade salineira estava enfraquecida devido a condições climáticas adversas, ao ponto de Rau (1984), que é citado por Oliveira (2008:60), referir que as *“as salinas, não dão novidade”*.

A expansão da economia imperial portuguesa, e a sua integração no comércio europeu, transformou o sal português numa forte moeda de troca dos cereais, têxteis, madeira e prata holandesa (Alexandre, 1993:74).

1.2.3. O Marques de Pombal

O conceito de Estado forte, centralizado, controlador da vida económica e organizador do mercado, com uma forte política de fomento industrial, tem génese neste período, através das políticas levadas a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marques de Pombal. Neste processo de criação de um “Estado Moderno Iluminista”, o setor das pescas foi muito contemplado; o que é visível através das inúmeras infraestruturas construídas de apoio às pescas, como portos, cais, embarcações e redes (Madureira, 2001:12).

Neste período já existia uma demarcada política de pescas, que não se pautava por valores ecológicos mas por fundamentos políticos, económicos e de soberania nacional. É disso exemplo, o condicionamento do abandono da profissão pelos pescadores, a proibição de venda de barcos a estrangeiros, sobretudo a espanhóis, a criação de infraestruturização de pesca em pontos-chave no litoral no sentido de ordenar a orla marítima em função da defesa estratégica do

⁴⁴ “Na Europa, o uso de carragena iniciou-se na Irlanda há mais de 600 anos quando, na pequena povoação da costa sul da Irlanda, chamada “Carraghen”, os pudins (“flans”) eram feitos pela cozedura de “Irish Moss” (Musgo Irlandês = *Chondrus crispus*) no leite” (Leonel, 2007:15).

território (e.g. Vila Real de Santo António⁴⁵), o forte rigor e a alta execução fiscal, e o monopólio do setor feito através da criação de companhias (Madureira, 2001:12), como a Companhia Geral das Reais Pescarias do Algarve (15/1/1773), que tinha exclusividade comercial, e o objetivo de controlar e fomentar a atividade da pesca no litoral sul do reino (Madureira, 2001:167; Marcos, 1997).

É também neste período que pela primeira vez a produção salina decresce de forma abrupta, esvaziando a atividade e levando ao encerramento de várias salinas. Com efeito, já em 1703 o Regimento do Sal de Setúbal alertava para a degradação da atividade no Sado. A situação agravou-se em 1715 quando terminou o contrato comercial luso-holandês, mas seria em 1755, altura em que encerraram um número considerável de salinas no estuário do Sado, que a atividade veio a regredir de forma acentuada.

Um relatório datado de 1761, elaborado pelo Ministério do Reino, é bastante elucidativo da situação da salicultura, ao referir que “ (...) 10% das 458 marinhas estavam arruinadas, 20% encontravam-se degradadas e as restantes eram de inferior qualidade” (Abreu, 2008:337).

Devemos considerar que a salicultura é indispensável à manutenção da biodiversidade. As salinas são verdadeiros santuários de biodiversidade, autênticos viveiros de crescimento para inúmeras espécies de peixes e aves aquáticas, com grande interesse biológico mas também comercial, e formam uma paisagem única, moldada pelo engenho e trabalho do homem, que permite o aproveitamento económico de um recurso e a conservação de valores naturais.

Nos finais do século XVIII, em 1785, a economia portuguesa enfrentou uma grave crise, que já há muito se antevia, e que tinha sido combatida pelas políticas de fomento comercial pombalinas. Mais tarde, em 1792, essa crise atingiu a generalidade dos setores económicos e afetou as atividades marinhas, arrastando-se até o início do século XIX (Oliveira, 2008:62).

Nas pescarias, o segredo para ultrapassar a crise passou pela adoção de tecnologias piscatórias promotoras de uma maior eficiência na pesca, permitindo uma maior redução dos custos de exploração e um aumento das taxas de captura. Então quais foram essas tecnologias? Ao contrário do período antecedente, neste momento não se optou por malhagens mais apertadas e de maiores dimensões, mas por novas artes e aparelhos de pesca. É exemplo, em meados do século XVIII, a introdução da arte da xávega: “ (de arrasto pelágico, conjuntos de redes ligadas. De grande dimensão, malha a viés, grande saco), copiadas ou trazidas pelos catalães para a Galízia e Andaluzia, transportadas para as costas portuguesas, especialmente a sul do Douro e Algarve, que implicaram um

⁴⁵ “A fundação de Vila Real de Santo António, até então ponto de apoio ao reino vizinho, zona de contrabando, tornou-se a forma de chamar à coroa o movimento comercial de pescado fresco ou salgado que seguia para Andaluzia (especialmente de Olhão, Tavira e Monte Gordo) ” (Madureira, 2001:12).

aumento considerável das capturas da sardinha, dando origem mesmo a uma indústria da conserva e salga” (Amorim, 2001a:120).

Apesar da maior eficácia resultar de avanços tecnológicos, não deixa de ser verdade que mais uma vez o Ser humano se serviu da dilatação da capacidade de capturas para seu sustento, não só alimentar mas também económico.

I.2.4. As Revoluções Liberais

Por altura das revoluções liberais continuava o domínio do poder senhorial sobre a quase totalidade do setor das pescas. Nem sequer a política pombalina, no que se refere à transferência da governação das pescas do poder senhorial para a esfera pública, tinha sido concluída; apesar de também não ser uma solução brilhante, já que visava retirar o monopólio ao poder senhorial para o constituir como um direito da coroa, e não um usufruto dos cidadãos.

Só na década de 1830, já em contexto liberal, é que a legislação para o setor anula parte das políticas vigentes (inclusive as pombalinas), libertando as águas do setor das “garras” da jurisdição senhorial, ficando o Estado responsável pela atividade piscatória. Este é um momento muito importante. Repare-se que até esta data era como se os peixes antes de nascerem já tivessem dono. Aliás, com rigor, os peixes até tinham mais do que isso, tinham uma monitorização personalizada, ainda que não para a sua preservação (no tempo), mas para potenciar o lucro na comercialização.

Desta legislação importa destacar o Decreto-Lei de 06 de novembro de 1830, onde foram preconizadas medidas importantes, de que se destacam: isentar os pescadores da obrigação do pagamento de direitos senhoriais e religiosos (dízimas, gabelas e caldeiradas), desvinculação dos pescadores dos quadros institucionais privados (confrarias, irmandades e compromissos), liberalizar a utilização das artes da pesca, incentivar o trabalho nas pescas, ainda que de forma autoritária, pois “ (...) exigia-se a matrícula de todos os mestres e companhias para que se isentassem da tropa de milícias, de linha e ordenanças, procedendo-se, desta forma, a um levantamento humano, que a todo o tempo seria passível de recrutamento e fiscalidade” (Amorim, 2001b:140-141). Ainda mais importante, decretou o encerramento da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve (1836) (Madureira, 2001:9).

Por coincidência (ou não), a evolução da capacidade de capturas, que indiretamente permite compreender a evolução do conceito de sustentabilidade, registou neste período, em meados do séc. XIX, a primeira grande e já moderna dinamização tecnológica, com introdução de artes de pesca mais eficientes, ainda que os grandes avanços tecnológicos tenham naturalmente acontecido no pós-II Guerra Mundial, desenvolvidos por motivos bélicos durante a guerra. Por

exemplo, referimo-nos à introdução dos cercos a vapor nas costas algarvias, que mais tarde se estenderam à costa da Póvoa de Varzim, que “(...) acabaram por afectar espécies nobres, como a pescada” (Madureira, 2001:10).

Não obstante, parte desta destruição nas costas portuguesas teve a colaboração dos vizinhos espanhóis, devido aos Convénios de reciprocidade para as pescas que foram realizados entre Portugal e Espanha (1878 e 1885), que permitiam aos espanhóis fazer capturas em águas portuguesas e aos portugueses em águas espanholas. Acordo que se revelou desvantajoso para os portugueses, em oposto aos espanhóis, que por comparação ostentavam uma poderosa frota pesqueira, em número e capacidade, e um grande número de profissionais a trabalhar no setor. Aliás, a capacidade de capturas era de tal forma elevada que os espanhóis abasteciam as lotas dos dois lados da fronteira (tal como ainda hoje fazem), ultrapassando já na altura o limite sustentável das capturas: por redes de cerco, em Viana do Castelo, na Figueira da Foz e na parte oriental algarvia; e por redes de arrasto, na Póvoa de Varzim, ambas as artes movidas a vapor (Cavaco, Carminda, 1976:227, citada por Amorim, 2001a:120-121).

Salienta-se pela positiva algumas indagações formuladas em textos desse período, em relação à sustentabilidade destas novas artes de pesca, acusadas de destruir o fundo marinho e de afastar as espécies. De facto, a alteração do paradigma vigente, em Portugal, pode interpretar-se nas palavras de Inês Amorim, na obra coordenada por Madureira (2001:10): “*Se, actualmente, o grande desafio é o da resolução do esgotamento alarmante dos stocks piscícolas, no sentido de um desenvolvimento sustentado e de gestão dos recursos pesqueiros, na altura [finais do século XIX início século XX] as questões de conservação dos stocks e equilíbrio ecológico são questões a desabrochar.*” Em pormenor, esta incipiente consciencialização ambiental, revelada através da crítica às novas artes de pesca, reflete já um acompanhar das tendências internacionais, pois está em harmonia com as formulações teóricas iniciadas no âmbito da abusiva utilização dos recursos pesqueiros no Báltico e Mar do Norte (Amorim, 2005b:6).

No final do século XIX, em 1878, procedeu-se à regulamentação formal do setor, através da Criação da Comissão Central de Pescarias. É desta altura a distinta obra Baldaque da Silva, intitulada *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao anno de 1886* (1891)⁴⁶, cuja leitura aponta para um total desinteresse pelos objetivos ambientais, e para um elevado interesse no fomento das pescarias de bacalhau em alto-mar, e sobretudo para a necessidade de constituir quadros de efetivos suficientes para sustentar a produção nacional em situação de guerra (Madureira, 2001:10). Mas o Comandante

⁴⁶ Apesar de a pesca ser uma atividade imemorial na costa portuguesa, este terá sido o primeiro estudo compreensivo, em que o comandante António Baldaque da Silva descreve exaustivamente a atividade piscatória (artes, espécies e quantidades) que se realizava em todo o Portugal, bem como sugere a adoção de novas práticas.

Baldaque da Silva também se pronuncia sobre a importância das pescas para Portugal, reforçando a sua componente social, comercial e industrial, económica e científica, quantificando para o ano de 1886 que cada português consumiu 3,66 kg de pescado nacional (para esta equação foram subtraídas as exportações ao total capturado).

Pela importância para este trabalho vamos citar o autor, para podermos ver como compreendia as pescarias, já que destacou sempre as poucas condições em que laboravam os marítimos, tanto do ponto de vista da segurança e apoio à atividade, como em relação aos apoios sociais: *“o pescador foi sempre, em todos os países e em todas as épocas, um obreiro incansável, destemido e prestabilíssimo, mas humilde e desventuroso. Em Portugal esta tão sympathica e desprotegida classe conta 29:766 indivíduos no continente do reino, representando uma população especial de 150:000 habitantes, correspondendo a uma densidade de 34 por 1:000”* (Baldaque da Silva, 1891:427).

De facto, Baldaque da Silva apresenta um trabalho memorável, onde destaca a importância das pescas para Portugal, e onde quase sempre espelha uma moldura de degradação dos profissionais das pescas. Apesar do espírito de pescador mandar capturar até ao último peixe (nesta altura de 1886), na verdade estes homens não podem ser totalmente culpabilizados por tão acutilante falta de civismo ambiental, ao serem o elo mais fraco de uma nação que lhes imprimia (ou até obrigava) esse espírito de atuação. Isto é, o excesso de capturas, no limite da sua capacidade, produzia riqueza para alguém, mas não para eles, que sempre viveram em parcas condições, tal como esclarece o autor ao longo de todo o trabalho.

Inês Amorim, na obra coordenada por Nuno Madureira (2001:10-11), é através do parecer n.º 60 da Comissão Central das Pescarias, confirma a *“ (...) consequência mais perversa da pesca por arrastos a vapor (...) que revela, através da análise sumária do mercado de Lisboa, que aquela técnica era extremamente eficaz na apanha de pescada, abastecendo o dito mercado em 2/3 durante o ano, sobretudo no Inverno, só se notando a participação acrescida de outras artes nos meses de Junho e Julho. Isto significa que um dos factores de maior eficiência dos vapores é o de poderem exercer a pesca em qualquer quadra do ano, mesmo na invernososa, época hostil para pescadores em geral. Tal modelo traduz, igualmente, uma alteração do fundo na relação, até então vigente, entre recursos naturais e pesca artesanal. Até então, o emprego de um aparelho móvel era permitido a todos. A partir de então a autorização para a instalação de um aparelho fixo, o cerco, seria dada ao primeiro que a requeresse”* (Madureira, 2001:10-11).

Após as revoluções liberais, mas ainda antes do fim do período monárquico, é imperioso referir em Portugal o acentuado interesse pela pesquisa e estudo de organismos marinhos, que já vinha a acontecer ao longo de todo o século XIX, mas que se evidenciou na reta final deste século, sobretudo por efeitos das motivações científicas do rei D. Carlos para com a oceanografia.

Durante onze anos de pesquisa, desde 1986 até 1907, o monarca realizou doze campanhas oceanográficas, todas ao longo da costa portuguesa, para observação de animais marinhos (também observou as aves). Tinha como objetivo aumentar o conhecimento dos recursos marinhos da costa portuguesa e assim contribuir para “ (...) *maximizar o rendimento da indústria e comércio da pesca, uma das principais actividades económicas do país*” (Carvalho, 2009c:8-9). D. Carlos desenvolveu estudos pioneiros e com elevado rigor científico, e as suas coleções reais ainda hoje constituem um invulgar acervo biológico e técnico. Através da implantação de estações de sondagem registou temperaturas, profundidades, natureza dos sedimentos; recolheu espécimes; fez observações pessoais acerca da distribuição geográfica, do comportamento, e do valor económico das espécies capturadas, assim como dos métodos utilizados na sua captura (Faria *et al.*, 2010:85). Realizou um arrasto profundo em 1899, ao largo do Cabo Espichel, à profundidade de 1856 metros, “ (...) *onde foram recolhidas espécimes de Gnathophausia, Pasiphaea, pequenos moluscos e foraminíferos*” (Carvalho, 2009c:14.); desenvolveu estudos sobre as condições favoráveis para a pesca do atum, e “ (...) *pronunciou-se rigorosamente sobre os problemas da pesca com arrastões a vapor e emitiu pareceres sobre a escassez drástica de sardinhas nas costas da Bretanha*” (Carvalho, 2009c:9). Ao longo das colheitas biológicas, espécimes que sistematicamente guardou no laboratório do Palácio da Cidadela (Cascais), descobriu e estudou pela primeira vez o tubarão-demónio, mas publicou os resultados em relação a esta espécie demasiado tarde, quando já Jordan tinha publicado a descoberta de um exemplar recolhido ao largo das águas profundas de Yokoama.

No período que vai da dinamização tecnológica, ocorrida na segunda metade do século XIX, até ao início do período do Estado Novo, importa destacar o forte desenvolvimento da indústria conserveira, pela capitalização da arte de cerco costeiro – o que aconteceu devido ao aumento do consumo de conservas despoletado pela I Guerra Mundial.

“A guerra de 1914 acelerou o consumo na generalidade e factores locais, como o desaparecimento da sardinha nas costas galegas em 1909-12 e 1924-25, obrigaram os conserveiros a virem mais longe, até às nossas costas (Carmona Badía, 1997, 255). O próprio Estado português verifica que as receitas das exportações animam extraordinariamente a nossa balança, pois que em 1880 sentem-se já uma aceleração do sector, em 1910 representavam 7% das exportações e, em 1930-35, 20,5% (Simões, 1936:21). Em 1913 só o porto de Matosinhos significava 50% do total das capturas do país” (Madureira, 2001:10).

A melhoria das condições tecnológicas potenciou o aumento do consumo, que se efetivou de forma a dar resposta às necessidades associadas à guerra, e acabou por levar à redução da população da sardinha. Temos assim determinantes bélicos a influenciar a sustentabilidade dos recursos marinhos. O que não tinha acontecido até ao momento, conforme se percebe nesta nossa concisa incursão pela história.

I.2.5. O Estado Novo

O Estado Novo, no plano económico e social, representa a institucionalização de um regime de proteção e arbitragem dos interesses económicos definidos como interesses nacionais, como é perceptível na elaboração da Lei da Reconstituição Económica, entre 1936-1950 (Rosas, 1986). Esta visava desenvolver infraestruturas ferroviárias, a rede elétrica nacional, as hidroelétricas, os processos de irrigação, os planos de reflorestamento e o fomento industrial (AAVV, 1967:6), e contribuiu para o desenvolvimento de vários setores da economia portuguesa, entre os quais as pescarias (Netto, 1986:22).

O professor Álvaro Garrido, na biografia política de Henrique Tenreiro, refere algumas das maiores realizações do Estado Novo, levadas a cabo pelo contra-almirante Henrique Tenreiro, distinto dirigente da Junta Central das Casas de Pescadores, a saber: **o ressurgimento das pescarias e o regresso de Portugal ao mar** (Garrido, 2009a).

Na governação de António de Oliveira Salazar é notória a importância conferida à produção nacional, e dentro desta às pescarias. É por isso que este período, numa perspetiva macroeconómica, foi marcado por um protecionismo muito forte na indústria e no mercado interno português, como se observa na reforma dos direitos alfandegários de 1929 (Madureira, 1998:783-784).

Salazar delegou em Henrique Tenreiro a gestão das pescarias, e entregou-lhe em 1953 a presidência do conselho administrativo do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca (FRAIP)⁴⁷; responsável pelos programas estatais de renovação das frotas de pesca. Entre 1953 e 1974, Tenreiro “ (...) *definiu as directrizes da política nacional de pescas, controlou e dispôs sobre todas as fontes de financiamento dos programas de renovação das frotas, (...) tendo sido responsável por um indiscutível impulso das pescas nacionais através da consecução de planos de ampliação e renovação das diversas frotas, a começar pela do bacalhau*” (Garrido, 2001:849-850).

Exemplo desse sucesso, do ponto de vista económico, é a Campanha do Bacalhau iniciada na década de 20, à volta de um produto estratégico e estrutural no consumo, na linha da construção teórica da defesa da autossubsistência (Garrido, 1997:78). Em termos práticos esta campanha dilatou a margem de autoaprovisionamento nacional, passando dos 16%, em 1934, para os 75%, em 1966, e traduziu-se numa subida no *rating* mundial de produção de bacalhau seco; Portugal deixou de ser o quinto maior produtor, em 1938, para passar a ser o maior produtor mundial, em 1958 (Garrido, 1999).

Durante o Estado Novo terá sido a pesca do bacalhau, feita por homens e navios portugueses, que mais se destacou. Para isto contribuíram não só as ações governativas práticas

⁴⁷ Extinto em 1985 pelo Decreto-Lei n.º 276/88 de 5 de agosto.

(leis, regulamentos e opressão), mas também uma grande propaganda estadista, iniciada ainda nos anos trinta, realizada através da divulgação de uma memória oficial, eminentemente historicista mas ilustrativa desta pesca que se viria a designar de «grande faina» ou «grande pesca».

É um dado novo que não podemos negligenciar: a apropriação de um recurso para fins de propaganda política. Importa destacar que a intensificação nas quantidades capturadas, e o facto de se capturar sempre a mesma espécie, o bacalhau do atlântico (*Gadus morhua*), contribuiu fortemente para a delapidação desta espécie nos períodos posteriores. É ainda uma espécie vulnerável e não estabilizada.

Segundo Garrido (2001:850), neste período não existia uma consciência ecológica na gestão das pescarias, mas antes a importância conferida ao produto retirado das pescarias para o abastecimento do mercado interno e externo, “ (...) a relevância económica e social do emprego a montante e a jusante da pescaria e o conteúdo épico da «grande pesca».” Diríamos que se podem encontrar princípios de sustentabilidade, não ambiental mas social, na obra de Tenreiro a favor dos pescadores e das suas famílias. Contudo, para isso temos de focalizar uma visão otimista dos factos, já que o lema do então contra-almirante Henrique Tenreiro era: “ou bacalhau, ou tropa”; ou talvez fosse melhor dizer Guerra Colonial, o que significa certa “persuasão forçada” na obrigação pela pesca do bacalhau.

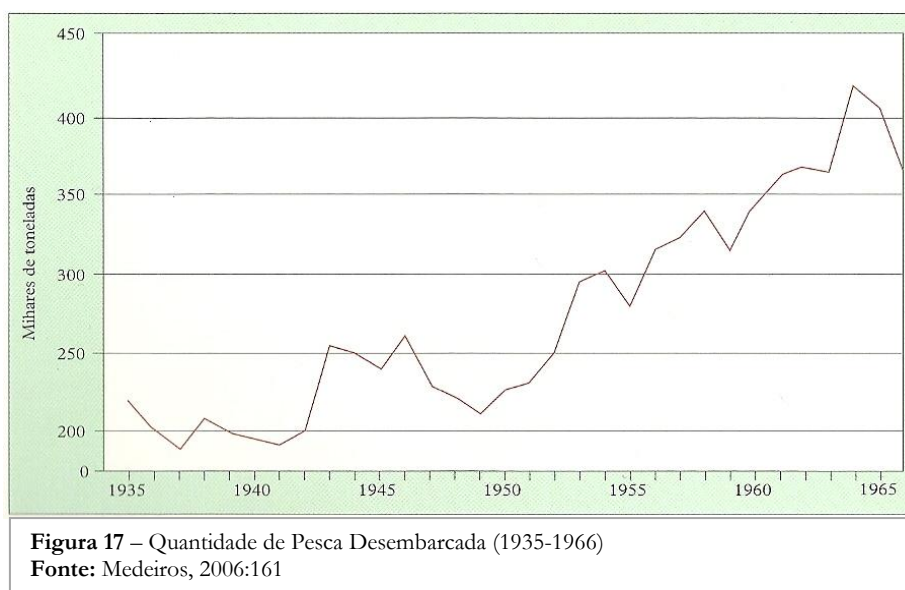
O professor Nuno Luís Madureira, referindo-se às medidas estadistas vocacionadas à moderação da oferta e estabilização dos preços, para evitar inflações gravosas e estabilizar a economia, aborda algumas questões que são do ponto de vista da sustentabilidade das pescas muito interessantes. Referimo-nos à “*Limitação do uso da capacidade instalada*”, que no caso da atividade da pesca da sardinha, traduziu-se na interdição da saída para o mar dos barcos durante os quatro meses de inverno, período chamado de «defeso», e sobretudo à fixação de preços enquanto medida acompanhante de “ (...) *políticas e de instituições, cuja finalidade é encurtar a distância entre o produtor e o consumidor, reduzindo ao mínimo o circuito de transacções*” (Madureira, 1998:783). De facto, esta medida não está nada errada, está bastante atualizada, e corresponde ainda hoje ao que se pretende da revisão da Política Comum das Pescas (PCP), que vai entrar em vigor em 01 de janeiro de 2013.

Em termos quantitativos, nos anos 60 do século XX verificou-se um decréscimo da frota longínqua associada à captura do bacalhau (Madureira, 2001:12). O esforço levado a cabo para aumentar as capturas (pesca longínqua), sobretudo depois das II Grande Guerra, contribuiu para o desequilíbrio biológico dos oceanos⁴⁸.

⁴⁸ A resposta a esta crise foi planetária, entre os países desenvolvidos, e surgiram algumas medidas internacionais, ainda que tardiamente, no sentido de estancar a destruição dos recursos marinhos. Por exemplo, definiram-se as

Não obstante, esta foi uma década de renovação e alterou profundamente a história das pescarias. Foi neste período que emergiu o grande *boom* piscatório de Peniche, com referências que chegaram até aos dias de hoje, tanto ao nível do poder naval, como humano e de capacidade de inovação, conforme citação de uma notícia do *Jornal do Pescador*: “*Peniche uma vez mais na vanguarda. Um novo aparelho, construído por um português, transforma radicalmente a vida piscatória daquela vila (...). Foi com surpresa que vimos o citado aparelho, cuja denominação é de Alador Duplo V, já montado nalguns barcos.*” Mais à frente, ainda na mesma página, o dito Jornal cita um pescador que já tinha utilizado o novo aparelho: “*com metade da tripulação fiz melhor do que fazia com trinta homens e tudo graças ao novo alador – declarou-nos José Augusto Pata, mestre da traineira «Zézinha»*” (Águas, 1968:25). Fruto da inovação e dos progressos técnicos ocorridos nesta década, como se viu no exemplo de Peniche, registou-se em Portugal o maior pico nos quantitativos de pesca desembarcada (figura 17).

Com precisão, a evolução das capturas começou em 1940, com cerca de 200 mil toneladas/ano; em meados da década de 50 atingiu cerca de 300 mil toneladas/ano; e terminou em 1964, quando alcançou um máximo histórico de cerca de 415 mil toneladas/ano (Cavaco, 1969:146). Para este máximo histórico contribuíram as capturas da sardinha e de atum para o abastecimento da indústria conserveira, localizada junto aos principais portos de descarga, e a muita mão-de-obra a trabalhar no setor, que em 1958 terá atingido os cerca de 48.300 pescadores matriculados. Ao longo deste período evolutivo, as pescas contribuíam por ano para a economia nacional com cerca de 1,2% (PIB médio) e 1,5% (PIB máximo - em alguns anos) (Medeiros, 2006:161).



águas territoriais para os países poderem preservar as “(...) reservas nelas existentes, limitando o acesso a embarcações de outras nacionalidades” (Medeiros, 2006:159).

Manuel Cardoso Leal refere que este processo evolutivo teve origem na “ (...) *industrialização das pescas em mares distantes, isto é, a do bacalhão no NW Atlântico e a do arrasto nas costas mauritanas, para o que o proteccionismo e apoio do Estado se conjugaram com a existência de factores favoráveis, tais como a boa situação dos pesqueiros internacionais e a liberdade no seu acesso*” (Leal, 1984:27).

Foi neste período (década 60) que pela primeira vez a curva da procura fez uma inflexão na trajetória em curso, levando a uma redução substancial do peixe capturado. Não por consciência da necessidade de reduzir as capturas, mas por necessidade, já que se essas medidas não fossem tomadas muitas espécies seriam extintas de forma irremediável (Medeiros, 2006:159).

No quotidiano das massas populacionais, quando se fala em recursos marinhos, algumas vezes associa-se o conceito somente ao peixe e às pescas, o que resulta de existirem espécies importantes da dieta alimentar que estão em sério risco de extinção, e da importância cada vez maior que a comunicação social atribui à questão. Contudo, o termo recursos marinhos é mais vasto, e nós pretendemos que este trabalho o explore nas múltiplas variáveis possíveis, ainda que condicionados pela dimensão do mesmo. Assim, para análise consideramos fundamental incorporar a apanha de algas e a extração de sal, dois recursos de proveniência marinha de que muito dependeu Portugal neste período (Souto, 2005:online).

As algas, que compreendem vários grupos de seres vivos aquáticos e autotróficos (Silva, 2009:1-2), que durante biliões de anos influenciaram o nosso planeta e o seu biota, e que o continuam a fazer (Graham & Wilcox, 2000). Foram secularmente utilizadas como fertilizante natural na agricultura, na alimentação humana⁴⁹, na alimentação de animais, como enriquecedoras/melhoradoras da qualidade do solo, e em múltiplos usos industriais (Pereira *et al.*, 2008:107-108).

Sousa-Pinto (1998), que cita o trabalho de Ardré, realizado em Portugal em 1970 e 1971, refere que na década de 60 foram identificadas e descritas 246 espécies de *Rhodophyceae*, 98 *Phaeophyceae* e 60 *Chlorophyceae*. Segundo Leonel Pereira, da Universidade de Coimbra, esse efetivo biológico estava muito próximo do que ainda hoje se verifica (Pereira, 2007:2).

A exploração destes recursos enquanto fertilizante natural assumiu preponderância durante o Estado Novo (Sarmiento, 2010:45). As duas principais misturas de algas usadas eram o “moliço” e o “sargaço” (Pereira, 2007:16). Neste sentido, destaca-se a ação dos barcos moliceiros que apanhavam o moliço na ria de Aveiro, uma mistura formada sobretudo por “ (...) *Ulva*, *Enteromorpha* (algas agora pertencentes ao género *Ulva*), *Gracilaria* e *Lola*, e as plantas marinhas pertencentes aos géneros *Zostera*, *Ruppia* e *Potamogeton*”.

⁴⁹ Recentemente verificou-se uma revalorização na aplicabilidade alimentar das algas, de génese mundial, como aconteceu nos países asiáticos, onde a população faz um consumo direto. Também reforçaram a sua posição junto da indústria de processamento alimentar, na medicina e na biotecnologia (Pereira *et al.*, 2008).

A outra mistura, “o sargaço (também designado por “argaço e limos”), é o conjunto de diversas algas marinhas (*Saccorbiza*, *Laminaria*, *Fucus*, *Codium*, *Palmaria*, *Gelidium* e *Chondrus*) que crescem nos rochedos da plataforma continental” (Pereira, 2007:16)⁵⁰.

O “moliço”⁵¹ foi muito importante para a economia nacional até aos anos 70. Neste período, a economia estava estruturada em torno de uma agricultura de subsistência, escassamente mecanizada e organizada em minifúndios familiares. Apesar da importância desta atividade para as economias local, regional e nacional, posto que era sustentável e não agredia o meio natural, a indústria tradicional do moliço desapareceu na passagem da década de 60 para 70, por falta de mão-de-obra, devido à emigração dos trabalhadores-moliceiros. Em meados da década de 80 esta prática reapareceu, mas como um símbolo cultural para fins turísticos (Sarmento, 2010:39)⁵².

Tal como aconteceu nas pescas, também na apanha das algas a interferência política foi uma constante⁵³, sobretudo entre 1957 e 1964 – o que corresponde aos anos mais repressivos do regime. Neste período até “(...) os painéis do moliceiro, juntamente com a própria embarcação, tinham de ser registados (com transcrição e descrição de frases e imagens) na Capitania local. Esta era uma forma directa de controlo por parte do Estado, também usada para evitar mensagens subversivas ou imagens chocantes em termos morais e políticos” (Sarmento, 2010:44).

A importância dos recursos marinhos atinge aqui um novo patamar. De facto, estes têm de ser muito versáteis, multifacetados, pois são utilizados inferencialmente de acordo com as necessidades emergentes. A situação descrita representa a instrumentalização política da prática cultural popular da apanha da alga. Salazar encontrou nesta atividade uma forma de controlar a população e de perceber e identificar a emergência de tensões – o que lhe permitia agir antecipadamente na repressão das convulsões (Sarmento, 2010:44-45).

A extração do sal é uma atividade muito antiga e de grande importância, que se evidenciou a partir do século XVI através da exportação de sal para os Países Baixos e bacia do Báltico (Bastos, 2009:25). Até ao final do século XIX foi uma importante fonte de rendimento para a economia portuguesa, apesar de ter tido alguns altos e baixos. Assim aconteceu na década de 30, durante o período do Estado Novo, altura em que algumas salinas foram abandonadas e se

⁵⁰ Sobre a ficologia das espécies portuguesas consultar *Portuguese Seaweeds Website* (Portal Português das Macroalgas), em <http://macoi.ci.uc.pt/galeria.php> (disponível em 20OUT11).

⁵¹ “O “moliço”, nome vulgar que abrange, sem distinção de espécies, as plantas que constituem a vegetação submersa da Ria, é utilizado como fertilizante na transformação das dunas em terra de cultura” (Sarmento, 2010:38).

⁵² “Dos cerca de mil moliceiros registados na Capitania do Porto de Aveiro em 1935, sobrevivem hoje menos de quatro dezenas. A construção naval quase cessou, devido à grande vaga de emigração de finais de 60 e da década de 70” (Sarmento, 2010:39).

⁵³ “Durante os longos anos da ditadura, a cultura e as tradições portuguesas – genuínas, ideologicamente orientadas pelo Estado Novo ou até inventadas – foram utilizadas para inculcar no povo determinados valores e normas de comportamento, através da reiteração, do exemplo e da instrução, de forma a enfrentar a ameaça de um mundo em evolução. Estas práticas exploravam uma base ideológica artificial mas muito eficaz, seleccionando um passado histórico conveniente ou um presente etnográfico” (Sarmento, 2010:44).

iniciaram os primeiros planos de rega da bacia do Sado, que levam à expansão da área de cultura do arroz, e conseqüentemente à destruição de algumas salinas (Neves, 2005:132).

Apesar dos altos e baixos ao longo da história desta atividade, foi durante a governação de Salazar que a extração de sal viveu os melhores momentos, conforme denunciaram os inquéritos à Indústria Salineira, realizados entre 1954/60, pela Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (CRPQF), a quem foi entregue a coordenação das atividades da produção, comércio e indústria do sal (Decreto n.º 38909 de 12 de setembro de 1952).

Segundo Neves (2005:132), o sucesso da indústria salineira, durante o Estado Novo, era proveito da utilização ainda abundante de sal nos processos de conservação de alimentos a nível doméstico e industrial (pesca e indústria alimentar), embora o frio estivesse já a instalar-se, “ (...) ocorrendo ainda o incremento de indústrias químicas e têxteis que constituíram novos mercados, além do tradicional mercado colonial.”

O autor, que fez uma comparação entre os resultados apurados pelos inquéritos da CRPQF (1954/60), e os dados “ (...) recolhidos no final dos anos noventa, durante trabalhos de monitorização de populações de aves aquáticas dependentes de salinas”, refere que a salicultura em 2000 tinha-se alterado integralmente, que todo o setor tinha colapsado, e culpa por isso a abertura de mercados e as modificações tecnológicas na pesca e na indústria (Neves, 2005:132). De facto, a tabela 3 é ilustrativa do colapso do setor da salicultura, ocorrido depois dos anos 60 do século XX.

Região/Salgado	Marinhas activas 1960's	Marinhas activas 2000
Aveiro	270	c. 15
Figueira da Foz	229	c. 50 (a)
Leiria	1	- (b)
Rio Maior	Em actividade	Em actividade
Óbidos	3	- (b)
Tejo	230	1
Sado	300	6
Vila Nova de Milfontes	1	- (b)
Algarve	136	c. 15

Tabela 3 – Comparação do inquérito da CRPQF com os dados recolhidos no final dos anos noventa
Nota: (a) Cómódos ativas (cada salina pode comportar mais do que um cómodo em exploração); (b) Desaparecidas
Fonte: Neves, 2005:132

Podemos concluir que o Estado Novo dependia dos recursos marinhos disponíveis, do ponto de vista social, económico e político (propaganda). No entanto, foi às pescarias que Salazar mais ênfase deu na governação, e inclusive tomou duas opções que inconscientemente protegem as pescas: a redução de intermediários no setor e a proteção da pesca artesanal. No entanto, caracteriza-se o mesmo regime político pela ausência de medidas de proteção que visassem a sustentabilidade dos recursos. Que explorados eram de forma irracional, mesmo quando não existiam dúvidas quanto à sua necessidade.

I.2.6. O Pós-Estado Novo

Após a queda do Estado Novo formulou-se um pensamento/sentimento que fluía no sentido de esquecer tudo o que fosse relacionado com o salazarismo. Esta enunciação, incitada pelos eruditos e praticada pela sociedade, visava a ocultação da governação de Salazar, considerado o grande culpado pelo atraso social, económico, e civilizacional de Portugal. E diga-se, foi bem-sucedida. A sociedade passou uma “borracha” por cima de tudo o que tinha sido feito, e começou a projetar um novo país, diferente.

O mar e as pescarias eram uma das grandes “bandeiras” de Salazar. Por isso mesmo, após 1974 os portugueses voltaram as costas ao mar, desde sempre elemento determinante do progresso da nação, e às pescarias, por ter sido um setor protegido por Salazar. Neste processo só se verificaram perdas para Portugal. Faltou fazer uma avaliação realista para identificar o que era bom e o que era menos bom. Esta falha levou ao esquecimento das boas ideias adotadas na gestão das pescarias durante o Estado Novo, por exemplo, no que se refere à redução dos intermediários entre a fase de captura e a comercialização do pescado (Madureira, 1998:783), à proteção da frota artesanal costeira (Madureira, 2001:12), à apanha de algas (Sousa-Pinto, 1998; Pereira, 2007:2; Sarmiento, 2010:45) e, embora em menor dimensão, à extração de sal (Neves, 2005:132; Bastos, 2009:25).

Não obstante, ainda decorria o Estado Novo e já a tendência das capturas estava a decrescer, devido à “ (...) *degradação dos recursos biológicos dos oceanos, por falta de normas eficazes e correctamente aplicadas (...)*” (Medeiros, 2006:161); o que configura uma clara rotura com o passado, já que anteriormente constatámos que em todos os períodos históricos anteriores existira um crescimento muitas vezes incomensurável na capacidade de capturas. Neste momento, a tendência das capturas está a decrescer. Se em 1964 foram capturadas cerca de 415 mil toneladas/ano, dois anos depois somente foram capturadas 374 mil toneladas/ano, “ (...) *fixando-se numa média anual de 350 000 t em 1970-1972 e de 265 000 t em 1977-1979*” (Medeiros, 2006:161).

Outros fatores explicam tão acentuada quebra nas capturas. São eles endógenos – os resultantes da Revolução de abril de 1974 –, como as alterações laborais, os ajustes salariais, a falta de competitividade da economia nacional, algum envelhecimento da frota e alguns desajustamentos internos derivados dos novos padrões do direito internacional relativo aos oceanos. E esses somam-se fatores exógenos, com destaque para os choques petrolíferos ocorridos em 1973/74, que agravaram a situação das pescarias (Medeiros, 2006:163).

Portugal não possuía recursos energéticos, tinha de importar a energia, e isso tornou ainda mais necessitada a estrutura económica de muitas empresas, a montante e a jusante do setor das pescas, e conseqüentemente encareceu o comércio dos recursos pesqueiros provenientes da pesca

longínqua (Souto, 1998:27). Em resposta, e porque os pescadores tinham de trabalhar para alimentar as suas famílias, verificou-se um regresso à pesca artesanal (Crespo, 2000:66).

É interessante perceber que o refúgio dos pescadores foi sempre a pesca artesanal, o seu abrigo seguro; e não a pesca longínqua, mais industrializada. E, diga-se, não foi um abrigo pontual. Foi, antes, uma alternativa quase permanente, já que a frota portuguesa que era utilizada na pesca longínqua ficou destruída com a forçosa redução das capturas por falta de pescado (e.g. readaptação de embarcações, redes e tecnologia) (Madureira, 2001:6). Por exemplo, a Campanha do Bacalhau, iniciada durante o Estado Novo, que em meados dos anos 60 registou capturas da ordem das 75 mil toneladas/ano, viria a registar em 1988-1989 capturas da ordem das 16 mil toneladas/ano, e mais tarde, entre 1991-1993, cerca de 9100 toneladas/ano. Aliás, chama-se atenção para existirem valores mais baixos em alguns anos, como aconteceu em 1987, onde as capturas de bacalhau não excederam as 6500 toneladas, ou entre 1981-1983, onde a média deu um valor próximo das 11 mil toneladas/ano (Medeiros, 2006:163)⁵⁴.

Na expectativa da adesão à comunidade europeia, e devido à criação da Secretaria de Estado das Pescas, o setor das pescas foi reestruturado e dividido em pesca de arrasto costeiro, pesca do cerco, artesanal e não-agremiada do atum e do largo (Madureira, 2001:12). No entanto, depois do máximo histórico de capturas em 1964⁵⁵, e ao contrário do verificado em outros países (Cavaco, 1969:146), as capturas nacionais nunca mais se aproximaram “ (...) *dos quantitativos dos anos 60 e a ligeira melhoria registada no início dos anos 80 voltou a cair a partir de 1986, ano da adesão à CEE*” (Souto, 2005:online).

Para esta situação concorreu a sobrepesca biológica⁵⁶ e bioeconómica⁵⁷ (Sansón, 2002:89-90), porque era permitido à indústria pesqueira o livre acesso aos recursos piscícolas, sem prévia avaliação do impacto dessa pesca; o que era agravado pelo desajuste estrutural dos regulamentos da atividade.

Segundo Medeiros (2006:162), estes problemas graves ocorridos nos anos 60 têm origens antigas, e só ocorreram por nossa própria culpa, por uma deficiente gestão dos nossos próprios recursos marinhos. Para o autor, durante muito tempo pecámos na ausência de regulamentação nas capturas, por não definir quotas máximas de captura, inclusive para cada espécie, evitando

⁵⁴ Também contribuiu para esta situação a redução das quotas de pescas atribuídas a Portugal.

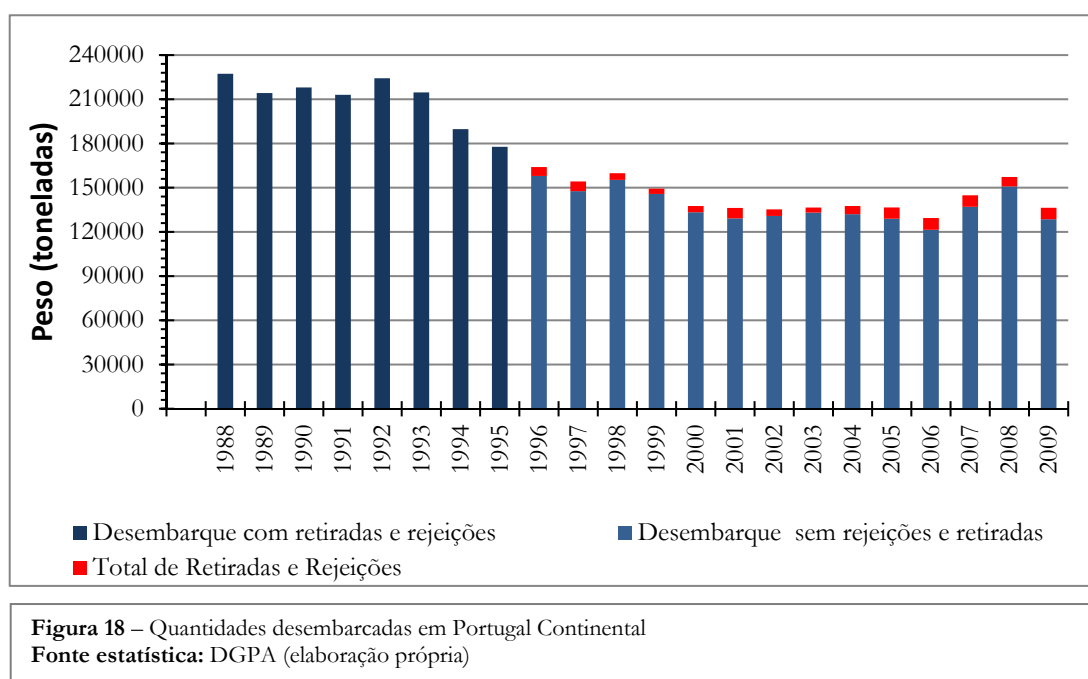
⁵⁵ As capturas atingiram um máximo histórico de cerca de 415 mil toneladas/ano.

⁵⁶ Ocorre quando a mortalidade causada pela pesca é muito elevada e produz uma diminuição do crescimento da biomassa. Em pormenor, quando a pressão pesqueira é excessiva durante um longo período de tempo, pode-se passar irremediavelmente de um decréscimo de biomassa para um eventual desaparecimento total do recurso.

⁵⁷ Considera os custos associados à pesca, isto é, tem em consideração a evolução prevista dos custos operacionais das pescas e dos preços dos recursos retirados do oceano. Ocorre quando as capturas excessivas potenciam o decréscimo da margem comercial, situação que mantida no tempo passa de um decréscimo de lucro até às nefastas perdas económicas.

assim a sobrepesca. A nossa única preocupação, e ainda assim de valor, resumiu-se à questão das malhas das redes, “ (...) numa linha de preocupações que remonta a séculos um tanto recuados.” Falhamos, igualmente, ao não constituir áreas de reserva, “ (...) de defesos, nem à atribuição de subsídios de imobilização, a conceder aos pescadores quando ficasse proibida, sem alternativa, a captura de determinada espécie. Estas deficiências eram agravadas pela falta de conhecimentos oceanográficos e de biologia marítima, que só recentemente têm evidenciado progressos muito sensíveis e eram ainda manifestamente insuficientes na maior parte da década de 70 (Medeiros, 2006:163).

Fazendo uso da série estatística «Recursos da Pesca», uma publicação anual da Direção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) iniciada em 1987 pelo ex-Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, verificamos que depois da adesão de Portugal à CEE (1986), e apesar das medidas reformuladoras⁵⁸ – como a alteração das metodologias de recrutamento de tripulantes, a renovação das técnicas de capturas, e o investimento na componente técnica e científica das embarcações (Martins, 1999:255) –, as capturas decresceram (Madureira, 2001:14)⁵⁹ – situação que se manteve praticamente inalterada até ao momento (figura 18 com descrição quantitativa no anexo III).



⁵⁸ Estas medidas, introduzidas no texto como positivas, porque poderiam tornar as capturas mais eficientes e sustentáveis, podem ter uma leitura negativa, conforme citação: “*Sendo no essencial uma política conservacionista, a política de pescas da UE veio introduzir no setor mais restrições no acesso à profissão, à atividade e aos recursos, sendo famosa a sua política de abate de embarcações que, entre outras consequências, tem levado ao desaparecimento de alguns tipos de barcos tradicionais de Portugal*” (Souto, 2005:online).

⁵⁹ “*Uma certa renovação do setor parece tomar corpo a partir dos finais dos anos 80 do século XX, quando são questionadas técnicas e surgem notícias sobre novas modalidades de capturas. Os rendimentos aumentaram e lançou-se um processo que exige valorização das componentes intelectuais e materiais, de modo a equipar o barco com os instrumentos e os profissionais mais capazes. O recrutamento de tripulantes fora do grupo de parentesco impõe-se, assim como um investimento regular que cativa os anteriores, e permita a atualização tecnológica, o que pressupõe compromissos com instituições financeiras e o alargamento de qualificações e competências de forma a rentabilizar a exploração pesqueira*” (Madureira, 2001:14).

A figura 18, para além de evidenciar os desembarques em Portugal⁶⁰, apresenta o total de retiradas e rejeições, ou seja, os recursos retirados do mar pelos pescadores que não servem à comunidade. O que à luz do já referido negligência o princípio geral de gestão pesqueira definido por Saetersdal (1984). Até porque, na maioria das vezes, trata-se de uma parte das capturas que é rejeitada ao mar, não desembarcada, ou quando desembarcada destruída em terra, que geralmente acontece quando os pescadores capturam indivíduos que não cumprem as dimensões mínimas, ou quando já excederam a quota definida, ou porque consideram ser comercialmente pouco interessante. As rejeições ao mar por motivo de peixe degradado (e.g. quando feridos pela rede), não têm quase expressão quando comparadas aos demais motivos elencados.

Através do “*total de retiradas e rejeições*” verificamos que a quantidade de desembarques está em decréscimo sustentado desde 1992, mas que as rejeições, ou “desperdício de recursos”, aumentam de forma sustentada desde 2003, tendo atingido um máximo em 2008, representando mais de oito toneladas/ano⁶¹. O que é alarmante, e configura um modelo de gestão de pescas carente de aperfeiçoamentos, que poderão ocorrer em 2013 com a entrada em vigor da nova Política Comum das Pescas.

O IPIMAR, recorrendo a informação recolhida no âmbito do Programa Nacional de Amostragem Biológica (PNAB), em 2009, estimou que em Portugal as rejeições globais variavam entre os 17 e os 64 por cento (em peso), e que no arrasto demersal mais de 90 % do pescado devolvido ao mar (em peso) corresponde entre 6 a 9 espécies para peixes, e cerca de 10 espécies para crustáceos. As espécies mais rejeitadas são o “ (...) *carapau branco, o carapau negrão, o verdinho, a cavala, a sarda, a pescada branca, a boga e a faneca*”.⁶²

Nesta matéria o esforço dos pescadores não é meramente braçal; tem tradução monetária, devido a gastos com capturas que não são rentabilizadas (rejeições). Esta situação reduz o lucro dos pescadores e encarece as espécies com interesse de mercado, e obviamente pressiona o aumento das capturas dessas mesmas espécies, levando à sobre-exploração.

No entanto, a valorização do pescado é mais lucrativa para o comerciante do que para o pescador, porque existe uma disparidade gritante entre o preço médio por espécie na primeira

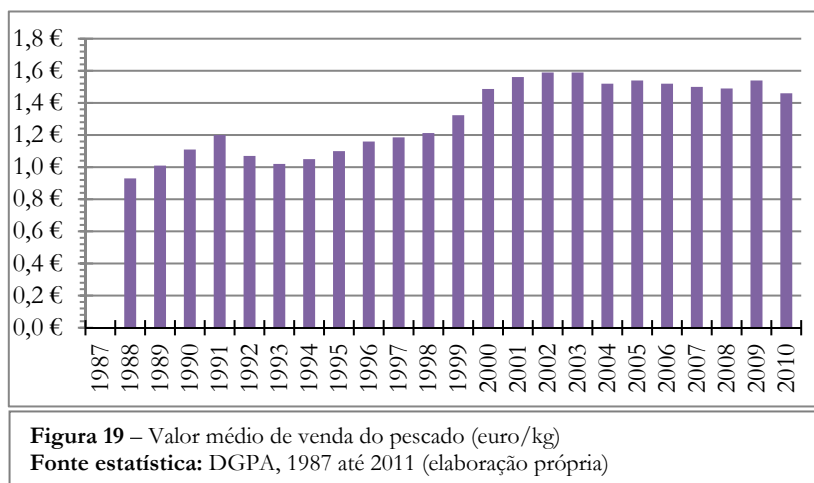
⁶⁰ Atente-se que pode não existir correspondência entre desembarques e capturas, por exemplo, em situações de fuga à lota; sobretudo nos recursos de elevado valor comercial, e quando a amostragem das capturas é feita nas lotas de venda de pescado.

⁶¹ O problema é gravíssimo a nível europeu e mundial, e o facto de nem sequer existirem dados exatos indica que esta é uma questão subestimada. Em 2007, a União Europeia indicou com fundamento científico que nas pescarias demersais as rejeições podem ir dos 20 aos 60 por cento, sendo que os valores mais elevados se registavam nas frotas industriais dos países do norte. No Mar do Norte, já referido pela crise dos anos 60 do século XIX, as rejeições representam cerca de um milhão de toneladas/ano, e a nível mundial, segundo a Greenpeace (2010), “ (...) *há entre 6,8 e 27 milhões de toneladas de peixe que podem estar a ser desperdiçadas todos os anos*”. Disponível em <http://www.greenpeace.org/portugal/pt/O-que-fazemos/oceanos/captura/>, consultado em 07JAN11.

⁶² Disponível em http://www.publico.pt/Sociedade/grande-parte-da-pesca-regressa-ao-mar_1507564?all=1, em 07JAN12.

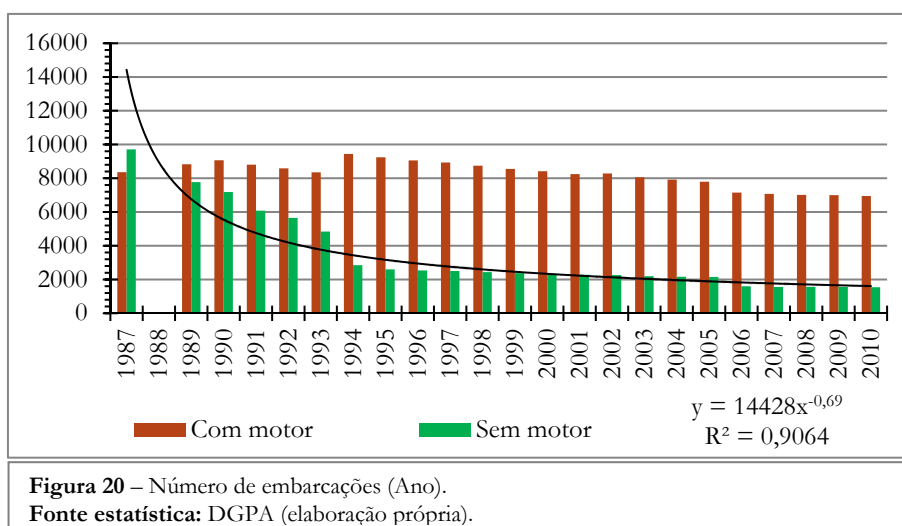
venda na lota e o respetivo valor final a pagar pelo consumidor, que no caso da sardinha ultrapassa os 600%.

Esta situação potencia a rotura social, promove a sobrepesca, e não concorre para a sustentabilidade dos recursos marinhos, que deve ser considerada nas suas quatro vertentes (ambiental, social, económica e de governança). Na figura 19 pode verifica-se que entre 1986 e 2000 o preço do pescado aumentou, no entanto mantendo-se mais ou menos estável até ao momento, contrapondo-se ao decréscimo das capturas.



A comunidade, que deveria ser protegida segundo Saetersdal (1984), viu os preços a aumentar, para compensar a redução das capturas; e os pescadores, que mantêm o mesmo trabalho, vêem preços a reduzir (figura 19, e.g. pescada branca). Ganham os intermediários, responsáveis pelo circuito comercial, com elevada margem de lucro.

Em relação ao número de embarcações, e talvez devido à política de abate de embarcações referida por Souto (2005:online), verifica-se uma redução desde que Portugal entrou para a UE, tanto ao nível das embarcações com motor, como das embarcações sem motor (figura 20).



Ainda que no geral o número de embarcações tenha reduzido de forma significativa, destaca-se a redução de embarcações sem motor, em mais de 80%. Em 1987 estavam registadas 8.362 embarcações com motor, e 9.713 sem motor, e em 2010 estavam registadas 6.948 e 1.544, respetivamente. Em parte devido à política de abate de barcos da Comunidade Europeia.

A apanha de algas (anexo IV) e a extração de sal marinho (anexo V), até então atividades de referência nacional, perderam importância em conjunto com as pescas (Souto, 2005:*online*). Em relação à apanha de algas, atividade preponderante durante o Estado novo, salienta-se que no geral a sua evolução é negativa e muito díspar entre Agarófitas e Carraginófitas. Neste âmbito, já Baldaque da Silva (1891) transmitiu que apesar da sua importância para o PIB (184:598\$000 réis), da nossa dependência deste recurso (toda a produção nacional era utilizada como adubo das terras, excluindo uma pequena parte na província do Minho que servia de alimentação a alguns animais domésticos), e de todo o seu potencial, “ (...) *que das plantas marinhas se pôde extrair o bromio, o iodo, o nitrato de potássio, o sulfato de soda, etc., que de algumas algas se faz papel e cartão, e que em outras aplicações e produções industriaes se podem utilizar os vegetaes das aguas marítimas da costa de Portugal, teremos de reconhecer que, no nosso paiz, este assumpto está ainda na primeira infância*” (Baldaque da Silva, 1891:369).

As Carraginófitas assumiram grande importância em Portugal devido à extração de carragenanos, nomeadamente da alga *Chondrus crispus*, utilizada enquanto aditivo para produtos alimentares, como estabilizante e clarificante para bebidas, e como alternativa vegetariana às gelatinas de origem animal⁶³. No entanto, apesar da importância histórica e das valências deste recurso, a sua produção decaiu desde que existem os registos da série estatística «Recursos da Pesca» da DGPA.

O preço de comercialização evoluiu de forma favorável durante a década de 80, atingindo o máximo histórico em 1990 (Melo, 2002). Depois, o estreitar da apanha foi acompanhado pela queda do preço, à exceção do ano de 2003 em que atingiu valores *record*. Logo em 2004 atingiu novamente mínimos históricos, o que levou ao fim da apanha comercial (figura 21).

As Agarófitas assumem protagonismo principalmente através da *Gelidium sesquipedale*, importante pela extração do ágar, uma substância mucilaginosa. A apanha ainda se mantém ativa em Portugal, devido às suas múltiplas aplicações na indústria alimentar, farmacêutica e biomédica (Melo, 2002). Apesar da sua importância histórica para a economia, das muitas valências, e da sua abundância no litoral português, depois de 1988, quando se atingiu o pico de produção, a apanha decresceu continuamente para quantitativos muito baixos e irregulares (figura 22).

⁶³ Disponível em <http://www.cybercolloids.net/library/carrageenan/intro.php>, em 07JAN12.

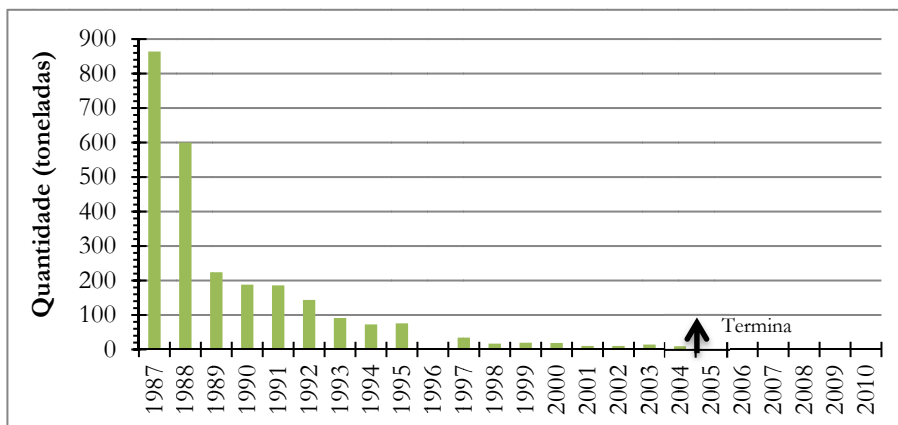


Figura 21 – Apanha de algas carraginófitas (Ano)
Fonte estatística: DGPA, 1987 até 2011 (elaboração própria)

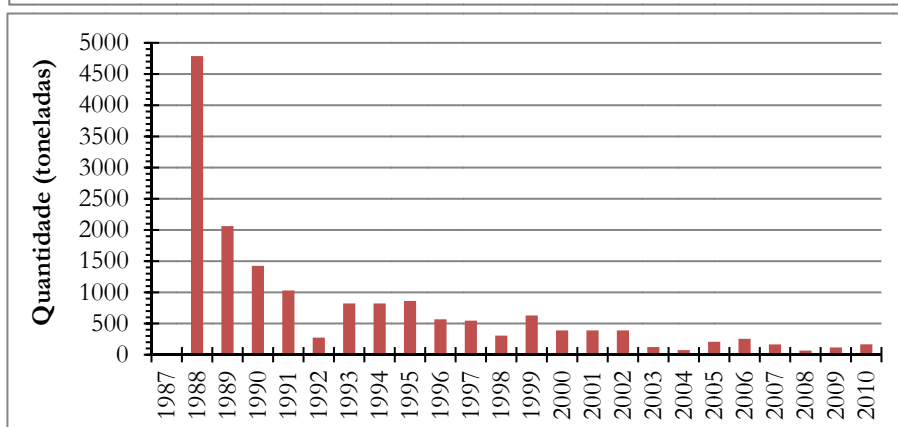


Figura 22 – Apanha de algas agarófitas (Ano)
Fonte estatística: DGPA, 1987 até 2011 (elaboração própria)

A valorização comercial das algas agarófitas é muito diferente das carraginófitas. O preço apresenta uma tendência quase sempre no mesmo sentido da produção, e a partir de 1992 o preço de comercialização foi geralmente superior ao da produção (figura 23). Ainda assim, nota-se cada vez mais o abandono da atividade, não se perspetivando uma melhoria da atual situação de produção residual.

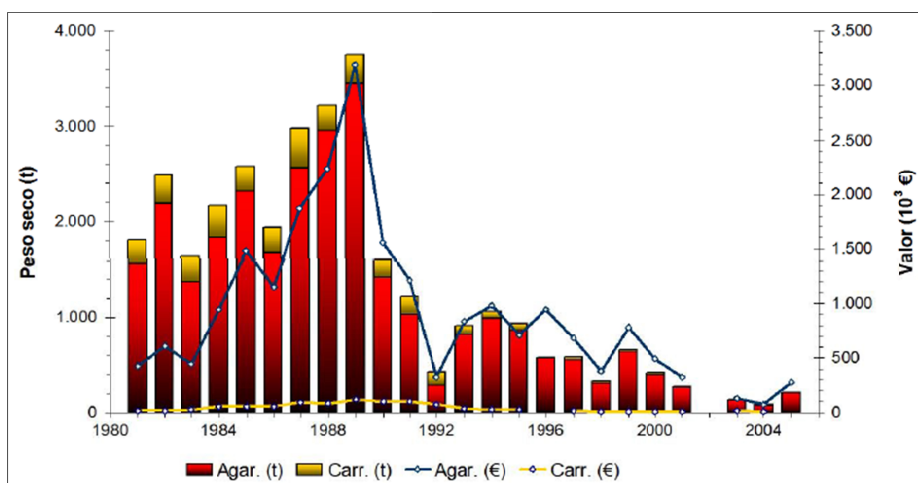


Figura 23 – Apanha e comercialização de algas agarófitas vs. carraginófitas
Fonte: Melo, 2002:22

A salicultura, uma atividade anterior ao próprio país, sempre presente em toda a costa portuguesa e com reduzidos impactos ambientais, tem perdido importância. Isto à semelhança do que aconteceu com os restantes recursos marinhos. Apresenta-se hoje essencialmente restrita à região do Algarve (90%); Centro (3%) e Alentejo (7%)⁶⁴.

O número de salinas em atividade decresceu de forma abrupta até 2001, dizimando por completo o grosso da produção. E, ainda que de forma mais lenta, no decurso desta primeira década do século XXI a produção contraiu-se em 20%, contabilizando-se somente 52 salinas em atividade em 2010 (figura 24).

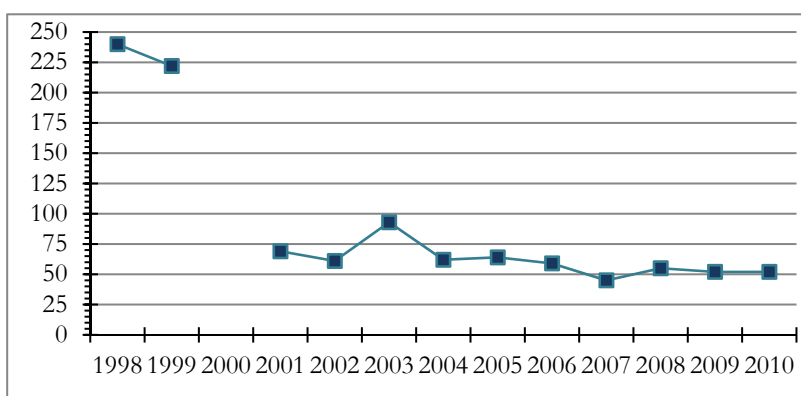


Figura 24 – Número de Salinas em atividade.
Fonte estatística: DGPA, 1987 até 2011 (elaboração própria)

O declínio da produção naturalmente levou ao declínio da área afeta à salicultura, que passou dos 2605 hectares em 1998 para os 857 hectares em 2010 (figura 25). Este fenómeno atua contra a proteção do espaço marinho e dos seus recursos, porque as salinas estão localizadas em áreas litorâneas, muito apetecidas pelo capitalismo económico e industrial, e quando inativas tornam-se alvos fáceis.

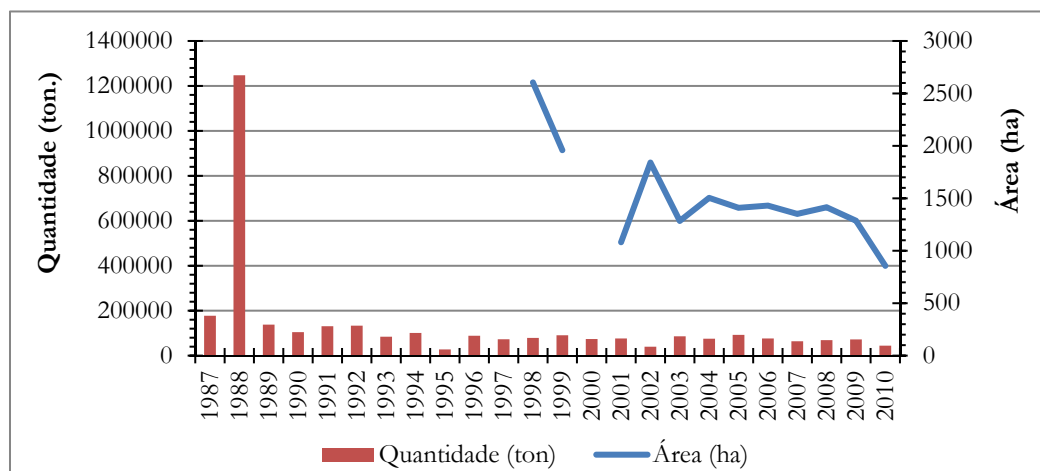


Figura 25 – Evolução da produção e da área de salicultura
Fonte estatística: DGPA, 1987 até 2011 (elaboração própria)

⁶⁴ Valores das percentagens arredondados à unidade.

I.3. Evolução da relação cascaense com os recursos marinhos

I.3.1. Do ponto de vista histórico-geográfico

Com base nas jazidas arqueológicas encontradas na área que hoje corresponde ao Concelho de Cascais, nomeadamente no perímetro da atual freguesia de São Domingos de Rana⁶⁵, onde se encontraram artefactos líticos (e.g. lascas de pedra), ferramentas de madeira e de ossos de animais (e.g. armas), acredita-se que a história de Cascais remonta ao Paleolítico Inferior, altura em que floresceram as primeiras estruturas sociais (Andrade, 1969:83; Breuil & Zbyszewski, 1942; Cardoso, 1982:10; Marques, 1988:145; Marques, 1993:9).

As primeiras pesquisas realizadas por Carlos Ribeiro⁶⁶, na Praia do Guincho, no Outeiro, no alto do Estoril, na Galiza e junto ao Forte Velho, alinham neste sentido, e deixam em aberto a possibilidade da prática da pesca ter começado com a fixação destes primeiros povos na zona atlântica cascaense, já que terá sido o peixe o seu principal alimento e, quem sabe, “ (...) *«objecto» de transacção com a caça que outros habitantes mais longínquos traziam ao primitivo burgo*” (Andrade, 1969:47;89).

O Paleolítico, também designado por Período da Pedra Lascada, é a época mais antiga da Pré-História. As populações paleolíticas viviam da caça e da pesca, conforme o testemunham as ferramentas de pedra lascada recolhidas em escavações arqueológicas no Guincho, em Talaíde e na parte alta do Estoril (Encarnação, 1979:11). Estes utensílios, utilizados nesta data para a sobrevivência, e fabricados a partir de uma rocha sedimentar, o sílex⁶⁷, representam a primeira utilização de um recurso natural autóctone, que viria a ser fundamental para o desenvolvimento económico de Cascais no século XVI, com o qual somente as pescas conseguiam ombrear (Andrade, 1969:79).

Do ponto de vista geográfico sabe-se que as populações do Paleolítico que se fixaram em Cascais terão sido atraídas pelo clima, “*pelas vistas, saudáveis ares e boas águas*”, e pelo mar, que compensava a improdutividade da “*terra negra*” (Andrade, 1990 [1964]: 139).

Neste período pré-histórico o mar banhava a zona a norte de Talaíde, em São Domingos de Rana, a cerca de 140 metros acima do atual nível das águas do mar, tornando esta uma área de localização de povoações (por ser litorânea) (Ramalho *et al.*, 2001; citado por Taborda, 2010:1-4).

⁶⁵ Na jazida paleolítica do Cabecinho, localizada na freguesia de São Domingos de Rana, encontraram-se muitos seixos ferruginizados (Mustierense), possivelmente resultantes do enchimento detrítico quarternário, que foram datados como pertencentes ao Paleolítico Médio, e que poderiam corresponder aos restos da praia marinha siciliana (Cardoso, 1982:10).

⁶⁶ Carlos Ribeiro, conjuntamente com Nery Delgado, está entre os fundadores da geologia portuguesa, e como já vimos anteriormente foi o responsável pela descoberta dos concheiros (kjökkenmöddinger) de Muge.

⁶⁷ O sílex era utilizado para fabricar utensílios, como pontas de lança ou de flechas e agulhas. Era também comum a sua utilização como objeto primitivo para acender o fogo. O sílex era utilizado, como tal, para produzir pedras de amolar e, mais raramente, como pedra de construção e ornamental.

Este espaço, outrora litorâneo, é atualmente interior, tal como aconteceu com a praia Siciliana na zona do Cabecinho, localizada a cerca de 90 metros acima do atual nível da água do mar, cujos achados arqueológicos datam próximo dos 750/700 mil anos. Para esta mecânica do planeta concorre o ciclo eustático do nível do mar⁶⁸ (Cardoso, 1982:10; Dias, 2004; Marques; 1993:9; Macedo & Lorigo, 2008:21).

Durante o Neolítico, período caracterizado pelo acesso das sociedades humanas à economia produtiva, acerca de 4 mil anos, constituem-se em Cascais os primeiros povoados. Estas populações tinham como principal distintivo o culto aos mortos. Para a realização dos funerais, quase sempre ritualizados, utilizavam dolmens e grutas naturais e artificiais, colocando ao lado dos corpos inanimados utensílios do quotidiano: objetos de adorno e religiosos, armas e alimentos (permite-nos conhecer a alimentação destes povos). Assim, tanto nas grutas naturais do Poço Velho, como nas grutas artificiais de Alapraia ou São Pedro, foram encontradas conchas e restos comestíveis que indicam que para sobreviver faziam uso dos recursos marinhos (Encarnação, 1975:71; Cardoso, 1991:18; Macedo & Lorigo, 2008:22).

Neste sentido, das várias hipóteses possíveis para a origem etimológica do topónimo *Cascais*, a que parece ser mais consentânea com a lógica, no sentido do exposto no parágrafo anterior, é a do professor José Leite de Vasconcelos, que “ (...) *pretende filiar a palavra no substantivo cascal [monte de cascas], isto é, na asserção morfológica de um montão de conchas e detritos calcários de crustáceos*”, o que por certo se deve à abundância de moluscos marinhos ao longo da costa (Andrade, 1969:7-8). Oliveira Marques (1988; 1989; 1993), Encarnação (1979:15) e Castelo-Branco (1972), grandes vultos que escreveram sobre o tema, subscrevem esta versão, e referem que o topónimo Cascais é o plural de cascal (monte de cascas), o que está, sem dúvida, relacionado com a abundância de moluscos marinhos aí existentes.

Foram vários os povoados existentes em Cascais ao longo deste período. O primeiro a ser estudado localizava-se onde é o atual parque do Estoril. A que, mais tarde, se seguiram: Guincho, Murtal, Alapraia, São Pedro do Estoril e Parede (Andrade, 1969:48-50). Trata-se de um período de sedentarização que atribuía relevo à geografia do terreno, motivo pelo qual os primeiros povoados nasceram junto à costa (e.g. Talaíde), para mais fácil acesso aos recursos marinhos (e.g. peixe), a terras férteis para produção agrícola, água potável e clima adequado (Encarnação, 1979:11; Marques, 1988:144; Dias, 2004). No fundo, tal como hoje, o oceano fornecia abundantes alimentos, o que é comprovado pelos restos da fauna marinha que chegaram até aos nossos dias (Andrade, 1969:51).

⁶⁸ Os movimentos eustáticos podem ser positivos se ocorrer uma subida do nível do mar e negativos quando ocorre uma descida do nível do mar – o que aconteceu várias vezes com o passar dos milénios (glaciações).

A civilização fenícia, que deixou ao mundo o alfabeto e a arte de navegar, devia muito da sua prosperidade ao comércio, e já em 530 a.C. tinha transformado Cascais num entreposto de comércio internacional, transacionando mercadorias provenientes dos países nórdicos e mediterrânicos; o que reforçou o desenvolvimento do setor primário, nomeadamente a pesca e a extração de sal marinho, já que a agricultura era ainda muito incipiente (Marques, 1989:7; Bonvalot, 2002:18; Wegemann, 2011:8).

Segundo Andrade (1990, [1964]:11-14), que cita as *Fontes Hispaniae Antiquae*, de Schulten e Bosch Gimpera, a importância do porto de Cascais⁶⁹ é muito antiga, já verificada em 530 a. C., altura em que “eram permutadas no Tejo as mercadorias vindas dos países nórdicos (rumo, portanto de Cascais) com as que vinham oriundas dos portos mediterrânicos.”

Com a ocupação Romana verificou-se um grande desenvolvimento do mundo ocidental, legado de que usufruíram as cidades ibéricas, em termos económicos e culturais, através do processo de romanização (fig. 26)⁷⁰; assim designado por Theodor Mommsen no século XIX (Encarnação, 1979:13; Marques, 1988:145; Macedo & Lorigo, 2008:23). Não obstante, em Cascais verificava-se neste período um povoamento algo disperso, em “*villae e casais isolados*”, e uma ausência de núcleos comerciais de relevo que potenciasssem o desenvolvimento mais rápido do território (Marques, 1989:7).

Os povoados romanos localizavam-se principalmente nas atuais freguesias de Alcabideche, em Carrascal de Alvide (*villa do Alto do Cidreira*); em Cascais, na Areia (*sítio dos Casais Velhos*); em São Domingos de Rana, no Outeiro de Polima (*villa de Freiria*) (Carvalho, 1995:326), e no Estoril (Marques, 1989:7).



⁶⁹ Atualmente designa-se por porto, em tempos passados, ancoradouro ou ancoradoiro. Trata-se de um local na costa onde os barcos ancoravam, em condições de carregar ou descarregar.

⁷⁰ Por exemplo, na toponímia, como no caso de Caparide, proveniente do latim *capparis*, que significa alcaparra.

As populações subsistiam com os recursos da natureza, recorrendo à pesca (percebes, mexilhão, polvo, etc.) e à agricultura (trigo, cevada, nabos, etc.), e com os proveitos da atividade comercial, que florescia beneficiada pela localização de Cascais à porta do Atlântico, numa localização privilegiada no acesso ao comércio marítimo que se realizava no rio Tejo (Bonvalot, 2002).

O Professor Catedrático José d'Encarnação, ilustre investigador e docente universitário que estudou a presença romana em Cascais, num dos seus estudos arqueológicos centrado na povoação de Caparide (freguesia de São Domingos de Rana), indica que também o clima e a fertilidade dos campos interiores, nessa altura mais irrigados, eram pelos romanos considerados fatores justificativos de preferência na ocupação deste espaço (Encarnação, 1981:10).

A atividade marinha e os recursos marinhos eram de grande importância para os romanos. Tanto ou mais que a agricultura, o que é justificado pelos vários achados arqueológicos, como ânforas (fig. 27), utilizadas no transporte marítimo, anzóis (fig. 28) e pesos de rede de pesca, encontrados em abundância no Alto do Cidreira e na baixa da vila de Cascais (Encarnação, 1990:7).

A recente descoberta de um conjunto de dez *cetárias*⁷¹ na Rua Marques Leal Pancada, que armazenariam os preparados piscícolas produzidos num complexo fabril adjacente (fábrica de salga e conservas), evidencia a importância que os recursos marinhos tinham para o sustento económico das populações romanas residentes no perímetro do atual concelho de Cascais (Cardoso, 2006: 150; Macedo & Lorigo, 2008:24; Wegemann, 2011).

Praticavam a pesca, a extração do sal marinho (Marques, 1989:7) e recolhiam mariscos, quer se trate de múrex de que, nos Casais Velhos, pela sua abundância, se poderia ter feito um aproveitamento industrial (para o fabrico da púrpura), “ (...) *quer das ostras de que a villa do Alto do Cidreira forneceu inúmeras conchas*” (Encarnação, 1990:7).

Em relação às espécies capturadas, volume de capturas e eventuais práticas seletivas, as investigações arqueológicas mais recentes são inconclusivas. Aliás, com rigor, estas demonstram que ainda desconhecemos a indústria de recursos haliêuticos no período romano, em dois



Figura 27 – Ânfora romana
Fonte: Museu do Mar – Rei D. Carlos (19JAN12)

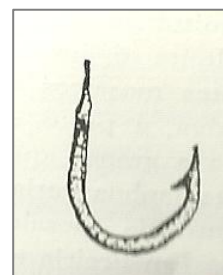


Figura 28 – Anzol de bronze romano
Fonte: Encarnação, 1990:7

⁷¹ Descobertas pelos trabalhos arqueológicos iniciados em 1992, as *cetárias* eram tanques para colocar a pasta de peixe produzida numa fábrica de conservas e derivados de piscícolas, que terá existido durante a segunda metade do século I d.C. e os finais do século II (Cardoso, 2006:150).

momentos essenciais: (1) quando começou o sistema de exploração intensiva de recursos marinhos; (2) quando este entrou em colapso e desapareceu, desaparecendo também com ele os hábitos alimentares que lhe estavam associados (Fabião, 2009:572).

Em relação à constituição corpórea das populações romanas que se fixaram na zona de Cascais, vários estudos atribuem aos homens uma estatura média de 1,68 m e as mulheres 1,57 m de altura – portanto, uma composição física adequada às exigências decorrentes da recolha de frutos do mar –, e referem que apresentavam uma cabeça alongada e nariz estreito ou médio (Encarnação, 1990:3).

Durante o domínio muçulmano da Península Ibérica, que influenciou a atual toponímia de Cascais⁷², observou-se um célere e continuado desenvolvimento da área litorânea, surgindo neste período o primeiro grande povoado, Alcabideche (Encarnação, 1979:14; Marques, 1989:7). Para isto terá contribuído o facto de Cascais estar inserido numa das oito cidades mais importantes do Garb al-Andaluz (séc. XI), na dependência administrativa de Sintra⁷³, outra fundação do período muçulmano, um grande povoado à época com quem Alcabideche não conseguia ombrear, descrita pelos enciclopedistas e historiadores dos séculos XI a XII como um povoado de “*mediana grandeza*” (Marques, 1988:145; Marques, 1989:7).

Apesar de toda a região litoral a ocidente de Lisboa ser considerada inóspita, Sintra evidenciava-se neste período pelos abundantes recursos agrícolas (e.g. qualidade das maçãs), pela proximidade do mar (e.g. comércio e pescas), e pelas boas relações políticas, administrativas e económicas com Lisboa, que resultavam em boa medida das boas infraestruturas rodoviárias de que dispunha, para a época, porque era daqui que saíam “ (...) *três importantes vias terrestres que a ligavam a Mafra, a Cascais, através de Alcabideche e, a mais significativa, a Lisboa*” (Marques, 1989:7; Coelho, 2000:208).

Por altura da fundação da nacionalidade, e apesar de já existirem povoações fixadas na área de Cascais, Oliveira Marques diz-nos que em Cascais, e em toda essa região litoral a ocidente de Lisboa, a terra era considerada “*bravia e despovoada, coberta de matas, de carrascais e de charnecas*”, e refere que o mais valorizado era “*a criação de aves de caça (açores)*” (Marques, 1989:7).

O poeta árabe Abu Zeide Mohamede Ibne Nucana, que viveu nos primórdios do século XI, criou um poema para Alcabideche que remete para uma possível carência de recursos hídricos na região de Cascais, e de infertilidade dos solos, já que ao referir “*oxalá não te faltem grãos, cebolas e abóboras*”, parece-nos estar a querer dizer que é frequente os cascaenses terem dificuldades de

⁷² Várias terras têm nome começado por **al-**, característico dos vocábulos árabes, de que são exemplo: Alcoitão, Alcabideche e Almuinhas Velhas.

⁷³ Cascais desvincular-se-ia de Sintra em 1364, por privilégio do Rei D. Pedro I.

produção destes produtos – o que é consensual e surge no sentido do referido por Oliveira Marques.

Aliás, reforça a hipótese de que a rigidez climatológica e a menor produtividade do solo tenha promovido o desenvolvimento de uma economia marinha ligada aos produtos do mar.

Depois da conquista cristã do território aos mouros pelas forças de D. Afonso Henriques, em 1147, não se verificaram alterações significativas à estrutura administrativa e produtiva da zona de Cascais. No entanto, com o avançar da reconquista para Sul, que municiou as populações de maior segurança e estabilidade, e devido à forte influência de uma Europa em plena expansão demográfica e económica, registou-se maior alteração às dinâmicas do povoamento. De facto, um pouco por todo o país surgiram novos povoamentos costeiros, e mesmo cresceram os que já existiam, obedecendo a três objetivos: *“necessidade de escoamento e fixação das gentes, protecção da costa, e exigências de um comércio marítimo em plena expansão”* (Marques, 1989:7).

Cascais não esteve imune à tendência, mas o reduzido número de habitantes procrastinou uma mudança que poderia ter sido mais célere. Ferreira de Andrade, que historiou e investigou Cascais, diz-nos que neste período era uma incipiente Vila, com *“mui poucos vizinhos”*, e que seria no lugar do *Longo*, *“nas faldas dos montes, em sítio mais abrigado das nortadas e, por isso, mais propício ao amanho das terras”*, onde se localizava a maior parte desta população. Segundo o autor, só mais tarde, aliciadas pelos proveitos das pescarias, algumas pessoas deslocaram-se do lugar do *Longo* para áreas litorâneas; altura em que também se regista a chegada de elementos de povoações vizinhas, igualmente aliciados pelas pescarias. A estes camponeses mais corajosos, que descem até à beira-mar, se deve o nome que ainda hoje conservam: são os *salaios*⁷⁴ (Andrade (1990, [1964]:11-14).

“Devemos dignificar o nome, que bem o merece. Os salaios que se aproximaram da costa fizeram-se os marítimos e pescadores até Santa Cruz e ao Cabo da Roca. (...) A zona interior do concelho de Cascais (...) continua a Terra Saloia, com seus agricultores; a zona costeira transformou-os em gente do mar, com a mesma persistência, a mesma valentia, o mesmo aferro ao mar, que os mais têm em terra” (Andrade (1990, [1964]:14).

É neste contexto que enquadrámos a génese do surgimento de Cascais, enquanto povoamento de pescadores e outros mareantes, que do mar recebiam seu sustento e, quantas vezes, seu próprio túmulo (Andrade, 1990 [1964]:12). O espaço foi-se modificando, organizando,

⁷⁴ Segundo Andrade (1990, [1964]:14), esta palavra é de origem árabe e define o trabalho e a proveniência geográfica das populações.

e com o tempo formou-se uma pequena aldeia “ (...) *que em finais do século XIII, tinha já dimensão para ter o seu alcaide, referente às coisas do mar*”⁷⁵ (Marques, 1993:11).

Ferreira de Andrade (1990 [1964]:37) e Fernando Castelo-Branco (1972:15) citam uma carta dirigida aos pescadores de Cascais, da autoria de D. Dinis, datada de 11 de maio de 1282, transcrita em parte a seguir:

“Item mymãdarõ dizer que Martim anes (mtinhaãs) q foy yrmaão do chãceler quando era alcayde do mar e da terra que metia alcaydes e Cascays e Sesinbra e nos outros logares quando os pescadores estauã na costeyra” (Livro 1.º de D. Dinis, fol. 46 v. publicado pelo 2.º Visconde de Santarém: *Inéditos* (Miscellanea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas, Lisboa, 1914, p. 415-416).

Através desta carta comprovamos o efetivo exercício da atividade piscatória, “*a que muito se acomodava o génio da nação*” (Peres, 1937:664), verificamos que as condições físicas da costa de Cascais eram ideais para a instalação de um porto de pesca (Castelo-Branco, 1972:15), e que a atividade piscatória já estava enraizada na cultura local e assumia elevada relevância económica (Marques, 1944:17). Sabe-se ainda que já nesta altura os pescadores preparavam as artes de pesca nas areias batidas pelo vento, e “ (...) *Cascais era sem dúvida um porto de mar, o mais poderoso factor das relações geográficas remotas*” (Andrade, 1990 [1964]: 12)⁷⁶.

Impulsionada pelas receitas das pescas, porque abastecia o mercado de Lisboa, e pela localização estratégica, devido à passagem quase que obrigatória das embarcações que frequentavam o porto de Lisboa, numa espécie de sentinela do Tejo e antecâmara da cidade e do porto de Lisboa, a aldeia de Cascais desenvolve-se agora de forma célere (Marques, 1988:119). Para isso beneficiou da intensificação do comércio pesqueiro com Lisboa⁷⁷, que representava na época a mais importante indústria cascalense, e de outras atividades e produtos de teor comercial (e.g. agrícola e moageira). Isto levou a que as ligações a Sintra fossem gradualmente substituídas por ligações a Lisboa, criando o espaço necessário para que Cascais se emancipasse de Sintra (Viegas, 1940:44; Castelo-Branco, 1972:16-19; Encarnação, 1979:16; Marques, 1989:8; Bonvalot, 2002:41).

Nesta altura a pesca constituía-se como uma atividade importante, não só pelos recursos que gerava, de elevada importância para autóctones e poder régio, mas também enquanto símbolo

⁷⁵ (texto original: *This settlement of fishermen and other seafaring folk, as well as some farmers, brought into being a small village which at the end of the 13th century was large enough to have its own governor connected with maritime affairs*”.

⁷⁶ O autor socorre-se da obra do geógrafo Orlando Ribeiro, *Portugal e o Atlântico*, p. 315.

⁷⁷ O Porto de Cascais evidenciou-se e tornou-se importantíssimo no contexto geográfico do Concelho de Sintra, por ser a melhor ligação a Lisboa e permitir o escoamento das frutas colhidas em Sintra, e pelos tributos para a coroa, já que existiam *portagens*, e eram estes impostos sobre o comércio que alimentavam a máquina administrativa estadual (Encarnação, 1979:16; Marques, 1989).

cultural; e sobretudo religioso – o que é visível na veneração dos pescadores aos santos protetores (Andrade, 1990 [1964]:66).

A título de exemplo, em 1362, após lançarem as redes de pesca, reza a história que os pescadores retiraram do mar uma pequena imagem da virgem Santíssima Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços; o que consideraram ser um milagre, conferindo-lhe uma elevada aproximação espiritual e a proteção das suas vidas em mar (ponto I.3.3.). Por isso, as festas religiosas estarão interligadas com a vida dos pescadores, e representam uma prova histórica da importância das pescas para Cascais (Andrade, 1990 [1964]:18).

Em 1364 os cascaenses solicitam a D. Pedro I a separação de Cascais da vila de Sintra. E, através da outorga da *Carta da Vila*, o monarca concede esse privilégio mediante o pagamento de todos os direitos de que a população lhe era tributária, ao que acrescia ainda o pagamento anual no montante de duzentas libras portuguesas (Andrade, 1968:9-10; Castelo-Branco, 1972:13; Marques, 1989:11; Andrade, 1990 [1964]:11-14).

Estamos no século XIV mas já perante o primeiro acontecimento promotor de um desenvolvimento sustentado, o *Municipalismo*, que visava a salvaguarda dos direitos, deveres, responsabilidades, e uma participação ativa, através da elevação de Cascais à categoria de vila. Ainda que de forma não muito correta, pois a comparação não é a melhor, mas é a possível, será o *Municipalismo* do passado equivalente ao *Regionalismo* do presente, na autonomia administrativa e jurídica, na medida em que reforça o desempenho das políticas pela proximidade, com base no conhecimento mais específico das dinâmicas e necessidades locais, o que promove a concorrência regional (Sintra *vs.* Cascais), facilita a difusão da informação, e consequentemente melhora o esclarecimento e participação da população (Castelo-Branco, 1972:13-14; Marques, 1989:5).

Neste período a comunicação humana era difícil; a respeito da terrestre, pelas questões físicas; mas também pelas sociais, quanto aos seus direitos e obrigações. O Rei D. Pedro I, apesar de cognominado por alguns como “*O Cruel*”, ao conceder esta carta de privilégio demonstrou preocupação em regulamentar o relacionamento dos homens de forma a poderem estar mais esclarecidos. Podemos enquadrar esta atitude vinda da parte do Soberano, que é o garante da Democracia, nas palavras de Eça de Queiroz, que séculos mais tarde sintetizaria na frase: “*O Homem livre nos Municípios livres – representados por uma Câmara – é esta a forma mais fecunda dos Governos Democráticos*” (Marques, 1989:5 citando Obras de Eça de Queiroz, Vol. IV).

No que se refere à indústria marinha, neste período não existem referências significativas. No entanto, as fontes referem que durante a governação de D. Fernando I (1345/83) a indústria das pescas foi impulsionada pela construção de navios (Andrade, 1990[1964]; Bonvalot, 2002).

Mais tarde, D. João I, filho ilegítimo de D. Pedro I, confere os primeiros privilégios aos pescadores de Cascais. O primeiro aconteceria ainda no final de 1385, através do qual o monarca promulgou uma lei que isentou os pescadores da obrigatoriedade de embarcar em galés, para não os prejudicar nem à atividade, que era frutuosa para o erário régio, e para potenciar a “(...) *fixação do pescador à terra, para que produza o seu (quase) único alimento: o peixe*” (Andrade, 1990[1964]:30). Ora, considerando que a os habitantes de Cascais eram dos mais habilitados a navegar, designados nos documentos da época por “*mareantes pescadores ou mareantes náuticos*”, esta isenção só pode ser compreendida numa situação em que se levantam valores muito importantes. O que acreditamos poder ser a resposta ao já referido estado de infertilidade dos campos (áridos), pouco convidativos aos trabalhos agrícolas, e para o facto de o mar ser a preocupação dominante do monarca, por ser fundamental à sobrevivência do burgo (e aos cofres do poder real e eclesiástico) (Andrade, 1990[1964]:65).

Destacam-se ainda outros dois privilégios, a saber: um primeiro, concedido por carta régia, em 1393, por que o Mestre de Avis autoriza não haver em Cascais alcaide dos homens do mar, “*uma espécie de «capitão do porto», com jurisdição sobre a gente do mar e que antes tivera o nome de alcaide dos navios*” (Andrade, 1990[1964]:31); um segundo, concedido em 1427, com que isentou os pescadores da obrigação comum no Reino de terem cavalos e armas – regalia que os libertou de um pesado imposto régio, e de não terem de cumprir o que ainda recentemente chamávamos de “*serviço militar obrigatório*”⁷⁸. De facto, a dispensa aos pescadores de prestação de serviço militar, em altura de carência de efetivos militares (devido à forte pilhagem dos corsários), só faz sentido se justificada pela necessidade de fixar pessoas, pela enorme abundância de peixe, e pela sua importância económica para o financiamento da coroa (Andrade, 1969:90; Andrade, 1990[1964]:14,47; Macedo & Lorigo, 2008:38).

Durante o período manuelino, época de grandes descobertas marítimas e de desenvolvimento dos monopólios comerciais, o rei concedeu cerca de 570 forais⁷⁹, que entre outros objetivos visavam regulamentar os direitos e tributos nas pescas⁸⁰, e ainda estimulavam o aproveitamento dos recursos do mar e dos rios (Garcia, 2001:41; Silva, 2008:215-216).

⁷⁸ Atenta-se que foram os cascaenses que suplicaram ao monarca a isenção de integrar o “exército”, “*alegando que isso os impedia de levarem a cabo as suas funções, o que conduziria a prejuízos que lesavam os pagamentos dos seus impostos*” (Macedo & Lorigo, 2008:38).

⁷⁹ O número total de forais não é pacífico na comunidade científica. Por exemplo, Carlos Menezes defende a existência de 589 forais (Menezes, 1825:38).

⁸⁰ Através dos forais é ainda possível recolher informação sobre “*espécies de peixes, a distinção tributária entre pescado de água salgada e pescado de água doce, a provável relação preferencial de algumas espécies com determinados lugares (...), as modalidades, processos e utensílios de pesca; sobre circunstâncias das pessoas envolvidas na fauna, algumas das suas regalias e privilégios, sobre a intervenção das autoridades concelhias na atividade piscatória, enfim sobre tentativas de fuga mais ou menos engenhosas aos tributos*” (Silva, 2008:215-216).

O foral concedido a Cascais não foi exceção, e na parte em que aborda o «pescado» diz-nos que todo o peixe pescado estava sujeito a uma dupla dízima⁸¹, a *dízima velha e a dízima nova*⁸², independentemente de ser transportado por via terrestre ou marítima («Pescado» in *Carta de Foral* – transcrita por Andrade, 1969:14-16). Refere ainda que uma vez liquidada a *dízima* não carecia de segundo pagamento, mesmo quando fosse necessário levar o pescado para outras terras (visava evitar a dupla tributação) (Silva, 2008:218). O pagamento desta *dízima* foi abolido em 1830, e foi substituído em 1846 por uma *licença de pesca*, à qual também foi associado um imposto (*Carta de Foral* – transcrita por Andrade, 1969:10-29; Macedo & Lorigo, 2008:39).

No fundo, esta data simboliza a transferência do imposto do pescador, enquanto pessoa, para uma licença de pesca, mais abstrata, possivelmente para um melhor controlo dos impostos; ao que não deve ser alheio o crescimento do número de profissionais afetos ao setor em Cascais.

Sabemos através deste documento que a pesca na baía de Cascais fazia-se com recurso a várias artes de pesca, como os covos, as redes de emalhar e os aparelhos de anzol, que o marisco capturado sem recurso a embarcação não era tributado, excluindo os negócios de lagostas e santolas (Andrade, 1969:90). Os mestres dos navios e os pescadores estavam autorizados por privilégio real a retirar o *tributo*, ou seja, a “(...) *retirar do pescado fresco, que trouxessem para vender, uma porção para a sua alimentação de cada dia, de acordo com o número de pessoas*”, totalmente isentos de impostos, mesmo que depois esse peixe viesse a ser vendido. Em Cascais o *tributo* era dado uma vez por semana em número de unidades (peixes) por pessoa (Andrade, 1969:90; Silva, 2008:216-218; Macedo & Lorigo, 2008:38).

Os forais manuelinos, que reportam ao início do período moderno, são um interessante meio de reflexão sobre a sustentabilidade, equidade social e dinamização local, no que se refere a impedir que o pescado pudesse ser revendido, independentemente se eram moluscos, crustáceos ou peixes. Tratava-se de evitar uma possível concorrência desigual vinda do porto de Lisboa (Andrade, 1969:91).

Durante os Descobrimentos o município de Cascais teve um lugar privilegiado, e os seus habitantes, e homens do mar, seriam porventura os primeiros a anunciar a vinda das caravelas; beneficiando do facto de aqui terem desembarcado personagens ilustres, como aconteceu no regresso de Colombo, após descobrir a América, ou no regresso de Nicolau Coelho, primeiro capitão da armada de Vasco da Gama que chegou à Índia (Andrade, 1969:57; Encarnação, 1979:19).

⁸¹ Presume-se que uma dízima consistiria em 10% do valor do pescado, e duas dízimas 20% (Silva, 2008:222).

⁸² A dízima velha revertia a favor da Igreja que os pescadores frequentassem, e a dízima nova pertencia ao rei, tendo sido estabelecida por negociação entre D. João I e os mareantes e pescadores de todo o país (Silva, 2008:218).

Neste período de viagens marítimas cresceu o protagonismo de Cascais, determinado pela geografia da costa e pela segurança do porto. Elementos que, consubstanciados, contribuíram para uma maior e mais intensa movimentação de embarcações na baía; sobretudo no longínquo e esplendoroso século XVI, tal como o refere Damião de Góis⁸³ na sua última grande obra escrita em Latim: *“Lisboa de Quinhentos”*. Nesta obra, datada de 1554, o autor caracteriza o porto de Cascais como sendo amplo e seguro (fig. 29), um local onde as naus de carga esperavam a *“maré e a monção”* (ventos favoráveis). Ainda alude à ermida de Nossa Senhora da Guia, a mais antiga ermida de Cascais, erguida junto de um dos mais antigos faróis da costa portuguesa, referindo que *“à noite ascendiam ali uns fachos para indicar o trajecto aos mareantes, não seja o caso que estes, por não lobrigarem a paragem, arremessem, contra vontade, as naus para os baixios e rochedos”* (Góis, 1554; citado por Encarnação, 1979:19-20; Carvalho & Fernandes, 2006:5).

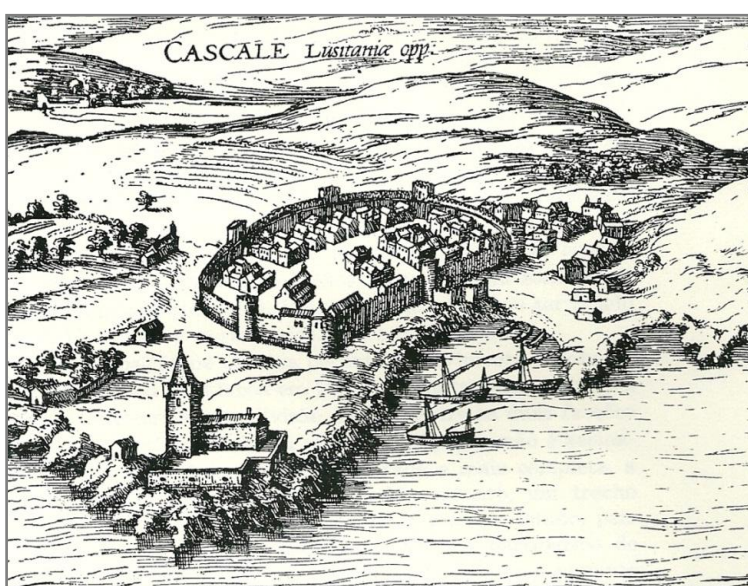


Figura 29 – Cascais na segunda metade do século XVI
Fonte: Castelo-Branco, 1972:23

Compreende-se que, à data, as embarcações tinham em Cascais um porto de abrigo, onde, caso fosse necessário, poderiam aguardar em segurança por condições meteorológicas propícias à viagem marítima⁸⁴. Verifica-se, ainda, um exemplar aproveitamento da geografia e das condições naturais da costa, para efeitos de sinalização de perigos aos mareantes, o que mitigava os naufrágios por embate em rochas. Aliás, ainda hoje é perigoso navegar com nevoeiro junto ao Farol da Guia (costa).

A importância geográfica de Cascais, enquanto antecâmara da capital, foi reforçada por D. João IV no âmbito do processo de fortificação das entradas em Lisboa, depois da sua aclamação

⁸³ Um dos maiores humanistas e historiadores portugueses “formado” na corte de D. Manuel.

⁸⁴ Esta situação ocorreu inúmeras vezes com embarcações comerciais que saíam do porto de Lisboa.

em 15 de dezembro de 1640, e marcou a libertação portuguesa da governação filipina, simbolizando o renascimento da soberania nacional. O monarca enalteceu a vila e ordenou o seu reforço por muralhas, por receio de uma ofensiva espanhola; prémio merecido, já que a vila e o porto de Cascais foram pela sua situação geográfica um verdadeiro baluarte para a defesa da barra de Lisboa, tendo as suas águas sido palco de algumas batalhas, como a de 1580, na qual o Duque de Alba invadiu a pequena povoação de Cascais matando o governador D. Diogo de Menezes, passando assim a vila de Cascais a ser governada pela monarquia dualista durante a Dinastia Filipina (Ericeira, 1945).

O período compreendido entre os séculos XVI e XIX, no que se refere à utilização da baía e evolução da importância das pescarias para Cascais, levanta algumas questões pertinentes que merecem concisa reflexão. Subsiste ainda hoje a teoria de que a sobrevivência económica de Cascais, neste período, se fez pelo lado da agricultura, em oposição às pescas. Contudo, tal como o justificam vários autores, e já argumentado anteriormente, as adversas condições climatológicas, os solos pouco produtivos por detritos à superfície (pedras), e a exposição aos ventos marinhos, com transporte de sedimentos, devido à localização litorânea, são razões fortes para acreditar que em Cascais as culturas eram reduzidas, só possíveis em perímetros fortificados, fortalezas ou muralhas. Aliás, relacionando a improdutividade do solo, por pedra à superfície, com a importância da pedra, enquanto recurso, referido na abordagem ao paleolítico, faz todo o sentido pensar a extração de pedra enquanto atividade económica que mais ombreou com as pescarias, e não a agricultura.

Neste âmbito, são várias as memórias de grandes obras e monumentos realizados com a pedra extraída de Cascais, tal como ocorreu durante a governação de D. Manuel, para efeitos de requalificação da principal artéria da capital, a famosa *Rua Nova das Mercadorias* (Andrade, 1969:79), ou durante o reinado de D. João V, que inicia a construção do *Convento de Mafra* com o mármore preto da região de Janes (Cascais) (Encarnação, 1979:26). Aliás, mesmo quando Cascais se estava a transformar num produto turístico, estavam a funcionar 26 pedreiras, responsáveis pela extração entre 1868/73 de 7.324 carradas de pedra (unidade de medida da época) (Barruncho, 1873)⁸⁵.

⁸⁵ A pedra era vendida diretamente na pedreira ou transportada a um destino à escolha do comprador. No primeiro caso, na pedreira, custava cinquenta réis o palmo e noventa réis o metro; se fosse transportada, cada carrada até Paço de Arcos custava mil réis, e daí para Lisboa, por mar, mais quatrocentos réis.

Depois de 1870 começou uma nova etapa para esta vila piscatória. Nos meses de verão, o rei D. Luís e toda a família real decidem fazer praia em Cascais⁸⁶, e arrastam consigo grande parte da aristocracia portuguesa⁸⁷ e alguma nobreza europeia.

Se até esta data era uma importante vila de pescadores, de âmbito local, e pontualmente nacional, agora cruzar-se-iam na extensa baía barcos da faina diária da pesca e luxuosos iates, alguns dos quais pertenciam a individualidades da aristocracia europeia, que vinham visitar o monarca português, acabando por internacionalizar a cidade. A baía de Cascais passou a transformar-se, não raras as vezes, em ancoradouro de grandes frotas navais, e o “ (...) *porto começou a ser conhecido e incluído na rota e manobra dos principais vasos de guerra*”. Do ponto de vista geográfico, localizado às portas de Lisboa e do Oceano, estava o porto de Cascais posicionado militar e economicamente de forma estratégica, o que beneficiou toda a fileira das pescas (Andrade, 1969:60-61).

Para concluir o período monárquico, é forçoso referir a importância de Cascais e da Cidadela nas investigações oceanográficas realizadas pelo Rei D. Carlos, que se dedicou e coligiu um importante inventário da fauna costeira Portuguesa, numa altura em que o estudo do mar ainda dava os primeiros passos⁸⁸. Saliente-se que a primeira campanha oceanográfica aconteceu ao largo de Cascais em agosto de 1896⁸⁹.

No início da década de 50 do século XX, uma comissão, cujo relator era João de Lemos (1951-1952), percorreu de forma célere o litoral de Portugal; e, no tocante a Cascais, fez questão de salientar a excelência da baía pelo abrigo proporcionado a embarcações, não só as cascaenses mas praticamente todas as das povoações marinhas limítrofes localizadas na enseada Entre-Cabos. Indicou ainda, entre muitas outras situações, que as comunidades piscatórias, desde a Fonte da Telha até ao Cabo Espichel, iam vender à lota de Cascais, exatamente pelo abrigo proporcionado pelo porto dessa vila.

Esta comissão analisou ainda a evolução da atividade piscatória em Cascais, salientando o decréscimo de pescadores e reforçando a abundância de peixe nas águas do concelho. Refere que existia uma forte procura de pescado, mas também refere não ser necessário voltar ao esplendor

⁸⁶ Atenta-se que D. José I e o seu ministro Marques de Pombal, ainda no decurso do século anterior, já tomavam banhos nas termas do Estoril. No entanto, o impacto no espaço não foi tão significativo como aconteceu em 1870, com a ida da família real a banhos de verão nas praias de Cascais (Encarnação (1979:26).

⁸⁷ “*Da quase desconhecida praia dos pescadores surgiria, em breve, a praia aristocrática, ponto obrigatório de reunião das melhores famílias portuguesas*” (Andrade, 1969:61).

⁸⁸ Devido à “teoria da zona azoica”, de Edward Forbes no mar Egeu (1841), muitos cientistas consideravam não poder existir vida a profundidades superiores a 660m, devido à pressão, ausência de luz, e baixas temperaturas, acabando por tratar o assunto com alguma cautela e desconfiança, mesmo depois de existirem mais provas irrefutáveis da existência de vida a maiores profundidades.

⁸⁹ Vide as investigações oceanográficas realizadas pelo Rei D. Carlos no ponto “I.2.4 *As Revoluções Liberais*” do subcapítulo “I.2. *Evolução dos Recursos Marinhos em Portugal*”.

piscatório de outros tempos, considerando positivo o destino de Cascais, “dentro do ciclo histórico das próximas décadas”, de transição de porto de pesca para estância de turismo e centro de desporto náutico: “ (...) não se nos afigura provável que Cascais, dentro do seu evoluir de pequeno burgo marítimo possa regressar ao esplendor piscatório de outras eras. Nem tal parece necessário ou conveniente, sob qualquer ponto de vista” (Lemos, 1951-1952). Estariam os próprios portugueses a pensar em Cascais como, agora, os turistas ingleses pensam no Algarve?

I.3.2. Do ponto de vista socioeconómico e cultural

O entrincheiramento geográfico de Portugal, situado entre Castela e o mar, do qual continuava a surgir o perigo muçulmano, levou a que todos os monarcas desde o reinado de D. Afonso Henriques valorizassem os mareantes, a frota, e a segurança do litoral (Bonvalot, 2002:42). Cascais é disso exemplo. A influência dos homens do mar na formação da localidade ficou para sempre lembrada no brasão da bandeira da vila (símbolo heráldico): as pedras negras representam o *mar*, e as *redes douradas* a atividade piscatória (fig. 30) (Andrade, 1990 [1964]:67; 1969:41; Macedo & Lorigo, 2008:37).

Depois da reconquista cristã de Lisboa e da estabilização da fronteira a sul do Tejo, face às forças muçulmanas, desenvolveu-se o povoamento da cidade de Lisboa e arredores, onde se compreende Cascais. Aliás, a Carta Régia de 1364, que “liberta” Cascais de Sintra, tem de ser compreendida num contexto de exponencial crescimento demográfico, e de povoamento local na região de Cascais; ainda que o principal motivo de concessão tenha sido a necessidade de ocupação do território, não só por uma questão de produtividade/riqueza, mas por uma questão de proteção contra ações de piratas e corsários (Marques, 1988:136).



Figura 30 – Brasão da vila de Cascais
Fonte: CMC, 20MAI12, *online*

Oliveira Marques indica-nos que em 1383 existiam 7 vintenas de pessoas estabelecidas em Cascais, o que corresponderia a cerca de 140 vizinhos, isto é, 700 pessoas, numa área de 97 Km² (Densidade Populacional de 7,2 hab/Km²). Refere ainda que na vila existiriam mais 200 a 300 pessoas, o que fixava a densidade populacional nos 10%, média igual à nacional, e em alguns locais até superior (Marques, 1988:136-137; Marques, 1989:9-10).

Neste período, em pleno século XIV, por questões económicas já se assistia a uma dualidade social, e a uma distribuição populacional díspar. A população ribeirinha possuía mais recursos devido ao centro portuário, onde se desenrolavam as trocas comerciais e onde se desenvolviam indústrias associadas ao mar e à sua navegação, como a pesca, a salicultura e a construção naval.

As populações interiores subsistiam da agricultura, com muitos menos proveitos devido às catástrofes naturais e intempéries que caracterizam o período medieval. Saliente-se que a prática de agricultura em áreas litorâneas era invulgar e só acontecia em áreas fortificadas, protegidas por grandes muralhas, que no seu interior proporcionavam condições razoáveis à prática agrícola – o que acontecia em Cascais de forma muito residual (Marques, 1988:137; Marques, 1989:10; Dias, 2004).

No século XV, início dos descobrimentos, as pescas e o comércio marítimo eram a principal fonte de riqueza cascaense. A atividade decorria no mínimo oito meses por ano, dando continuidade ao que tinha sido toda a Idade Média, conforme o comprovam as várias referências ao peixe que chegaram até aos nossos dias; sobretudo da sardinha, espécie fundamental da gastronomia portuguesa desde os primórdios da pesca, geralmente associada às classes sociais mais desfavorecidas (Marques; 1993:20).

Apesar de toda a atividade piscatória ser lucrativa e fundamental para a sustentabilidade local, por gerar um *mix* de rendimentos à comunidade, a principal fonte de receita provém da comercialização com Lisboa: *“Só a pesca efectuada por barcos de Lisboa produzia, anualmente, em meados do século XV, uma média de 20 000 reais brancos, soma considerável, correspondente a uns 5% das receitas totais do almoxarifado de Sintra”* (Marques, 1988:124-125).

Na segunda metade do século XV e no século XVI, com o evoluir do processo da expansão marítima, o concelho de Cascais vive uma revolução social ao lançar um grande número de pessoas no setor naval. Onde se incluem quase todos os pilotos navais inscritos na Barra, resultado de um emergente e proveitoso comércio de mar, em grande parte devido aos privilégios que foram concedidos à profissão de piloto naval; o que também pode ser justificado pela carência de efetivos habilitados para a expansão ultramarina.

Para esta situação temos ainda de considerar o crescimento populacional, já que no *numeramento de 1527-32⁹⁰*, o primeiro do género realizado em Portugal, apura-se a existência de 482 vizinhos, repartidos por 172 na vila (700 a 1000 habitantes) e 310 no termo (1200 a 1900 habitantes) de Cascais (Marques, 1988:120; Andrade, 1990 [1964]:225; Marques; 1993:18; Dias, 1996).

“The majority of the population were fishermen and other seafarers, some dozens of farmers, some clients of the lords of the towns and some merchants connected with fisheries and fruit, and with smuggling” (Marques; 1993:18).

Desta alteração paradigmática, que alterou a distribuição do trabalho, afetando-o à navegação e exploração marítima, ainda resultou a chegada de muitos estrangeiros a Cascais, para fins

⁹⁰ Foi o primeiro censo feito em Portugal que abrangeu todo o território (que se conheça).

profissionais, vindos de Castela, Génova, Florença, Inglaterra, Veneza e Flandres. Toda esta alteração à dinâmica laboral tinha por base não só “ (...) o *trafego marítimo internacional mas também muitas embarcações que se dedicavam à pesca longe do litoral português, nas costas de Inglaterra e da Bretanha, por concessão especial de Eduardo III*” (Bonvalot, 2002:46).

Filipe II torna-se Rei de Portugal, em 1580, altura em que a Nação estava no auge da expansão marítima: navegava até à Índia (1498), Brasil (1500), China (1513), Japão (1543), e dominava o Atlântico sul. Se, aparentemente, a união dos territórios ibéricos podia representar maior capacidade económica, o mesmo não aconteceu; e já em 1587, no âmbito de uma reestruturação da rede portuária⁹¹, o monarca decreta o encerramento de um vasto número de portos portugueses ao comércio e à navegação estrangeira, onde se incluía o porto de Cascais, gerando uma grave crise social em todo o município cascalense; devido à enorme dependência do mar (Viegas, 1940:44; Bonvalot, 2002:48-49).

A vida dos pescadores era muito exigente, e muitas vezes nem uma alimentação condigna conseguiam (falta de recursos financeiros). Geralmente viviam um dia de cada vez, sem se preocuparem com o “amanhã”, tal como agora acontece. Nunca sabiam se a pescaria em que estavam a participar era a última⁹², mas conheciam a realidade em seu redor, que era terrível – o que se comprova pelos muitos naufrágios ocorridos por navios e embarcações de pesca, de comércio, ou defesa da costa, ao longo da costa de Cascais, praticamente desde a época romana.

Pode parecer caricato, mas durante a ocupação filipina os pescadores cascaenses “queixaram-se” ao monarca das dificuldades em obter alimentos, não por falta de recursos financeiros, mas porque os talhantes não os atendiam com a antecedência necessária para poderem levar para o mar a sua porção de carne. Aliás, requereram a concessão de um talho só para os servir, alegando a importância da sua atividade pela contribuição para a coroa (Viegas, 1948:48-49).

Em 1592 o oceano era a principal fonte de alimento da vila, e estava reservada aos pescadores a nobre tarefa de providenciar esse alimento, o que faziam com relevante mérito; capturavam raias, besugos e gorazes, congros e os mais variados mariscos, com destaque para as lagostas. Em menor quantidade capturavam o peixe-agulha, porque dependia da autorização do Senhor da Vila, e o seu consumo era limitado, estando somente ao dispor dos Marqueses de Cascais (ou, estes não assim querendo, dos próprios pescadores) (Andrade, 1990 [1964]:211). É um exemplo concreto, já do final do século XVI, em que se comprova que a posição social determinava o acesso e consumo dos mais valorizados recursos haliêuticos.

⁹¹ Não estamos a equacionar um possível aproveitamento espanhol no sentido de desviar o comércio português para os seus portos.

⁹² Importa aqui salientar as condições das embarcações (algumas frágeis para suportar fortes vagas), o risco de naufrágio (pirataria e corso), e as doenças (falta de higiene, e pelas muitas horas sem dormir, como na pesca do bacalhau na Terra Nova – séc. XV e XVI).

O recenseamento mandado realizar em 1732 por D. João V indica um grande acréscimo populacional no concelho de Cascais, então composto por duas freguesias que totalizavam 616 casas (ou fogos). No entanto, o terramoto de 1755 provocou uma elevada destruição humana e material e afetou significativamente esta tendência de crescimento, gerando uma conjuntura de carência, destruição e desproteção, que potenciou o atentado (a tiro) registado sobre o Rei D. José, em 1762, aquando da sua visita à vila e fortaleza de Cascais para observar a evolução dos trabalhos da reconstrução. Nesta conjuntura tão nefasta, também as pescas se ressentiram.

Em 1758, fazendo uso do termo *penúria*, o prior da Igreja de Nossa Senhora da Assunção alertou para a carência de peixe, referindo que existiam cada vez mais espécies no mercado (e.g. besugos, gorazes, congros, peixe-agulha, lagosta e muito marisco), mas em menores quantidades. Para este clérigo, segundo as fontes da época, a diminuição do peixe é uma consequência do elevado consumo que já então se fazia (Andrade, 1969:91).

Considerando que era uma vila de “*homens do mar*”, destruída em poucos minutos pelo sismo, pelo fogo e pela impetuosidade do oceano, sobre a qual não se conhece ao certo o número de sem-abrigo e mortos, nem quanto tempo demorou a reabilitar a totalidade da vila piscatória, a referida carência de peixe pode ser o resultado de um dia fatídico para os pescadores (sismo); o que é o mesmo que dizer que esta comunidade vivia da pesca (Andrade, 1969:59).

Voltando ao atentado do Rei D. José, diz-nos o Frei António do Espírito Santo que este acidente representou um evento de cariz político, com génese no descontentamento da ação governativa, porque o Rei era acusado de combater a aristocracia portuguesa mas de não combater as flotilhas dos piratas argelinos (Argélia) e tripolitanos (Trípoli), que roubavam os barcos dos pescadores, inclusive dentro da baía de Cascais⁹³. Podemos considerar, uma vez mais, a enorme importância e dependência que as gentes de Cascais tinham da atividade marítima e dos recursos da pesca, uma das principais fontes de sobrevivência. Aliás, é a primeira vez que se verifica uma tentativa de assassinato por motivos semelhantes (Andrade, 1990 [1964]: 250; Braudel, 1995: 241; Bonvalot, 2002:65; Carvalho, 2005; Alberto, 2005:4).

No início do século XIX, durante as invasões napoleónicas⁹⁴, esta comunidade de pescadores evidencia-se pela luta contra os franceses (Macedo & Lorigo, 2008:27), nomeadamente abastecendo de víveres e água os barcos ingleses ao largo da baía de Cascais, de forma disfarçada, muitas vezes à noite, pois grande parte da população estava afeta à atividade marítima, comercial e piscatória, e estava condicionada pela presença das forças francesas (Bonvalot, 2002:74).

⁹³ Existem desde meados do século XV relatos de ataques corsários na baía de cascais, inclusive de alguns ataques em terra. Por exemplo, em 1484 João Bretão bloqueou o Porto de Cascais durante semanas (Marques, 1988:119).

⁹⁴ Duas grandes potências europeias lutavam pela hegemonia do Velho Continente: a França dominava em terra, e a Inglaterra era senhora dos mares.

Heinrich Friedrich Link, que em 1798 esteve em Portugal, relata nas suas crónicas que a pesca em Cascais tinha uma enorme importância económica, que existia abundância de peixe. Mas não refere a existência de qualquer especialização ou infraestruturas de tratamento e conservação (indústria), o que ainda pressupõe um aproveitamento rudimentar dos abundantes produtos do mar (Link, 2005:144-145).

Do ponto de vista populacional, os censos realizados entre o terramoto de 1755 e a Instauração da República Portuguesa comprovam uma tendência populacional crescente, como se verifica na tabela 4, e conforme aos comentários à evolução demográfica, e importância das pescas e pescadores, introduzidos ao longo do texto seguinte (Cann, 1931:39; Encarnação, 1975:145)⁹⁵.

ANO	FREGUESIAS	N.º HABITANTES	N.º DE FOGOS
1763			1700
1840			1489
1853			1638
1859			1595
1864	Alcabideche; Cascais e São Domingos	6365	1630
1868	<i>idem</i>		1630
1873	<i>idem</i>		1703
1878	<i>idem</i>	6487	1713
1890	Alcabideche; Carcavelos; Cascais; Estoril; São Domingos;	8442	2005
1900	<i>idem</i>	10017	2363
1911	<i>idem</i>	14864	3361

Tabela 4 – Evolução Populacional e Urbanística de 1755 até 1911
Fonte: Cann, 1931:39; Encarnação, 1975:145 (os Censos da População publicados pelo INE apresentam valores diferentes)

A população do concelho de Cascais, recenseada em 1878, incluindo estabelecidos e ausentes, fixava-se nos 6.478 cidadãos naturais, distribuídos da seguinte forma pelas várias freguesias: Cascais – 1.685; São Vicente de Alcabideche – 2.280; e São Domingos de Rana – 2.513 (Cannas, 1931:39). Destaca-se o facto de o analfabetismo representar mais de 70% da população. Do conjunto dos efetivos, 6,38% trabalhavam na pesca e caça, 37,3% na indústria, e 35,6% na agricultura (Henriques, 2004:25-27).

Tal como indicado na introdução, não se pode avaliar a importância das pescas do ponto de vista unicamente económico, neste caso com base no número de pessoas afetas ao setor, ou seja, com base na contribuição individual para a riqueza do país. Isso representaria a marginalização do setor, quando, na verdade, já desde os primórdios que a pesca é uma cultura, uma forma de viver,

⁹⁵ Os vários autores divergem em relação ao número de habitantes. Entre os dois autores escolhidos para elaborar a tabela n.º 4 verificaram-se as seguintes divergências: para os anos 1864, 1878 e 1911, Encarnação (1975:145) indica 6349, 6621 e 14.839 habitantes, respetivamente. No entanto, chama-se a atenção para o facto de Andrade (1990 [1964]:226) apresentar valores divergentes de todos os anteriores, entre os anos 1620 e 1873, para a Vila (Cascais), e entre 1620 e 1873, para o termo. Por esse motivo não foram os dados utilizados.

e um meio de subsistência. Tal importância é enaltecida por Baldaque da Silva (1891:130-131), que entre 1885/86 caracterizou a pesca *Entre os Rios Mondego e Tejo*, considerando importantes as pescarias levadas a cabo em *Cascaes* (desenvolvido no ponto I.3.4.).

Em março e dezembro de 1874, o empresário João José de Jesus estabeleceu duas grandes armações fixas valencianas (captura da sardinha), concessionadas em locais à data designados por *Armação Velha* e *Laje da Ramella*, respetivamente; motivo suficiente para se considerar este o início da exploração industrial em Cascais. Contabilizando pescadores, administrativos, escrivão e vendedor, cada uma destas armações dava trabalho a cerca de trinta homens. No entanto, a maioria dos trabalhadores não residiam em Cascais. Vinham sobretudo do Algarve, onde já existia um maior domínio das técnicas de montagem, operação e manutenção das armações valencianas (Martins & Souto, 2009:26).

O Comandante Baldaque da Silva, no seu trabalho de 1891, refere que o “*valor do pescado que no anno economico de 1885-1886 foi dado ao manifesto no posto fiscal do porto de Cascaes*”, para as 8 armações implantadas na *costa de Cascaes e na costa da Guia*, que totalizaram capturas de 115.300 kg, foi de 10:382\$160 réis⁹⁶. Diz-nos ainda o autor que, para o ano de 1886, o valor material das embarcações da pesca era de 3:000\$000 réis, enquanto para os aparelhos de pesca era de 32:000\$000 réis, tendo o porto de pesca um valor representativo quanto à sua importância no montante de 45:382\$160 réis (Baldaque da Silva, 1891:130-131;419).

Na passagem da década de 80 para 90 do séc. XIX, pela necessidade de maiores capturas de peixe, em especial da sardinha e da cavala, e pela incipiente indústria conserveira, aparecem a partir de empresas espanholas os galeões de *cercos americanos*, que utilizavam a lenha como combustível (movidos a vapor), e caracterizavam-se por uma pesca ativa, e não passiva (Martins & Souto, 2009:26).

Ao contrário das armações valencianas, que eram estáticas e ficavam à espera do pescado, esta nova arte ia à procura dos cardumes, capturava de forma mais fácil, era promissora; e isso motivou o êxodo para Cascais no final do século XIX, aumentando a população marinha (Martins & Souto, 2009:26).

A evolução das artes de pesca provocou uma outra evolução muito menos positiva – o confronto entre pescadores pelos grandes cardumes. Digladiavam-se de forma incompreensível, e propositadamente destruíam as artes de pesca dos outros pescadores, numa atitude pouco ética, e inclusive atentavam contra as suas vidas.

Assumiram maior evidência os confrontos provocados pelos marítimos de Setúbal e da Costa da Caparica, entre si e entre pescadores de outras delegações de pesca, mas que acabavam

⁹⁶ 1 escudo = 1000 réis (moeda vigente imediatamente antes de 1911).

por arrolar à confusão os pescadores de Cascais: *“em fins de Julho de 1908 constou que os galeões do cerco estavam a fazer boas capturas de peixe. Os seus tripulantes foram avisados para se afastarem da região, e caso não o fizessem seriam atacados. Os primeiros ataques, depois dos avisos, aconteceram na noite de 2 de Agosto, tendo sido completamente destruídas duas armações fixas que lançavam na Fonte de Telha. E na noite desse dia para o dia seguinte houve tiros e perseguições entre a Costa da Caparica e Cascais, onde se refugiaram os galeões e barcos auxiliares, aparentemente todos de Setúbal”* (Martins & Souto, 2009:28).

Depois da Primeira Guerra Mundial surgem em Cascais as traineiras⁹⁷, embarcações de menor porte, com menos homens, com motor a gasóleo, mais rápidas, com maior mobilidade e mais económicas. Acabam por, gradualmente, substituir os galeões americanos, bem como as restantes artes de sardinha (Souto, 1991:78-79; Farinha, 2005:26; Martins & Souto, 2009:26).

Não obstante o referido, depois de 1870 a importância da extração algológica (já por si muito residual no concelho, restrita a uma única embarcação), e da atividade pesqueira e conserveira, durante muito tempo principal fonte de riqueza e sustento do concelho, perdem protagonismo para um turismo de lazer, e para a chamada vilegiatura marítima⁹⁸, impulsionada pelos nobres e pelo monarca, que tinham residência oficial em Cascais (Encarnação, 1979:29; Andrade, 1990 [1964]:390; Martins, 1996:10; Ramalho, 2003:7).

Um elevado número de ilustres e doutos que acompanhavam a família real, nacionais e internacionais, construíram em Cascais luxuosos palácios e moradias, dinamizando assim o setor da construção, mas retirando efetivos às pescas. Com efeito, nos últimos anos desse século disparou o número de empresas de aluguer de carruagens, hotéis e casinos, tendo mesmo duplicado a oferta na primeira década do século XX, enquanto ao nível das pescas não se verificou qualquer melhoria na industrialização do setor.

O comércio de pescado altera diametralmente. Durante todo o ano a produção das armações de pesca era levada para o porto de Lisboa, e agora, durante a temporada de banhos, fica em Cascais para consumo dos visitantes (Baldaque da Silva, 1891:130). Aliás, não será abusivo dizer que a viragem para uma economia de *“vilegiaturismo”*⁹⁹, ocorrida entre 1870-1910, foi socialmente injusta, na medida em que condicionou a disponibilidade de pescado no concelho (este era o principal alimento das famílias humildes); e também destruidora, ao ter reduzido significativamente o comércio concelhio, e conseqüentemente os seus lucros tributários, conforme citação seguinte da época: *“A pesca é a única indústria que existe em Cascais, e se ela for*

⁹⁷ A primeira traineira utilizada em Portugal foi adquirida em Vigo, e utilizada na pesca de Peniche em 1913.

⁹⁸ Nasceu nesta altura a época balnear, inicialmente associada a práticas terapêuticas, mais tarde ao gosto pelos banhos – algo pioneiro na nobreza portuguesa, e até pouco visível na europeia.

⁹⁹ Termo constituído pela agregação de duas palavras: vilegiatura e turismo. *Vide* Henriques (2004), pela caracterização socioeconómica, e Martins (1996), que estudou a ida dos nobres a banhos (preocupações físicas e mentais, sociabilização, pensamento moderno e reformista).

*proibida a população da vila cai fatalmente na miséria, porque essa indústria traz a esta praia muito acima de 1800 pessoas, que aqui vivem desde Março a Outubro, e que em alojamento e alimentação deixam muitos contos de réis, dos que auferem na sua indústria, divididos entre os proprietários dos prédios e de estabelecimentos comerciais, e além disso produzem receita para a câmara, muito superior a um conto de réis anual” («Armações de pesca» in *Correio de Cascais*, n.º 48, 20 de maio de 1900, p. 2, coln. 4, citado por Henriques, 2004:35).*

Em termos populacionais, na reta final da Monarquia Constitucional, em 1900, Cascais contava 10.017 residentes, e em 1911, já implementada a República, o recenseamento da população dá conta de 14.839 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 152,3 hab/km². Durante todo o século XX a estrutura populacional caracteriza-se por um célere crescimento, uma elevada taxa de natalidade e de mortalidade infantil, uma baixa esperança média de vida, e por famílias muito numerosas (Henriques, 2004:21). Depois de 1911 a população nunca abandonou este ritmo de crescimento, bastante célere, conforme o demonstra a tabela 5, onde constam todos os censos populacionais realizados até 2011.

Em relação à evolução das atividades profissionais, verifica-se que durante a primeira década do século XX a indústria representou 33,8% da força de trabalho, a agricultura 27% e os pescadores e caçadores somente 1% – o que

Anos	Residentes no Concelho de Cascais
Década de 90 do séc. XIX	8.066
1900	10.017
1911	14.839
1920	15.866
1930	22.543
1940	30.796
1950	42.158
1960	60.490
1970	92.630
1981	141.498
1991	153.294
2001	170.683
2011	205.113

Tabela 5 - Evolução da estrutura populacional de Cascais (1890-2011).

Adaptação de: Encarnação, 1975:145; Macedo & Lorigo, 2008:40; INE, Censos 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 (dados preliminares).

corresponde a 148 habitantes, valor muito reduzido face ao historial de Cascais nas pescarias, ou até contraditório, se considerarmos que as infraestruturas associadas às pescas expandiram, e em 1913 já existiam 3 armações de pesca e 3 fábricas de conservas (Henriques, 2004:26;29)¹⁰⁰.

O aumento gradual de infraestruturas ligadas às pescas, quando existia uma redução da disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar nas pescas, parece contraditório.

No sentido de perceber melhor este fenómeno, estudou-se alguma literatura da época; e verificou-se uma grande densidade de artigos que realçam a dificuldade das empresas contratarem

¹⁰⁰ Segundo João Henriques (2004:31), o desenvolvimento da construção civil, para construção de hotéis e habitação, pode justificar em parte a reduzida mão-de-obra afeta à agricultura, caça e pescas.

efetivos para trabalhar nas pescas¹⁰¹, o que acontecia devido à presença sazonal da corte em Cascais, das influências de uma Europa virada para o desenvolvimento científico, e aos interesses económicos sobre os setores turístico e imobiliário. Consubstanciados, estes fatores determinaram o caminho a seguir pela mão-de-obra, ligado à construção civil, pois era melhor remunerado (Ramalho, 2003:11).

O crescimento da indústria da pesca atingiu o auge entre 1915 e 1920, quando existiam em Cascais 12 fábricas de peixe. No entanto, de 1921 a 1957 estas fábricas foram desaparecendo, e “*somente resistiu uma fábrica de peixe, «A Cascais, Lda.», da qual era gerente Manuel Pereira Cruz*” (Andrade, 1969:83). Se, aparentemente, esta informação denuncia redução de receita, na verdade foi após 1956, sobretudo em 1966, a altura em que Cascais mais faturou nas pescarias – 12 mil contos e 46 mil contos, respetivamente. Esta situação, diametralmente oposta (desaparecimento da indústria de peixe *vs.* faturação crescente de venda do pescado), é consequência da evolução tecnológica, que permitiu com menos meios gerar mais recursos económicos.

Esta evolução tecnológica deve ser compreendida num contexto mais global, e para isso devemos lembrar o decorrer do século XX, que se notabilizou por avanços tecnológicos em vários domínios, mas em que existiram dois períodos distintos na evolução tecnológica, sendo a fronteira entre estes períodos a II Guerra Mundial.

Há semelhança do que se verificou um pouco por todo o país depois da Segunda Guerra Mundial, também em Cascais se presenciou uma melhoria significativa dos meios de navegação, deteção, captura, processamento, armazenamento e transporte; sobretudo devido ao desenvolvimento tecnológico dos sistemas hidráulicos de guinchos, das fibras sintéticas na construção de redes, dos sistemas eletrónicos de deteção de pescado, da motorização e da conservação a bordo. Que, reforçados pelo preço do pescado, cada mais convidativo, e pelo melhor conhecimento das condições meteorológicas, potenciaram o que se tornaria uma incomensurável capacidade de capturas.

Manuel Gomes Almeida Ferreira, Mestre e proprietário da embarcação *Panta*¹⁰², que diz ter sido o primeiro pescador em Cascais a andar ao mar com licença para a arte de covos (captura principal de polvos), o que aconteceu quando ainda eram concedidas licenças para a arte do arrasto, momento em que existiam mais de 50 arrastões, mostra uma grande convicção no que foi

¹⁰¹ “*As fábricas de Conserva de peixe que existem em Cascais (...) se por elas se interessassem os pescadores, seriam o suficiente para darem uma vida larga a Cascais (...). Mas infelizmente não acontece assim, porque a indústria de conservas vê-se constantemente a braços com a falta de peixe, porque Cascais não lho fornece, tanto como seria necessário para o seu consumo, e daí as dificuldades em que constantemente se veem os proprietários das fábricas de conservas que não tendo nem podendo obter no meio o peixe indispensável para a sua indústria lutam sucessivamente para poderem competir nos mercados onde exercem transações. O que se torna necessário para evitar as dificuldades com que lutam as fábricas de conservas de peixe, pois será, sem dúvida o aumento da indústria da pesca (...)*” («Cascais Industrial» in *A Voz do Povo*, n.º 10, 5 de maio de 1912, p.1, coln. 3, citado por Henriques, 2004:32).

¹⁰² Matrícula CS-634-C, registada em Cascais. *Vide* anexo VI.

a redução da capacidade de capturas em Cascais, e pronuncia-se ainda em relação à evolução tecnológica, dizendo que quando começou a andar ao mar, na década de 70/80 do século XX, não existiam sistemas tecnológicos.

“Os rumos¹⁰³ faziam-se através de bússola. Era assim que se marcava o tempo para navegar para terra. Por exemplo, fazia-se uma hora com proa de Norte e, no regresso, fazia-se o inverso, uma hora com proa de Sul. Quando estava nevoeiro, e porque a costa de Cascais é perigosa, utilizava uma sonda de papel para verificar a profundidade das águas, para o barco não encalhar, e agora é tudo por GPS. Já poucos barcos têm bussola, até porque já não são obrigatórias”¹⁰⁴.

A evolução tecnológica revolucionou as capturas. Contudo, o aumento das capturas levou ao aumento dos custos de produção, principalmente devido ao custo da tecnologia. Ainda assim, o Ser Humano não conseguiu tornar as pescarias mais exatas, ou seja, as capturas continuam a depender de diversas variáveis, e a tecnologia somente consegue evitar uma pequena percentagem de rejeições (Amorim, 2001a:121).

É ainda importante referir que o aumento das capturas permitiu um mais célere crescimento populacional, e o redimensionar da capacidade turística e hoteleira, que diretamente aumentou lucros de venda do pescado¹⁰⁵. No entanto, este foi um “presente envenenado”, ao ter como consequência a redução do número de embarcações de pesca e do número de cédulas profissionais emitidas aos marítimos desde o início do século XX (desenvolvido no ponto I.3.4.) (Andrade, 1969:92).

Outros acontecimentos relevantes aconteceram em Cascais na segunda metade do século XX, ligados à Construção Civil, como a construção do edifício da *lota*, inaugurado em 1950, após a construção da Avenida Marginal¹⁰⁶. Aliás, infraestrutura que permitiu dotar as pescarias de melhores condições sanitárias, substituindo os antigos sistemas de conserva de peixe, em gelo e sal, por modernas câmaras frigoríficas.

Estávamos perante uma forte evolução do setor da construção civil, em situação diametralmente oposta ao setor pesqueiro, que após ter atingido o máximo das capturas na primeira metade dos anos 60 (século XX), num cenário de abundância de recursos marinhos, de baixos custos de produção e sob fortes medidas salazaristas de incentivo às capturas, numa quase

¹⁰³ Significa definir o percurso a seguir em mar.

¹⁰⁴ Informação recolhida em inquérito/entrevista realizado em 09/04/2012.

¹⁰⁵ “A venda tem subido de uma maneira notável (...). De 12 mil contos de vendas em 1956 foram vendidos em 1966 nada menos de 46 mil contos de peixe. Em 1932 somente foram vendidos 2085 contos, número este que foi mantido aproximadamente até 1940, ano em que sobe para pouco mais de 8 mil contos e no ano seguinte para quase 14 mil contos. Em 1943 o número era já perto de 13 mil contos, tendo-se assim mantido, com poucas alterações até ao já citado em 1956” (Andrade, 1969:92).

¹⁰⁶ Ainda que indiretamente, com a inauguração da *Ponte Salazar* (1966) os cascaenses perderam o monopólio da proximidade a Lisboa, enquanto ambiente de repouso, devido à costa, mar, sol e areia, e também aos espaços naturais (Encarnação, 1975:83).

total ausência de regras de proteção das espécies¹⁰⁷, estava agora incapaz até de sustentar a sua estrutura humana e material, fragilizado por uma acentuada redução da frota, dos pescadores (tabela 6) e, naturalmente, das capturas (Medeiros, 2006:160-161).

A saída de pescadores de Cascais durante as décadas de 50 e 60 não obedece a uma única explicação. É, no fundo, o confluir de um conjunto de situações. Mas podemos destacar o Plano de Melhoramentos Portuários (1929), no seguimento da Lei dos Portos (1926), através do qual foram recuperados e beneficiados muitos portos nacionais, como aconteceu com o porto da Figueira da Foz, reabilitado nos anos 60; a emigração, nomeadamente para a Europa e Continente Americano; o cumprimento do serviço militar nas colónias, por imposição do Estado Novo, e ainda a “ (...) escolha de outras actividades por parte dos filhos dos pescadores, que começaram a quebrar a tradição de seguir a profissão dos seus pais” (Macedo & Lorigo, 2008:42).

Apesar das quebras das capturas na década de 60, a transição para a década de 70 foi muito positiva no domínio da modernização do setor das pescas. Importa distinguir os resultados em função da proveniência do capital, isto porque, se o investimento privado trouxe resultados, como o aumento das capturas, o investimento público nem sempre foi suportado por políticas estruturantes, e muito menos adequado às necessidades, e na década de 70 do século XX ainda Cascais não tinha um porto de abrigo, o que só veio a acontecer na década de 90.

No início dos anos 70 do século XX, por força da Guerra Colonial, atingir-se-ia o pico na quebra dos efetivos das pescas, o que acontecia um pouco por todo o país. Esta situação inverteu-se com o regresso dos portugueses das colónias depois da queda da ditadura, e o setor foi reforçado em efetivos (Souto, 2005).

Apesar do reforço em capital humano, e dos progressos tecnológicos conseguidos, a quebra nas capturas registada nos anos 60 nunca foi ultrapassada¹⁰⁸. Manteve-se até a tendência de recessão das pescas a nível nacional, e talvez com maior intensidade em Cascais, gerando “perda” para os marítimos, por fatores como o atraso técnico, falta de iniciativa empresarial, deficiente gestão e inflexibilidade do setor aos novos padrões do direito internacional relativo aos oceanos; contexto a que podemos adicionar as reivindicações dos Estados Unidos (e outras nações sul-americanas) para a criação de Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), que datam deste período, tendo mesmo Portugal estabelecido a sua ZEE de 200 milhas em 1977 (Souto, 1991:176-177; Medeiros, 2005:20; Medeiros, 2006:162).

¹⁰⁷ Vide ponto I.2 “Evolução dos Recursos Marinhos em Portugal”.

¹⁰⁸ A nível nacional, a quantidade de capturas desceu em 1966 para 374.000 t, fixando-se numa média anual de 350.000 t em 1970-72 e de 265.000 t em 1977-79 (Medeiros, 2006:161).

No que se refere à indústria cascaense dos anos 70 do século XX, destacamos primeiramente a indústria do turismo, que “aliciou” alguns efetivos do setor das pescas, por força do setor da construção civil e da quebra das capturas. No entanto, compensou o setor pesqueiro pelo consumo dos turistas, que apreciavam assistir à faina da descarga do peixe (fig. 31) e à posterior venda na lota (Encarnação, 1979:37).



Figura 31 – Descarga de peixe em Cascais (Inv. AHMC/DSCN-1540)
Fonte: Carvalho *et al.*, 2009a:12

A indústria pesqueira apresentou um desempenho diametralmente oposto, caracterizado por uma reduzida capacidade operacional. As fábricas de conservas, outrora rentáveis, continuavam encerradas, e somente laborava uma fábrica de gelo e uma fábrica de preparação de peixe – a *Friantarticus*, nas Fontainhas. Esta situação era agravada pela inexistência de indústria naval, já que nem sequer existiam estaleiros para reparação e manutenção de embarcações (Encarnação, 1979:37).

E porque não raras as vezes ao longo desta memória evidenciámos a importância da extração de pedra e mármore, com que as pescas souberam ombrear, mais do que a agricultura, nesta década de 70 a indústria da construção aumentou a sua capacidade e especializou-se. E surgiram, entre outras, fábricas de exploração e serração de pedra e mármore, fabrico de tijolo e de betão, e britagem de pedra (Encarnação, 1979:39).

I.3.3. Do ponto de vista cultural

Ao longo da sua história os cascaenses experimentaram um longo percurso de aculturação¹⁰⁹, de imposição cultural, por meio de dominação política, militar, territorial e social, no entanto, mantendo sempre um forte vínculo com as pescas e com o mar. De forma **muito concisa**, após a independência portuguesa, podemos distinguir três momentos (Anderson, 1983 [1991]; Haesbaert, 2004; Velazquez, 2009):

O primeiro, introduzido pela fundação da nacionalidade, mais precisamente depois da reconquista de Lisboa e da estabilização da fronteira a sul do Tejo, vai até ao período dos Descobrimentos, e caracteriza-se por um espaço de relacionamentos endémicos e enconchado: nem a separação do termo de Sintra foi suficiente para expor o território.

O segundo, encaixado na abertura do porto de Cascais ao fluxo comercial do Atlântico, enquanto antecâmara da cidade e do porto de Lisboa, com relações mercantis e políticas privilegiadas com a Capital, lança os cascaenses num constante processo de reterritorialização (território em mudança permanente), construindo uma identidade própria, um vínculo, afinidades e ligações com o espaço. Estes foram bem-sucedidos enquanto agentes ativos na definição do novo território, apesar da panóplia de elementos exógenos difusos: invasão ou ocupação forçada (domínio espanhol e invasões francesas), plataforma de ligação de Portugal ao mundo (miscigenação), localização privilegiada e abrigada porto de Cascais à entrada e saída do Tejo, onde muitos navios esperaram as boas condições climatológicas para entrarem no Porto de Lisboa (multiculturalidade), as emigrações pela dinamização das atividades económicas (para as atividades marítimas), onde se destaca a forte emigração ocorrida com o lançamento das primeiras armações valencianas no oceano (Martins & Souto, 2009:28-29).

O terceiro divide-se em dois momentos: depois de 1870, quando despertou a economia de “*vilegiaturismo*” influenciada por forças exógenas (presença da corte e de alguns nobres no concelho), transformando-se num espaço físico e social, propício à mobilização e circulação de recursos e informação (Martins, 1996; Henriques, 2004); depois de 1898 até 1968, êxodo sazonal de pescadores que vinham de diversos locais do país, mas sobretudo de áreas litorâneas (e.g. Algarve, Lavos, Quiaios, etc). Entre fevereiro e inícios de março chegavam para montar as armações, e de outubro a novembro, com as armações levantadas, regressavam às suas terras (Martins & Souto, 2009:28-29). Esta movimentação de pescadores, que enfraqueceu depois dos

¹⁰⁹ Conforme pensamento do historiador francês Nathan Watchel, para quem a aculturação é um fenómeno social que resulta do contacto entre duas culturas (e.g. nas práticas de rodar o garrafão ou comer da mesma panela, utilizadas em Cascais por pescadores de locais diferentes) (Macedo & Lorigo, 2008:66); e não do pensamento da antropologia colonial americana, para quem este termo concebe somente a sobreposição de uma cultura a outra.

anos 60 do século XX, teve uma forte influência nos hábitos e costumes, e ficou bem vincada na gastronomia e indumentária local (Macedo & Lorigo, 2008:63-66).

No quadro da evolução recente, é o terceiro momento que produz o maior impacto cultural em Cascais. A deslocação de pescadores de outras áreas marítimas resultou na deslocação de conhecimentos técnicos e saberes culturais, como as embarcações designadas “Pésas”, introduzidas em Cascais pelos pescadores da Figueira da Foz (Macedo & Lorigo, 2008:46). No entanto, a maior alteração ao padrão cultural dominante, terá sido a inovação e as melhorias adquiridas por via da edificação da lota (1950), tanto na preservação do pescado como na higienização, que eram necessárias, mas que tiveram um enorme custo cultural, perdendo-se o agradável espetáculo de assistir às vendas ao ar livre, na praia, com o peixe em caixas (fig. 32), com o apregoador a fazer voz firme para melhor conseguir vender, “ (...) espécie por espécie, em caixas, por ordem decrescente, até que um comprador interessado gritasse o tradicional Tchui” (Andrade, 1969:91).



Figura 32 – Venda de peixe na praia de Cascais (Inv. AHMC/CAMO168).
Fonte: Carvalho *et al.*, 2009a:12.

“O Zé Bento dá as suas ordens e a lota principia ali mesmo, dentro da barca. O pregoeiro salta para a borda e grita: «Eh gente, vai-se vender». Os interessados aproximam-se e o pregoeiro solta a sua ladainha: «Mil e quinhentos, 450, 400, 390, 380». Alguém diz «chui». «Vendido», proclama o pregoeiro. Outros barcos vêm chegando, é dia de peixe e a arraia miúda vai-se governando para o jantar. Alguns peixes são dados, outros roubados, garotos, como a «malta», «pescam» na praia. Quando há fartura de peixe ninguém tem fome na terra [Cascais]” (Falcão, 1970:15).

Se fizermos uma retrospectiva histórica, percebemos que muitas das tradições, hábitos e costumes, têm cunho religioso e precedem a tempos imemoriais, que antecedem em muito o fundamento politeísta da romanização, até porque a religiosidade dos romanos resultava de

influências de diversos cultos ao longo da história (gregos, etruscos, etc.). Para simplificar, pois não é objetivo do trabalho, nem era impossível aqui arrolar toda a história, consideramos o ano de 1362 como de efetiva ligação dos pescadores à religião.

Neste ano, num normal dia de faina, os pescadores ao recolherem as redes aperceberam-se que tinham “capturado” uma pequena imagem da virgem Nossa Senhora, com o menino Jesus nos braços, esculpida em madeira de cipreste¹¹⁰, esteticamente muito bem conseguida e em bom estado de conservação (Marques, 1989:9; Andrade, 1990 [1964]:18). A imagem marcou esta pequena comunidade de pescadores, a quem confiavam a sua vida no mar, e inclusive as autoridades eclesiásticas da época, que se apressaram a crismar a imagem de Nossa Senhora da Graça. E note-se a veneração a esta santa, que emprestou o nome a um vasto património material (igreja e rua) e imaterial (nome de pessoa, missas e outras festas religiosas ligadas às pescas, aos pescadores e ao oceano)¹¹¹.

As crenças não se esgotam na veneração a esta ou outras imagens¹¹², são muito profundas, e determinaram a construção de vários espaços religiosos; por isso estão alicerçadas no património imóvel concelhio. Assim aconteceu nos finais do século XVI, quando os pescadores edificaram a Igreja dos Navegantes, em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira das atuais Festas do Mar, e a São Pedro Gonçalves Telmo, ambos patronos dos pescadores (concluída em 1942, com a conclusão das obras nas duas torres); ou no século XVII, com a construção da igreja do Porto Seguro, em homenagem à Nossa Senhora do Porto Seguro, e com a edificação da igreja de Nossa Senhora da Assunção (igreja matriz), que apesar de não se conhecer a data da construção, sabe-se que foi requalificada durante o século XVII (Macedo & Lorigo, 2008:52).

Isto remete para a importância que a atividade pesqueira tinha para o concelho, numa dupla vertente: pelo consentimento e colaboração à construção, pela totalidade da população; e sobretudo pelos perigos da profissão, devido aos naufrágios, que motivavam essa necessidade de proteção divina, porque era neste espaço religioso onde os pescadores vinham agradecer o facto de terem chegado com vida do mar, pedir para que nada de mau acontecesse na próxima ida ao mar, e ainda, lamentavelmente, não poucas muitas vezes, chorar os seus mortos (Andrade, 1990 [1964]:66; Macedo & Lorigo, 2008:53). Sem alongar mais esta matéria, é importante perceber que

¹¹⁰ A madeira de cipreste era utilizada desde o tempo dos faraós, e tanto gregos como romanos lhe conferiram grande importância.

¹¹¹ A importância do achado não tem paralelo com uma possível descoberta semelhante nos dias de hoje, até porque os relatos dos cronistas da época apontam para uma anormal perfeição da imagem, o que consideraram ser um milagre, pois até o mar provoca desgaste na madeira, através da agitação das ondas, o que não se registava na Santa.

¹¹² Por exemplo, testemunhos indicam a descoberta de uma imagem de uma virgem por entre as rochas numa praia em Cascais, a quem os pescadores deram o nome de Nossa Senhora dos Anjos, em virtude do local ser conhecido por praia dos Anjinhos, pelo facto das rochas terem formato de anjos (Andrade, 1969:157).

o património religioso, material e imaterial, é fundamental para apurar a antiguidade da prática das pescas, bem como a sua importância para a sobrevivência concelhia.

É com este fundamento que acreditamos que a importância da vila enquanto centro piscatório é quantificável através da densidade de locais de culto (igrejas), de confrarias, e cerimónias religiosas alusivas ao oceano, às pescarias e aos pescadores (romarias e procissões), na medida em que espelha uma matriz cultural de génese histórica.

As confrarias e irmandades, organismos com propósitos beneméritos (de assistência e religiosos), também tiveram um papel fundamental. Segundo Macedo & Lorigo, (2008:51), existe registo de uma irmandade e de uma confraria: *“Irmandade sob invocação de Nossa Senhora do Socorro, fundada pelos pescadores no ano de 1511 (...) e a Confraria do Santíssimo Sacramento da Ressurreição da vila de Cascais, fundada no ano de 1606”*.

Em relação às cerimónias religiosas, a mais antiga de que existe registo é a Romaria de Nossa Senhora da Guia, que findou em 28 de maio de 1834 (Andrade, 1969:163), no seguimento do Decreto de D. Pedro IV e Joaquim Augusto de Aguiar, conhecido por “Mata-Frades”, através do qual foram expulsas as ordens religiosas e “nacionalizado” o seu património na totalidade.

No entanto, é nos finais da década de 60 do século XX que encontramos maior variedade de festividades, algumas das quais cuja origem é contraditória, como o defende Paula Judite Lopes na sua dissertação de Mestrado em Antropologia do Espaço (FCSH/UNL), referindo-se à Procissão da Nossa Senhora dos Navegantes, que diz ter sido uma criação do Estado Novo (em 1942) para desviar atenção dos reais problemas do país, e para introduzir no povo a força que a tradição das pescas tinha na região (Lopes, 2004:69).

Não obstante às polémicas, importa referir de forma concisa algumas festas, de que foi o caso a *“Festa dos Pescadores”*, promovida pelo Jornal *“A Nossa Terra”* (Encarnação, 1975:99-100); a exibição das *“marchas populares”* (Santo António), onde do ponto de vista gastronómico não faltava a sardinha¹¹³; os *“desfiles de trajes típicos”*, como o que aconteceu em 9 de agosto de 1970, cortejo onde se fizeram representar peixeiras e pescadores de Cascais; a *“Procissão dos Passos”*, que já não se realiza no momento¹¹⁴; e a *“Festa do Mar”*, organizada pelo Jornal *“A Nossa Terra”*, entre 4 e 12 de julho; festividade que ainda hoje se realiza sob coordenação da Câmara Municipal de Cascais, em colaboração com as duas associações de Pesca do Concelho¹¹⁵, mantendo o tradicional fundamento religioso e a vocação da proteção dos pescadores, através da procissão em honra da Nossa Senhora dos Navegantes (Encarnação, 1975:109-110).

¹¹³ Espécie marinha que alimentava os estratos sociais mais baixos (tradicional nos arraiais).

¹¹⁴ Informação recolhida em entrevista pessoal ao Sr. Manuel Lorigo, membro da Direção da AAPC, em 10/03/2012.

¹¹⁵ A *Festa do Mar* acontece atualmente na última semana de agosto e realiza-se junto ao anfiteatro natural da baía de Cascais.

Segundo Macedo & Lorigo (2008:59), as “festas do mar” podem ter começado antes da Nossa Senhora dos Navegantes (1942), promovidas por particulares, e eram constituídas por um diverso conjunto de divertimentos: “no ano de 1937, o Sr. Vidal, figura ilustre da vila, bem relacionado com os homens do regime, patrocinou esta festa popular. (...) Fazia parte um conjunto de divertimentos: a corrida aos patos, a corrida de chatos ou o pau ensebado (...), quatro bancadas onde os populares se dirigiam para comer, a primeira do pão, depois das sardinhas e carnes, seguida da banca do vinho e, finalmente, a da fruta, e para terminar a procissão em honra de Nossa Senhora dos Prazeres”. Mais uma vez observamos a interligação da festa religiosa com o mar e com os pescadores, através da sardinhada e a procissão religiosa.

A natureza intrínseca destas festas (associadas à religião, pescadores, pescarias e oceano) ilustra a importância piscatória de Cascais, e justifica a crença que os pescadores tinham e têm nos Santos e na Igreja, enquanto protetores da sua vida em mar¹¹⁶. Não podemos esquecer que navegar não é uma simples aventura, pelo que se compreende a fé que os marítimos colocavam nos Santos e em Deus, como forma de pedir proteção; a profissão de pescador é dura e incerta, exige muito, muitas vezes a própria vida. Por outro lado, estas festas eram uma forma de evidenciar o trabalho dos pescadores, quase sempre negligenciado, e uma forma de convívio popular e elogio aos marítimos, como se pode ler numa publicação no *Jornal da Costa Sol* de 1970 (edição n.º 11/VII):

“Em Cascais não há mar sem pescador, não há pescador sem mar...A festa dum é, por isso mesmo, a festa do outro. Os pescadores de Cascais...gostáramos de os melhor conhecer. Serão cem, quatrocentos? Há pelo menos, dois bairros de pescadores – um, na Torre; outro, na vila. Há, também, uma Casa dos Pescadores. Mas...pouco mais sabemos deles. Vemo-los, a cada passo, junto das chatas ou, além, nas traineiras, ou em terra firme, no vozejar da lota. Lemos descrições do colorido da faina e do leilão da sardinha. Contudo, os seus problemas, as suas aspirações, o seu interior, a sua origem – quem aí os descreveu já? Quem para eles se debruçou a sério? «Festas do Mar», vistoso êxito que se repete. E, depois das danças, dos foguetes, talvez o pescador fique sem a publicação dum pequeno opúsculo sociológico que lhe perpetue a memória para as gerações vindouras. Dos foguetes breve se dissipará o rasto luminoso e a missão do pescador que, nestes dias, se vestiu de galas turísticas, voltará ao ramerrão difíceis da ganga quotidiana. Daqui te saudamos, pescador de Cascais, pescador de Portugal, descendente dos lobos-do-mar de antanho”.

¹¹⁶ Segundo informação do Sr. Manuel Lorigo, que também foi durante muitos anos marinheiro na marinha marcante e de pesca, e inclusive andou na pesca do bacalhau na Dinamarca, os pescadores frequentavam pouco as igrejas, por limitações profissionais, porque a vida no mar é imprevisível, e até aos sábados e domingos era dia de trabalho. No entanto, em momentos difíceis sentiam necessidade de acreditar em algo, que lhes desse força para a faina, altura em que se socorrem de Deus e dos Santos protetores. Apesar da visita pouco regular às igrejas, no passado as festas religiosas conotadas com o oceano eram encaradas de forma mais respeitadora, e em dias de festa/procissão os homens do mar vestiam a sua palamenta, ou seja, a melhor roupa que tinham, o que contrasta diametralmente ao verificado atualmente, que até de calções vão à procissão, como aconteceu no ano passado nas Festas do Mar.

Para concluir, importa salientar que também os nomes das embarcações estavam de alguma forma ligados a santos ou a divindades, invocando deste modo a sua proteção¹¹⁷, nomeadamente até à década de 70 do século XX, salientando-se as embarcações “*Nossa Senhora do Soronho*”, “*Vem Com Deus*” ou “*Santa Luzia*”, registados na Capitania do Porto de Cascais em 1958, 1962 e 1973, respetivamente. Posteriormente, apesar de continuarem a registar barcos com nomes ou frases religiosas (“*Deus não dorme*”, registado em 31/07/2009), nota-se uma maior incidência sobre nomes de mulheres ou relacionados com família, como se verifica com o “*Alexandra*”, “*Maria João*” ou “*Pai e Mãe Júnior*”, registados em 02/2008, 08/2008 e 04/2011, respetivamente, conforme anexo VI¹¹⁸.

I.3.4. Do ponto de vista das artes, pescadores, embarcações, e criação em cativeiro

Para melhor compreensão da informação seguinte, reclama-se para aqui o referido anteriormente, e assinala-se a dificuldade que oferece a estatística portuguesa para o estudo das pescas dos tempos passados, devido à existência de deficiências no tocante os temas tratados, como estatísticas com sequências falhadas, estatísticas discordantes entre fontes, e com erros significativos, como anteriormente aconteceu com os sensos populacionais, ou simplesmente por não existirem estatísticas. Mas esta é uma situação recorrente, porque já Baldaque da Silva (1891) se pronunciou negativamente sobre a ausência de dados fiáveis.

Luís Martins e Henrique Souto (2009:21), que citam os trabalhos realizados por Heinrich Link (*Notas de uma Viagem a Portugal, 1798*) e de Pinho Leal (*Dicionário de Portugal, 1873*), no que se refere à importância das pescas para as comunidades de pescadores, indicam que, à data da realização dos mesmos, ainda não existia em Cascais “*actividades de tratamento ou conservação de produtos marinhos*”. Assim, de acordo com os autores, podemos considerar o ano de 1874 como o “*início da exploração intensiva ou industrial dos mares da vila de Cascais*”, por altura da construção das duas primeiras armações valencianas para a pesca da sardinha (figura 33) (Martins & Souto, 2009:26).

¹¹⁷ A expedição de Vasco da Gama, que mostrou que era possível atingir a Índia pelo mar, ligando Ocidente e o Oriente, e viria a estabelecer a Rota do Cabo e a abrir a Carreira da Índia, que como vimos anteriormente passou por cascais, tanto à saída como no regresso (Andrade, 1969:57; Encarnação, 1979:19), é o mais evidente dos exemplos. A frota era constituída por quatro embarcações, sendo que três tinham nomes de santos, a saber: “*São Gabriel*”, “*São Rafael*”, “*São Miguel*”, e a quarta designava-se de “*Bério*”, em homenagem ao seu proprietário, D. Manuel de Bério.

¹¹⁸ É de salientar a predominância dos nomes de embarcações em português, não existindo barco algum em 2012, ativo e inativo, com o nome em outra língua que não a nacional (*Vide* anexo VI).

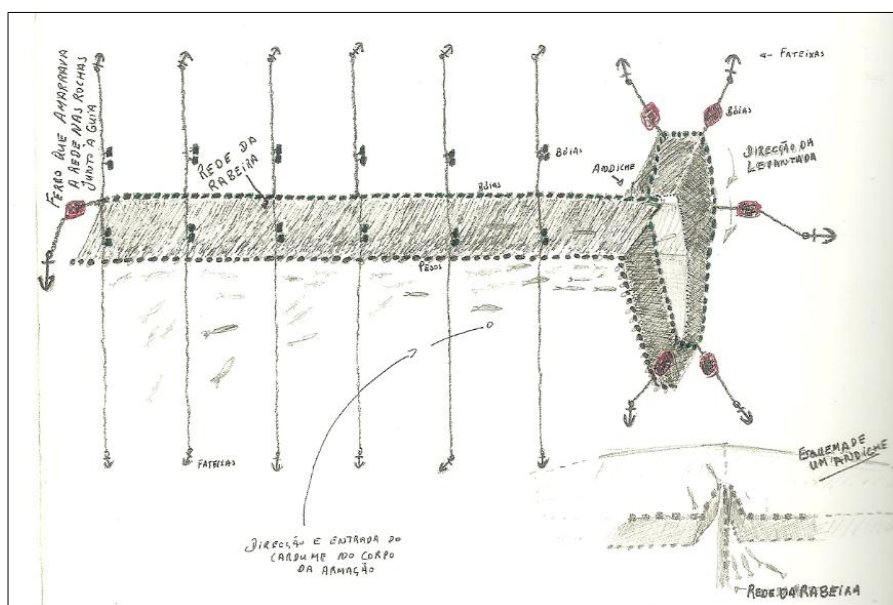


Figura 33 – Exemplo de uma armação valenciana para a pesca da sardinha (replica do aparelho lançado no lugar da Guia).
Fonte: Martins & Souto, 2009:106.

Quando em 1891 o Comandante Baldaque da Silva publica o seu trabalho, onde analisa de forma precisa e exaustiva a realidade das pescas portuguesas, no que se refere a espécies, embarcações, artes, marítimos e infraestruturas, refere que em Cascais, entre 1885/86, existia uma pesca de foz e costeira, com 8 armações de pesca de sardinha instaladas: 4 ao longo da *Costa de Cascaes*, e 4 ao longo da *Costa da Guia*; as armações da costa de Cascais eram assistidas por 24 embarcações e 80 marítimos, e as armações da costa da Guia eram apoiadas por 28 embarcações e 80 marítimos, o que totaliza nestes anos 52 embarcações e 160 marítimos (Baldaque da Silva, 1981:130-131).

Em 8 de outubro de 1890 surgem referências a estas e uma outra armação fixa no “*Relatório das armações fixas de pesca existentes na área da Delegação Marítima de Cascais*”. Na baía de Cascais existiam quatro aparelhos, localizados na *Velha*, Estoril (na enseada da Almagreira), Forte Velho (na mesma enseada), e Ponta Grande da Azenha, e na linha costeira da Ponta da Pombaleira ao Cabo Raso estavam montadas cinco armações: Pombeira, Boca do Inferno, Alpendura, Guia e Oitavos (relatório citado por Martins & Souto, 2009:22-23).

No entanto, um pouco contraditório, Henriques (2001:29; 2004:32) diz-nos que em 1893 só existiam duas armações de pesca, que desapareceram e reapareceram em 1902, altura em que estabilizou e cresceu a capacidade de capturas, e uma fábrica de conservas, que existiu em 1985 e 1986, desaparecendo e reaparecendo em 1911, altura em que estabilizou a produção, tendo posteriormente crescido em número as unidades de produção. Refere ainda uma expansão das

infraestruturas associadas às pescas, e indica que em 1913 já existiam 3 armações de pesca e 3 fábricas de conservas (Henriques, 2004:26;29).

No início dos anos 80, do século XIX, aparece uma nova arte, os galeões de cerco americano, que inicialmente coexistem com as armações fixas, valencianas e redondas, para capturar cardumes (destaque para a sardinha e cavala), mas rapidamente provoca o desaparecimento desta nova arte. Por altura da I Guerra Mundial aparecem as traineiras, que como já vimos anteriormente, acabam por levar ao desaparecimento dos galeões americanos (Souto, 1991:78-79; Farinha, 2005:26; Martins & Souto, 2009:26).

Durante o ponto alto das capturas nacionais (década de 60), os marítimos cascaenses faziam pesca costeira recorrendo à arte da linha ou à rede, e utilizavam três tipos de embarcações: chatas, traineiras e arrastões. Aliás, os pescadores lembram com bom agrado os muitos arrastões que fundeavam na baía, altura em que dizem existir orgulho na profissão¹¹⁹.

Até aos anos 80, do século XX, podemos considerar que as pescas de Cascais estavam povoadas por uma frota polivalente. Estas embarcações utilizavam diversas artes de pesca (armadilhas, linha, redes emalhar e tresmalho), tal como acontece hoje (*vide* I.4.8.), e naturalmente capturavam espécies muito variadas, muitas delas com reduzido peso individual, no entanto, podemos destacar o polvo, pescada, faneca, linguado, carapau, raías, badejo, etc.

Franca *et al.* (1995), que fazem uma reflexão sobre a pesca artesanal local, remetem para 138 pescadores equipados com 55 embarcações em Cascais, que segundo ACA (2008:4), estariam licenciadas para o palangre de fundo, toneira, rede de emalhar de fundo, rede de tresmalho de fundo, covo, alcatruz e rede de cerco.

Em 2008 a ACA desenvolveu um estudo rigoroso intitulado “*Estudo Socioeconómico relativo ao Emprego e dependência das Pescas no Concelho de Cascais*”. Constitui-se como o documento mais atualizado sobre as pescas de Cascais (ACA, 2008). Ainda que padeça de alguns males, porque não foram inqueridas a totalidade das embarcações.

Neste podemos verificar que a pesca em Cascais é polivalente, 84% da frota apresentava comprimento inferior a 12 metros (de fora-a-fora), que as embarcações estão licenciadas para mais do que uma arte, e que predominam as artes do tipo de armadilhas (como covos e alcatruzes), à linha (palangre e piteira) e redes de emalhar (de um pano e tresmalho), e em termos sociais era a pequena pesca que mais contribuía para a dinamização da economia local (ACA, 2008:16).

¹¹⁹ Retirado do inquérito realizado ao Sr. Manuel Gomes Ferreira, mestre e dono da embarcação *Panta*, em 09/04/2012.

A ACA estima existirem 95 pescadores ativos em Cascais, dos quais “ (...) 81 *andam embarcados em embarcações matriculadas em Cascais e que 14 pescadores andam em embarcações, que embora estejam matriculadas noutros portos, pescam e descarregam com frequência grandes quantidades em Cascais*” (ACA, 2008:50).

Por fim, vamos analisar a evolução dos efetivos da pesca e a evolução do número de embarcações, para todo o século XX, com base nos registos que constam dos arquivos da Capitania do Porto de cascais (CPC). No entanto, no que se refere ao número de pessoas na pesca, os dados terão a proveniência de duas fontes: de 1890 até 1960 das *Estatística das Pescas Marítimas*; de 1965 até 2012 dos registos existentes na CPC.

O número de pessoas a trabalhar na pesca marítima (tabela 6), ao longo da primeira metade do século XX, é residual face ao total da população residente no concelho de Cascais (*vide* ponto I.3.2.). Apresenta como principal característica uma enorme estabilidade, à exceção do ano de 1920, fruto de um forte afluxo de pescadores de outros concelhos (Macedo & Lorigo, 2008:41; Martins & Souto, 2009:28-29).

Anos	N.º de efetivos na pesca marítima
1890	C. 200
1900	233
1911	259
1920	454
1930	383
1940	325
1950	344
1960 ¹²⁰	275

Tabela 6 – Número de efetivos a trabalhar na pesca marítima.
Fonte: *Estatística das Pescas Marítimas* citada por Macedo & Lorigo, 2008:40.

Em relação às cédulas marítimas¹²¹, título habilitante para todos aqueles que exerçam, como tripulantes, funções correspondentes às categorias dos marítimos ou outras legalmente previstas, com base nos registos da CPC verificamos que o seu número decresce desde 1960¹²², atingindo um total de 1141 inscritos marítimos em 30 de maio de 2012 (tabela 7). Obsta o período entre

¹²⁰ No *Censo da População* de 1960 existiam no concelho de Cascais 256 homens e 1 mulher a trabalhar nas pescas, e destes 191 homens e 1 mulher localizavam-se no centro urbano de Cascais (INE, 1960:74)

¹²¹ Este documento, emitido pelo órgão local do SAM, e assinado pelo capitão do porto, regista o percurso profissional dos marítimos, designadamente alteração de categoria, embarques e desembarques. A sua concessão depende de um conjunto de procedimentos legais, como certificado de formação profissional e comprovativo de aptidão física e psíquica para o exercício da profissão (DL 280/2001, 23-10).

¹²² Andrade (1969:92) apresenta outros números (ano / n.º cédulas, respetivamente): 1960 – 368; 1962 – 387; 1964 – 260; 1966 – 169; 1967 – 16; 1968 – 26. Como não refere a metodologia utilizada para contabilizar as cédulas emitidas, optámos por utilizar só a informação disponível no arquivo da CPC.

1975-1979, onde triplicaram as cédulas emitidas pela Capitania, o que se deve ao regresso dos retornados das colónias portuguesas após o 25 de abril de 1974 (*vide* ponto I.3.2.). A tendência expansiva perdurou por mais cinco anos, cessou em 1984, quando o setor mergulhou na crise em que ainda se encontra.

CÉDULAS CONCEDIDAS A MARÍTIMOS	
1965 - 1969	104
1970 - 1974	113
1975 - 1979	440
1980 - 1984	154
1985 - 1989	88
1990 - 1994	30
1995 - 1999	60
2000 - 2004	42
2005 - 2009	78
2010 - 2012	32

Tabela 7 – Cédulas passadas a marítimos de 1965 até 2012 (5 em 5 anos).
Fonte: Levantamento feito na CPC em 01/06/2012. Foram contabilizadas somente as inscrições.

A listagem apresentada na tabela 7 espelha a dinâmica do setor pesqueiro em Cascais¹²³, e como engloba somente **inscrições**, dá-nos pistas sobre quando andar ao mar representava uma profissão aliciante. Chama-se atenção de que não existe uma correspondência entre cédulas emitidas e pescadores no efetivo exercício de funções. Naturalmente, pelo período em questão, muitos dos titulares destas cédulas já faleceram, outros estarão não ativos, e mesmo as cédulas emitidas recentemente, cujos beneficiários estão vivos, podem ter sido canceladas a pedido, por transferência para outras capitánias, ou podem estar válidas, mas a pesca não ser a atividade principal do inscrito marítimo, como acontece com o Sr. Hugo Miguel Santos Silva, funcionário da Docapesca de Cascais, que quando mais novo requereu este título habilitante, que continua ativo, mas só andou uma semana no mar¹²⁴.

As embarcações registadas na Capitania de Cascais apresentam uma tendência semelhante à verificada para as cédulas marítimas, ou seja, um incremento de registos na década de 70, e um decréscimo acentuado começado na década de 80 que se prolongou até aos dias de hoje (tabela 8) (anexo XI). Para contabilizar o número de embarcações registadas fez-se uso dos oito (8)

¹²³ A CPC passou a informação que existia nos arquivos em papel para a aplicação (SICAP), para informatizar a emissão de cédulas. Foi através desta aplicação que foram contabilizadas as cédulas marítimas, pois não era possível fazê-lo de outra forma. A transferência da informação foi feita por pessoas, como é natural, e pode ter existido a falha humana neste processo. Aliás, essa também pode ser uma justificação para o desfasamento de dados em relação a Andrade (1969:92). Por exemplo, pode ter-se dado o caso de alguns inscritos marítimos, transferidos ou já falecidos, não terem migrado nesta operação, eliminados pelo operador responsável, considerando que por estarem inativos não eram relevantes.

¹²⁴ Informação proferida pelo próprio na Docapesca de Cascais em 01/06/2012.

volumes do “*Livro de Registo de Propriedade de Embarcação de Pesca e Trafego Local*”, que também registam as embarcações de serviços de fiscalização e as embarcações de serviços de banhos¹²⁵.

Finalizando, à data de 01 de julho de 2012, constam dos registos da Capitania de Cascais 86 embarcações de pesca, distribuídas da seguinte forma: 45 na situação de inativas, 39 na situação de ativas, e 2 estão a concluir o processo de inscrição na CPC. Em relação às embarcações ativas consideramos que somente 24 andam ao mar e participam na faina, e destas somente 4 estão registadas enquanto embarcações de pesca costeira, sendo todas as restantes embarcações de pesca local. Esta informação foi validada no terreno, aquando da aplicação do inquérito/entrevista, e tem como complemento as informações constantes nas observações e notas parte integrante do anexo VI).

BARCOS DE PESCA (registados na CPC)	
1919	45
1920 a 1929	181
1930 a 1939 ¹²⁶	37
1940 a 1949	232
1950 a 1959	206
1960 a 1969	141
1970 a 1979	180
1980 a 1989 ¹²⁷	140
1990 a 1999	68
2000 a 2009	38
2010 a 2012	6
Tabela 8 – Barcos de pesca de 1919 até 2012	
Fonte: Levantamento feito na CPC em 01/06/2012.	

¹²⁵ Nesta altura existia embarcações de Cascais para várias praias, nomeadamente a das avencas, agora AMP. Importa indicar algumas notas metodológicas: as embarcações que não tinham qualquer indicação no campo “*a que se destina*”, ou as que apresentavam neste campo “*Trafego Local*” ou “*Transporte de Peixe*” (barco de descarga), atividade de registo, não foram consideradas. No entanto, as que foram registadas como “*Pesca e Tráfego Local*” foram consideradas. Atenta-se que, apesar de atualmente as embarcações só desempenharem uma atividade, em meados do século XX podiam acumular ambas duas funções.

As embarcações registadas como *acostadas* ou *auxiliares* não foram consideradas. Por exemplo, entre muitos outros, “*a qual se destina a acostada da Traineira “Bom Sucesso”* (fls 154, liv. 5, *Livro de Registo de Propriedade de Embarcação de Pesca e Trafego Local*, 28 de abril de 1960); “*a qual se destina a auxiliar da CS-223-C, Filipe Augusto, embarcação a motor*” (fls 184, liv. 5, *Livro de Registo de Propriedade de Embarcação de Pesca e Trafego Local*, 13 de setembro de 1961).

¹²⁶ Nos livros consultados existe uma falha de informação entre 1933 a 1938, por isso o resultado apurado decresce de forma acentuada neste período (anexo XI). Aqui pode valer-nos o trabalho de Andrade (1969:92), que contabilizou de 1936 a 1947 – 419 registos; de 1947 a 1956 – 252 registos; de 1957 a 1966 – 187 registos; e de 1967 a 1968 – 34 registos. Salienta-se que, tal como aconteceu com os inscritos marítimos, o autor não refere a forma utilizada para apurar estes resultados, e mais uma vez, no geral, não se enquadram nos quantitativos por nós retirados.

¹²⁷ Até 1985 os registos de embarcações eram sequenciais (e.g. todos os registos de 1930, depois 1931, 1932, 1933, etc.). A partir de 1986 verificam-se algumas interpolações nestes registos, o que motiva, por exemplo, a que existam registos de 1994, ou de 1989, juntos com os do ano de 1990. Segundo informação da CPC ocorrem por questões burocráticas ou administrativas. De forma muito concisa, só para dar uma ideia: o processo entra na CPC, vai a Despacho, e abre-se o registo no *Livro de Embarcações*, para lhe ser atribuído um número. Se faltar documentação, o proprietário é notificado, e o registo só se vai efetivar quando o proprietário suprimir toda a documentação em falta, o que pode provocar desfasamento entre a entrada do pedido e o averbamento final do registo. Para evitar enviesar a recolha, contabilizamos as embarcações sempre pelo ano de registo, em detrimento do ano do conjunto onde estão inseridas.

I.3.5. Do ponto de vista da criação em cativeiro

De forma muito concisa, a criação em cativeiro foi pensada na viragem para o século XX, após a criação da Comissão Central Permanente de Piscicultura, altura em que se “ (...) *vulgarizam as instalações permanentes de pesca, estabelecimentos de piscicultura, depósitos de crustáceos e viveiros de peixe*” (Martins & Souto, 2009:31).

Martins & Souto (2009) abordam os vários projetos concebidos para as zonas costeiras de Cascais, alguns dos quais nem saíram do papel, e outros de muito sucesso vigoraram quase até aos nossos dias. É exemplo de um projeto que prometia, mas que não se concretizou, o estabelecimento de piscicultura na foz da ribeira Mocho, concebido em 1895 por Jorge O’Neill. Este, apesar de receber inicialmente parecer favorável, a construção acabou por não ser finalizada, por vicissitudes várias, e o empresário perdeu a concessão (em 1906). Os autores também referem a recusa a Marcellino Gonçalves, que solicitou autorização de construção de um depósito flutuante para lagostas e lavagantes vivos na baía de Cascais.

Os autores também referem projetos de excelência concretizados com sucesso. Destacamos o projeto de António Vilar, que em 1909 conseguiu materializar “ (...) *a cerca de 400 metros a oeste do Forte da Guia, e quase Norte-Sul com o corpo da armação à valenciana da Lage da Ramella*”, a construção de um depósito de crustáceos que denominou de Magoito (figura 34) (requerimento de António Augusto Gomes Villar, de 16 de julho de 1906, citado por Martins & Souto, 2009:38-39).



Figura 34 – Vista interna (esquerda) e externa (direita) do caneiro do depósito do Magoito.
Fonte: Martins & Souto, 2009:38.

Este depósito de crustáceos, que funcionava de forma simples, laborou até aos nossos dias. Tratava-se de um espaço vedado ao mar por uma grade de ferro, no seu interior estavam implantados os crustáceos, e estes eram alimentados pelas férteis águas marinhas que invadiam este “tanque” na maré cheia. Segundo Martins & Souto (2009:38), este local foi escolhido pelo António Villar, de forma criteriosa, porque segundo ele não sofria influências do Tejo. Que aliás, algumas dessas estruturas ainda hoje são utilizadas na região do Cabo Raso.

Poderíamos abordar de forma pormenorizada o tema anterior, seguindo as indicações de Martins & Souto (2009), mas esse não é o objetivo. Assim, remete-se para estes autores a

evolução da exploração destes e de outros espaços semelhantes, bem como a evolução da localização e exploração das armações valencianas, e os conflitos gerados entre a indústria das armações e os interesses da navegação (Martins & Souto, 2009:38).

I.4. Situação recente da atividade pesqueira, salícola e algológica em Cascais

No seguimento da análise efetuada nos três pontos anteriores, e com fundamento na informação da série estatística «Recursos da Pesca»¹²⁸, no que se refere à situação dos recursos marinhos da Delegação Cascais¹²⁹, podemos constatar que entre 1986 e 2010 a produção comercial de algas, inicialmente residual, desapareceu, que a produção de sal nunca existiu, e a pesca, atividade com importância ancestral para os cascaenses, regista um decréscimo a todos os níveis, sobretudo na capacidade económica (atividade pouco rentável), operacional (redução do número de pescadores) e na disponibilidade biológica das águas do concelho (escassez de algumas espécies).

Para uma análise com mais detalhe e rigor da evolução das pescas em Cascais faz-se a seguir uma análise aos indicadores da DGPA de estimativa de desembarque¹³⁰ (mensal e anual), preço médio de venda na lota (por delegação), percentagem de retiradas e rejeições, espécies capturadas e descarregadas, e ainda, para enquadramento inicial, uma pequena abordagem ao panorama das capturas nacionais, por comparação com Cascais, onde também se analisa os valores de venda em lota¹³¹.

¹²⁸ Neste ponto será trabalhada a informação recolhida a partir desta série estatística, para o período de 1986 a 2010, visto que à data ainda não foi concluído o volume relativo a 2011. A seleção da fonte estatística, das variáveis e do período para análise (24 anos), tem como justificação a credibilidade da informação estatística e publicada por uma instituição confiável (DGPA).

¹²⁹ No âmbito das estatísticas da pesca, quanto ao conceito e abrangência da Delegação de Cascais, salienta-se que a DGPA, e também o INE, desagregam os geograficamente portos portugueses com base nas Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS), de acordo com o Decreto-lei nº 244/2002. A Delegação de Cascais enquadra-se nas NUT II Centro, onde está inserido o Porto da Assenta (COD 90910) e na NUT II Lisboa, onde pertence o Porto Principal de Cascais (COD 90900), e dois portos secundários: Porto da Ericeira (COD 90920) e Porto de Vila Franca de Xira (COD 90930). Neste sentido, as espécies e quantidades capturadas, retiradas e rejeições, artes e embarcações utilizadas, bem como outros quantitativos estatísticos utilizados neste ponto, resultam dos portos de descarga elencados, ainda que o principal e mais significativo local de descarga seja a lota de cascais (DGPA, 2011:4,178).

¹³⁰ Para a análise deste ponto é importante ter presente a distinção de dois conceitos: “*estimativa de desembarque*”, inclui as retiradas e rejeições, com pormenor, “*as rejeições ao mar, a utilização do pescado antes do desembarque, as perdas causadas pelo processamento, os desembarques em portos sem controlo, o pagamento em espécie (“caldeirada”) e a fuga à lota, entre outros (...)*”, e o “*pescado transacionado em lota*”, que representa as descargas comerciais (DGPA, 2011:4-6).

¹³¹ Os dados numéricos que servem a análise estão para consulta nos anexos: VII.I; VII.II e VII.III.

I.4.1. Cascais no Contexto Nacional

A Delegação de Pesca de Cascais, que é de enorme importância local, tem uma pequena dimensão a nível nacional. Com base em todas as estimativas de desembarque dos últimos 24 anos, verificou-se que a Delegação de Cascais registou o total de 26.713 toneladas em lota, pelo que é a mais pequena delegação de pesca, atrás da Delegação de Tavira, que registou 35.492 toneladas ao longo deste período. No entanto, com maior detalhe, verifica-se que até 1983 Cascais não foi a delegação mais pequena (pelas toneladas desembarcadas); essa patente pertenceu à Delegação de Tavira (anexo VII.I).

Em situação diametralmente oposta estão as Delegações de Matosinhos e Peniche, que representam os grandes portos nacionais, com 924.887 toneladas e 603.774 toneladas, respetivamente (figura 35)¹³².

A quantidade de retiradas e rejeições geralmente é proporcional aos totais capturados. Esta indicação conjectura que Cascais apresenta a menor taxa deste indicador, já que é a delegação com menor volume de capturas. Porém, isto não se verifica, porque é a Delegação de Tavira que menos retiradas e rejeições apresenta, somente 1,60 toneladas, enquanto a Delegação de Cascais apresentou 19,86 toneladas (figura 35).

No oposto, surge a Delegação de Matosinhos e da Figueira da Foz, com 51.681 toneladas e 26.419 toneladas, respetivamente; o que não deixa de ser importante, já que a segunda delegação com mais capturas foi Peniche, mas somente apresentou 24.061 toneladas de retiradas e rejeições, em percentagem bem inferior ao registado na Delegação da Figueira da Foz (figura 35).

¹³² A Delegação de Lisboa encerrou em 2004. Assim, os dados apresentados a seguir provenientes das estatísticas da DGPA, relativos a esta delegação, reportam-se ao período entre 1986 e 2004, enquanto os dados para as restantes delegações reportam-se ao período de 1986 e 2010.

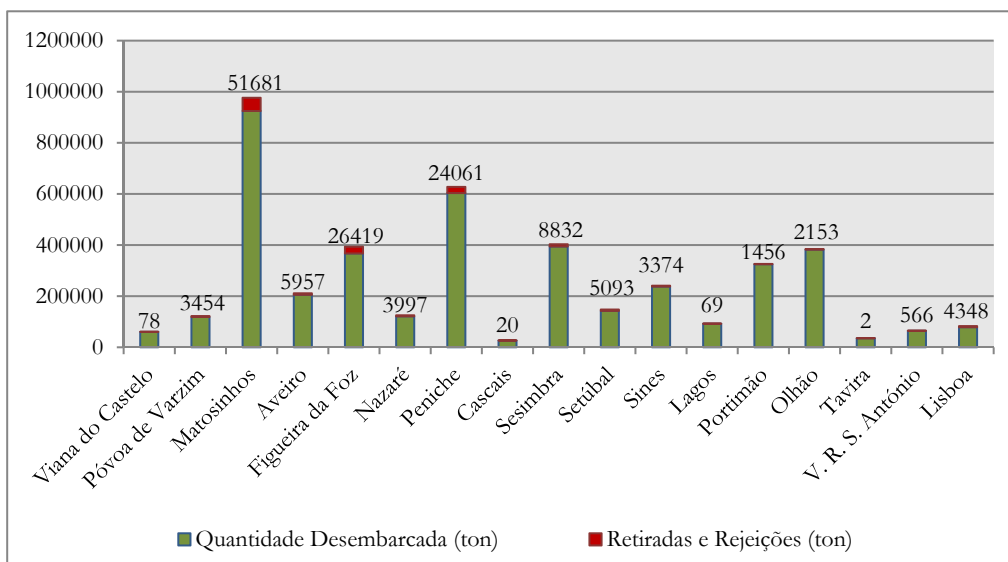


Figura 35 – Estimativa desembarque e de retiradas e rejeições em todas as Delegações.
Descrição: Soma das estimativas de desembarques (verde) e das retiradas e rejeições (vermelho - com rótulos de dados).
Fonte estatística: DGPA, 1986 até 2010 (elaboração própria)

Apesar da reduzida dimensão (com base nas capturas desembarcadas em lota) a Delegação de Cascais diferencia-se pelo preço médio alcançado na primeira venda (4,29 euros/kg), que é o segundo maior em Portugal Continental, só superado pela Delegação de Vila Real de Santo António (5,61 euros/kg). Destaca-se ainda pelo facto de ser única delegação a norte do Tejo a competir com as delegações algarvias, onde o preço médio de venda é mais elevado (figura 36).

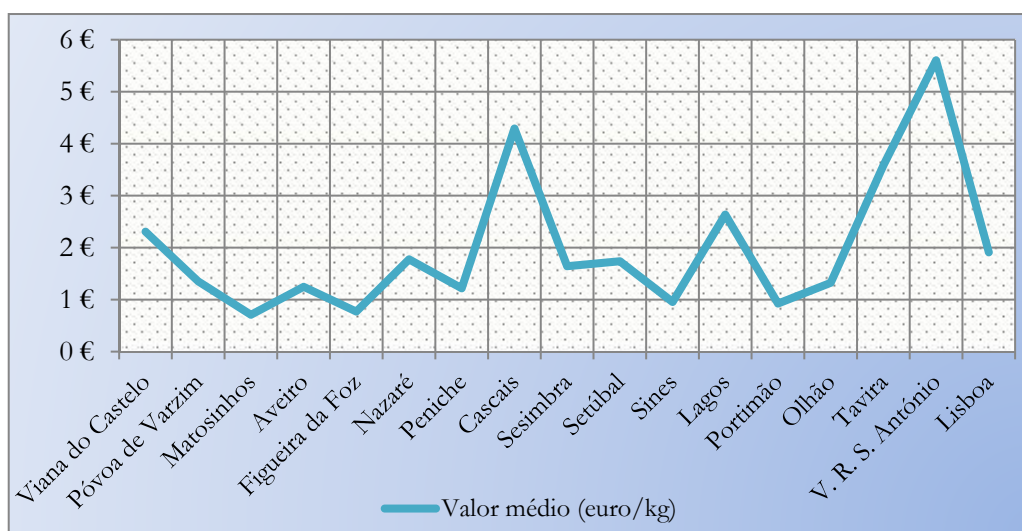


Figura 36 – Preço médio/kg alcançado na primeira venda nas delegações nacionais.
Descrição: representa a média dos preços médios alcançados na primeira venda, por cada lota em cada ano, entre 1986 e 2010.
Fonte estatística: DGPA (elaboração própria)

I.4.2. Evolução do preço de venda na lota de Cascais

No que se refere à evolução do preço de venda na lota de Cascais, entre 1986 e 2010, constata-se que as capturas tiveram uma progressiva valorização económica, à exceção dos anos de 2004 e 2005, altura em que decresceu o preço médio/kg em consequência do aumento das capturas (figura 37).

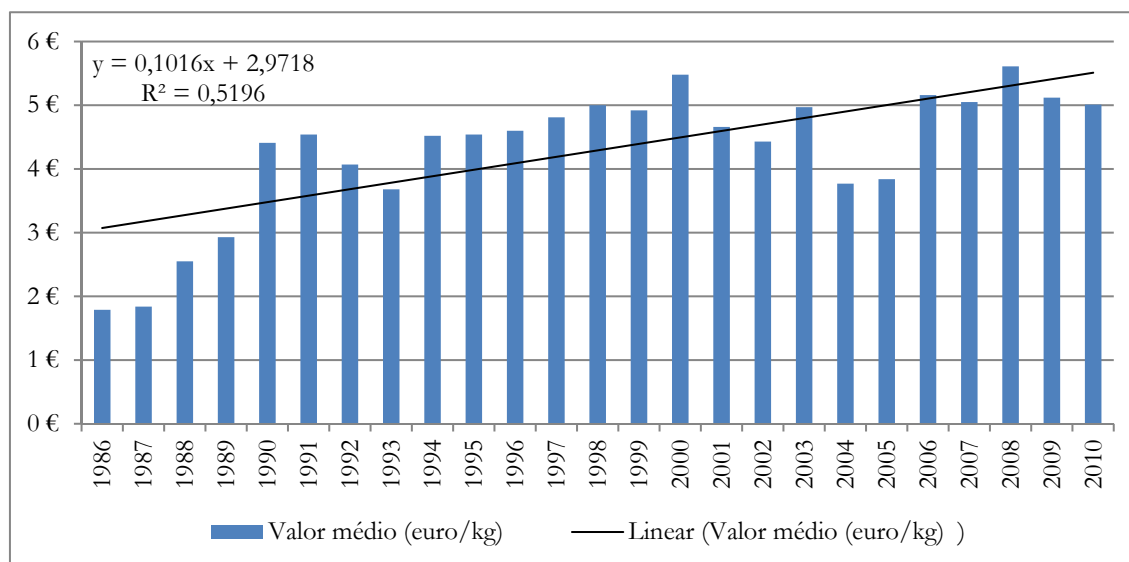


Figura 37 – Preço médio/kg alcançado na primeira venda na Delegação de Cascais, com linha de tendência Linear.
Descrição: representa o preço médio alcançado na primeira venda em lota, para cada ano individualmente, entre 1986 e 2010.
Fonte estatística: DGPA (elaboração própria).

Os dados relativos aos últimos dois anos anteveem uma estagnação da evolução do preço de venda em lota, mas a informação veiculada pelos pescadores, aquando da sua auscultação em sede de entrevista/inquérito, de que as principais espécies capturadas na área do concelho estão a aparecer menos, nomeadamente o polvo, o robalo e os linguados, leva a crer que os dados estatísticos da DGPA relativos ao ano de 2011 vão apresentar uma subida no valor de venda em lota, sobretudo impulsionado pelo aumento do preço do polvo, fruto da sua atual escassez nas águas do concelho.

Isto permite-nos concluir que quanto maior é o volume das capturas menor é a sua rentabilidade económica, ou seja, é positivo reduzir as capturas, já que assim se melhora a capacidade económica dos pescadores (melhor preço/kg) e a disponibilidade biológica das águas do concelho.

I.4.3. Volume de desembarque mensal

No que se refere à distribuição dos quantitativos de capturas por mês, informação que permite avaliar se a pressão sobre os recursos foi constante ou sazonal, verificamos que é no verão que mais capturas se fazem, nomeadamente nos meses de maio, junho e julho, e que o oposto acontece no inverno, nos meses dezembro, janeiro e fevereiro (figura 38). É ainda de realçar que na década de 90 do século XX os picos nas capturas eram geralmente atingidos nos meses de junho e agosto (anexo VII.II).

Em relação à variável preço médio alcançado na primeira venda, ao longo dos últimos 25 anos, por tonelada e por mês, apuramos que é no mês de agosto e sobretudo nos meses de inverno que o peixe é comercialmente mais valorizado, o que se deve à forte redução de capturas neste período, quer seja por motivos de defeso ou de condições de navegação mais perigosas, que condicionam as pescarias (figura 38).

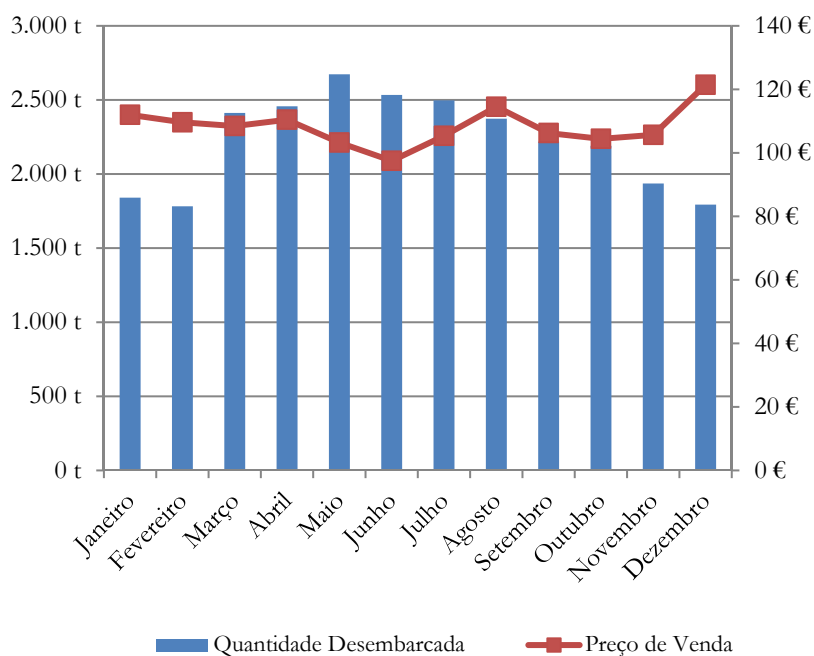
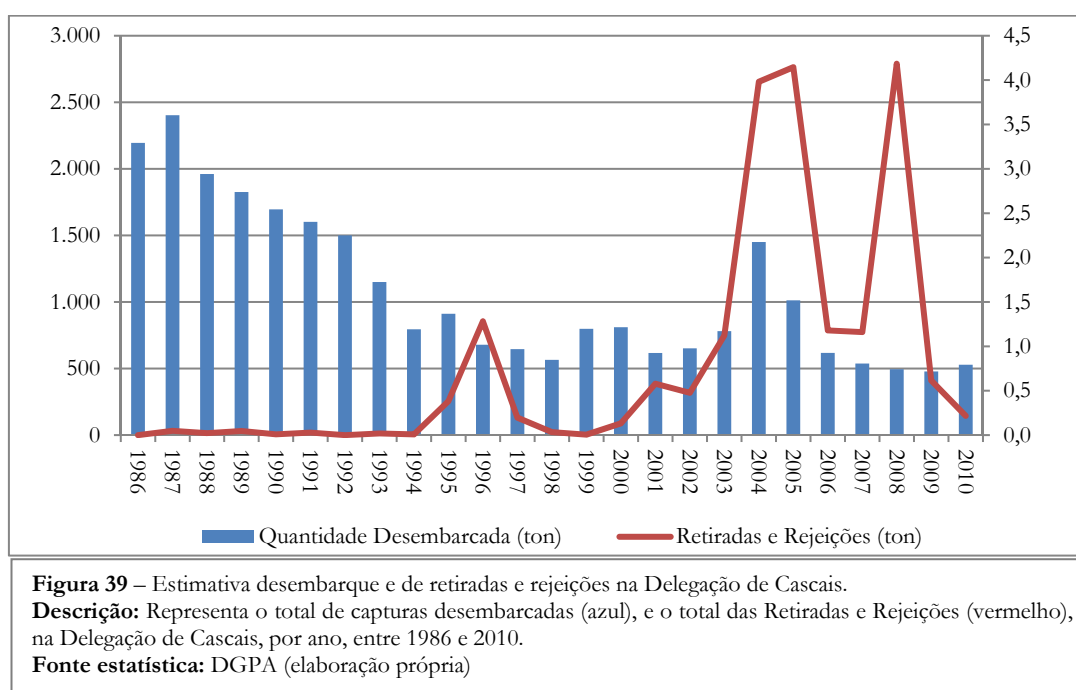


Figura 38 – Estimativa desembarque e preço médio da primeira venda na lota de Cascais.
Descrição: Soma do total desembarcado na lota de Cascais (azul) e do valor médio alcançado na primeira venda (vermelho) entre 1986 e 2010. Para trabalhar com valores totais e não medianos, para evitar desvios pontuais, somaram-se as capturas e o valor médio de venda, por mês, para todos os anos (JAN86+JAN87+JAN88, etc.).
Fonte estatística: DGPA (elaboração própria)

I.4.4. Volume de desembarques anual e tendência do setor

A compreensão das capturas de forma mensal, para avaliar a sazonalidade do setor, impelenos a compreender a dinâmica anual deste mesmo indicador, para apurar tendências de evolução que permitam compreender e antever o futuro do setor pesqueiro de Cascais.

Neste sentido, no âmbito da evolução das capturas, verifica-se através das *estimativas de desembarque* que os totais descarregados na Delegação de Cascais decresceram de forma acentuada entre 1986 até 1998, de 2.195,11 toneladas para 565, 27 toneladas, respetivamente. As capturas ganharam novo folego logo em 1999, e ainda que de forma irregular, cresceram até ao ano de 2004, registando 1.450,92 toneladas. No entanto, começaram a decrescer novamente em 2005, o que se verifica quase até ao momento, ainda que em 2010 tenham aumentado ligeiramente as capturas, mais 50 toneladas face ao ano de 2009 (figura 39).



Ainda em razão do gráfico anterior, a variável *retiradas e rejeições*, determinante na análise da sustentabilidade dos recursos marinhos, apresenta-se relativamente baixa no período entre 1986 e 2002 (com exceção do ano de 1996), o que é muito positivo. No período entre 2003 e 2008 apresenta um comportamento diametralmente oposto, atingindo 4,18 toneladas em 2008 (com exceção de 2006 e 2007, onde apresenta uma pequena normalização). Em 2010 o valor voltou a decrescer, fixando-se nas 0,2 toneladas, mais sustentável e mais próximo do registado em 1992 (0,0 toneladas).

Apesar das melhorias, em 2010, este é um assunto que preocupa. As retiradas e rejeições, constituídas por espécies subvalorizadas, espécies subproveitadas, peixe com tamanho inferior

ao mínimo permitido, peixe deteriorado, peixe danificado/rejeitado e espécies sem mercado, representam a nível nacional uma média de 6 mil toneladas/ano (Nunes, 2012:15). Esta biomassa rejeitada, ainda que seja uma consequência inevitável da pesca, deve ser aproveitada o mais possível, não só porque é constituída por proteínas de elevado valor biológico, com um perfil único de ácidos gordos (ω 3: EPA e DHA)¹³³, alguns minerais importantes, e várias moléculas com interesse farmacológico, cosmético e nutracêutico, mas também porque tem um elevado potencial de aproveitamento, enquanto farinha de peixe, óleos de peixe, fertilizantes, rações, ensilados, hidrolisados proteicos, etc. (Martins *et al.*, 2008:9; Nunes, 2012:5-6).

Com a maximização do recurso é possível reduzir o desperdício de peixe, e naturalmente reduzir o esforço que é despendido pelos pescadores, porque a pesca torna-se mais lucrativa e produtiva. Para isso acontecer é necessário apostar em várias hipóteses, que serão desenvolvidas nos ponto II.7.: (1) alterar as técnicas de pesca, utilizar artes de pesca menos destrutivas, apoiadas pela tecnologia, e fazer a manutenção e monitorização desses aparelhos para avaliar o seu funcionamento, aumentar a dimensão das malhas da rede de arrasto para permitir a fuga dos indivíduos mais pequenos, reduzir o tamanho das aberturas nas armadilhas utilizadas pelos pescadores, e utilizar aparelhos tecnológicos nas artes de pesca que distanciem as espécies sem interesse (e.g. transmissores ultrassónicos “*pinger*” no caso dos golfinhos); (2) alterar o sistema de controlo por quota, criando uma quota que permita aos pescadores descarregar na doca todo o peixe capturado, eventualmente com um controlo de tempo em mar, e por uma fiscalização mais apertada, em mar e na doca, que pode ser realizada através do recurso à vídeo-vigilância; e (3) diversificação de mercados, potenciando a comercialização de espécies de peixe atualmente pouco consumidas ou geralmente rejeitadas.

Com base na figura 39, à figura 40 foi acrescentada uma linha de tendência¹³⁴ linear logarítmica, e representa uma previsão para dez anos, verifica-se de forma nítida uma tendência relativamente ao rendimento decrescente das capturas.

¹³³ Ómega 3: Ácido Eicosapentaenóico (EPA) e Ácido Docosahexaenóico (DHA).

¹³⁴ Representa graficamente a tendência dos dados e permite fazer análise e previsões, através da análise de regressão, projetando uma linha de tendência para além dos dados reais, de modo a prever dados futuros (<http://office.microsoft.com/pt-pt/help/linhas-de-tendencia-em-graficos-HP005208865.aspx>, em 26MAR12).

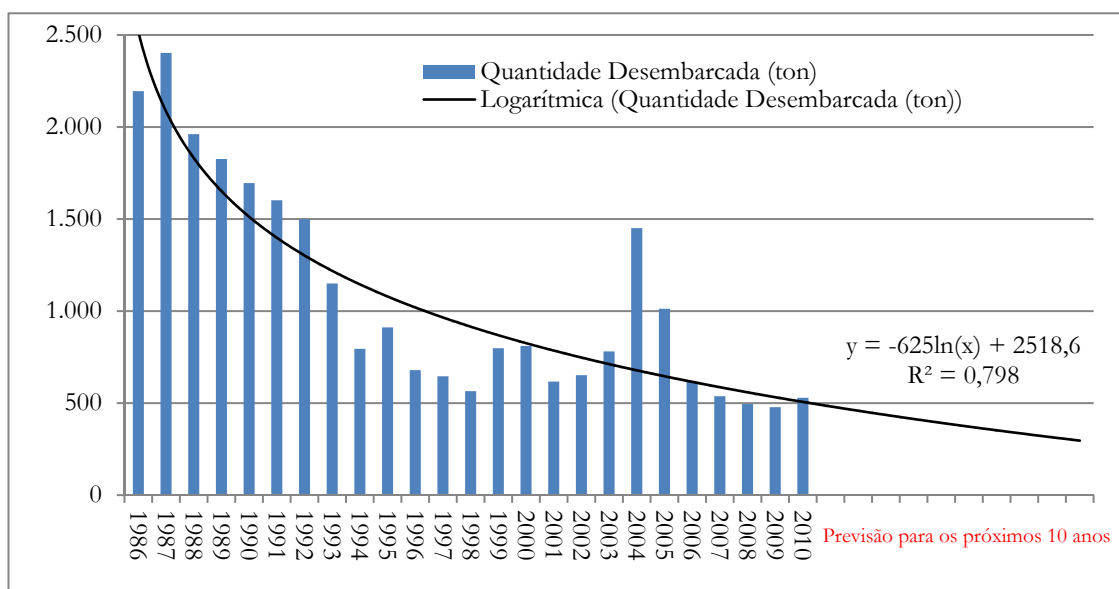


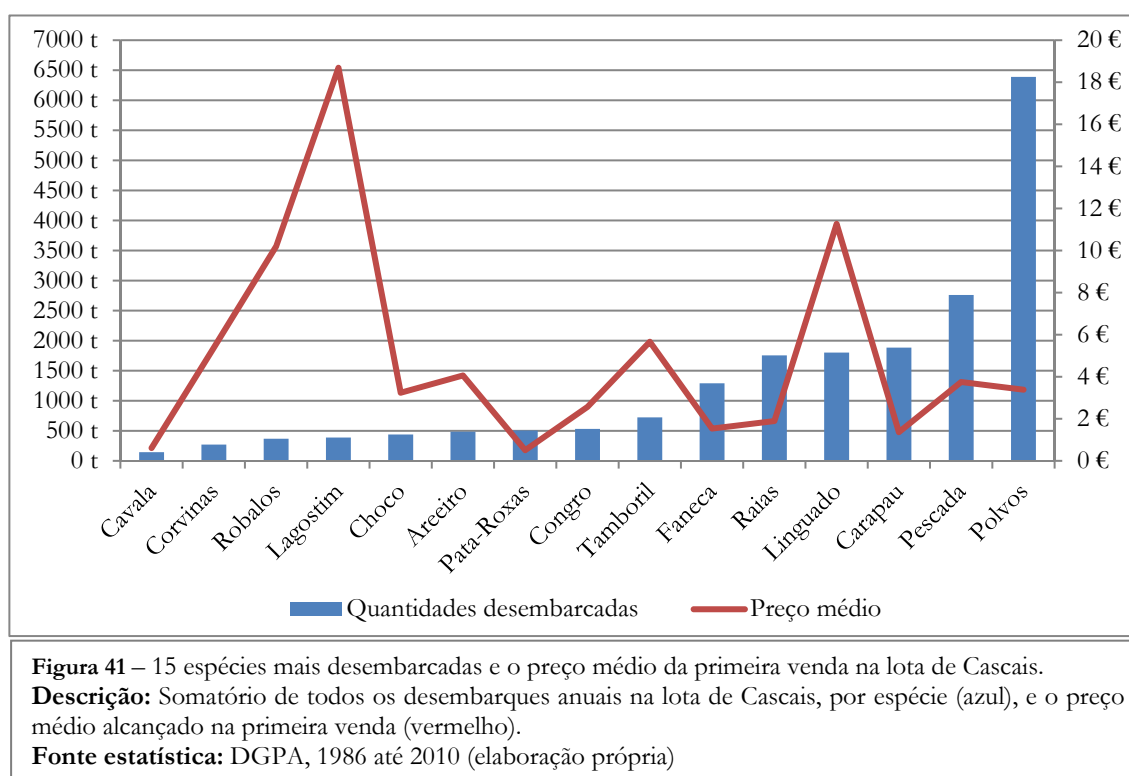
Figura 40 – Estimativa desembarque com linha de tendência logarítmica para previsão de dez anos.
Descrição: Representa o total anual de capturas desembarcadas na Delegação de Cascais, entre 1986 e 2010. O R^2 revela o grau de correspondência entre os valores estimados para a linha de tendência e os dados reais, sendo que a linha de tendência é mais precisa quando o valor de R^2 é 1 ou próximo de 1.
Fonte estatística: DGPA (elaboração própria)

Os dados indicam que o setor vai continuar estagnado, com a possibilidade de decrescer, ligeiramente, o que vai de encontro às observações efetuadas pelos pescadores aquando da realização dos inquéritos/entrevistas, por razão de diminuição de diversidade biológica e número de pescadores profissionais.

I.4.5. Espécies capturadas em Cascais

No domínio das espécies, e porque anualmente são muitos exemplares capturados¹³⁵, isto fazendo o agrupamento por família de espécies, optou-se por calcular quais as cinco espécies mais capturadas entre 1986 e 2010, a saber: polvo; pescada; carapau; linguado e raias (figura 41).

Existem espécies que apesar de não serem historicamente das mais desembarcadas têm sido nos últimos tempos alvo de uma crescente captura, não pela abundância mas pelo interesse comercial. Por isso mesmo, para o mesmo período, faz-se também a análise da evolução de duas espécies (robalo e corvina), e ainda da sardinha, por ter registado em 2010 um máximo histórico de desembarques na lota de Cascais.



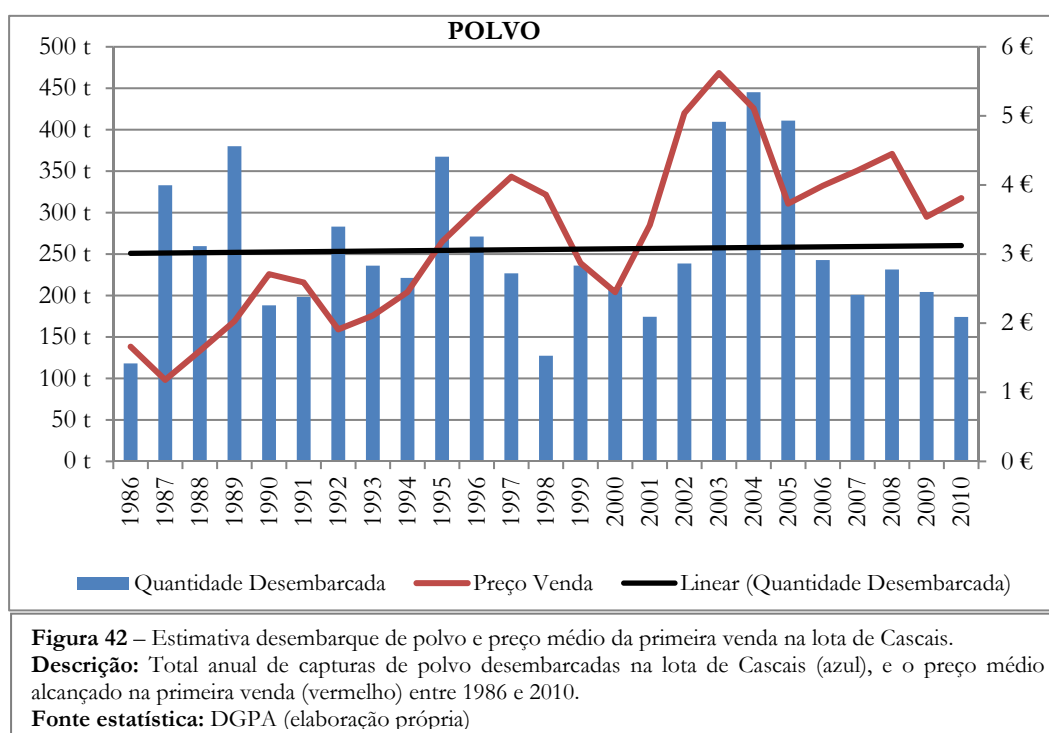
¹³⁵ Nos registos da lota de Cascais relativos aos desembarques de 2011 e enviados para fins estatísticos à DGPA registam-se as seguintes espécies: *perceve*; *salema*; *charroco*; *cartas nep*; *sarda*; *rabeta africana*; *amêijoia branca*; *azevias nep*; *faneça*; *salmonete legítimo*; *tremelgas nep*; *navalheira*; *badejo*; *besugo*; *polvo vulgar*; *boga do mar*; *escamudo*; *sarrajão*; *bica*; *linguado legítimo*; *pargo legítimo*; *santola*; *galo negro*; *carapau*; *congro*; *porco*; *sargo safia*; *cantarilhos nep*; *raias nep*; *choco vulgar*; *búzios nep*; *lapa branca*; *safia*; *ratão*; *lulas nep*; *navalha*; *cherna legítimo*; *buzina*; *rascassos nep*; *tainhas*; *areeiro*; *rodovalbo*; *choupa*; *ruivo*; *cações nep*; *cabra cabaço*; *savelha*; *robalo legítimo*; *moreias*; *goraz*; *sardinha*; *pargos nep*; *polvos nep*; *pata roxas nep*; *pescada branca*; *linguado da areia*; *corvinas nep*; *pregado*; *abróteas*; *bodião*; *cavaco*; *dourada*; *tainha fataça*; *tainha garrento*; *solba legítima*; *sargo legítimo*; *cavala*; *potas nep*; *carapau negrão*; *linguados nep*; *lírio*; *cigarra*; *robalo baila*; *tamboris*; *sável*; *mexilhões nep*; *verdinho*; *cabeçudos nep* e *cadelinhas nep* (vide Anexo n.º VII.III).

A designação “nep”, que aparece à frente de algumas espécies, também presente nas estatísticas da pesca do INE e da DGPA (2011), significa “espécie não especificada”. Trata-se de uma designação genérica utilizada para classificar numa única rubrica várias exemplares pertencentes à mesma família (e.g. “*Tubarões e Raias Diversos*” ou “*Tubarões e Cações*”).

Polvo (*Octopus vulgaris*)

Entre 1986 e 2010 o polvo foi a espécie que apresentou maior volume de desembarques na lota de Cascais (figura 42), e entre 1989 e 2010, foi sem exceção, ano após ano, a espécie mais capturada (anexo n.º VII.III), o que é revelador da importância que o polvo tem para a sobrevivência da Comunidade de Pescadores de Cascais, logo fundamental para os objetivos deste trabalho.

O volume de desembarques de polvo em Cascais pode ser balizado em termos médios entre as 250t e as 300t anuais. No entanto, entre 2003 e 2005 verifica-se um pico nas quantidades desembarcadas, balizado entre 400t e 450t, tendo posteriormente as capturas decaído até aos dias de hoje (figura 42).



Em relação ao valor comercial do polvo, o mesmo tem vindo a aumentar desde 1986, mas é interessante ver que excluindo o registado nos anos de 2003 a 2005, onde o preço médio acompanhou o aumento das capturas, no geral, quanto menos quantidades são capturadas maior é o valor que atinge na primeira venda em lota (figura 42).

Considerando que não existem quotas para a apanha de polvo, e que os pescadores capturam tanto quanto podem, a redução dos desembarques denuncia uma redução significativa da disponibilidade biológica desta espécie nas águas de Cascais, ao que não será alheia a poluição humana, transportada para o oceano pelos cursos de água.

Pescada (*Merluccius merluccius*)

A pescada é a segunda espécie a aparecer entre as mais desembarcadas em Cascais, e inclusive apresenta um valor comercial ligeiramente superior ao alcançado pelo polvo. Esta espécie começou a aparecer menos nas águas do concelho ainda em 2005, e nos últimos dois anos (2009 e 2010) os desembarques foram os mais baixos desde 1986, tendo o preço médio da primeira venda em lota acompanhado a tendência das capturas, ou seja, também decresceu. Também com esta espécie se verifica em alguns períodos uma redução do preço médio de venda quando os desembarques são elevados, tal como se verifica no ano de 1999 (figura 43.A).

Carapau (*Trachurus trachurus*) e Linguados

A terceira espécie mais desembarcada é o carapau, e quarta os linguados. Estão separadas por 82 toneladas no total dos 24 anos em análise (1884,85t e 1802,62t, respetivamente).

A posição de destaque que o carapau assume deve-se aos quantitativos de desembarque registados até 1993, e depois em 2004 e 2005, porque no momento é uma espécie pouco atrativa para os pescadores, sobretudo pelo baixo valor de venda em lota. Aliás, a média da primeira venda em lota ao longo de todo o período em análise é de 1,37 euros. Não obstante, nos últimos quatro anos verificamos um aumento do valor de venda em lota, atingindo 1,98 euros em 2010, valor máximo já registado, e coincidência ou não, foi um ano de retoma das capturas desta espécie (figura 43.B).

Ainda que se registem valores de capturas próximos para estas duas espécies, os Linguados apresentem após o ano de 2000 maior regularidade no volume de desembarques (média anual entre 40t e 50t). Esta espécie atrai os consumidores, consequentemente os pescadores, e por isso mesmo é mais explorada (3ª espécie mais capturada em 2010) (figura 43.C).

A regularidade na captura dos linguados justifica-se por serem espécies comercialmente mais atrativas, o que se verifica no valor médio de venda em lota atingido nos últimos 10 anos, superior aos 12€ (15,22€ em 2007), e na média de todo o período 11,27€ (figura 43.C).

Raias (*Raja spp.*)

As raias surgem em quinto lugar das espécies com mais desembarques. Desde 2005 que esta é a segunda espécie mais desembarcada em Cascais, logo a seguir ao polvo, ainda que, em toneladas desembarcadas, as raias só representem 40% de todo o polvo capturado (dados de 2010) (figura 43.D).

O valor comercial desta espécie, que difere das quatro anteriores, traduz uma subida exponencial do valor registado na primeira venda na lota de Cascais, dos 0,63€ verificados em 1986 para os 2,48€ atingidos em 2004, num ano de simultaneamente muitas capturas. Em 2005 começaria o decréscimo do valor comercial das Raias até ao momento, registando 1,89€ em 2010.

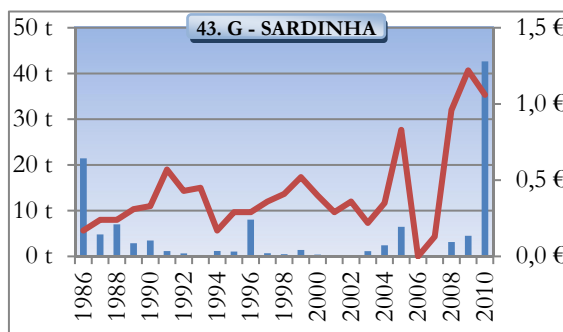
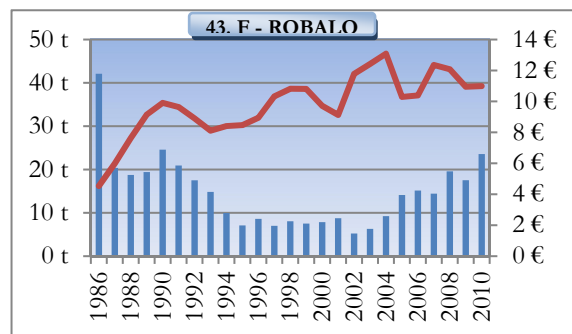
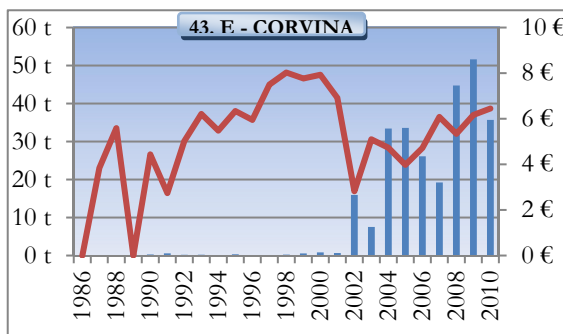
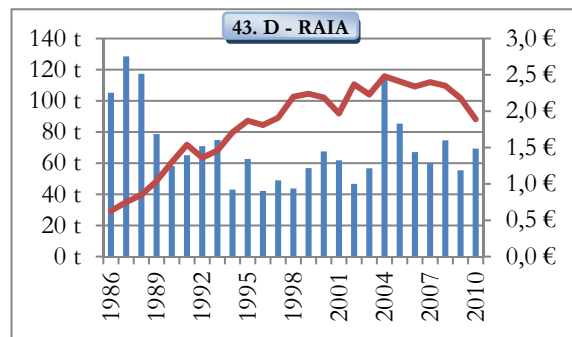
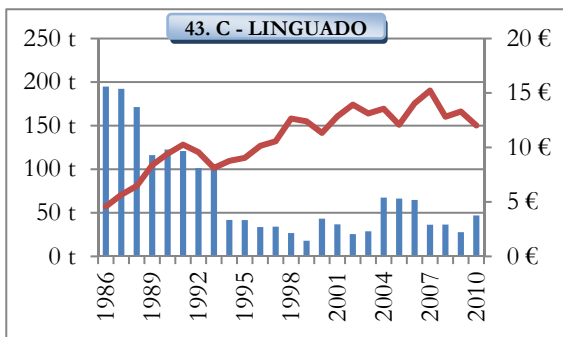
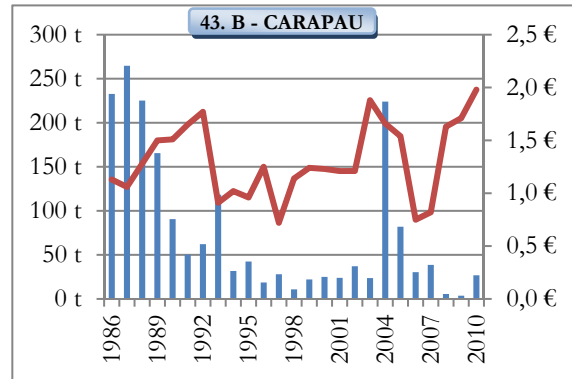
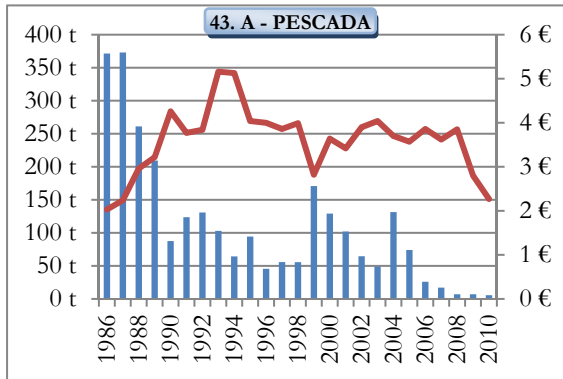


Figura 43 – Estimativas de desembarque (ton.) e preço médio da primeira venda na lota, de pescada, carapau, linguado, raia, corvina, robalo e sardinha.

Descrição: Total anual de capturas desembarcadas na lota de Cascais (azul), e o preço médio alcançado na primeira venda (vermelho), entre 1986 e 2010.

Fonte estatística: DGPA (elaboração própria)

Robalo (*Dicentrarchus labrax*) e Corvina (*Argyrosomus regius*)

Robalos e corvinas não foram das espécies mais capturadas no período em estudo, mas são duas espécies muito valorizadas no mercado, e têm sido alvo de uma crescente captura, que só não é mais intensa porque, tal como o referem os pescadores, são espécies que escasseiam nas águas do concelho.

A captura de robalos decresceu de 42t em 1986 para 10t em 1994. Nos dez anos posteriores as capturas estabilizaram próximo das 7t, e em 2004 iniciou-se uma escalada crescente que registou 23,5t em 2010 (figura 43.F).

O ano de 2004 foi duplamente positivo para a pesca do robalo: marcou o início do aumento das capturas, bem como o atingir na primeira venda em lota o valor máximo conseguido em todo o período (13,09€), contra os 10,99 € registados em 2010.

A pesca de corvinas apresenta uma evolução diferente, claramente justificada por ação antrópica. Durante muitos anos a indústria química localizada nas margens do Tejo, nomeadamente a Siderurgia Nacional, Soda Póvoa e Lisnave, contaminou as águas e acumulou no fundo do Tejo metais, quase todos classificados como metais muito tóxicos (chumbo (Pb), cobre (Cu), cádmio (Cd), crómio (Cr), mercúrio (Hg)), resíduos orgânicos e substâncias radioativas (Wood, 1974; citado por Carapeto, 1999:99-101). Para além da poluição direta, as águas residuais lançadas por estas indústrias ao estuário provocaram uma “*diminuição do nível de oxigénio dissolvido devido à decomposição bacteriana da matéria orgânica*” (Carapeto, 1999:61-62). Como é uma espécie que habita de preferência até 100 metros, e é muito sensível à falta de oxigénio, foi forçada a desaparecer desta zona, e durante vários anos não se capturaram corvinas¹³⁶ (Carapeto, 1999:63).

O processo de despolição do Vale do Tejo, levado a cabo para efeito da Expo 98, a implementação e cuidados com a Reserva Natural do Estuário (uma das zonas mais poluídas do Tejo) proporcionou melhorias ambientais, e entre março e julho (2002) afluíram ao Tejo (em pequenos cardumes) milhares de indivíduos desta espécie para a desova, tendo disparado nesse ano as capturas desta espécie (figura 43.E).

Interessante observar que, no ano de 2002, o aumento exponencial das capturas provocou de forma acentuada uma redução do seu valor comercial. Neste caso, as capturas passaram de 0,6t em 2001 para 16t em 2002 (aumento de 2.667%), e o preço da primeira venda em lota de 6,92€ para 2,82€, ou seja, uma redução de 4,10€ (redução de 59,2%). Não obstante, após o declínio inicial da curva do preço, por via do aumento das capturas, a mesma curva inverte a

¹³⁶ Esta informação vai de encontro ao referido pelo Sr. Paulo Alexandre Pina, mestre e dono da embarcação *Alexandra*, no inquérito realizado no dia 03/04/2012.

tendência logo em 2003, acompanhando a evolução das capturas, o que revela a valorização comercial da espécie. A partir desta data a evolução das capturas de corvinas foi determinada pela valorização comercial, ou seja, com base na relação quantidades capturadas e preço da primeira venda na lota (figura 43.E).

Sardinha (*Sardina pilchardus*)

Em relação às capturas de sardinha, em 2010 esta espécie foi pela primeira vez a quarta mais desembarcada na lota de Cascais, o que acontece em contraciclo com os últimos 24 anos, período em que os cascaenses não capturaram muita sardinha¹³⁷. Para esta situação terá concorrido uma redução das capturas a nível nacional, entre 2009 e 2010, em cerca de 2 mil toneladas. Com pormenor, na lota de Cascais verificou-se um gritante aumento de desembarques, das 4,51t em 2009 para as 42,65t em 2010 (figura 43.G).

A sardinha é uma espécie de baixo valor comercial, e apuramos no terreno que os pescadores têm pouco interesse na sua captura, ainda que seja uma espécie que exista com abundância nas águas do concelho. Pelas estatísticas da DGPA, os grandes desembarques desta espécie estão associados a delegações como Matosinhos, Figueira da Foz e Peniche (arte do cerco); o que nos permite depreender que o expressivo desembarque ocorrido em 2010, na lota de Cascais, que teve seguimento em 2011, poderá provir de outro local, o que é possível, já que outras embarcações podem descarregar nesta lota (anexo X - fotos 3).

I.4.6. Espécies em situação de escassez ou desaparecimento

Concluída a análise proposta - das espécies que mais destaque apresentam na análise estatística referente aos Desembarques na Delegação de Cascais, de seguida vamos dar atenção à evolução da disponibilidade biológica das águas do concelho.

Nos últimos anos, algumas vozes têm vindo a referir que se está a atingir o máximo da capacidade de exploração das espécies mais capturadas no concelho. Procurando dar resposta a esta questão, que é central ao trabalho, optou-se por analisar a evolução das capturas de espécies indicadas pelos pescadores como estando em situação de escassez ou desaparecimento, considerando que são quem melhor conhece a situação dos recursos locais, não só porque os capturam, mas porque dependem da sua existência.

¹³⁷ Através da soma de todos os desembarques de sardinha ocorridos na lota de Cascais entre 1986 e 2010, verifica-se que, neste período, a nível nacional, os cascaenses são quem menos sardinhas capturam. Não obstante, segundo Baldaque da Silva, que fez o levantamento da pesca na zona do Tejo, entre 1985/86 Cascais era um importante porto de mar onde se destacavam as armações para sardinha (Baldaque da Silva, 1981).

Chamados a pronunciarem-se sobre esta questão, em sede de inquérito/entrevista, todos os mestres e pescadores, à exceção de dois, referiram uma redução significativa na disponibilidade biológica da globalidade das espécies, alertando que “o mar está cada vez mais pobre, todos tiram e ninguém repõe”¹³⁸. No entanto, também referem que o impacto é maior em algumas espécies.

Segundo estes, as espécies que antes eram capturadas com regularidade e que agora aparecem em menor quantidade, são a lula, a solha, o sável e os cações, e as espécies que praticamente desapareceram, ou aparecem raramente, são a chaputa, a enchova e o peixe-anjo. Alguns pescadores, com mais de 30 anos de experiência, relatam que na década de 90, do século XX, capturavam tubarão-martelo nas proximidades do Guincho, o que dizem também já não acontecer, porque não dispõem de licença de pesca para esta espécie, e também porque já não aparece.

As observações e comentários dos pescadores revelaram-se pertinentes e altamente credíveis, indo ao encontro do registado na estatística da pesca da DGPA, já que nos últimos dez anos não se regista qualquer descarga de peixe-anjo, chaputa e enchova na lota de Cascais, bem como a lula, a solha, o sável e os cações apresentam um decréscimo acentuado nas capturas, desde 1986 até 2011, conforme figura 44¹³⁹. No entanto, antes disso, convém frisar que a ausência destas espécies se pode dever às diversas formas de poluição que afetaram esta zona durante a tardia Revolução Industrial Portuguesa.

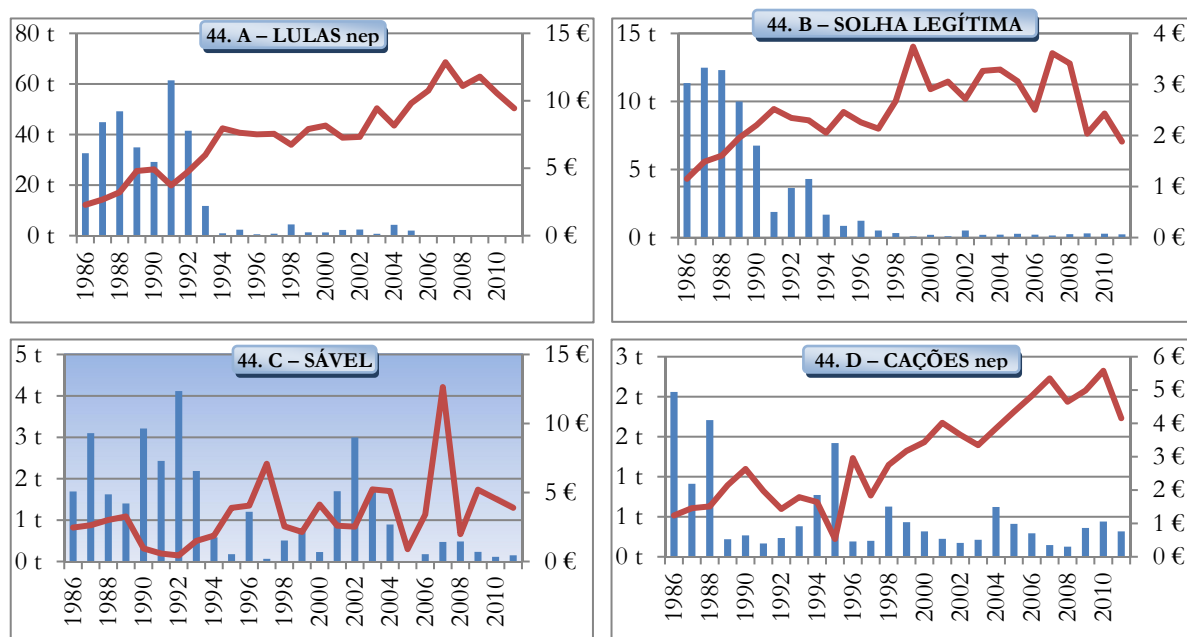


Figura 44 – Estimativa desembarque de lulas, solha legítima, sável e cações, e preço médio da primeira venda na lota.
Descrição: Total anual de capturas de desembarcadas na lota de Cascais (azul), e o preço médio alcançado na primeira venda (vermelho). **Fonte estatística:** DGPA, 1986 e 2011 (elaboração própria).

¹³⁸ Entrevista ao Sr. Manuel Lorigo em 10/03/2012.

¹³⁹ Vide Anexo VII-IV “Estimativa Desembarque das espécies que aparecem menos, ou que mais viram as capturas reduzir, na Delegação de Cascais (Cações, Lulas, Solha Legítima e Sável) (1986 - 2011) ”.

Lulas nep (*Loligo spp.*)

As lulas, capturadas a uma média de 42 mil/kg/ano até 1992, e na posição de espécie responsável pelo tradicional prato de *lulas recheadas*, muito valorizado em Cascais, após 1993 quase desapareceram, registando somente 2,71 kg/ano de capturas em 2011 (figura 44.A).

No valor apurado na primeira venda em lota, crescente desde 1986, com um ligeiro abrandamento depois de 2007, esta espécie evidencia um comportamento diametralmente oposto às quantidades desembarcadas, o que a coloca entre as espécies valorizadas, com bastante interesse comercial (figura 44.A). Isto permite-nos concluir que esta espécie não deixou de receber interesse por parte dos pescadores, mas sim que deixou de aparecer. Também não se coloca a questão das influências climatológicas, já que no período em questão a tendência nunca foi alterada.

Solha Legítima ou Avesa (*Pleuronectes platessa*)

A espécie solha legítima apresenta um comportamento de decréscimo de capturas ainda mais rígido que o apresentado pelas lulas, na medida em que os totais desembarcados estiveram quase sempre a decrescer, sendo que, tal como nas lulas, este decréscimo agravou-se após 1993. Do ponto de vista comercial, o valor médio da primeira venda em lota apresenta uma evolução irregular mas positiva, até ao ano de 2007, altura em que decaiu para valores que se afiguram de pouco atrativos aos pescadores (1,88 euros em 2011) (figura 44.B).

Sável (*Alosa alosa*)

Referida no trabalho de Baldaque da Silva (1891) como muito capturada no Tejo e no Sado, o que é prejudicial por ser um local onde esta espécie anda em altura de desova (espécie anádroma¹⁴⁰), registou um decréscimo de desembarques, acentuado no período entre 1993/2000 e 2003/2011. Inclusive, em 2005, somente deu entrada na lota 0,81 kg/ano, comercializado pelo valor de 0,90 euros (figura 44.C).

A evolução do valor comercial também é muito irregular. Atingiu 2,46 euros na primeira venda em lota em 1986, e 7,08 euros em 1997, altura em que bate pela primeira vez o recorde de capturas mínimas (somente 6,48 kg/ano). Dez anos mais tarde, em 2007, atinge novo máximo de venda em lota (12,64 euros), sendo que atualmente, em 2011, tanto o volume de desembarques (14,99 kg/ano) como o valor comercial (5,17 euros), é reduzido.

¹⁴⁰ Vive todo o ano no mar, à exceção do mês março, temporada em que grandes cardumes sobem os rios para a desova.

Nesta espécie não é possível estabelecer uma relação procura/oferta, entre capturas e valor comercial, já que em 2007 foram comercializados 47,26 kg a 12,64 euros, e logo a seguir, em 2008, quase com o mesmo valor de capturas (48,47 kg/ano) o valor médio da primeira venda em lota foi de 1,99 euros (figura 44.C). Não obstante, de acordo a bibliografia existente, o sável é uma espécie considerada de elevado valor gastronómico e comercial (INCB, 2000:4).

De acordo com os marítimos cascaenses¹⁴¹, a justificação mais credível, para o quase desaparecimento do sável, é a deterioração verificada no sistema estuarino do Vale do Tejo, já anteriormente abordada; ao que se pode acrescentar a pressão resultante de uma forte concentração demográfica (esgotos), do crescimento industrial e portuário, da poluição resultante da pecuária, agricultura e mineração (transporte por advecção de pesticidas e metais pesados, como mercúrio, pelos cursos de água), e sobretudo, da construção de barragens (Carapeto, 1999:61-63).

Aprimorada a leitura sobre esta espécie, constatamos que não existem estudos onde efetivamente se conheçam os efetivos populacionais do sável, para além do referido no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, de que devem existir entre 3.000 e 30.000 indivíduos reprodutores (Rogado *et al.*, 2008). No entanto, sabemos que é uma espécie que tem sofrido uma acentuada redução nos rios portugueses, sobretudo no Sul, e pode mesmo estar ameaçada em termos de conservação, pois tal como acontece com as corvinas, é também uma espécie violentamente capturada¹⁴² aquando da sua transição entre o oceano e o rio (período de migração fluvial), onde se dirige para desovar, geralmente em março; ao que não é alheia a configuração da parte terminal do Tejo, em forma de corredor, que obriga à concentração das espécies à entrada, acompanhando a enchente, e permite aos pescadores a sua captura mais facilmente (Martins & Souto, 2009:19).

É uma espécie muito sensível, que facilmente entra em *stress*, acabando por morrer, o que torna a sua manipulação muito complicada. A situação ainda é complicada pelo facto da grande maioria dos sáveis adultos morrerem depois de se reproduzirem, como é normal em outras espécies, e os juvenis não conseguirem regressar ao oceano, por três motivos: ou ficam retidos na sua migração a montante das barragens, algumas vezes constituem-se populações de residentes (Barragens de Aguireira e Castelo de Bode), com baixas taxas de crescimento e reprodução (referidos como raquíticos), alvos preferenciais da pesca ilegal (INCB, 2000:2-3); ou são sorvidos a tentar transpor as barragens (morrem nas turbinas); ou transpõem efetivamente as barragens,

¹⁴¹ *E.g.* referido pelo Sr. Manuel Gomes Almeida Ferreira, Mestre e dono da embarcação *Panta*, já com 30 anos de experiência nas pescas, na entrevista/inquérito realizada em 09/04/2012.

¹⁴² De forma direta, através das pescas, e indireta, pelas turbinas das barragens (no percurso longitudinal que a espécie faz à procura das áreas de reprodução).

mas acabam por esbarrar na fúria predadora humana; o que consubstanciado traduz uma baixa percentagem de adultos. Constatamos que as barragens são excelentes inimigas desta espécie, bem como de outras espécies migradoras.

Cações nep - Cação-pintado (*Mustelus asterias*) e Cação-liso, caneja (*Mustelus mustelus*)

No que se refere aos Cações “nep”¹⁴³, verificamos uma redução dos desembarques, apesar de ser uma espécie considerada comercialmente valorizada pelos pescadores, e interessante do ponto de vista gastronómico, principalmente pelo seu esqueleto cartilaginoso (em termos práticos, para a culinária, tem maior aproveitamento e é muito saborosa)¹⁴⁴.

Através da média da primeira venda em lota verifica-se uma constante valorização desta espécie, que ascendeu dos 1,24€/kg em 1986 para os 5,58€/kg em 2010, apresentando uma ligeira desvalorização em 2011. Em 1995, ano de aumento exponencial de desembarques (1.421,33 kg), o valor comercial caiu abruptamente (0,85€/kg). É interessante perceber que esse valor representa só 20% do registado no ano seguinte (2,96 €/kg), para um total de desembarques anual de (192,06 kg), o que nos permite concluir que a relação procura/oferta é muito forte nesta espécie (figura 44.D).

Atenta-se que, dentro do grupo dos cações, duas espécies ainda aparecem e são muito apreciadas em Cascais: cação-pintado e cação-liso (também designado de caneja). Tal como se pode ver na tabela 9, estas duas espécies tiveram uma elevada valorização comercial ao longo dos últimos 25 anos na lota de Cascais, onde desembarcaram 710,19 kg de cação liso, e 54,56 kg de cação pintado, ao preço médio de 3,42 € e 2,11 €, respetivamente.

Importa ainda salientar que existe uma tendência de decréscimo do cação pintado diametralmente oposta à verificada com o cação liso, quer em desembarques, quer em valorização comercial (tabela 9). Aliás, o último desembarque de cação pintado já ocorreu em 2005 (2,3 kg).

A informação recolhida no terreno coincide com a informação estatística oficial. A Comunidade de Pescadores de Cascais é unânime em afirmar que os cações aparecem e desaparecem nas redes, mas não com a frequência desejada, e apontam como principal causa a poluição humana e as alterações climáticas, por via do maior aquecimento da água e da menor

¹⁴³ Como vimos anteriormente, *nep* significa “espécie não especificada”. Assim, as quantidades desembarcadas registadas nesta rubrica comportam as várias espécies do grupo, à exceção do cação pintado e do cação liso, que serão analisados de forma independente, pela maior importância para Cascais (ainda assim residual no computo geral de importância de espécies).

¹⁴⁴ Informação cedida pelo Sr. António José, em 07/04/2012. Trata-se de um pescador profissional de vários anos, conhecido no meio pelo Zé Tinalhas, que trabalha na embarcação *Mónica Sófia* (CS-793-L).

precipitação, dando como exemplo a carência de chuvas que se está a verificar no ano de 2012 (referem que é uma causa aplicável a muitas outras espécies).

São argumentos fortes de quem faz do mar sua vida, e por isso decidiu-se, pelo menos, tentar perceber se estas preocupações têm fundamento, recorrendo para isso das normais climatológicas disponibilizadas pelo Instituto da Meteorologia (1981-2010 – temperatura e precipitação “provisórios”¹⁴⁵).

O estado da arte? O nível de conhecimento atual indica que a disponibilidade biológica marinha é condicionada pela salinidade, marés, temperatura, pluviosidade, luz, vento, disponibilidade ou composição da água, entre outros, e que estes fatores abióticos influenciam o comportamento e a

fisiologia dos organismos, o crescimento das populações e distribuição geográfica, isto porque, num ecossistema, cada ser vivo é permanentemente sujeito às condições do meio (fatores abióticos), e à ação dos outros seres vivos (fatores bióticos) (Santos *et al.*, 2001:24; Reis *et al.*, 2002:418).

É difícil determinar a influência de cada fator abiótico, de forma isolada, uma vez que estes atuam conjuntamente. Não obstante, e embora de formas diferentes, todos os seres vivos são influenciados pela temperatura, que condiciona a sua distribuição e está na origem de diversas adaptações, quer sejam espécies euritérmicas ou estenotérmicas¹⁴⁶. Neste sentido, sabemos que as duas últimas décadas foram as mais secas, que desde 1970 a temperatura média em Portugal subiu cerca de 0,45°C por década, que a temperatura da água do mar junto à costa ocidental tem estado a aumentar desde 1956, (Miranda, 2006:86), e que esta espécie surge com maior intensidade em determinados anos (figura 44.D).

ANO	Espécie	Quant.kg	Pr. Méd. (€/kg)
1988	Cação pintado	4,05	0,48
1997	Cação liso	11,06	1,32
1997	Cação pintado	6,62	0,11
1998	Cação liso	26,06	2,12
1998	Cação pintado	31,46	2,94
1999	Cação liso	8,65	2,60
2000	Cação pintado	3,65	1,90
2001	Cação liso	24,72	1,63
2003	Cação liso	26,87	3,52
2004	Cação liso	38,62	4,46
2004	Cação pintado	6,48	3,69
2005	Cação liso	50,09	3,98
2005	Cação pintado	2,3	3,52
2006	Cação liso	265,56	4,80
2007	Cação liso	209,81	4,46
2008	Cação liso	48,75	5,28
TOTAL	Cação liso	710,19 kg	3,42 € (média)
	Cação pintado	54,56 kg	2,11 € (média)

Tabela 9 – Estimativa desembarque de cação pintado e cação liso (kg) e preço médio da primeira venda (€) na lota de Cascais.
Fonte estatística: DGPA, 1986 até 2011 (elaboração própria).

¹⁴⁵ Disponível em <http://www.meteo.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/012/>, consultado em 17ABR12.

¹⁴⁶ Cada espécie apenas pode viver num determinado intervalo de temperatura – intervalo de tolerância. Abaixo desses limites de temperatura, as suas funções vitais são seriamente comprometidas e os seres morrem. Contudo, mesmo dentro do limite de tolerância, para cada espécie existe um valor de temperatura para a qual o seu desenvolvimento é máximo – temperatura ótima. Algumas espécies são capazes de resistir a grandes variações de temperatura – espécies euritérmicas -, enquanto outras têm intervalos de tolerância reduzidos – espécies estenotérmicas.

Face ao exposto, e tal como o indicam os pescadores, era possível que esta espécie apresentasse uma disponibilidade sazonal, e que isso acontecesse por influência das condições atmosféricas. No entanto, após comparação do regime climático do período (1981-2010 – anexo IX), com o volume de desembarques em lota, por ano (figura 44.D), com o objetivo de perceber se em anos de normal temperatura e maior precipitação os desembarques aumentavam, constatamos que nem a pluviosidade, nem a temperatura, determinaram o maior ou menor volume de desembarques em Cascais¹⁴⁷.

I.4.7. Reflexão sobre a motivação das capturas em Cascais

No ponto anterior (I.4.6.) analisamos a evolução dos desembarques de algumas espécies, que classificamos como estando a desaparecer, porque aparecem com menor frequência e intensidade nas redes dos pescadores. São elas a lula, a solha, o sável e os cações. Também verificamos que as estatísticas oficiais da pesca confirmavam a tendência decrescente de desembarques relativos a estas espécies.

Coloca-se uma questão como pertinente: estas espécies estão mesmo a desaparecer ou os pescadores não têm interesse na sua captura? Das várias hipóteses possíveis e justificativas, destacam-se somente duas, por serem conclusivas:

- (1) Os pescadores mantêm os mesmos equipamentos, hábitos e tendências de pesca, logo, se estas espécies não aparecerem é porque estão a desaparecer;
- (2) Viragem dos pescadores para espécies comercialmente mais valorizadas (polvo, robalo e linguado), como fundamento para o decréscimo de desembarques.

Acreditamos que estas quatro espécies que aparecem menos são do interesse dos pescadores. Isto porque, como observamos anteriormente, a questão do valor comercial não tem fundamento, já que sardinha, raias, carapau, pescada e polvo, espécies agora mais capturadas, apresentam valores comerciais semelhantes, algumas vezes até inferiores aos que registam estas quatro espécies. Salienta-se que, apesar da irregularidade no aparecimento de algumas espécies¹⁴⁸, como aconteceu com as corvinas, que estiveram vários anos sem aparecer, e até do desaparecimento de outras, como a enchova ou chaputa, ainda existem elementos positivos a considerar, pois acreditamos que 2012 será um ano favorável ao desenvolvimento da sardinha nas águas de Cascais.

¹⁴⁷ De acordo com a figura 44.D, os maiores desembarques em lota ocorreram nos anos de 1986/88, 1994/95, 1998 e 2004. Foi nestes anos que comparamos: pluviosidade, temperatura e desembarques.

¹⁴⁸ Para esta situação concorrem as alterações climáticas, devido à alteração da temperatura da água, e a pluviosidade, devido ao ciclo hidrológico, porque quando precipita menos a escorrência superficial é menor, logo os rios levam menos material para o mar, e as espécies andam mais em profundidade.

Esta convicção resulta da reiterada observação de cardumes de petinga (sardinha pequena) ao redor do paredão situado junto às malas dos pescadores, e do conhecimento prévio, fornecido pelos homens do mar, que quando existem na baía espécies predadoras, as mais pequenas procuram proteção junto do paredão, porque sabem que aí não se aproximam os seus predadores; o que acontece com as petingas (anexo X - fotos 1 e 2).

I.4.8. Embarcações licenciadas e artes de pesca

Para analisar a evolução do número de embarcações com licença de pesca, e as artes que utilizam, fizemos uso dos dados estatísticos relativos aos últimos seis anos disponibilizados pela DGPA, pois acreditamos ser o organismo que maior credibilidade oferece, porque, seguramente, tem formas de controlo mais precisas.

As embarcações apresentam uma tendência decrescente, à média de uma embarcação por ano (sete no período em análise), o que se pode justificar pela crise que afeta o setor (Franca *et al.*, 1995:11), que aliás motivou a certificação do *Polvo de Cascais* (2011) (ver ponto II.4.).

Estamos perante uma pesca tradicional, mas polivalente, porque as embarcações estão habilitadas para um grande número de artes, algumas até para todas as artes (menos de arrasto), o que permite variar nas espécies capturadas, em função das condições climatológicas, preço médio de venda do pescado e disponibilidade biológica nas águas (ver anexo XII). O principal tipo de artes utilizadas são as armadilhas (covos e alcatruzes), pesca à linha (palangre e piteira) e redes de emalhar (de um pano e tresmalho de fundo) (tabela 10).

NOME GRUPO ARTE	NOME ARTE	ANO					
		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Emalhar de 1 Pano	De fundo	28	30	32	28	23	24
Tresmalho	De fundo	21	23	21	23	23	20
Tresmalho	De deriva	1	1	1	1	1	0
Arrasto	De vara	2	1	0	0	0	0
Arrasto	De fundo de portas	2	3	4	2	2	2
Armadilhas	De gaiola	35	35	32	34	34	31
Armadilhas	De abrigo	13	12	14	15	17	17
Pesca à linha	Corrico	0	1	1	1	1	1
Pesca à linha	Cana e linha de mão	9	13	13	12	12	29
Pesca à linha	Utensílio de dilacerar	27	33	32	29	30	28
Pesca à linha	Palangre de fundo	39	40	37	36	35	34
Apanhas	Sem utensílios	1	1	1	0	0	0
Somatório		42	43	40	38	37	35

Tabela 10 – Dimensão da frota e respetivas artes, das embarcações registadas na Capitania de Cascais, entre 2007 e 2012

Fonte estatística: DGPA (elaboração própria)

Os dados da DGPA para 2012 revelam 35 embarcações habilitadas para andar ao mar. No entanto, apuramos junto da CPC que a DGPA somente lhes enviou 33 licenças de pesca para o ano de 2012 (as licenças são anuais¹⁴⁹). Destas, 32 foram levantadas e uma foi devolvida (à DGPA), relativa a uma embarcação de pesca local¹⁵⁰, porque o proprietário não compareceu para a levantar no prazo estipulado (2 meses apesar de a Lei fazer referência ao mês de dezembro)¹⁵¹. Das licenças levantadas, 29 dizem respeito a embarcações de pesca local, e as restantes 3 são de pesca costeira¹⁵² (informação complementar no anexo VI). Indagamos a DGPA sobre a identidade das três embarcações que podem andar ao mar, mas que não levantaram a licença na CPC, no entanto, esta invocou sigilo estatístico ao abrigo do art.º 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13-05 (DR n.º 92), para não prestar esclarecimentos.

Convém salientar, pois faz toda a diferença, que a exploração comercial das embarcações é, em 66,7% dos casos, feita pelo proprietário do barco, que é simultaneamente seu mestre ou arrais (18 das 27 embarcações entrevistadas). Esta tendência, apurada no ano de 2012, representa a tendência dos anos anteriores, segundo o indicaram os marítimos entrevistados.

Longe da exploração industrial, ocorrida desde o final do século XIX até à década 60 do século XX, neste momento estamos perante uma comunidade de pescadores que recorre a alcatruzes (armadilhas de abrigo) para capturar o polvo, ou à palangre para os robalos e corvinas, e onde quase metade das embarcações (com licença), apesar de irem ao mar com regularidade, fazem uma “pesca de subsistência”, com muitas dificuldades, e diga-se, com grande dependência dos poucos peixes capturados.

¹⁴⁹ De acordo com o n.º 2 e 3 do art.º 74.º do DR 7/2000, de 30-05, as licenças de pesca têm uma vigência de 12 meses, mas podem ser fixados períodos mais restritos para a utilização de cada arte (acreditamos nós que depende da situação dos recursos em geral e em particular da espécie alvo), como também podem ser concedidas licenças excepcionais, a todo o tempo revogáveis, quando esteja em causa, nomeadamente, a recolha de espécies para fins científicos, incluindo a experimentação ou para repovoamento, desde que controlada pela administração das pescas e supervisionada por instituições científicas de reconhecido mérito.

¹⁵⁰ Segundo o art.º 67.º do DR 7/2000, de 30-05, as embarcações de pesca local devem ter até 9 m de comprimento de fora a fora, e uma potência de motor não superior a 100 cv ou 75 kW, quando de convés fechado, e não superior a 60 cv ou 45 kW, quando de convés aberto. As embarcações de convés aberto, que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 63.º podem exercer a pesca nas águas interiores não marítimas, não podem ter comprimento de fora a fora superior a 7 m e motor com potência superior a 35 cv. No entanto, a lei deixa em aberto a possibilidade de outras embarcações com outros requisitos técnicos poderem fazer pesca local (n.º 3 do art.º 67.º).

¹⁵¹ De acordo com o art.º 77.º, compete à DGPA enviar à CPC as licenças, quer seja concessão ou revalidação. Os proprietários das embarcações devem levantar as licenças até ao dia 31 de dezembro de cada ano, e as que não forem levantadas são canceladas pela DGPA até ao dia 31 de janeiro do ano a que respeitam.

¹⁵² Segundo o art.º 67.º do DR 7/2000, de 30-05, as embarcações de pesca costeira devem ter comprimento de fora a fora superior a 9 m e igual ou inferior a 33 m, motor com potência não inferior a 35 cv ou 25 kW, e autonomia estabelecida de acordo com a área de operação fixada para a embarcação. As embarcações costeiras que tenham comprimento de fora a fora superior a 9 m, mas potência de motor inferior a 35 cv ou 25 kW, e as embarcações autorizadas a pescar nas águas interiores não marítimas, ao abrigo do n.º 3 do art.º 67.º, serão classificadas como embarcações de pesca local.

I.4.9. Atividade algológica

Para concluir este capítulo, e tal como referido no início deste ponto, as atividades salícola e algológica não existem atualmente na costa de Cascais, apesar desta última já ter existido num passado próximo (século XX), realizada de forma esporádica por uma embarcação que os populares conheciam pelo “Barco Amarelo”¹⁵³. No entanto, quando Baldaque da Silva caracteriza os portos de pesca do Continente não faz referência a qualquer atividade de apanha de algas em Cascais (Baldaque da Silva, 1891:130-131), tendo mesmo referido no capítulo *Portos de apanha Sargaço ou Limos*, quem em “ (...) traços geraes a colheita da vegetação marinha tem lograr desde o rio Minho até à Povoia de Varzím, em toda a costa, na ria de Aveiro, na lagôa de Obidos e na costa desde Peniche até à Ericeira, desaparecendo para Sul até ao Cabo S. Vicente e em toda a costa meridional do Algarve” (Baldaque da Silva, 1891:363).

Apesar de inativo o processo da apanha, Cascais mantém ativo o seu potencial algológico, sobre o qual é importante tecer algumas palavras, uma vez que ao largo do Cabo Raso existe uma floresta marinha de dimensão razoável composta por duas espécies Agarófitas que habitam os fundos rochosos de zonas abrigadas: *Laminaria ochroleuca* e *Saccorbiza polyschides*.

A primeira espécie, que encontra condições ótimas de crescimento aos 5 metros de profundidade, e que na costa portuguesa se distribui geralmente entre os 3 e os 18 metros, em Cascais forma uma floresta marinha a mais de 30 metros de profundidade, designada de Montanha de Camões (Assis *et al.*, 2011:17). A segunda espécie, que aparece por altura da primavera e permanece visível até aos finais de setembro, é menos abundante e distribui-se até aos 19 metros de profundidade (Assis *et al.*, 2011:21).

Estas algas constituem importantes florestas marinhas. Servem de habitat e conferem proteção para a reprodução e alimentação de uma grande parte da diversidade de espécies de animais marinhos, nomeadamente peixes e invertebrados, como os cefalópodes, classe de moluscos marinhos (rápidos e inteligentes) onde se enquadra os polvos, tão importantes para Cascais (Farinha & Correia, 2005:39).

A riqueza ficológica cascaense ainda engloba microalgas e outras macroalgas, estas últimas com três zonas principais de distribuição: (1) superfície, a alface-do-mar; (2) locais submersos, as algas castanhas, como a vulgar *Fucus vesiculosus* (Agarófitas) ou a *Dictyota dichotoma*; (3) grandes profundidades, algas vermelhas, *Gelidium corneum* (Carraginófitas), que servem de refúgio a muitos animais, como o polvo, que aproveita a sua capacidade mimética para se fundir com os fundos, camuflando-se em segundos. As microalgas, planctónicas, como a *Dunaliella* sp., constituídas por organismos unicelulares, são muito importantes porque formam o fitoplâncton e constituem a

¹⁵³ Segundo informações recolhidas no terreno.

base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos, servindo de alimento a organismos maiores, e ainda são responsáveis por cerca de 90% da fotossíntese na terra, “constituindo o verdadeiro “pulmão” do nosso planeta (reclamando para si o título usurpado pelas grandes extensões florestais, como a *Amazônia*)” (Farinha & Correia, 2005:38).

Apesar não existir neste momento no município atividade algológica, nas estatísticas da DGPA, na Zona de Apanha V (sul do Cabo da Roca até N. do Cabo de Sines), onde se enquadra Cascais, constata-se que existiu produção de algas Carragínófitas até 1988 e Agarófitas até 1999, ainda que em quantidades reduzidas (fig. 45).

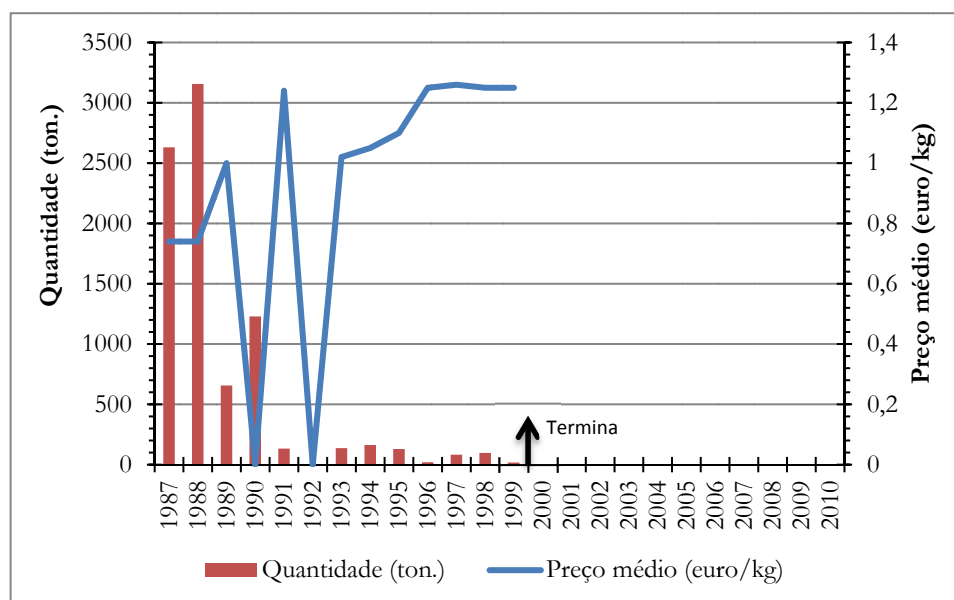


Figura 45 – Apanha de algas agarófitas (Ano).
Fonte estatística: DGPA, 1987 até 2011 (elaboração própria)

A figura 45, que deve ser analisada considerando a informação constante no anexo VIII, retrata um decréscimo sustentado da apanha de algas, que se acentuou depois de 1990 e conduziria ao fim da atividade em 1999; curiosamente, foi neste ano que esta alga atingiu o preço mais alto de venda (1,25 euros/kg), inclusive bastante superior ao preço médio de venda ao longo dos treze anos anteriores (1,12 euros/kg).

Para concluir, dando seguimento à estrutura até agora adotada, salienta-se que mais uma vez o conhecimento empírico dos pescadores de Cascais se coaduna com os resultados estatísticos, bem como com os conhecimentos teóricos patentes na diversa bibliografia. Em sede de inquérito, realizado no dia 05/04/2012, o Sr. Carlos Manuel Reboque, mestre e dono da embarcação *Marte André*, que conta com mais de quarenta anos de experiência nas pescas, diz estar indignado com o desaparecimento da totalidade da flora ficológica [o marítimo diz ter

desaparecido as cacholas, nome pelo qual eram conhecidas as algas], e referiu que este é o resultado da poluição humana, justificando que “ (...) *em tempos até no mar junto à Praia dos Pescadores se via o limo nas pedras* [o marítimo classifica as algas de limo], *onde o lavagante e o camarão ficavam agarrados para se criarem, mas agora as pedras estão carecas*”.

Na posse de um linguajar pouco erudito mas muito sábio, a generalidade dos marítimos acima dos 50 anos de idade acusou a poluição de ser a responsável pelo desaparecimento do “limo”, para quem tinha extrema importância na manutenção dos ecossistemas marítimos e terrestres, constituindo o verdadeiro pulmão do nosso planeta pelo oxigénio que libertam.

III

Caso de Estudo: Pescarias em Cascais

*“Por toda a costa portuguesa a pesca rareia. Como temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as populações da beira-mar, para enriquecer a meia dúzia de felizes. **Cultivar o mar é uma coisa – é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa – é ofício de industriais**”*
(Brandão, 1973 [1923]:47).

*“A história tem dedicado algum espaço às Pescas e às Pescarias, raramente a **Pescadores**. Este silêncio poderá resultar do facto de se tratar de um mundo marcado pela ausência de escrita (grandes taxas de analfabetismo), tanto mais que a sua linguagem é circunscrita a um conhecimento especializado na localização dos pesqueiros, que o auto-didatismo e a experiência amadurecem”*
(Madureira, 2001:6).

“A classe dos pescadores completamente sujeita às vicissitudes do acaso, por isso que nenhuma obra ou meio providente a acautela ou protege das tempestades do oceano, nem socorro mutuo algum pôde esperar nos momentos revez. Os postos de socorros a náufragos escasseiam em todo o litoral e portos, e mesmo onde os há falta-lhes um pessoal instruído e bem organizado para poder tirar todo o partido d’estes estabelecimentos de salvação”
(Baldaque da Silva, 1891:5-6).

II. 1. Enquadramento

II.1.1. Localização Geográfica

Cascais é uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Lisboa e à NUT III Grande Lisboa. Localiza-se a 25 quilómetros a oeste de Lisboa a poucos quilómetros da foz do rio Tejo. Confronta a norte com o município de Sintra, a leste com o de Oeiras, e a sul e oeste tem costa no Oceano Atlântico (Narciso & Mata, 1930:7) (figura 46).



Com uma superfície de 97.1 Km² e uma população de 206.429 habitantes (censos de 2011), distribuída por seis freguesias (Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e S. Domingos de Rana), esta vila apresenta uma ocupação espacial assimétrica, localizando os principais aglomerados e infraestruturas produtivas na faixa costeira, seguindo a lógica da ocupação do país, de bipolarização (Lisboa) e litoralização.

Esta economia demasiado litoralizada tem, no entanto, uma justificação, pois trata-se de um concelho verdadeiramente litorâneo, onde só São Domingos de Rana não delimita com o mar, tendo “ (...) cerca de metade do perímetro do concelho (47 km) a desenvolver-se em orla marítima (24 km), há razão comprimento de litoral/superfície (0.25) é 27 vezes superior à média de Portugal continental” (Taborda, 2010:1).

Conhecida pela Costa do Sol e reputada pelo seu cosmopolitismo, a vila piscatória de Cascais reinventou-se e tornou-se uma refinada estância à beira-mar e um dos centros turísticos mais importantes do país. No entanto, esta vila tem muito mais para oferecer que o turismo de sol,

pois está dotada de um riquíssimo património religioso, muito do qual alusivo às pescas e ao oceano, e de um colossal património monumental, relacionado com a defesa e a navegação, de que são exemplo os muitos fortes situados entre a praia do Abano e São Julião da Barra (já em Oeiras), cuja história lhe confere elevada importância na proteção da vila e na defesa militar de Lisboa.

Muitos outros ícones do seu apogeu marítimo chegaram aos nossos dias: faróis, fortalezas e a Cidadela do século XVII. Destacam-se ainda as ruínas romanas e visigóticas (vilas e necrópoles), cujos achados arqueológicos recolhidos permitiram um melhor conhecimento da ligação destas sociedades ao mar e aos recursos marinhos (*vide* ponto I.1.3).

No perímetro da Vila de Cascais, o estabelecimento dos pescadores fez-se, desde sempre, no espaço de uma pequena praia de enseada chamada de Praia da Ribeira, também conhecida por praia do peixe, da baía ou dos pescadores, que coroa a Baía de Cascais.

A Baía de Cascais tem cerca de “ (...) *uma milha e meia de abertura e meia milha de reentrância com extremos na Ponta da Santa Marta, a Oeste, e em S. João do Estoril, a Leste (S. Pedro do Estoril)* ” (Martins & Souto, 2009:15). Está dividida em quatro áreas, de acordo com as respetivas utilizações, de forma a melhor gerir as atividades e embarcações que nela se congregam, sendo que o fundeadouro das embarcações de pesca local e costeira se localizam na área A, e geograficamente tem a seguinte delimitação: confina a norte ao paralelo 38° 41,924' N, a noroeste pelo alinhamento do Marégrafo com o terraço do Palácio da Duquesa, a sudeste pelo alinhamento do Pontão da Praia das Moitas com Farol Sta. Marta, e a sudoeste está delimitado pelo Canal de acesso ao Cais Estacado da Praia da Ribeira (Edital n.º 543/2011 do DL n.º 109 de 6 de junho de 2011, p. 24214).

É uma comunidade de pescadores pós-estuarina, localizada após a embocadura do Tejo, beneficia de um porto oceânico com ótimas condições de abrigo (Lemos, 1951-1952), aos ventos e ondulação (sentido W-NO), e está praticamente fora da ação das correntes de maré semidiurnas, associadas aos jatos de enchentes e vazantes do Tejo¹⁵⁴, principal condicionante à navegação, porque existe um baixo¹⁵⁵ próximo à entrada na Baía de Cascais (Martins & Souto, 2009:16). Aliás, a sua posição geográfica, beneficiária desta circulação hidrodinâmica, foi aproveitada ao longo de toda a história, porque era no porto natural de abrigo que as galés aguardavam condições propícias para entrarem no Porto de Lisboa (Lemos, 1951-1952) (*vide* ponto I.1.3). Para as boas condições de abrigo do Porto de Cascais é determinante a atuação do

¹⁵⁴ Velocidades típicas são da ordem de 1 m/s. As velocidades máximas registam-se no “corredor”, podendo atingir os 2.5 m/s em maré viva, junto à embocadura (Inag, Maratec, UAlg, 2001:*online*).

¹⁵⁵ Local de águas rasas que colocam em causa a segurança da navegação. Referido pelos pescadores e comprovado no dia 25 de abril de 2012, aquando da participação na faina da apanha do polvo, abordo da embarcação *Horizonte Aberto*.

batólito granítico de Sintra, porque constituiu uma barreira natural aos ventos provenientes dos quadrantes norte.

II.1.2. Elementos Geológicos e Geomorfológicos

Na segunda metade do século XX, o Geólogo Georges Zbyszewski, de origem russa, dividiu Cascais em duas grandes unidades estruturais, cortadas por diversos acidentes tectónicos (falhas e desligamentos): (1) a norte, o contínuo do maciço eruptivo da Serra da Sintra; (2) a sul da Serra, um planalto mesozoico constituído por formações jurássicas e cretáceas, as quais estão cortadas por numerosos filões e chaminés vulcânicas (Zbyszewski, 1964:7).

Mais recentemente, em colaboração com outros autores, este geólogo realizou uma *Notícia Explicativa da Folha 34-C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal*, cujo conteúdo não se distancia do já referido anteriormente, havendo só a salientar uma concisa caracterização destas duas grandes unidades geomorfológicas (figura 47) (Ramalho *et al.*, 2001; citado por Taborda, 2010:1-4).

A primeira, localizada a norte, centrada no maciço de Sintra, forma um relevo imponente produzido por erosão diferencial que se articula com o planalto mesozoico através de um conjunto de vertentes mais inclinadas, envolvidas pelo limite norte do concelho. A segunda, centrada na metade sul e região leste, é uma superfície pouco acidentada, aplanada pelo mar durante o Pliocénico e Plistocénico, e desenvolvida a cotas de 100 – 120 metros sobre o substrato essencialmente calcário (Taborda, 2010:2). Como vimos no ponto I.3.1, foi onde apareceram vestígios (ferramentas de pedra lascada) de populações paleolíticas que viviam da caça e da pesca, na zona a norte de Talaíde, em São Domingos de Rana.

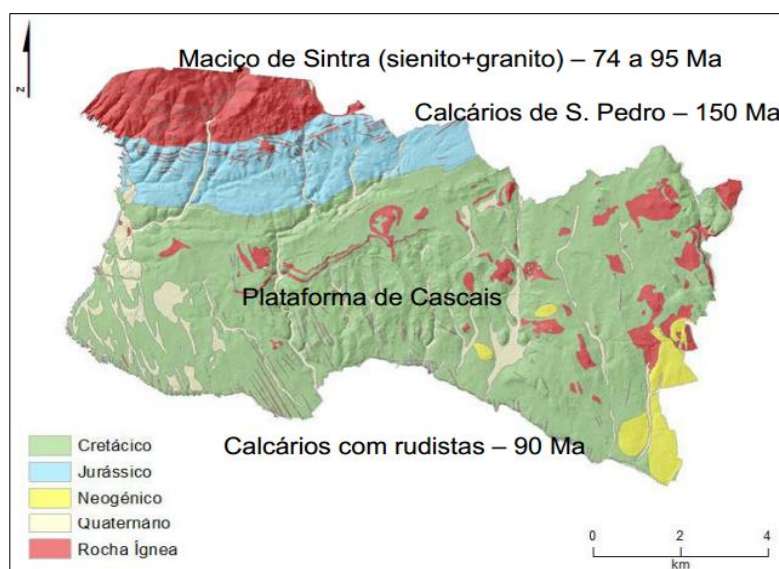


Figura 47 – Geologia (simplificada) do concelho de Cascais
Fonte: Taborda, 2010:2

Com fundamento na estrutura geológica proposta por Zbyszewski (1964:7), aprofundada por Ramalho *et al.* (2001) e (Taborda, 2010:2), e com base nas observações de campo, percebemos que a Baía de Cascais apresenta condições ímpares para a instalação de infraestruturas necessárias às pescas, **inigualáveis em todo o restante espaço concelhio** (Lemos, 1951-1952), tanto para abrigar embarcações como homens (Martins & Souto, 2009:16):

“Não tem a alcantilada costa que se estende da Ericeira a Cascais, qualquer praia ou recorte que permita, frente àquele mar que os pescadores chamaram via amargura, varadouro ou abrigo para os seus barquitos” (Lemos, 1951-1952).

(1) Na Costa da Guia o litoral é rochoso¹⁵⁶, e o elemento geomorfológico predominante são as arribas, com comando de 20 metros, talhadas em maciços margosos e calcários carsificados (origem vulcânica do cretácico), instruídos por densa rede filoniana¹⁵⁷ (Taborda, 2010:3). Na Boca do Inferno e na mata da marinha podem ver-se arribas vivas, sujeitas à ação modeladora do mar, com escarpas de inclinação acentuada (em alguns casos de 90°). Com o passar do tempo as arribas foram cobertas por arreias, transportadas pelos ventos, e formaram-se dunas, nomeadamente a da Crismina, já consolidada, localizada nos Oitavos, próximo do cabo Raso, que é uma das maiores da Europa (Martins & Souto, 2009:16).

(2) O território a norte do Cabo Raso até à Praia Grande do Guincho também confina com o mar por meio de litoral rochoso, mas no entanto existem praias que permitiriam o exercício da pesca, ainda que demasiado expostas aos fortes ventos oceânicos.

(3) A secção litoral localizada a norte da Praia do Guincho e até ao limite do concelho, evidencia formações predominantemente graníticas (do batólito de Sintra), com arribas a cotas da ordem de 100 metros, de difícil acesso, quer por terra, quer por mar, que em conjunto com a forte exposição à ondulação e aos ventos oceânicos impedem uma possível fixação de pescadores (Martins & Souto, 2009:16; Taborda, 2010:3).

Todas as arribas e falésias costeiras apresentam uma grande diversidade de habitats naturais, riquíssimas em espécies vegetais, por isso mesmo classificadas como tendo um valor ecológico muito elevado pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC). As praias do Abano, Guincho e Cresmina são os únicos areais com alguma expressão espacial neste troço litoral.

¹⁵⁶ Desde a praia dos pescadores até ao Cabo Raso.

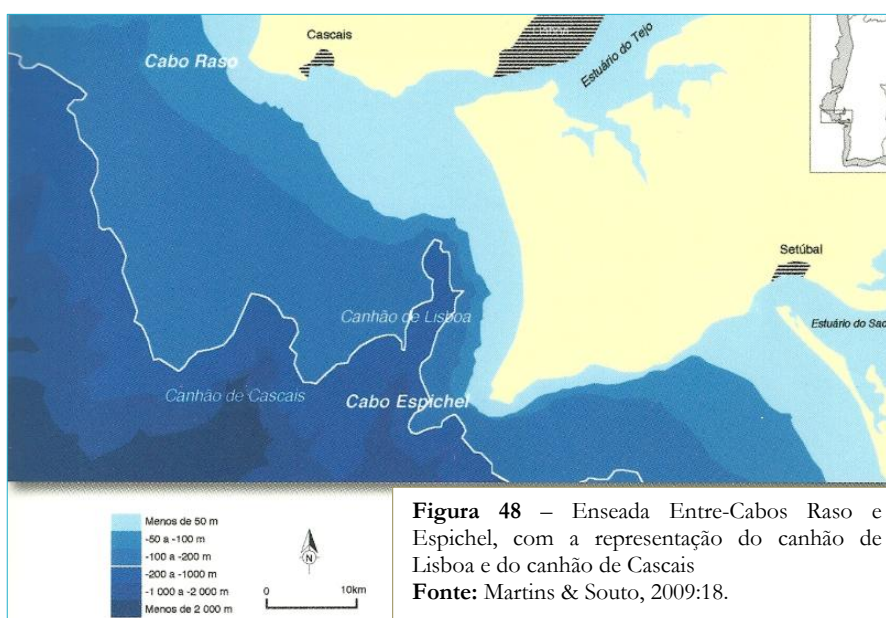
¹⁵⁷ Esta rocha de origem magmática, aqui abundante, poderia ter servido para a realização de utensílios na Pré-História (quartzó filoniano).

II.1.3. Elementos Oceanográficos e Climatológicos

O desenvolvimento da atividade piscatória em Cascais, ao longo de toda a história, ocorreu predominantemente entre Cabo da Roca e o Cabo Espichel, com maior intensidade no extremo norte da enseada de Lisboa, designação que delimita a norte pelo Cabo Raso e a sul pelo Cabo de Espichel (Martins & Souto, 2009:18), em virtude de ser necessário fazer menos milhas, o que se traduz numa redução dos gastos com combustível, e também por ser uma zona boa de pesca.

No entanto, a área de jurisdição da pesca na zona costeira de Cascais começa mais a norte, na Ponta da Foz do rio Sisandro e vai até à Torre de S. Julião da Barra, inclusive, sob autoridade da Capitania do Porto de Cascais, que também engloba a delegação marítima da Ericeira, cuja área de jurisdição se estende da ponta da foz do rio Sisandro até ao Forte de Santa Maria (Ribeira do Vale) (Edital n.º 543/2011 do DL n.º 109 de 6 de junho de 2011, p. 24212)¹⁵⁸.

A plataforma continental, mesmo condicionada pelo Canhão de Cascais e pelo Canhão de Lisboa (fig. 48), é extensa até à profundidade dos 200 metros, o que denuncia uma elevada riqueza biológica destas águas (Martins & Souto, 2009:18), não só porque é a área do oceano que confere maior rendimento para a pesca (Souto, 1991:39-40), mas também porque se trata de águas eutróficas, e não oligotróficas, cuja riqueza de nutrientes não constitui fator limitante de crescimento do plâncton (Ferreira, 2005:292).



¹⁵⁸ Este DL apresenta as práticas dos portos na área de jurisdição de Cascais. Identifica, caracteriza e regulamenta as infraestruturas relacionadas com a atividade piscatória e as condições de acesso, a disciplina de navegação e os condicionamentos, o fecho de barras, descarga do pescado na Baía de Cascais, entre outras competências do Capitão do Porto, órgão local do Sistema de Autoridade Marítima.

Neste espaço, o fundo marinho apresenta uma morfologia variável, tanto na plataforma como na vertente (ACA, 2008b:7). É expressivamente arenoso e lodoso (Baldaque da Silva, 1891)¹⁵⁹, o que favorece a utilização da arte de arrasto de fundo (agora não se pratica em Cascais), e constitui-se como habitat preferencial aos moluscos bivalves, que formam densos bancos nos sedimentos arenosos da zona subtidal¹⁶⁰ (entre 0 e os 35m de profundidade) (Martins & Souto, 2009:19).

As correntes de maré beneficiam as pescarias de Cascais, sobretudo as de vazante, porque a água “ (...) *deixa o estuário pela parte sul do vórtice que ocupa a parte terminal do corredor do estuário, e entra no jacto exterior, o qual é formado pela água que deixa o estuário e pela água recirculada no exterior por acção dos dois vórtices adjacentes ao jacto, o qual é deflectido para oeste (efeito de Coriolis) formando uma corrente que contorna os Cabos Raso e da Roca e se dirige em seguida para norte*” (Inag, Maratec, UAlg, 2001:online)¹⁶¹.

A abundância bivalves ao largo de Cascais, e em toda a enseada de Lisboa, deve-se à abundância de microalgas e detritos em suspensão transportados pelas marés, base da sua dieta alimentar, e naturalmente pela sua biologia, enquanto espécies de rápido crescimento. Na estrutura vertical da cadeia trófica servem de alimento a animais de maior porte, nomeadamente a outros moluscos, como o polvo, principal espécie capturada em Cascais.

As espécies não aparecem de forma uniforme em toda a zona de pesca, sendo característicos depósitos de crustáceos a norte, nas águas mais frias e fundos rochosos (lagostas, lagostins, lavagantes e santolas), e a sul espécies pelágicas, onde as águas são mais quentes e os fundos arenosos e lodosos; estas últimas com mais afinidades estuarinas (Prista *et al.*, 2003), algumas também consideradas como espécies estuarino-dependentes, pela utilização do estuário do Tejo para abrigo ou alimentação (Martins & Souto, 2009:18-19).

O Porto de Cascais, localizado no seu extremo norte da enseada de Lisboa, sofre as influências do sistema das altas pressões subtropicais, no essencial definido Anticiclone dos Açores, o qual impõe um regime de vento com orientação N e NW, característico da costa ocidental portuguesa, e que se encontra bem instalado no período de abril a setembro (Ribeiro, 2001: 105-106). Aliás, são estes ventos do quadrante norte que vão induzir um transporte das águas costeiras superficiais para o largo, provocando um afloramento costeiro (*upwelling*); o que acontece com grande intensidade no verão, entre julho e setembro (Medeiros, 2006:157).

O afastamento para o largo das águas superficiais, e a ascensão à superfície das águas que lhe estão subjacentes (profundas), mais frias e com maior concentração de nutrientes (nitratos,

¹⁵⁹ “Na enseada compreendida entre o cabo da Roca e o cabo de Espichel (...), encontra-se geralmente fundo de areia limpa, ou com lodo, até grande distância da terra” (Baldaque da Silva, 1981:2-3).

¹⁶⁰ Zona que só fica exposta durante a baixa-mar das marés vivas.

¹⁶¹ *Vórtice*: significa correntes de água circulares vindas de marés conflituantes.

fosfatos e silicatos), enriquece a zona eufótica e permite o desenvolvimento do fitoplâncton, primeiro elo da cadeia trófica; o que vai levar ao desenvolvimento de toda a cadeia trófica.

A zona eufótica é a única zona da coluna de água onde existe produção primária. Porém, esta produção não é uniforme, nem no perímetro de pesca dos pescadores de Cascais, nem no mar português, nem no oceano mundial, o que se verifica, por exemplo, no facto do fitoplâncton se poder desenvolver até aos 100 metros de profundidade, sendo que na zona oceânica a maior concentração centra-se nos primeiros 50 metros, zona em que a água é mais límpida e tem mais luz (Ferreira, 2005:292).

Na área afeta aos pescadores de Cascais existem dois modelos de afloramentos costeiros, um para a Baía de Cascais e outro para a zona do Cabo da Roca, determinados pela topografia da plataforma continental e da vertente, pela morfologia da costa, e sobretudo pelos ventos, salientando-se aqui a posição geográfica da Serra de Sintra, que de certa forma reduz a velocidade aos ventos do norte na zona da Baía de Cascais. É por isso que, na presença de ventos do quadrante sul/sudoeste, o que acontece no inverno¹⁶², a coluna de água apresenta-se mais homogénea e não se verificam afloramentos (ACA, 2008b:7).

Alan Longhurst, biólogo britânico, apresentou uma compartimentação biogeográfica das bacias oceânicas, hierarquizada em biomas e províncias, através da qual dividiu o oceano mundial em 57 províncias biogeoquímicas e 4 biomas zonais, a saber: *bioma polar* (6% do oceano mundial); *bioma dos Westerlies* (ventos de oeste); *bioma tropical* (área oceânica entre as convergências subtropicais), e *bioma de marem costeira* (reforça o papel da plataforma continental e da parte superior do talude, onde o oceano apresenta melhor dinâmica biológica) (Longhurst, 2007).

A divisão de Longhurst, feita com base na fertilidade do oceano e na dinâmica física da água, identifica três dos grandes zonobiomas no mar português, e por coincidência os limites das províncias correspondem aos limites dos biomas. A área de pesca de Cascais insere-se na província das plataformas continentais da margem oriental do Atlântico Norte (*bioma margem costeira*) (Longhurst, 2007), à qual pertence a “subprovíncia lusitana”, cujos ecossistemas possuem um elevado nível de homogeneidade, e onde a produtividade primária total média anual, nesta província, varia entre os 100 e 200 g C/m² (OSPAR, 2000:online)¹⁶³.

No que se refere ao clima, e tal como verificamos no Capítulo I, o clima e o mar foram fatores que levaram ao povoamento de Cascais, desde os tempos longínquos do paleolítico,

¹⁶² No entanto, se de alguma forma as condições meteorológicas favorecerem a subida de águas em profundidade, mesmo sem luminosidade pode ocorrer uma fase de crescimento de fitoplâncton na proximidade da costa (Ferreira, 2005:294).

¹⁶³ Expressa em gramas de carbono fixado na fotossíntese por unidade de superfície e por ano.

muito embora o centro populacional só depois da elevação a vila se fixasse à borda do oceano (Andrade, 1990 [1964]:139).

Os ventos de maior predominância são os do quadrante norte (34% ao ano) e noroeste (21% ao ano). Nos meses verão, de maio a agosto, sopram com maior intensidade os ventos do norte. Contudo, tal como o referiu João de Lemos (1951-1952), a Baía de Cascais proporciona um fabuloso abrigo a qualquer um destes ventos.

Cascais possui um clima temperado mediterrâneo, com verões secos e quentes e invernos chuvosos e mais frios. A variação sazonal das temperaturas é amenizada pela presença do Oceano. Este tem uma temperatura que oscila lentamente e em apenas alguns graus ao longo do ano, o que reduz a amplitude térmica na zona costeira em relação a zonas mais interiores do País ou mesmo à região de Lisboa.

O território de Cascais, apesar de ser pequeno, apresenta variações climáticas (internas), devido às influências do microclima a sul da Serra de Sintra, que se caracteriza por um clima mais frio e nublado a norte, e pelo microclima da faixa costeira atlântica, no extremo oeste, mais seco e ventoso (Aguiar, 2010:1).

Os meses de julho e agosto apresentam as temperaturas mais elevadas, com temperaturas médias entre 21 °C a 22 °C, com os máximos médios entre 33 °C e 35 °C e mínimos médios de 15 °C. No oposto, com temperaturas médias de 12 °C, estão os meses de janeiro e fevereiro (ACA, 2008a).

A precipitação constituiu, juntamente com a temperatura, um dos elementos mais importantes na caracterização climática de uma região, porque em situação de necessidade é um recurso que pode constituir uma limitação ao desenvolvimento (e.g. Cabo Verde). Em Cascais, “ (...) o valor da precipitação média anual é de 849 mm. Geralmente o período mais pluvioso inclui os meses de Outubro a Maio, e o menos chuvoso de Junho a Setembro” (ACA, 2008a:8).

Os ventos do quadrante sul/sudoeste, menos frequentes em relação aos do quadrante norte/noroeste, ocorrem em geral no outono/inverno (Narciso & Mata, 1930:21; ACA, 2008a:7). Contudo, quando ocorrem ventos do quadrante sudoeste, normalmente são de grande intensidade, “ (...) associados a depressões ou superfícies frontais com áreas de geração das ondas de sudoeste (...) ou à descida da frente polar, onde ocorrem situações de Temporal de oeste, com ondulação de oeste e vaga de sudoeste, alturas de onda de 8 metros e períodos de cerca de 16 segundos; (...) temporais que podem manter-se por mais de uma semana, impossibilitando todas as operações de pesca” (Martins & Souto, 2009:19). O período invernal apresenta ainda como característica uma maior precipitação, o jato de marés nas vazantes e enchentes do Tejo é mais intenso, e assiste-se à baixa da temperatura e à redução da salinidade das camadas superficiais (ACA, 2008a:8).

Recorrendo uma vez mais à sabedoria popular, muito válida, podemos estimar pelas palavras do Sr. Manuel Gomes Almeida Ferreira, mestre e dono da embarcação *Panta*, que não só estes temporais impedem os marítimos de ir para a faina, já que em média este pescador só faz 160/170 marés (dias) por ano, porque diz não se atrever a desafiar o oceano quando está agitado; salienta-se que o marítimo possui documentado o registo dos dias em que vai ao mar¹⁶⁴.

II.1.4. Caracterização Social e Económica

Ferreira de Andrade diz-nos que a longevidade das populações de Cascais foi elevada ao longo da história, por comparação com outras vilas portuguesas, porque existiam recursos do mar para alimentar as populações. Neste sentido, o autor cita uma passagem da *Crónica dos Carmelitas Descalços*: “Goza a Vila de Cascais, situada junto ao mar, de alegres vistas, saudáveis ares e boas águas; a falta de frutas que a terra negra, por agreste, supre-a o mar com copiosa pescaria de toda a casta de peixes, com que os moradores vivem abastados” (Andrade, 1990 [1964]:139).

Começamos com uma citação porque é suficientemente elucidativa da importância que as pescas e o mar tiveram outrora no sustento das pessoas desta vila, não só do ponto de vista económico, mas também social, nomeadamente até aos finais do século XIX, altura em que começou a reconfiguração do espaço, de porto de pesca para a estância de turismo; situação que terá levado João de Lemos a dizer ser a fisionomia mais adequada ao destino do concelho (Lemos, 1951-1952).

Assim, pela importância das pescas, vamos restringir este ponto a uma análise ao emprego e dependência das pescas no concelho, fundamentando-nos no *Estudo Socioeconómico relativo ao Emprego e Dependência das Pescas no Concelho de Cascais*, realizado pela ACA (2008a), por ser o mais recente e mais completo.

A ACA (2008a:50) refere 95 pessoas a trabalhar na atividade da pesca em Cascais, das quais 81 andam a pescar em embarcações matriculadas em Cascais, e 14 em embarcações matriculadas em outros portos, mas descarregam regularmente em Cascais. Refere ainda a existência de 880 inscritos na CPC¹⁶⁵, com cédula de marítimo, dos quais 18 pertencem ao sexo feminino. De facto, tal como o sugere a ACA (2008a:51), os inscritos marítimos do sexo feminino não andam ao mar, somente fazem a inscrição para poderem receber subsídios, e assim aumentar o rendimento familiar. Não obstante, “estas inscritas” não possuem outra atividade profissional, limitam-se a ficar em casa para acompanhar os descendentes, ou deslocam-se ao porto para poderem ajudar o seu cônjuge na preparação de redes, o que geralmente acontece com o agregado familiar do

¹⁶⁴ Informação retirada do inquérito realizado no dia 09/04/2012.

¹⁶⁵ Em 30 de maio de 2012 existiam 1141 inscritos marítimos na CPC.

mestre da embarcação *Rei*, Sr. Nuno Carvalho¹⁶⁶. Sobre o número de marítimos ativos neste momento consultar o ponto II.3.2.

Em relação ao número médio de marés, isto é, os dias em que as embarcações foram ao mar, o estudo citado supra aponta para uma tendência decrescente para a maioria das embarcações, concluindo que num “ (...) ano de atividade normal da frota artesanal correspondiam 180 marés (...), pelo que se consideram 15 marés/mês durante 12 meses ou 3,75 marés/semana para efeitos de extrapolação” (ACA, 2008a:13). Os dados estatísticos foram fornecidos pela Docapescas Cascais. Salienta-se que, tal como já vimos no ponto II.1.3., o Sr. Manuel Gomes Almeida Ferreira, mestre e dono da embarcação *Panta*, refere fazer em média 160/170 marés por ano¹⁶⁷, o que nos leva a acreditar que esta variável manteve-se uniforme entre 2008 e 2012.

Para esta situação podem concorrer várias situações, nomeadamente “ (...) um aumento da procura dos serviços prestados pela embarcação “2”, um aumento das descargas noutras portos (como por exemplo, em Sesimbra), uma diminuição da abundância dos recursos, variações anuais em termos de condições meteorológicas e eventualmente por fuga à lota” (ACA, 2008a:46). A embarcação n.º 2, referida na citação, é uma embarcação de cargas e descargas, não anda ao mar, pelo que é natural que tenha um elevado número de marés. A Docapesca deveria registar o pescado de acordo com a embarcação que o capturou, e não com base nesta embarcação que simplesmente transporta o pescado da baía para terra. Acreditamos tratar-se da embarcação *Carlos Filipe* (CS-805-L), mas durante o trabalho de campo não estava a funcionar, e as embarcações descarregavam diretamente no cais de pesca e levavam as caixas com o pescado capturado num carrinho à Docapesca (o que possibilita a fuga à lota, já que entre o porto de pesca e a lota existem duas estradas públicas).

Em relação à dependência das pescas, a ACA (2008a:61) estimou que 319 pessoas dependam “ (...) diretamente dos rendimentos provenientes do sector de captura da atividade da pesca, sendo que a maioria destas reside no concelho de Cascais e que 20% dos indivíduos encontra-se a estudar, não apresentando, por isso rendimentos”. Este estudo não se atreve a mensurar os elementos que estão na dependência indiretamente das capturas, tanto a montante como a jusante, mas deixa indicações de que poderá ser um número ainda superior ao que depende diretamente das capturas.

As capturas não registadas, tal como o nome indica, são difíceis de quantificar, ainda mais porque a lei permite que os pescadores levem para seu consumo o equivalente a 2kg/dia por pessoa. Neste estudo da ACA somente dois mestres indicaram que vendiam peixe a terceiros: “ (...) os mestres que confirmaram a fuga à lota referiram que cerca de 30% do polvo capturado e cerca de 10 kg de robalo, por semana são vendidos diretamente a terceiros” (ACA, 2008a:44). Esta situação é preocupante e

¹⁶⁶ O agregado familiar é constituído por: marido, mulher e quatro filhos com idades inferior a 18 anos. Outros pescadores indicaram que as suas esposas não têm atividade profissional (e.g. embarcação *Vanda Isabel* e *Patrícia*).

¹⁶⁷ Informação retirada do inquérito realizado no dia 09/04/2012.

recorrente. Salienta-se a maior recetividade ao inquérito por nós realizado, já que 5 em 27 assumiram só levar à lota parte do peixe capturado. Ainda indicaram, individualmente, que 59% dos marítimos não levam à lota todo o peixe que capturam (*vide* ponto II.3.).

Passados quatro anos existe uma novidade. Neste momento os pescadores não trazem pescado para a terra com fim último de fazer a isca, trazem somente para o seu consumo e para vender diretamente a terceiros (anexo X - foto 14 e 15, respetivamente). O pescado para a isca é adquirido a empresas externas, muitas vezes sardinha já moída, porque os pescadores acreditam que lhes fica mais barato (anexo X - foto 16). No entanto, a fuga à lota continua a ser um problema, sobretudo social, porque a reforma que estes pescadores tanto almejam será calculada com base no volume descarregado em lota nos dez anos precedentes à data da reforma.

Para finalizar, interessa ver como há quatro anos estava o associativismo e a coesão social, pois no que toca a este último, representa neste momento um foco desestabilizador da harmonia social dentro da CPC (entre elementos de embarcações diferentes e não pertencentes à mesma empresa ou família). No entanto, este tema foi pouco explorado no estudo da ACA (2008a). Somente é referida a existência de duas associações de pescadores, localização e funcionários, e no âmbito da coesão social nada foi referido. Em relação ao associativismo, podemos comprovar que existe, mas entre embarcações da mesma empresa ou família; todas as tardes de sábado mestres/donos e pescadores de duas embarcações jogam às cartas numa mala (espaço de arrumos de material pesca) (anexo X – foto 18).

No terreno verificou-se que os pescadores sofrem de excesso de confiança e estão alicerçados numa cultura do individualismo e atitude de “cada um por si”, numa muito ausente falta de colaboração entre si, que condiciona a criação e a descoberta partilhada. É de lamentar a falta de respeito existente entre pescadores, visível na “guerra” dos totais capturados de polvo, e na luta pela divisão das áreas de pesca (inclusive entre pescadores de outros concelhos), que deriva dessa cultura do cada um por si.

II. 2. Aspectos Metodológicos do Inquérito

II. 2.1. Tipologia do Estudo e Instrumentos de Recolha

A tipologia do estudo é exploratória-descritiva, já que se trata de um trabalho nunca antes realizado em Portugal (pela finalidade e abrangência), para o qual foi necessário selecionar um conjunto de questões, recolher a informação e descrever o resultado. No entanto, também se pode dizer que estamos perante um estudo explicativo, porque, se numa primeira parte analisa informação e produz resultados, numa segunda fase procura-se responder aos resultados com soluções práticas, e alternativas às verificadas no terreno (Sampieri, 2006).

Foram adotadas técnicas de investigação documental de suporte bibliográfico (leis, relatórios, livros, revistas, monografias, artigos e dissertações) para fazer o enquadramento da comunidade (geográfico, geomorfológico, oceanográfico, climatológico), e técnicas não documentais, como a **observação de participante ou não participante**, e dentro desta última por entrevista ou inquérito por questionário (Anguera, 1985; Lessard *et al.*, 1994).

A técnica de observação participante foi estratégica na abordagem à Comunidade, e foi executada contra todos os receios, não só os referidos anteriormente, em relação à críspação entre marítimos (poderia perturbar o normal decurso da interação social), mas pelo risco constante do observador “escorregar” para a subjetividade devido ao seu envolvimento pessoal com os vários grupos. Aliás, situação considerada na opção de ir para a faina depois do término de todos os inquéritos, como advoga Burgess (1995).

A prioridade do observador foi a integração nos grupos, de forma individual (anexo X – foto 18 e 19), e na Comunidade, de forma coletiva, passando por um processo de *ressocialização*¹⁶⁸, o que correu muito bem (porque as circunstâncias o permitiram), e permitiu a captação de significações e das experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social, como defende Anguera (1985).

No que se refere à observação não participante, considerando os objetivos, características e prazo de execução do projeto, optou-se por selecionar dois métodos de recolha de informação (Armstrong *et al.*, 1990; Lessard *et al.*, 1994):

- método de questionário estruturado, com perguntas fechadas, de escolha múltipla e dicotómicas (apenas duas alternativas de resposta),
- método de questionário semiestruturado, com questões de respostas abertas.

¹⁶⁸ Foi necessário adquirir novos códigos linguísticos, muitas gírias, representar vários papéis, adequados às circunstâncias, tudo isto sem obstar à objetividade científica.

Além dos procedimentos metodológicos já referenciados, fez-se uso de uma escala de resposta psicométrica, em formato Likert, de cinco pontos, que variam de nunca a sempre, para mensurar a opinião dos pescadores em relação às práticas do quotidiano e quanto à compreensão do que é a sustentabilidade dos recursos haliêuticos. De forma a caracterizar a situação atual das pescas de Cascais, e avaliar as expectativas futuras com o processo de certificação, também se utilizou uma escala formato Likert, de cinco pontos, que variam de nada a bastante; o que permitiu aos marítimos especificarem o seu nível de concordância (Likert, 1932).

A necessidade de utilizar vários formatos de questões prende-se diretamente com o grau de receptividade dos marítimos aos vários tipos de questões, apurada nas sessões de teste do inquérito, realizadas com ambas as associações de pescadores, e ainda de forma informal no terreno, logo nas primeiras abordagens de reconhecimento. Com rigor, constatou-se nestas sessões que a adoção de uma única escala, por exemplo, de formato Likert, levava a respostas não refletidas, precipitadas, “claramente a despachar o inquiridor”, pois limitavam-se a indicar sempre o mesmo número ou palavra como resposta a todas as questões. Assim, a variação dos métodos de recolha de informação, se por um lado complexifica e torna mais moroso o inquérito, por outro obriga a uma maior meditação, e consequentemente torna mais credíveis as respostas.

O inquérito foi estruturado em secções e subsecções, com correspondência direta ao índice do segundo capítulo, e dividido em três partes (anexo 1), a saber:

- 1) Visa uma caracterização concisa dos entrevistados, com base em dados pessoais, agregado familiar e caracterização profissional, no sentido de perceber qual o grau de dependência que o agregado familiar tem dos recursos provenientes das pescas. Apesar de só ter sido inquirido um elemento por embarcação, salienta-se que 24 das 27 embarcações inqueridas responderam ao inquérito pela voz do mestre, contramestre ou dono da embarcação (quando andam ao mar), e que todos os marítimos presentes na embarcação partilharam da mesma opinião, o que lícita uma extrapolação ao computo geral da comunidade de pescadores.
- 2) Apurar se os marítimos conhecem a atual situação de insustentabilidade de algumas espécies, se compreendem e zelam pela sustentabilidade de todos os recursos marinhos, se têm práticas adequadas no seu quotidiano, e a importância e utilidade que atribuem a algumas instituições que tutelam as pescas (desde o âmbito local até ao nacional). Para concluir esta segunda parte do inquérito, através de respostas abertas propõe-se aos marítimos algumas sugestões que na sua opinião poderiam melhorar o setor das pescas.

- 3) Procura mensurar o conhecimento prático e o grau de participação/integração dos pescadores no processo de certificação do *Polvo de Cascais*. Pretende ainda conhecer a opinião dos pescadores quanto à receptividade do mercado, isto é, se os comerciantes que compram na lota de Cascais valorizam a etiqueta, se sentem que é um processo conhecido pela sociedade cascaense, se trouxe mais-valias aos pescadores, e ainda perceber quais são as expetativas futuras dos marítimos face a um processo que já decorre há um ano (desde 08/06/2011).

II. 2.2. Delimitação do Estudo

O estudo foi delimitado à Comunidade de Pescadores de Cascais, seguindo alguns critérios quanto a embarcações e marítimos, conforme apresentado a seguir.

- 1) Marítimos que se dediquem diariamente às pescas, e não cidadãos com cédula de pescador profissional, com preferência de inquerição de mestres (arrais de pesca local / arrais de pesca), contramestres (pode substituir o mestre no comando) ou donos da embarcação (quando andam ao mar) (tópico de conceitos/definições).
- 2) Embarcações que efetivamente andam ao mar e operam em Cascais, dedicadas à pesca profissional, que cifram o total 27, e não todas aquelas que se encontram registadas nos serviços de documentação da Capitania de Cascais, ou em outras, na situação de ativas (*vide* anexo 6 e fotografia 4 e 13 em anexo 10).
- 3) Inquirir os responsáveis das embarcações referidas no ponto 2, respeitando as regras definidas no ponto 1, e bem como as seguintes preferências e sua hierarquização:
 - 3.1) Deve o mestre responder ao inquérito, sobretudo quando é simultaneamente dono da embarcação. Caso isso não seja possível, por vicissitudes várias, deve delegar essa tarefa em outro elemento da tripulação, de sua confiança ou com competência de comando da embarcação (contramestre).
 - 3.2) O inquérito deve ser realizado na presença dos homens que consigo estão a trabalhar nesse dia (quer seja após a vinda da faina ou em dia que o grupo fique a preparar material no porto de pesca).
 - 3.3) Caso se verifique que não existe harmonia de pensamento entre todos os elementos do grupo, presentes na realização do inquérito, aplicar sempre que possível o inquérito individualmente a todos os homens que nesse dia trabalharam para essa embarcação (o que nunca foi preciso).

3.4) Na ausência de disponibilidade do mestre ou contramestre para responder ao inquérito, ou de alguém da sua confiança, independentemente do motivo, procurar alguém da tripulação que esteja disponível para o fazer.

3.5) Quando o inquérito for respondido por um elemento da tripulação, pelos motivos referidos no ponto anterior, deve sempre que possível ser realizado na presença dos pescadores que consigo estão a trabalhar nesse dia (quer seja após a vinda da faina ou em dia de preparo de material no porto de pesca).

A aplicação de vários critérios na delimitação da população alvo, de forma restritiva, foi a solução encontrada para ultrapassar a condicionante de ser uma comunidade muito pouco homogénea na forma como gere o quotidiano das pescarias, com elementos poucos disponíveis para colaborar, percepção sentida e presenciada no dia a dia no porto de pesca de Cascais, pelos seguintes motivos:

- ✓ No porto de pesca são sempre os mesmos homens a reparar o material danificado da última faina e a fazer novo material, com dedicação e empenho, na efetiva prestação de um serviço que constitui a sua única atividade, e geralmente a única fonte de rendimento;
- ✓ São sempre as mesmas embarcações atracadas na baía, sem atividade, e são sempre as mesmas embarcações que com alguma regularidade chegam da faina e vão entregar à lota, para venda, o peixe capturado;
- ✓ São sempre os mesmos que, tanto em dias de semana, como em sábados, domingos ou feriados, faça frio ou faça calor, de noite ou de dia, preparam as embarcações para mais um dia de faina;
- ✓ São sempre os mesmos a encarar a pesca profissional como uma atividade de lazer ou um trabalho a tempo parcial, ou ainda como uma atividade que permite encaixar algum dinheiro extra, através da venda no mercado paralelo de alguns exemplares capturados, esta geralmente praticada durante o fim de semana e em complemento de uma outra atividade principal;
- ✓ São sempre os mesmos que demonstram vontade em fazer mais, em colaborar, que se preocupam com a situação das pescas, que não só lamentam o declínio do setor mas procuram reverter a seu favor o ónus imposto à fileira das pescas, etc..

Tanto pelo exposto, como pelo não exposto, fruto do sigilo solicitado pelos inquiridos, desde cedo a opção recaiu sobre uma amostra representativa de marítimos comprovadamente responsáveis pelos desembarques na lota de Cascais, e não uma amostra dos que se dizem armadores ou pescadores, mas que efetivamente não contribuem para as estatísticas da pesca de Cascais.

A estruturação do inquérito, ambiciosa, permitiu recolher de forma realista a informação sobre pensamento e conhecimento dos pescadores de Cascais no que se refere à sustentabilidade dos recursos marinhos e à certificação do *Polvo de Cascais*.

II. 2.3. Desenvolvimento e Aplicação do Inquérito

O desenvolvimento do inquérito foi acompanhado pelas duas associações de pesca de Cascais, que como não poderia deixar de ser, o validaram antes de ser aplicado aos pescadores, conforme observações seguintes:

A Associação de Profissionais da Pesca de Cascais (APPC), pela pessoa do Sr. Presidente António Carvalho, que também é pescador, mestre e dono da embarcação *Veio do Mar* (CS-806-L), contribuiu favoravelmente para a construção do inquérito. Salienta-se a experiência e o conhecimento empírico evidenciado, uma mais-valia para a compreensão das pescas de Cascais. A validação do inquérito pela pessoa do Sr. Presidente da APPC ocorreu no dia 13/03/2012.

A Associação de Armadores e Pescadores de Cascais (AAPC), pela pessoa do Sr. Manuel Lorigo, membro da Direção, deu igualmente um precioso contributo para a construção do inquérito, bem como para a inclusão no mesmo de temáticas como: destino dos óleos das embarcações, utilização de caixotes do lixo na embarcação, e espécies abundantes em Cascais que poderiam ser uma alternativa às capturas de polvo, mas que por não estarem estudadas, e por o IPIMAR alegar falta de recursos para as estudar, os pescadores não as podem capturar. Destacase a disponibilidade e o interesse que esta associação sempre mostrou no sentido de apoiar a investigação. A validação do inquérito pela pessoa do Sr. Manuel Lorigo ocorreu no dia 10/03/2012 e no dia 17/03/2012.

Chama-se a atenção que ambas as associações alertaram para o que consideravam ser uma dimensão desproporcionada do mesmo, que segundo estas colocaria em causa o seu sucesso, porque os pescadores nunca iriam responder a tantas perguntas. Especificamente neste ponto, não foram seguidas as coordenadas das duas associações, o que não foi impeditivo da concretização com sucesso do inquérito, ainda que sobre o inquiridor tenha recaído maior preparação e trabalho.

Destaca-se ainda a participação ativa da Sr^a. Fernanda Ribeiro, funcionária da Capitania de Cascais, sem a qual não era possível fazer a delimitação do estudo, com tal precisão, já que foi quem forneceu a listagem de embarcações ativas e inativas, documento que permitiu estabelecer as linhas orientadoras da aplicação do inquérito, bem como da Professora Doutora Sónia Seixas, orientadora da dissertação, que acompanhou *in loco* a aplicação dos inquéritos, fornecendo o apoio que lhe era possível e permitido.

Com o objetivo de melhor perceber as dificuldades e as reivindicações dos marítimos, e de verificar *in loco* as práticas quotidianas da faina, do ponto de vista da sua adequação ao princípio geral da gestão pesqueira (Saetersdal, 1984; Cadima, 2000), realizou-se uma saída para o mar, que aconteceu na madrugada do dia 25 de abril de 2012, junto da embarcação de pesca costeira *Horizonte Aberto* (CS-829-C), comandada pelo mestre Miguel Diogo. Esta saída teve lugar após a realização de todos os inquéritos e, naturalmente, depois de cumpridos todos os impedimentos legais, mormente a concessão de licença de não marítimo pela Capitania de Cascais (anexo 2).

A escolha da embarcação foi premeditada. Trata-se da maior e mais recente embarcação de pesca costeira de Cascais, que anda sobretudo ao polvo, com a arte dos alcatruzes (fig. 49) (anexo 10 - foto 9 e 10). Pela dimensão configura maior estabilidade em mar (anexo 10 - foto 11), uma vantagem para quem possui trauma de enjoou, que é o caso do embarcado (anexo X - foto 12).

O seu mestre, e dono, que é o mais jovem de Cascais, desde cedo se prontificou para colaborar neste estudo, apresentando os seus três irmãos, também pescadores, e todos eles mestres e proprietários das suas embarcações, igualmente das maiores de Cascais (primeira abertura à CPC).

Atenta-se ao facto de ter sido prevista uma ida ao mar, a anteceder a realização dos inquéritos, por acreditarmos que poderia potenciar uma melhor conceção do inquérito. No entanto, após melhor conhecimento da vivência diária dos pescadores de Cascais, conclui-se que as divergências entre marítimos

são de tal forma intensas que a deslocação junto de uma embarcação poderia constituir um obstáculo à realização de todos os questionários, pois podia ser considerada uma atitude hostil, uma prova de tomada de partido, que inclusive poderia gerar ainda mais atritos entre marítimos.

A imparcialidade, e a não tomada de partido, no que respeita aos “*grandes e bons, e pequenos e maus pescadores*”, aliou-se à motivação de verificar se os pescadores fazem em mar o que em terra responderam no inquérito; em conjunto permitiram decidir que a ida para o mar somente aconteceria no dia em que fosse realizado o último inquérito.



Figura 49 – Preparar alcatruzes e covos.
Fonte: Capturada em 30ABIL12 (autoria própria).

A realização dos inquéritos decorreu entre 10/03/2012 e 25/04/2012, no horário das 09:00h às 13:00h, após a vinda dos pescadores da faina. No entanto, foi necessário inquirir mais três embarcações que entretanto ficaram habilitadas a pescar: *Silva Cruz*, recebeu a licença no início de junho de 2012; *São Bartolomeu do Mar*, foi registada no final do mês de maio de 2012; e *Zé Pirocas*, embarcação de Sesimbra a operar em Cascais. Os inquéritos a estas foram aplicados entre os dias 05 e 08 de junho de 2012, igualmente no horário das 09:00h às 13:00h.

Para os pescadores que não estavam disponíveis neste horário, nomeadamente aqueles que iam para a faina à tarde, optou-se por utilizar os sábados e os domingos, por serem os dias que eles próprios indicaram como mais adequados. Esta situação ocorreu, por exemplo, com o Sr. António Ramos, que é em simultâneo mestre e dono da embarcação *Mónica Sofia* (CS-793-L)¹⁶⁹, e também presidente da AAPC.

Quando o inquérito não era respondido na totalidade no mesmo dia, normalmente porque os inquiridos alegavam falta de tempo, procurou-se sempre concluir o inquérito nas mesmas circunstâncias nos dias seguintes. Esta situação verificou-se, por exemplo, com o Sr. Paulo Alexandre Pina, mestre e dono da embarcação *Alexandra* (CS-830-L).

II. 2.4. Aclarações à metodologia proposta

Em complemento ao referido nos três pontos anteriores, importa clarificar que a delimitação do estudo, com base em um único questionário por embarcação, procurou responder da melhor forma possível ao que eram os objetivos principais: refletir sobre a perceção que a CPC tem da pesca sustentável, e avaliar um instrumento já em prática no terreno, que tem em vista esse fim, designado de certificação do *Polvo de Cascais*.

Considerando a finalidade, parece-nos muito mais pertinente inquirir efetivamente os responsáveis pelas pescarias, aqueles que controlam o que é feito ou pode ser feito nas embarcações, pois são quem pode diretamente influenciar o grau de sustentabilidade das pescas de Cascais. Mestres, contramestres e donos de embarcações (quando andam ao mar), foram assim considerados como intervenientes estratégicos com interesses em jogo (*stakeholders*) (Pierce *et al.*, 2012).

Com estes procurou-se em sede de inquérito um alinhamento de transparência e cooperação, criando empatia (anexo 10 – foto 18 e 19), o que permitiu ao inquiridor uma melhor compreensão das múltiplas vertentes das pescarias, e ao inquirido, a transformação do tempo de contacto em

¹⁶⁹ No seguimento do abordado no ponto 1.3. do primeiro capítulo, em relação aos nomes do registado das embarcações, salienta-se que *Mónica Sofia* segue a mesma lógica, não de origem religiosa mas familiar, pois junta o primeiro nome das duas filhas do mestre António Ramos. Registrar a embarcação com o primeiro nome das duas filhas é, segundo este, aliar o gosto/prazer/amor pelo mar ao que de mais preciso tem, as suas filhas.

efetivo trabalho educacional, com sucesso garantido, que se fundamenta no facto de neste momento não existirem responsáveis por embarcações que desconheçam as expressões “sustentabilidade das pescas” e certificação do *Polvo de Cascais*, até então pouco conhecidas ou interpretadas de forma não muito correta.

Não poderíamos negligenciar, sob pena de obter resultados pouco realistas, que parte substancial de pescadores portadores de Cédula Marítima¹⁷⁰, não se enquadram nas condições restritivas referidas na delimitação do âmbito do estudo, porque andam ao mar pontualmente, quando nada mais tem para fazer, algumas vezes de forma desportiva, ou quando precisam de ganhar dinheiro para despesas imediatas. O que é visível após o levantamento junto da CPC, onde constam 1141 inscritos marítimos, sendo que só entre 2000/2012 foram 152 os novos inscritos marítimos, todos com título habilitante para exercer a profissão de pescador (*vide* ponto I.3.4.).

Em suma, faria sentido inquirir a totalidade da comunidade se o objetivo principal fosse o social, o que com base nos objetivos, características e prazo de execução do projeto, não se verifica, já que é secundário, de suporte ao objetivo principal (ainda que igualmente fundamental para o desenvolvimento sustentado da CPC).

O levantamento de informação, quanto a marítimos e embarcações, parou no dia 08 de junho de 2012, data que marca um ano de funcionamento da certificação do *Polvo de Cascais*. As 27 embarcações inqueridas, bem como a categoria profissional dos responsáveis que responderam aos inquéritos, podem ser consultados no final ponto seguinte “II. 3.1. Pessoal, familiar e profissional”.

II. 3. Caracterização da amostra

A amostra compreende 27 embarcações: 26 estão registadas na CPC, e 1 na CPS (embarcação *Zé Pirocas* pertence à DMS). Estas representam 100% das capturas descarregadas com regularidade na Docapesca de Cascais¹⁷¹.

A embarcação *Zé Pirocas* foi considerada por descarregar com regularidade na lota de Cascais, apesar de estar registada em Sesimbra; aproveitamos para indagar o seu mestre e dono sobre o

¹⁷⁰ Documento obrigatório para que um pescador possa exercer a profissão.

¹⁷¹ A embarcação costeira *Melreu* e a embarcação local *Decio*, ambas pertencentes à Ericeira, no último ano vinham com regularidade fundear, descarregar e vender em Cascais, porque o porto de abrigo da Ericeira muitas vezes, por motivos climatológicos não permitia a aqui aportassem. No entanto, a discrepância de preço entre lotas foi o motivo para deixarem de vender em Cascais, o que aconteceu ainda em 2011, e por isso não foram consideradas. A embarcação *Seremos Felizes* desloca-se a Cascais duas vezes por semana nos meses de verão para vender safios, e por isso também não foi considerada. A embarcação costeira *Mil Fontes*, de Setúbal, durante todo o trabalho de campo somente descarregou e vendeu uma vez em Cascais, referiu que aqui vinha pontualmente, e por isso não foi inquerida.

porquê de pescar e vender em Cascais, quando 75% das embarcações registadas em Cascais vão vender a outras lotas, mas este só disse “*ainda dá vender em Cascais*”. Diz-se pela CPC que esta embarcação pesca e vende em Cascais porque tem comprador fixo, com quem negociou a venda do pescado. Será que foi a forma encontrada de combater o mercado liberalizado? Fica a indagação em aberto...

Por cada embarcação foi inquirido um responsável respeitando os preceitos elencados no ponto II. 2.2. Para melhor conhecer o perfil do conjunto, e permitir estabelecer relações, fazemos a seguir uma caracterização pessoal, familiar e profissional e mensuramos a seguir o número de marítimos em Cascais.

II. 3.1. Pessoal, familiar e profissional

Os inquiridos pertencem todos ao sexo masculino, estão maioritariamente casados (56% casados, 30% solteiros e 4% divorciados), em 63% dos casos têm filhos, e destes 30% têm idade superior aos 18 anos e trabalham fora das pescas. Habitam predominantemente em Cascais (no centro 44% e no resto do concelho 37%), e em menor medida no concelho vizinho (Sintra) (15%). No concelho afastado (Sesimbra) (4%) habitam os homens da embarcação *Zé Pirocas*. As mulheres dos pescadores casados trabalham fora das pescas, em atividades muito variadas, nos três setores de atividade, e apresentam idades entre os 27 e os 60 anos, ainda que a média de idades se fixe nos 44 anos. Trata-se, portanto, de uma amostra muito diversificada, que pode enriquecer o resultado final pela maior diversificação de formas de pensar e agir.

No tocante ao sexo masculino, o espetro das idades varia entre os 29 e os 68 anos, mas é na classe etária dos 40-49 anos que se concentra o maior número de pescadores entrevistados (41%), o que é revelador de um capital humano com vários anos de experiência nas pescas (figura 50), ainda que com baixas habilitações escolares, já que em 77% dos casos os pescadores não ultrapassaram o 9 ano de escolaridade, e destes, 33% só fizeram a 4 classe, e 4% sabem ler e escrever sem ter ido à escola.

Do universo entrevistado só 19% têm o ensino secundário completo, todos com idades inferiores a 39 anos, com exceção de um inquirido, que referiu ter frequentado o primeiro ano da Licenciatura em Direito, abandonando os estudos para poder andar ao

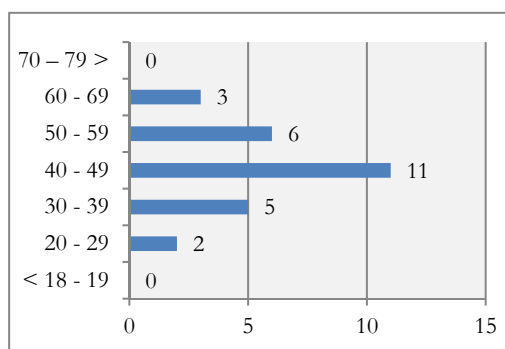


Figura 50 – Idades dos inquiridos por classes
Fonte: Recolha por inquérito (abril/junho de 2012)

mar¹⁷². Inclusive, dois marítimos não fizeram formação profissional sobre pescas (o registo de marítimo na CPC no antecedente não obrigava ter formação), o que é revelador das baixas qualificações dos pescadores de Cascais, no fundo, um espelho do que é o panorama nacional. Apesar das reduzidas habilitações escolares, nenhum inquirido estuda, nem sequer apresenta vontade de o fazer, e só 17 sabem utilizar computador e 18 a internet. Julgamos ser obrigatório investir na formação destes pescadores, e reconforta-nos o facto dos filhos, em 22% e 44% dos casos estudarem no ensino secundário e superior, respetivamente.

Em 96% dos casos a pesca é a principal atividade dos inquiridos. Somente um pescador, que é o mestre e dono da sua embarcação, tem uma atividade principal que não é a pesca, é funcionário público, mas vai com regularidade ao mar.

Quando questionados sobre se têm uma outra profissão, só 11% indicaram que sim, o que é condicionante para os marítimos que pretendam mudar de atividade, e revela um grande nível de dependência das pescas. No entanto, estes marítimos também não pretendem abandonar as pescas, nem mesmo aqueles que estão habilitados com conhecimentos de outras profissões, o que acontece não só pelos anos de experiência, em 82% dos casos com experiência acima dos 16 anos de serviço, sendo que 67% tem mais de 20 anos a trabalhar nas pescas, mas também porque 70% dos inquiridos referiram ter um nível elevado de satisfação por trabalhar nas pescas (só um marítimo indicou ter um baixo nível de satisfação do seu trabalho).

Para finalizar, no que se refere à categoria profissional, o nosso universo é constituído por 6 elementos que pertencem a escalões da marinhagem e 21 elementos que pertencem a escalões da mestrança, distribuídos da seguinte forma: 2 contramestres, 6 pescadores; e 19 mestres (de diversas categorias) (tabela 11)¹⁷³.

¹⁷² Informação dada pelo próprio, Sr. Manuel Gomes Almeida Ferreira, mestre e dono da embarcação *Panta*, no inquérito realizado em 09/04/2012.

¹⁷³ Chama-se atenção que estas foram as indicações de quem respondeu, não tendo sido verificado o documento profissional de cada um dos inquiridos (nem fazia sentido que assim fosse).

<i>Matrícula</i>	<i>Denominação</i>	<i>Categoria Profissional</i>
CS-806-L	<i>Veio do Mar</i>	Arrais de Pesca Costeira
CS-793-L	<i>Mónica Sofã</i>	Arrais de Pesca
CS-829-C	<i>Horizonte Aberto</i>	Arrais de Pesca
CS-812-L	<i>Rei</i>	Mestre
CS-811-L	<i>Patrícia</i>	Arrais Costeiro
CS-796-L	<i>Vanda isabel</i>	Pescador
CS-813-L	<i>Pedro Bia II</i>	Mestre de Pesca
CS-734-L	<i>Selesa</i>	Arrais Local
CS-832-L	<i>Maria João</i>	Arrais de Pesca
CS-804-L	<i>Pai e mãe</i>	Mestre
CS-809-L	<i>Terceira Vaga</i>	Arrais de Pesca
CS-817-L	<i>Balalaika</i>	Arrais local
CS-834-L	<i>Avô rei</i>	Pescador
CS-845-L	<i>Escorpião</i>	Pescador
CS-850-L	<i>Pai e Mãe Júnior</i>	Arrais de Pesca Local
CS-792-L	<i>Mestre Diogo</i>	Pescador
CS-830-L	<i>Alexandra</i>	Mestre
CS-767-L	<i>Marta André</i>	Arrais de Pesca
CS-821-L	<i>Sopas</i>	Arrais Pesca Local
CS-825-L	<i>Dimar</i>	Contramestre
CS-770-C	<i>Senhor do Resgate</i>	Arrais Costeiro
CS-859-C	<i>Milagre</i>	Arrais de Pesca Local
CS-783-L	<i>Praia de Cascais</i>	Pescador
CS-684-C	<i>Panta</i>	Arrais Costeiro
CS-799-L	<i>Silva Cruz</i>	Pescador
CS-860-C	<i>S. Bartolomeu do Mar</i>	Arrais Costeiro
SESIMBRA	<i>Zé Pirocas</i>	Contramestre

Tabela 11 - Registo da categoria profissional dos inquiridos de acordo com a sua própria indicação

Fonte: Levantamento por inquérito (abril/maio de 2012)

II. 3.2. Quantos pescam em Cascais?

O levantamento de campo por nós realizado não permitiu saber, com precisão, quantos pessoas andam a pescar, desde logo porque só inquerimos 27 embarcações que contribuem para os desembarques na Docapesca de Cascais (uma está registada em Sesimbra), mas também porque alguns marítimos são “reiteradamente itinerantes”: ou têm uma segunda profissão, ou estão de baixa médica, ou em situação de desemprego, ou estão reformados, etc., e não andam na faina a tempo inteiro.

Envolvidos no espírito de tentar chegar a um número de pescadores o mais próximo da realidade possível, começamos por questionar todas as embarcações, em sede de inquérito, sobre qual seria o número médio de pescadores profissionais em Cascais, pedindo rigor na resposta, explicando o fim último da informação recolhida. No entanto, de forma propositada ou não, as respostas foram muito divergentes, dando uma média final de cerca de 54 pescadores (anexo 8). Salienta-se que até os dois responsáveis das associações de pesca, que também são pescadores e foram inquiridos, referem valores muito dispares entre si: 40 e 120.

Os mestres alegam nem sempre ser necessário “andar ao mar” com o mesmo número de pescadores, sendo este variável, mas deram algumas referências que convergiam para o facto da contratação de pessoal ser feita por necessidade, e com base na dimensão da embarcação, referindo que as embarcações costeiras normalmente andam com 2 a 4 pescadores, e as locais com 1 a 3 pescadores¹⁷⁴.

Com base neste raciocínio, e no número de pescadores indicado por embarcação, aquando realizado o inquérito, **em 01 de junho de 2012, existiam em Cascais 83 marítimos que efetivamente andam na pesca**, e que correspondem às embarcações entrevistadas, e 4 marítimos que pertencem à embarcação costeira *Zé Pirocas*, registada em Sesimbra, cujo mestre e dono é o Sr. José Domingos Coelho, e pesca e descarrega frequentemente em Cascais.

O número real de marítimos será bem superior, pois só contabilizamos os que neste momento andam ao mar, e não todos aqueles que em qualquer altura podem voltar a trabalhar nas pescas.

¹⁷⁴ Esta observação faz sentido. Por exemplo, a embarcação *Alexandra* (local), que pertence ao grupo das mais pequenas, sai para o mar com dois homens, o mestre e proprietário, e um outro pescador, neste caso reformado. Já a embarcação *Horizonte Aberto* (costeira), que é a maior embarcação a pescar em Cascais, sai para o mar com quatro homens, o mestre e dono, e mais três pescadores.

II. 4. Resultados do inquérito: vertente Sustentabilidade das Pescas (Parte I)

II. 4.1. Compreensão do que é a Sustentabilidade dos Recursos Haliêuticos

Da análise dos dados verificamos que existe uma elevada compreensão do que é a sustentabilidade, em muitas perguntas próximo dos 90%, bem como das práticas e princípios que visam a promoção dessa mesma sustentabilidade (tabela 12).

Perguntas sobre sustentabilidade:	SIM		NÃO		N/S / N/R	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Sabe o que é a sustentabilidade dos recursos marinhos?	24	89%	2	7%	1	4%
Os recursos marinhos são finitos e limitados?	24	89%	1	4%	2	7%
Adotar práticas responsáveis de pesca é uma medida sustentável?	22	81%	1	4%	4	15%
As pescas são sustentáveis se pescarmos o que quisermos, na medida e quantidade que podermos (<i>quanto mais melhor</i>)?	6	22%	20	74%	1	4%
É correto adotar o princípio de precaução e ter um comportamento de não-agressão para com os recursos marinhos?	24	89%	0	0%	3	11%

Tabela 12 – Questões dicotómicas sobre a sustentabilidade dos Recursos Haliêuticos.
Descrição: Dados apresentados por pergunta em Frequência Absoluta (FA) / Frequência Relativa (FR)
Nota: N/S – Não sabe / N/R – Não responde

Em 81% dos casos os inquiridos afirmaram que adotar práticas responsáveis de pesca é uma medida sustentável, o que é muito positivo e releva a necessária consciência para a prática de uma pesca sustentável.

	Devemos capturar conscientemente os recursos haliêuticos?		Devemos considerar a informação fornecida pela biologia pesqueira?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nunca	1	4%	0	0%
Raramente	0	0%	0	0%
Às vezes	3	11%	3	11%
Muitas vezes	12	44%	4	15%
Sempre	11	41%	20	74%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 13 - Resposta às perguntas: 24. Devemos proteger e capturar conscientemente os recursos Haliêuticos? 25. A informação fornecida pela Biologia Pesqueira, sobre a quantidade máxima de cada espécie que pode ser capturada numa pescaria sem pôr em causa a sua sustentabilidade deve ser considerada?

Quando indagados se devem proteger e capturar conscientemente os recursos haliêuticos, as respostas seguiram o mesmo padrão: 41% responderam SEMPRE, 44% MUITAS VEZES, e somente 4% responderam que NÃO (tabela 13).

Se considerarmos que as respostas correspondem às práticas individuais do quotidiano, tal como o indicaram os inquiridos, o resultado seria muito positivo, pois só um pescador teria uma atuação negligente. Mas será que é verdade!!! A única certeza é que as respostas negativas proveem de pescadores acima da classe etária dos 40-49 anos.

Comprova-se que os marítimos conferem elevada importância ao ramo da biologia que define qual o tamanho mínimo do pescado, e a quantidade máxima que pode ser capturada por espécie (tabela 13). O que se revela muito importante, porque era uma pergunta direcionada ao polvo, principal espécie capturada, que não tem quotas, e somente é protegida pelo tamanho mínimo de captura, que é atualmente de 750 gramas.

Acreditando na veracidade das respostas, tal como foi solicitado desde o início, este resultado configura uma descoberta surpreendente e digna de quem pretende preservar os recursos marinhos, não só pela importância económica enquanto fonte de rendimento, mas porque visa obter a melhor utilização possível do recurso em proveito da comunidade, objetivo principal da biologia pesqueira (Saetersdal, 1984).

Apuramos, até ao momento, que os marítimos compreendem a sustentabilidade dos recursos haliêuticos, após responderem acertadamente a um conjunto de questões, e que protegem e capturam conscientemente os recursos haliêuticos, já que afirmaram não capturar, de forma premeditada, exemplares abaixo do tamanho mínimo. No entanto, quando questionados se no dia a dia falam do conceito de sustentabilidade, ou se ouvem falar entre os restantes marítimos da necessidade de adotar práticas mais sustentáveis, 37% responderam que este nunca é o tema da conversa (tabela 14).

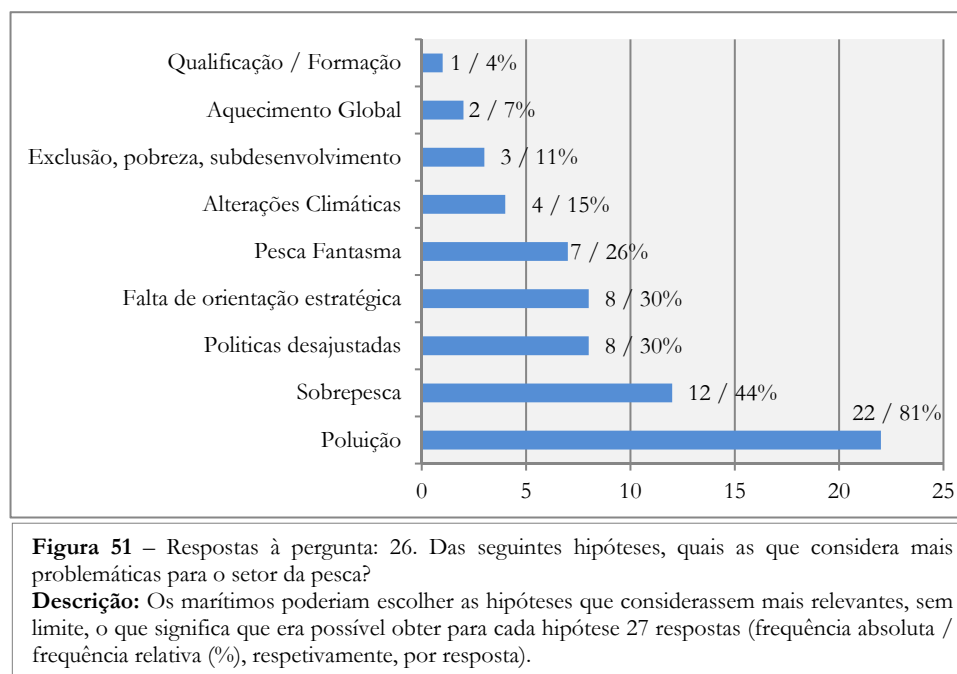
É frequente falar-se da sustentabilidade dos recursos marinhos?		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nunca	10	37%
Raramente	6	22%
Às vezes	3	11%
Muitas vezes	5	19%
Sempre	3	11%
TOTAL	27	100%

Tabela 14 – Resposta à pergunta: 23. É frequente falar-se da sustentabilidade dos recursos marinhos?

Esta situação remete alguma subjetividade aos resultados anteriormente apurados, quanto à veracidade da informação prestada. Se os marítimos conhecem o que é a sustentabilidade, e sabem o que podem fazer para a atingir, seria natural que esse fosse tema de conversa no quotidiano, enquanto motivo de preocupação diária. Não o sendo, abre o espaço necessário para que em paralelo possa ser considerada acessória, de reduzida importância no dia a dia. Também sabemos que existe rivalidade entre pescadores, mas será isso motivo para o resultado apurado? Vamos acreditar que sim!!!

II. 4.2. Conhecimento da situação atual da preservação dos Recursos Marinhos

Selecionamos um conjunto de questões nucleares que expusemos aos marítimos, para apurar o seu conhecimento dos motivos da degradação do setor das pescas e dos *stocks* marinhos, as respostas revelaram-se surpreendentes. Para os pescadores, numa escala de 0 aos 100 (para cada resposta), o que mais determina a situação atual das pescas é a poluição (81%), seguindo-se a sobrepesca (44%), a falta de orientação estratégica e as políticas desajustadas (30%), e a pesca fantasma (26%) (figura 51).



Se a sociedade infringe aos pescadores o pesado ónus da responsabilidade pela delapidação dos recursos haliêuticos, os pescadores assumindo que a sobrepesca e a pesca fantasma representam um grave problema para o setor das pescas, devolvem a maior parte desse ónus à sociedade, e sobretudo ao poder político (figura 51).

Trata-se de uma posição de força que contra-ataca quem julgam serem os responsáveis pela degradação das pescas, primeiro toda a sociedade, pela poluição que chega aos mares e oceanos¹⁷⁵, transportada pelos rios, e depois o poder político, nacional e europeu, pelas políticas desajustadas e pela falta de orientação estratégica. Aliás, são vários os trabalhos que se consensualizam com esta posição dos pescadores, tal como o assumiu o Prof. Doutor Henrique Souto, referindo-se à degradação dos sistemas estuarinos e à decadência de muitas pescarias

¹⁷⁵ A poluição como causa da maior irregularidade da disponibilidade biológica, não só de peixes, mas também da flora ficológica, como se viu no ponto 1.4. do Capítulo I.

outrora importantes: “ (...) *ataca-se (quase sempre mal) o elo mais fraco do sistema, isto é, o pescador e as suas vulnerabilidades*” (Souto, 2001:13).

No que concerne às críticas feitas ao poder político nacional, cita-se a opinião do Sr. António Manuel Matias Carvalho, presidente da APPC, igual a muitas outras: “ *o poder que manda nas pescas não percebe nada de pescas, porque são homens da política e não homens do mar. Deveriam juntar-se com quem sabe de pescas.*”¹⁷⁶

Em relação à Europa, e às diretivas aqui emanadas, as críticas são igualmente unânimes, e recaem sobre o sistema de subsidiação das pescas (os barcos mais pequenos não têm comparticipação de combustível, porque têm motores a gasolina) e sobre o que consideram ser a des-uniformização das regras das pescarias nos vários países europeus.

Focando as políticas europeias gerou-se um diálogo positivo, ao qual foi arrolado o balanço feito em 1991 da Política Comum de Pesca (PCP), que constatou uma crise latente no setor da pesca europeia caracterizado por sobrecapacidade, diminuição de rendimentos, e sobrepesca, altura em que cerca de 35% dos *stocks* sujeitos a TACs estavam total ou fortemente explorados. Foi ainda referida a revisão da PCP em 2002, que tinha como principais objetivos assegurar a sustentabilidade do setor através da necessária redução no esforço de pesca, resolver os problemas sociais decorrentes do ajustamento de capacidade, garantir a oferta a preços razoáveis e contribuir para a coesão económica e social, e abordada a revisão/elaboração de uma nova PCP que deve entrar em vigência em 01 de janeiro de 2013, a qual incide na conjugação de três vertentes do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental.

Apesar do longo diálogo, todos os marítimos, sem exceção, refutam que existam melhorias à sua atividade decorrentes da PCP. Aliás, nem sequer acreditam no que pode ser uma reestruturação do setor favorável aos pescadores com base na atual revisão da PCP, limitando-se a referir “ *nós não trabalhamos para nós, mas sim para os intermediários ganharem muito dinheiro, andarem bem-vestidos, terem bons carros e palácios para viver. Os fundos comunitários foram para os grandes armadores e não para os pequenos pescadores de Cascais, mas a perda de embarcações, com a política de abate da frota pesqueira, foi para os pequenos pescadores de Cascais, e por isso, meu amigo, as pescas de Cascais vão mas é desaparecer e nunca melhorar com as políticas destes senhores*”¹⁷⁷.

No que se refere à compreensão da situação atual dos *stocks* marinhos, os marítimos referem que existem espécies em vias de extinção por sobre-exploração (78%) e por pesca fantasma (81%), e de forma categórica dão crédito há expressão “ *o peixe está a desaparecer*” (96%), o que

¹⁷⁶ Informação original constante do inquérito realizado no dia 13/03/2012, sobre a qual o autor não solicitou anonimato.

¹⁷⁷ Informação retirada do inquérito realizado com o Sr. Paulo Matos, mestre e dono da embarcação *Selesa*, no dia 10/04/2012.

apesar de preocupante, converge com as respostas anteriores, isto é, os próprios pescadores assumem a sua responsabilidade na situação atual das pescarias (tabela 15).

Perguntas sobre os recursos marinhos:	SIM		NÃO		N/S N/R	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Existem espécies em vias de extinção por sobre-exploração?	21	78%	3	11%	3	11%
Existem espécies em vias de extinção por pesca fantasma?	22	81%	2	7%	3	11%
Conhece o Código de Conduta da Pesca Responsável adotado em 1995 por todos os países membros da FAO, que estabelece princípios e métodos aplicáveis a todos os aspetos da pesca e da aquacultura?	12	44%	8	30%	7	26%
Como vê os comentários que se fazem, por toda a parte, de que o “peixe está a desaparecer”? São completamente desproporcionados, porque o peixe não desaparece (não), ou têm algum fundamento porque já se nota uma redução das capturas (sim)?	26	96%	0	0%	1	4%

Tabela 15 – Questões dicotómicas sobre a situação atual da preservação dos Recursos Marinhos.
Descrição: Dados apresentados por pergunta em Frequência Absoluta (FA) / Frequência Relativa (FR)
Nota: N/S – Não sabe / N/R – Não responde

Quando indagados sobre o Código de Conduta da Pesca Responsável (*Code of Conduct for Responsible Fisheries*) (Pierce *et al.*, 2012:354), as respostas ficam aquém das expectativas: 12 responderam conhecer, 8 referiram não conhecer, e 7 abstiveram-se de responder, sobressaindo que o motivo era o desconhecimento deste documento, o que é preocupante, já que se trata de um documento de extrema importância, que contém princípios e linhas de ação no sentido da conservação dos recursos pesqueiros e dos seus ecossistemas, para atingir a sustentabilidade das pescas em todo o mundo.

Salienta-se que a FAO exortou os Estados, organizações internacionais, governamentais ou não-governamentais, e todos os demais envolvidos na pesca, a colaborarem no cumprimento e implementação dos objetivos e princípios contidos no Código (*Anexo II “Resolução”*)¹⁷⁸. Apesar de Portugal ter incorporado alguns princípios, não explicou aos marítimos qual a sua origem, nem a sua mensagem, o que deveria ter acontecido pela atuação das forças do poder local no terreno, ou em alternativa pelos grupos de pressão locais, como o Grupo Ecológico de Cascais, já que à data ainda não tinha sido criada a Agência Cascais Atlântico. Não podemos esquecer que o código não tem versão portuguesa, diga-mos uma versão produzida pelo poder estatal, e mesmo que os marítimos o procurassem ler, não conseguiriam, por falta de conhecimentos da língua inglesa, ou até por falta de compreensão do próprio texto, com palavras técnicas que não lhes são familiares.

¹⁷⁸ “2. Calls on States, International Organizations, whether Governmental or Non-Governmental, and all those involved in fisheries to collaborate in the fulfilment and implementation of the objectives and principles contained in this Code” (FAO, 1995:41).

II. 4.3. Dependência dos recursos provenientes das pescarias

Portugal é hoje um dos países da União Europeia mais dependente de pescado: ocupa o 11º lugar na classificação europeia de países que mais cedo têm de ir buscar o pescado fora das águas europeias (Relatório *Fish Dependence – 2012 Update*)¹⁷⁹, e possui duas das trintas regiões mais dependentes da pesca na União Europeia (Açores e Algarve) (DGPIU, 2006).

Sabendo que a dependência das pescas determina a atuação dos pescadores (necessidade gera comportamento)¹⁸⁰ (Bandura, 1986:1), e que esta é maior à escala local (DGPIU, 2006:1), pareceu-nos pertinente avaliar a dependência que os pescadores de Cascais têm da pesca, considerando para esse efeito as respostas dos próprios marítimos. Sob esse desígnio, optou-se por perguntar aos marítimos, por meio de várias hipóteses, classificadas e divididas por temas, quais as que para eles refletiam o valor dos recursos haliêuticos, de forma a perceber o que os motivou a trabalhar nas pescas, o que ainda os motiva agora, e o que pensam que os vai motivar no futuro.

Os pescadores repartiram as suas escolhas da seguinte forma: (1) **económico** (93%), pois trata-se da sua subsistência, onde retiram o alimento diário do agregado familiar; (2) **social/comunitário/prazer** (63%), consideram as pescas a atividade do seu coração, que amam, e um ponto de encontro entre amigos e familiares; (3) **tradição familiar** (56%) e **atividade ancestral** (33%), responderam de forma afirmativa a estas duas questões, que se cruzam quanto à finalidade, os pescadores cujos pais ou avôs também foram pescadores; (4) **valor nutricional** (4%), o inquirido referia-se ao polvo. As hipóteses relacionadas com a sustentabilidade dos recursos haliêuticos não foram consideradas prioritárias (figura 52).

Ainda que compreensíveis, os resultados são pouco animadores. Se quase todos os pescadores dizem valorizar as questões económicas, nenhum pescador diz preocupar-se com a salvaguarda do equilíbrio dos ecossistemas marinhos, ou seja, os recursos são tidos como uma propriedade material, que maximizam o prazer dos marítimos sempre que estes obtenham maior lucro (ética utilitarista).

¹⁷⁹ Em complemento - pela importância e novidade -, este relatório apresenta os dados da dependência do pescado relativos a 2012, em atualização do documento com o mesmo título realizado em 2010, e também já atualizado em 2011. Assim, pela terceira vez consecutiva, a NEF e a Ocean 2012 analisam os níveis de autossuficiência e os dias da dependência de pescado, para todos os Estados membros da EU27, recorrendo para isso aos dados estatísticos de 2009, de todos os países europeus, excluindo Alemanha, que por atraso na comunicação dos dados, levou à utilização dos dados estatísticos de 2008.

¹⁸⁰ Conforme Albert Bandura, ilustre professor de psicologia da Universidade de Stanford, o comportamento humano é geralmente motivado e derivado de várias necessidades, atividades, impulsos e instintos. O autor fundamenta esta ideia com base na teoria do “funcionamento humano” (*human functioning*) que agrupa e harmoniza: padrões cognitivos centrais, experiências vicariantes, autorregulação e processos reflexivos para adaptação humana e mudanças (Bandura, 1986).

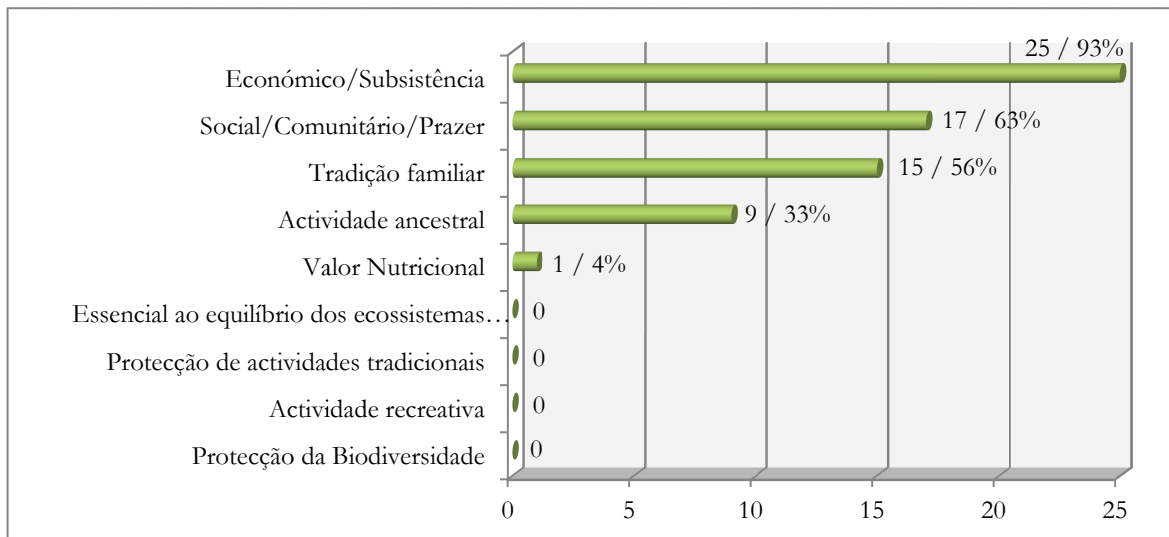


Figura 52 – Respostas à pergunta: 40. Das seguintes hipóteses, quais as que refletem o valor que os recursos haliêuticos têm para si?

Descrição: Os marítimos poderiam escolher as hipóteses que considerassem mais relevantes, sem limite, o que significa que era possível obter para cada hipótese 27 respostas (frequência absoluta / frequência relativa (%), por resposta).

Indagados sobre se sabem fazer mais alguma coisa para além de trabalhar nas pescas, 70% dos inquiridos referiram que sim, salientando que mesmo que não soubessem, teriam de aprender alguma coisa ou ir trabalhar para as obras. No entanto, em situação de abandono das pescas, 63% dos marítimos não dispõem de outros meios de subsistência, e 89% referem que isso poderia atuar como um destabilizador familiar/social. E, claro, quando lhes foi perguntado se continuariam a pescar mesmo que os recursos marinhos estivessem esgotados, a resposta foi esmagadora; todos, sem exceção, indicaram a intenção de “capturar até ao último peixe que exista no oceano” (tabela 16).

Perguntas sobre dependência dos recursos da pesca:	SIM		NÃO	
	FA	FR	FA	FR
Sabe fazer mais alguma coisa para além de trabalhar nas pescas?	19	70%	8	30%
Se as pescas acabassem disponha de outros meios de subsistência?	10	37%	17	63%
O fim da atividade poderia atuar como um destabilizador familiar/social?	24	89%	3	11%
É verdade que mesmo que os recursos marinhos estejam a ficar esgotados não vai deixar de pescar porque é do mar que vem o sustento do agregado familiar?	27	100%	0	0%

Tabela 16 – Questões dicotómicas sobre a dependência dos recursos provenientes das pescas.

Descrição: Dados apresentados por pergunta em Frequência Absoluta (FA) / Frequência Relativa (FR).

As respostas revelam um elevado nível de dependência das pescas, ainda que, lamentavelmente, não o seja por parte do valor ecológico dos recursos, mas sim pelo proveito económico das capturas.

Ainda, com enquadramento neste tema, procurou-se perceber se o abandono das pescas pode ultrapassar os problemas sociais (de ordem económica) e transformar-se em problemas de saúde, nomeadamente psiquiátricos, como depressões, fobia social, dependência ou transtorno depressivo maior, que entre outros sintomas, se caracteriza pela perda de prazer em todas as atividades do quotidiano. Concluimos que isso é possível, porque 37% dos inquiridos indicaram conhecer marítimos que sofreram de problemas psicológicos por abandonar as pescas, sendo que destes, 11% indicaram conhecer poucos, e 26% referiram conhecer muitos (fig. 53).

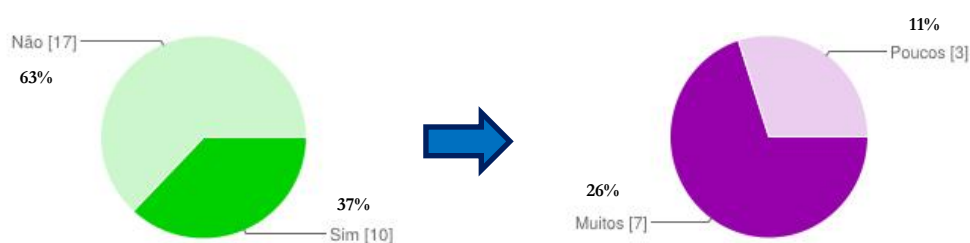


Figura 53 – Resposta à pergunta: 54. Recorda-se de algum marítimo ter sofrido problemas psicológicos por abandonar as pescas? Se a resposta for SIM, indicar se são muitos ou poucos.
Descrição: Valores apresentados em frequência absoluta e em frequência relativa (%).

II. 4.4. Práticas do quotidiano nas pescarias

Faz-se uma avaliação estruturada em três objetivos: (1) avaliar a adoção de práticas sustentáveis, (2) avaliar o cumprimento dos regulamentos da atividade, (3) direcionado à Cidadania Ambiental nas Pescarias, avalia como os pescadores pensam as quotas (principal motivo de atrito com o poder político).

O primeiro objetivo avalia a preocupação dos marítimos com lixos e óleos resultantes da sua atividade diária. Neste âmbito, indagados sobre se trazem sempre na embarcação um depósito para colocar o lixo (e.g. restos alimentares), quer seja um balde ou um saco, porque o importante é não deitar lixo no oceano, 19 responderam SIM; 7 responderam ÀS VEZES, e 1 respondeu NÃO (figura 54).

Os dados revelam que os marítimos têm preocupações quanto ao destino dos lixos, informação que é consentânea com a observação realizada no terreno. Salienta-se que, os inquiridos que responderam levar só algumas vezes saco para o mar, para depositar o lixo, pertencerem aos escalões acima dos 40 anos de idade, e são mestres de pequenas embarcações que pescam durante curtos períodos de tempo, que só levam para o mar material de pesca (anexo 10 - foto 5). As embarcações de maior dimensão, nomeadamente as de pesca costeira, geralmente têm a bordo locais específicos para colocar os restos alimentícios, e locais para guardar e trazer

para terra o lixo que vem junto das armadilhas/redes quando as retiram de água (anexo 10 - foto 6); prova disso é o lixo existente no Cais de Pesca de Cascais que foi retirado da água pelos pescadores (anexo 10 - foto 7).

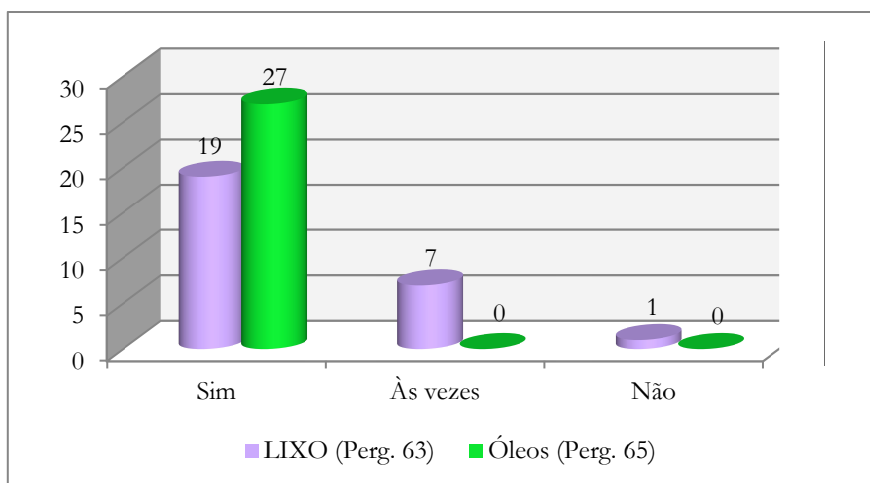


Figura 54 – Resposta às perguntas: 63. Tem sempre na embarcação um caixote para armazenar o lixo produzido? 65. Os óleos da embarcação (motores e equipamentos), quando substituídos, são colocados nos recipientes próprios existentes no porto?
Descrição: Resposta à pergunta 63 representada a azul e a resposta à pergunta 65 representada a vermelho. Valores apresentados em frequência absoluta.

Os marítimos foram ainda questionados se têm a preocupação de não deixar ficar material danificado na água, principal causador da pesca fantasma, ao que responderam de forma muito positiva (tabela 17): 85% têm sempre a preocupação de trazer todo o material para terra, o que significa que nunca deixaram material na água, e 11% disseram que essa situação tinha acontecido algumas vezes, mas não muitas, porque o material é muito caro: *“o material é muito caro e por isso trazemos sempre para terra para reaproveitar. O que é caro não são as redes, são as cordas, que custam mais de 50 euros para cada teia”*¹⁸¹.

Tem a preocupação de não deixar ficar material no mar, quer em boas condições, quer danificado?		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nunca	0	0%
Raramente	0	0%
Às vezes	1	4%
Muitas vezes	3	11%
Sempre	23	85%
TOTAL	27	100%

Tabela 17 – Resposta à pergunta: 58. Existe a preocupação de não deixar ficar material no mar, quer em boas condições, quer danificado?

¹⁸¹ Frase proferida pelo Sr. Miguel Diogo, mestre da embarcação *Horizonte Aberto*, recolhida na madrugada do dia 25 de abril de 2012 (aquando da ida para a faina nesta embarcação).

Em relação ao destino dado aos óleos das embarcações, que como sabemos possuem um grande efeito poluidor nos ecossistemas marinhos (um litro de óleo polui 1 m³ de água), a totalidade dos inquiridos referiu colocar o óleo no ecoponto marítimo (anexo 10 - foto 8), o que representa uma melhoria significativa face a um passado não muito distante, onde, segundo alguns marítimos, muitas vezes estes seriam depositos ao Mar (*vide* figura 54).

Realça-se a importância do projeto do ecoponto marítimo, cuja patente pertence à Agência Cascais Atlântico, bem como a intenção desta Agência em criar uma rede nacional de ecopontos marítimos. Trata-se dum projeto que diminui os efeitos nefastos da poluição com contaminantes perigosos, promove o reaproveitamento dos resíduos, e a Educação e a Sensibilização Ambiental, porque são os pescadores os principais depositantes dos diferentes materiais, e diga-se, foram eles quem mais lutou para que esta infraestrutura fosse construída, conforme palavras proferidas no dia da inauguração por um dirigente da APPC: *“veio resolver um problema para o qual os pescadores chamam a atenção de várias autarquias, mas que até agora não tinha solução concreta e é de uma importância extrema, apesar de ser uma ação simples”*¹⁸².

Sabemos que os óleos ficam em segurança no ecoponto para posterior tratamento, mas também quisemos saber se existem derrames entre o retirar o óleo da embarcação e o depositar no ecoponto marítimo.

Apuramos que é praticamente nula a possibilidade de derramamento de óleo durante as operações de manutenção das embarcações, porque em 85% dos casos os inquiridos fazem a “mudança de óleo em seco” (figura 55).

Dois marítimos disseram ter tido algumas vezes alguns pequenos derrames, por acidente, e outros dois referiram ter muitas vezes esse problema, por rebentamento de tubos do hidráulico, situação que pode ocorrer em qualquer lugar e sem qualquer previsão. O segundo objetivo, que consiste em avaliar o cumprimento dos regulamentos da atividade, com destaque para os que protegem as espécies e as pescas, teve respostas muito positivas: 81% dos inquiridos dizem utilizar sempre só as artes de pesca para que estão licenciados, e confirmam que respeitam sempre a malhagem, diâmetro, largura e profundidade das redes e 11% indicaram que também o fazem muitas vezes, o que significa que 93% dos inquiridos da comunidade respeitam o tamanho mínimo das espécies; 85% capturaram só as espécies para as quais têm licenças (figuras 56 e 57).

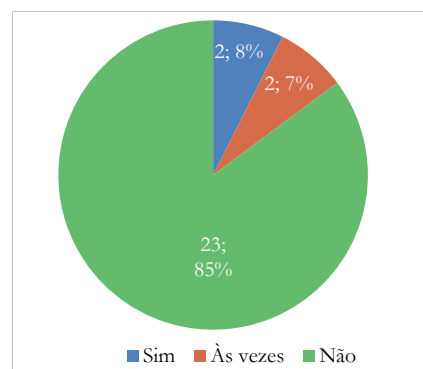


Figura 55 – Resposta à pergunta: 66. Se sim, nesta operação acontecem derrames na água?

Descrição: Valores apresentados em Frequência Absoluta e Frequência Relativa (%).

¹⁸² Disponível em <http://pongpesca.wordpress.com/2010/01/15/rede-de-ecopontos-maritimos/>, 06MAI12.

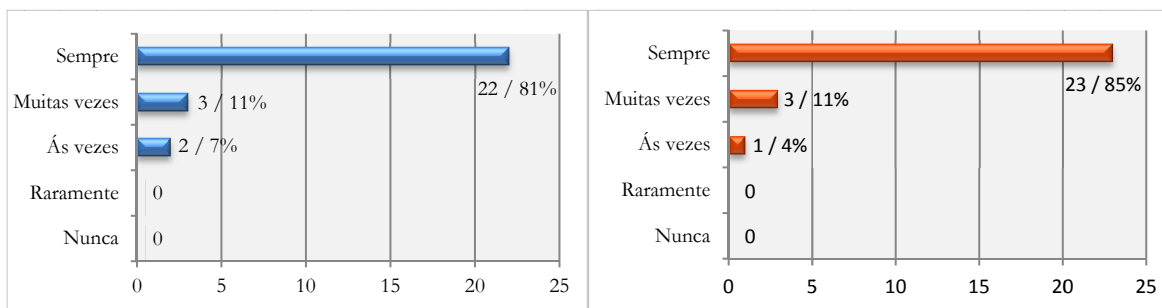


Figura 56 – Resposta à pergunta: 57. As redes de pesca que utiliza cumprem as normas (e.g. malhagem, diâmetro, largura e profundidade)?

Figura 57 – Resposta à pergunta: 59. Existe a preocupação de pescar só as espécies para as quais têm licença de artes?
Descrição: Valores apresentados em frequência absoluta e frequência relativa (%).

Durante o processo de validação do inquérito, junto dos presidentes das associações de pesca, e logo nos primeiros trabalhos de prospeção no terreno, foram várias as pessoas que no porto de pesca de Cascais referiram a existência de artes de pesca (sobretudo alcatruzes) muito acima do que a lei determina, para potenciar as capturas porque muitas unidades populacionais de peixes estavam aparecer menos:

*“Cada embarcação, com licença, pode ter 3500 alcatruzes, mas alguns andam com mais de 100 mil e ninguém faz nada. Aliás, com o sol a subir os alcatruzes vão à água e com o sol a raiar têm de ser tirados da água, mas ninguém cumpre a lei”.*¹⁸³

Em conhecimento desta realidade foi forçoso questionar os pescadores se utilizam o número de artes de pesca para que estão habilitados, ou um número bastante superior, tal como comumente se ouve, mesmo sabendo que, sempre que lhe fosse possível, iam tentar contornar a questão, com receio que se tratasse de um fiscal da Câmara Municipal, como o alegaram algumas vezes, apesar de todas as garantias dadas em contrário.

As respostas confirmam a desconfiança. Só 33% dos inquiridos assumem utilizar mais artes do que o permitido (covos e alcatruzes), e nem sequer indicam se essa utilização assume proporções faraónicas, ou se se trata de só mais meia dúzia (figura 58).

Outra questão igualmente importante, e igualmente delicada, cujas respostas podem ter seguido o caminho do “politicamente correto” e não o caminho do que efetivamente se passa em Cascais, ainda que tenha sido garantido o

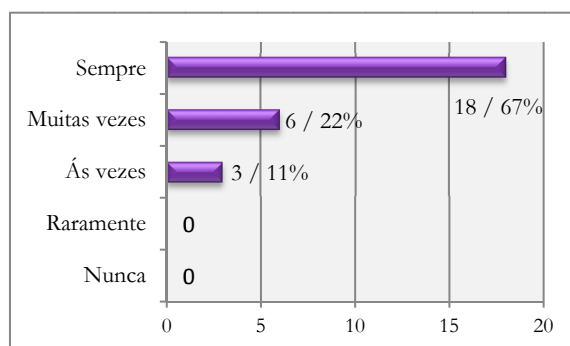


Figura 58 – Resposta à pergunta: 60. Utiliza só o número de artes de pesca para que está habilitado?
Descrição: Valores apresentados em frequência absoluta e frequência relativa (%).

¹⁸³ Muitos foram os pescadores que deram informação semelhante. Esta frase foi retirada do inquérito realizado ao Sr. Luís Sores, realizado no dia 31/03/2012, que anda ao polvo na embarcação *Vanda Isabel*, em conjunto com os seus sete irmãos (a embarcação é de todos).

anonimato da resposta, foi a da quantidade de pescado que os pescadores levam à lota, para percebermos se existe “fuga à lota”.

Como se sabe, a possibilidade de vender o peixe sem pagar os respectivos impostos constituiu uma infração, mas ainda assim 19% dos inquiridos afirmaram que não levam a totalidade do peixe à lota, e culpam por isso a estruturação do setor, que os obriga a agir assim; por outro lado, 81% dizem levar sempre todo o peixe à lota (tabela 18).

Que quantidade de peixe leva à lota?	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Todo	22	81
Parte	5	19
NS / NR	0	0
TOTAL	27	100

Tabela 18 – Resposta à pergunta 61. Do peixe que captura, que quantidade leva à lota?

Invertendo a pergunta, perguntando-lhe se conhecem armadores/pescadores que não levam à lota todo o peixe que capturam, 59% disseram que SIM, o que é revelador de falta de verdade na resposta anterior (figura 59). No entanto, a pergunta fragmentava-se em duas respostas, e os inquiridos que anteriormente responderam SIM, em 75% das respostas também indicaram que são MUITOS e não POUCOS, os pescadores a não entregar todo o pescado na lota, o que ainda mais legitima a observação anterior.

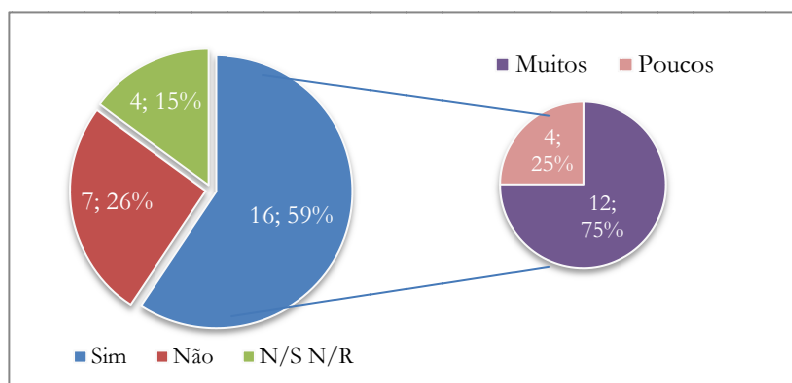


Figura 59 – Resposta à pergunta: 62. Conhece armadores ou pescadores que não levam à lota todo o peixe? Se sim, muitos ou poucos?
 Descrição: Apresentação de valores: FA e FR (%)

O terceiro objetivo, direcionado à Cidadania Ambiental nas Pescarias, avalia a forma como os pescadores pensam as quotas, que como sabemos são muito criticadas, não só pelos pescadores mas pelos vários quadrantes da sociedade, como evidência a expressão de revolta do Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação costeira *Milagre*. “A pescada tem quotas. Quando as quotas são atingidas, nos limites nacionais, ninguém pode trazer esta espécie para terra. No entanto, quando lanço

as redes para o linguado, normalmente também capturo pescadas, e outras espécies (...) e por isso as quotas são uma estupidez”¹⁸⁴.

Para isso perguntamos aos marítimos se, caso não existissem quotas, ou se essas fossem indicativas e não obrigatórias, se existia a preocupação de as respeitar? Só um marítimo admitiu NÃO as respeitar, tendo nove demonstrado a intenção de as respeitar MUITAS VEZES e sete de as respeitar SEMPRE, o que é positivo, já que estas duas respostas representam 59% dos votos. Se considerarmos como positivo os que responderam Às VEZES (7 inquiridos), esta percentagem eleva-se para 85% (Perg. 55 – fig. 60).

Invertendo a questão, perguntando aos pescadores se consideram os colegas capazes de fazer o mesmo, na globalidade as respostas foram semelhantes, à exceção das respostas NUNCA e SEMPRE, que apresentam uma tendência invertida: quando os pescadores respondem por si, dizem-se sempre cumpridores, mas quando respondem pelos seus colegas, não os consideraram igualmente tão cumpridores!!!! (Perg. 56 – fig. 60). Depreende-se que alguns pescadores não responderam com honestidade à pergunta, responderam com o que era “bonito dizer”, provavelmente por receio. No entanto, a tendência da resposta à pergunta 55 (fig. 60) segue as anteriores, é positiva, e a ser verdadeira revela por parte dos pescadores o compromisso de cumprir a regulamentação do setor.

A luta dos pescadores conta as quotas pode mesmo estar a resultar, porque, para evitar o despejo no mar de milhares de toneladas de peixe, reduzindo o desperdício e melhorando a sustentabilidade das pescas, a quota por espécie poderá acabar com a nova reforma da PCP (Euronews, 19/03/2012:online).

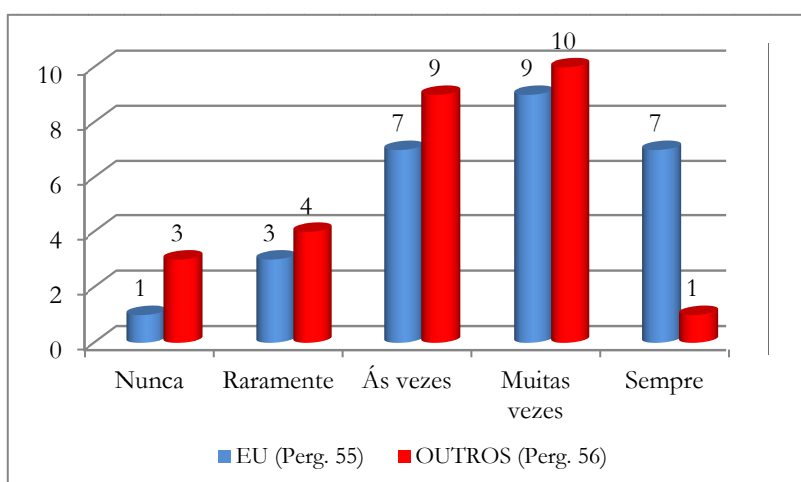


Figura 60 – Resposta às perguntas: 55. Se não existissem quotas, ou se essas fossem indicativas e não obrigatórias, respeitava-as? 56. E os seus colegas de profissão fariam o mesmo?

¹⁸⁴ Informação recolhida por inquérito em 04/04/2012.

II. 4.5. Para uma melhor sustentabilidade do setor das pescas

Para melhorar a sustentabilidade das pescas de Cascais, setor com elevada especificidade, consideramos que deveríamos responder a três objetivos: (1) o que pensam os pescadores das instituições que regulam a atividade nas pescas; (2) que propostas consideram ser as melhores para dinamizar o setor; (3) o que estão dispostos a fazer para evitar a situação de sobre-exploração de algumas espécies.

Para melhorar o desempenho ambiental dos pescadores em práticas quotidianas é, antes de mais, necessário saber o que estes pensam das instituições que determinam a atividade das pescas, porque, naturalmente, a motivação teria de partir de uma orientação emanada destas entidades (estrutura vertical), cujo cumprimento depende sempre do grau de receptividade. Aliás, com rigor, a sustentabilidade, enquanto orientação estratégica, é já uma orientação destes organismos, que não chega aos pescadores, a quem de facto anda no mar, conforme se observa nas respostas dadas pelos pescadores (tabela 19).

	MAMAOT		DGPA		IPIMAR		ACA		AP		TOTAL		MÉDIA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Nenhuma	19	70%	10	37%	20	74%	23	85%	15	56%	87	322%	17,4	64%
Pouca	4	15%	8	30%	1	4%	1	4%	3	11%	17	64%	3,4	13%
Alguma	4	15%	5	19%	4	15%	2	7%	6	22%	21	78%	4,2	16%
Muita	0	0%	3	11%	1	4%	0	0%	3	11%	7	26%	1,4	5%
SN/NR	0	0%	1	4%	1	4%	1	4%	0	0%	3	12%	0,6	2%
TOTAL	27	100%	27	100%	27	100%	27	100%	27	100%				

Tabela 19 – Resposta à pergunta 69. Como classifica as seguintes instituições quanto à utilidade e importância para as pescas?

Descrição: Valores apresentados em frequência absoluta (FA) e frequência relativa (FR). As siglas das instituições podem ser consultadas na listagem de acrónimos.

Os inquiridos consideram ser a DGPA quem mais faz para os ajudar, destacam ainda neste organismo a atuação de alguns elementos, que dizem “valer pela Direção inteira”, e colocam no oposto a ACA, para uns uma instituição desconhecida, e para outros um “tacho para meia dúzia de biólogos”. Salienta-se que, em 77% dos casos, os pescadores referiram não saber o que é a ACA, logo não conhecem o seu trabalho, nem o âmbito das suas funções, e ainda referiram que a IGP, que tem por missão particular a atividade fiscalizadora da DGPA, só serve para os autuar, caso se esqueçam de algum papel em casa, mas não para combater a pesca ilegal, e por isso é muito mal vista.

As associações de pesca (AP) surgem em segundo lugar, logo a seguir à DGPA, mas com muito pouca estima por parte dos pescadores, alguns até alegando que a sua utilidade reside na colaboração das festas de verão (parece-nos muito pouco!!!). Salienta-se que duas das embarcações inqueridas são pertença dos presidentes destas associações, porque também são pescadores, e ambos indicaram-nas como muito importantes, o que beneficiou de forma natural as associações.

O IPIMAR, instituto público que deveria investigar as pescas e o mar, apesar de recolher o consenso de alguns inquiridos, quanto ao propósito da importância e utilidade, foi indicado por muitos como “pronto para a extinção”, com o fundamento de que “não fazem rigorosamente nada”, “não percebem de nada”, “não colaboram em nada”¹⁸⁵, e “não têm verbas para prospeção, logo têm pouca validade”. De facto, os pescadores têm a sua razão, porque sem pesquisa não se conhece o potencial dos recursos marinhos na costa portuguesa. Esta é a única forma de saber o que existe para fazer novas concessões.

Podemos perceber que, os inquiridos que encontram alguma utilidade nas funções desta organização, são exatamente aqueles que capturam exemplares para lhes vender para análise, o que denuncia a possibilidade de, tal como ocorreu nas AP, também aqui as respostas possam ter naturalmente beneficiado esta instituição.

O Sr. Manuel Lorigo diz que atualmente se está a viver um retrocesso: indica que no passado eram os mestres que encontravam os bancos de pesca, mas como agora os mestres são poucos, não se encontram novos bancos de pesca nem se conhecem as verdadeiras potencialidades da nossa costa. Diz ainda que, mesmo que esses mestres ainda existissem, não existiria alternativa ao sistema, porque já tentou colaborar com o IPIMAR, apresentando-lhe um projeto que consistia no estudo da viabilização da captura do camarão branco, e este alegou falta de recursos para concretizar o estudo¹⁸⁶.

No cômputo geral, das 135 respostas possíveis (27 inquiridos * 5 instituições), 87 indicam que estas instituições não têm qualquer utilidade ou importância, não acreditam nelas, nem no que estas possam fazer para melhorar a atividade, e só 7 respostas dizem o oposto, que estas instituições têm muita importância. Não poderia ser mais evidente a falta de diálogo entre atores políticos, técnicos e pescadores, sendo que esta é gritante ao nível local (AP em posição de nulidade).

O segundo objetivo vai ser desenvolvido com base em algumas propostas que foram apresentadas e explicadas aos pescadores, das quais estes poderiam escolher as que mais lhe

¹⁸⁵ Inquérito realizado ao Sr. Pedro Teixeira, mestre e dono da embarcação *Dimar*, no dia 23/03/2012.

¹⁸⁶ Entrevista realizada com o Sr. Manuel Lorigo, da Direção da AAPC, no dia 17/03/2012.

parecessem adequadas à melhoria das condições sociais, económicas, ambientais e de governança das pescas de Cascais (tabela 20).

Quais as soluções que considera pertinentes para melhorar o setor das pescas?	FA	FR
Instruir e sensibilizar os pescadores para as consequências da pesca irracional	5	19%
Aumentar o preço do pescado	6	22%
Adotar sistemas alternativos de atribuição de novos licenciamentos, para que as pescas não parem	6	22%
Estabelecer uma Área Marinha Protegida (AMP) para estabilizar as espécies mais capturadas	7	26%
Implementar um simplex porque as pescas estão demasiado burocratizadas e pouco funcionais	11	41%
Maior comunicação/diálogo entre associações de armadores e pescadores e poder político	12	44%
Aumentar a fiscalização para impedir capturas de tamanho inferior ao determinado por lei	13	48%
Criar cooperativas entre os pescadores para controlarem só por si a cadeia de comercialização	15	56%
Melhorar o desempenho do IPIMAR na prospeção da costa portuguesa	15	56%
Reestruturar os serviços prestados pela DGPA	15	56%
Que qualquer cidadão possa comprar pescado diretamente na lota	16	59%
Reduzir os intermediários que fazem encarecer a venda final do produto	16	59%
Decretar defesos capazes de estabilizar as espécies, reequilibrar as capturas, e compensar monetariamente os pescadores nestes períodos	16	59%
Tabelar o preço de venda mínimo de pescado (por espécie)	18	67%
O valor de venda ao público não pode ser superior a 10% em relação ao valor da venda em lota pelos pescadores	22	81%
Tabela 20 – Respostas à pergunta: 75. Das seguintes hipóteses, quais considera fundamentais para assegurar a sobrevivência do setor das pescas:		
Nota: Os marítimos poderiam escolher as hipóteses que considerassem mais relevantes, sem limite, o que significa que era possível obter para cada hipótese 27 respostas. Apresentam-se as frequências absolutas e relativas para cada hipótese.		

Os pescadores foram perentórios ao indicar que, no seu interesse, e também no interesse de todos os portugueses, quem compra em lota só deveria poder aumentar em 10% o preço na revenda. Salienta-se que, mesmo sendo uma possibilidade conflituante com o mercado liberalizado, recolheu a simpatia de 81% dos inquiridos, que, aliás, foram mais longe dizendo que os intermediários “até poderiam ganhar 40%, sobre o valor de compra em lota, porque agora ganham mais de 1000%”¹⁸⁷.

A segunda hipótese mais pretendida, por 67% dos pescadores, foi a de tabelar o preço mínimo do pescado. Há semelhança da hipótese anterior (mais votada), e com o mesmo fundamento, também esta se esbarra na liberalização do mercado. Os pescadores contestam a obrigatoriedade de vender em lota sem qualquer garantia de preço, criticam o facto de chegar a terra sem saber quanto é que vale o peixe, ou se tem comprador. Afirmam que, para isso, deveria

¹⁸⁷ Inquérito realizado ao Sr. Luís Soares, pescador da embarcação *Vanda Isabel*, no dia 31/03/2012.

ser possível eles venderem o pescado, por conta própria, e não estar dependentes do monopólio do mercado que existe em Cascais, que se resume a “dois compradores fixos, e meia dúzia de peixeiras”¹⁸⁸.

A terceira, quarta e quinta hipótese mais votadas recolheram individualmente a simpatia de 59% dos inquiridos: primeira, decretar defesos capazes de estabilizar as espécies e reequilibrar as capturas, e compensar monetariamente os pescadores nestes períodos; segunda, reduzir os intermediários que fazem encarecer a venda final do produto; terceira, qualquer cidadão possa comprar pescado diretamente na lota.

Realça-se o facto de surgir ao mesmo nível a redução dos intermediários, que é uma extensão às hipóteses mais votadas, e a realização de defesos, ainda que remunerados, porque significa a consciencialização de que os recursos são finitos e de que estão a ser bastante explorados (por eles próprios!!!). Aliás, esta compreensão pode interpretar-se nas palavras de um jovem mestre de Cascais: “são todos a tirar e ninguém a pôr”. O “polvo não acaba porque anda sempre a comer, ganha peso muito rápido e reproduz-se com 400/500 g”.¹⁸⁹ A hipótese de qualquer cidadão poder comprar pescado diretamente na lota, a preço de revendedor, desde que devidamente regulamentada, é viável e tornaria mais competitivo o setor da restauração e combateria a “fuga à lota”, que é feita basicamente entre os pescadores e os pequenos comerciantes locais (ver ponto II.7.2.).

Seguem-se mais três hipóteses na ordenação das mais votadas, que recolhem individualmente a simpatia de 56% dos inquiridos. As duas primeiras visam a reestruturação dos serviços prestados pela DGPA e a melhoria do desempenho do IPIMAR na prospeção da costa portuguesa, que como vimos anteriormente, foram instituições depreciados pelos pescadores; a terceira consiste em criar uma cooperativa entre os pescadores para controlarem só por si a cadeia de comercialização.

Salienta-se que, no caso da DGPA, os motivos são diferentes, pois como vimos anteriormente os pescadores até lhe conferem alguma importância e utilidade. No entanto, recentemente foram descentralizados alguns serviços da DGPA, da Sede (Lisboa) para as Caldas da Rainha, o que obriga agora os pescadores a maiores deslocações para alterarem livretes e licenças de pesca, gerando descontentamento¹⁹⁰.

A situação é preocupante e era preferível que mais marítimos tivessem expressado a sua vontade de ver melhorados os serviços destas duas instituições. Como estas questões têm um duplo sentido, isso significaria que se preocupavam, que tinham interesse em melhorar, e que não

¹⁸⁸ Inquérito realizado ao Sr. António Dias, pescador da embarcação *Praia de Cascais* (31/03/2012).

¹⁸⁹ Inquérito realizado ao Sr. Miguel Diogo, mestre e dono da embarcação *Horizonte Aberto* (23/03/2012).

¹⁹⁰ Inquérito realizado ao Sr. António Augusto, mestre e dono da embarcação *Patrícia* (24/03/2012).

as consideravam como “*causas perdidas*”. Podemos afirmar que, se 56% acham que estas instituições podem melhorar os seus serviços, os restantes 44% consideram estes dois organismos nulos, sem qualquer importância ou utilidade (para os poderem ajudar na sua atividade); foi por isso que não responderam, sendo-lhes indiferente se estes serviços são bons ou maus.

Em relação às cooperativas, estas são referidas com alguma timidez porque sugerem aos pescadores um duplo sentimento; por um lado consideraram que uma cooperativa poderia significar a independência face aos intermediários, acreditam nesta hipótese caso fosse um projeto assente na justiça e equidade profissional, mas por outro dizem que no longo prazo geraria mais um conjunto de aproveitadores, porque, segundo estes, esta opção já foi realidade em alguns locais, mas nada mudou, simplesmente os pescadores deixaram de ser “*roubados por intermediários e passaram a sê-lo pelos próprios dirigentes da cooperativa, que andavam em bons carros, tinham boas casas, iam comer a restaurantes, enquanto os pescadores andavam no mar*”¹⁹¹.

Aumentar a fiscalização para impedir capturas de tamanho inferior ao determinado por lei recebeu 48% dos votos. Não é uma situação positiva, nem negativa, porque não revela uma maior conscientização ecológica, já que no terreno foi possível perceber que esta resposta é motivada pelo facto de alguns pescadores estarem a utilizar artes em número muito superior ao aconselhável ou recomendável, situação que incomoda outros pescadores somente porque não têm recursos financeiros para adquirir novas artes, e insistem na necessidade da maior fiscalização para tentar bloquear a ação dos mais robustos.

A falta de diálogo entre pescadores e a AP e ACA é gritante e tem penalizado os pescadores e as pescas, o que motiva que 44% dos inquiridos afirmem a necessidade de existir diálogo, e não mais diálogo, porque dizem: “*até agora não existiu qualquer diálogo. Eles [ACA] falam com os Presidentes das AP, o que não vale de nada. Deveriam vir falar diretamente connosco [pescadores]*”¹⁹². De facto, é disso exemplo, o ocorrido com o processo de certificação do *Polvo de Cascais*: marca que nem todos os pescadores conhecem, e processo que todos consideram desastroso, não por falta de potencial, mas por falta de empreendedorismo, como se verá mais à frente no ponto “II. 4. Resultados do inquérito: vertente certificação do *Polvo de Cascais* (Parte II) ”.

Implementar um *simplex*, para desburocratizar e tornar as pescas funcionais, e estabelecer uma Área Marinha Protegida (AMP), para estabilizar as espécies mais capturadas (polvo, linguados, etc.), foram hipóteses que receberam 41% e 26% dos votos, respetivamente. Criar um *simplex* tem génese nos problemas elencados anteriormente, nomeadamente a deslocação de serviços da DGPA e a ausência de diálogo entre intervenientes (quem legisla e quem é legislado).

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² Inquérito realizado ao Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre* (04/04/2012).

Em relação à criação de uma AMP, os pescadores não consideram que seja a melhor ideia, ainda que possível, porque dizem já ter uma reduzida área de costa para pescar, fruto de um conjunto de condicionantes, a saber: Zona de Interesse Biofísico das Avencas (ZIBA), zona de proteção aos cabos submarinos, fundeadouros, sítio protegido devido a naufrágio histórico, REN (ao colocar parte da costa sob proteção especial), PDM (proteção aos três faróis), APL (canal da barra norte e sul), emissário da Guia, zona de conduta de descarga (emissário), zona do baixo (pouca profundidade que não permitem a pesca), entre outras zonas de menor relevância (fig. 61).

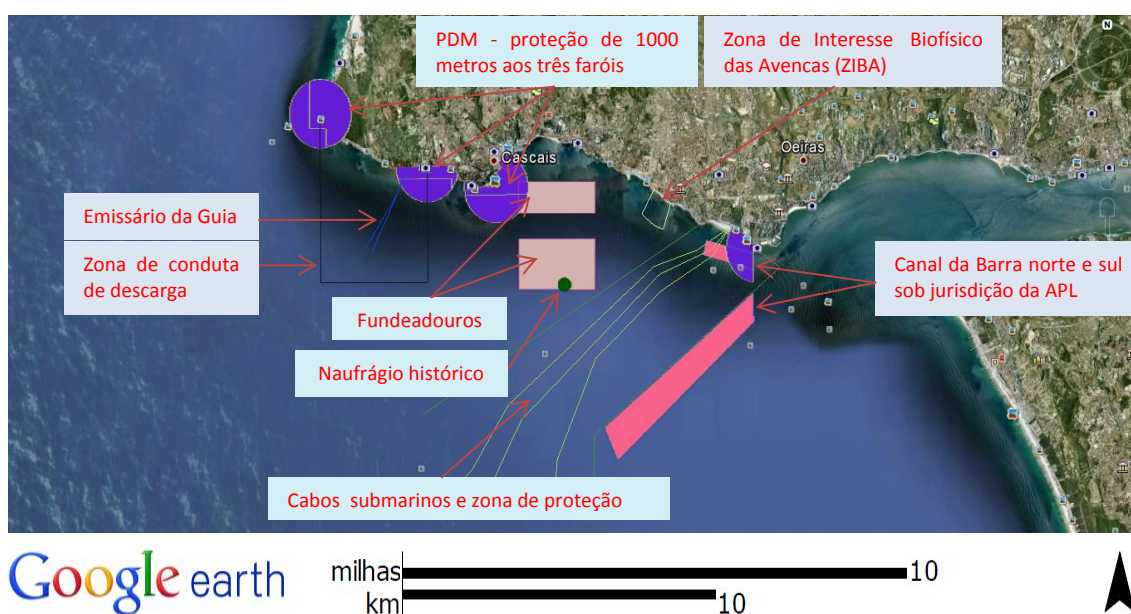


Figura 61 – Condicionantes à pesca no Concelho de Cascais.
Fonte: Agência Cascais Atlântico no *Google Ocean*, em 11MAI12.

Percebe-se que criar uma AMP é vista como uma solução que premeia os infratores, aqueles que estão dotados de material de pesca em excesso, e prejudica os cumpridores, aqueles que utilizam o número legal de artes de pesca. Por isso os pescadores estão mais recetivos a um defeso para o polvo, pois consideram ser a única forma de parar simultaneamente todos os pescadores. Aliás, criar uma AMP poderia aumentar a crispação entre pescadores, já latente, porque o espaço minorava, mas as artes de pesca aumentavam (tendência verificada na última década). Não obstante, poderá ser uma solução desde que muito bem pensada, se possível negociada primeiro com os pescadores.

A antepenúltima hipótese, com 22% dos votos, consiste em adotar sistemas alternativos de atribuição de novas licenças para espécies mais abundantes, como a azevia e o camarão branco,

popularmente designado de camarão de Espinho. Para os inquiridos, desta forma as pescas não paravam e ainda reduziria a pressão sobre as espécies mais exploradas¹⁹³.

Aumentar o preço do pescado e instruir e sensibilizar os pescadores para as consequências da pesca irracional, são consideradas irrealistas, só reunindo 22% e 19% dos votos, respetivamente.

A sensibilização, e ressalvando que a consideram importante, não se coaduna com as necessidades atuais dos pescadores, e aumentar o preço do pescado prejudica os consumidores, algo que os marítimos não pretendem, estando por isso convictos que a solução passa por reduzir as margens de lucro dos intermediários, ou seja, de toda a cadeia de comercialização até chegar ao consumidor final. Estas respostas representam uma forte linha de continuidade com o referido anteriormente, o que demonstra a necessidade de intervir rapidamente na atual forma de comercialização do pescado na lota. Já anteriormente 100% dos inquiridos tinha referido que, mesmo que os recursos haliêuticos esgotassem, pescariam até ao último peixe que existisse no oceano, porque tratava-se da sua subsistência.

Sendo evidente que o futuro das espécies e das pescas está nas mãos da Cidadania Ambiental, o terceiro objetivo teria obrigatoriamente de abordar a predisposição dos pescadores para melhorarem a sua “pegada profissional”, porque são as pequenas ações diárias que podem fazer toda a diferença para o ambiente. Além disso, aprendemos que apenas saber não basta. É preciso agir. Por isso neste trabalho demos o primeiro passo, indagando os pescadores sobre o que estão dispostos a fazer para evitar a situação de sobre-exploração de algumas espécies (fig. 62).

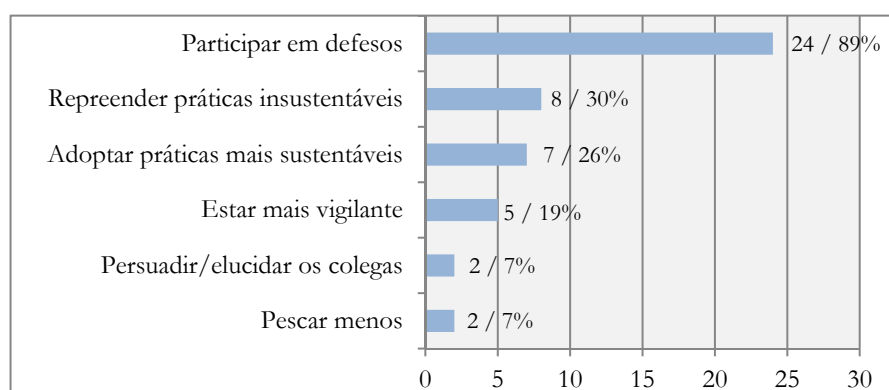


Figura 62 – Resposta à pergunta: 91. Das seguintes hipóteses, para melhorar a situação de sobre-exploração de algumas espécies, no limite a que estava disposto?

Descrição: Os marítimos poderiam escolher as hipóteses que considerassem mais relevantes, sem limite, o que significa que era possível obter para cada hipótese 27 respostas (FA – 27; FR – 100%).

¹⁹³ Inquérito realizado ao Sr. António Gorge Carmo Ramos, Presidente da AAPC, mestre e dono da embarcação *Mónica Sofia*, no dia 07/04/2012, e entrevista realizada com o Sr. Manuel Lorigo, da Direção da AAPC, no dia 10/03/2012.

De forma categórica, sem deixar dúvidas, 84% dos inquiridos referiram estar dispostos a fazer defesos para evitar a sobre-exploração das espécies, nomeadamente do polvo. No entanto, a realização dos defesos teria de ter subjacente um apoio, que poderia ser monetário, a título de compensação, ou laboral, através da concessão de novas licenças para capturar espécies que existam abundantemente na costa de Cascais sem estarem ameaçadas (ver ponto II.7.3.).

Reaprender práticas insustentáveis, talvez por ser uma atitude adversa, que hostilizaria ainda mais as relações profissionais, reuniu o consenso de 30% dos inquiridos, e adotar práticas mais sustentáveis recebeu 26% de votos, o que é verdadeiramente um valor reduzido.

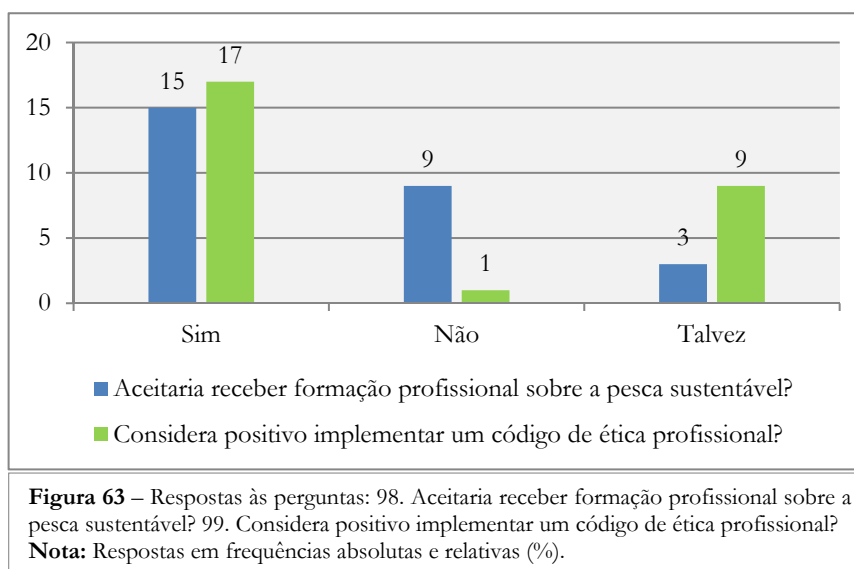
Estar mais vigilante (19%), persuadir os colegas para a pesca irresponsável e pescar menos, ambas com 7% dos votos, são as três hipóteses que menos atraem os pescadores. É interessante perceber o porquê dos marítimos não estarem dispostos a pescar menos, mas estarem dispostos a fazer defesos, que na prática consiste em pescar menos. Não se trata de uma contradição, mas sim do reforço ao que antes já referimos, porque prova que os marítimos estão envolvidos numa “guerra constante: a de quem pesca mais”. Em sede de entrevista, um marítimo que não vamos identificar, mostrou-se indignado com os abusos cometidos pelos colegas, no número de artes que utilizam, e indicou que a solução é também ele reforçar a sua capacidade de capturas, ou seja, neste caso construir mais covos para lançar ao mar.

Dando especial atenção à educação e consciencialização ambiental, perguntamos aos marítimos se aceitariam receber formação profissional sobre a pesca sustentável, e se apoiariam a implementação de um código de ética profissional (figura 63). A receptividade dos marítimos à formação é reduzida; só 56% disseram sim, 33% disseram não, e 11% indicaram que talvez, ainda que o fizessem com pouca confiança, já que de forma reiterada indicavam *“já não ter idade para estudar”*¹⁹⁴.

Quanto à implementação de um Código de Ética Profissional, o comportamento melhorou, evidenciou maior responsabilidade social, tendo 63% indicado a sua concordância, 4% indicado a sua discordância, e 33% consideraram que talvez, ainda que estivessem inclinados para responder não, porque referiram não acreditar que este instrumento de normas morais, pelas quais um indivíduo deve orientar o seu comportamento profissional, seja uma mais-valia para combater o que dizem ser uma luta individual e não coletiva dos pescadores de Cascais: *“o problema de uma grande parte dos pescadores é que cada um se safe por si, não existindo respeito pelos recursos e pelos outros pescadores.”*¹⁹⁵

¹⁹⁴ Inquérito realizado ao Sr. António Santana Cabrita, mestre e dono da embarcação *Pedro e Bia II*, no dia 04/04/2012. Foram muitos os que referiram as mesmas palavras.

¹⁹⁵ Inquérito realizado no dia 04/04/2012, a um pescador, que também é mestre e dono da sua embarcação. Como proteção vai manter-se o anonimato.



Não obstante à opinião dos pescadores, parece-nos que seria um instrumento pertinente, de fácil aplicação pelas AP sob coordenação da ACA, desde que tivesse como objetivo definir e ajudar os pescadores a compreender os padrões adequados de conduta profissional, bem como identificar e estabelecer requisitos de cumprimento, o que inclusive poderia aproximar os pescadores, algo que agora não existe.

II. 4.6. Caracterização da situação atual das pescas de Cascais

Para obtermos uma caracterização mais abrangente do setor, com o menor número de questões possível, indagamos os pescadores sobre quatro temas: número de pescadores, rentabilidade do setor, frota e recursos. Perguntamos ainda, apesar de algo desconexo, se consideravam os naufrágios um dos maiores flagelos dos pescadores, porque num passado não muito longínquo ocorreu uma tragédia deste nível com um marítimo de Cascais.

Indagados sobre se consideram o setor em expansão, e se o setor é rentável, as respostas indicam que o setor não está nada em expansão (67%), muito pelo contrário, e a ainda apontam para o fim da lota: *“tem os seus dias contados, passando a venda do peixe para leilões na internet”*¹⁹⁶. No entanto, inversamente ao pensado, em 59% dos casos os inquiridos consideram o setor nada ou muito pouco rentável (tabela 21). A justificação, segundo os inquiridos, está no facto da rentabilidade estar abaixo do seu potencial. Será que ainda poderia ser mais rentável!!!

¹⁹⁶ Segundo o Sr. António Ramos, Presidente da AAPC, mestre e dono da embarcação *Mónica Sofia*, no dia 14/04/2012. No entanto, vários pescadores pensam da mesma forma, já que por diversas vezes referiram só vender o pescado na lota de Cascais para evitar que feche (e.g. Sr. António Simões, mestre e dono da embarcação *Maria João*, no dia 07/04/2012).

	O setor está em expansão?		O setor é rentável?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	18	67%	6	22%
Não Muito	4	15%	10	37%
Talvez	4	15%	9	37%
Bastante	1	4%	1	4%
Sem opinião	0	0%	1	4%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 21 – Resposta às perguntas: 100. O setor está em expansão? 101. O setor é rentável?

Relembrando o referido no ponto I.1.4., o preço médio alcançado na primeira venda em Cascais, para todas as espécies, na média dos últimos 24 anos, é o segundo maior em Portugal Continental (4,29 euros/kg). Nota-se, portanto, alguma “lamúria” nas respostas dos marítimos, porque, para quem apresenta em média o segundo melhor preço de venda, deveria, supomos nós, apresentar índices de confiança mais elevados em relação à rentabilidade do setor.

Quase um quarto dos inquiridos acredita que o número de pescadores diminuiu bastante (70%), e mais de metade acredita que estão desaparecendo bastantes espécies (56%). Um marítimo indicou não estarem a desaparecer espécies, e três estarem a desaparecer poucas, dizendo tratar-se de um ciclo, agora negativo, mas acreditando que as espécies que agora aparecem pouco vão voltar e aparecer muito, tal como aconteceu com o caranguejo pilado (*Polybius henslowi*), ausente durante dois anos e agora (junho/2012) apareceu em grandes quantidades (tabela 22).

No conjunto das respostas TALVEZ e BASTANTE, 81% dos inquiridos apontam para uma redução do número de pescadores, referindo que ainda vai ser maior quando perecer a geração dos pescadores agora “seniores”, e 82% para o efetivo desaparecimento de algumas espécies, que antes eram muito abundantes, o que é bastante representativo.

	O número de pescadores diminuiu?		Estão a desaparecer espécies?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	0	0%	1	4%
Não Muito	5	19%	3	11%
Talvez	3	11%	7	26%
Bastante	19	70%	15	56%
Sem opinião	0	0%	1	4%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 22 – Resposta às perguntas: 102. O número de pescadores diminuiu? 104. Estão a desaparecer espécies?

Para não termos respostas vazias, respondidas ao acaso, indagamos os inquiridos sobre essas espécies que dizem estar a desaparecer, ou que antes eram muito capturadas e agora não aparecem. Ainda aproveitámos para questionar sobre as espécies que mais capturam, no sentido de obter uma melhor caracterização da situação atual das pescas de Cascais. Salienta-se que ambas as respostas já foram alvo de análise no ponto I.4.1., tanto que agora só vamos discriminar todas as espécies de forma sucinta, com as anotações retiradas aquando da realização do inquérito.

As espécies que os pescadores dizem mais capturar, são o polvo, robalo, corvina, pescada; carapau; linguado e raias. Salienta-se que o polvo, os robalos e os linguados são, porventura, as espécies que mais os pescadores PREFEREM capturar. A preferência pelo polvo está no interesse comercial, por ser uma espécie valorizada, e no facto de ser capturado sobretudo pela arte de alcatruzes, que para os pescadores é uma arte muito mais económica do que as redes.

As espécies que antes apareciam, mas que agora não aparecem, ou aparecem menos, também foram identificadas no ponto I.4.1., mas pode acrescentar-se ainda os rascaços, as margotas (também conhecidas por bodião Perez, que apanhavam entre novembro e janeiro), os pregados, os bonitos (família do atum), as sarguetas, o peixe-rei ou sorel, o peixão e as tintureiras.

Em relação ao estado de conservação e poder da frota, 19% (bastante) e 56% (talvez) dos inquiridos considerarem as embarcações ativas modernas, o que significa que 75% dos inquiridos consideram no seu todo as embarcações válidas para a prática das pescarias. Só um marítimo indicou que a frota não é moderna, aliás, este marítimo foi do contra durante todo o período da realização do inquérito¹⁹⁷, e quatro indicaram que a frota é pouco moderna (tabela 23).

Destaca-se a forte dinâmica de alguns jovens pescadores na aquisição de melhores e maiores embarcações (compra, venda e troca de embarcações), que aliás dificultou a recolha de informação. Podemos acreditar estar na presença de um novo modelo de pescador, mais jovem e mais consciente, que pode significar no futuro a manutenção da capacidade de capturas, com menos pescadores mas com mais sustentabilidade, até porque será mais fácil às autoridades locais interagir com todas as embarcações devido ao seu reduzido número.

Em relação aos naufrágios, os marítimos responderam em 63% dos casos que são um dos seus maiores flagelos. Aliás, por isso mesmo indicam ter um grande respeito pelo mar. No entanto, nem todos são temerosos e ficam em terra quando a ondulação é forte, até porque

¹⁹⁷ Trata-se do Sr. Paulo Matos, mestre e dono da embarcação *Selesa*. O inquérito foi realizado no dia 10/04/2012. Este pescador, que anda ao anzol, tem uma posição altamente cética em relação a absolutamente tudo que diga respeito à sustentabilidade das pescas, conforme excerto de um dos seus comentários: *“vens agora falar de sustentabilidade das pescas? Já vens tarde, agora já está tudo perdido. Vai-te embora, emigra, vai fazer outra coisa que valha a pena que isto é tempo perdido.”* Aliás, convém referir que foi com muito esforço que se obteve as respostas a todas as questões. Ainda assim, agradece-se atenção do marítimo, pois, após vinda do mar, cansado, em dia de fraca pescaria, até nós compreendemos o seu estado de espírito.

precisam de comer, e é quando o mar rabuja¹⁹⁸ que se dá uma maior oxigenação, exposição de nutrientes e movimentações de areia, fazendo com que as espécies andem mais à superfície, para se alimentarem, e se tornem presas mais fáceis.

Ainda assim, não existem registos de naufrágios em embarcações de pesca de Cascais (Carvalho & Fernandes, 2006)¹⁹⁹. Nesta matéria somente existe a lamentar um acontecimento fatídico, sucedido recentemente num dia normal de faina, quando o oceano “ceifou” a vida a um jovem pescador que tinha ido com o seu pai apanhar polvo, também pescador, com muita experiência, e numa embarcação de pesca costeira, que pela maior dimensão são mais estáveis em água²⁰⁰. Este pai, para além de perder um filho, querido e amado por todos, que ajudava a alimentar o agregado familiar, ainda ficou obrigado a continuar a pescar no oceano que lhe levou a vida do filho. Foi com pesar que toda a comunidade de pescadores assistiu à dor deste pai.

	A frota é suficiente e moderna?		Considera os naufrágios (ou outras mortes em mar) o maior flagelo?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	1	4%	5	19%
Não Muito	5	19%	0	0%
Talvez	15	56%	4	15%
Bastante	5	19%	17	63%
Sem opinião	1	4%	1	4%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 23 – Resposta às perguntas: 103 A frota é suficiente e moderna? 105. Considera os naufrágios (ou outras mortes em mar) o maior flagelo dos pescadores?

Sabendo que toda e qualquer navegação é sempre uma aventura para qualquer homem que abandona a terra e entra no mar, vamos finalizar com Baldaque da Silva (1891:5-6), que alerta para o “desprezo” a que eram sujeitos os pescadores. Aliás, diz mesmo que se não existiram mais desastres ao longo da história recente, não foi pelos recursos colocados à disposição dos pescadores, foi mesmo pela sorte, ou pela sua fê, que como já vimos é imensa (ver o ponto I.3.3. e as citações da folha de capa do II Capítulo).

¹⁹⁸ Quando o mar está mais agitado, com maior ondulação.

¹⁹⁹ De acordo com o Núcleo de Arqueologia Subaquática da Câmara Municipal da Cascais, até ao momento só foram encontradas três embarcações naufragadas nas águas concelhias, uma no sítio do Cabo Raso, o navio florentino *Grande Princesa da Toscânia*, em 1696, e duas no sítio de São Julião da Barra onde naufragou a presumível *Nau Nossa Senhora dos Mártires*, em 1606; e o local de afundamento do Clipper *Pedro Nunes*, ex-*Thermopylae*, em 1907 (Carvalho & Fernandes, 2006:3-5).

²⁰⁰ Acontecimento trágico ocorrido com o filho mais velho do Sr. Manuel Gomes Almeida Ferreira, mestre e dono da embarcação *Panta*, conforme informação prestada pelo próprio no inquérito (em 09/04/2012).

II. 5. Resultados do inquérito: vertente certificação do *Polvo de Cascais* (Parte II)

II. 5.1. Conhecimento do processo de certificação

A certificação do *Polvo de Cascais* é importante para minimizar os impactos decorrentes das capturas sobre esta espécie, uma pesca bastante importante em Cascais. Resultou da parceria entre a Docapesca e a Associação Empresarial de Portugal (AEP), tendo recebido desta última o selo *Compro o que é nosso*, foi apadrinhada pela CMC através da ACA, que coordenou todo o processo, e contou com o apoio de ambas as associações de pesca de Cascais (APPC e AAPC).

Foi apresentada na Lota de Cascais, no dia 08 de junho de 2011, enquadrada nas comemorações do Dia Mundial dos Oceanos, na presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais, que indicou ser objetivo da certificação “*garantir a qualidade, aumentar as vendas, aumentar o consumo e o valor do próprio produto*” (ACA, 2011:20). No entanto, acreditamos nós, este processo também procurou juntar pescadores e consumidores, sobre o mesmo compromisso de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável de Cascais.

A certificação permitiu a criação de uma marca nacional, de um registo de identificação de base geográfica, mediatizada através da utilização de etiquetas ecológicas, com o objetivo de demonstrar que o polvo aqui capturado apresenta características próprias devido à sua origem, nomeadamente excelente frescura e qualidade nutricional, que o tornam distinto de todos os outros.

Trata-se de uma ferramenta fundamental para responder às exigências de um novo padrão de consumidor, mais informado e interventivo nas questões sociais e ambientais, e mais preocupado com a qualidade dos produtos que compõem a sua dieta alimentar.

É também uma forma de melhorar o comportamento dos pescadores, por três motivos: primeiro, a utilização de uma etiqueta ecológica pressupõe o respeito por um conjunto de procedimentos ambientais que variam consoante a espécie, no caso do polvo podemos referir o peso mínimo de captura²⁰¹, área da pesca²⁰² e quantidade de artes utilizadas por embarcação²⁰³ (Portaria n.º 1102-D/2000, de 22-11, p. 6692; Regulamento CE n.º 850/98, de 30-03; Portaria n.º 27/2001, de 15-01, p. 230); segundo, a etiqueta permite que os consumidores tenham acesso a mais informação, o que lhes permite favorecer os produtos com melhor desempenho ecológico, fazendo escolhas responsáveis; e terceiro, é permitido aos consumidores um maior escrutínio, e estes estão cada vez mais interessados no local de captura, na forma como foi capturado, e em possíveis danos desnecessários ao meio marinho (Pierce *et al.*, 2012:355).

²⁰¹ 0,75 kg.

²⁰² As armadilhas têm de ser caladas a uma distância inferior a meia milha de distância da linha da costa para embarcações até 9 m de cff, ou a uma milha para embarcações com cff superior a 9 m.

²⁰³ Cada embarcação pode utilizar no máximo 3000 armadilhas.

Todas estas vantagens só são possíveis se o processo de certificação for bem-sucedido. Para isso é necessário que os pescadores saibam da sua existência, e reconheçam a sua utilidade quanto à metodologia e aplicação. Assim, consideramos pertinente avaliar o conhecimento que os marítimos têm do processo, e ainda saber se concordam com a sua metodologia e aplicação.

Salienta-se que foi necessário “descodificar” as perguntas, enfatizando com exemplos, e também relembrar o dia em que o presidente da CMC esteve na lota, altura em que colocaram etiquetas nos polvos, para que fosse possível obter respostas mais fidedignas. Isto porque, aqueles que tiveram contacto com o processo já o tinham esquecido (para alguns isso nem chegou a acontecer). No entanto, apesar de todas as dificuldades, acreditamos que os resultados correspondem a realidade, e clarifica-se que as respostas “não sabe” (N/S) e “não responde” (N/R) resultam de desconhecimento, sendo consideradas como tal na análise seguinte.

Começamos por questionar os marítimos quanto ao âmbito geográfico da certificação: 78% responderam de forma positiva e 23% mostraram desconhecimento deste processo. Sobre se a marca estava associada à campanha *Compro o que é nosso*, percebe-se que pouco mais de metade das respostas são positivas. No entanto, este resultado exprime uma consciência social por parte dos inquiridos, que terão optado por associar-se a um projeto promotor dos produtos nacionais e incitador do seu consumo – fundamental numa conjuntura de crise como a atual (tabela 24).

	Esta marca certifica o polvo capturado nas águas do Concelho?		Esta marca está associada à campanha “Compro o que é nosso”?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	21	78%	16	59%
Não	1	4%	1	4%
N/S N/R	5	19%	10	37%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 24 – Resposta às perguntas: 114. Esta marca certifica o polvo capturado nas águas do Concelho? 115. Esta marca está associada à campanha “Compro o que é nosso”?

A mesma distribuição de respostas aplica-se a uma outra pergunta – se a etiqueta garante o controlo de qualidade do polvo antes da sua venda. Talvez aqui nos deva preocupar o facto de 6 pessoas em 27 terem manifestado “ignorância”: será que desconhecem o que deve garantir a etiquetagem do polvo, ou discordam daquilo que efetivamente garante? Estaremos perante a hipótese de alguns polvos serem comercializados escapando ao controlo de qualidade? Ou será que este controlo nem sequer existe? Então, e chega ao consumidor final com ou sem comprovativo de qualidade?

Uma outra pergunta, se o polvo foi principalmente certificado pelo seu valor acima da média, apresenta-nos um cenário de respostas muito semelhante, com cinco respostas negativas. O que nos mostra que houve um claro interesse em explorar comercialmente a riqueza nutricional do produto (tabela 25).

	A etiqueta garante que o polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado?		Decidiu-se certificar o polvo pelo seu valor nutricional que é acima da média?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	21	78%	22	81%
Não	2	7%	1	4%
N/S N/R	4	15%	4	15%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 25 – Resposta às perguntas: 116. A etiqueta garante que o polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado? 117. Decidiu-se certificar o polvo pelo seu valor nutricional que é acima da média?

Para a última questão deste conjunto em análise, se a nossa amostra concorda com a certificação do produto, obteve-se o interessante resultado de 17 SIM, 4 NÃO e 6 NS/NR (tabela 26). Significa isto que aproximadamente 40% da amostra não se sentirá confortável em se pronunciar acerca da existência da certificação, talvez por ter reservas acerca dela (processos de atribuição, fiscalização, real utilidade), o que será alvo de maior escrutínio no ponto II. 5.

	Concorda com a certificação?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	17	63%
Não	4	15%
N/S N/R	6	22%
TOTAL	27	100%

Tabela 26 – Resposta à pergunta: 118. Concorda com a certificação?

II. 5.2. Participação/integração no processo de certificação

O conhecimento do processo é intrínseco à própria participação no processo. Por isso, mesmo neste ponto tocamos um duplo objetivo: avaliar a consistência das respostas anteriores e o grau de integração ou compromisso com o processo, questionando os marítimos sobre o que consideram ter alterado ao longo do último ano de certificação, desde a oficialização da marca *Polvo de Cascais*. Para ambos partimos de um mesmo pressuposto, adotado na Educação Ambiental: a integração é fundamental para o sucesso do processo, e uma boa aprendizagem depende de uma participação ativa, de modo a construir e reconstruir o conhecimento (Almeida, 1998: 4-5; Carapeto, 1998).

As respostas revelam desconforto, desmotivação e desinteresse pelo processo de certificação. Em comparação com o que se passava antes da certificação os inquiridos responderam em 81% dos casos não verificar qualquer diferença, e só 11% responderam ter existido um maior reconhecimento do polvo (figura 64).

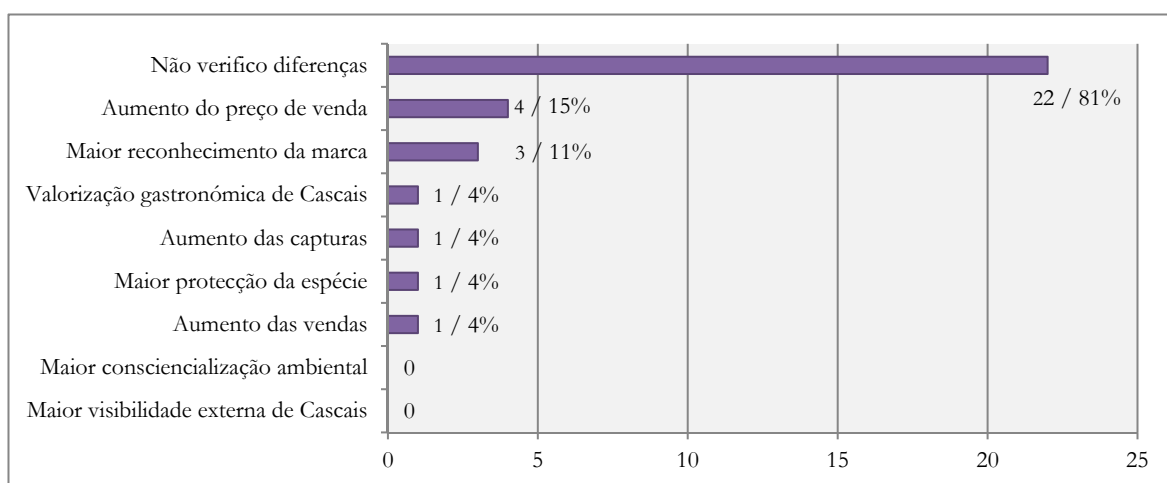


Figura 64 – Respostas à pergunta: 119. Ao longo do ano que em que existiu certificação o que considera ter alterado?
Nota: Os marítimos poderiam escolher as hipóteses que considerassem mais relevantes, sem limite, o que significa que era possível obter para cada hipótese 27 respostas. Resultados em frequências absolutas e relativas (%).

O resultado ambiental é muito negativo. Todas as vantagens que este processo poderia trazer, potenciadoras de uma maior sustentabilidade nas pescas, para os pescadores não foram conseguidas. Inclusive, os inquiridos que indicaram ter existido um aumento do preço de venda do polvo (15%), fizeram questão de salientar que esse aumento pode não ser consequência da certificação, até porque não é muito expressivo, pode simplesmente representar um momento positivo do mercado, dando como exemplo a atual falta de polvo em Espanha, que está a levar o país vizinho a absorver a quase totalidade da nossa produção, e também a baixa de preço do polvo que ocorreu no próprio dia em que se formalizou a certificação (cerca de 20 centavos/kg).

II. 5.3. Expetativas futuras com o processo de certificação

Para além do nível de conhecimento e participação no processo de certificação, consideramos que seria pertinente perceber quais são as expetativas futuras com este processo. Não podemos esquecer que o otimismo, a motivação e a esperança são fatores chave para alcançar qualquer objetivo (Goleman, 2004), sobretudo os da sustentabilidade, muitas vezes menosprezados ou desvalorizados (ACA, 2011:24).

Desde logo uma questão se coloca como importante preceito às expetativas dos marítimos: a certificação pode conferir maior reconhecimento ao trabalho dos pescadores, ou melhorar as suas condições profissionais ou financeiras? (tabela 27).

Os pescadores são céticos quanto a uma possível valorização, ou reconhecimento público do seu esforço e empenho no processo de certificação (e.g. colocar etiquetas): 41% não acreditam e 22% acreditam muito pouco nesta possibilidade. Naturalmente, com índices de acreditação tão baixos, a participação por parte dos pescadores só pode ser nula, que é o que se verifica atualmente em Cascais.

	Acredita num maior reconhecimento pelo trabalho desenvolvido?		Acredita na melhoria das condições económicas da comunidade?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	11	41%	13	48%
Pouco	6	22%	6	22%
Algum	7	26%	3	11%
Muito	3	11%	5	19%
Bastante	0	0%	0	0%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 27 – Resposta às perguntas: 129. Acredita num maior reconhecimento pelo trabalho desenvolvido? 130. Acredita na melhoria das condições económicas da comunidade de pescadores de Cascais?

Sobre se é possível uma melhoria das condições económicas, como resultado do processo de certificação, o ceticismo apoderou-se definitivamente dos pescadores, tendo 70% indicado não acreditar em melhorias, ainda que destes 22% acreditem em melhorias residuais. Tal como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, os pescadores consideram que nada mudou ou melhorou, representando a certificação só um momento de propaganda política: *“As etiquetas foram só para o primeiro dia, para o Presidente da Câmara lá ir cortar as fitas. Isso é tudo uma treta. A maior parte do polvo capturado em Cascais vai para Peniche, Sesimbra e Costa da Caparica.”*²⁰⁴

Seria completamente desproporcional, até disparatado, atribuir ao sentido de resposta ALGUM e MUITO fundamento na realidade atual. Pelas palavras dos próprios marítimos

²⁰⁴ Inquérito do Sr. Tó Simão, mestre e dono da embarcação *Maria João*, em 07/04/2012.

“representa o que pode vir acontecer se este processo for dinamizado/apoiado pelo poder local”; a começar pela maior difusão da marca *Polvo de Cascais* (tabela 29), para alargar da base de compradores, e na efetiva valorização da qualidade nutricional deste polvo (tabela 25), para que os consumidores fiquem sensibilizados para os benefícios em consumir este molusco marinho, o primeiro certificado com a letra P (*Compro o que é nosso*).

Se a certificação pode vir a fomentar a consciencialização para a necessidade de um consumo sustentável, as respostas mantiveram-se no alinhamento das anteriores, tendo 67% dos inquiridos respondido de forma negativa, o que mais uma vez reflete a péssima opinião que os pescadores têm deste processo, ainda que destes 26% acreditem num possível mas diminuto efeito de contágio (tabela 28).

Sobre a possibilidade de transformar a gastronomia local num produto turístico especializado, consubstanciado nos recursos marinhos, sobretudo no *Polvo de Cascais*, as respostas foram uma vez mais negativas (37% - nada, 15% - pouco), por motivos diversos, destacando-se algumas referências ao elevado número de restaurantes que estão em situação de fechar as portas, ou aqueles que já cessaram a atividade por descapitalização²⁰⁵ (tabela 28).

	Vai fomentar a consciencialização (local e nacional) da necessidade de um consumo sustentável?		Acredita ser possível transformar a gastronomia local num produto turístico especializado?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	11	41%	10	37%
Pouco	7	26%	4	15%
Algum	4	15%	8	30%
Muito	5	19%	5	19%
Bastante	0	0%	0	0%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 28 – Resposta às perguntas: 131. Vai fomentar a consciencialização (local e nacional) da necessidade de um consumo sustentável? 132. Acredita ser possível transformar a gastronomia local num produto turístico especializado?

Os marítimos são perentórios ao dizer, que para a gastronomia local, a certificação não trouxe qualquer elemento novo, e deixam algumas sugestões para colocar os recursos marinhos ao serviço da gastronomia local e do turismo, no supremo interesse de uma prática pesqueira mais responsável e sustentável (*vide* ponto II.7.6).

As duas últimas questões deste grupo já estão consubstanciadas em todo o referido anteriormente. Para sintetizar, na escala de pouco a bastante, 85% da amostra considera a

²⁰⁵ Conforme informação transmitida pelo Sr. Manuel Lorigo, que exerce um cargo de Direção na AAPC, no dia 10/03/2012.

certificação útil, e 81% considera necessário divulgar a certificação do *Polvo de Cascais* pela população; o que é positivo, porque evidencia interesse por parte dos marítimos (tabela 29).

	Considera o processo de certificação útil?		Concorda que o processo é pouco conhecido pela população, e que deveria ser mais difundido?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	4	15%	5	19%
Pouco	9	33%	1	4%
Algum	7	26%	3	11%
Muito	6	22%	5	19%
Bastante	1	4%	13	48%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 29 – Resposta às perguntas: 133. Considera o processo de certificação útil? 135. Concorda que o processo é pouco conhecido pela população, e que deveria ser mais difundido?

II. 5.4. Recetividade do mercado ao processo de certificação

A marca *Polvo de Cascais*, assente na certificação ambiental (*eco-certification*), foi apresentada como um projeto vocacionado para a dinamização do setor pesqueiro local, mas vimos anteriormente que até ao momento não deu frutos.

Para corrigir o desvio e colocar este projeto no sentido desejado, e considerando que a nossa área de estudo está vedada à CPC, faz todo o sentido apurar junto dos pescadores qual foi a recetividade do mercado, não só porque essa informação indica se o processo foi corretamente direcionado ao mercado (ou se foi aí que fracassou por não ter interesse para o consumidor), mas também porque 81% dos inquiridos residem no concelho de Cascais, e podem dar-nos a sua versão dos factos.

Neste sentido, começamos por questionar os pescadores com base no que leem, vêm e escutam no dia a dia, se os cascaenses conhecem a marca e se falam do processo de certificação. Em 59% dos casos os inquiridos referiram que em Cascais não se fala da marca nem da certificação, adiantando que os cascaenses apresentam elevada ignorância sobre o tema, até porque não compram o polvo, que dizem ser vendido no exterior, nomeadamente em Espanha. Sobre se os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo, elemento bandeira do processo de certificação, as respostas são positivas, e só 15% dos inquiridos responde de forma desfavorável (tabela 30).

	Os cascaenses conhecem a marca e falam da certificação no quotidiano?		Os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	16	59%	4	15%
Pouco	7	26%	3	11%
Algum	3	11%	3	11%
Muito	1	4%	11	41%
Bastante	0	0%	6	22%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 30 – Resposta às perguntas: 136. Os cascaenses conhecem a marca e falam da certificação no quotidiano? 137. Os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo?

Esta informação espelha o negativismo que afeta os pescadores, mas acalenta esperança, pois significa que os pescadores querem levantar este projeto, agora moribundo, e nunca a sua extinção. Dizem-nos que o processo foi mal direcionado ao mercado, porque os potenciais compradores, aqueles que era desejável que comprassem em lota, não tiveram conhecimento dessa certificação (ver ponto II.6.2.)

Para concretizar, descobrimos que os cascaenses compram muito polvo, mas quando o preço é convidativo (tabela 31).

	Os cascaenses compram o peixe em função do seu valor monetário?		O Polvo é a espécie mais vendida?	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nada	0	0%	0	0%
Pouco	2	7%	0	0%
Algum	5	19%	0	0%
Muito	12	44%	3	11%
Bastante	8	30%	24	89%
TOTAL	27	100%	27	100%

Tabela 31 – Resposta às perguntas: 138. Os cascaenses compram o peixe em função do seu valor monetário? 139. O Polvo é a espécie mais vendida?

Estamos assim na posse da informação que pretendemos: sabemos que o polvo é a espécie mais apetecida, pelo valor nutricional e frescura (temos mercado); sabemos que devemos direcionar o polvo ao consumidor cascaense, através de uma maior difusão mediática, mas também através de contacto direto com potenciais compradores locais (hotéis e restaurantes), no sentido de comercializar o produto a um preço mais reduzido (temos compradores); e sabemos que os pescadores serão mais felizes e adotarão práticas mais responsáveis com maiores proveitos financeiros, porque vão estar mais envolvidos no projeto e o seu trabalho passa a ser mais

reconhecido e seguramente elogiado (temos produtores e produto); e envereda-se por uma espiral de sucesso.

II. 6. Análise dos Dados / Discussão

II.6.1. Consciencialização da necessidade de uma pesca sustentável (Parte I)

As perspetivas iniciais que recaíam sobre este estudo foram ultrapassadas com êxito, mas não nos é possível discutir os dados apurados, por exemplo, comparando com os dados de estudos semelhantes, porque esses não existem, nem em conteúdos nem em dimensão e características da amostra. O mesmo já não acontece no âmbito do processo de certificação, pois podemos estabelecer relações com a certificação do peixe-espada-preto de Sesimbra.

Resta-nos discutir os dados por nós apurados, o que vamos fazer seguindo a sequência do inquérito utilizado, e fazer fé na veracidade das respostas dos inquiridos, porque apesar de lhes ter sido explicado o motivo do inquérito, sempre sentimos um sublime receio de que poderiam estar a falar com um “fiscal da Câmara” (alguma vezes alvo de ironias: *“queres falar com todos os barcos? Tu andas é a trabalhar para a Câmara?”*) Responde outro: *“eu disse, esse gajo é fiscal” (...)*.

Convém salientar que só 25% dos inquiridos não pertencem a escalões da mestrança, e que 82% disserem ter mais de 16 anos de experiência (destes 67% têm mais de 20 anos). Estamos perante um grupo de armadores que são na sua maioria pescadores e mestres das suas embarcações, e fazem uma pesca tradicional polivalente. Não é um grupo dotado de grande erudição mas de “veteranos dos mares de Cascais”, que conhecem melhor, que ninguém, as pescas e os seus problemas, e por isso antecipámos muito das suas respostas.

Apesar dos marítimos inquiridos possuírem um baixo nível de escolaridade (81% só têm habilitações até ao 9º ano), constatamos que a CPC apresenta um elevado índice de compreensão do que é a sustentabilidade dos recursos haliêuticos (89%), bem como das práticas que devem ser adotadas de forma a seguir uma pesca responsável (74%).

Estabelecemos correspondências entre idades, habilitações literárias e respostas dadas, e apuramos que os inquiridos com 50 ou mais anos de idade e simultaneamente com menores habilitações escolares (até à 4ª classe), são os que mais desconhecem os termos por nós utilizados, são os mais impacientes, e os que mais se retraem à ideia de que devemos proteger os recursos, não por considerarem a ideia infundada, mas porque implica uma pesca mais seletiva e mais responsável (29% a 33%, respetivamente). Salienta-se que, estes mesmos marítimos demonstraram menor disponibilidade para responder aos inquéritos; geralmente estavam

indispostos (sempre “do contra”). Programas futuros de sensibilização, que venham a ser feitos em Cascais, devem incorporar estes elementos.

E porque inquirimos seis elementos pertencentes a escalões da marinhagem, por indisponibilidade dos elementos pertencentes a escalões da mestrança, aproveite-mos para estabelecer comparações. Destes, somente um respondeu corretamente a todas as perguntas relacionadas com a sustentabilidade dos recursos haliêuticos, e três responderam incorretamente a mais de 50% das questões que constituíam este grupo (8 questões). Só um destes marítimos disse aceitar receber formação profissional sobre a pesca sustentável, nenhum destes marítimos tem menos de 10 anos de experiência nas pescas, sendo que quatro têm mais de 20 anos, um dos quais referiu ter mais de 40 anos, e todos possuem idades iguais ou superior aos 40 anos. Sintetizamos que, apesar de toda a comunidade apresentar respostas positivas sobre o conhecimento da sustentabilidade dos recursos haliêuticos, os marítimos de maior idade e com menor habilitações escolares, independentemente dos anos de experiência que têm no mar, são por regra os menos disponíveis para fazer uma pesca sustentável.

A CPC apresenta um bom nível de conhecimento da delicada situação de esgotamento de algumas populações, e dos problemas que se colocam à preservação dos recursos marinhos (e.g. excesso de artes, redução de populações, espécies em risco de extinção, etc.), o que descobrimos ao sugerir aos inquiridos um lote de questões para que indicassem as que na sua opinião mais afetavam as pescas, e estes em primeiro lugar indicaram a poluição (81%), referindo-se muito especialmente à poluição e contaminação por produtos químicos e esgotos, e em segundo à sobrepesca (44%), dando o exemplo do que acontece com a arte dos alcatruzes na própria CPC, e indicando um conjunto de espécies que aparecem muito menos, ou simplesmente deixaram de aparecer (ver ponto I.4).

Apuramos que em 96% dos casos os inquiridos responderam notar-se uma redução de capturas, muito por culpa da poluição e da sobrepesca, mas ainda assim é uma situação que não os vai inibir de capturar, já que a totalidade dos pescadores (100%) manifestou pretensão de pescar enquanto houver força motora, ou enquanto a prática for permitida, mesmo que exista menos peixe ou que algumas espécies estejam a desaparecer. Dizem que está em causa a “sua subsistência”, porque “ninguém lhes dá nada”. Este comportamento apresenta indícios negativos, que de acordo com os ensinamentos de Vaz & Delfino (2010), gravitam em torno de uma ética antropocêntrica e utilitarista, já que para estes “maximizar o bem-estar nunca é moralmente proibido, é sempre moralmente obrigatório”.

Apesar dos dados estatísticos indicarem que os marítimos têm conhecimento de práticas de pesca sustentáveis, essas tornam-se irrelevantes quando colocadas num prato de uma balança que

contrabalance com as suas necessidades económicas. As perguntas sobre a dependência dos recursos provenientes das pescarias corroboram nesse sentido, e evidenciam uma imensa dependência das pescas: 93% alegaram pescar por uma questão económica/subsistência; 89% indicaram que o fim da atividade podia atuar como um desestabilizador familiar e social; 63% dizem que se as pescas acabassem não tinham outros meios de subsistência (os restantes 37% também não tinham, mas têm facilidade em arranjar trabalho); 30% disseram não saber fazer mais nada para além de trabalhar nas pescas; e só 15% têm ou já tiveram uma segunda profissão, sendo que afirmam que ainda a podem “reativar”.

Tal é a dependência das pescas e das espécies, que atrevemo-nos a dizer que representam a “galinha de ovos de ouro” dos pescadores. Seria bom que a dependência freasse atuações impróprias nas capturas, porque é daí que provêm o seu sustento, mas comprovamos no terreno que não é assim, e tal como o dizem Martins & Souto (2005:128), “ (...) onde há peixe, enquanto der, essa área será explorada; se o uso for individual, por barco, como ocorre nas artes fixas, as quais permitem uma demarcação, do território explorado, por balizas e boiás, o mestre fará mais alimentos”.

Para conhecer a sensibilização dos marítimos para a sobrepesca, perguntámos se existem espécies em vias de extinção por sobre-exploração e por pesca fantasma, ao que responderam SIM, 78% e 81%, respetivamente. Claro está, que não conheciam os termos, foi preciso dar exemplos, nomeadamente para a pesca fantasma, mas logo associaram, tal como se pode ver na observação do mestre e dono da embarcação *Maria João*: “nos anzóis às vezes vem parte das redes de emalhar cheias de espinhas, das mortes que fazem” (inquérito em 07/04/2012).

Pela citação percebemos que a pesca fantasma é observada de forma recorrente e acreditamos que o fundo marinho de Cascais pode estar inundado de lixo antrópico (anexo 10 - foto 6 e 7). No entanto, também a sobrepesca faz parte do dia a dia, porque quando indagados sobre se respeitariam uma hipotética substituição das quotas por simples valores indicativos, de referência, só 26% disseram que o fariam sempre. E quando invertemos a pergunta, perguntando se os colegas também respeitariam esses valores indicativos, só um marítimo disse que o fariam sempre (os restantes respeitavam às vezes (48%) ou não respeitavam (11%)). Isto leva-nos a observar que adotar medidas com base na sensibilização não será uma boa ideia, somente funcionarão nesta comunidade medidas com base na imposição, delimitação e regulamentação (só funciona o regime militar!). Esta situação ainda permite tirar outras ilações, nomeadamente que é recorrente o abuso das capturas, que ocorre por força do excesso de artes (e de outros materiais de pesca).

Quanto ao cumprimento no quotidiano, das regras emanadas dos organismos públicos com competência de legislar, regulamentar e fiscalizar as pescas, as respostas surpreenderam pela positiva mas deixam algumas dúvidas quanto à sua veracidade.

A totalidade da comunidade cumpre normas quanto à malhagem, diâmetro, largura e profundidade das redes: 81% disseram cumprir sempre, 11% muitas vezes, e 7% às vezes (corresponde a 2 embarcações). Para uma outra pergunta, se existe a preocupação de capturar só as espécies para as quais têm licenças de artes, as respostas foram iguais. Apesar de existirem duas embarcações que nem sempre cumprem as regras, os dados são animadores e parece-nos que correspondem à verdade.

Quando questionados se utilizam o número de artes de pesca que a lei determina, as respostas já não representaram o mesmo padrão, e acreditamos que também não a mesma veracidade, ainda que em 67% e 22% dos casos tenham indicado que cumprem SEMPRE e MUITAS VEZES, respetivamente. No terreno apuramos, por via das divergências entre pescadores, que a generalidade das embarcações anda ao mar com mais material do que a lei permite, mas não foi possível quantificar. Verificamos também que os barcos que têm menos material, nomeadamente redes, covos e alcatruzes, são os que têm menos recursos para os comprar.

Existe uma correlação direta, e muito acentuada, entre o excesso de capacidade de capturas e as condições económicas dos armadores, o que motiva existirem armadores a fazer novas artes de forma reiterada, e estão geralmente no porto a trabalhar nas artes, e outros que só aparecem no porto para se apetrecharem para ir para a faina, não fazem novas artes e vão menos vezes ao mar. Foi possível validar esta situação em várias embarcações, mas em particular nas embarcações *Alexandra*, *Pedro e Bia II* e *Silva Cruz*, desde logo pela dificuldade em obter resposta aos inquéritos, já que os seus mestres e donos não passam muito tempo no porto, e nesse pouco tempo apetrecham-se para ir ao mar, não oferecendo oportunidade de conversa. As duas primeiras embarcações andam ao mar com dois homens (o mestre/dono e um pescador), e a terceira com três homens (o mestre/dono e dois pescadores).

A embarcação *Silva Cruz*, uma das que inquerimos por último, só levantou a Licença de Pesca para 2012 em junho/2012. Consta na comunidade que andou ao mar nos primeiros meses do ano sem licença, por não ter dinheiro para a pagar. É uma das embarcações que têm poucas artes (covos e alcatruzes), tanto em terra como em mar. Nunca foi possível falar com o seu mestre; só vai ao mar duas vezes por semana, nunca está no porto, não faz artes de pesca, e nunca atende o telefone (diz-se que tem receio de serem os seus credores!). Foi uma das embarcações onde foi necessário inquerir os pescadores, que confirmaram as dificuldades

financeiras do seu patrão, e ainda disserem que andavam ao polvo, porque é a espécie mais valorizada. O que reforça o referido anteriormente: o polvo é a espécie mais apetecida de capturar porque é a mais lucrativa (ver ponto I.4.5.1.). É natural que o tamanho médio esteja a diminuir com a pressão que é feita sobre a população.

Um dos assuntos que mais polémica confere às pescas são as vendas de pescado diretamente a terceiros, fenómeno conhecido por “fuga à lota” e punido criminalmente, o que nos levou a aprofundar o tema. Naturalmente, por receio, sabíamos que os pescadores podiam recusar ou tentariam evitar responder a esta questão, mas ainda assim 19% dos inquiridos afirmou só levar parte das capturas totais à lota. Por isso mesmo, fizemos uma segunda pergunta direcionada aos colegas, com o mesmo conteúdo mas invertendo as posições, para aproveitar a rivalidade entres pescadores, e em 59% dos casos os inquiridos afirmaram que os seus colegas não levam à lota todo o pescado capturado (26% disseram que levam tudo à lota e 15% abstiveram-se de responder, dizendo: *“isso é um assunto deles”*).

Aos que responderam que os colegas não levam à lota todo o pescado (59%), ainda perguntamos se eram muitos ou poucos os colegas que faziam isso, e 44% indicaram que são muitos os pescadores a proceder assim. Acreditamos que as respostas apuradas estão muito sobrevalorizadas, e que provavelmente mais de $\frac{3}{4}$ dos pescadores não levam à lota todo o pescado capturado (considerando as respostas SIM e N/S-N/R).

Em relação às práticas do quotidiano os marítimos apresentam um elevado nível de consciencialização: 85% dos inquiridos nunca deixam ficar material no mar, e só 11% assumiram deixar às vezes algum material por descuido (incluindo redes partidas)²⁰⁶; 70% dizem ter sempre na embarcação um recipiente para colocar o lixo²⁰⁷; toda a comunidade deposita os óleos da embarcação no Ecoponto Marítimo (excelente iniciativa da ACA); e 85% referem que não existir derrame na substituição do óleo, porque fazem a mudança a seco (trazem a embarcação para terra). Pareceu-nos existir a efetiva preocupação de não deitar óleos para o oceano. Só em 7% dos casos indicaram existir derrames, que acontecem por avaria não premeditada nas embarcações, mas constatamos que são as mais antigas e deterioradas (podemos compreender!).

Para melhorar a sustentabilidade das pescas os pescadores são consentâneos com a realização de defesos, com opção de serem subsidiados (89%). Como já referimos, existe rivalidade entre pescadores (para ver quem mais vende em lota). Logo, mesmo que alguns

²⁰⁶ Os marítimos alegam que as cordas das redes são muito caras, o que motiva ao interesse de as trazer para terra, mesmo partidas. Ainda assim, temos algumas dúvidas quanto à veracidade das respostas. Não podemos esquecer que os palangreiros não por poucas vezes se mostraram indignados com a quantidade de redes que os seus anzois capturam!!! Ou será que agora ninguém deixa ficar material no mar, e o que lá existe é fruto da ignorância de outrora, do tempo dos arrastões? Fica a incógnita...

²⁰⁷ Engloba o lixo proveniente da sua alimentação e também materiais que chegam nas artes ou redes retiradas do oceano (anexo X - foto 6).

marítimos tenham consciência, que capturam mais do que devem, a única forma de parar o sistema, sem serem prejudicados, é fazer com que todos parem em simultâneo. O motivo para considerarem má ideia a constituição de uma AMP é o mesmo; existe muito material no oceano, atualmente já existem confrontos (e.g. pescadores lançaram redes sobre alcatruzes), o espaço de pesca é reduzido, e o seu condicionamento levaria ainda a mais confrontos entre pescadores.

O defeso não sendo a “ideia do século”, é aquela que os pescadores aceitam melhor, como forma de “penalização geral”, até porque não acreditam em outras soluções porque não reconhecem validade às inspeções ou fiscalizações (e.g. IGP ou Polícia Marítima), nem nas restantes instituições públicas que tutelam as pescas, tendo em 64,4 % dos casos os inquiridos respondido que não lhe conferem qualquer utilidade ou importância. Das instituições apresentadas aos pescadores, 85% dos inquiridos disseram que a ACA não tem qualquer importância ou utilidade, seguindo-se o IPIMAR com 74% dos votos, instituição que os pescadores indicam como “*apta a extinguir para reduzir a dívida pública*”, classificando-a como: “*nada fazem para além de apanhar peixe para comerem*”²⁰⁸. Até as associações de pescadores são desconsideradas, tendo 55% dos inquiridos indicado que não têm utilidade ou importância, porque não atuam em tempo útil junto dos organismos responsáveis para proteger os interesses dos pescadores (ver ponto II. 4.5.). Mas os pescadores dizem o porquê de desconsiderarem estas instituições, e vamos citar alguns exemplos, que devem ser considerados em conjunto com os já citados ao longo de todo o trabalho:

O Sr. Heliodoro Dionísio, dono e mestre da embarcação *Senhor do Resgate*, não tem espaço para colocar o material de pesca junto dos arrumos onde os restantes pescadores têm o material. Refere ser a única embarcação a não ter este espaço, facto que diz ser do conhecimento do poder local. Falando de justiça, a solução passaria pela redistribuição do espaço afeto a outros pescadores, ou pela atribuição de um espaço pertencente a um pescador agora inativo, ou ainda providenciar um espaço novo próximo do porto de pesca, onde fosse possível esta embarcação alojar o seu material.

O Sr. Luís Nogueira da Silva, pescador da embarcação *Escorpião*, refere que já pediram contentores para o lixo para junto dos arrumos, vulgo malas, e para toda a extensão do pontão onde têm o material armazenado, mas que não foi cedido pelo poder local. Refere que na ausência de depósitos suficientes, o lixo vai para o chão, e acaba por ir para a água.

O Sr. António Simão, mestre e dono da embarcação *Maria João*, refere que a grua no porto de pesca avaria de forma reiterada, mais de seis vezes por ano, o que diz acontecer porque alguns pescadores são negligentes e deixam o comando ir à água. No entanto, refere que a estupidez de

²⁰⁸ Inquérito ao Sr. António Manuel Carvalho, mestre e dono da embarcação *Veio do Mar* (13/03/2012).

alguns pescadores penaliza outros, porque depois todos têm de esperar sempre mais de um mês para que a grua seja consertada, apesar de avisarem de imediato o responsável quando avaria. No entanto, a solução passa por descarregar o pescado à mão ou por cordas, e esperar que as embarcações não avariem, caso contrário só as podem retirar da água pela via do encalhamento.

O Sr. Francisco Lopes, pescador e mestre da embarcação *Pai e Mãe Júnior*, queixa-se da falta de fiscalização para o excesso de artes, e acusa a Polícia Marítima de resumir o seu trabalho à “*caça à multa*” (anda a ver quem se esquece de um qualquer papel obrigatório).

O Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre*, diz não ser funcional o atual sistema de quotas, porque quando lança as redes para o linguado, também vêm pescada (e outras espécies), que caso já tenham ultrapassado as quotas têm de mandar fora. Diz que falta uma alternativa ao peixe que não vai à lota, como dar a instituições de caridade, porque assim sempre ajudavam pessoas carenciadas (04/04/2012).

São muitas as reclamações dos marítimos em relação à atuação dos organismos públicos que têm poder sobre as pescas, desde as associações de pescadores, a nível local, passando pelo Ministério das Pescas, a nível nacional, ou a não uniformização das regras para os Estados-membros europeus.

Sobre a situação atual das pescas de Cascais, os marítimos indicam que o número de pescadores diminuiu (81%), que o setor não está em expansão (82%), que é pouco rentável (59%), e que a frota é medianamente moderna (75%). Parece-nos que os pescadores fazem uma caracterização realista do momento atual, à exceção da rentabilidade económica, porque o polvo é a principal espécie capturada e o valor/kg na primeira venda em lota é elevado (ver ponto I.4.4.).

II.6.2. Compreensão e pertinência da certificação do polvo (Parte II)

O estudo por nós elaborado, no tocante à certificação e criação da marca *Polvo de Cascais*, processo que já leva um ano de vida, **cumpriu na íntegra todos os objetivos a que se tinha proposto, e permite-nos concluir que a certificação fracassou a todos os níveis**. Aliás, se entendermos a certificação como um procedimento obrigatório de colocar de forma individual uma etiqueta em cada polvo, temos de dizer que a certificação teve a duração máxima de 24 horas, durante uma quarta-feira, Dia Mundial dos Oceanos (08/06/2011), data em que foi

apresentada a marca *Polvo de Cascais* pelo Sr. Presidente da CMC, Carlos Carreiras, na Lota de Cascais²⁰⁹.

Recuperemos uma frase já anteriormente referenciada: “No primeiro dia, o Zé Alberto, que esteve presente na certificação e bateu palmas, mandou tirar as etiquetas que os pescadores da embarcação *Panta e Sopas* estiveram a colocar durante toda a tarde para ocultar a proveniência do polvo, porque o compra aqui mais barato”²¹⁰.

Talvez a certificação represente o que os pescadores alegam: o tempo do Presidente da CMC cortar a fita e fixar uma etiqueta num polvo (figuras 65 e 66)!!! Talvez aqui nos possamos preocupar com algumas questões: será que o polvo descarregado na lota recebe etiqueta? Será que o polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado?



Figura 65 – Presidente da CMC a etiquetar um polvo (em cima)
Figura 66 – Selo oficial do *Polvo de Cascais* (lado direito)
Fonte: www.cascaisatlantico.org (11/06/2012)

Apuramos que em 80% dos casos os inquiridos conhecem o processo de certificação (ou já ouviram falar dele!), mas só 59% sabe que este processo de certificar a marca *Polvo de Cascais* está associado à campanha *Compro o que é nosso*. Os dados são muito negativos. Se nem a totalidade dos pescadores conhece este processo, como poderão terceiros, externos às pescas, conhecer este mesmo processo?

²⁰⁹ Obsta ao referido as embarcações *Panta e Sopas*, que referiram etiquetar durante duas semanas o polvo que capturavam; situação validada por Hugo Miguel Silva, funcionário da Docapesca.

²¹⁰ Inquérito ao Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre* (04/04/2012). Este pescador não pediu sigilo, ao contrário de outros, que não vão ser invocados, com o fundamento de que poderiam ser discriminados pelas suas afirmações, indicando que o intermediário em causa tem alguma influência poder junto do poder local. No entanto, estão sob consulta junto do autor da dissertação.

Como já anteriormente demos conta, em 81% dos casos os marítimos não verificaram qualquer mudança com a certificação; isto em todo o período em que supostamente esta deveria acontecer. Será isto possível? De facto, é possível. Diz-se que existe certificação, mas na lota não existe qualquer técnico qualificado para controlar a qualidade do polvo, nenhum polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado, nenhum polvo recebe etiqueta na lota de Cascais (mas as caixas com as etiquetas abundam na lota, à espera de serem fixadas), não existe qualquer controle da proveniência do polvo, pelo que qualquer polvo que seja descarregado em Cascais, independentemente do local da captura, é considerado apto a receber a marca *Polvo de Cascais*, etc.

Pelo exposto damos como efetivo e realista o descontentamento dos pescadores face ao processo de certificação / criação da marca *Polvo de Cascais*, com o fundamento de que não trouxe maior estabilidade financeira nem maior rentabilidade ao setor, não foi útil para os pescadores nem para a economia local, não trouxe ganhos ambientais às pescas nem instigou à maior consciencialização ambiental, não teve uma visão mediática expressiva, nem nacional, nem regional, e muito pouco local²¹¹, somente trouxe aos pescadores o trabalho de etiquetar polvo, algo que rapidamente os pescadores recusaram. O que é muito negativo, porque a certificação é um instrumento que permite melhorar a sustentabilidade das pescas (Pierce *et al.*, 2012:354).

Somos obrigados a colocar a questão: o que falhou? Sem mais, diríamos que tudo falhou, desde o planeamento, passando pela estrutura até à implementação.

Quanto ao planeamento, não podemos conceber um plano desta natureza sem que se trabalhe em conjunto com os pescadores, principais intervenientes, mas foi o que aconteceu, como se pode ler pelas suas próprias palavras: *“Eles [ACA] falam com os presidentes das associações, o que não vale de nada. Se eles viessem falar connosco [pescadores] é que poderiam alterar alguma coisa.”*²¹² Foi um erro não arrolar os marítimos ao processo, para se sentirem envolvidos, para sentirem que também era um projeto seu, lutando pelo seu sucesso. Também não percebemos como foi permitido ao intermediário gorar o trabalho dos pescadores ainda antes de terminar a festa, retirando as etiquetas que lhes deram tanto trabalho a fixar. Por outro lado, não queremos acreditar que a ACA concebeu um projeto, para o qual não foi estipulada qualquer monitorização: está em curso há um ano sem ter sido alvo de qualquer alteração e sem produzir qualquer resultado. O que agora temos é uma “certificação de aparência”, que apesar de não penalizar os pescadores, também não ajuda, e muito menos ajuda o concelho de Cascais.

²¹¹ Observa-se uma reduzida difusão no apanhado realizado pela própria ACA (2011).

²¹² Inquérito realizado ao Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre*, no dia 04/04/2012.

Quanto à estrutura, os responsáveis pela certificação deveriam ter previamente avaliado toda a pirâmide: conhecer os objetivos dos produtores (pescadores), apurar quem controla a distribuição e de que forma o faz (pequenos e grandes intermediários), conhecer as necessidades do mercado local, regional, nacional e internacional (consumidores), identificar parceiros estratégicos (possíveis acordos de venda direta com valores definidos), e estipular vários cenários, de forma a melhor direcionar a produção do *Polvo de Cascais*, minimizando as perdas e maximizando os lucros, apostando na qualidade e nas boas práticas ambientais, porque garantem maior receptividade junto dos consumidores a quem é direcionado este produto, que são aqueles que procuram os chamados produtos verdes, ou amigos do ambiente.

Não podemos negligenciar que foi a emergência de um novo padrão de consumidor, mais responsável, que abriu caminho ao mercado dos produtos ecológicos, e este, por sua vez, permitiu o desenvolvimento deste processo de certificação, semelhante a muitos outros que estão a emergir, e diga-se, com pressupostos muito benéficos para as pessoas e para o ambiente.

No entanto, a ocupação deste mercado em Cascais, independentemente se feita por pequenos comerciantes (peixeira) ou coletivas (sociedades comerciais; intermediários), deveria ter sido regada por um denominador comum: Desenvolvimento Sustentável; porque o objetivo era chegar a um consumidor específico. Mas não foi isso que aconteceu. Os compradores mantiveram-se os mesmos (com ambições estritamente capitalistas!) sem que tenham passado por uma reciclagem de conhecimentos, o que os levou a desvalorizar o novo produto e o novo consumidor (mandarem retirar as etiquetas), ou seja, foi preparada uma marca (*Polvo de Cascais*) que nada representa para os comerciantes de pescado cascaenses, ou estes não a querem vender. O que falhou? Os intermediários também teriam de ser arrolados ao processo, na qualidade de *stakeholders* prioritários, e se possível com um tratamento especial, na medida em que colaboravam para o sucesso do processo. Este tratamento especial poderia passar por formação, revestida com carácter de sensibilização, e pelo estabelecimento de regras de atuação. Como isso não foi feito²¹³, foi a própria natureza do mercado que determinou o caminho deste processo, assente na lei do mais forte, na arbitrariedade e no capitalismo, negligenciando os valores do comércio justo (*fair trade*), basilar à sustentabilidade económica e ecológica, e corrompendo o processo de tal forma que obscureceu a marca *Polvo de Cascais*; e ainda denegriu aos olhos dos pescadores a imagem das instituições públicas intervenientes, já de si muito debilitada.

²¹³ Temos de admitir que esses *stakeholders* não foram considerados neste processo, porque, se o tivessem sido, os pescadores não poderiam alegar que o polvo foi vendido mais barato no próprio dia da comemoração da certificação na lota da Cascais. No mínimo, o polvo teria de manter o preço do antecedente para não gorar as expectativas dos marítimos.

Quanto à implementação, para além da desconsideração do trabalho dos pescadores, e da monopolização de compra em lota, que determinou pela negativa a implementação do processo, ainda temos de considerar que a sua implementação não foi devidamente popularizada, e a sua execução foi fraca pelo reduzido empreendedorismo, por exemplo, por comparação com a certificação relativa ao peixe-espada-preto que ocorre em Sesimbra, também realizada sensivelmente na mesma altura.

Fruto de uma deficiente avaliação do próprio produto e do mercado de lançamento, a nova marca foi mal direcionada ao mercado. Por exemplo, não existiram campanhas nos locais de venda ao público - mercados, supermercados, feiras, pequenas ou grandes, locais ou regionais - e diga-se, representavam uma excelente oportunidade económica para divulgar e comercializar o produto, particularmente neste caso, dotado de um baixo *marketing* e sem redes de distribuição. Atenta-se que, das quatro categorias básicas de marketing possíveis (internet, rádio, vídeo, imprensa escrita), a divulgação só foi feita via jornais locais, e de forma muito tímida nos periódicos de tiragem nacional. Neste âmbito, pensamos que de futuro pode ser criado um *mailing list* que permita informar os consumidores (alvo deste produto), reforçando com panfletos a divulgação no centro turístico de Cascais.

Se nos é permitido, indicamos a certificação do peixe-espada-preto de Sesimbra como um exemplo a seguir por Cascais, pelo sucesso da iniciativa, que pode ser comprovado no seu portal oficial (o que nem sequer existe para a certificação de Cascais, somente existe uma muito pequena indicação ao *Polvo de Cascais* numa das laterais do portal da ACA)²¹⁴.

Deveria ter sido alterado o método de venda, o que era fácil de fazer, bastava a ACA assumir a coordenação técnica e unir os pescadores em torno deste objetivo (ser a sua mentora), criando e regulamentando (quanto a artes, procedimentos e embarcações) uma organização de produtores que receberia todo o polvo capturado na área da delegação marítima de Cascais pela frota de Cascais, vendendo diretamente ao consumidor (hotéis e restaurantes) ou a cadeias de comercialização sem passar por intermediários.

Sugeria-se a aposta na rotulagem ambiental (*eco-labelling*), mais virada para o consumidor particular, e na certificação ambiental (*eco-certification*), mais vocacionada para os grandes intermediários; algo que é muito importante para atingir melhores níveis de sustentabilidade, um procedimento semelhante ao verificado em Sesimbra. Mas, isso não aconteceu, tendo os responsáveis pela certificação optado pelo tradicional leilão público presencial na lota. Será que desconheciam a monopolização de compra existente na lota? Talvez sim, pois parece-nos que a etapa inicial de diagnóstico foi ultrapassada. No entanto, acreditariam que tal como o definiram,

²¹⁴ Disponível em <http://peixeespadapreto.sesimbra.pt/>, em 12/06/2012.

este processo poderia funcionar? Não sabemos, mas temos de dar razão aos pescadores, pois também nós não observamos neste momento qualquer diferença com o que ocorria antes da apresentação da marca *Polvo de Cascais*.

Quanto ao futuro do processo, pelo funcionamento atual as expectativas são muito negativas, muito longe da previsão da CMC²¹⁵: 63% pensam que o seu trabalho será pouco reconhecimento; 70 % desacreditam melhorias económicas; 67% admitem ser pouco importante para fomentar o consumo sustentável; e 52% consideram pouco viável ser possível transformar o polvo num produto turístico especializado.

Quanto à receptividade do mercado à nova marca, o padrão de respostas é igualmente negativo, e em 85% dos casos os inquiridos afirmaram que a comunidade civil em geral não conhece nem fala no quotidiano da marca *Polvo de Cascais*, e destes 26% admitem que falam muito pouco. Salienta-se que 81% dos inquiridos nasceram e residem no concelho de Cascais, pelo que falam com conhecimento de causa. Mas as acusações são mais fortes quando se fala de intermediários, tendo quase a totalidade indicado existir *“exploração por quem compra em loja”*, recorrendo a frases como a seguinte, difícil de conceber: *“os compradores pagam aquilo que querem pelo polvo, e ainda mandam tirar as etiquetas (da certificação) para o venderem sem dizer onde o compraram, porque assim podem tirar dividendos, vendendo mais caro”*²¹⁶.

Se numa primeira leitura podemos pensar que os pescadores não querem saber da certificação, o que era legítimo, ou que negligenciam este instrumento ao serviço da sustentabilidade, pelo desagrado do sucedido, eis que nos surge uma boa notícia, e apesar de todas as complicações, 81% dos inquiridos referiu que o processo de certificação deveria ser mais difundido porque os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo (85%), por isso é a espécie mais vendida (100%), ainda que o compreem em função do seu valor monetário (100%) (numa escala de pouco a bastante).

Esta é a prova necessária de que os pescadores não desacreditaram do processo de certificação, questionam é a metodologia seguida, que consideram desadequada, sem qualquer mais-valia para eles ou para Cascais. Aliás, como vimos anteriormente, só 15% dos inquiridos disseram não concordar com o processo da certificação / criação da marca *Polvo de Cascais* (ponto II. 4.1., tabela 26), e só 15% consideram o processo inútil (tabela 29). Pensamos ser necessário rever e melhorar este projeto, e presentear os pescadores com as medidas propostas (ver ponto

²¹⁵ *“Esta iniciativa tem como objetivo incentivar o consumo de um produto local. Para Cascais, essa mobilização irá refletir-se em benefícios económicos (através do potencial aumento das vendas do polvo e dinamização da economia local ligada à pesca) e sociais (na medida em que ajudará a combater o desemprego entre a população pesqueira do Concelho). Consequentemente, acaba por ser uma forma de gerar valor acrescentado para a economia nacional”*. Estas são as pretensões da CMC, totalmente defraudadas, disponíveis em <http://www.cm-cascais.pt/projeto/polvo-de-cascais>, em 13/06/2012.

²¹⁶ Para proteção da integridade dos marítimos, não vamos indicar os responsáveis por estas afirmações. No entanto, salienta-mos que mais de 80% dos inquiridos mencionaram este problema.

II.7., a seguir), que são do seu agrado, e esperar que estes colaborem para o desenvolvimento sustentados das espécies e pescas, e para a proteção da riqueza marinha.

II. 7. Apresentação de alternativas à situação atual

Com fundamento em todo o exposto, e com base nos elementos disponíveis recolhidos no terreno, que merecem o voto de confiança dos pescadores, apresentam-se a seguir algumas propostas capazes de reverter positivamente a situação atual das pescas em Cascais.

II.7.1. Requalificar o espaço envolvente da Docapesca de Cascais

Cascais tem vindo nos últimos anos a fazer uma intervenção ativa na gestão do seu território e património edificado, muito por força da necessidade de respeitar o preconizado no PDM e no PROT-AML. Foram executados alguns planos de requalificação e renovação urbana, e da orla costeira, com bons critérios de transformação do território, mas é certo que a dinâmica deste espaço concelhio também é resultado de um forte processo de *gentrificação* (ou enobrecimento urbano), em parte devido à conhecida, atrativa e convidativa “Costa do Sol”²¹⁷.

Reclama-se aqui o Plano de Pormenor para a Zona Ribeirinha de Cascais, que “*surge no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Cidadela-Forte de S. Julião da Barra e compreende o Largo da Cidade Vitória, a Lota, o Largo do Pelourinho, o edifício da PM/GNR-B, a envolvente do armazém de Aprestos e a Esplanada da Praia do Peixe*”²¹⁸. Este, apesar de ter preservado as características histórico-geográficas do local, alicerçadas na interdependência das atividades, penalizou a atividade dos pescadores, manifestando-se desadequado, logo e imediatamente porque permitiu que duas estradas públicas separassem o cais de pesca do edifício da lota, e ainda “afugentou” os potenciais compradores em lota, não lhe reservando espaço de estacionamento suficiente e adequado.

Neste momento atrevemo-nos a dizer que a lota está “enclausurada”, tornando-se pouco estimulante para os compradores, que não compram, e para os pescadores, que não vendem, aliás, situação que motiva a deslocação da venda do pescado dos pescadores de Cascais para outras lotas, como a da Costa da Caparica, de Sesimbra e a de Peniche.

Assim, parece-nos adequado, e de todo pertinente, que se proceda à valorização do espaço que separa o Porto de Pesca da Docapesca, simultaneamente preservando a raiz histórica e

²¹⁷ Podemos invocar o relatório de João de Lemos (1951/52), onde fazia referência ao futuro de Cascais, passando de um porto de pesca para a uma estância de turismo (*vide* ponto I.1.3).

²¹⁸ *Plano de Pormenor para a Zona Ribeirinha de Cascais*, consultado em <http://www.cm-cascais.pt/plano-de-pormenor-para-zona-ribeirinha-de-cascais>, em 04JUL12.

identidade geográfica do espaço, e beneficiando a atividade piscatória. Seria este também um ato de estima para com os pescadores, devolvendo-lhe o que sempre foi seu, ainda que a sociedade atual dê preferência a uma boa explanada a ver chegar peixe fresco. Para isso, sugerimos a requalificação do *Largo do Pelourinho*, através da realocação do pelourinho e do *stand* da empresa *Moving Free – Segway Authorized Tours* (aluguer de *segway*), do melhoramento do estacionamento e da criação de uma área de acesso restrito.

Como se pode observar na figura 67, o pelourinho está localizado no centro do estacionamento, desprotegido da poluição automóvel, e pouco valorizado do ponto de vista turístico. Trata-se de um monumento de interesse público, património nacional, um marco da história de Cascais, que pode ser valorizado se for deslocado para uma área mais protegida e de maior exposição turística, com menor densidade de trânsito. O objetivo é aumentar o espaço destinado ao estacionamento.

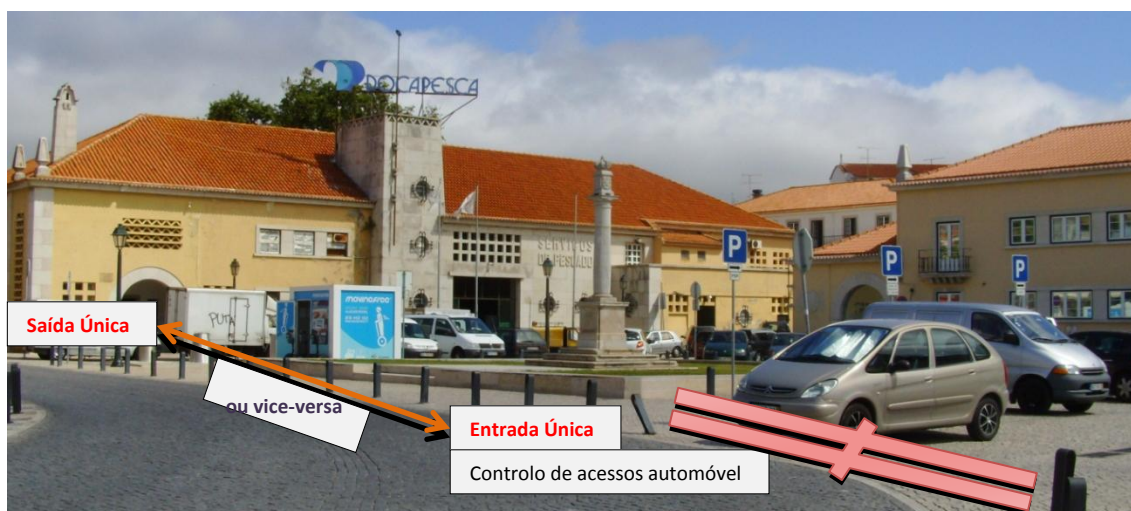


Figura 67 – Largo do Pelourinho junto à Docapesca de Cascais
Fonte: Capturada em 05MAI12 (autoria própria).

Ao nível do estacionamento faz sentido uma intervenção que privilegie a redistribuição dos lugares já disponíveis, o reforço dos lugares de estacionamento para compradores em lota, e o bloqueio ao acesso automóvel aos restaurantes da zona.

É indispensável uma melhor redistribuição dos lugares de estacionamento, e é imprescindível regulamentar o acesso ao estacionamento já existente (*onde e quem pode estacionar*), porque existe usurpação da parte dos organismos presentes²¹⁹, sobretudo dos elementos da Polícia Marítima, que revelam pouca sensibilidade para gerir esta situação. Estes ocupam os poucos lugares destinados aos comerciantes, que se deslocam para comprar na Docapesca, mas acoimam estes

²¹⁹ Têm lugares reservados as seguintes entidades: Polícia Marítima, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Hotel Albatroz, Capitania, Junta de Freguesia de Cascais, PSP, e lota.

mesmos comerciantes quando estacionam nos seus lugares, mesmo não existindo outros disponíveis. Salienta-se que esta é uma situação recorrente, que prejudica todos os envolvidos no setor das pescas. Em conversa com o Sr. Hugo Miguel Santos Silva, funcionário da Docapesca, este questionou: “*mas quem é que quer vir à lota para ser multado, como já aconteceu várias vezes?*”²²⁰

Em segundo, ao retirar o pelourinho, afetar mais lugares aos compradores em lota, de forma dinâmica, se possível definindo lugares para os compradores regulares, considerando a dimensão dos seus carros. Isto teria de ser definido em colaboração com os compradores, tornando-os parte do processo, para que assim tenham interesse no mesmo.

Em terceiro, regulamentar o acesso a esta zona de estacionamento a moradores e compradores da Docapesca, e impedir o acesso a viaturas que se desloquem aos restaurantes da zona, o que acontece de forma reiterada nos meses do verão, e condiciona a circulação dos carros com arcas frigoríficas que compram na lota.

O controlo de acessos ao parque de estacionamento deveria ser realizado por equipamento eletrónico, através de um cartão de acesso a disponibilizar aos que estão registados como compradores na Docapesca de Cascais, e possuem telecomando de infravermelhos ou licença de acesso *online* (considerando a proposta do ponto II.7.2.).

Observando que este parque dá acesso a uma área residencial, e que serve de estacionamento para esses mesmos moradores (em cima de passeios, à frente de entradas, como à frente da lota, etc.), também estes deveriam ser identificados e arrolados ao processo, e deveriam receber um cartão de acesso, sem que lhes fosse permitido estacionar. O cartão serviria tão-somente para poderem transpor a área de acesso restrito para chegarem à sua residência. Esta solução será melhor sucedida se for adotada em conjunto com o *leilão online* e/ou qualquer cidadão possa comprar diretamente na Docapesca de Cascais (ver ponto II.7.2.).

II.7.2. Qualquer cidadão possa comprar diretamente na Docapesca de Cascais

Para além das necessidades ao nível do Ordenamento do Território, um outro problema assola as pescas de Cascais e está a asfixiar financeiramente os pescadores: **a monopolização do mercado de peixe cascaense**, centrada em dois intermediários: “Zé Alberto”²²¹ e “Peixoto”²²² (como são conhecidos). Este monopólio provoca uma baixa de preços (média 0,5 a 1 €/kg), leva os pescadores a vender em outras lotas (geralmente a sul do Tejo), e poderá decretar o fim da

²²⁰ Conversa informal no dia 01/06/2012.

²²¹ Segundo informação recolhida no terreno, compra o peixe para abastecer as bancadas de venda de peixe que têm no MARL, o seu restaurante, e para exportação.

²²² Presenciou-se no terreno a entrega de vários sacos com peixe a particulares, com elevada frequência; parecia ser um segundo mercado municipal, mas este a funcionar nas instalações da lota. Confirmou-se que este intermediário é quem abastece a generalidade dos restaurantes.

Docapesca Cascais, por falta de compradores e vendedores; o que a acontecer seria uma situação inédita, já que nos últimos anos temos assistido ao fechar de várias lotas por falta de compradores, e nunca vendedores (tal como aconteceu com o encerramento da lota de Armação de Pêra, em junho de 2011).

No sentido de desbloquear este monopólio pensámos em quatro soluções: a primeira, que foi a escolhida em conjunto com a segunda, consiste na abertura da lota a particulares, isto é, que qualquer cidadão possa adquirir o seu pescado diretamente na lota; a segunda, passa por dar uma oportunidade à tecnologia e adotar o sistema de leilão *online*, como já acontece nas lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Portimão²²³; a terceira, adotar um sistema de venda diretamente de pescado aos comerciantes locais, sobretudo restauração e hotelaria (solução já pensada na Nazaré); e quarta, a criação de uma peixaria na lota de Cascais, já que dispõe do espaço necessário (figura 68).

Antes de analisarmos as propostas escolhidas, e de definir as condições para que qualquer pessoa possa comprar diretamente em lota, cabe explicar o que motivou sobrepor estas às restantes, já que todas tinham a mesma finalidade e poderiam ter sucesso.

Segundo informações do Sr. Hugo Miguel Santos Silva²²⁴, funcionário de longa data da Docapesca, neste momento



Figura 68 – Estrutura interior da Docapesca de Cascais
Fonte: Capturada em 30ABIL12 (autoria própria).

nenhuma instalação hoteleira compra pescado na lota, e ao nível dos restaurantes, somente dois o fazem, e destes, só um é de Cascais; trata-se do restaurante Sagres propriedade do Sr. Américo (como é conhecido); os restantes compram aos intermediários, nomeadamente ao Sr. Peixoto, que tem um espaço próprio no edifício da Docapesca.

Convém salientar que a venda pública do pescado faz-se diariamente às 17 horas, altura em que os restaurantes não servem refeições, que o processo de venda não demora mais do que 30 minutos, e que grande parte dos restaurantes estão localizados nas proximidades da Docapesca; razões suficientes para não compreendemos o que motiva os restaurantes e hotéis a comprarem a intermediários em vez de comprarem na lota. Na verdade estão a adquirir um produto, que

²²³ Docapesca, *Leilão Online - Pescado do Mar*, disponível em <http://www.docapesca.pt/pt/leiloes-online/pescado-do-mar.html>, em 04JUN12.

²²⁴ Conversa informal no dia 01/06/2012.

apesar de mais caro não tem melhor qualidade, ou poderá ter pior (pode não ser fresco), e cujo diferencial de preço muito provavelmente é imputado ao cliente final.

Esta situação é potenciada pelo facto do intermediário “Peixoto”, que é quem mais vende aos comerciantes locais, beneficiar do facto de ter um espaço no edifício da Docapesca de Cascais, cujo acesso se faz de forma independente pelo exterior, ou seja, os comerciantes não compram em leilão público na lota mas deslocam-se na mesma a este edifício para ir buscar o pescado ao Sr. Peixoto (situação que observamos no terreno com frequência). No mínimo estão a colaborar com um mercado monopolizado, onde a liberalização não serviu para promover a concorrência, mas para determinar o preço que ambos os compradores consideram adequado, visando os seus lucros.

O conhecimento desta situação fez-nos refletir, e procurar respostas, mas só encontramos duas possíveis: ou existe uma forte economia paralela, e os restaurantes optam por comprar sem fatura diretamente aos pescadores e pontualmente vão ao intermediário “Peixoto”, e nesta situação podemos considerar que é muito grande a parcela de pescado que não passa pela lota, ou os restaurantes e hotéis são demasiado comodistas, e preferem pagar mais e comprar ao intermediário. Para esta situação era interessante fazer-se um estudo, no entanto, vamos considerar o comodismo como a resposta mais provável, porque é nesse sentido que apontam as fontes consultadas, e desta forma percebemos que edificar uma peixaria na lota não sortiria qualquer efeito (teria de existir na mesma uma deslocação).

Não obstante, temos de considerar a possibilidade desta solução sair efeito, porque atualmente é “simulada” pelo intermediário “Peixoto”, ao vender saco a saco aos seus clientes, e ao que parece agrada aos compradores. No entanto, esta solução também seria a mais difícil de implementar, pois dependeria de concordância e autorização da Docapesca, e ainda de uma verba orçamental para realização de obras.

Uma outra solução prática, 100% aplaudida pelos pescadores, seria a possibilidade de contratualizarem a venda do pescado diretamente com os comerciantes, pois iria permitir ultrapassar o baixo valor de venda em lota, porque o preço a pagar pelo pescado era fixado por contrato entre produtores e compradores. Esta solução era benéfica para pescadores, porque permitia um maior rendimento e uma maior estabilidade do preço do pescado, e naturalmente maior autonomia e maior dignificação da profissão, mas também para os comerciantes, que poderiam comprar mais barato e vender peixe fresco, acabado de pescar, aumentando a qualidade do produto. Estaríamos perante a satisfação do que ambas as frações reiteradamente reclamam. Mas então, porque não se executa? Muito provavelmente: comodismo civil ou inércia estatal!!!

Considerando que os pescadores são obrigados por lei a fazer a primeira venda de pescado fresco em lota, pelo sistema de leilão (n.º 1 do art.º 1.º do DL 81/2005, de 20-04), era necessário recorrer ao preconizado na al. B) do art.º 8º do mencionado DL, e fazer um contrato de abastecimento com os hotéis e restaurantes, com interesse neste processo, que poderia ter associada a certificação do *Polvo de Cascais*. Este processo teria de ser assumido tecnicamente pelo poder local, através da ACA, em conjunto com as Associações de Pescadores, ou com a Associação Empresarial do Concelho de Cascais.

O problema aqui reside no facto das organizações de produtores, necessárias para esta solução, dependerem da união dos pescadores, e de estes estarem de costas voltadas (cultura do individualismo), algo que inclusive também acontece com as Associações de Pescadores (AP); aliás, foram divergências que motivaram a criação de duas AP, o que não faz sentido, porque não existem mais de 100 pescadores profissionais no ativo em Cascais. No cômputo geral todos negam amizade a todos: pescadores *versus* pescadores; associação *versus* associação; e pescadores *versus* associações. Para esta solução possa avançar, primeiro é necessário unir os pescadores pela mesma causa, trabalho que demora a fazer, MAS É FUNDAMENTAL QUE SEJA FEITO.

Resta-nos a solução selecionada, que passa por abrir as vendas na lota a qualquer cidadão, e inclusive julgamos que o *Polvo de Cascais* deveria ter sido inicialmente comercializado com base neste sistema, com recurso aos dois regimes complementares: o tradicional leilão presencial e o moderno leilão *online*. Ambos os sistemas, desde que abertos a um público mais abrangente, são uma mais-valia para que a certificação funcione. Em relação ao *online* somos a acreditar que poderia abrir as portas do mercado internacional ao *Polvo de Cascais*, já que a “Costa do Sol” é local de passagem de muitos turistas e considerada por alguns um “*segundo Algarve*”. Neste trabalho teriam de intervir restaurantes, que deveriam poder ter acesso a este produto a preços de lota, por forma a praticar preços convidativos, recebendo mais clientes e passando mais vezes a mensagem; pescadores, vendendo o pescado capturado na lota de Cascais, e poder local, com acompanhamento técnico e ações de divulgação.

Para que qualquer cidadão pudesse comprar diretamente na lota, de forma presencial ou via leilão *online* (caso fosse implementado), bastariam algumas condições:

- ✓ O grande²²⁵ e pequeno²²⁶ retalho, que faz da sua atividade exclusivamente o comércio de pescado, manteria as condições atuais;
- ✓ O horeca²²⁷, onde enquadrámos o pequeno comércio local, desde hotelaria, restauração e pequenas superfícies comerciais de bairro, teriam de cumprir as

²²⁵ Compra diretamente em Lota (Grandes Superfícies) (Docapesca).

²²⁶ Compra diretamente em Lota (mercados municipais, peixarias) (Docapesca).

mesmas obrigações dos anteriores, nomeadamente apresentar documentos pessoais, e para poderem passar faturas ter uma empresa constituída (Sociedade) ou atividade aberta nas finanças (ENI). No entanto, a joia inicial seria mais reduzida, no montante mínimo de 250 euros e sem valor máximo, podendo resgatar esta joia em qualquer instante. Assim, sem aumentar o valor inicial da joia, só poderiam licitar em lances de valor igual ou inferior (para evitar valores incobráveis). Isto permitiria que cada pequeno comerciante (ou *stakeholder* local) define-se uma joia de acordo com a sua perspetiva de negócios, dando-lhe a flexibilidade necessária para poder comprar de acordo com as suas necessidades diárias. Poderiam comprar de todas as espécies, e nas quantidades desejadas dentro do limite da joia, sendo que a quantidade mínima por espécie teria de ser igual ou superior a dez quilos (cada caixa tem na lota em média 20kg);

- ✓ Os restantes cidadãos, que não se enquadram em nenhum dos critérios anteriores, somente teriam de apresentar a documentação de identificação e pagar uma joia inicial no montante à escolha, entre o mínimo de 50 euros e o máximo de 75 euros, sendo que nunca poderiam apostar em lances de valor superior, para evitar a venda a terceiros e valores incobráveis. Consideramos tratar-se de uma compra para consumo doméstico, cuja fatura era emitida pela lota através do número de contribuinte do cliente. Poderiam comprar de todas as espécies no máximo de 5kg/dia, sem ultrapassar o valor da joia. Para evitar o levantar da joia de forma reiterada, impunha-se a proibição de aquisição de pescado em lota no mês seguinte ao levantamento da joia. Tudo controlado por aplicação informática, sem encargos com mais pessoal administrativo.

Apresentou-se uma ideia, um conceito, que pode funcionar com outras metodologias. O objetivo é proporcionar uma maior diversidade de escolha de compra aos cidadãos, e gerar maior concorrência, que os pescadores agradecem. Não é lógico, honesto ou sustentável, obrigar os pescadores a vender em lota, e simultaneamente vedar-lhe todos os meios de concorrência. Pela justiça social, deveria ser o Estado a promover alternativas que dinamizassem a concorrência, e não ter uma atuação de passividade para com os monopólios comerciais.

Para finalizar deixamos um exemplo que não compreendemos, chamando atenção para o que é uma observação sem qualquer vinculação efetiva: por que motivos o Hotel Baía ou o Hotel Albatroz não compram o pescado na Docapesca de Cascais, já que está localizado mesmo ao lado? Não será mais complicado comprar a intermediários que estão com toda a certeza

²²⁷ Que compra diretamente em Lota, ou através de um único intermediário (grossista) (Docapesca).

geograficamente mais afastados? Não será do seu interesse preservar a lota a funcionar²²⁸, pelo turismo que as pescas atraem? E os valores ambientais, já que estes transmitem aos seus clientes ser uma das suas preocupações? De certo sabem que quanto maior for a deslocação em transporte motorizado mais poluição provoca!!!

Mas também temos de nos interrogar quanto aos esforços do Poder Local. Porque será que a CMC, por intermédio da ACA, ainda não contactou estes e outros estabelecimentos hoteleiros, ou restaurantes, no sentido de evidenciar as vantagens que têm em comprar diretamente na lota? Ou, se fez estes contatos, e se estes empresários se mostraram indisponíveis, porque é que essa informação ainda não é pública, dando a oportunidade ao cliente de decidir onde quer gastar o seu dinheiro? Este modelo é seguido na Alemanha, e podemos dizer com sucesso.

Compreendemos que atualmente o poder local pense o setor pesqueiro tal como já o idealizava João de Lemos, em 1951/52, não pelo interesse das pescas, como atividade económica, mas como moldura para o setor do turismo. Independentemente do que representa esta estratégia de desenvolvimento local, cabe-nos referir que a moribundez do setor pesqueiro pode levar ao encerramento da lota, o que seria muito desagradável. O funcionamento da Docapesca depende a existência de transações, e estas têm vindo a diminuir de ano para ano. Os inquiridos referem que cerca de 80% dos pescadores de Cascais já vendem em outras lotas.

II.7.3. Implementar um defeso para o polvo (*Octopus vulgaris*)

Chamados a pronunciarem-se sobre o que estavam dispostos a fazer para melhorar a situação de sobre-exploração de algumas espécies, e também do polvo, os pescadores foram expressivos em responder “participar em defeso” (59%), desde que fossem atribuídas novas licenças de pesca, para não estarem parados, ou um subsídio, calculado com base no volume de vendas em lota.

Antes de nos pronunciarmos sobre o conteúdo da proposta, vamos tecer algumas considerações sobre a situação recente do polvo, o que vamos fazer com base nas observações de campo e nas anotações da ida ao mar; sem esquecer as várias conclusões sobre este assunto emanadas de todos os setores da sociedade, todas elas com a sua razão: alguns dizem que o polvo não se encontra ameaçado, por isso não é alvo de quotas ou defesos, outros dizem que está ameaçado de extinção, porque a quantidade e tamanho está a decrescer, e os pescadores dizem

²²⁸ O novo sistema de venda do pescado (*leilão internet*) foi implementado em 5 lotas, nas de maior dimensão, que representam 70% do volume de pescado transacionado em todas as lotas. Porque não foi introduzido em todas as lotas? Será que existe o perigo de extinção das lotas mais pequenas, onde se pode incluir Cascais? É do interesse de todos os cascaenses, inclusive do poder empresarial, preservar esta matriz cultural de génese piscatória.

que “são fases”, estando agora a atravessar uma menos positiva, que muito provavelmente devido ao desaparecimento do caranguejo pilado (*Polybius henslowi*) das águas do concelho.

O pilado é conhecido por caranguejo nadador, porque o último par de patas tem uma forma achatada, plana e arredondada no final, o que lhe permite nadar muito rápido (figura 69). Caracteriza-se por ser um carnívoro oportunista, e constituiu o atrativo da dieta alimentar do polvo (Magalhães, 2009:10)²²⁹.



Figura 69 – Espécime de caranguejo pilado (*Polybius henslowi*)
Fonte: Capturada em 05JUN12 (autoria própria).

Apesar de alguns meses ausente, este caranguejo surgiu em força no dia 05/06/2012, altura em que foi capturado o da fotografia 69. Todo o material que vinha do mar trazia exemplares, tanto em artes de armadilha como de redes. Vamos esperar para ver se o polvo começa a aumentar a população e a ganhar mais peso, já que agora tem disponível a sua dieta preferida.

No entanto, continuam a perdurar os argumentos de quem defende que o polvo está ameaçado, e com toda a razão, porque por comparação com o antecedente, onde grande parte dos polvos capturados atingiam os 3 kg, neste momento aparecem muito mais vezes polvos entre 1 kg e 2 kg, e sobretudo menores que 0,75 kg, que têm de ser devolvidos ao mar em cumprimento da legislação em vigor. Na ida ao mar foi possível observar várias sequências de alcatruzes vazios, outros com polvos pequenos, menores do que 0,75 kg, e menos de um quarto de alcatruzes tinham polvos em condições de captura (no entanto, foi a observação de um dia, não se pode extrapolar, é um dado meramente indicativo).

O primeiro argumento contra, consiste no facto dos alcatruzes serem fabricados em plástico e utilizados aos milhares, o que dizem ser nocivo ao ambiente marinho, porque quando se perdem demoram mais de 100 anos até desaparecerem (muito mais nocivos que os antigos alcatruzes de barro). O segundo, tem a ver com a sua função da arte, de servir como abrigos

²²⁹ Sobre o caranguejo pilado ver a *contribuição para o conhecimento da biologia de Polybius henslowi* (2009), de Luísa Virgínia de Sousa Magalhães.

artificiais, onde as fêmeas desovam e aqui permanecem para proteger os ovos, lançando jatos de água para os oxigenar o mais possível, acabando por ser capturadas. O terceiro, é que estas artes são mantidas em água durante meses. O quarto, tem a ver com o produto (lixívia) utilizado para forçar a saída do animal do interior do alcatruz, que lhes provoca danos, e que os pescadores vulgarmente designam de “queimadoras”.

De facto, de acordo com as práticas observadas na faina, utilizam-se armadilhas de abrigo em grande número, impossível de precisar quantas, e estas artes ficam estacionadas no mesmo local por longos períodos de tempo, mas os alcatruzes com fêmeas a cuidar das posturas são devolvidas ao mar. Não podemos esquecer que, sendo uma arte passiva, permite aos polvos entrar e sair, sem os magoar, pelo que não consideramos negativo o facto de estarem muito tempo estacionadas, sem serem levantadas no mesmo local.

A existência de armadilhas em número superior ao determinado pela lei, é transversal a todos os pescadores, não só de Cascais, mas de outras áreas, como foi possível observar em Peniche (visita efetuada ao local). Os pescadores sentem que impera um clima de impunidade para quem é mais audaz, e tem mais material de pesca, do que deveria, e consideram que a única forma de o combater é competir, comprando alcatruzes ou fazendo covos, porque para eles o resultado é favorável para quem for capaz de ter mais artes de pesca “dentro de água”. Acreditamos que é a consciência coletiva de abuso e “sobrecapacidade” que faz com que os pescadores prefiram fazer defesos a, por exemplo, adaptar práticas sustentáveis ou repreender práticas insustentáveis, pescar menos ou elucidar os colegas para a pesca negligente, ainda que 89% dos inquiridos tenham respondido nos inquéritos que utilizam as artes para que estão habilitados (no conjunto das respostas “muitas vezes” e “sempre”). Por outro lado, como os pescadores de Cascais trabalham de forma individualista, em pequenos grupos, e por isso ficam mais concretizados se for aplicado um defeso, porque assim sabem que param todos, independentemente de quem tenha mais material no mar.

Sem hostilizar os que dizem não ser necessário um defeso para o polvo, e muito menos quotas, até porque ainda não existem estudos conclusivos sobre o tema, propomos alguns princípios chave para um defeso:

Nos fins de semana e feriados, dias em que a lota está fechada, os pescadores não podem fazer capturas. Esta medida evitaria o acumular de pescado durante o fim de semana para venda à segunda-feira, porque este pescado nem sequer é vendido como fresco, ou seja, este pescado normalmente é dado, porque não lhe é atribuído qualquer valor comercial.

Chegados à conclusão de que as capturas estão a colocar em causa a sustentabilidade do polvo, e para isso é necessária a realização de um estudo detalhado sobre o estado das

populações, tal como o sugeriu o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda à Assembleia da República, em 10 de abril de 2012, seria decretado “*um período de defeso para o polvo, com a obrigatoriedade de recolha de todas as artes (apoando as embarcações cuja atividade principal corresponde a este tipo de pesca)*”, com monitorização de forma a fazer a reavaliação e adaptação do período de defeso após publicação dos resultados do estudo, e ainda um reforço das “*ações de fiscalização, garantindo o cumprimento das regras vigentes*” (GPBL,2012:2).

Os pescadores que solicitem ajuda monetária no período do defeso, tal como indicaram ser do seu interesse, têm de trabalhar os dias subsidiados na limpeza dos fundos marinhos, que verificamos estarem bastante poluídos. Aliás, os pescadores dizem que nas pescas aparece tudo o que é lixo, e de forma recorrente “*sacos plásticos e pensos higiénicos e outros artigos de higiene pessoal das mulheres*”²³⁰.

Outra sugestão, que teria de ter uma coordenação local, possivelmente um elemento da ACA, em colaboração com outros organismos no sentido de melhor gerir as atividades a realizar, seria a construção de barreira submarina para permitir a fixação de corais, sustentado no tempo, que permitisse não só ocupar os pescadores, divididos em equipas especializadas a limpar e restaurar o equilíbrio aos fundos marinhos, mas que dilatasse a oferta turística de Cascais, dinamizando a economia através de atividades que podem ir desde a pesca ao turismo de mergulho e à proteção costeira.

Poderíamos indicar várias sugestões, sempre com o objetivo de ocupar os pescadores durante um defeso, mas o que se pretende é passar a ideia, alertar a opinião pública e sobretudo os pescadores para a importância dos ecossistemas marinhos, motivando-os assim a agir no sentido da sua preservação.

II.7.4. Tabela o preço de venda do pescado pelos revendedores

Como o comércio de pescado está monopolizado, naturalmente os pescadores responderam de forma massiva aceitando as propostas de reduzir os intermediários (59%), tabela o preço de venda mínimo de pescado por espécie (67%) e condicionar o valor de venda ao público final, que não deve ser superior a 10% do valor de compra na lota em leilão público (81%) (ver ponto II.4.5.). Em relação a esta última proposta, indicamos 10% porque era o valor fixado durante o Estado Novo, antes da liberalização do mercado. No entanto, os pescadores sugeriam até 40% de lucro, porque dizem que agora há situações em que os intermediários ganham mais de 1000%, sem trabalho de mar, só comprando e vendendo.

²³⁰ (e.g.) Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre*, através de inquérito (em 04/04/2012).

Por estarmos regrados por um mercado liberalizado não é consentâneo controlar valores de compra e de venda, logo esta não pode ser uma solução exequível, ainda que essa seja a vontade dos pescadores. Para estes era muito bom poderem saber quanto vale o esforço da faina antes de entregarem todo o pescado na lota, porque não concordam com a obrigação de terem de entregar todo o pescado na lota e estarem dependentes do que os compradores querem pagar pelo seu trabalho. De facto, com razão, pois não nos parece que quem presta um serviço goste de ser remunerado por o que lhe querem oferecer, mas sim pelo que considera valer o seu trabalho, cujo valor é por si determinado. Por exemplo, o agricultor só vende as uvas ou vinho por um valor que considera adequado, caso contrário não é obrigado a vender. Ainda que seja uma regra, estamos perante uma profissão onde se paga ao prestador (pescador) o preço que o comprador (intermediário) considera adequado. Mas adequado para quem?

II.7.5. Criar uma Área Marinha Protegida

Propõe-se a criação de uma AMP que promova num espaço delimitado restrições à atividade humana, no interesse de conservar o ambiente natural (ecossistemas protegidos e águas circundantes) e os recursos culturais ou históricos que possam exigir manutenção ou gestão (e.g. naufrágios).

Tal como refere Pierce *et al.* (2012:357), “ (...) *the primary goals of MPAs are to protect critical habitat and biodiversity, to sustain or enhance fisheries by preventing spawning stock collapse, and to provide recruitment to fished areas. Possible advantages include protection of large mature females (megaspawners) which have disproportionately high fecundity compared to small fish. (...) In addition, as protected stocks build up, reserves are predicted to supply local fisheries through density-dependent spillover (movement out of MPAs) of juveniles and adult fish adjacent fishing grounds*”. Acrescentar-se-ia uma ressalva a esta definição, muito útil no contacto com os pescadores. Não se trata de fechar o mar, mas antes de regradar a sua utilização, permitindo o desenvolvimento de espécies que possam repovoar as águas circundantes. Inclusive, neste local, pode continuar a existir pesca, mas não para todas as artes nem de todas as espécies, cujo controle possa ser feito a partir da linha da costa.

Ainda que nos pareça uma excelente ideia, e sobrescrevemos na totalidade o conceito de Pierce *et al.* (2012), somente 26% dos inquiridos mostraram concordância com esta solução. O motivo só pode ser um, já por várias vezes referido. Os pescadores sabem que abusam no número de artes, e conseqüentemente no volume de capturas, mas não abandonam esta posição porque querem sempre capturar mais que os restantes (*mais que o “vizinho”*). Criar uma área protegida vai reduzir o espaço disponível, e naturalmente aumentar a crispação, já latente, porque

neste momento já consideram o espaço atual diminuto devido ao volumoso número de artes, nomeadamente teias (covos e alcatruzes) alojadas no oceano. Por diversas vezes, foram escutadas conversas “menos amigas” ou até ameaçadoras entre pescadores, ou porque desapareceu material do mar, ou porque não existiu respeito pelas boias sinalizadoras e foram largadas teias em locais já ocupados, ou porque pescadores que andam às redes foram capturar numa zona de teias de alcatruzes ou covos, gerando “grande confusão”!!! (redes enroladas em teias, que acabam por deixar ficar no oceano).

Como consideramos ser uma boa solução, para que funcione sugerimos a adoção de pelo menos uma das seguintes estratégias: ou é implementada numa área já protegida, por outra natureza de impedimento, ou se for criada uma nova área de restrição terá de ser definida em colaboração com os pescadores, a fim de os envolver no processo, e assim mitigar ao máximo possível eventuais discórdias e atritos.

II.7.6. Tornar espécies desconhecidas em iguarias na gastronomia local

Esta alternativa não saiu do questionário, não é possível mensurar quantos são os inquiridos favoráveis à sua implementação, mas avançamos que foi uma solução indicada de forma reiterada pelos próprios marítimos nas várias conversas informais que se foram estabelecendo ao longo do trabalho de campo.

Em sede de inquérito, alguns pescadores referiram levar para consumir em sua casa espécies que não têm valor comercial, mas que são de muito boa qualidade, dando o exemplo do peixe-porco²³¹, azevia e camarão branco, conhecido por camarão de Espinho²³², que dizem abundar em Cascais. Manuel Lorigo e António Ramos, dois responsáveis máximos da AAPC, chamaram atenção que a alternativa de capturar camarão espinho já foi apresentada à ACA e ao IPIMAR, e que nada fizeram, alegando falta de recursos para estudar a costa e as espécies²³³.

Por ser uma solução harmoniosa, que visa a sustentabilidade das pescas e das espécies, e também a sustentabilidade social e económica da CPC, e de todo o concelho, reforçando os valores históricos e gastronómicos, sugerimos que a ACA, de forma individual ou em conjunto com o IPIMAR, realize uma prospeção da costa cascaense para identificar espécies aqui existentes que não são capturadas, mas poderiam ser comercializadas, permitindo redistribuir o

²³¹ (e.g.) Sr. Rodrigo Diogo, mestre e dono da embarcação *Milagre*, através de inquérito (em 04/04/2012).

²³² (e.g.) Sr. Manuel Lorigo, responsável da AAPC, através de entrevista realizada no dia 10/03/2012.

²³³ (e.g.) Sr. António Ramos, Presidente da AAPC, mestre e dono da embarcação *Mónica Sofia*, através de inquérito realizado em 07/04/2012.

esforço de pesca por mais espécies. Este trabalho poderia mudar um pouco a “formulação” que os pescadores têm destes dois organismos públicos, a quem não conferem qualquer utilidade ou importância (ver ponto II. 4.5.).

A ACA também deveria estabelecer parcerias e protocolos com os espaços comerciais do concelho, nomeadamente hotéis e restaurantes, para que posteriormente fosse possível dar a conhecer aos chefes de cozinha as novas espécies, ou em alternativa a sugerir a confeção de novas receitas, com fundamento na história da gastronomia cascaense, e com recurso a espécies menos valorizadas mas de igual riqueza nutritiva e abundância na costa. Era uma forma de reduzir a pressão de captura sobre algumas espécies (polvo, robalo e linguado), e simultaneamente diversificar as espécies que possam ser valorizadas no mercado. É a solução também indicada para valorizar a certificação do polvo, com bons princípios de consciencialização ambiental.

II.7.7. Criar uma efeméride: Dia do Polvo de Cascais

Pensamos que uma efeméride intitulada o “*Dia do Polvo de Cascais*”, comemorada no dia 08 de junho, associando o Dia Mundial dos Oceanos à data da criação da marca *Polvo de Cascais* (08/06/2011), será uma ótima ideia para mediatizar e para manter no subconsciente dos cidadãos a existência da certificação. Em simultâneo, deve ser criado um logotipo associado a este dia, que poderá ter origem no selo já existente (ver ponto II.6.2.), pois parece-nos atrativo, com uma arte agradável.

Para envolver o maior número de pessoas possível e fazer deste efetivamente o *Dia do Polvo de Cascais*, e na expectativa que a solução indicada anteriormente é adotada, os hotéis e restaurantes associados à iniciativa devem fazer um preço especial para o dia, por exemplo, servirem uma refeição completa (ou meia dose!) de polvo por 8 euros (por analogia ao dia da criação da marca).

Poderia, ainda, ser adotado um *slogan* ou um *logotipo* interligando o dia da criação da marca, o dia dos oceanos e o preço da refeição, porque são todos no dia oito (8). De forma mais audaz era implementar esta ideia de forma mensal, com o slogan “*todo o dia 8 é dia de polvo*”.

II.7.8. Criar uma página oficial na internet para Certificação do Polvo de Cascais

Criar um espaço oficial de divulgação de promoções (em português e inglês), atividade, estatísticas, procedimentos, evolução da produção, meios de distribuição, parcerias, etc., tudo que possa ser possível e permita levar às pessoas a informação, de forma cómoda e convidativa, fazendo com que estas adiram às campanhas que forem criadas. Estamos a pensar em habitantes do concelho, mas também arredores, e turistas.

Podemos pensar nesta ferramenta, não só numa forma passiva, de divulgação tipo *newsletter*, mas numa forma ativa, de convite e sedução à degustação do *Polvo de Cascais*. A sua implementação, gestão e atualização ficaria a cargo da ACA.

Todas as instituições municipais poderiam colocar esse logótipo nas suas páginas oficiais, de forma a melhor divulgar a informação, com hiperligação direta à página oficial da marca. Era fundamental que esta informação fosse divulgada pelo pároco na missa dominical, pela elevada religiosidade local, e porque por norma os pescadores estão presentes, logo ficariam animados por ver o fruto do seu trabalho exposto de forma tão positiva.

CONCLUSÕES

A História de Cascais é rica mas estava dispersa na bibliografia, sobretudo no tocante à exploração dos recursos marinhos. Foi preciso fazer várias leituras, e compreender várias obras e textos históricos, para compilar os momentos marcantes da vida cascaense ligados ao oceano. Com este trabalho inicial, de matriz histórica e cultural, comprovamos que as primeiras populações humanas fixadas na zona atlântica cascaense foram atraídas pelo “*clima, vistas, saudáveis área e boas águas*”, por altura do Paleolítico, e que a sua prosperidade foi feita à base do pescado capturado, rico em proteínas de alto valor nutritivo. Concluimos ainda que a evolução deste espaço encontrou força na geografia do território e na ligação das suas gentes às pescas e ao oceano, sempre em contexto de elevada religiosidade. Inclusive, o seu brasão, símbolo de identidade local, tem conexão com as pescas e com o mar, pela importância dos pescadores na formação da vila.

A pesca foi assim uma importante habilidade de tempos passados, com características que se mantiveram ao longo dos séculos, sem diferir muito entre civilizações, e por isso métodos e ferramentas migraram até à modernidade e ainda hoje subsistem em Cascais, como a ânfora, do período da ocupação Romana, que servia como recipiente de transporte de preparados de peixe, ou o anzol, existente já no Paleolítico, que só alterou o molde e foi aperfeiçoado, passando de osso para metal, mas manteve a mesma finalidade e utilização pelos atuais palangreiros.

Depois da reconquista cristã de Lisboa, e da estabilização da fronteira a sul do Tejo, mas ainda numa fase rudimentar da tecnologia das capturas, comprovamos que as pescarias tiveram uma elevada importância económica e social, mais do que a agricultura, e atizaram reiteradas situações de êxodo rural reforçando a população do concelho (do interior do concelho para o espaço litorâneo). Também vimos que a propensão ao espaço, e a evolução da densidade populacional, acontecem desde os primórdios, pelas várias valências e pela localização geográfica do território, ainda que num primeiro momento tenha ocorrido de forma muito morosa, com base no comércio marítimo e na utilização dos recursos marinhos, e mais tarde, num segundo momento, tenha ocorrido de forma mais célere, no período que antecede a libertação administrativa de Sintra (1364), onde na altura existiam os grandes povoados.

Neste âmbito, apuramos que a “emancipação” de Cascais encontra justificação no forte crescimento populacional, mas só teria sido possível pela importância económica do seu porto, não só pelo comércio marítimo, porque servia para escoar a produção agrícola de Sintra, mas também pelo comércio de pescado, que alimentava a população local e arredores, nomeadamente Sintra e Lisboa. Nesta altura o abastecimento à Capital não era direto, era feito com escala em

Sintra, porque não existiam ligações terrestres, e porque os principais “eixos viários” ligavam Sintra a Lisboa; Cascais tinha a sua melhor ligação à Capital pelo mar. Mais tarde, beneficiando da sua localização geográfica, numa espécie de sentinela do Tejo e antecâmara da cidade e do porto de Lisboa, começou a intensificar-se o comércio de pescado por via marítima com Lisboa, o que fez com que as frequentes ligações de natureza comercial a Sintra fossem transferidas para Lisboa. Conseguiu, assim, o reconhecimento necessário para que D. Pedro I outorgasse a *Carta da Vila*.

Mas existe um terceiro momento, por altura das grandes descobertas, onde Cascais beneficiou das ótimas condições da baía e do porto, servindo de abrigo às embarcações que saíam de Lisboa rumo ao Oriente, ou das embarcações que pretendiam entrar no porto de Lisboa. Era aqui que as naus esperavam as boas marés para prosseguir viagem. A atividade comercial prosperava e o comércio de pescado não ficava de fora, tendo aumentado após o século XVI a importância das pescarias em Cascais.

Já em período contemporâneo (1874) verificamos que a importância económica das pescarias seria reforçada pela montagem das primeiras armações valencianas para a pesca da sardinha. Sem dúvida, estas determinariam o início da exploração intensiva dos mares da vila. Neste sentido, Cascais seria novamente palco de uma nova vaga de imigração, deslocando-se para aqui muitas pessoas a tentar a sua sorte, nomeadamente do Algarve (pescadores já conhecedores desta arte) e costa litoral norte (pessoas a quererem melhorar a sua condição de vida). Era o reviver da importância das pescas de outrora no esplendor desta vila, que não iria durar muitos mais anos.

Nos anos 80, do século XIX, surgem em Cascais os galeões de cerco americano, que inicialmente ainda coexistiram com as armações à valenciana (fixas). Nesta altura, as pescarias assumiam grande importância e empregavam muitas pessoas, tanto a montante como a jusante do setor. Esta nova arte tornou as pescarias mais ativas, desde logo porque deixou de ser necessário esperar pelos peixes nas armações, e passou a ser possível avançar até aos grandes cardumes, seguindo-os, encurralando-os e capturando-os (*vide* ponto I.3.4.). Mas também tornou as pescas altamente nocivas, não só pelo redimensionar da criatividade, pois os galeões inicialmente movidos pela força do vento e pela força motora foram substituídos pelos vapores (o que dispensou grande parte da campanha das armações fixas, lançando na miséria e no desespero algumas famílias de pescadores, e deu a “machada final” nas armações à valenciana), mas também dilatou o pensamento humano de destruição, com base na regra de quantas mais capturas, maior o reconhecimento, e aumentou a poluição, porque os vapores eram movidos a lenha e a carvão.

Apesar desta nova embarcação dar um novo folego às pescas de Cascais, considerámos nesta data **o fim da importância das pescas de outrora**. Demos provas de que ao setor das pescas faltou competitividade, para impedir a saída de mão de obra para o emergente e imponente setor da construção civil, e faltou apoio institucional, porque a emergência da construção civil resultou de um intenso processo de gentrificação (deslocação de nobres para Cascais devido à presença da família real). Foi assim que começou a transformação, de uma vila valorizada pela ligação às pescas e ao oceano, para uma vila de lazer da família real, com quem as pescas não conseguiram ombrear (ver ponto I.3.2.).

O século XX trouxe técnicas especializadas e equipamentos eletrónicos, para corresponderem de forma lucrativa à demanda capitalista pelos produtos do mar, e surgiram as traineiras, fáceis de manobrar, mais pequenas e económicas. Concluimos que foi o coroar de décadas de exploração abusiva e inconsequente dos recursos marinhos. Com mais tecnologia e com poucas regras de proteção aos recursos, intensificaram-se as capturas, e como não poderia deixar de ser conduziu ao colapso das pescas nos anos 60 do século XX. Ainda assim, também verificamos que apesar do forte decréscimo da atividade nessa década, a força do setor ainda se manteve (ainda que muito desgastada) até ao regresso dos retornados em 1975/76, e só depois é que se sentiria um colapso de dimensões estruturantes, tendo reduzido de forma abrupta e sem precedentes o número de pescadores, embarcações, e o volume de capturas (ver ponto I.3.4.).

Se as capturas começaram a reduzir nos anos 60 do século XX, o mesmo não podemos dizer em relação a práticas negligentes, pelo menos não de forma proporcional, sobretudo pela poluição e pela sobrepesca biológica e bioeconómica²³⁴. Constatamos este facto ao longo de todo o trabalho, mas também no momento atual, onde foi possível perceber que os marítimos assumem indiretamente culpa pela sobrepesca, ao darem a entender não levar à lota todo o pescado capturado, e ao darem provas de que utilizam mais artes do que são permitidas por lei, mas não fazem o mesmo em relação à poluição, e culpabilizam a comunidade civil pela falta de ética e pelo consumismo depravado, dizendo que apanham de tudo no oceano, sobretudo pensos higiénicos femininos.

²³⁴ Consideramos que estamos perante uma sobrepesca biológica quando a mortalidade causada pela pesca atinge um nível capaz de provocar a diminuição do crescimento da biomassa. Se esta pressão predadora continuar, ou aumentar, vai levar a uma diminuição da biomassa, e eventualmente ao completo desaparecimento do recurso. A sobrepesca bioeconómica considera os custos associados à pesca. Verifica-se quando, devido ao excesso de pesca, existe uma redução substancial da margem comercial obtida (como se verificou acontecer em Cascais). Se o excesso de pesca se mantiver, ou aumentar, conduz à redução do rendimento líquido e a perdas económicas, ou seja, o aumento das capturas representa a desvalorização do recurso. Esta sobrepesca deve ainda levar em conta a evolução esperada das duas variáveis: custos financeiros e valor do recurso capturado.

Neste momento a vila caracteriza-se por uma pesca tradicional polivalente, com 83 marítimos que andam ao mar de forma profissional e continuada e 39 embarcações na situação de ativas, ainda que só 27 contribuam para as capturas.

Surpreende-nos o facto dos marítimos utilizarem mais artes do que legalmente lhes é permitido, já que em 96% dos casos responderam notar-se uma redução de capturas, ou seja, têm conhecimento de que estão a fazer errado mas não corrigem o seu comportamento, preferindo aniquilar a sua “galinha dos ovos de ouro”; ainda mais quando têm uma enorme dependência dos recursos provenientes das pescarias (93%), e quanto têm tanta gente a depender do seu trabalho, já que 89% dos inquiridos referiram que o fim da atividade podia atuar como um destabilizador familiar e social.

E diga-se, trata-se de uma dependência semelhante àquela que observamos em toda a História de Cascais (ver ponto I.3.), só que agora com contornos modernos, mais vincada pela importância económica do polvo para a CPC (origem da marca *Polvo de Cascais*), e como uma mais-valia para o concelho, por ser um elemento turístico de referência (histórico, cultural e gastronómico).

Mas nem tudo é negativo, e também concluímos que em 92% dos casos os marítimos cumprem fortemente as regras instituídas, compreendem o que é a sustentabilidade dos recursos marinhos, e demonstram que conhecem as boas práticas do quotidiano para atingir essa sustentabilidade, tendo mesmo 85% dos inquiridos indicado nunca deixar ficar material no mar, mesmo que esteja danificado, incluindo as redes partidas (ver ponto II. 4.4.).

Alguns pescadores mostraram-se conscientes da delicada situação de esgotamento de algumas espécies na zona (78%), assumindo indiretamente a sua culpa na delapidação, mas outros desvalorizam esta situação, consideram que o pescado não desaparece, só altera a sua abundância, o que acontece devido à poluição e às questões das alterações climáticas. Com a mesma incidência de respostas, os marítimos afirmam estar sensibilizados para os problemas que se colocam à preservação dos recursos marinhos (e.g. excesso de artes, políticas desajustadas, falta de fiscalização, redução de populações, espécies em risco de extinção, etc.), e dizem conhecer os problemas que se colocam às espécies que se encontram em vias de extinção por sobre-exploração e pesca fantasma, dando exemplos práticos, que observam no quotidiano, de situações onde se dá extinção por pesca fantasma (ver ponto II. 4.2.), e ainda nos indicam espécies que têm aparecido com menor frequência, e outras que inclusive deixaram de aparecer nos últimos quinze anos (ver ponto II. 4.6.).

Se esta conclusão nos enche de esperança, eis que mais uma vez somos surpreendidos com a dura realidade das pescas. Apesar dos marítimos saberem o que é a sustentabilidade, e de até

terem uma ideia concreta do que devem fazer para a promover (ver ponto II. 4.1.), podemos perceber que a comunidade privilegia os valores de uma ética utilitarista e antropocentrista, ou seja, os interesses económicos e fisiológicos sobrepõem-se aos ambientais na condução das atividades diárias. É por isso que a totalidade da comunidade, sem exceção, indicou capturar enquanto for permitido, mesmo que existam espécies que estejam a desaparecer, porque dizem ser esse a sua única fonte de rendimento (ver ponto II. 4.3.).

A CPC apresenta-se detentora de um bom nível de conhecimento das problemáticas relacionadas com a sustentabilidade das pescas (superior a 80%), mas também sabemos que não poderia ser diferente, já que 82% dos inquiridos têm mais de 16 anos de experiência, ou seja, são verdadeiros veteranos das pescas de Cascais. Convém salientar que 75% dos inquiridos pertencem a escalões de mestrança (arraís ou contramestre), tiveram naturalmente outra formação em pescas, mais consistente, e destes 67% são os próprios proprietários dos barcos, isto é, fazem a exploração comercial das embarcações e são pescadores (ver ponto II. 3. e II. 3.1.).

Apuramos que os marítimos com mais idade e menores habilitações escolares, independentemente dos anos de experiência que têm no mar, são por regra os menos disponíveis para fazer uma pesca sustentável. Por isso mesmo, apraz-nos observar a emergência de um novo modelo de pescador nas camadas mais jovens, com mais formação e empreendedorismo. Dos que já fizeram formação de mestria e adquiriram embarcação própria, foi possível perceber que percebem e são mais recetivos à mudança, para além de que estão mais disponíveis para fazer formação profissional sobre pesca sustentável (ver ponto II.6.1.).

Identificamos melhorias na gestão do lixo e óleos das embarcações, algumas das quais impulsionadas pela atuação da ACA, nomeadamente a construção do ecoponto marítimo, um local específico para os marítimos depositarem os óleos. Foi-nos comunicado, de forma informal, que antes do ecoponto existir era o oceano que muitas vezes recebia o óleo, o que era um atentado ambiental, pelo efeito poluidor no ecossistema marinho. Para além da mais-valia ambiental, porque os resíduos colocados no ecoponto são reciclados e reaproveitados, também funciona como uma ferramenta ao serviço da educação e sensibilização ambiental, porque é aos pescadores que compete fazer o depósito dos óleos, ou seja, torna os pescadores ativos na defesa do ambiente.

Em relação ao lixo produzido nas embarcações, e ao lixo que os pescadores retiram do mar, os resultados são melhores do que acontecia no antecedente, mas ainda assim carecem de melhorias: não é recorrente mandar o plástico da sandes borda fora, ou deitar a garrafa da cerveja para a água, mas 4% nunca levam na embarcação um recipiente para colocar o lixo e 26%

referiram só o levar às vezes. Onde encontramos a melhoria? É que 70% inquiridos disseram ter sempre a bordo um recipiente onde o depositam todos os lixos para transportar para terra.

As embarcações mais pequenas geralmente permanecem menos tempo em mar, e os mestres dizem que não levam alimentos só material de pesca, o que para eles é motivo suficiente para a ausência de um local para colocar o lixo a bordo. Não obstante aos motivos pelo qual não levam recipiente para o lixo, identificamos um padrão: as embarcações de maior dimensão de pesca local e as costeiras têm sempre recipiente; as embarcações mais pequenas, cujos mestres pertencem ao escalão etário acima dos 40 anos de idade, só levam às vezes um saco para colocar o lixo.

Para melhorar a situação atual das pescas apresentamos aos pescadores várias possibilidades, e apesar de não pretenderem parar de pescar, a mais votada foi fazer épocas de defeso (89%). O que justifica esta surpreendente posição dos pescadores? Na nossa análise, os pescadores têm mais material do que é permitido por lei, e têm consciência que capturam mais do que devem, mas não conseguem parar, desde logo porque se consideram injustiçados pela remuneração do seu trabalho, criticando nesse sentido a atuação monopolista dos intermediários, mas também porque não conseguem conceber a possibilidade de capturar menos que os colegas.

Mesmo que tivessem um ataque súbito de consciencialização ambiental, pois já vimos que sabem como agir para minimizar a agressão ao ecossistema marinho, nunca aceitariam capturar menos porque têm a convicção de que os seus colegas também não o fariam, e neste sentido existe uma rivalidade desnecessária na CPC (ver ponto II. 4.4.). Não sendo a solução do seu agrado, fizeram questão de sublinhar esta parte (pedindo subsídio para o tempo de paragem com base nas vendas em lota), é a que consideram mais justa, porque é a única que faz parar em simultâneo todos os pescadores, tanto os que têm menos como os que têm mais material de pesca.

O motivo é o mesmo para não serem favoráveis à criação de uma AMP (apenas 26% considera boa ideia), que é uma solução muito viável do ponto de vista da gestão dos recursos, porque isso iria reduzir o espaço disponível e não penalizava os responsáveis pela pesca excessiva, somente criaria mais atrito entre pescadores (ver ponto II. 4.5.). Esta conclusão está interligada com a péssima imagem que os pescadores têm dos organismos que tutelam as pescas, desde os que legislam, passando pelos que regulam e inspecionam, e até das associações de pescadores, tendo em 64% dos casos referido não lhe conferem qualquer utilidade ou importância (ver ponto II. 4.5.).

Queremos salientar que apesar de se fazer uso de mais artes do que legalmente é permitido, não nos parece que estejamos perante uma elevada sobrepesca. Verificamos que muitas

embarcações fazem uma “pesca de subsistência” (quase não vendem em lota), e só algumas fazem uma “pesca tradicional”, tudo pela capacidade financeira dos proprietários (mais ou menos material), que também está relacionada com a consciência pessoal, empreendedorismo e capacidade de gestão. Acreditamos que a distribuição do total de capturas, através de uma média, por todas as embarcações de Cascais, daria uma média sustentável, ou seja, o excesso de umas compensa a reduzida ou nula capacidade de capturas de outras.

Ainda que longe da importância de outrora, as pescas continuam a ser muito importantes para Cascais, tal como o foram ao longo de toda a sua história, mas as perspectivas são de decréscimo, por via da redução do número de embarcações e de pescadores (ver ponto I.4.4.). Chama-se atenção que o decréscimo da atividade pode representar o fim da Docapesca de Cascais, que já agora é condicionada pela falta de compradores, fragilizada pela existência de um monopólio entre os compradores, e está a ficar esvaziada de pescadores, porque preferem vender em lotas onde o pescado é mais valorizado.

O futuro deve passar impreterivelmente por uma estratégia de conservação e gestão das pescas, e para isso as características biológicas devem regular a base da atuação dos marítimos, numa lógica de flexibilidade e integração com as demais vertentes equacionadas na gestão pesqueira, nomeadamente na vertente social e económica. Apraz-nos o facto de já terem sido tomadas algumas medidas, nomeadamente a criação da marca *Polvo de Cascais*, com base na certificação ambiental (*eco-certification*), ainda que o projeto tenha falhado por falta de estratégia (planeamento, estrutura e a implementação) e sobretudo pela inércia do poder local (falta de monitorização) (ver ponto II.6.2.). Ainda assim, a certificação do *Polvo de Cascais*, enquanto iniciativa promotora de uma pesca consciente, dinamizadora da economia local e impulsionadora de um consumo de maior qualidade, é por nós considerada como instrumento local de gestão eficaz e, portanto, uma metodologia sustentável para controlar as capturas marinhas, com racionalidade e seriedade, que não deve desconsiderada (ver ponto II. 5.1.).

Apesar do projeto não ter dado os frutos desejados, por comparação com o que se verificou na certificação do peixe-espada-preto de Sesimbra, a qualidade nutricional e a frescura do polvo mantêm-se inalteradas, características que permitiram a sua distinção, e os pescadores ainda acreditam neste processo (85% concordam com o projeto e pensam que é útil), e têm esperança que o poder local intervenha por via da ACA (ponto II. 4.1.). Ficou evidente que os pescadores não querem a extinção deste processo, querem antes reanimá-lo e dar-lhe consistência. Aliás, estão convictos de que pode ser bem-sucedido, e para isso, os pescadores consideram fundamental uma maior mediatização (81%).

Nós acrescentaríamos que são necessárias sessões públicas de esclarecimento, e essas sessões podem e devem ser divulgadas nas missas dominicais, e em todas as instituições ou organismos do poder local. Nestas sessões devem estar presentes os interessados, mas devem obrigatoriamente estar sentados, lado a lado e com os mesmos objetivos, pescadores, intermediários e poder local. Se é fácil reunir os grandes intermediários, pois só são dois, deve fazer-se um esforço para que no mesmo local compareça o maior número possível de pescadores, e não só os presidentes das associações de pescadores em sua representação. Este tem sido o grande erro do poder local, não dialogar diretamente com os pescadores, quando nem está situado geograficamente muito distante do porto de pesca, e quando existem menos de 50 embarcações e menos de 100 pescadores, portanto fácil de estabelecer contacto, tal como nós fizemos para realizar o presente trabalho.

Deve-se também fazer ações de divulgação nos locais de venda do polvo (mercados e grandes superfícies), junto de restaurantes e hotéis, nas escolas do conselho, etc.

Mas muitas outras ideias são necessárias porque o processo está moribundo, praticamente como se não existisse. Para isso, apresentamos algumas propostas que na sua maior parte reúnem o consenso dos pescadores (ver ponto II.7.). São propostas que, sem transformar este trabalho num relatório técnico, nos parecem adequadas para dinamizar o processo e valorizar o produto, e para melhorar a situação económica dos pescadores e a sustentabilidade das pescas em Cascais. Fica um sinal de esperança para as pescarias de Cascais, mas espera-se aceitação dos pescadores e ação do poder local.

RECOMENDAÇÕES

Ainda que o trabalho aparente ser abrangente, passando uma imagem de muito completo, muitos foram os temas que deixamos por explorar e muitas foram as dúvidas que não foi possível solucionar, que inclusive poderiam ter ajudado a perceber melhor as pescas de Cascais.

Para que seja possível estudar com mais elementos a sustentabilidade das pescas realizadas em Cascais, e o pensamento que os pescadores fazem das mesmas, terminamos apresentando sugestões futuras de trabalho que complementam algumas matérias por nós obradas, e outros que julgamos pertinentes, conforme explicação seguinte:

- Mensurar a sazonalidade e a periodicidade das espécies (alturas do ano em que a oferta é maior, e espaço de tempo em que deixam de aparecer), porque os pescadores alegam que algumas espécies aparecem e desaparecem, não devido à sobrepesca, mas à poluição e ao clima (temperatura e precipitação). De facto, tivemos a oportunidade de observar uma situação desse tipo, com o caranguejo pilado, alimento do polvo, que esteve cerca de dois anos ausente, e apareceu em força no mês de junho/2012. Durante este tempo, também o polvo apareceu em menor quantidade e com menos peso. Não sabemos o que motivou esta situação, mas seguindo as pistas dos marítimos tomámos a iniciativa de comparar o regime climático do período com o volume de desembarques em lota; no entanto não chegamos à mesma conclusão. Deixamos em aberto este tema para futuros estudos de monitorização da evolução da população do polvo, de forma regular (semanal) em período alargado no tempo (não inferior a três anos), para cruzar as quantidades capturadas com as condições climatológicas. Estes são os períodos que nos parecem adequados após ouvir da parte dos pescadores as variações existentes nas capturas. Aliás, de acordo com os pescadores, as variações recentes no polvo podem ter origem na menor disponibilidade nos últimos dois anos de caranguejo pilado, que agora reapareceu de forma abundante. Assim, seria importante juntar ao estudo do polvo, através de contagens regulares nas pescarias, o estudo da periodicidade do pilado, para perceber se a sua abundância determina a quantidade e tamanho do polvo.
- Com base no número de artes (covos e alcatruzes) que legalmente cada embarcação pode conter, e com base no estudo de monitorização proposto anteriormente para as águas de Cascais, criar um número indicativo de quilos de polvo por embarcação que podem ser capturados fazendo uma pesca responsável. Tonar-se-ia possível ver a evolução da

sustentabilidade da pesca só com base nas vendas em lota, ainda que fosse de forma aproximada.

- Compreender o que motiva os pescadores de outros concelhos a vender o seu pescado em Cascais, quando os próprios pescadores de Cascais vendem em outras lotas por ser melhor remunerado. Por exemplo, fazer uma análise ao valor médio de venda em lota da embarcação *Zé Pirocas*, registada em Sesimbra mas a pescar e vender em Cascais, no sentido de perceber se é superior ao valor de venda em lota das embarcações registadas em Cascais.
- Mensurar a capacidade de capturas de Cascais no tocante ao número de artes (covos e alcatruzes). Para este trabalho podem ser seguidas as indicações constantes no ponto II.4.1., que consiste na implementação de um defeso para o polvo com a obrigatoriedade de recolha de todas as artes que estão no oceano. Esta é a única forma de saber com rigor a capacidade de capturas de polvo em Cascais.
- Avaliar a dimensão da população de parasitas que existem nas águas de Cascais e que se alimentam de pescado. Sabemos que o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar do Porto realizou em 2011 um estudo sobre um microparasita que se alimenta das reservas do ovo da sardinha, multiplicando-se muito rapidamente, e fazendo com que morra muito rapidamente. Este estudo concluiu que cerca de 35% dos embriões morrem por causa do novo parasita, o que é preocupante. Em Cascais não temos este parasita, mas temos outros, já que os pescadores fazem referência a populações enormes destes organismos, quase ao nível de uma praga. Dizem que muitas vezes retiram da água pescado coberto por esta “pulga”, inclusive algum já está comido, só tem espinha e escama. Apesar de não condicionar as pescas, obriga a maior atenção da parte dos pescadores, conforme referido no ponto I.4.10., pelo que nos parece interessante perceber a quantidade de pescado morto pela atuação deste parasita.
- Conhecer os motivos que levam hotéis e restaurantes a não comprarem em lota, onde teriam peixe mais fresco e mais barato. Neste momento, só um restaurante cascaense compra na Docapesca, os restantes compram a intermediários, nomeadamente ao Sr. Peixoto. Não se percebe, considerando que estes estabelecimentos localizam-se em redor da Docapesca, que o horário e duração do leilão público não se sobrepõe à sua atividade, e tanto a restauração como o setor hoteleiro atravessam uma crise sem precedentes, por via do aumento da carga fiscal. (ver ponto II.7.2.). Desvendar esta questão poderia dar-nos as respostas necessárias para mensurar a economia paralela no concelho, relacionada com a venda do pescado. Ou será que é tudo falta de informação ou comodismo?

FONTES (referências bibliográficas)

a) Fontes impressas

AAVV (1967), *Alguns elementos sobre a economia portuguesa*, Secretariado Nacional da Informação, Governo Português, Lisboa.

AAVV (1989), *Lexicoteca - História Universal. O homem nas suas origens; O mundo pré-clássico; Antiguidade Clássica*, Vol. I, Adaptado e revisto por Jorge Borges de Macedo, tradução de Artur Guerra e António Pinto Ribeiro. Título original: *Panorama der Weltgeschichte*, Circulo de Leitores, Lisboa.

ABEL, Marília, **CONSIGLIERI**, Carlos (1998), *O Bacalhau na vida e na cultura dos portugueses*, Academia do Bacalhau, Lisboa.

ABREU, Aurélio (1995), *Pirâmides - Templos e Tesouros da América Antiga*, Hemus, Brasil.

ACA (2008a), *Estudo Socioeconómico relativo ao Emprego e dependência das Pescas no Concelho de Cascais*, Agência Cascais Atlântico (relatório disponibilizado pela ACA não divulgado ao público).

ACA (2008b), *Carta de sensibilidades e potencialidades da zona costeira do concelho de Cascais – Relatório temático da caracterização do litoral/ Caracterização socio-territorial*, 1ª fase -caracterização, 01.RP-S.004 (0), ver (0-2008-03-17), Câmara Municipal de Cascais.

ACA (2008c), *“The She Mouse Photo Event” - Pesca e Pescadores na Lota de Cascais*, edição da Cascais Atlântico e da Câmara Municipal de Cascais, Lisboa.

ÁGUAS, Joaquim (coord.) (1968), «Peniche uma vez mais na vanguarda» in *Jornal do Pescador*, n.º 348, Ano XXIX (janeiro), edição de Joaquim Maia Águas, Junta Central das Casas dos Pescadores, impressão Orbis-Edições Ilustradas, Lda. pp. 25-30.

ALEXANDRE, Valentim (1993), *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Afrontamento, Porto.

ALMEIDA, Ana (1998), «Papel do trabalho experimental na Educação em Ciências», in revista *Comunicar Ciência*, Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário, Ano I, nº1 (outubro/ dezembro), Lisboa.

AMORIM, Inês (2001b), *A Organização dos Serviços de Pescas e da Aquacultura e as iniciativas de instrução científico-técnica – século XII a inícios do século XX*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

AMORIM, Inês (2005a), «A pesca “pacificada” – ou os primórdios da *questão das pescarias* no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais» in *GeoNova*, coord. de Henrique Souto, n.º 11, *Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade*, pp. 103-124. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ANDERSON, Benedict (1983 [1991]), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, New York.

ANDRADE, Ferreira (1990 [1964]), *Cascais – Vila e Corte, oito séculos de História*, reimpressão em *fac-simile*, edição da Câmara Municipal de Cascais e do Banco Comercial Português, empresa Litográfica do Sul, S.A., Algarve. A primeira obra foi composta em imprensa na Sociedade Astoria, Lda., em Regendo dos Anjos, sobre a direção de Álvaro Pereira, em 30/9/1965.

ANDRADE, Ferreira de (dir) (1969), *Monografia de Cascais*, Edição da Câmara Municipal de Cascais, Lisboa.

ÂNGELO, Ângela (2010), *Contributo para o estudo parasitário do pescado selvagem da costa atlântica: o caso da sarda e do carapau*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Zootécnica apresentada à Escola Superior Agrária de Coimbra sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Antónia Pereira da Conceição.

ANGUERA, Maria (1985), *Metodología de la observación en las Ciencias Humanas*, Cátedra, Madrid.

ARDRÉ, Françoise (1970), *Contribution à l'étude des algues marines du Portugal. I. La flore*, Portugaliae Acta Biologica, Vol. 10 (1-4), Série B, pp. 1-423.

ARDRÉ, Françoise (1971), *Contribution à l'étude des algues marines du Portugal. II. Ecologie et chorologie*, Bulletin du Centre d'Etudes et de Recherches Scientifiques, Vol. 8 (parte 3), pp. 359-574.

ARMSTRONG, David (1990), *Research methods for general practitioners*, Oxford University Press, Oxford.

AZEITEIRO, Ulisses, **TAVARES**, Maria (2004), «Referências à Ictiofauna com termo no século XVII: estabilidade, regressão e extinção. Impactes naturais e antropogénicos», in *Evolução Geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos* (atas do colóquio), edição de António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 569-598.

BANDURA, Albert (1986), *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges (1873), *Apontamentos para a história da villa e concelho de Cascaes*, Typographia Universal, Lisboa.

BERTMAN, Stephen (2003), *Handbook to Life in Ancient Mesopotamia*, University Press, Oxford.

BONVALOT, Maria (2002), *Cascais, Janela da Europa*, Sopa de Letras, Lisboa.

BRANDÃO, João (1990), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, 1.^a ed., Horizonte, Lisboa.

BRANDÃO, Raúl (1973 [1923]), *Os Pescadores*, Estúdios Cor, Lisboa.

BRAUDEL, Fernand (1995), *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época Filipe II*, vol. II, Publicações D. Quixote, Lisboa.

BREUIL, Henri, **ZBYSZEWSKI**, Georges (1942), *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*, Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, tomo XXIII, Oficinas gráficas Casa portuguesa, Lisboa.

BREWER, Douglas, **FRIEDMAN**, Renée (1989), *Fish and Fishing in Ancient Egypt*, in “The Natural History of Egypt”, Vol. II, Aris & Phillips, Warminster.

BRUNTLAND, Gro (1987), *Our common future: The World Commission on Environment and Development*, Oxford University Press, Oxford.

BURGESS, Robert (1995), *In the field: An introduction to field research*, Routledge, Londres.

CADIMA, Emygdio (2000), *Manual de avaliação de recursos pesqueiros*, FAO Documento Técnico sobre as Pescas, n.º 393, Roma, FAO.

CANN, Ruy (1931), *Cascaes Antigo e Cascais Moderno, Conferência feita no Salão da Casa de Trabalho de N. S. da Assunção de Cascaes, a favor desta instituição de caridade*, Escola Tipográfica Oficinas de S. José, Lisboa.

CARAPETO, Cristina (1999), *Poluição das Águas: causas e efeitos*, Universidade Aberta, Lisboa.

CARAPETO, Cristina (Coord.) (1998), *Educação Ambiental*, Universidade Aberta, Lisboa.

CARDOSO, Guilherme (1991), *Carta arqueológica de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, Guilherme (2006), «As cetárias da área urbana de Cascais», in SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica - Homenagem a Françoise Mayet*. Revista *Setúbal Arqueológica*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal Vol. XIII, p. 145-150.

CARDOSO, João (1982), *A Jazida Paleolítica de Cabecinho, Freguesia de São Domingos de Rana, Concelho de Cascais*, Separata de «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III Série, n.º 88, 1.º Tomo, composto e impresso por Ramos, Afonso & Moita, Lisboa.

CARVALHO, António (1995), «A ocupação romana no concelho de Cascais» in GONÇALVES, Victor (Coord.), *O Mundo luso-romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*, Vol. II, da obra dirigida por MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Ediclube. Amadora.

CARVALHO, António (Coord.) (2005), *Cascais em 1755: Do terramoto à reconstrução*, edição do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais, investigação e texto de João Miguel Henriques, e colaboração de Olga Bettencourt *et al.*, Cascais.

CARVALHO, António, **FERNANDES**, Carla, **CAMACHO**, João (Coord.) (2009a), *Pescarias, Gentes do Mar de Cascais*, composto pelo Museu do Mar Rei D. Carlos, edição de F. Costa – Oficina de Museus, Lda, Cascais.

CARVALHO, António, **FERNANDES**, Carla, **CAMACHO**, João (Coord.) (2009b), *Marinbaria e Navegação*, composto pelo Museu do Mar Rei D. Carlos, edição de F. Costa – Oficina de Museus, Lda, Cascais.

CARVALHO, António, **FERNANDES**, Carla, **CAMACHO**, João (Coord.) (2009c), *D. Carlos e a Ciência Oceanográfica*, composto pelo Museu do Mar Rei D. Carlos, edição de F. Costa – Oficina de Museus, Lda, Cascais.

CARVALHO, António, **FERNANDES**, Carla (Coord.) (2006), *Cascais na rota dos naufrágios – Museu do Mar – Rei D. Carlos*, Exposição Catálogo, Camara Municipal de Cascais.

CASTELO-BRANCO, Fernando (1972), *Cascais, nos inícios do seu Municipalismo e na crise de 1383*, Edição da Câmara Municipal de Cascais.

CAVACO, Carminda (1969), «A pesca e a indústria de conservas de peixe em Portugal» *in Finisterra*, Vol. IV, n.º 7, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 145-153.

CAVACO, Carminda (1976), *O Algarve Ocidental: as vilas, o campo e o mar*, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro.

CHEVITARESE, André (1996), «A Pesca na Pólis Ateniense no Período Clássico» *in Phoenix*, n.º 2, Rio de Janeiro, pp. 57-69.

CONSUELO VARELA (1996), «Las Rutas Marítimas: la ruta del bacalao», *in Viagens e viajantes no Atlântico Quinhentista*, Maria da Graça M. Ventura (Org.), Edição Colibri, Lisboa, pp. 57-66.

COSTANZA, Robert, **ANDRADE**, Francisco (eds.) (1998), *A Economia Ecológica e a Governação Sustentável dos Oceanos*, FLAD, IMAR, LPN, Lisboa.

CPC (1953), *Livro de Registo de Propriedade de Embarcação de Pesca e Trafego Local*, da Delegação Marítima de Cascais, de 15 de junho de 1953 (data junto ao termo de abertura).

CRESPO, Victor (2000), «Pescarias» *in Dicionário da História de Portugal*, Figueirinhas, Lisboa, pp. 65-66.

CRPQF (1954/60), *Inquéritos à Indústria do Sal em Portugal*, Lisboa. - Foram realizados Inquéritos para Alcochete e Benavente (Vol. I - 1954), Rio Maior (Vol. II - 1954), Figueira da Foz (Vol. III - 1955), Aveiro (Vol. IV - 1956), Setúbal (Vol. V - 1957), Alcácer do Sal (Vol. VI - 1957), Salgado do Tejo, do Barreiro a Vila Franca de Xira (Vol. VII - 1958), Algarve (Vol. VIII - 1959) e Salinas de Óbidos e Poço Salgado da Junqueira (Vol. IX - 1960). Exemplar da Biblioteca Nacional.

CUENCA TORÍBIO, José Manuel (Dir.) (1992), *História Universal: da humanidade pré-histórica ao Império Bizantino (século VII)*, 1º Vol., Liarte/Intercultura/Zairol, Lisboa.

DGPA (1997), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 11 A-B, Ano 1997, DGPA, Lisboa.

DGPA (1999), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 12 A-B, Ano 1998, DGPA, Lisboa.

DGPA (2000), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 13 A-B, Ano 1999, DGPA, Lisboa.

DGPA (2001), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 14 A-B, Ano 2000, DGPA, Lisboa.

DGPA (2002), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 15 A-B, Ano 2001, DGPA, Lisboa.

DGPA (2003), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 16 A-B, Ano 2002, DGPA, Lisboa.

DGPA (2004), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 17 A-B, Ano 2003, DGPA, Lisboa.

DGPA (2005), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 18 A-B, Ano 2004, DGPA, Lisboa.

DGPA (2006), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 19 A-B, Ano 2005, DGPA, Lisboa.

DGPA (2007), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 20 A-B, Ano 2006, DGPA, Lisboa.

DGPA (2008), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 21 A-B, Ano 2007, DGPA, Lisboa.

DGPA (2009), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 22 A-B, Ano 2008, DGPA, Lisboa.

DGPA (2010), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 23 A-B, Ano 2009, DGPA, Lisboa.

DGPA (2011), *Recursos da Pesca* (série estatística), Vol. 24 A-B, Ano 2010, DGPA, Lisboa.

DIAS, J. M. Alveirinho (2004), «A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios», in *Evolução Geobistórica do litoral português e fenómenos correlativos* (atas do colóquio), edição de António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 157-170.

DIAS, João José Alves (1996), *Gentes e Espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Junta Nacional Investigação Científica e Tecnológica, Braga.

DODINHO, Vitorino (1950), «Problèmes d'économie atlantique. Le Portugal, flottes du sucre et flottes de l'or (1670-1770)» in *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, n° 2, Paris, pp. 184-197.

ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Cascais – Vila e Corte, oito séculos de História. Índices e Suplemento Elaborados por José D'Encarnação*, edição da Camara Municipal de Cascais, composto e impresso na Tipografia Cardim Lda, Cascais.

ENCARNAÇÃO, José d' (1979), *História e Geografia de Cascais*, 3.^a edição, Publigráfica, Cascais.

ENCARNAÇÃO, José d' (1981), *Caparide ao Tempo dos Romanos: uma inscrição inédita*, B.M.C., Separata de «Arquivo de Cascais», n.º 3, 1981-82.

ENCARNAÇÃO, José d' (1990), *Cascais no tempo dos Romanos*, Separata de «Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa», n.º 1, composto e impresso por Ramos, Afonso & Moita, Lisboa.

ERICEIRA, Conde da (1945) *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, coleção "Biblioteca Histórica - série Régia", edição anotada e prefaciada por António Álvaro Dória, Porto.

FALCÃO, Pedro (1970), *Cascais Menino, Crónicas publicadas no Jornal A Nossa Terra*, apoio da Junta de Turismo da Costa do Sol, Tipografia Ideal, Lisboa.

FARINHA, Nuno, **CORREIA**, Fernando (2005), *Mar de Cascais – Ilustrações de Vida Marinha*, Camara Municipal de Cascais.

FERREIRA, Denise (2005), «Ambiente Oceânico e Recursos Biológicos» in *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico*, Circulo de Leitores, Lisboa.

FRANCA, Maria, **MARTINS**, Rogélia, **CARNEIRO**, Miguel (1998), *A Pesca Artesanal Local na Costa Ocidental Portuguesa*, IPIMAR, Lisboa.

FUSON, Robert (1987), *The Log of Christopher Columbus*, (tradução da obra originária de Christopher Columbus), International Marine Publishing Co., Camden.

GABRIEL, Otto, **LANGE**, Klaus, **DAHM**, Erdmann, **WENDT**, Thomas (2005), *Fish Catching Methods of the World*, 4^a ed., Blackwell Publishing, Oxford.

GARCIA, José Manuel, **SILVA**, Francisco Ribeiro da (2001), *Forais Manuelinos do Porto e do seu Termo*, Edições Inapa, Lisboa.

GARRIDO, Álvaro (1997), «O Estado Novo e as pescas: a campanha do bacalhau» in *Vértice*, n.º 78 (maio/junho), pp. 73-85.

- GARRIDO**, Álvaro (2009a), *Henrique Tenreiro - Uma biografia política*, Temas e Debates, Lisboa.
- GARRIDO**, Álvaro (2009b), *O Estado Novo e o «Regresso de Portugal ao Mar»: a Reabilitação da «Grande Pesca»*, Academia de Marinha, Lisboa.
- GODINHO**, Vitorino (1983), *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. IV, 2.^a Ed., Presença, Lisboa, pp. 119-149.
- GÓIS**, Damião (1554), *Vrbis Olisiponis Descripti*, Évora. Tradução de Raul Machado, em 1988, com o título *Lisboa de quinhentos: descrição de Lisboa* e, em 1988 por José Felicidade Alves como *Descrição da cidade de Lisboa*.
- GOLEMAN**, Daniel (2004), *Daniel Goleman na prática*, 2.^a edição, Elsevier, Rio de Janeiro.
- GONÇALVES**, Iria (1978), *Acerca da Alimentação Medieval*, Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.
- GRAHAM**, L., **WILCOX**, L. (2000), *Algae*, Prentice Hall Inc., New Jersey.
- GUTHRIE**, Dale (2005), *The Nature of Paleolithic Art*, University of Chicago Press.
- HAESBAERT**, Rogério (2004), *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HARRISON**, Mark, **MAGNUSSON**, Magnus, **DURHAM**, Keith (2008), *The Vikings: Voyagers of Discovery and Plunder*, Osprey Publishing, New York.
- HERIQUES**, João (2001), *Cascais Do final da Monarquia ao alvorecer da República: 1908-1914*, Edições Colibri e Camara Municipal de Cascais, Cascais.
- JACKSON**, Christine (1997), «Fishing with Cormorants» in *Archives of Natural History*, 24 (2), pp. 189-211.
- KING**, Chester (1991), *Evolution of Chumash Society: A Comparative Study of Artifacts Used for Social System Maintenance in the Santa Barbara Channel Region before A. D. 1804*, Garland Press, New York.
- LACERDA**, Miguel (2008), *Cascais Atlântico*, edição da Cascais Atlântico e da Câmara Municipal de Cascais, Lisboa.

LEAL, Manuel (1984), *As pescas portuguesas face à integração europeia*, Banco do Fomento Nacional, Lisboa.

LEMOS, João de, 1951 e 1952, *Missão de Inquérito Rápido às Presentes Condições da Pesca Local* (relator João de Lemos), inédito.

LESSARD-HÉBERT, Michelle, **GOYETTE**, Gabriel, **BOUTIN**, Gérald (1994); *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Instituto Piaget, Lisboa.

LEWIS, Archibald, **RUNYAN**, Timothy (1985), *European Naval and Maritime History, 300-1500*, Indiana University Press, Bloomington.

LIKERT, Rensis (1932), «A Technique for the Measurement of Attitudes», in *Archives of Psychology*, n.º 140, pp. 1-55.

LINK, Heinrich (2005) *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha* (1798). Tradução, introdução e notas de Fernando Claro, Biblioteca Nacional, Lisboa.

LONGHURST, Alan (2007), *Ecological Geography of the Sea*, 2.ª edição, Academic Press.

LOPES, Paula (2004), *Da tradição ao turismo [Texto Policopiado]: os pescadores como argumento na Vila da Cascais*. Tese de Mestrado em Antropologia do Espaço apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação científica da Professora Doutora Paula Godinho.

MACDOWELL, Douglas (1978), *The Law in Classical Athens*, Thames and Hudson, New York.

MACEDO, Joana, **LORIGO**, Manuel (2008), *O Regime Alimentar dos Pescadores de Cascais*, edições Colibri, Lisboa.

MADUREIRA, Nuno (Coord.) (2001), *História do Trabalho e das Ocupações*, Vol. II, «As Pescas», Celta, Oeiras.

MANZI, Maya, **GOOMES**, Oliver (2002), «Cormorant Fishing in Southwestern China: A Traditional Fishery under Siege» in *Geographical Review*, Vol. 92, N.º 4 (outubro), pp. 597-603.

MARCOS, Rui (1997) *As Companhias Pombalinas: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Livraria Almedina, Coimbra.

- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1987), *Portugal Quinhentista (Ensaios)*, Quetzal, Lisboa.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1988), *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, editorial Presença, Lisboa.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1989), *Carta de Vila de Cascais 1364: Estudo e Transcrição*, Edição Comemorativa dos 625 anos da elevação de Cascais a Vila, Camara Municipais de Cascais.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1993), *Towards the History of the Municipality of Cascais in the Middle Ages*, The British Historical Society of Portugal, Lisboa.
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (1997), *História de Portugal*, Vol. I, *Das Origens ao Renascimento*, 13.^a ed., Editorial Presença, Lisboa.
- MARQUES**, João Martins da Silva (1944), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, Vol. I (1147/1460), Instituto para a Alta Cultura, Lisboa.
- MARTINS**, Luís (1999), «Mares electrónicos em fundos sem peixe: um estudo de caso na Póvoa de Varzim», in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Lisboa, T. 23.
- MARTINS**, Luís, **SOUTO**, Henrique (2005), «Preservação e exploração nas pescas: olhar o presente pelas experiências do passado», in *GeoNova*, coord. de Henrique Souto, n.º 11, *Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade*, pp. 125-138. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS**, Luís, **SOUTO**, Henrique (2009), *Cascais. Tradição e Indústria nas Pescas. Vol. 1-Apogeu e Dilemas*, Câmara Municipal de Cascais.
- MARTINS**, Marco, **SUAIDEN**, André; **PIOTTO**, Raquel; **BARBOSA**, Marcelo (2008), «Properties of Omega-3 polyunsaturated fatty acids obtained of fish oil and flaxseed oil» in *Revista do Instituto de Ciências da Saúde*, n.º 26 (abril/junho), p. 153-156.
- MARTINS**, Maria (1996), *A vilegiatura marítima no século XIX. De Belém a Cascais*, ISCTE, 1996.
- MARTINS**, Oliveira (1986), *História da Civilização Ibérica*, Publicações Europa-América (livro de bolso), Mem Martins.

MEADOWS, Donella, **MEADOWS**, Dennis, **RANDERS**, Jorgen (2004), *Limits to growth: the 30-year update*, Chelsea Green Publishing Company, EUA.

MEDEIROS, Carlos (2005), «Um Preâmbulo Geral» in *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico*, Circulo de Leitores, Lisboa.

MEDEIROS, Carlos (2006), «Parte III - As Pescas» in *Geografia de Portugal: Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, Circulo de Leitores, Lisboa.

MENEZES, Carlos Alberto (1825), *Plano de reforma dos foraes e direitos bannaes fundado em hum novossistema emphyteutico nos bens da coroa, de corporações e de outros senhorios singulares*, Lisboa.

MOREIRA, Heden (2001), *Fundamentos da Moderna Aquicultura*, Edições ULBRA, Canoas.

NARCISO, Armando, **MATA**, Marques da (1930), *Clima da Costa do Sol*, Sociedade Propaganda da Costa do Sol. Comunicação apresentada ao XIII Congresso Internacional de Hidrologia, Climatologia e de Geologia, reunido em Lisboa.

NETTO, José (1986), *Portugal: do fascismo à revolução*, Mercado Aberto, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ernesto, **GALHANO**, Fernando, **PEREIRA**, Benjamim (1975), *Actividades Agro-marítimas em Portugal*, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa.

PCP (2009), *A Política Comum da Pesca: guia do utilizador*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

PERES, Damião (1937), *História de Portugal* (Barcelos), Vol. III, Comemorativa do 8º Centenário de Fundação da Nacionalidade, Portucalense Editora, Porto.

PLATÃO (1999), *As Leis*, Edipro, São Paulo. Tradução de Edson Bini.

POIRIER, Jean, **CLAPIER-VALLADON**, Simone, **RAYBAUT**, Paul (1995), *Histórias de Vida*, Celta Editora, Oeiras.

POSTGATE, John Nicholas (1992), *Early Mesopotamia: Society and Economy at the dawn of history*, Routledge, London & New York.

PRISTA, Nuno, **VASCONCELOS**, Rita, **COSTA**, Maria, **CABRAL**, Henrique (2003), *The demersal fish assemblage of the coastal area adjacent to the Tagus estuary (Portugal): relationships with environmental conditions*, Elsevier Science, *Jornal Oceanologica, Acta n.º 26*, pp. 525–536.

QUEIROZ, EÇA (S/d), *Obras de Eça de Queiroz*, Vol. IV, Lello & Irmãos, Porto.

RAMALHO, Margarida (2003), *Uma Corte à Beira-Mar – 1870-1910*, Quetzal Editores e Camara Municipal de Cascais.

RAMALHO, M., **REY**, J., **ZBYSZEWSKI**, G., **MATOS ALVES**, C., **PALÁCIOS**, T., **MOITINHO DE ALMEIDA**, F., **COSTA**, C. e **KULLBERG**, M. (2001), *Notícia Explicativa da Folha 34 - C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal*, Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.

RAMOS, Jayr Jordão (1982), *Os Exercícios Físicos na História e na Arte*, Ibrasa, São Paulo.

RAU, Virgínia (1984), *Estudos sobre a História do Sal Português*, Presença, Lisboa, pp. 54-57.

RIBEIRO, José (2001), *Zonas húmidas costeiras e ordenamento territorial: o caso do estuário do Mondego*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

ROGADO, Leonor (coord.) (2008), «Alosa alosa – Sável», in *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*, 3ª ed., Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

ROSAS, Fernando (1986), *O Estado Novo nos Anos 30: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Estampa, Lisboa.

ROSTLUND, Erhard (1952), *Freshwater Fish and Fishing in Native North America*, University of California Press, *Publications in Geography*, Vol. 9, Berkeley.

SAETERSDAL, Gunnar (1984), «Investigação, gestão e planificação pesqueira» in *Revista de Investigação Pesqueira*, n.º 9, Instituto de Investigação Pesqueira, Maputo, R.P.M, pp. 167-186.

SAHRHAGE, Dietrich, **LUNDBECK**, Johannes (1992), *A History of Fishing*, Springer-Verlag, Berlin.

SAINSBURY, John Charles (1996), *Commercial fishing methods. An introduction to vessels and gears*, 3ª ed., Fishing News (Books), Londres.

SALDANHA, José (2005), «Os oceanos na transição para a sustentabilidade» in *GeoNova*, coord. de Henrique SOUTO, n.º 11, *Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade*, pp. 103-124. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SAMPIERI, Roberto, **COLLADO**, Carlos, **LUCIO**, Pilar (2006), *Metodologia de Pesquisa*, McGraw-Hill, 3ª ed., São Paulo.

SANSÓN, Gaspar (2002), *Biodiversidad marina y desarrollo: conflictos y soluciones en el Caribe*, Servicio de Publicaciones de Universidad de Cádiz, Espanha.

SANTOS, Filipe, **FORBES**, Keith, **MOITA**, Ricardo (editores) (2001), *Mudança Climática em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação - SLAM. Sumário Executivo e Conclusões*, Gradiva, Lisboa.

ONTJ (2008), *Conheça o Japão: A harmonia perfeita da tradição com a modernidade*, Organização Nacional de Turismo Japonês, Chiyoda-ku/Tokyo.

PIERCE, Graham, **PITA**, Cristina, **SANTOS**, Begoña, **SEIXAS**, Sónia (2012), «Sustainability of Fisheries» Chapter 16 in: GONÇALVES, Fernando; PEREIRA, Ruth; LEAL FILHO, Walter; AZEITEIRO, Ulisses (Editors), *Contributions to the UN Decade of Education for Sustainable Development*, Vol. 33, p. 329-371. Umweltbildung, Umweltkommunikation und Nachhaltigkeit, Environmental Education, Communication and Sustainability, Peter Lang.

SILVA, Baldaque da (1891), *Estado Actual das Pescas em Portugal, Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em todo o Continente do Reino, Referido no Anno de 1886*, edição ilustrada com mapas, gravuras e chromos, Imprensa Régia, Lisboa.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2008), *Quinhentos / Oitocentos (Ensaio de História)*, organização do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, e edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA-PINTO, I. (1998), «The seaweed resources of Portugal» in CRITCHLEY, A.T., e OHNO M. (Eds.), *Seaweed resources of the world*, Japan International Cooperation Agency, Yokosuka, pp. 176-184.

SOUTO, Henrique (1991), *A Pesca em Portugal no Novo Contexto Comunitário: o caso de Peniche*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade Nova de Lisboa em junho de 1990.

SOUTO, Henrique (1998), *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa: Estudo Geográfico*, dissertação de doutoramento à UNL/FCSH, Lisboa.

SOUTO, Henrique (2003), *Comunidades de pesca artesanal*, Academia de Marinha, Lisboa.

SOUTO, Henrique (2007), *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa na Última Década do Século XX*, Academia de Marinha, Lisboa.

STERNER, Thomas (2003), *Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management*, RFF/World Bank/SIDCA, Washington D.C.

SZÉKELY, Francisco (1986), *The Marine and Coastal Environment*, Report prepared for the World Commission on Environment and Development, Geneva.

TORGAL, Gonçalo José Soares dos Reis (1999), «Subsídios para a história da alimentação» in *Revista de Guimarães*, Volume Especial, II, Guimarães, pp. 661-667.

TRENDALL, Arthur, **MCPHEE**, Ian (1987), *Greek red-Figured Fish-Plates*, *Antike Kunst*, n° 42, Beiheft 14, Basel.

TRENDALL, Arthur, **MCPHEE**, Ian (1990), Addenda to «Greek red-figured fish-plates», in *Antike Kunst*, n° 33, pp. 31-51.

VALENTE, Ana (2001), *Pescas e Aquicultura em Portugal (separata)*, Instituto para a Inovação e Formação, Lisboa. Coleção de Estudos sectoriais – Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação, Vol. 16.

VAZ, Sofia, **DELFINO**, Ângela (2010), *Manual de Ética Ambiental*, Universidade Aberta, Lisboa.

VELAZQUEZ, Lisa (2009), «Stages of Culture Shock» in *Stages of Culture Shock* (7 de abril 2009). Disponível em EzineArticles.com, em 23MAI12.

VIEGAS, João (1948), «Histórica importância da pescaria e pescadores de Cascais», in *Boletim da Pesca*, ano V, n.º 21 (dezembro), Lisboa.

VIEGAS, João da Cruz (1940), *O comércio Quinhentista na Vila de Cascais*, Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, Cascais.

VIEIRA, Vítor, **SANTOS**, Mário (1995), *Directório de Aquacultura e Biotecnologia Marinha*, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Viking ships arriving in Britain. Representação de um manuscrito iluminado inglês, datado de c. 1130, pertencente à “The Granger Collection”, Nova Iorque. Disponível em

WALTON, Izaak (1833), *The complete angler; or, Contemplative man's recreation; being a discourse*, W. Curry, London.

WEGEMANN, Birgit (2011), *Os Romanos na Península Ibérica. Cidades, monumentos, villas e museus – um guia para visitar o legado romano em Portugal e Espanha*, arqueo.org – Edições de Arqueologia (e-book).

WOOD, John (1974), *Biological cycles for toxic elements in the environment*, Science, Vol. 183, pp. 1049-1052.

ZBYSZEWSKI, Georges (1964), *Resenha Geológica do Concelho de Cascais*, edição da Camara Municipal de Cascais no âmbito do seu VI centenário.

b) Fontes audiovisuais

SCHMITT, Pierres (2011), *Chine - La Peche au Cormorant* (filme). Disponível em http://www.wat.tv/video/chine-peche-cormoran-s0qu_2gf4d_.html, em 01OUT11.

c) Fontes eletrónicas

«Impérios Comerciais da África Ocidental» in *Infopédia* [Em linha], Porto Editora, 2003-2011, Porto. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$imperios-comerciais-da-africa-ocidental](http://www.infopedia.pt/$imperios-comerciais-da-africa-ocidental), em 24OUT11.

ABREU, Laurinda (2008), «Setúbal, o Sal e o Além (sécs. XVI-XVIII)», in *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*, Instituto de História Moderna da Universidade

do Porto, pp. 55-64. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21200>, em 18NOV11.

ACA (2011), *Revista da Empresa* (julho de 2011). Disponível em http://www.cascaisatlantico.org/Files/Billeder/Atlantico/docs/Revistas%20de%20Imprensa/Atl%0C3%A2ntico_junho2011.pdf, em 24MAI12.

AEA (2000), *O ambiente marinho e costeiro no Mediterrâneo – Estado e Pressões*, Agencia Europeia do Ambiente, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo. Disponível em <http://eea.eu.int>, consultado em 27MAR11.

AFONSO, Cláudia (2009), *Produtos da pesca capturados na costa portuguesa: benefícios e perigos associados ao seu consumo*. Tese de doutoramento em Bromatologia, apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/268>, em 02JUN12.

AFONSO-DIAS, Manuel (2007), *Breves notas sobre a História da Pesca*, Apontamentos para Biologia Marinha (2006/07), Universidade do Algarve, disponível em <http://w3.ualg.pt/~madias/docencia/paq/BrevesNotasHistoriaPesca.pdf>, consultado em 20SET11.

AFONSO-DIAS, Manuel, **PINTO**, João, **CARVALHO**, Ana, **MUZAVOR**, Sadat (2001), *As Artes de Pesca do Baixo Guadiana*, 1.^a edição, Edição da Universidade do Algarve. Disponível em http://w3.ualg.pt/~madias/guadiana/Catalogo_ArtesPescaBaixoGuadiana.pdf, em 23OUT11.

AGUIAR, Ricardo (2010), «Sector Cenários Climáticos» in *Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas*, Unidade de Análise Energética e Alterações Climáticas do LNEG. Disponível em <http://www.siam.fc.ul.pt/PECAC/pdf/zonas-costeiras.pdf>, em 17MAI12.

AICEP (2011), *Portugal – Ficha País (Setembro 2011)*, Agencia para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., Lisboa. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf>, em 15DEZ11.

ALBERTO, Edite (2005), «Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618» in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, organizado em 2005 pelo IICT e pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de

Lisboa. Consultado em http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf, em 09FEV12.

ALLSOPP, Michelle, **PAGE**, Richard, **JOHNSTON**, Paul, **SANTILLO**, David (2007), *Worldwatch Report: Oceans in Peril: Protecting Marine Biodiversity*, Worldwatch Institute, Washington. Brochura disponível em http://www.worldwatch.org/node/5352?utm_campaign=oceans_in_peril&utm_medium=link_e_xchange&utm_source=greenpeace.org, em 02MAI11.

AMARRE (S/d), *El origen incierto de una de las mayores fuentes de recursos de la Humanidad*, disponível em <http://www.amarre.com/html/deportes/historia/pesca/indexbis.php>, em 26SET11.

AMORIM, Inês (2001a), *A organização do trabalho da pesca, em fílbais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 113-133. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7706>, em 29NOV11.

AMORIM, Inês (2005b), «A organização pesqueira portuguesa no quadro das relações fronteiriças com a Espanha – a procura de um espaço económico na segunda metade do século XIX» in *Instituciones y Empresas en las industrias pesqueras (siglos XVI-XX)*, Sessão n.º 6 do VII Congreso da Asociación Española de Historia Económica, 13-16 de Septiembre de 2005, Galicia. Disponível em http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b6_amorim.pdf, em 13ABR11.

AMORIM, Inês (2008), *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*, Seminário Internacional Sobre o Sal Português, promovido pelo Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, ao abrigo do projecto SAL(H)INA História do Sal - natureza e meio ambiente - séculos XV a XIX” - POCI/HAR/56381/2004/PPCDT/HAR/56381/2004-”. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21200>, em 18NOV11.

ANSON, Peter (1932), *Fishermen and Fishing Ways*, Harrap & Company Ltd., Londres. Disponível em <http://www.electricscotland.com/lossiemouth/fishermen.htm>, consultado em 23SET11.

ASSIS, J., **TAVARES**, J.T., **SERRÃO**, E.A., **ALBERTO**, F., **FERREIRA**, C., **TAVARES**, D., **PAULOS**, L., **TEMPERA**, F. (2011), *Florestas Marinhas. As espécies de algas castanhas gigantes de Portugal*, Centro de Ciências do Mar e Mundo Góbius Comunicação e Ciência, Lda. Coordenação científica de Ester A. Serrão. Publicação no âmbito do projecto *Findkelp* que ganhou o prémio BES-Biodiversidade e o fundo EDP para a Biodiversidade. Disponível em http://www.gobiusworld.com/florestas_marinhas.pdf, em 17MAR12.

BARROS, Amândio (2008), «O Porto, o Monopólio do Sal e a Estruturação da Economia Mercantil (séculos XIII-XV)» in *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pp. 27-43. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21200>, em 18NOV11.

BASTOS, Maria (2009), «No trilho do sal: Valorização da história da exploração das salinas no âmbito da gestão costeira da laguna de Aveiro», in *Revista da Gestão Costeira Integrada*, n.º 9 (3), pp 25-43. Disponível em <http://www.aprh.pt/rgci/>, em 16OUT11.

BERNER, D. Juliana (1496), *Treatyse of Fysshynge nyth an angle*, Inglaterra. Disponível em http://www.flyfishinghistory.com/treatise_prologue.htm, em 26SET11.

BORGES, Teresa Cerveira (2003), Alguns apontamentos sobre métodos e artes de pesca, disponível em <http://www.fcma.ualg.pt/biopescas/ensino.htm>, consultado em 29SET11.

COELHO, Catarina (2000), «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada» in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 3, N.º 1, pp. 207-225. Disponível em http://194.65.130.238/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/3_1/8.pdf, consultado em 04FEV12.

COSTELLO, Mark, **BELLAN-SANTINI**, Denise (2011). *Talitrus saltator* (Montagu, 1808). In: Lowry, J. (2010) World Amphipoda database. Accessed through: World Register of Marine Species at <http://www.marinespecies.org/aphia.php?p=taxdetails&id=103220> em 14/06/2012.

DGPIU (2006), *A Pesca em Portugal*. Documento realizado pelo Departamento Temático Políticas Estruturais e de Coesão da Direção-Geral das Políticas Internas da União (IPOL/B/PECH/NT/2006_04). Disponível em http://edbl.drappc.min-agricultura.pt/base/documentos/a_pesca_em_portugal.pdf, em 04MAI12.

UE (2010), *Consulta sobre as possibilidades de pesca para 2011*, COM (2010) 241, Comissão Europeia, Bruxelas. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:DKEY=515932:PT:NOT>, consultado em 23MAR11.

EURONEWS (19/03/2012), *Despejo no mar de excedentes de peixe com fim à vista*, consultado em <http://pt.euronews.com/2012/03/19/despejo-no-mar-de-excedentes-de-peixe-com-fim-a-vista/>, em 09MAI12.

FABIÃO, Carlos (2009), «Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia», in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Câmara Municipal, Oeiras, pp. 555-594. Disponível em http://lisboa.academia.edu/CarlosFabi%C3%A3o/Papers/141095/Cetarias_anforas_e_sal_a_exploracao_de_recursos_marinhos_na_Lusitania, em 20MAI12.

FAO (1995), *Code of Conduct for Responsible Fisheries*, Fisheries and Aquaculture Department, Rome (ISBN 92-5-103834-5). Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/005/v9878e/v9878e00.pdf>, em 03MAI12.

FAO (2010), *The State of World Fisheries and Aquaculture 2010*, Fisheries and Aquaculture Department, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/013/i1820e/i1820e.pdf>, em 29SET11.

FAO (2011a), *National Aquaculture Sector Overview: China*, Roma. Disponível em http://www.fao.org/fishery/countrysector/naso_china/en, em 01OUT11.

FAO (2011b), *Fishery and Aquaculture Statistics*, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome (dados relativos a 2009). Disponível em <http://www.fao.org/docrep/015/ba0058t/ba0058t.pdf>, em 02JUN12.

FARIA, Cláudia, **CHAGAS**, Isabel, **PEREIRA**, Gonçalo (2010), «D. Carlos de Bragança, um rei que se tornou pioneiro da oceanografia em Portugal: recursos para o ensino das ciências» in *Revista da Educação*, Vol. XVII, nº 1, pp. 83 – 95. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2789/1/fariaetal_RE_2010.pdf, em 15FEV12.

FARINHA, Sandra (2005), *Diálogos cercados. Comunicação entre produtores de pesca do cerco e IPIMAR*. Tese apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, área científica de estudos africanos, para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento, diversidades locais, desafios mundiais – análise e gestão. Disponível em http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/364/1/tese_finalissima.pdf, em 21MAI12.

Fish Dependence – 2012 Update. Relatório realizado pela New Economics Foundation (NEF) e pela Ocean 2012, ISBN 978-1-908506-14-6. Disponível em http://www.duh.de/uploads/media/Fish_dependence_2012_report.pdf, em 04MAI12.

FORPESCAS (2004), *Apontamentos de Legislação Marítima*, pp. 8-9. http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=28013646&att_display=n&att_download=y, em 29MAI12. Com base na Secção II do Capítulo II do Decreto-Lei n.º 280/2001, de 23 de outubro.

GARCIA, Serge, **NEWTON**, Chris (1995), *Current Situation, Trends and Prospects in World Capture Fisheries*, Food and Agriculture Organization, Roma. Disponível em http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_37-38/43004.pdf, em 29SET11.

GARRIDO, Álvaro (2001), «Henrique Tenreiro — «patrão das pescas» e guardião do Estado Novo» in *Análise Social*, Vol. XXXVI (160), pp. 839-862. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218729406D7rDD2xe0Dy51UR4.pdf>, em 08OUT11.

GESNERI, Conradi (1551), *Historiae Animalium*, Christ. Froschoverum, Tiguri (Zúrich). Disponível em <http://archive.nlm.nih.gov/proj/ttp/flash/gesner/gesner.html>, em 26SET11.

GPBL (10 de abril de 2012), *Recomenda ao Governo a proibição da utilização do caranguejo verde como isco vivo na pesca do polvo*. Disponível em http://www.beparlamento.net/sites/default/files/pr_proibicao_pesca_com_carang_verde.pdf, em 06JUN12.

GREENPEACE (2011), *Greenpeace International Seafood Red List*. Disponível em <http://www.greenpeace.org/international/seafood/red-list-of-species/how-on-the-red-list>, em 05OUT11.

HERIQUES, João (2004), *História da Freguesia de Cascais: 1870-1908 (uma proposta de estudo)*, Edições Colibri e Camara Municipal de Cascais, Cascais.

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/628781/Viking>, em 22SET11.

HU, Yaowu, **SHANG**, Hong, **TONG**, Haowen, **NEHLICH**, Olaf, **LIU**, Wu, **ZHAO**, Chaohong, **YU**, Jincheng, **WANG**, Changsui, **TRINKAUS**, Erik, **RICHARDS**, Michael (2009), «Stable isotope dietary analysis of the Tianyuan 1 early modern human» in *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Vol. 106, n.º 27 (7 de julho), pp. 10971-10974. Disponível em <http://www.pnas.org/content/106/27/10971.full.pdf+html>, consultado em 24SET11.

ICNB (2000), «*Alosa alosa* - Sável» in *Plano sectorial da Rede Natura 2000: peixes*, edição do INCB, disponível em http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/B26B696F-C0CA-45D4-99BC-0609EDBA1077/0/Alosa_fallax.pdf, em 23ABR12.

ICNB (2006), «Savelha (*Alosa fallax*)» in *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, Edição do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Disponível em http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/B26B696F-C0CA-45D4-99BC-0609EDBA1077/0/Alosa_fallax.pdf, em 23OUT11.

INAG, MARATEC, UAig (2001), «O Exemplo do estuário do Tejo» in *Limites de Jusante dos Estuários Portugueses*. Disponível em <http://www.maretec.mohid.com/Estuarios/Inicio/ExemploTejo/ExemploTejo.htm>, em 13MAI12.

INE (1960), *X Recenseamento Geral da População no continente e Ilhas Adjacentes*, às 0 horas de 15 de dezembro de 1960, Tomo V, Vol. III, Condições Perante o Trabalho e Meio de Vida (Distritos, Concelhos e Freguesias) (edição bilingue, em francês e português). Disponível em <http://censos.ine.pt>, em 02JUN12.

JNTO (2012), *Ukai (Cormorant Fishing): Traditional fishing method manipulating seabirds, praised by Charlie Chaplin*, Japan National Tourism Organization. Disponível em http://www.jnto.go.jp/eng/attractions/event/traditionalevents/a22_fes_ukai.html, em 19MAR12.

KING, Rob (1996), *Sinking Fast: How Factory Trawlers Are Destroying U.S. Fisheries originally*, Greenpeace, USA. Edição online de Jay Townsend disponível em <http://archive.greenpeace.org/oceans/globaloverfishing/sinkingfast.html#n13>, em 29SET11.

KOŁAKOWSKA, Anna, SIKORSKI, Zdzislaw ([2002]2003), *Chemical and functional properties of food lipids*, 2.^a edição, CRC Press, New York. Disponível em <http://www.crcnetbase.com/doi/book/10.1201/9781420031997>, em 02JUN12.

MADUREIRA, Nuno (1998), «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)» in *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), pp.777-882. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844152N2aLM8di5Rd95LR3.pdf>, em 08OUT11.

MAGALHÃES, Luísa (2009), *Contribuição para o Conhecimento da Biologia de *Polybius henslowi**, dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Biologia Marinha, realizada sob a orientação científica da Doutora Ana Maria de Jesus Rodrigues, Professora Auxiliar do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/890/1/2010000537.pdf>, em 06JUN12.

MARK, Joshua (2009), «Sidon» in *Ancient History Encyclopedia*. Disponível em <http://www.ancient.eu.com/sidon/>, em 28SET11.

MELO, Ricardo (2002), «Exploração dos Recursos Alcológicos em Portugal» in *Fragmentos em Ecologia*, Martins-Loução, M. (coord.), FCUL-Livraria Escolar Editora, pp. 45-65. Disponível em <http://w3.ualg.pt/~madias/docencia/documentos/RecursosAlgologicosII.pdf>, em 07JAN12.

MIRANDA, Pedro (Coord.) (2006), «O clima de Portugal nos séculos XX e XXI» in *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação - Projecto SLAM II*, Coordenação de Filipe Duarte Santos e Pedro M. A. Miranda, Gradiva, Lisboa. Disponível em http://www.dfisica.ubi.pt/~artome/Siam2_Clima.pdf, consultado em 16ABR12.

NEVES, Renato (2005), «Os salgados portugueses no séc. XX - que perspectivas para as salinas portuguesas no século XXI», in *Seminário Internacional sobre o sal português*, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pp. 127-134. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id018id1315&sum=sim>, em 16OUT11.

NUNES, Maria (2012), «Valorização de rejeições e subprodutos do processamento do pescado» in *“A Valorização do Pescado em Portugal”*, Colóquio organizado pela Docapesca – Portos e Lotas, SA., Fundação Champalimaud, Lisboa. Disponível em <http://www.docapesca.pt/pt/comunicacao/noticias/item/a-valorizacao-do-pescado-em-portugal.html>, em 20/06/2012.

Novo Testamento, Lucas 5, 4 e 6, disponível em http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Lc_5, em 21SET11.

OLIVEIRA, Aurélio (2008), «Os Tempos do Sal (1200-1850)», in *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pp. 55-64. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21200>, em 18NOV11.

OSPAR Convention (2000), *Bilan de Santé 2000 por l'Atlantique du Nord-Est*. Versão bilingue, em francês e inglês, disponível por capítulo em http://www.ospar.org/content/content.asp?menu=30790830300000_000000_000000, em 16MAI12.

PEREIRA, Leonel (2007), *As Algas Marinhas e Respectivas Utilidades*. Esta palestra inseriu-se no ciclo de conferências subordinadas ao tema “Contam as Plantas – sobre plantas e pessoas” organizada pelo Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra e pela Sociedade Broteriana. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos913/algas-marinhas-utilidades/algas-marinhas-utilidades.shtml>, em 20OUT11.

KRAEMER, George, **YARISH**, Charles, **SOUSA-PINTO**, Isabel (2008), «Nitrogen uptake by gametophytes of Porphyra dióica (Bangiales, Rhodophyta) under controlled-culture conditions», in *European Journal of Phycology*, n.º 43 (1), pp. 107-118. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/09670260701763393>, em 16OUT11.

REIS, Carlos, **DORNELAS**, Maria, **LEMOS**, Ricardo, **SANTOS**, Romana (2002), «Fisheries» in *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures - SIAM Project*, SANTOS, Filipe, FORBES, Keith, MOITA, Ricardo (editores), Gradiva, Lisbon, Portugal, pp. 415-452. O livro completo está disponível em http://www.siam.fc.ul.pt/SIAM_Book/, consultado em 16ABR12.

SARMENTO, Clara (2010), «A cultura popular portuguesa e o discurso do poder: práticas e representações do moliceiro clara sarmento», in *e-cadernos CES*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico do Porto, n.º 10, pp. 37-69. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/2%20-%20Clara%20Sarmiento.pdf>, em 16OUT11.

SHARP, Gary (2010), *A Brief Review of the History of Fisheries Science, and Its Relation to Fish Culture*, Program IIFET 2000: Microbehavior and Macroresults, International Institute of Fisheries Economics and Trade (*online*). Disponível em <http://sharpgary.org/BriefOverviewHistory.pdf>, em 01OUT11.

SHOGUN (2008), *Hunting and Fishing in the Ancient World*. Disponível em <http://wildfiregames.com/0ad/page.php?p=11797>, em 28SET11.

SILVA, Bruna (2009), Estudo do cultivo de algas vermelhas e castanhas em laboratório para aplicação em sistemas de Aquacultura Integrada Multitrófica, Dissertação de Mestrado em Ciências do Mar – Recursos Marinhos, Especialização em Ecologia Marinha submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, sob a orientação da Doutora Isabel Sousa Pinto e coorientação do Doutor Rui Pereira. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16147/2/Tese%20Mestrado%20Bruna%20Lopes%20Silva.pdf>, em 16OUT11.

SOUTO, Henrique (2005), «Recursos vivos marinhos», in *Atlas de Portugal*, coord. Raquel Soeiro de Brito, Instituto Geográfico Português, Lisboa, pp. 168-175. Disponível em http://www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3c_2.html, em 16OUT11.

TABORDA, Rui, **ANDRADE**, César, **MARQUES**, Fernando, **FREITAS**, Maria, **RODRIGUES**, Raquel, **ANTUNES**, Carlos, **PÓLVORA**, Cassandra (2010), «Sector Zonas Costeira» in *Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas*. Trabalho realizado pela CMC em colaboração com diversas entidades externas. Disponível em <http://www.siam.fc.ul.pt/PECAC/pdf/zonas-costeiras.pdf>, em 17MAI12.

UNITED NATIONS (1987), *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development* (Relatório Original). Disponível em <http://worldinbalance.net/intagreements/1987-brundtland.php>, consultado em 24AGO11.

VAZ-PIRES, Paulo (2006), *Tecnologia do Pescado* (apontamentos), Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Disponível em http://www.icbas.up.pt/~vazpires/pessoal_files/tecnologia%20pescado_files/PPapontam2006.pdf, em 28SET11.

WEBER, Peter (1994), «Net Loss: Fish, Jobs & the Marine Environment» in *Worldwatch Paper*, n. 120 (julho). Resumo pode ser consultado em <http://www.worldwatch.org/node/870>, em 05MAI12.

d) Leis

Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de maio, altera o **Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho**, pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que define as medidas nacionais de conservação e gestão dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacionais, bem como o regime de autorização e licenciamento da atividade das embarcações e utilização das artes de pesca.

Decreto-Lei n.º 280/2001, de 23 de outubro. Publicado no DR 246 (SÉRIE I-A), pelo Ministério do Equipamento Social, e aprova o regime aplicável à atividade profissional dos marítimos e à fixação da lotação das embarcações.

Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril (DR n.º 77, I Série-A), pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, que estabelece o novo regime legal da Primeira Venda de Pescado fresco, revogando o Decreto-Lei n.º 304/87, de 4 de agosto.

EDITAL n.º 543/2011. Diário da Republica (2.ª série) n.º 109 de 6 de junho de 2011, pp. 24212-24220. Direção-Geral da Autoridade Marítima do Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 1102-D/2000, de 22 de novembro, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Armadilha.

Portaria n.º 27/2001, de 15 de janeiro, publicada no DR n.º 12 (1ª Série-B), pelo Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, fixa os tamanhos mínimos de espécies relativamente às quais tal não esteja fixado em regulamentação comunitária, pp. 229-230.

Regulamento (CE) n.º 850/98, do Conselho, de 30 de março de 1998, relativo à conservação dos recursos da pesca através de determinadas medidas técnicas de proteção dos juvenis de organismos marinhos.

GLOSSÁRIO

Cédula Marítima

“A Cédula Marítima é o documento de identificação profissional do marítimo, indispensável para o exercício das funções correspondentes à categoria ou categorias nela averbadas. A Cédula é um documento pessoal que deve estar, quando em atividade sempre na posse do seu titular. São registados nas Cédulas todos os dados de interesse relativos à atividade e desenvolvimento da carreira profissional do marítimo” (Forpescas, 2004:8-9).

Funções do pessoal de comando

“Aos Arrais, Contramestres, e Mestres compete-lhes de um modo geral o comando das embarcações. São eles que definem o local de pesca, escolhem os meios e providenciam os materiais necessários à faina, governam e manobram as embarcações e zelam pelas condições de segurança, quer em terras quer no mar. Mantém ainda a disciplina a bordo. Todavia o pessoal de comando sofre limitações à capacidade de governar navios de pesca, em função da sua categoria profissional” (Forpescas, 2004:12).

Mestre

“Governa e Manobra diversos tipos de embarcações fluviais e marítimas, com dimensões máximas determinadas (definidas em termos de arqueação), em águas interiores e de atuação restringida a áreas de navegação correspondente às águas interiores ou costeiras (tráfego local ou navegação costeira), de acordo com as regras de navegação, as características da área geográfica e de navegação das embarcações e garantindo condições de segurança nas suas várias vertentes: das pessoas e salvaguarda da vida humana, do meio ambiente marinho, dos bens, da navegação,...” (Valente, 2001).

Arrais de Pesca

“Pode exercer o governo de embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 12 m ou de arqueação bruta até 35 TAB, desde que opere:

- a) com embarcações registadas nos portos do continente ao longo da costa continental portuguesa e até à distância de 50 milhas da linha da costa;*
- b) ao longo da costa das regiões Autónomas da Madeira e dos Açores até à distância de 50 milhas das respetivas costas para embarcações aí registadas”* (Forpescas, 2004:11; ACA, 2008a:67).

Arrais de Pesca Local

“O Arrais de Pesca Local pode exercer o governo de embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 9 m desde que opere na área (Capitania) do porto de registo da embarcação e nas áreas (Capitanias) dos portos limítrofes de acordo com o tipo da embarcação (convés aberto ou fechado) e com os limites estabelecidas nas normas reguladoras do exercício da pesca local” (Forpescas, 2004:11; ACA, 2008a:67).

ANEXOS

Anexo I

Inquérito à Comunidade de Pescadores de Cascais

Parte I - Caracterização da Comunidade de Pescadores de Cascais

Parte II - Sustentabilidade das pescarias na Comunidade de Pescadores de Cascais

Parte III - Certificação do polvo capturado nas águas do concelho

Este inquérito surge no âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Está dividido em duas partes: primeira, procura avaliar o grau de interiorização dos marítimos quanto à necessidade de realizar uma pesca sustentável; segunda, procura avaliar o grau de percepção dos mesmos marítimos sobre a recente certificação do "Polvo de Cascais".

Qualquer resposta tem como único objectivo o tratamento estatístico e não a recolha de dados pessoais. A informação recolhida só será utilizada para fins académicos. O anonimato será mantido. Pede-se que seja o mais sincero possível nas suas respostas.

Inquérito nº _____ Nome do Pescador _____ Data ____/____/20

Embarcação _____ Contacto _____ N.º de Pescadores _____ (médico)

(Inquérito aos Pescadores)

(PARTE I)

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

DADOS PESSOAIS

01. Idade:	< 18 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 - 79 >
02. Género:	Masculino	Feminino					
03. Estado Civil:	Casado	Solteiro		Divorciado	Viúvo		
04. Residência:	Centro Cascais	Concelho Cascais		Concelho Vizinho	Concelho Afastado		
05. Nível de Escolaridade:	Analfabeto	Até à 4ª classe		Até ao 9 ano	Secundário		
	Bacharelato	Licenciatura		Sabe ler e escrever sem ter ido à escola			
06. Ainda Estuda:	Sim	Não					
07. Formação Profissional sobre Pescas	Sim	Não					
08. Usa Computador:	Sim	Não					
09. Usa Internet:	Sim	Não					

AGREGADO FAMILIAR

10. Conjuge:	Idade	Actividade (s)					
11. Filhos:	N.º	Idade (s)	< 18	> 18	< = > 18		
	Estudam	Ensino Primário	Ensino Secundário		Ensino Universitário		
	Trabalha (m)	Nas Pescas		Fora das Pescas			
12. Outros Dependentes:	N.º	Idade (s)	< 18	> 18	< = > 18		
	Estudam	Ensino Primário	Ensino Secundário		Ensino Universitário		
	Trabalha (m)	Nas Pescas		Fora das Pescas			

CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

13. Categoria Profissional:					
14. Pesca é a principal actividade:	Sim	Não	Tipo de actividade		
15. Outra Profissão:	Sim	Não	Qual/quais as outras profissões?		
16. Experiência Profissional:	Até 1 ano		1 a 5 anos	6 a 10 anos	
	11 a 15 anos		16 a 20 anos	mais de 20 anos	
17. Nível de Satisfação	Baixo		Médio	Alto	

(PARTE II)

SUSTENTABILIDADE DAS PESCARIAS NA COMUNIDADE DE PESCADORES DE CASCAIS

Compreensão do que é a Sustentabilidade dos Recursos Haliêuticos (colocar uma bola no n.º pretendido)					
(1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Muitas vezes; 5 – Sempre)					
18. Sabe o que é a sustentabilidade dos recursos marinhos?	Sim	Não	N/S N/R		
19. Os recursos marinhos são finitos e limitados?	Sim	Não	N/S N/R		
20. Adoptar práticas responsáveis de pesca é uma medida sustentável?	Sim	Não	N/S N/R		
21. As pescas são sustentáveis se pescarmos o que quisermos, na medida e quantidade que podermos (<i>quanto mais melhor</i>)?	Sim	Não	N/S N/R		
22. É correcto adoptar o princípio de precaução e ter um comportamento de não-agressão para com os recursos marinhos?	Sim	Não	N/S N/R		
23. É frequente falar-se da sustentabilidade dos recursos marinhos?	1	2	3	4	5
24. Devemos proteger e capturar conscientemente os recursos Haliêuticos?	1	2	3	4	5
25. A informação fornecida pela Biologia Pesqueira, sobre a quantidade máxima de cada espécie que pode ser capturada numa pescaria sem pôr em causa a sua sustentabilidade deve ser considerada?	1	2	3	4	5
Conhecimento da situação actual da preservação dos Recursos Marinhos					
26. Das seguintes hipóteses, quais as que considera mais problemáticas para o sector da pesca?					
27. Aquecimento Global		28. Políticas desajustadas		29. Qualificação / Formação	
30. Pesca Fantasma		31. Alterações Climáticas		32. Falta de orientação estratégica	
33. Poluição		34. Sobrepesca		35. Exclusão, pobreza, subdesenvolvimento	
36. Existem espécies em vias de extinção por sobreexploração?				Sim	Não NS / NR
37. Existem espécies em vias de extinção por pesca fantasma?				Sim	Não NS / NR
38. Conhece o <u>Código de Conduta da Pesca Responsável</u> adoptado em 1995 por todos os países membros da FAO, que estabelece princípios e métodos aplicáveis a todos os aspectos da pesca e da aquacultura?				Sim	Não NS / NR

Para uma melhor sustentabilidade do Sector das Pescas						
69. Como classifica as seguintes instituições quanto à utilidade e importância para as pescas?						
70. Ministério da Pesca e Aquacultura	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	N/S	N/R
71. DGPA	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	N/S	N/R
72. IPIMAR	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	N/S	N/R
73. Agência Cascais Atlântico	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	N/S	N/R
74. Associações de Pescadores	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	N/S	N/R
75. Das seguintes hipóteses, quais considera fundamentais para assegurar a sobrevivência do sector das pescas:						
76. Estabelecer uma Área Marinha Protegida (AMP) para estabilizar as espécies mais capturadas	77. Tabelar o preço de venda mínimo de pescado (por espécie)		78. Reduzir os intermediários que fazem encarecer a venda final do produto			
79. O valor de venda ao público não pode ser superior a 10% em relação ao valor da venda em lota pelos pescadores	80. Decretar defesos capazes de estabilizar as espécies e reequilibrar as capturas, e compensar monetariamente os pescadores nestes períodos		81. Adoptar sistemas alternativos de atribuição de novos licenciamentos, para que as pescas não parem			
82. Aumentar o preço do pescado	83. Melhorar o desempenho do IPIMAR na prospecção da costa portuguesa		84. Reestruturar os serviços prestados pela DGPA			
85. Maior comunicação/diálogo entre associações de armadores e pescadores e poder político	86. Instruir e sensibilizar os pescadores para as consequências da pesca irracional		87. Aumentar a fiscalização para impedir capturas de tamanho inferior ao determinado por lei			
88. Criar cooperativas entre os pescadores para controlarem só por si a cadeia de comercialização	89. Que qualquer cidadão possa comprar pescado directamente na lota		90. Implementar um <i>simplex</i> porque as pescas estão demasiado burocratizadas e pouco funcionais			
91. Das seguintes hipóteses, para melhorar a situação de sobreexploração de algumas espécies, no limite estava disposto a:						
92. Adoptar práticas mais sustentáveis	93. Repreender práticas insustentáveis		94. Pescar menos			
95. Participar em defesos	96. Estar mais vigilante		97. Persuadir/elucidar os colegas			
98. Aceitaria receber formação profissional sobre a pesca sustentável?				Sim	Não	Talvez
99. Considera positivo implementar um código de ética profissional?				Sim	Não	Talvez
Caracterização da situação actual das Pescas de Cascais						
100. O sector está em expansão?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
101. O sector é rentável?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
102. O número de pescadores diminuiu?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
103. A frota é suficiente e moderna?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
104. Estão a desaparecer espécies?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
105. Considera os naufrágios (ou outras mortes em mar) o maior flagelo dos pescadores?	Nada	Não muito	Sem Opinião	Talvez	Bastante	
106. Quais as principais espécies agora capturadas em Cascais?						
107. Encontra em segurança:						

107. Quais as espécies antes capturadas que agora quase não aparecem ou até desapareceram?

Perguntas abertas sobre as pescas (resposta opcional)

108. O que é feito ao peixe capturado que não pode ir à lota porque a embarcação não está licenciada pela DGPA para capturar essas espécies?

109. Quando esse peixe é devolvido ao mar qual é o sentimento? Qual a sugestão para evitar essa perda?

110. A conservação dos recursos haliêuticos envolve a necessidade de assegurar uma exploração sustentável desses mesmos recursos e a viabilidade a longo prazo do sector. Com vista à consecução deste objectivo, várias normas europeias regulam o acesso às águas comunitárias, a atribuição e a utilização dos recursos, os totais admissíveis de captura e as limitações do esforço de pesca. O que pensa dessa regulamentação?

111. Quais poderiam ser as consequências para Cascais se o sector das pescas acabasse por esgotamento de exploração dos recursos?

112. Quem gostaria de ver a "mandar" nas pescas, que permitisse um relacionamento colaboracionista e sustentável?

113. Os seus descendentes pretendem dedicar-se à pesca? O que pensam em relação ao futuro do sector pesqueiro?

Observações/Sugestões/Notas

(PARTE III)

CERTIFICAÇÃO DO POLVO CAPTURADO NAS ÁGUAS DO CONCELHO

No dia 08 de Junho de 2011, no sítio da lota de Cascais, foi apresentada a marca "Polvo de Cascais". A iniciativa foi apadrinhada pela Câmara Municipal de Cascais (CMC), através da Agência Municipal Cascais Atlântico, e teve como parceiros a Associação de Profissionais da Pesca de Cascais e a Associação de Armadores e Pescadores de Cascais. A sua opinião é importante para perceber o impacto desta iniciativa, e será avaliada através da sua resposta às seguintes questões:					
Conhecimento do processo de certificação (N/S – Não Sabe; N/R – Não Responde)					
114. Esta marca certifica o polvo capturado nas águas do Concelho?	Sim	Não	N/S	N/R	
115. Esta marca está associada à campanha "Compro o que é nosso"?	Sim	Não	N/S	N/R	
116. A etiqueta garante que o polvo é verificado e certificado antes de ir para o mercado?	Sim	Não	N/S	N/R	
117. Decidiu-se certificar o polvo pelo seu valor nutricional que é acima da média?	Sim	Não	N/S	N/R	
118. Concorda com a certificação?	Sim	Não	N/S	N/R	
Participação/Integração no processo de certificação					
119. Ao longo dos seis meses já decorridos em que existiu certificação o que considera ter alterado?					
120. Não verifico diferenças	121. Aumento das vendas	122. Maior visibilidade externa de Cascais			
123. Maior reconhecimento da marca	124. Aumento do preço de venda	125. Maior consciencialização ambiental			
126. Maior protecção da espécie	127. Aumento das capturas	128. Valorização gastronómica de Cascais			
Expectativas futuras com o processo de certificação (colocar uma bola no n.º pretendido)					
1 – Nada; 2 – Pouco; 3- Algum; 4 - Muito; 5 – Bastante					
129. Acredita num maior reconhecimento pelo trabalho desenvolvido?	1	2	3	4	5
130. Acredita na melhoria das condições económicas da comunidade de pescadores de Cascais?	1	2	3	4	5
131. Vai fomentar a consciencialização (local e nacional) da necessidade de um consumo sustentável?	1	2	3	4	5
132. Acredita ser possível transformar a gastronomia local num produto turístico especializado?	1	2	3	4	5
133. Considera o processo de certificação útil?	1	2	3	4	5
134. Se não, como o tornaria útil?					
135. Concorda que o processo é pouco conhecido pela população, e que deveria ser mais difundido?	1	2	3	4	5
Receptividade do mercado ao processo de Certificação (como pensam os compradores)					
136. Os cascaenses conhecem a marca e falam da certificação no quotidiano?	1	2	3	4	5
137. Os cascaenses valorizam a qualidade nutricional do polvo?	1	2	3	4	5
138. Os cascaenses compram o peixe em função do seu valor monetário?	1	2	3	4	5
139. O Polvo é a espécie mais vendida?	1	2	3	4	5

Anexo II

Concessão de licença de não marítimo pela Capitania de Cascais ao mestrando

Marco Pais Neves dos Santos

Pedido de inscrito não marítimo a bordo da embarcação *Horizonte Aberto*

Despacho do Sr. Capitão do Porto de Cascais

RELAÇÃO DOS INDIVÍDUOS NÃO MARÍTIMOS

EMBARCADOS⁽¹⁾

Nome da embarcação Horizonte Aberto Conjunto de identificação CS - 829 - C
 Porto de registo _____

N.º	Identificação dos indivíduos não marítimos EMBARCADOS	
<u>1</u>	Nome <u>Raís Neves dos Santos</u>	Data de Nasc. <u>03/11/1982</u>
	Nacionalidade <u>Portuguesa</u>	Natural de <u>Viseu</u>
	Domicílio <u>Rua José Gomes Ferreira N.º 7 Póvoa</u>	
	BI/Passap. n.º <u>12472782</u>	emitido em <u>Lisboa</u> válido até <u>15/04/2015</u>
	Justificação do embarque <u>como observador até 10 julho 2012 - conforme despacho</u>	
	EMBARQUE <u>10/04/2012</u>	LOCAL <u>Cascais Capitania do Porto</u>

N.º	Nome	Data de Nasc.
_____	_____	____/____/____
_____	Nacionalidade _____	Natural de _____
_____	Domicílio _____	
_____	BI/Passap. n.º _____	emitido em _____ válido até ____/____/____
_____	Justificação do embarque _____	
_____	EMBARQUE ____/____/____	LOCAL _____

N.º	Nome	Data de Nasc.
_____	_____	____/____/____
_____	Nacionalidade _____	Natural de _____
_____	Domicílio _____	
_____	BI/Passap. n.º _____	emitido em _____ válido até ____/____/____
_____	Justificação do embarque _____	
_____	EMBARQUE ____/____/____	LOCAL _____

Número total de indivíduos não marítimos existentes a bordo _____

Esta relação foi elaborada por Miguel Alexandre Dias
 inscr. marít. n.º 000 103 do porto de Cascais com a categoria de Arrais de Pesca

Local e data Cascais, 9 de Abril de 2012

Recb
 Subscrito
 Arrais de Pesca



O Comandante, Mestre ou Arrais

Miguel Dias
 (Selva óleo da embarcação)

⁽¹⁾ Enviar cópia à autoridade marítima do porto onde foi entregue o rol de tripulação e se aplicável à autoridade marítima do porto de registo da embarcação

S.  R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL**

CAPITANIA DO PORTO DE CASCAIS

DESPACHO

REFERÊNCIA: Requerimento de 09 de Abril de 2012

1. Ao abrigo da competência que me confere o Decreto-Lei nº. 44/2002, de 02MAR, autorizo o embarque de **MARCO PAIS NEVES DOS SANTOS**, durante um período de 3 meses como observador, nas Embarcações de Pesca "**HORIZONTE ABERTO**" **CS-829-C**, desde que não ultrapasse a lotação máxima, sendo responsabilidade do Mestre garantir a existência de meios de salvamento adequados ao pessoal embarcado.
2. O Embarque deverá constar no Rol de Matrícula como inscrito não marítimo.

Válido até 10 de Julho de 2012

Cascais, 12 de Abril de 2012

O CAPITÃO DO PORTO



Dario de Oliveira Pinto Moreira

Capitão-tenente 13/4/12

Anexo III

Estatísticas dos Recursos Haliêuticos

(1987 - 2010)

Portugal

Ano (PESCAS)	Desembarque com retiradas e rejeições (total/anual) ²³⁵	Desembarque sem rejeições e retiradas (total/anual) ²³⁶	Total de retiradas e rejeições	Valor médio (euro/kg)	Embarcações c/motor (n.º)	Embarcações s/motor (n.º)
1987					8.362	9.713
1988	227.332,5			0,93		
1989	214.230,4			1,01	8.830	7.773
1990	218.041,3			1,11	9.067	7.184
1991	213.050,6			1,20	8.809	6.083
1992	224.281,7			1,07	8.590	5.657
1993	214.708,2			1,02	8.353	4.845
1994	189.764,0			1,05	9.444	2.855
1995	177.755,0			1,10	9.244	2.602
1996	164.034,2	157.983,5	6.050,7	1,16	9.059	2.538
1997	154.246,7	147.675,9	6.570,8	1,19	8.935	2.505
1998	159.875,3	155.368,0	4.507,3	1,21	8.747	2.442
1999	149.399,5	145.763,6	3.635,9	1,32	8.556	2.377
2000	137.596,3	133.370,0	4.226,3	1,49	8.420	2.330
2001	136.304,3	129.236,2	7.068,1	1,56	8.247	2.285
2002	135.300,3	130.848,2	4.452,1	1,59	8.284	2.264
2003	136.564,3	133.132,4	3.431,9	1,59	8.061	2.201
2004	137.574,5	132.072,5	5.502,0	1,52	7.921	2.168
2005	136.601,5	128.943,7	7.657,8	1,54	7.799	2.156
2006	129.465,0	121.452,4	8.012,6	1,52	7.153	1.601
2007	144.870,3	137.063,5	7.806,8	1,50	7.077	1.560
2008	157.324,8	150.883,9	6.440,9	1,49	7.017	1.568
2009	136.396,2	128.624,4	7.771,8	1,54	6.999	1.563
2010	148.288,4	141.970,3	6.318,1	1,46	6.948	1.544

De 1987 até 1996 os dados foram recolhidos e fornecidos pela DGPA; de 1997 até 1999, a DGPA remeteu as series estatísticas digitalizadas mas não fez a recolha dos dados; de 2000 até 2010 os dados foram recolhidos da série estatística disponibilizada no portal da DGPA. Todos os dados tiveram como fonte a mesma série estatística. O envio de dados estatísticos pela DGPA aconteceu por *email* no dia 28DEZ11 (DGPA, 1997 até 2010).

²³⁵ Rubrica – *Estimativa de Desembarque Total Anual por Pesqueiro com Retiradas e Rejeições*,

A estimativa de desembarque por pesqueiro, por total anual, com retirada e rejeições, só existe para o Continente. Assim sendo, neste campo somente estão contabilizados os desembarques em *águas nacionais*, para que depois seja possível contabilizar a percentagem de retiradas e rejeições.

²³⁶ Rubrica – *Estimativa de Desembarque Total Anual por Pesqueiro*.

Anexo IV

Estatísticas dos Recursos Algológicos

(1987 - 2010)

Portugal

Ano (ALGAS)	Quantidade (ton) ²³⁷		Preço médio (euro/kg) ²³⁸
	Agarófitas	Carraginófitas	
1987	15,0	864,0	0,28
1988	4788,0	600,0	1,75
1989	2062,0	224,0	0,90
1990	1425,0	188,0	1,06
1991	1030,0	186,0	1,08
1992	273,6	143,8	0,86
1993	822,4	91,2	0,96
1994	822,5	72,7	0,99
1995	862,8	75,8	1,04
1996	567,8	0	1,27
1997	546,6	34,5	58,6
1998	305,7	17,0	240,5
1999	630,0	19,5	224,7
2000	389,2	19,0	241,9
2001	389,2	10,2	246,2
2002 ²³⁹	389,2	10,2	246,2
2003	122,8	14,2	1,01
2004	73,8	10,6	0,98
2005	208,0	0,0	1,32
2006	255,1	0,0	1,41
2007	165,0	0,0	1,48
2008	66,0	0,0	0,98
2009	117,0	0,0	1,21
2010	166,0	0,0	1,10

De 1987 até 1996 os dados foram recolhidos e fornecidos pela DGPA.

De 1997 até 1999, a DGPA remeteu as series estatísticas digitalizadas mas não fez a recolha dos dados;

O envio de dados estatísticos pela DGPA aconteceu por *email* no dia 28DEZ11.

De 2000 até 2010 os dados foram recolhidos da série estatística disponibilizada no portal da DGPA.

Todos os dados tiveram como fonte a mesma série estatística (DGPA, 2000 até 2010).

²³⁷ Considera-se o peso seco das algas (comercializadas secas e não húmidas).

²³⁸ Considera-se o preço médio da venda das duas espécies de algas (e não o preço médio da venda por cada um dos tipos de algas).

²³⁹ A DGPA (2003:14), que se refere à *Série Estatística do ano de 2003 (Vol, 16 A-B)*, refere que por não haver informação disponível para o ano de 2002, o mapa reflete a produção de algas no ano de 2001.

Anexo V

Estatísticas dos Recursos Salicultura

(1987 - 2010)

Portugal

Ano (SAL) ²⁴⁰	Nº de salinas em atividade ²⁴¹	Área (ha)	Quantidade (ton)
1987			177.723,0
1988			1.247.664,0
1989			138.369,0
1990			104.830,0
1991			131.084,0
1992			133.644,0
1993			84.534,0
1994			101.220,0
1995			27.903,0
1996			88.784,0
1997			72.946,0
1998	240	2.604,63	79.032,0
1999	222	1.960,0	90.750,0
2000			74.027,0
2001	69	1.081,6	76.652,9
2002	61	1.841,1	40.139,0
2003	93	1.284,7	86.118,0
2004	62	1.504,2	75.400,0
2005	64	1.410,0	92.495,0
2006	59	1.431,0	76.610,0
2007	45	1.352,0	64.048,0
2008	55	1.415,0	69.249,0
2009	52	1.287,0	72.325,0
2010	52	857,0	44.574,0

De 1987 até 1996 os dados foram recolhidos e fornecidos pela DGPA; de 1997 até 1999, a DGPA remeteu as series estatísticas digitalizadas mas não fez a recolha dos dados; de 2000 até 2010 os dados foram recolhidos da série estatística disponibilizada no portal da DGPA. Todos os dados tiveram como fonte a mesma série estatística. O envio de dados estatísticos pela DGPA aconteceu por *email* no dia 28DEZ11 (DGPA, 1997 até 2010).

²⁴⁰ Rubrica – *Produção Nacional de Sal Marinho: Total Anual por Região/ Salgado (Continente)*

²⁴¹ Consideradas só as salinas localizadas no Continente.

Anexo VI

Embarcações Registadas (ativas e inativas) na Capitania do Porto de Cascais

Dados atualizados à data de 01 de julho de 2012

Atividade: Pescas

Informação cedida pela Capitania do Porto de Cascais.

Existiu por parte da Capitania, a preocupação em fornecer informação o mais próximo possível da realidade. Apesar de todas as dificuldades, porque é um setor muito dinâmico, pensamos que a listagem seguinte está totalmente correta em relação às embarcações ativas.

As observações foram inscritas pelo mestrando. Resultaram de anotações recolhidas aquando da realização do trabalho de campo. São, portanto, complementares e não oficiais.

Foram inqueridas as embarcações que estão sublinhadas a negrito.

Foi ainda inquerida e considerada a embarcação *Zé Pirocas*, por pescar e descarregar com frequência em Cascais, ainda que esteja inscrita em Sesimbra.

<i>C. I.</i> 242	<i>DENOMINAÇÃO</i> 243	<i>ATIVIDADE</i> 244	<i>DATA REGISTO</i> 245	<i>FLS</i> 246	<i>LIVRO</i> 247	<i>ESTADO</i> 248	<i>OBS.</i> 249
CS-52-L	<i>DALILA DA SILVA 2ª</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	19-07-1955	46	5	INATIVA	
CS-78-L	<i>AZARUJINHA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	20-03-1957	77	5	INATIVA	
CS-87-L	<i>GARRIDA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	22-03-1957	78	5	INATIVA	
CS-118-L	<i>NAIR</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	18-09-1957	87	5	INATIVA	
CS-176-L	<i>NOSSA SENHORA DO SORONHO</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	17-05-1958	105	5	INATIVA	
CS-158-L	<i>AMELITA 2ª</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	05-09-1962	142	5	INATIVA	
CS-274-L	<i>VEM COM DEUS</i>	PESCA LOCAL	03-05-1962	193	5	INATIVA	
CS-66-L	<i>FERNANDINHA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	17-02-1964	213	5	INATIVA	
CS-50-L	<i>JÁ SEI TUDO</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	27-03-1965	232	5	INATIVA	
CS-92-C	<i>MARQUITEIRA</i>	PESCA COSTEIRA	30-01-1966	265	5	INATIVA	
CS-323-C	<i>ALTAR DA PENINHA</i>	PESCA COSTEIRA	11-10-1969	40	6	INATIVA	
CS-339-C	<i>PÉROLA DE CASCAIS</i>	PESCA COSTEIRA	31-10-1969	42	6	INATIVA	
CS-341-L	<i>RAINHA</i>	PESCA TRÁFEGO LOCAL	11-11-1968	44	6	INATIVA	
CS-345-L	<i>ILDA CRISTINA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	19-03-1970	50	6	INATIVA	
CS-359-C	<i>MARLA EMÍLIA</i>	PESCA COSTEIRA	15-06-1970	57	6	INATIVA	
CS-349-C	<i>CASCAIS BELA</i>	PESCA COSTEIRA	07-11-1970	74	6	INATIVA	
CS-419-L	<i>SANTA LUZIA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	16-05-1973	108	6	INATIVA	
CS-389-C	<i>VILA DE CASCAIS</i>	PESCA COSTEIRA	20-03-1975	129	6	INATIVA	
CS-434-C	<i>ALDINA MARIA</i>	PESCA COSTEIRA	03-04-1975	131	6	INATIVA	
CS-454-TL	<i>XANGRI-LA II</i>	PRÁTICA SKI AQUÁTICO	23-03-1976	149	6	INATIVA	
CS-455-L	<i>ANA E SANDRA</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	26-03-1976	150	6	INATIVA	
CS-485-C	<i>MAREIRO</i>	PESCA LOCAL	14-07-1977	184	6	INATIVA	
CS-487-L	<i>QUATRO METROS</i>	PESCA E TRÁFEGO LOCAL	21-08-1977	186	6	INATIVA	
CS-542-L	<i>VERA CLÁUDIA</i>	PESCA LOCAL	28-09-1979	39	7	INATIVA	
CS-564-L	<i>MARIA DA LUZ</i>	PESCA LOCAL	24-08-1980	61	7	ATIVA	Levantou a licença para 2012 mas não anda na pesca. O Sr. Tó Simão, proprietário, disse ter a embarcação na garagem por ser uma obra de arte, e anda a trabalhar com a embarcação MARIA JOÃO CS-832-L.
CS-591-L	<i>POMBINHA</i>	PESCA LOCAL	13-07-1980	88	7	INATIVA	
CS-600-L	<i>JOMIGUEL</i>	PESCA LOCAL	15-03-1982	97	7	INATIVA	
CS-604-L	<i>VICTÓRIA</i>	PESCA LOCAL	13-07-1982	102	7	INATIVA	
CS-614-L	<i>DONA CLÓ</i>	PESCA LOCAL	19-04-1983	112	7	INATIVA	

²⁴² Acrónimo que significa: Conjunto de Identificação. Vulgarmente designa-se por “matrícula” da embarcação.

²⁴³ Nome da embarcação.

²⁴⁴ Tipo de pesca praticada pela embarcação.

²⁴⁵ Ano em que a embarcação foi registada na Capitania do Porto de Cascais.

²⁴⁶ Folha do livro de registo das embarcações.

²⁴⁷ Livro de registo das embarcações.

²⁴⁸ As embarcações registadas como ativas estão a pescar (totalizam 33). As inativas não estão a pescar, mas podem voltar a pescar (totalizam 52), bastando para isso o cumprimento das normas em vigor para o setor (e.g. condições de higiene, segurança e navegação). Nesta tabela não estão as embarcações abatidas.

²⁴⁹ Observações sobre embarcações consideradas ativas, mas que não andam ao mar.

CS-627-C	ESTRELA AZUL	PESCA LOCAL	13-04-1984	126	7	INATIVA	
CS-643-L	JOSE JOÃO	PESCA LOCAL	09-05-1984	142	7	INATIVA	
CS-645-L	UM DLA DEPOIS	PESCA LOCAL	03-05-1984	144	7	INATIVA	
CS-671-L	TERCEIRA VAGA I	PESCA LOCAL	16-04-1986	172	7	ATIVA	Alterou a denominação de LUIS MIGUEL para TERCEIRA VAGA I, em dezembro de 2006. O Sr. Fernando Ribeiro, proprietário, levantou a licença mas não anda ao mar com esta embarcação. Trabalha com uma outra embarcação que possui, a TERCEIRA VAGA (CS-808-L).
CS-674-L	RUI E SANDRA	PESCA LOCAL	03-07-1986	175	7	INATIVA	
CS-684-C	PANTA	PESCA COSTEIRA	08-02-1988	187	7	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-703-L	CARLOS TLAGO	PESCA LOCAL	24-04-1990	8	8	INATIVA	
CS-708-C	NOVA FORTUNA	PESCA COSTEIRA	31-01-1994	13	8	INATIVA	
CS-713-L	ALI BABÁ	PESCA LOCAL	22-08-1990	18	8	INATIVA	
CS-719-L	STº ANDRÉ	PESCA LOCAL	15-09-1990	24	8	INATIVA	Não tem licença à 3 anos
CS-723-L	NOSSA SENHORA DO CABO	PESCA LOCAL	11-06-1990	288	8	ATIVA	Não pesca (foto 17 em anexo) Levantou a licença na CPC relativa ao ano de 2012.
CS-728-C	RAIMUNDO VAZ	PESCA COSTEIRA	22-11-1990	33	8	INATIVA	
CS-485-C	MARINA DULCE	PESCA COSTEIRA	06-11-1991	34	8	INATIVA	
CS-733-L	CATARINA	PESCA LOCAL	25-08-1992	40	8	INATIVA	
CS-734-L	SELESA	PESCA LOCAL	28-12-1992	41	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-743-L	ARMINDO E RICARDO	PESCA LOCAL	11-08-1994	50	8	INATIVA	
CS-751-L	TRÊS MARIAS	PESCA LOCAL	28-01-1994	59	8	INATIVA	
CS-760-L	JÁ-TE-DISSE	PESCA LOCAL	05-04-1995	68	8	INATIVA	
CS-767-L	MARTA ANDRÉ	PESCA LOCAL	21-11-1995	75	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-770-C	SENHOR DO RESGATE	PESCA COSTEIRA	30-11-1996	81	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-771-C	RAIO DE LUZ	PESCA COSTEIRA	10-02-1997	82	8	ATIVA	Embarcação vendida a uma empresa espanhola, e pesca em Vila Real de Santo António apesar de estar registada em Cascais. O novo proprietário já registou a embarcação em seu nome, mantendo o registo em Cascais, porque é aqui que reside, ou seja, vamos ter esta embarcação registada em Cascais a pescar no Algarve. Levantou a licença de pesca na CPC para o ano de 2012.
CS-774-L	LUA NOVA	PESCA LOCAL	18-06-1997	85	8	INATIVA	
CS-775-L	NANA	PESCA LOCAL	27-01-1998	86	8	INATIVA	
CS-778-L	ANGELO	PESCA LOCAL	25-06-1998	89	8	ATIVA	Não anda ao mar, não está ancorada no Porto de Cascais, nem levantou a licença de pesca para o ano de 2012 na CPC.
CS-779-L	SEVERA	PESCA LOCAL	20-11-1998	90	8	ATIVA	Não anda ao mar, não está ancorada no Porto de Cascais, nem levantou a licença de pesca para o

							ano de 2012 na CPC.
CS-783-L	<i>PRAIA DE CASCAIS</i>	PESCA LOCAL	15-06-1999	95	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca, no entanto está à venda.
CS-785-L	<i>ESTRELA DO MAR</i>	PESCA LOCAL	22-12-1999	97	8	ATIVA	Não pesca. Embarcação, licenças e artes de pesca estão à venda (foto 13 em anexo). Levantou a licença na Capitania para o ano de 2012.
CS-792-L	<i>MESTRE DIOGO</i>	PESCA LOCAL	18-07-2001	105	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-793-L	<i>MÓNICA SOFIA</i>	PESCA LOCAL	22-01-2003	106	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-796-L	<i>VANDA ISABEL</i>	PESCA LOCAL	08-04-2003	109	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-799-L	<i>SILVA CRUZ</i>	PESCA LOCAL	29-11-2002	112	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-804-L	<i>PAI E MÃE</i>	PESCA LOCAL	16-03-2004	117	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-805-L	<i>CARLOS FILIPE</i>	PESCA LOCAL	30-04-2004	118	8	ATIVA	Barco de descargas / Não pesca Tem o registo pendente na CPC
CS-806-L	<i>VEIO DO MAR</i>	PESCA LOCAL	07-07-2004	119	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-809-L	<i>TERCEIRA VAGA</i>	PESCA LOCAL	24-11-2004	122	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-811-L	<i>PATRÍCIA</i>	PESCA LOCAL	24-03-2005	124	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-812-L	<i>REI</i>	PESCA LOCAL	24-03-2005	125	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-813-L	<i>PEDRO BIA II</i>	PESCA LOCAL	27-04-2005	126	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-815-L	<i>PIRATA DO MAR I</i>	PESCA LOCAL	24-06-2005	128	8	ATIVA	Não pesca (foto 4 em anexo) Levantou a licença na CPC relativa ao ano de 2012.
CS-817-L	<i>BALALAIKA</i>	PESCA LOCAL	08-08-2005	130	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda a pesca.
CS-821-L	<i>SOPAS</i>	PESCA LOCAL	18-11-2005	134	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda a pesca.
CS-823-L	<i>NOSSO</i>	PESCA LOCAL	06-06-2006	136	8	INATIVA	
CS-825-L	<i>DIMAR</i>	PESCA LOCAL	01-02-2007	138	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-829-C	<i>HORIZONTE ABERTO</i>	PESCA COSTEIRA	24-09-2007	142	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-830-L	<i>ALEXANDRA</i>	PESCA LOCAL	12-02-2008	143	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-832-L	<i>MARIA JOÃO</i>	PESCA LOCAL	25-08-2008	145	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-834-L	<i>AVÓ REI</i>	PESCA LOCAL	28-07-2008	147	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-835-L	<i>MANUEL RIGOR</i>	PESCA LOCAL	18-06-2009	148	8	ATIVA	Não anda ao mar, não está ancorada no Porto de Cascais, mas levantou a licença de pesca para o ano de 2012 na CPC.
CS-836-L	<i>DEUS NÃO DORME</i>	PESCA LOCAL	31-07-2009	149	8	ATIVA	Não pesca nem levantou a licença para o ano de 2012 na CPC.
CS-845-L	<i>ESCORPIÃO</i>	PESCA LOCAL	12-10-2010	158	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-846-L	<i>TURBULENTA</i>	PESCA LOCAL	18-01-2011	159	8	ATIVA	Não anda ao mar, não está ancorada no Porto de Cascais, mas levantou a licença de pesca para o ano de 2012 na CPC.
CS-850-L	<i>PAI E MÃE JÚNIOR</i>	PESCA LOCAL	20-04-2011	163	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-854-L	<i>FILHO PRÓDIGO</i>	PESCA LOCAL	16-06-2011	167	8	ATIVA	Levantou a licença de

							pesca para o ano de 2012 na CPC, mas já não vai ao mar à dois meses. De acordo com os pescadores, o dono está doente, com problemas de pele, e da última vez que foi ao mar foi multado pela Polícia Marítima, por estar a pescar próximo da costa e com artes para o qual não estava habilitado. Dizem que o barco está à venda na internet.
CS-857-L	ALEXANDRA FILIPA	PESCA LOCAL	EM PROCESSO	171	8	EM PROCESSO	Vai substituir a CS-639-L, cujo registo foi cancelado em 21-03-2012. Está a decorrer o processo de registo desta embarcação, já tem nova matrícula, levantou a licença de pesca na CPC para o ano de 2012, mas ainda não anda ao mar. A CPC prevê que ainda este ano esta embarcação possa pescar.
CS-858-L	TONY CUNHA	PESCA LOCAL	EM PROCESSO	172	8	EM PROCESSO	Vai substituir a CS-701-L, cujo registo foi cancelado em 21-03-2012. Está a decorrer o processo de registo desta embarcação, já tem nova matrícula. Não tem licença, não anda ao mar, mas a CPC prevê que ainda este ano possa pescar.
CS-859-C	MILAGRE	PESCA COSTEIRA	19-03-2012	173	8	ATIVA	Levantou a licença para 2012 e anda na pesca.
CS-860-C	S. BARTOLOMEU DO MAR	PESCA COSTEIRA	09-05-2012	174	8	ATIVA	Embarcação adquirida em Setúbal, onde tinha a matrícula S-2030-C. Tem documento provisório, emitido pela DGPA, para pescar enquanto não lhe é emitida a licença de pesca. Anda a pescar.
_____	ZÉ PIROCAS	Embarcação que pesca e descarrega com regularidade em Cascais, e por isso foi inquerida				ATIVA	Inscrita em Sesimbra

Anexo VII

Estatísticas dos Recursos Haliêuticos
(1986 - 2010)
Cascais

VII.I – Estimativa Desembarque em todas as Delegações de Portugal Continental;

VII.II – Estimativa Desembarque na Delegação de Cascais;

VII.III – Estimativa Desembarque, por espécies e grupos de espécies, na Delegação de Cascais;

VII.IV - Estimativa Desembarque das espécies que aparecem menos, ou que mais viram as capturas reduzir, na Delegação de Cascais (cações, lulas, solha legítima e sável) (1986 -2011);

➤ Anexo VII.I/II/III

De 1987 até 1996 os dados foram recolhidos e fornecidos pela DGPA; de 1997 até 1999, a DGPA remeteu as series estatísticas digitalizadas mas não fez a recolha dos dados; de 2000 até 2010 os dados foram recolhidos da série estatística disponibilizada no portal da DGPA. Todos os dados tiveram como fonte a mesma série estatística. O envio de dados estatísticos pela DGPA aconteceu por *email* no dia 06MAR12 (DGPA, 1997 até 2010).

➤ O anexo VII.IV

Apresenta os dados estatísticos que não constam nos anexos anteriores, pelo motivo de algumas espécies estarem agrupadas por *grupos de espécies*, nestes casos devido à reduzida quantidade desembarcada na lota de cascais. A informação não tem proveniência na série estatística *Recursos da Pesca* e por isso não sofreu qualquer tratamento estatístico prévio pela DGPA. Foi retirada diretamente do programa de gestão de informação, pelo que já comporta os dados relativos ao ano de 2011. O envio da informação aconteceu por *email* no dia 10ABR12.

VII.I – Estimativas de Desembarque em todas as Delegações de Portugal Continental²⁵⁰ (1986 - 2010)

	1986				1987			
	Quant. ²⁵¹	Quant. C/ Ret e Rej ²⁵²	Retiradas e rejeições ²⁵³	Valor ²⁵⁴	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	3.098,36	3.098,40	0,04	1,01	3.694,48	3.694,50	0,02	1,08
Póvoa de Varzim	6.750,76	6.750,80	0,04	0,56	9.201,36	9.201,40	0,04	0,53
Matosinhos	60.090,99	60.091,00	0,01	0,25	47.159,66	47.159,70	0,04	0,31
Aveiro	4.727,00	4.727,00	0,00	0,57	5.650,77	5.650,80	0,03	0,77
Figueira da Foz	22.592,07	22.592,10	0,03	0,31	18.758,72	18.758,70	-0,02	0,40
Nazaré	4.969,05	4.969,00	-0,05	0,92	7.734,44	7.734,40	-0,04	1,06
Peniche	36.021,01	36.021,00	-0,01	0,44	33.625,82	33.625,80	-0,02	0,52
Cascais	2.195,11	2.195,10	-0,01	1,79	2.402,95	2.403,00	0,05	1,84
Sesimbra	13.507,48	13.507,50	0,02	1,07	14.209,12	14.209,10	-0,02	1,09
Setúbal	12.862,09	12.862,10	0,01	0,73	12.255,80	12.255,80	0,00	0,81
Sines	6.821,93	6.821,90	-0,03	0,78	8.471,31	8.471,30	-0,01	0,66
Lagos	4.508,35	4.508,30	-0,05	1,34	4.502,69	4.502,70	0,01	1,41
Portimão	16.162,75	16.162,70	-0,05	0,48	17.167,74	17.167,70	-0,04	0,58
Olhão	16.822,46	16.822,50	0,04	0,92	17.400,84	17.400,80	-0,04	0,91
Tavira	1.883,63	1.883,60	-0,03	1,74	2.079,03	2.079,00	-0,03	1,60
V. R. S. António	2.148,29	2.148,30	0,01	1,73	3.932,35	3.932,40	0,05	1,97
Lisboa	8.691,35	8.691,30	-0,05	1,26	7.113,94	7.113,90	-0,04	1,38

	1988				1989			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	3.791,47	3.791,50	0,03	1,22	3.390,18	3.390,20	0,02	1,44
Póvoa de Varzim	8.952,78	8.952,80	0,02	0,55	7.796,18	7.935,70	139,52	0,72
Matosinhos	52.708,52	52.708,50	-0,02	0,31	51.913,90	54.432,70	2.518,80	0,37
Aveiro	5.478,27	5.478,30	0,03	0,91	7.557,42	7.715,90	158,48	1,02
Figueira da Foz	16.101,27	16.101,30	0,03	0,41	16.432,83	17.689,60	1.256,77	0,46
Nazaré	6.741,35	6.741,30	-0,05	1,32	6.687,88	6.687,90	0,02	1,55
Peniche	36.579,67	36.579,70	0,03	0,77	34.682,99	36.272,60	1.589,61	0,83
Cascais	1.961,48	1.961,50	0,02	2,55	1.826,25	1.826,30	0,05	2,93
Sesimbra	15.099,22	15.099,20	-0,02	1,22	16.734,04	17.001,70	267,66	1,28
Setúbal	9.379,50	9.379,50	0,00	1,03	8.203,28	8.335,30	132,02	1,13
Sines	7.646,64	7.646,60	-0,04	0,91	7.709,34	8.102,30	392,96	0,90
Lagos	4.167,43	4.167,40	-0,03	1,93	3.868,74	3.868,70	-0,04	2,16
Portimão	15.593,03	15.593,00	-0,03	0,69	12.720,34	13.111,40	391,06	0,79
Olhão	20.584,57	20.584,60	0,03	1,05	16.293,19	16.746,70	453,51	1,14
Tavira	1.803,62	1.803,60	-0,02	2,28	1.824,48	1.824,50	0,02	2,63
V. R. S. António	5.944,60	5.944,60	0,00	1,98	3.803,10	3.803,10	0,00	3,49

²⁵⁰ Quantidades desembarcadas sem retiradas e rejeições (ton), quantidade desembarcadas com retiradas e rejeições (ton), quantidade de retiradas e rejeições (ton), e preço médio alcançado na primeira venda em lota (por ano). A título de exemplo, observa-se que em janeiro de 1986 foram descarregadas 143,18 toneladas de pescado na lota, comercializado na primeira venda a um preço médio de 1,87 euros.

²⁵¹ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁵² Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁵³ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁵⁴ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

Lisboa	4.923,41	4.923,40	-0,01	1,48	4.755,54	4.755,50	-0,04	1,86
--------	----------	----------	-------	------	----------	----------	-------	------

	1990				1991			
	Quant. ²⁵⁵	Quant. C/ Ret e Rej ²⁵⁶	Retiradas e rejeições ²⁵⁷	Valor ²⁵⁸	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	3.957,92	3.957,90	-0,02	1,61	2.742,88	2.742,90	0,02	2,10
Póvoa de Varzim	7.956,01	8.296,80	340,79	0,88	6.023,08	6.344,00	320,92	1,13
Matosinhos	52.008,87	54.036,70	2.027,83	0,49	48.455,68	49.978,60	1.522,92	0,63
Aveiro	8.037,77	8.176,20	138,43	1,28	7.108,33	7.314,60	206,27	1,22
Figueira da Foz	19.503,85	20.232,50	728,65	0,58	18.786,00	19.864,30	1.078,30	0,67
Nazaré	6.946,93	6.946,90	-0,03	1,66	5.489,10	5.489,10	0,00	1,80
Peniche	32.980,91	33.743,40	762,49	0,95	34.192,52	34.731,20	538,68	0,96
Cascais	1.695,69	1.695,70	0,01	4,41	1.602,27	1.602,30	0,03	4,54
Sesimbra	16.367,04	16.436,10	69,06	1,46	17.565,53	17.605,10	39,57	1,52
Setúbal	7.762,25	7.794,00	31,75	1,13	7.114,62	7.126,10	11,48	1,33
Sines	6.995,74	7.120,30	124,56	1,06	8.625,67	8.759,10	133,43	0,91
Lagos	3.638,12	3.638,10	-0,02	2,27	3.738,44	3.738,40	-0,04	2,42
Portimão	16.635,29	16.740,30	105,01	0,74	18.609,45	18.630,80	21,35	0,92
Olhão	17.397,88	17.683,00	285,12	1,79	17.561,10	17.640,30	79,20	1,51
Tavira	1.206,26	1.206,30	0,04	3,07	1.338,71	1.338,70	-0,01	2,89
V. R. S. António	3.369,52	3.369,50	-0,02	4,30	2.530,54	2.552,50	21,96	2,86
Lisboa	4.380,86	4.426,20	45,34	1,81	5.765,60	6.375,70	610,10	1,83

	1992				1993			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	3.791,62	3.792,10	0,48	1,55	3.396,28	3.409,60	13,32	1,66
Póvoa de Varzim	6.082,37	6.234,90	152,53	1,19	8.722,60	9.175,60	453,00	0,78
Matosinhos	57.236,63	59.433,30	2.196,67	0,59	47.469,97	52.089,10	4.619,13	0,53
Aveiro	10.099,77	10.517,60	417,83	1,12	12.352,84	12.781,90	429,06	0,89
Figueira da Foz	15.025,12	16.352,40	1.327,28	0,53	12.951,78	14.240,70	1.288,92	0,50
Nazaré	5.600,88	5.629,60	28,72	1,75	6.075,44	6.137,10	61,66	1,75
Peniche	32.707,01	34.239,50	1.532,49	0,85	28.997,30	30.727,90	1.730,60	0,81
Cascais	1.500,41	1.500,40	-0,01	4,07	1.150,18	1.150,20	0,02	3,68
Sesimbra	18.356,02	19.067,80	711,78	1,51	19.031,86	19.585,20	553,34	1,49
Setúbal	7.848,80	8.178,40	329,60	1,39	5.301,67	5.772,10	470,43	1,58
Sines	9.549,27	9.924,20	374,93	0,84	10.934,95	11.614,30	679,35	0,75
Lagos	4.516,55	4.516,50	-0,05	2,16	4.193,87	4.193,90	0,03	2,02
Portimão	15.058,23	15.141,20	82,97	0,78	13.420,58	13.565,80	145,22	0,68
Olhão	13.926,38	14.330,30	403,92	1,52	15.006,33	15.143,30	136,97	1,36
Tavira	1.475,70	1.475,70	0,00	2,39	1.316,86	1.316,90	0,04	2,80
V. R. S. António	1.491,13	1.504,10	12,97	4,29	1.442,26	1.442,30	0,04	4,24
Lisboa	5.432,55	6.158,00	725,45	2,25	5.730,95	6.247,30	516,35	1,96

²⁵⁵ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁵⁶ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁵⁷ Retiradas e Rejeições (unidade: tonelada).

²⁵⁸ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

	1994				1995			
	Quant. ²⁵⁹	Quant. C/ Ret e Rej ²⁶⁰	Retiradas e rejeições ²⁶¹	Valor ²⁶²	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.861,10	1.862,30	1,20	2,26	2.182,66	2.182,70	0,04	2,26
Póvoa de Varzim	6.358,87	6.569,30	210,43	0,82	7.545,75	8.064,10	518,35	0,67
Matosinhos	44.854,84	47.104,10	2.249,26	0,60	42.031,50	44.409,90	2.378,40	0,66
Aveiro	5.088,22	5.338,80	250,58	1,13	5.361,30	5.591,50	230,20	1,42
Figueira da Foz	17.132,52	18.378,60	1.246,08	0,52	17.693,37	19.370,70	1.677,33	0,81
Nazaré	4.286,47	4.299,90	13,43	1,75	3.411,87	3.432,30	20,43	2,07
Peniche	24.026,32	26.080,50	2.054,18	1,01	21.008,06	22.235,00	1.226,94	1,13
Cascais	794,99	795,00	0,01	4,52	911,62	912,00	0,38	4,54
Sesimbra	19.045,63	19.944,20	898,57	1,45	21.349,39	22.419,30	1.069,91	1,53
Setúbal	4.511,53	5.426,00	914,47	1,65	5.859,35	6.283,30	423,95	1,51
Sines	11.773,26	12.040,00	266,74	0,73	10.023,28	10.349,20	325,92	0,82
Lagos	3.950,71	3.950,70	-0,01	2,18	3.343,65	3.343,60	-0,05	2,42
Portimão	14.220,55	14.261,90	41,35	0,73	15.652,91	15.677,10	24,19	0,66
Olhão	16.011,85	16.046,60	34,75	1,26	15.069,38	15.102,20	32,82	1,10
Tavira	1.535,99	1.536,00	0,01	2,90	1.358,29	1.358,30	0,01	3,52
V. R. S. António	1.543,76	1.543,80	0,04	4,40	1.415,33	1.415,30	-0,03	6,10
Lisboa	3.911,97	4.512,80	600,83	2,24	3.537,32	3.999,90	462,58	2,34

	1996				1997			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	2.096,35	2.096,40	0,05	2,35	2.575,11	2.575,10	-0,01	2,33
Póvoa de Varzim	5.158,55	5.390,90	232,35	1,04	6.751,78	7.257,80	506,02	0,90
Matosinhos	36.838,31	38.540,20	1.701,89	0,78	29.119,86	31.497,70	2.377,84	0,84
Aveiro	8.577,43	8.745,80	168,37	1,10	6.999,11	7.089,20	90,09	1,41
Figueira da Foz	12.070,69	13.267,00	1.196,31	1,06	12.267,09	13.424,70	1.157,61	0,93
Nazaré	3.627,62	3.656,40	28,78	1,91	4.560,46	4.834,20	273,74	1,79
Peniche	24.976,44	25.897,40	920,96	0,95	20.982,23	21.911,30	929,07	1,16
Cascais	679,32	680,60	1,28	4,60	646,20	646,40	0,20	4,81
Sesimbra	20.052,65	20.941,20	888,55	1,56	18.093,24	18.481,20	387,96	1,64
Setúbal	4.489,98	4.725,60	235,62	1,93	3.235,97	3.358,00	122,03	2,20
Sines	9.411,93	9.510,70	98,77	0,88	9.504,07	9.683,90	179,83	0,85
Lagos	4.178,61	4.178,60	-0,01	2,40	3.835,07	3.872,40	37,33	2,22
Portimão	18.707,12	18.754,60	47,48	0,75	18.696,85	18.722,50	25,65	0,69
Olhão	15.394,11	15.539,20	145,09	1,20	14.405,23	14.540,70	135,47	1,17
Tavira	1.286,26	1.286,30	0,04	3,75	1.250,80	1.250,80	0,00	4,01
V. R. S. António	2.341,14	2.341,10	-0,04	3,30	2.293,96	2.294,00	0,04	4,16
Lisboa	4.284,65	4.643,60	358,95	2,08	3.786,90	4.097,70	310,80	1,93

²⁵⁹ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁰ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶¹ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶² Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

	1998				1999			
	Quant. ²⁶³	Quant. C/ Ret e Rej ²⁶⁴	Retiradas e rejeições ²⁶⁵	Valor ²⁶⁶	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.974,88	1.974,90	0,02	2,66	2.170,19	2.170,20	0,01	2,40
Póvoa de Varzim	3.601,95	3.633,90	31,95	1,32	3.628,27	3.659,60	31,33	1,55
Matosinhos	29.748,20	31.037,20	1.289,00	0,89	28.785,81	29.728,80	942,99	0,90
Aveiro	8.182,14	8.579,30	397,16	1,21	6.580,22	6.775,00	194,78	1,31
Figueira da Foz	17.692,80	18.926,30	1.233,50	0,77	12.012,62	12.994,40	981,78	0,88
Nazaré	4.933,27	5.251,10	317,83	1,54	3.855,35	4.048,20	192,85	1,77
Peniche	23.423,32	24.022,40	599,08	1,15	22.197,56	22.855,70	658,14	1,27
Cascais	565,27	565,30	0,03	5,00	798,69	798,70	0,01	4,92
Sesimbra	16.728,19	16.934,10	205,91	1,65	16.458,91	16.689,00	230,09	1,60
Setúbal	3.193,72	3.242,60	48,88	2,27	3.690,59	3.852,00	161,41	2,02
Sines	10.020,64	10.042,10	21,46	0,92	10.467,83	10.504,60	36,77	0,89
Lagos	3.550,46	3.569,80	19,34	2,44	3.934,36	3.935,00	0,64	2,59
Portimão	15.547,16	15.563,20	16,04	0,89	14.414,35	14.422,60	8,25	0,86
Olhão	18.042,74	18.100,90	58,16	0,98	15.596,71	15.631,70	34,99	1,21
Tavira	874,01	874,00	-0,01	3,96	1.405,02	1.405,00	-0,02	3,62
V. R. S. António	2.887,20	2.887,20	0,00	4,78	4.185,18	4.185,20	0,02	4,58
Lisboa	3.347,60	3.578,80	231,20	2,04	2.651,81	2.799,30	147,49	1,96

	2000				2001			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	2.069,34	2.069,30	-0,04	2,12	2.981,59	2.981,60	0,01	1,62
Póvoa de Varzim	2.386,93	2.557,40	170,47	1,85	3.352,17	3.573,30	221,13	1,37
Matosinhos	22.547,56	24.054,10	1.506,54	0,92	26.480,72	29.698,90	3.218,18	0,86
Aveiro	6.793,55	7.117,40	323,85	1,52	6.412,13	6.791,80	379,67	1,60
Figueira da Foz	9.750,24	10.380,30	630,06	1,00	10.223,36	11.188,50	965,14	0,99
Nazaré	4.410,90	4.599,70	188,80	1,70	4.762,82	5.051,90	289,08	1,67
Peniche	21.014,34	21.642,20	627,86	1,31	21.064,22	22.376,40	1.312,18	1,37
Cascais	810,57	810,70	0,13	5,48	617,42	618,00	0,58	4,66
Sesimbra	12.369,55	12.669,30	299,75	1,62	11.225,77	11.629,00	403,23	1,78
Setúbal	4.187,27	4.256,20	68,93	1,86	3.949,80	4.000,30	50,50	2,19
Sines	9.277,92	9.347,30	69,38	1,12	7.375,98	7.433,30	57,32	1,36
Lagos	4.085,55	4.085,60	0,05	2,56	3.329,54	3.329,50	-0,04	3,15
Portimão	13.722,13	13.723,90	1,77	0,92	11.126,64	11.200,90	74,26	1,17
Olhão	16.155,53	16.369,50	213,97	1,23	12.894,08	12.909,10	15,02	1,60
Tavira	1.794,46	1.794,50	0,04	3,31	1.200,66	1.200,70	0,04	3,99
V. R. S. António	3.561,39	3.561,40	0,01	6,44	2.827,19	2.827,90	0,71	7,94
Lisboa	2.410,90	2.521,10	110,20	1,95	2.514,12	2.571,50	57,38	2,02

²⁶³ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁴ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁵ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁶ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

	2002				2003			
	Quant. ²⁶⁷	Quant. C/ Ret e Rej ²⁶⁸	Retiradas e rejeições ²⁶⁹	Valor ²⁷⁰	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.822,38	1.822,40	0,02	2,46	1.634,31	1.637,00	2,69	3,58
Póvoa de Varzim	1.844,57	1.864,50	19,93	2,16	2.103,70	2.108,50	4,80	2,40
Matosinhos	28.256,68	29.562,60	1.305,92	0,88	27.098,80	28.030,30	931,50	0,94
Aveiro	9.455,66	9.634,20	178,54	1,44	8.661,99	8.883,70	221,71	1,52
Figueira da Foz	12.839,96	13.530,90	690,94	0,92	15.063,49	15.447,50	384,01	0,92
Nazaré	4.928,88	5.430,10	501,22	1,80	4.757,87	4.984,90	227,03	1,75
Peniche	17.246,70	18.240,40	993,70	1,53	17.911,97	19.165,10	1.253,13	1,44
Cascais	651,92	652,40	0,48	4,43	780,98	782,10	1,12	4,97
Sesimbra	10.792,98	11.187,50	394,52	2,09	11.814,00	11.971,10	157,10	2,00
Setúbal	3.185,42	3.245,40	59,98	2,54	3.844,90	3.902,10	57,20	2,30
Sines	8.328,21	8.381,90	53,69	1,22	8.587,93	8.629,60	41,67	1,32
Lagos	3.560,17	3.560,20	0,03	3,33	3.107,31	3.108,80	1,49	3,51
Portimão	11.119,48	11.215,30	95,82	1,15	10.386,14	10.410,40	24,26	1,18
Olhão	12.515,23	12.563,60	48,37	1,71	13.442,89	13.447,40	4,51	1,61
Tavira	1.185,26	1.185,30	0,04	5,03	993,40	993,40	0,00	5,54
V. R. S. António	2.214,92	2.214,90	-0,02	8,59	2.244,79	2.246,30	1,51	8,48
Lisboa	2.858,33	2.911,60	53,27	2,11	2.551,59	2.669,80	118,21	1,90

	2004 ²⁷¹				2005			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.437,58	1.438,90	1,32	3,84	1.359,25	1.361,00	1,75	3,44
Póvoa de Varzim	1.761,53	1.768,00	6,47	2,26	1.463,51	1.492,20	28,69	2,26
Matosinhos	25.791,11	27.993,90	2.202,79	0,88	22.229,18	25.634,70	3.405,52	0,84
Aveiro	8.431,29	8.647,70	216,41	1,71	8.300,50	8.449,40	148,90	1,47
Figueira da Foz	11.000,75	11.836,00	835,25	1,07	9.027,64	10.070,90	1.043,26	1,04
Nazaré	4.227,76	4.557,20	329,44	1,94	4.349,03	4.608,90	259,87	1,86
Peniche	20.926,80	22.303,90	1.377,10	1,25	20.394,79	22.400,40	2.005,61	1,37
Cascais	1.450,92	1.454,90	3,98	3,77	1.012,75	1.016,90	4,15	3,84
Sesimbra	12.484,37	12.735,70	251,33	2,02	13.212,84	13.591,80	378,96	2,19
Setúbal	4.619,93	4.811,00	191,07	2,36	4.356,94	4.561,30	204,36	2,35
Sines	9.711,32	9.725,70	14,38	1,25	11.039,29	11.055,60	16,31	1,16
Lagos	3.240,65	3.240,90	0,25	3,57	4.048,00	4.057,10	9,10	3,12
Portimão	8.861,59	8.928,40	66,81	1,11	9.557,02	9.631,70	74,68	1,19
Olhão	15.987,05	15.987,90	0,85	1,29	14.577,89	14.646,70	68,81	1,53
Tavira	1.021,45	1.021,40	-0,05	5,03	1.853,03	1.854,50	1,47	3,91
V. R. S. António	2.463,60	2.468,20	4,60	5,80	2.909,26	2.915,70	6,44	4,08
Lisboa								

²⁶⁷ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁸ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁶⁹ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁰ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

²⁷¹ A Delegação de Lisboa encerrou em 2004.

	2006				2007			
	Quant. ²⁷²	Quant. C/ Ret e Rej ²⁷³	Retiradas e rejeições ²⁷⁴	Valor ²⁷⁵	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.505,64	1.515,50	9,86	3,18	1.499,40	1.504,30	4,90	3,41
Póvoa de Varzim	2.008,31	2.010,10	1,79	1,85	2.408,92	2.425,00	16,08	1,72
Matosinhos	24.752,74	28.093,50	3.340,76	0,76	27.298,97	30.231,50	2.932,53	0,87
Aveiro	9.798,16	9.913,20	115,04	1,29	9.973,06	10.185,30	212,24	1,30
Figueira da Foz	11.007,84	13.018,90	2.011,06	0,90	16.759,86	18.694,80	1.934,94	0,83
Nazaré	3.452,75	3.660,10	207,35	2,08	3.677,62	3.905,80	228,18	2,13
Peniche	16.461,28	17.669,20	1.207,92	1,72	16.303,52	17.232,20	928,68	1,89
Cascais	617,82	619,00	1,18	5,16	537,64	538,80	1,16	5,05
Sesimbra	13.845,88	14.409,40	563,52	1,97	15.000,94	15.233,50	232,56	1,99
Setúbal	4.499,23	4.936,90	437,67	2,20	5.384,36	5.707,30	322,94	1,74
Sines	10.333,55	10.343,40	9,85	0,98	12.147,46	12.216,10	68,64	0,85
Lagos	3.136,94	3.138,10	1,16	3,05	3.560,78	3.560,80	0,02	3,07
Portimão	7.700,07	7.776,70	76,63	1,07	7.158,19	7.210,40	52,21	1,24
Olhão	10.033,93	10.035,60	1,67	1,68	13.548,37	13.548,40	0,03	1,38
Tavira	1.126,52	1.126,50	-0,02	4,41	1.637,66	1.637,70	0,04	4,32
V. R. S. António	1.795,14	1.822,30	27,16	8,49	1.720,38	1.797,50	77,12	10,00
Lisboa								

	2008				2009			
	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor	Quant.	Quant. C/ Ret e Rej	Retiradas e rejeições	Valor
Viana do Castelo	1.558,20	1.568,90	10,70	3,09	1.599,73	1.611,00	11,27	2,58
Póvoa de Varzim	2.535,68	2.548,10	12,42	1,76	2.047,88	2.067,70	19,82	1,74
Matosinhos	33.686,92	36.496,80	2.809,88	0,85	25.983,90	29.184,00	3.200,10	0,88
Aveiro	12.991,75	13.878,20	886,45	1,27	10.695,61	11.108,70	413,09	1,23
Figueira da Foz	14.015,10	14.987,60	972,50	0,99	12.081,67	14.335,60	2.253,93	0,91
Nazaré	4.428,41	4.673,20	244,79	2,24	3.622,05	3.894,20	272,15	2,20
Peniche	15.761,76	16.402,70	640,94	1,78	15.392,82	15.907,50	514,68	1,96
Cascais	495,22	499,40	4,18	5,61	478,38	479,00	0,62	5,12
Sesimbra	18.709,07	18.955,80	246,73	1,71	16.167,90	16.558,20	390,30	1,87
Setúbal	4.869,48	5.231,50	362,02	1,71	3.510,37	3.786,50	276,13	1,98
Sines	12.302,59	12.456,60	154,01	0,87	10.231,15	10.430,70	199,55	0,92
Lagos	2.943,93	2.944,00	0,07	3,80	2.878,03	2.878,00	-0,03	3,55
Portimão	8.287,65	8.293,90	6,25	1,37	7.421,44	7.482,80	61,36	1,28
Olhão	15.585,35	15.585,30	-0,05	1,47	13.671,73	13.671,70	-0,03	1,34
Tavira	1.830,99	1.831,00	0,01	4,67	1.073,60	1.073,60	0,00	4,04
V. R. S. António	1.780,12	1.870,20	90,08	9,91	2.225,86	2.384,80	158,94	7,89
Lisboa								

²⁷² Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷³ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁴ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁵ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

	2010			
	Quant. ²⁷⁶	Quant. C/ Ret e Rej ²⁷⁷	Retiradas e rejeições ²⁷⁸	Valor ²⁷⁹
Viana do Castelo	2.297,84	2.317,70	19,86	2,47
Póvoa de Varzim	2.128,77	2.143,40	14,63	1,79
Matosinhos	32.337,48	35.340,00	3.002,52	0,88
Aveiro	12.087,72	12.267,40	179,68	1,48
Figueira da Foz	16.471,30	17.996,90	1.525,60	0,88
Nazaré	3.611,11	3.923,30	312,19	2,37
Peniche	14.894,92	15.552,30	657,38	2,03
Cascais	528,88	529,10	0,22	5,01
Sesimbra	16.280,03	16.471,90	191,87	1,78
Setúbal	4.488,76	4.669,20	180,44	1,54
Sines	10.308,54	10.363,30	54,76	0,95
Lagos	2.634,76	2.634,80	0,04	3,23
Portimão	7.013,43	7.027,30	13,87	1,20
Olhão	14.452,85	14.452,90	0,05	1,11
Tavira	1.136,33	1.136,30	-0,03	4,18
V. R. S. António	1.563,04	1.727,70	164,66	10,33
Lisboa				

²⁷⁶ Estimativa de desembarque sem retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁷ Estimativa de desembarque com retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁸ Retiradas e rejeições (unidade: tonelada).

²⁷⁹ Preço médio alcançado na primeira venda em lota (unidade: euro/kg)

VII.II - Estimativa Desembarque na Delegação de Cascais²⁸⁰ (1986 - 2010)

Quantidades (ton)	1986		1987		1988		1989		1990	
	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)
Valor Médio (euros)										
Janeiro	143,18	1,87	169,39	1,79	98,61	2,49	161,86	2,62	86,52	3,38
Fevereiro	99,87	1,89	144,92	1,90	142,35	2,43	111,61	2,63	69,86	3,32
Março	160,75	1,8	224,85	1,92	210,00	2,35	150,90	2,71	153,38	4,01
Abril	196,09	1,87	278,43	1,70	168,82	2,49	143,78	3,06	153,93	5,09
Mai	212,65	1,82	261,48	1,56	160,62	2,53	226,76	2,47	258,95	4,39
Junho	202,64	1,79	283,08	1,78	182,15	2,27	209,90	2,56	184,50	5,04
Julho	220,41	1,58	220,92	1,84	196,90	2,52	169,74	2,71	160,29	4,82
Agosto	248,42	1,97	262,13	1,89	176,10	2,94	146,11	3,54	131,39	4,32
Setembro	171,86	1,91	196,82	1,94	161,58	2,84	140,91	3,75	144,35	3,63
Outubro	162,28	1,76	134,14	2,09	159,67	2,81	226,31	3,44	161,98	4,34
Novembro	147,99	1,6	154,23	1,88	113,35	2,39	107,32	3,19	112,58	3,73
Dezembro	228,96	1,69	72,54	2,43	191,32	2,56	31,06	3,80	77,95	6,58

Quantidades (ton)	1991		1992		1993		1994		1995	
	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)
Valor Médio (euros)										
Janeiro	69,35	4,94	91,82	4,83	122,99	3,26	48,55	4,44	57,70	4,60
Fevereiro	67,01	5,44	96,93	5,24	103,56	2,92	43,36	5,45	51,27	4,56
Março	57,25	4,68	98,27	4,76	94,65	3,15	88,34	4,28	108,57	4,26
Abril	130,88	3,92	114,85	4,38	96,74	3,46	60,20	5,08	82,19	4,60
Mai	157,98	4,33	141,80	3,69	106,16	3,58	58,99	3,63	100,25	4,08
Junho	132,61	4,19	142,67	3,51	114,83	3,27	73,70	3,46	105,30	4,26
Julho	131,18	3,89	144,35	3,81	87,25	3,42	75,37	4,43	95,53	4,17
Agosto	126,15	4,72	164,79	3,96	95,80	3,70	84,16	5,01	87,51	5,94
Setembro	130,37	5,27	147,10	3,70	92,16	4,85	66,14	5,47	65,46	5,08
Outubro	156,76	4,64	158,61	3,45	96,64	4,11	68,23	4,03	60,91	4,49
Novembro	113,54	3,92	139,95	3,69	83,08	3,80	64,76	4,17	61,70	3,67
Dezembro	329,20	4,94	59,28	4,31	56,32	5,86	63,20	5,07	35,23	5,14

²⁸⁰ Toneladas desembarcadas e o preço médio alcançado na primeira venda em lota (por mês). A título de exemplo, observa-se que em janeiro de 1986 foram descarregadas 143,18 toneladas de pescado na lota, comercializado na primeira venda a um preço médio de 1,87 euros.

Quantidades (ton) Valor Médio (euros)	1996		1997		1998		1999		2000	
	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)
Janeiro	29,04	4,27	33,68	5,11	38,24	5,04	41,74	5,70	71,57	7,12
Fevereiro	47,51	3,81	55,95	5,53	45,43	5,18	49,45	5,28	75,41	6,53
Março	73,48	4,12	56,26	5,00	67,41	5,48	53,57	5,47	124,64	5,11
Abril	79,32	4,57	84,82	4,45	39,39	5,86	53,76	5,34	52,93	6,81
Mai	58,81	4,37	55,11	4,35	47,78	4,72	76,98	4,43	91,48	5,11
Junho	58,10	4,24	55,89	4,77	47,15	5,12	82,49	4,50	71,90	4,51
Julho	105,41	4,81	83,39	4,49	42,76	5,28	86,99	4,92	84,05	4,67
Agosto	69,41	4,80	63,04	5,77	44,43	5,54	68,64	4,77	57,71	5,49
Setembro	52,81	4,36	52,13	4,79	51,31	3,66	61,69	3,90	49,23	5,36
Outubro	40,26	4,24	55,48	4,41	50,27	4,22	66,42	4,70	56,33	5,14
Novembro	45,06	6,75	22,14	4,26	46,21	5,00	88,65	4,24	50,33	5,17
Dezembro	20,12	4,99	28,32	4,75	44,90	5,09	68,30	6,56	24,98	4,83

Quantidades (ton) Valor Médio (euros)	2001		2002		2003		2004		2005	
	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)
Janeiro	35,19	4,97	49,44	3,95	62,77	5,71	121,82	3,90	112,27	3,91
Fevereiro	48,49	5,00	49,88	3,92	55,19	5,94	129,60	4,20	102,44	3,48
Março	29,52	5,76	49,96	4,75	77,77	5,76	165,02	3,96	99,86	3,97
Abril	63,92	4,68	70,56	3,84	62,15	5,76	143,77	3,94	110,67	4,16
Mai	78,88	4,46	60,58	4,51	57,79	5,20	130,60	3,09	86,53	3,86
Junho	64,01	4,79	59,00	4,23	51,10	4,02	109,24	3,37	71,41	3,43
Julho	60,80	4,87	62,15	4,78	62,58	5,29	115,81	3,80	57,09	3,88
Agosto	42,65	5,14	47,18	4,81	52,24	5,19	81,84	4,50	95,01	3,77
Setembro	45,13	4,58	52,02	3,86	56,09	5,02	135,58	3,67	96,22	3,63
Outubro	50,73	4,47	49,15	4,43	64,78	4,66	99,70	3,44	63,93	3,91
Novembro	56,76	3,71	50,74	4,91	79,06	4,19	135,45	3,72	68,11	4,08
Dezembro	41,33	4,10	51,27	5,39	99,45	3,81	82,49	3,73	49,21	4,16

Quantidades (ton) Valor Médio (euros)	2006		2007		2008		2009		2010	
	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)	Quant. (ton)	Valor (euros)
Janeiro	52,84	4,76	51,45	6,39	47,99	5,77	18,11	6,48	24,81	4,69
Fevereiro	49,02	4,77	35,47	5,00	44,29	6,28	43,78	4,56	20,07	4,38
Março	62,20	5,40	56,40	4,99	38,60	6,09	43,30	4,41	67,44	4,27
Abril	65,65	4,64	61,80	4,46	47,86	5,67	40,41	5,46	54,54	5,16
Mai	58,33	5,23	61,13	4,90	46,07	5,57	41,63	5,48	36,20	5,89
Junho	53,19	5,27	39,01	3,73	41,63	4,42	52,41	4,82	46,33	4,16
Julho	50,42	4,95	32,45	4,86	50,38	5,22	50,07	5,54	51,15	4,81
Agosto	51,88	5,35	36,26	5,49	37,49	5,66	43,74	5,22	59,59	5,03
Setembro	49,14	5,41	42,79	5,12	44,24	5,19	49,79	4,85	64,49	4,40
Outubro	41,47	4,89	50,92	4,81	34,93	5,25	41,49	4,92	39,59	5,78
Novembro	45,06	5,56	42,01	5,20	35,58	5,90	35,08	4,79	37,50	6,16
Dezembro	38,60	5,99	27,95	5,99	26,17	6,74	18,58	6,38	27,18	6,55

VII.III – Estimativa Desembarque, por espécies e grupos de espécies, na Delegação de Cascais (1986 - 2010)

(nomes das espécies mantidos nos termos da base de dados da DGPA)

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1986	Lixa	0,10	0,39	1987	Gamba	0,01	3,17
1986	Diversos (M.)	0,18	0,37	1987	Enguias	0,02	0,65
1986	Carapau negrão e similares	0,24	0,60	1987	Barroso	0,02	0,47
1986	Lavagante	0,28	10,62	1987	Corvinas	0,03	3,83
1986	Atuns E Similares	0,33	0,67	1987	Berbigão	0,03	1,10
1986	Cherne	0,36	4,78	1987	Rabeta E Similares	0,04	3,10
1986	Savelha	0,52	0,44	1987	Diversos (M.)	0,05	0,65
1986	Garoupas E Similares	0,77	2,12	1987	Lixa	0,06	0,50
1986	Biqueirão	0,90	0,41	1987	Bica	0,07	4,63
1986	Potas	1,57	1,19	1987	Espadarte	0,08	2,89
1986	Sável	1,99	1,79	1987	Lavagante	0,10	14,59
1986	Caços	2,06	1,24	1987	Carapau negrão e similares	0,13	1,41
1986	Peixe-Espada	3,14	1,45	1987	Juliana	0,30	0,95
1986	Dourada	3,94	5,34	1987	Cherne	0,36	7,42
1986	Salmonetes	5,11	4,17	1987	Sável	0,86	2,51
1986	Pargos	5,12	5,45	1987	Savelha	0,87	0,19
1986	Camarões	5,17	9,56	1987	Garoupas E Similares	0,91	0,50
1986	Tubarões E Raias Diversos	5,46	0,54	1987	Atuns E Similares	1,13	0,63
1986	Cavala	6,41	0,21	1987	Caços	1,40	1,24
1986	Santola	6,58	1,41	1987	Camarões	2,18	8,11
1986	Choco	7,37	2,11	1987	Cavala	3,14	0,35
1986	Besugo	7,75	2,44	1987	Dourada	3,16	5,42
1986	Peixe-Espada Preto	9,82	0,48	1987	Peixe-Espada Preto	3,53	0,40
1986	Abróteas E Similares	11,94	1,57	1987	Salmonetes	3,54	4,54
1986	Lagostim	12,24	8,24	1987	Pargos	4,09	6,14
1986	Diversos (C.)	12,75	2,22	1987	Sardinha	4,81	0,24
1986	Peixes Chatos	13,26	4,23	1987	Besugo	7,32	2,71
1986	Solhas	16,08	1,05	1987	Sargo Safia	7,97	3,23
1986	Rabeta E Similares	17,00	0,56	1987	Diversos (C.)	8,54	2,76
1986	Lagostas	17,37	6,29	1987	Santola	8,62	2,00
1986	Sardinha	21,45	0,17	1987	Lagostas	9,04	6,92
1986	Ruivo	23,70	0,35	1987	Choco	10,06	2,57
1986	Sargo Safia	26,54	0,76	1987	Tubarões E Raias Diversos	10,29	0,59
1986	Sargos	29,14	2,94	1987	Sargos	10,60	3,83
1986	Esparídeos Diversos	30,72	1,44	1987	Potas	11,72	0,98
1986	Búzios	30,84	0,42	1987	Esparídeos Diversos	15,75	1,41
1986	Lulas	32,62	2,29	1987	Biqueirão	16,25	0,23
1986	Congro	34,43	1,11	1987	Solhas	16,83	1,39
1986	Robalos	42,11	4,54	1987	Lagostim	17,31	11,00
1986	Areiro	50,05	2,02	1987	Abróteas E Similares	17,60	1,77
1986	Pata-Roxa	51,44	0,19	1987	Robalos	20,38	5,99
1986	Tamboril	87,62	2,00	1987	Búzios	21,68	0,50
1986	Badejo	91,22	0,23	1987	Peixes Chatos	22,72	4,76
1986	Raias	105,20	0,63	1987	Verdinho	26,13	0,20
1986	Polvos	118,21	1,66	1987	Ruivo	30,02	0,36
1986	Sarda	127,38	0,28	1987	Pata-Roxa	35,16	0,30
1986	Diversos (P.M.)	158,14	0,94	1987	Lulas	45,43	2,67

1986	Faneca	159,33	0,80	1987	Areeiro	46,77	2,12
1986	Linguado	194,85	4,58	1987	Tamboril	59,43	2,92
1986	Carapau	232,79	1,13	1987	Sarda	63,39	0,32
1986	Pescada	371,53	2,03	1987	Congro	72,58	1,26
				1987	Diversos (P.M.)	98,04	1,13
				1987	Badejo	113,32	0,49
				1987	Raias	128,52	0,75
				1987	Linguado	192,34	5,66
				1987	Faneca	257,42	0,70
				1987	Carapau	264,70	1,06
				1987	Polvos	333,03	1,18
				1987	Pescada	373,07	2,24

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1988	Peixe-Espada	0,01	0,79	1989	Ameijoas	0,01	6,88
1988	Ameijoas	0,01	1,98	1989	Espadarte	0,01	1,05
1988	Diversos (P.A.D.)	0,01	0,27	1989	Rabeta E Similares	0,02	0,93
1988	Enguias	0,01	1,45	1989	Juliana	0,03	0,81
1988	Espadarte	0,01	3,21	1989	Berbigão	0,04	1,85
1988	Rabeta E Similares	0,01	1,32	1989	Bica	0,04	5,95
1988	Corvinas	0,03	5,59	1989	Atuns E Similares	0,04	3,17
1988	Gamba	0,03	12,97	1989	Biqueirão	0,08	0,85
1988	Longueirões	0,04	3,49	1989	Diversos (P.A.D.)	0,17	1,91
1988	Lavagante	0,05	12,92	1989	Lavagante	0,28	19,41
1988	Bica	0,06	4,87	1989	Cavala	0,36	0,45
1988	Atuns E Similares	0,16	1,13	1989	Lixa	0,38	0,77
1988	Cherne	0,17	10,73	1989	Diversos (M.)	0,40	0,99
1988	Berbigão	0,20	1,81	1989	Garoupas E Similares	0,44	1,23
1988	Juliana	0,20	0,79	1989	Caços	0,44	1,78
1988	Diversos (M.)	0,24	0,70	1989	Savelha	0,47	0,48
1988	Savelha	0,55	0,70	1989	Sável	0,54	4,06
1988	Lixa	1,14	0,53	1989	Cherne	0,61	7,34
1988	Cavala	1,15	0,63	1989	Peixe-Espada Preto	1,36	1,19
1988	Garoupas E Similares	1,17	0,92	1989	Badejo	2,41	1,13
1988	Sável	1,39	2,77	1989	Sardinha	2,89	0,31
1988	Peixe-Espada Preto	1,74	0,60	1989	Diversos (C.)	2,90	3,75
1988	Caços	2,23	1,39	1989	Lagostas	2,92	22,29
1988	Dourada	3,00	8,53	1989	Potas	3,04	1,75
1988	Salmonetes	3,97	4,31	1989	Salmonetes	3,04	5,70
1988	Abróteas E Similares	4,11	2,25	1989	Santola	3,85	4,64
1988	Pargos	4,68	7,02	1989	Camarões	3,86	2,41
1988	Santola	4,75	2,64	1989	Verdinho	4,30	0,20
1988	Diversos (C.)	4,85	3,58	1989	Dourada	4,32	9,29
1988	Camarões	5,15	2,61	1989	Tubarões E Raias Diversos	5,14	1,00
1988	Sardinha	7,02	0,24	1989	Abróteas E Similares	7,25	1,35
1988	Potas	7,21	1,64	1989	Pargos	7,56	8,15
1988	Sargos	9,24	4,76	1989	Sargos	7,92	5,43
1988	Tubarões E Raias Diversos	9,77	0,79	1989	Carapau negrão e similares	8,69	0,31
1988	Biqueirão	10,53	0,56	1989	Besugo	10,50	3,53
1988	Sargo Safia	10,84	3,62	1989	Solhas	11,25	1,93
1988	Sarda	11,99	0,46	1989	Sarda	12,07	0,31

1988	Besugo	12,39	2,26	1989	Peixes Chatos	12,96	6,27
1988	Esparídeos Diversos	14,60	1,40	1989	Sargo Safia	14,63	4,02
1988	Badejo	15,24	1,52	1989	Búzios	16,02	0,82
1988	Búzios	16,84	0,74	1989	Ruívo	18,20	0,33
1988	Solhas	16,97	1,59	1989	Robalos	19,43	9,15
1988	Verdinho	18,27	0,24	1989	Pata-Roxa	22,29	0,46
1988	Robalos	18,75	7,63	1989	Esparídeos Diversos	22,46	1,29
1988	Peixes Chatos	20,56	5,31	1989	Choco	22,55	2,59
1988	Lagostas	23,76	7,49	1989	Lagostim	25,55	11,97
1988	Pata-Roxa	26,21	0,37	1989	Lulas	34,94	4,80
1988	Carapau negro e similares	26,67	0,25	1989	Congro	50,71	1,43
1988	Ruívo	31,59	0,31	1989	Tamboril	61,32	3,79
1988	Choco	32,37	2,27	1989	Areciro	71,58	2,53
1988	Areciro	40,42	2,34	1989	Raias	78,66	1,04
1988	Lagostim	42,52	11,51	1989	Faneca	95,18	1,29
1988	Congro	44,80	1,37	1989	Linguado	116,19	8,38
1988	Tamboril	48,61	3,66	1989	Carapau	165,59	1,50
1988	Lulas	49,23	3,22	1989	Pescada	209,53	3,22
1988	Raias	117,40	0,85	1989	Diversos (P.M.)	278,66	1,58
1988	Faneca	139,10	1,02	1989	Polvos	380,18	2,03
1988	Linguado	171,41	6,47				
1988	Diversos (P.M.)	180,03	1,24				
1988	Carapau	225,20	1,28				
1988	Polvos	259,58	1,60				
1988	Pescada	261,24	2,96				

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1990	Peixe-Espada	0,00	11,80	1991	Bica	0,01	6,74
1990	Ameijoas	0,01	2,64	1991	Lixa	0,03	0,67
1990	Diversos (M.)	0,01	0,51	1991	Cherne	0,04	12,77
1990	Cherne	0,02	11,19	1991	Diversos (M.)	0,05	2,64
1990	Biqueirão	0,02	2,39	1991	Xaputa	0,09	0,25
1990	Barroso	0,04	2,94	1991	Diversos (P.A.D.)	0,09	1,95
1990	Bica	0,06	6,51	1991	Rabeta E Similares	0,11	3,25
1990	Peixe-Espada Preto	0,07	1,53	1991	Lavagante	0,20	12,92
1990	Diversos (P.A.D.)	0,08	0,89	1991	Caços	0,24	1,84
1990	Rabeta E Similares	0,08	3,25	1991	Cavala	0,25	0,89
1990	Gamba	0,17	11,73	1991	Atuns E Similares	0,27	1,12
1990	Cavala	0,27	0,66	1991	Peixe-Espada Preto	0,31	1,31
1990	Corvinas	0,29	4,44	1991	Savelha	0,32	0,42
1990	Lavagante	0,62	15,50	1991	Sável	0,44	0,98
1990	Garoupas E Similares	0,64	4,37	1991	Corvinas	0,59	2,74
1990	Sável	0,65	2,31	1991	Badejo	0,83	2,28
1990	Caços	0,67	2,19	1991	Sardinha	1,17	0,57
1990	Savelha	1,06	0,64	1991	Garoupas E Similares	1,51	4,48
1990	Carapau negro e similares	1,10	0,75	1991	Verdinho	1,77	0,17
1990	Potas	1,26	1,91	1991	Dourada	1,83	8,28
1990	Diversos (C.)	2,13	4,63	1991	Solhas	2,09	2,48
1990	Badejo	3,36	2,23	1991	Diversos (C.)	2,23	5,50
1990	Sardinha	3,48	0,33	1991	Santola	2,52	3,86
1990	Dourada	3,89	9,92	1991	Potas	3,15	1,70

1990	Atuns E Similares	4,48	0,62	1991	Pargos	3,21	5,47
1990	Santola	4,79	5,00	1991	Sargo Safia	3,53	5,16
1990	Abróteas E Similares	5,10	1,68	1991	Besugo	3,64	4,27
1990	Salmonetes	5,74	4,64	1991	Abróteas E Similares	3,75	2,31
1990	Peixes Chatos	6,29	7,91	1991	Carapau negrão e similares	3,92	0,23
1990	Verdinho	6,32	0,25	1991	Tubarões E Raias Diversos	5,48	1,12
1990	Tubarões E Raias Diversos	6,32	1,13	1991	Salmonetes	6,02	5,51
1990	Solhas	7,33	2,18	1991	Sargos	6,27	5,36
1990	Pargos	9,11	7,29	1991	Ruivo	7,93	0,47
1990	Besugo	10,85	3,42	1991	Peixes Chatos	8,06	7,49
1990	Ruivo	11,02	0,40	1991	Camarões	9,69	15,96
1990	Sargos	13,19	5,07	1991	Búzios	11,56	1,11
1990	Búzios	13,21	0,96	1991	Esparídeos Diversos	13,70	1,04
1990	Sarda	14,15	0,37	1991	Sarda	15,71	0,30
1990	Sargo Safia	18,16	4,23	1991	Choco	16,93	3,10
1990	Camarões	21,18	12,10	1991	Lagostim	18,52	12,63
1990	Esparídeos Diversos	21,55	1,47	1991	Robalos	20,93	9,64
1990	Lagostim	22,69	11,43	1991	Pata-Roxa	23,02	0,48
1990	Robalos	24,59	9,91	1991	Congro	26,85	2,16
1990	Lulas	29,18	4,92	1991	Areiro	31,51	2,59
1990	Pata-Roxa	30,11	0,41	1991	Carapau	50,43	1,65
1990	Choco	31,94	2,67	1991	Lulas	61,54	3,73
1990	Congro	43,67	2,09	1991	Lagostas	64,88	13,83
1990	Areiro	53,30	1,56	1991	Raias	65,09	1,54
1990	Raias	58,13	1,30	1991	Faneca	80,31	1,71
1990	Faneca	84,48	1,50	1991	Tamboril	86,98	3,94
1990	Pescada	87,62	4,26	1991	Linguado	120,85	10,26
1990	Carapau	90,63	1,51	1991	Pescada	123,68	3,77
1990	Tamboril	91,01	3,59	1991	Polvos	198,35	2,59
1990	Lagostas	105,04	11,64	1991	Diversos (P.M.)	489,79	2,00
1990	Linguado	122,66	9,42				
1990	Polvos	188,24	2,71				
1990	Diversos (P.M.)	433,62	1,81				

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1992	Bica	0,00	6,03	1993	Longueirões	0,00	2,19
1992	Barroso	0,01	0,33	1993	Bica	0,01	7,02
1992	Longueirões	0,03	6,09	1993	Espadarte	0,01	8,23
1992	Rabeta E Similares	0,04	8,79	1993	Lavagante	0,01	12,26
1992	Diversos (P.A.D.)	0,07	1,50	1993	Savelha	0,08	1,21
1992	Lavagante	0,18	16,47	1993	Carapau negrão e similares	0,09	0,55
1992	Corvinas	0,21	5,02	1993	Diversos (P.A.D.)	0,10	2,29
1992	Berbigão	0,22	1,34	1993	Diversos (M.)	0,11	2,56
1992	Carapau negrão e similares	0,33	0,66	1993	Rabeta E Similares	0,21	5,03
1992	Cações	0,35	1,30	1993	Corvinas	0,23	6,21
1992	Atuns E Similares	0,42	0,81	1993	Atuns E Similares	0,25	1,63
1992	Savelha	0,43	0,55	1993	Sável	0,26	1,53
1992	Sável	0,55	0,47	1993	Sardinha	0,31	0,45
1992	Cherne	0,60	9,61	1993	Verdinho	0,35	0,63
1992	Sardinha	0,66	0,43	1993	Potas	0,55	0,81
1992	Cavala	0,73	0,56	1993	Cações	0,56	1,79

1992	Garoupas E Similares	0,79	1,15	1993	Camarões	0,63	25,97
1992	Badejo	1,26	0,96	1993	Garoupas E Similares	0,78	1,38
1992	Dourada	2,50	8,55	1993	Cherne	0,94	7,18
1992	Verdinho	2,71	0,20	1993	Badejo	0,94	1,69
1992	Diversos (C.)	2,78	7,22	1993	Cavala	1,84	0,44
1992	Pargos	3,69	5,43	1993	Salmonetes	2,53	8,65
1992	Potas	3,73	1,47	1993	Sargo Safia	2,65	4,94
1992	Santola	4,37	2,12	1993	Diversos (C.)	2,67	4,80
1992	Camarões	4,40	23,45	1993	Dourada	3,91	7,98
1992	Solhas	4,43	2,35	1993	Tubarões E Raias Diversos	4,30	1,02
1992	Tubarões E Raias Diversos	4,69	1,01	1993	Abróteas E Similares	4,60	2,73
1992	Salmonetes	4,76	7,06	1993	Ruívo	4,69	0,47
1992	Abróteas E Similares	4,83	2,39	1993	Solhas	4,72	2,27
1992	Ruívo	5,49	0,50	1993	Santola	5,51	3,73
1992	Besugo	6,03	4,44	1993	Búzios	6,45	1,10
1992	Sargo Safia	6,29	4,38	1993	Pargos	7,01	5,11
1992	Sargos	7,65	5,33	1993	Besugo	7,53	4,73
1992	Sarda	12,73	0,32	1993	Sarda	7,67	0,42
1992	Búzios	13,83	1,11	1993	Sargos	8,65	5,27
1992	Choco	15,71	3,01	1993	Lulas	11,81	5,99
1992	Robalos	17,51	8,90	1993	Choco	11,93	3,58
1992	Peixes Chatos	18,07	5,57	1993	Robalos	14,84	8,11
1992	Pata-Roxa	18,31	0,42	1993	Esparídeos Diversos	15,86	0,94
1992	Areiro	18,88	2,97	1993	Areiro	17,18	2,81
1992	Esparídeos Diversos	19,53	1,08	1993	Peixes Chatos	18,58	5,41
1992	Congro	26,09	2,48	1993	Lagostas	19,65	11,56
1992	Lagostim	32,19	12,87	1993	Pata-Roxa	19,83	0,43
1992	Lulas	41,86	4,76	1993	Congro	27,99	2,45
1992	Lagostas	44,75	14,26	1993	Lagostim	30,72	14,06
1992	Carapau	62,18	1,77	1993	Faneca	40,12	1,57
1992	Tamboril	64,69	4,67	1993	Tamboril	43,18	4,52
1992	Faneca	66,98	1,46	1993	Raias	74,89	1,46
1992	Raias	70,92	1,36	1993	Pescada	103,05	5,16
1992	Linguado	101,32	9,57	1993	Linguado	106,13	8,12
1992	Pescada	130,90	3,84	1993	Carapau	118,32	0,91
1992	Polvos	283,21	1,91	1993	Diversos (P.M.)	158,86	1,80
1992	Diversos (P.M.)	365,52	1,86	1993	Polvos	236,09	2,11

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1994	Lixa	0,00	0,65	1995	Juliana	0,01	1,54
1994	Juliana	0,01	3,14	1995	Longueirões	0,02	3,38
1994	Diversos (P.A.D.)	0,01	2,25	1995	Savelha	0,03	0,89
1994	Barroso	0,01	3,39	1995	Bica	0,03	8,21
1994	Lavagante	0,02	23,70	1995	Potas	0,04	1,47
1994	Berbigão	0,02	3,11	1995	Sável	0,04	3,98
1994	Longueirões	0,04	5,28	1995	Lavagante	0,08	22,50
1994	Camarões	0,05	13,11	1995	Badejo	0,14	2,02
1994	Diversos (M.)	0,07	1,77	1995	Garoupas E Similares	0,16	2,45
1994	Bica	0,07	6,53	1995	Gamba	0,18	14,36
1994	Corvinas	0,07	5,48	1995	Corvinas	0,33	6,34
1994	Gamba	0,07	24,39	1995	Diversos (M.)	0,71	1,80

1994	Rabeta E Similares	0,08	4,68	1995	Verdinho	0,73	0,31
1994	Savelha	0,14	0,93	1995	Rabeta E Similares	0,82	2,58
1994	Sável	0,17	2,87	1995	Santola	1,06	3,20
1994	Carapau negrão e similares	0,21	0,70	1995	Camarões	1,06	9,13
1994	Garoupas E Similares	0,25	1,37	1995	Sardinha	1,06	0,29
1994	Atuns E Similares	0,28	1,06	1995	Sarda	1,19	0,62
1994	Badejo	0,44	1,15	1995	Atuns E Similares	1,22	0,96
1994	Sarda	0,48	1,06	1995	Solhas	1,46	2,44
1994	Santola	0,65	3,76	1995	Cações	1,55	0,60
1994	Cações	0,84	1,64	1995	Dourada	1,57	8,69
1994	Lulas	0,97	7,90	1995	Cavala	1,78	0,74
1994	Sardinha	1,19	0,17	1995	Ruívo	1,87	0,66
1994	Potas	1,30	1,03	1995	Lulas	2,39	7,62
1994	Cavala	1,45	1,07	1995	Carapau negrão e similares	2,49	0,16
1994	Verdinho	1,94	0,34	1995	Cherne	2,56	9,12
1994	Cherne	2,05	7,15	1995	Sargo Safia	3,11	4,75
1994	Búzios	2,08	1,72	1995	Salmonetes	3,27	6,94
1994	Ruívo	2,36	0,54	1995	Tubarões E Raias Diversos	4,10	1,11
1994	Diversos (C.)	2,39	6,22	1995	Diversos (C.)	4,15	6,18
1994	Dourada	2,48	8,94	1995	Pargos	4,18	9,96
1994	Solhas	2,59	2,07	1995	Búzios	4,58	2,22
1994	Tubarões E Raias Diversos	2,75	1,24	1995	Abróteas E Similares	5,37	2,04
1994	Salmonetes	2,95	7,88	1995	Besugo	5,77	5,15
1994	Sargo Safia	4,54	3,55	1995	Sargos	6,83	4,90
1994	Abróteas E Similares	5,80	2,49	1995	Robalos	7,11	8,47
1994	Pargos	6,16	7,69	1995	Choco	8,17	3,45
1994	Besugo	7,35	4,37	1995	Esparídeos Diversos	8,98	1,36
1994	Sargos	7,36	6,17	1995	Peixes Chatos	11,58	5,63
1994	Peixes Chatos	7,53	6,19	1995	Areiro	14,82	3,50
1994	Robalos	9,96	8,41	1995	Pata-Roxa	15,53	0,65
1994	Choco	12,45	3,06	1995	Tamboril	15,69	5,21
1994	Esparídeos Diversos	15,02	0,96	1995	Congro	18,65	2,01
1994	Pata-Roxa	15,78	0,61	1995	Faneca	20,07	1,44
1994	Areiro	16,04	3,14	1995	Lagostas	28,70	17,25
1994	Tamboril	27,92	5,52	1995	Lagostim	38,30	18,53
1994	Carapau	31,77	1,02	1995	Linguado	41,66	9,05
1994	Faneca	34,21	1,30	1995	Carapau	42,49	0,96
1994	Congro	34,93	1,98	1995	Diversos (P.M.)	49,32	1,63
1994	Linguado	41,80	8,77	1995	Raias	62,72	1,87
1994	Raias	43,03	1,71	1995	Pescada	94,42	4,04
1994	Lagostim	46,84	14,85	1995	Polvos	367,45	3,18
1994	Lagostas	53,05	10,40				
1994	Diversos (P.M.)	57,24	2,19				
1994	Pescada	64,44	5,13				
1994	Polvos	221,30	2,45				

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1996	Lavagante	0,00	24,49	1997	Garoupas E Similares	0,01	1,10
1996	Enguias	0,00	5,64	1997	Lavagante	0,01	24,81
1996	Lixa	0,02	1,70	1997	Lixa	0,01	0,47
1996	Barroso	0,02	0,03	1997	Barroso	0,02	0,12

1996	Garoupas E Similares	0,03	3,10	1997	Bica	0,02	7,93
1996	Bica	0,03	8,04	1997	Savelha	0,02	1,03
1996	Atuns E Similares	0,05	1,36	1997	Juliana	0,03	1,62
1996	Savelha	0,09	1,31	1997	Sável	0,04	3,37
1996	Corvinas	0,09	5,95	1997	Corvinas	0,08	7,50
1996	Sável	0,18	3,55	1997	Cherne	0,24	14,12
1996	Caços	0,30	2,37	1997	Badejo	0,28	0,99
1996	Potas	0,32	1,65	1997	Caços	0,32	1,73
1996	Cavala	0,38	0,58	1997	Sarda	0,48	0,68
1996	Juliana	0,42	0,32	1997	Atuns E Similares	0,60	2,54
1996	Rabeta E Similares	0,43	6,16	1997	Solhas	0,67	2,05
1996	Carapau negrão e similares	0,56	0,27	1997	Sardinha	0,71	0,36
1996	Lulas	0,58	7,48	1997	Cavala	0,75	1,03
1996	Camarões	0,66	9,88	1997	Lulas	0,79	7,54
1996	Cherne	0,71	11,08	1997	Búzios	0,86	2,32
1996	Badejo	0,77	1,08	1997	Diversos (M.)	0,87	1,38
1996	Gamba	0,87	23,27	1997	Ruivo	1,13	0,62
1996	Ruivo	1,10	0,74	1997	Potas	1,30	1,26
1996	Santola	1,40	1,78	1997	Verdinho	1,34	0,21
1996	Verdinho	1,40	0,28	1997	Camarões	1,39	8,12
1996	Diversos (C.)	1,51	12,46	1997	Carapau negrão e similares	1,42	0,39
1996	Diversos (M.)	1,51	1,13	1997	Dourada	1,80	8,80
1996	Sarda	1,57	0,41	1997	Rabeta E Similares	1,97	2,56
1996	Solhas	1,75	2,15	1997	Salmonetes	2,27	10,96
1996	Búzios	2,25	1,89	1997	Tubarões E Raias Diversos	2,47	1,25
1996	Salmonetes	2,41	7,98	1997	Santola	2,77	2,32
1996	Dourada	2,98	7,05	1997	Pargos	2,91	10,91
1996	Pargos	3,01	9,83	1997	Abróteas E Similares	4,17	2,64
1996	Tubarões E Raias Diversos	3,03	1,01	1997	Besugo	4,19	4,54
1996	Sargo Safia	3,71	3,93	1997	Esparídeos Diversos	4,81	0,77
1996	Abróteas E Similares	4,74	1,44	1997	Sargo Safia	5,93	3,59
1996	Esparídeos Diversos	5,60	0,97	1997	Sargos	6,08	4,98
1996	Besugo	5,83	4,43	1997	Peixes Chatos	6,69	5,42
1996	Sardinha	8,04	0,29	1997	Robalos	7,01	10,33
1996	Peixes Chatos	8,05	6,22	1997	Lagostas	7,23	19,56
1996	Robalos	8,61	8,95	1997	Choco	9,93	3,74
1996	Sargos	8,85	4,12	1997	Areiro	11,99	3,75
1996	Lagostas	12,41	20,44	1997	Lagostim	12,35	20,49
1996	Faneca	12,86	1,77	1997	Faneca	14,17	1,53
1996	Choco	13,58	2,96	1997	Gamba	15,35	11,50
1996	Areiro	14,47	3,52	1997	Diversos (C.)	16,95	10,87
1996	Pata-Roxa	14,71	0,51	1997	Pata-Roxa	18,22	0,40
1996	Carapau	18,65	1,25	1997	Congro	18,33	2,25
1996	Congro	19,89	2,20	1997	Carapau	28,00	0,72
1996	Lagostim	22,23	21,34	1997	Tamboril	29,33	4,88
1996	Linguado	33,63	10,15	1997	Diversos (P.M.)	32,18	1,53
1996	Tamboril	34,73	4,17	1997	Linguado	34,14	10,57
1996	Diversos (P.M.)	39,19	1,66	1997	Raias	48,98	1,91
1996	Raias	42,24	1,81	1997	Pescada	55,74	3,86
1996	Pescada	45,68	4,00	1997	Polvos	226,86	4,12
1996	Polvos	271,20	3,66				

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
1998	Juliana	0,00	2,74	1999	Lavagante	0,00	29,42
1998	Savelha	0,01	0,50	1999	Lixa	0,02	1,23
1998	Bica	0,01	7,96	1999	Ameijoas	0,03	3,05
1998	Lavagante	0,01	30,45	1999	Badejo	0,06	1,22
1998	Badejo	0,01	3,76	1999	Bica	0,06	4,19
1998	Biqueirão	0,03	0,95	1999	Savelha	0,09	0,98
1998	Garoupas E Similares	0,04	0,16	1999	Sável	0,10	2,00
1998	Sável	0,05	2,49	1999	Solhas	0,10	3,57
1998	Cherne	0,17	15,09	1999	Barroso	0,10	0,38
1998	Barroso	0,21	0,19	1999	Garoupas E Similares	0,13	1,78
1998	Corvinas	0,24	8,03	1999	Atuns E Similares	0,24	2,25
1998	Sarda	0,32	1,07	1999	Carapau negrão e similares	0,25	0,75
1998	Rabeta E Similares	0,38	3,99	1999	Cherne	0,26	14,93
1998	Diversos (M.)	0,41	1,97	1999	Rabeta E Similares	0,47	6,00
1998	Solhas	0,41	2,60	1999	Corvinas	0,57	7,77
1998	Sardinha	0,49	0,41	1999	Pargos	0,60	9,99
1998	Atuns E Similares	0,51	2,21	1999	Caços	0,66	2,88
1998	Verdinho	0,52	0,20	1999	Lulas	1,32	7,91
1998	Caços	0,89	2,77	1999	Cavala	1,38	0,45
1998	Besugo	1,56	5,65	1999	Dourada	1,39	8,71
1998	Camarões	1,56	13,31	1999	Sardinha	1,42	0,52
1998	Tubarões E Raias Diversos	2,08	1,68	1999	Salmonetes	1,47	11,96
1998	Salmonetes	2,10	9,88	1999	Búzios	1,53	1,61
1998	Búzios	2,19	1,65	1999	Tubarões E Raias Diversos	1,64	1,56
1998	Carapau negrão e similares	2,24	0,66	1999	Besugo	1,66	4,87
1998	Dourada	2,27	8,64	1999	Verdinho	2,13	0,31
1998	Santola	2,32	1,53	1999	Camarões	2,26	14,84
1998	Potas	2,33	1,73	1999	Sarda	2,54	0,39
1998	Sargos	2,65	6,77	1999	Diversos (M.)	2,72	2,71
1998	Cavala	4,04	0,61	1999	Potas	2,99	1,24
1998	Pargos	4,39	9,82	1999	Santola	3,07	2,27
1998	Lulas	4,47	6,74	1999	Sargos	3,72	6,59
1998	Espárideos Diversos	4,66	1,08	1999	Lagostas	3,85	21,78
1998	Lagostas	6,18	21,89	1999	Sargo Safia	4,15	4,34
1998	Sargo Safia	6,33	3,34	1999	Espárideos Diversos	5,01	0,86
1998	Ruivo	6,33	0,36	1999	Ruivo	5,05	0,38
1998	Diversos (C.)	6,76	10,23	1999	Areiro	7,18	5,29
1998	Robalos	8,07	10,82	1999	Robalos	7,52	10,81
1998	Abróteas E Similares	8,09	2,38	1999	Congro	8,13	2,84
1998	Lagostim	8,35	26,50	1999	Lagostim	10,19	30,44
1998	Peixes Chatos	10,22	5,05	1999	Tamboril	11,63	6,38
1998	Areiro	10,23	4,23	1999	Choco	12,66	3,46
1998	Carapau	10,86	1,14	1999	Peixes Chatos	14,63	5,41
1998	Tamboril	16,18	5,83	1999	Linguado	17,98	12,40
1998	Congro	20,63	2,34	1999	Faneca	21,16	2,02
1998	Pata-Roxa	22,62	0,37	1999	Carapau	22,11	1,24
1998	Linguado	26,76	12,65	1999	Abróteas E Similares	23,48	2,69
1998	Gamba	26,90	13,66	1999	Gamba	27,57	16,12
1998	Faneca	27,23	1,75	1999	Diversos (P.M.)	27,90	1,81
1998	Choco	32,82	2,98	1999	Pata-Roxa	29,37	0,50
1998	Diversos (P.M.)	40,33	1,65	1999	Diversos (C.)	40,23	15,59
1998	Raias	43,74	2,20	1999	Raias	56,87	2,24

1998	Pescada	55,64	3,99	1999	Pescada	170,84	2,82
1998	Polvos	127,42	3,86	1999	Polvos	236,21	2,87

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2000	Ameijoas	0,01	2,92	2001	Garoupas E Similares	0,00	0,05
2000	Savelha	0,01	0,87	2001	Barroso	0,00	0,36
2000	Lavagante	0,03	23,22	2001	Ameijoas	0,01	3,68
2000	Sável	0,03	3,86	2001	Diversos (P.A.D.)	0,01	1,80
2000	Garoupas E Similares	0,05	0,35	2001	Peixe-Espada	0,01	1,99
2000	Barroso	0,05	0,36	2001	Lagostas	0,01	36,23
2000	Badejo	0,07	1,98	2001	Savelha	0,09	1,18
2000	Bica	0,12	5,84	2001	Atuns E Similares	0,11	2,17
2000	Juliana	0,13	0,82	2001	Badejo	0,11	1,86
2000	Cherne	0,14	17,55	2001	Bica	0,13	3,37
2000	Lagostas	0,15	34,53	2001	Sardinha	0,15	0,29
2000	Xaputa	0,17	3,03	2001	Solhas	0,15	2,70
2000	Cavala	0,17	0,97	2001	Biqueirão	0,18	0,82
2000	Atuns E Similares	0,21	2,92	2001	Sável	0,20	2,48
2000	Solhas	0,23	2,86	2001	Cherne	0,29	16,76
2000	Sardinha	0,39	0,40	2001	Caços	0,42	3,39
2000	Caços	0,42	3,18	2001	Carapau negrão e similares	0,47	0,86
2000	Verdinho	0,64	0,16	2001	Sarda	0,50	0,54
2000	Corvinas	0,85	7,93	2001	Pargos	0,57	12,31
2000	Búzios	1,03	1,77	2001	Corvinas	0,67	6,92
2000	Pargos	1,06	12,00	2001	Verdinho	0,86	0,19
2000	Tubarões E Raias Diversos	1,13	1,22	2001	Camarões	0,86	26,33
2000	Diversos (M.)	1,21	1,96	2001	Tubarões E Raias Diversos	1,06	1,58
2000	Lulas	1,29	8,16	2001	Diversos (M.)	1,30	2,52
2000	Gamba	1,64	32,92	2001	Búzios	1,33	1,94
2000	Potas	1,84	1,15	2001	Rabeta E Similares	1,50	3,42
2000	Dourada	2,65	9,68	2001	Salmonetes	1,67	9,25
2000	Camarões	2,77	16,27	2001	Dourada	1,80	8,34
2000	Salmonetes	2,85	11,08	2001	Sargo Safia	1,86	3,65
2000	Sarda	3,19	0,39	2001	Santola	1,87	1,41
2000	Rabeta E Similares	3,34	1,04	2001	Cavala	1,92	0,52
2000	Besugo	3,53	4,19	2001	Esparídeos Diversos	2,26	1,13
2000	Sargo Safia	3,55	4,13	2001	Lulas	2,28	7,27
2000	Carapau negrão e similares	3,73	0,68	2001	Potas	2,85	1,15
2000	Santola	4,15	1,52	2001	Besugo	3,95	3,53
2000	Sargos	4,16	6,64	2001	Diversos (C.)	4,12	21,10
2000	Esparídeos Diversos	5,13	0,98	2001	Ruivo	4,82	0,46
2000	Congro	7,04	2,87	2001	Sargos	5,00	6,86
2000	Ruivo	7,59	0,44	2001	Gamba	5,75	33,12
2000	Robalos	7,86	9,72	2001	Choco	6,83	4,06
2000	Lagostim	13,18	26,38	2001	Areeiro	8,70	5,55
2000	Areeiro	14,21	5,08	2001	Robalos	8,76	9,13
2000	Tamboril	14,65	6,92	2001	Tamboril	9,45	8,17
2000	Peixes Chatos	15,38	6,62	2001	Congro	9,82	2,88
2000	Choco	18,86	3,31	2001	Lagostim	10,10	27,72
2000	Abróteas E Similares	22,47	3,03	2001	Peixes Chatos	14,15	7,05
2000	Carapau	25,02	1,23	2001	Abróteas E Similares	15,39	2,77

2000	Faneca	26,46	1,71	2001	Pata-Roxa	22,41	0,52
2000	Pata-Roxa	26,70	0,51	2001	Carapau	23,95	1,21
2000	Linguado	43,33	11,34	2001	Diversos (P.M.)	28,25	2,25
2000	Diversos (P.M.)	43,36	1,69	2001	Faneca	33,32	1,22
2000	Diversos (C.)	65,39	19,48	2001	Linguado	36,78	12,86
2000	Raias	67,54	2,19	2001	Raias	61,82	1,97
2000	Pescada	129,17	3,64	2001	Pescada	102,09	3,42
2000	Polvos	210,24	2,45	2001	Polvos	174,47	3,42

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2002	Peixe-Espada Preto	0,00	3,00	2003	Bica	0,00	10,31
2002	Juliana	0,01	0,76	2003	Lavagante	0,00	23,09
2002	Lagostas	0,01	34,07	2003	Peixe-Espada Preto	0,00	1,70
2002	Biqueirão	0,02	0,49	2003	Ovas	0,01	12,22
2002	Bica	0,04	6,51	2003	Lixa	0,01	1,58
2002	Sardinha	0,07	0,36	2003	Juliana	0,01	1,55
2002	Savelha	0,11	0,89	2003	Savelha	0,05	1,03
2002	Badejo	0,16	0,76	2003	Garoupas E Similares	0,05	0,49
2002	Atuns E Similares	0,16	2,66	2003	Atuns E Similares	0,15	1,58
2002	Diversos (C.)	0,25	8,96	2003	Diversos (M.)	0,15	3,57
2002	Sável	0,30	2,53	2003	Sável	0,18	4,95
2002	Garoupas E Similares	0,32	0,77	2003	Pargos	0,29	10,35
2002	Cações	0,33	3,23	2003	Solhas	0,34	2,96
2002	Diversos (M.)	0,34	2,64	2003	Biqueirão	0,34	1,19
2002	Verdinho	0,37	0,29	2003	Cações	0,46	2,78
2002	Camarões	0,44	23,13	2003	Badejo	0,52	0,42
2002	Solhas	0,57	2,72	2003	Camarões	0,59	24,02
2002	Gamba	0,61	45,71	2003	Dourada	0,74	12,07
2002	Dourada	1,02	10,72	2003	Lulas	0,77	9,42
2002	Pargos	1,04	12,54	2003	Búzios	0,78	3,21
2002	Tubarões E Raias Diversos	1,18	1,37	2003	Lagostas	0,79	31,87
2002	Búzios	1,21	2,42	2003	Gamba	0,98	45,14
2002	Potas	1,32	1,35	2003	Sardinha	1,15	0,22
2002	Cherne	1,32	15,68	2003	Salmonetes	1,18	12,51
2002	Cavala	1,39	0,60	2003	Potas	1,23	1,51
2002	Sargo Safia	2,22	3,00	2003	Sargo Safia	1,36	4,00
2002	Lulas	2,43	7,32	2003	Diversos (C.)	1,39	3,97
2002	Carapau negro e similares	2,59	0,79	2003	Tubarões E Raias Diversos	1,93	1,07
2002	Salmonetes	2,74	8,17	2003	Cherne	2,15	13,38
2002	Sarda	3,34	0,41	2003	Verdinho	2,25	0,24
2002	Besugo	4,32	4,15	2003	Rabeta E Similares	2,52	5,41
2002	Areiro	4,43	5,94	2003	Sarda	2,88	0,74
2002	Tamboril	4,44	8,16	2003	Esparídeos Diversos	4,71	1,42
2002	Santola	4,72	1,34	2003	Sargos	5,37	6,30
2002	Congro	5,10	2,95	2003	Santola	5,50	1,46
2002	Robalos	5,23	11,78	2003	Ruivo	5,62	0,51
2002	Lagostim	5,92	30,27	2003	Besugo	5,94	4,48
2002	Ruivo	6,51	0,49	2003	Robalos	6,30	12,42
2002	Esparídeos Diversos	6,79	1,26	2003	Tamboril	6,86	7,22
2002	Sargos	8,99	6,13	2003	Areiro	7,00	4,82
2002	Abróteas E Similares	12,01	2,79	2003	Congro	7,11	2,96

2002	Rabeta E Similares	12,25	3,16	2003	Cavala	7,35	0,40
2002	Corvinas	15,96	2,82	2003	Corvinas	7,53	5,10
2002	Pata-Roxa	18,42	0,60	2003	Lagostim	9,00	22,88
2002	Choco	19,67	3,84	2003	Abróteas E Similares	9,00	2,47
2002	Peixes Chatos	20,70	6,33	2003	Peixes Chatos	9,02	8,61
2002	Faneca	23,80	1,33	2003	Carapau negrão e similares	12,14	1,19
2002	Linguado	25,56	13,93	2003	Choco	15,39	3,36
2002	Diversos (P.M.)	34,01	0,80	2003	Pata-Roxa	17,26	0,46
2002	Carapau	37,17	1,21	2003	Diversos (P.M.)	22,26	1,17
2002	Raias	46,73	2,37	2003	Carapau	23,72	1,88
2002	Pescada	64,65	3,90	2003	Faneca	24,31	1,39
2002	Polvos	238,65	5,04	2003	Linguado	28,84	13,12
				2003	Pescada	49,16	4,04
				2003	Raias	56,76	2,23
				2003	Polvos	409,53	5,62

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2004	Ovas	0,00	12,02	2005	Ovas	0,00	14,69
2004	Lavagante	0,01	34,19	2005	Espadarte	0,01	5,30
2004	Bica	0,04	5,76	2005	Sável	0,01	3,20
2004	Juliana	0,06	0,58	2005	Bica	0,02	9,05
2004	Sável	0,12	4,15	2005	Atuns E Similares	0,03	2,09
2004	Lixa	0,12	0,96	2005	Savelha	0,03	3,26
2004	Camarões	0,14	28,03	2005	Lavagante	0,03	30,21
2004	Savelha	0,14	0,86	2005	Diversos (C.)	0,08	8,26
2004	Diversos (M.)	0,21	3,85	2005	Verdinho	0,11	0,05
2004	Diversos (C.)	0,23	5,16	2005	Potas	0,12	1,72
2004	Garoupas E Similares	0,26	1,84	2005	Lagostas	0,15	32,52
2004	Biqueirão	0,28	0,58	2005	Garoupas E Similares	0,17	0,41
2004	Solhas	0,36	3,19	2005	Biqueirão	0,24	0,96
2004	Gamba	0,60	57,04	2005	Lixa	0,27	0,84
2004	Atuns E Similares	0,78	1,36	2005	Enguias	0,31	8,64
2004	Cherne	0,84	16,51	2005	Solhas	0,40	3,00
2004	Caços	0,91	3,52	2005	Camarões	0,42	3,31
2004	Pargos	0,99	16,45	2005	Diversos (M.)	0,45	2,32
2004	Enguias	1,17	10,00	2005	Caços	0,60	3,97
2004	Dourada	1,22	12,22	2005	Pargos	0,63	15,06
2004	Potas	1,63	1,26	2005	Tamboril	0,90	6,05
2004	Sargo Safia	1,66	4,72	2005	Dourada	1,21	12,98
2004	Tubarões E Raias Diversos	1,76	0,96	2005	Lagostim	1,29	21,32
2004	Salmonetes	1,80	15,02	2005	Búzios	1,32	2,86
2004	Sardinha	2,43	0,35	2005	Salmonetes	1,39	14,37
2004	Rabeta E Similares	2,64	4,12	2005	Badejo	1,83	0,21
2004	Carapau negrão e similares	2,92	0,39	2005	Tubarões E Raias Diversos	1,85	0,89
2004	Búzios	3,12	2,95	2005	Cherne	1,90	16,18
2004	Badejo	3,31	0,20	2005	Lulas	2,03	9,83
2004	Lulas	4,31	8,16	2005	Carapau negrão e similares	2,21	0,53
2004	Tamboril	4,46	6,91	2005	Sargo Safia	3,44	4,33
2004	Sargos	5,53	6,08	2005	Esparídeos Diversos	4,06	1,42
2004	Verdinho	5,77	0,30	2005	Besugo	4,16	5,73
2004	Santola	6,00	2,30	2005	Santola	4,33	1,97

2004	Espárideos Diversos	6,52	1,60	2005	Areiro	4,63	5,22
2004	Robalos	9,25	13,09	2005	Sardinha	6,46	0,83
2004	Lagostim	9,81	22,97	2005	Sargos	6,72	7,49
2004	Areiro	9,83	4,35	2005	Ruivo	7,85	0,46
2004	Ruivo	10,35	0,50	2005	Rabeta E Similares	8,57	2,74
2004	Peixes Chatos	12,34	10,38	2005	Peixes Chatos	9,92	12,40
2004	Congro	14,94	3,00	2005	Congro	10,47	3,29
2004	Abróteas E Similares	15,71	3,68	2005	Pata-Roxa	13,25	0,70
2004	Choco	16,48	3,51	2005	Robalos	14,13	10,29
2004	Besugo	19,53	5,34	2005	Abróteas E Similares	14,54	3,29
2004	Sarda	22,35	0,35	2005	Sarda	20,73	0,37
2004	Pata-Roxa	31,96	0,62	2005	Choco	24,28	3,00
2004	Corvinas	33,44	4,73	2005	Diversos (P.M.)	24,82	2,48
2004	Faneca	59,67	1,17	2005	Cavala	28,74	0,38
2004	Diversos (P.M.)	65,83	1,25	2005	Faneca	29,17	1,41
2004	Linguado	67,50	13,56	2005	Corvinas	33,59	3,98
2004	Cavala	74,28	0,35	2005	Linguado	66,36	12,09
2004	Raias	114,60	2,48	2005	Pescada	74,15	3,57
2004	Pescada	131,43	3,70	2005	Carapau	81,96	1,54
2004	Carapau	224,02	1,66	2005	Raias	85,42	2,41
2004	Polvos	445,26	5,11	2005	Polvos	411,00	3,73

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2006	Lavagante	0,00	12,50	2007	Juliana	0,00	1,90
2006	Potas	0,00	2,20	2007	Garoupas E Similares	0,01	0,65
2006	Peixe-Espada Preto	0,00	1,60	2007	Bica	0,01	11,63
2006	Barroso	0,01	1,55	2007	Potas	0,03	1,81
2006	Sável	0,02	3,41	2007	Lagostim	0,03	16,29
2006	Bica	0,03	9,03	2007	Espadarte	0,04	1,80
2006	Savelha	0,04	4,82	2007	Gamba	0,04	24,99
2006	Diversos (C.)	0,04	9,36	2007	Lulas	0,05	12,34
2006	Lixa	0,07	1,13	2007	Sável	0,05	12,30
2006	Garoupas E Similares	0,08	0,32	2007	Savelha	0,05	3,12
2006	Badejo	0,08	1,97	2007	Carapau negrão e similares	0,06	0,71
2006	Lulas	0,09	10,66	2007	Atuns E Similares	0,12	1,88
2006	Atuns E Similares	0,13	2,65	2007	Sardinha	0,13	0,13
2006	Solhas	0,29	2,39	2007	Solhas	0,19	3,52
2006	Pargos	0,42	15,04	2007	Badejo	0,19	1,58
2006	Sarda	0,45	0,76	2007	Santola	0,36	1,58
2006	Enguias	0,52	10,00	2007	Caços	0,56	4,41
2006	Caços	0,63	4,67	2007	Tamboril	0,72	7,30
2006	Dourada	0,78	14,11	2007	Dourada	0,74	14,79
2006	Salmonetes	0,78	15,52	2007	Búzios	0,74	2,57
2006	Tamboril	0,96	6,96	2007	Verdinho	0,89	0,04
2006	Besugo	1,02	6,13	2007	Pargos	1,05	15,89
2006	Tubarões E Raias Diversos	1,71	1,07	2007	Besugo	1,07	6,46
2006	Cavala	1,76	0,33	2007	Enguias	1,08	10,00
2006	Diversos (M.)	1,87	1,43	2007	Salmonetes	1,17	14,26
2006	Búzios	1,91	2,41	2007	Tubarões E Raias Diversos	1,48	1,03
2006	Sargo Safia	3,16	4,39	2007	Diversos (M.)	1,50	2,03
2006	Santola	3,50	1,71	2007	Sarda	1,96	0,69

2006	Sargos	3,74	8,07	2007	Cherne	2,13	14,97
2006	Ruivo	3,96	0,63	2007	Ruivo	2,25	0,74
2006	Cherne	4,95	15,30	2007	Cavala	2,36	0,39
2006	Esparídeos Diversos	6,74	1,77	2007	Abróteas E Similares	2,77	2,97
2006	Abróteas E Similares	7,18	3,10	2007	Sargo Safia	3,68	4,32
2006	Congro	7,25	3,27	2007	Esparídeos Diversos	4,22	1,36
2006	Areiro	8,32	4,33	2007	Peixes Chatos	4,34	14,01
2006	Peixes Chatos	8,88	12,04	2007	Sargos	4,95	8,27
2006	Rabeta E Similares	8,98	2,67	2007	Rabeta E Similares	7,04	4,25
2006	Pata-Roxa	11,82	0,66	2007	Diversos (C.)	8,17	11,06
2006	Faneca	14,56	1,54	2007	Areiro	8,72	3,70
2006	Robalos	15,16	10,39	2007	Congro	8,78	3,14
2006	Diversos (P.M.)	15,59	1,60	2007	Pata-Roxa	9,45	0,54
2006	Choco	23,04	3,13	2007	Diversos (P.M.)	10,17	1,89
2006	Pescada	25,97	3,86	2007	Faneca	10,98	2,00
2006	Corvinas	26,13	4,72	2007	Robalos	14,44	12,36
2006	Carapau	30,40	0,75	2007	Pescada	17,17	3,62
2006	Linguado	64,83	14,05	2007	Choco	21,21	2,97
2006	Raias	67,13	2,34	2007	Linguado	36,36	15,22
2006	Polvos	242,85	3,99	2007	Carapau	38,63	0,82
				2007	Corvinas	44,75	5,34
				2007	Raias	59,84	2,40
				2007	Polvos	200,88	4,21

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2008	Ameijoas	0,00	14,00	2009	Camarões	0,00	16,50
2008	Xaputa	0,01	8,61	2009	Juliana	0,01	1,30
2008	Peixe-Espada Preto	0,01	2,40	2009	Potas	0,01	1,59
2008	Barroso	0,01	0,75	2009	Carapau negrão e similares	0,03	1,00
2008	Enguias	0,02	6,70	2009	Bica	0,05	7,75
2008	Savelha	0,02	0,72	2009	Sável	0,07	2,82
2008	Lulas	0,03	11,11	2009	Lulas	0,10	11,68
2008	Bica	0,03	11,35	2009	Lagostim	0,10	16,79
2008	Verdinho	0,06	0,25	2009	Savelha	0,10	1,06
2008	Atuns E Similares	0,06	3,35	2009	Garoupas E Similares	0,11	0,76
2008	Carapau negrão e similares	0,14	0,17	2009	Pargos	0,14	13,11
2008	Garoupas E Similares	0,15	2,04	2009	Atuns E Similares	0,15	1,19
2008	Sável	0,17	1,58	2009	Búzios	0,16	2,96
2008	Búzios	0,25	2,89	2009	Badejo	0,16	0,68
2008	Solhas	0,30	3,18	2009	Verdinho	0,36	0,20
2008	Caços	0,33	4,24	2009	Sarda	0,36	0,96
2008	Pargos	0,34	12,66	2009	Cherne	0,43	19,89
2008	Badejo	0,39	0,13	2009	Solhas	0,43	1,98
2008	Santola	0,45	9,02	2009	Caços	0,48	4,41
2008	Salmonetes	0,68	14,77	2009	Gamba	0,56	10,88
2008	Besugo	0,75	6,27	2009	Besugo	0,73	4,86
2008	Cherne	1,06	14,14	2009	Tubarões E Raias Diversos	0,87	1,05
2008	Diversos (M.)	1,33	4,58	2009	Salmonetes	0,87	13,30
2008	Tamboril	1,37	5,97	2009	Enguias	1,06	10,43
2008	Sarda	1,57	0,53	2009	Sargo Safia	1,23	4,46
2008	Dourada	1,57	13,30	2009	Cavala	1,32	0,62

2008	Ruívo	1,76	0,83	2009	Esparídeos Diversos	1,39	1,19
2008	Tubarões E Raias Diversos	1,89	0,66	2009	Dourada	1,52	10,53
2008	Cavala	1,95	0,52	2009	Ruívo	1,60	0,48
2008	Sargo Safia	2,60	4,33	2009	Diversos (M.)	1,64	5,92
2008	Esparídeos Diversos	3,01	1,02	2009	Tamboril	1,92	5,77
2008	Sardinha	3,14	0,96	2009	Santola	2,58	2,91
2008	Areiro	3,38	6,16	2009	Carapau	3,75	1,71
2008	Abróteas E Similares	3,49	2,55	2009	Sargos	3,92	6,47
2008	Sargos	3,77	8,50	2009	Pata-Roxa	4,31	0,54
2008	Rabeta E Similares	4,52	5,64	2009	Sardinha	4,51	1,22
2008	Pata-Roxa	4,68	0,44	2009	Abróteas E Similares	4,64	2,29
2008	Congro	5,46	3,27	2009	Areiro	4,79	5,37
2008	Carapau	5,62	1,63	2009	Congro	4,90	3,13
2008	Faneca	5,69	2,02	2009	Diversos (P.M.)	6,88	1,37
2008	Diversos (P.M.)	6,07	1,35	2009	Faneca	6,98	1,58
2008	Peixes Chatos	6,87	13,36	2009	Pescada	7,06	2,80
2008	Pescada	7,14	3,85	2009	Peixes Chatos	7,10	11,79
2008	Diversos (C.)	15,18	16,07	2009	Rabeta E Similares	7,88	4,65
2008	Choco	16,49	3,41	2009	Diversos (C.)	14,51	15,59
2008	Corvinas	19,23	6,08	2009	Robalos	17,54	10,95
2008	Robalos	19,58	12,08	2009	Choco	19,86	2,97
2008	Linguado	36,50	12,82	2009	Linguado	27,83	13,30
2008	Raias	74,66	2,35	2009	Corvinas	51,64	6,17
2008	Polvos	231,46	4,45	2009	Raias	55,43	2,18
				2009	Polvos	204,34	3,54

Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)	Ano	Espécies e Grupo de Espécies	Quant. (ton.)	Valor (euros)
2010	Juliana	0,00	0,11				
2010	Gamba	0,00	18,00				
2010	Ameijoas	0,02	10,00				
2010	Sável	0,02	3,61				
2010	Savelha	0,02	1,91				
2010	Lavagante	0,02	25,08				
2010	Bica	0,03	6,85				
2010	Badejo	0,04	2,47				
2010	Lagostas	0,04	40,40				
2010	Garoupas E Similares	0,05	1,17				
2010	Lulas	0,07	10,17				
2010	Lagostim	0,07	38,05				
2010	Pargos	0,12	11,79				
2010	Búzios	0,12	3,18				
2010	Sarda	0,13	0,83				
2010	Salmonetes	0,60	11,98				
2010	Solhas	0,61	2,22				
2010	Cavala	0,75	1,00				
2010	Tamboril	0,78	5,45				
2010	Cações	0,78	4,55				
2010	Besugo	0,87	4,84				
2010	Atuns E Similares	0,92	0,99				
2010	Tubarões E Raias Diversos	0,98	0,82				
2010	Santola	1,28	4,20				

2010	Diversos (M.)	1,47	5,49				
2010	Sargo Safia	1,52	3,78				
2010	Ruivo	1,60	0,42				
2010	Esparídeos Diversos	2,01	1,19				
2010	Dourada	2,07	11,31				
2010	Enguias	2,30	10,59				
2010	Pata-Roxa	3,22	0,57				
2010	Congro	3,75	2,90				
2010	Abróteas E Similares	4,02	2,39				
2010	Rabeta E Similares	4,47	4,04				
2010	Faneca	4,49	1,64				
2010	Pescada	5,69	2,27				
2010	Diversos (P.M.)	6,29	1,01				
2010	Sargos	7,51	6,29				
2010	Areciro	7,65	4,66				
2010	Peixes Chatos	9,93	11,38				
2010	Diversos (C.)	13,95	17,00				
2010	Choco	19,15	2,69				
2010	Robalos	23,57	10,99				
2010	Carapau	26,89	1,98				
2010	Corvinas	35,71	6,45				
2010	Sardinha	42,65	1,06				
2010	Linguado	47,00	12,02				
2010	Raias	69,37	1,89				
2010	Polvos	174,26	3,81				

VII.IV - Estimativa Desembarque das espécies que aparecem menos, ou que mais viram as capturas reduzir, na Delegação de Cascais (Cações, Lulas, Solha Legítima e Sável) (1986 - 2011)

ANO	Quant.kg	Pr.med (€/kg)	Quant.kg	Pr.med (€/kg)	Quant.kg	Pr.med (€/kg)	Quant.kg	Pr.med (€/kg)
	Cações nep		Lulas nep		Solha legítima		Sável	
1986	2.059,75	1,24	32.622,40	2,29	11.353,68	1,15	169,25	2,46
1987	912,64	1,46	44.889,44	2,68	12.482,32	1,49	310,11	2,63
1988	1.708,18	1,51	49.207,53	3,22	12.303,95	1,61	162,24	3,01
1989	219,86	2,15	34.932,08	4,80	9.999,41	1,95	140,27	3,26
1990	267,45	2,63	29.162,60	4,92	6.758,74	2,20	321,30	0,95
1991	166,30	1,97	61.435,95	3,73	1.884,95	2,52	243,00	0,58
1992	235,05	1,43	41.515,95	4,76	3.641,30	2,34	411,75	0,44
1993	381,35	1,79	11.758,80	6,00	4.309,20	2,30	218,70	1,49
1994	772,31	1,64	950,47	7,96	1.687,10	2,06	58,46	1,88
1995	1.421,33	0,53	2.369,77	7,64	864,43	2,46	17,70	3,89
1996	192,06	2,96	567,49	7,52	1.237,83	2,26	120,17	4,05
1997	199,90	1,84	783,23	7,55	525,04	2,13	6,48	7,08
1998	627,45	2,75	4.451,76	6,74	337,53	2,68	50,91	2,55
1999	432,32	3,18	1.320,45	7,91	86,02	3,74	77,93	2,15
2000	317,47	3,44	1.285,95	8,16	206,04	2,91	23,01	4,13
2001	224,43	4,02	2.261,77	7,27	97,77	3,06	169,90	2,60
2002	174,00	3,66	2.423,13	7,32	522,50	2,72	299,72	2,53
2003	212,88	3,35	761,16	9,44	205,80	3,27	170,52	5,23
2004	622,72	3,85	4.292,26	8,17	217,50	3,29	89,53	5,11
2005	411,83	4,35	2.017,47	9,82	284,30	3,06	0,81	0,90
2006	293,65	4,83	87,91	10,76	215,50	2,50	17,83	3,41
2007	146,89	5,35	41,88	12,86	157,50	3,61	47,26	12,64
2008	126,64	4,65	26,20	11,11	252,10	3,41	48,47	1,99
2009	360,74	4,99	94,11	11,79	313,40	2,04	23,37	5,20
2010	440,40	5,58	59,15	10,56	290,80	2,43	11,35	4,55
2011	317,82	4,16	2,71	9,45	241,10	1,88	14,99	5,17

Anexo VIII

Estadística dos Recursos Algológicos

(1987 - 2010)

Cascais

<i>(Algas)</i> ANO	<i>Quantidade</i> <i>(ton)</i> ²⁸¹		<i>Preço médio</i> <i>(euro/kg)</i> ²⁸²
	AGAROFFITAS	CARRAGINÓFITAS	
1987			
1988	3156	15	0,74
1989	656	0	0,65
1990 ²⁸³	1229	0	0
1991 ²⁸⁴	133	0	1,24
1992	0	0	0
1993	137	0	1,02
1994	162,89	0	1,05
1995	129,6	0	1,1
1996	19,5	0	1,25
1997	82,3	0	1,26
1998	97	0	1,25
1999	21	0	1,25
2000	0	0	0
2001	0	0	0
2002	0	0	0
2003	0	0	0
2004	0	0	0
2005	0	0	0
2006	0	0	0
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	0

De 1987 até 1999 os dados foram recolhidos e fornecidos pela DGPA e enviados via *email* no dia 15MAR12.

De 2000 até 2010 os dados foram recolhidos da série estatística disponibilizada no portal da DGPA.

Todos os dados tiveram como fonte a mesma série estatística (DGPA, 2000 até 2010).

²⁸¹ Considera-se o peso seco das algas (comercializadas secas e não húmidas).

²⁸² Considera-se o preço médio da venda das duas espécies de algas (e não o preço médio da venda por cada um dos tipos de algas).

²⁸³ Nas estatísticas da pesca relativas aos anos de 1987 até 1990 Cascais integrou a Região Centro, entre sul de Pedrogão e a foz da Ribeira de Seixe.

²⁸⁴ Em 1991 alterou-se a estrutura da estatística; deixou de ser Região e passou a ser Zona de Apanha. No seguimento desta alteração, a partir de 1991 (até ao momento) Cascais passou a estar integrado na designada Zona V (sul do Cabo da Roca até N. do Cabo de Sines).

Anexo IX

Normais Climatológicas – 1981-2010 (provisórias)

Lisboa, Geofísico

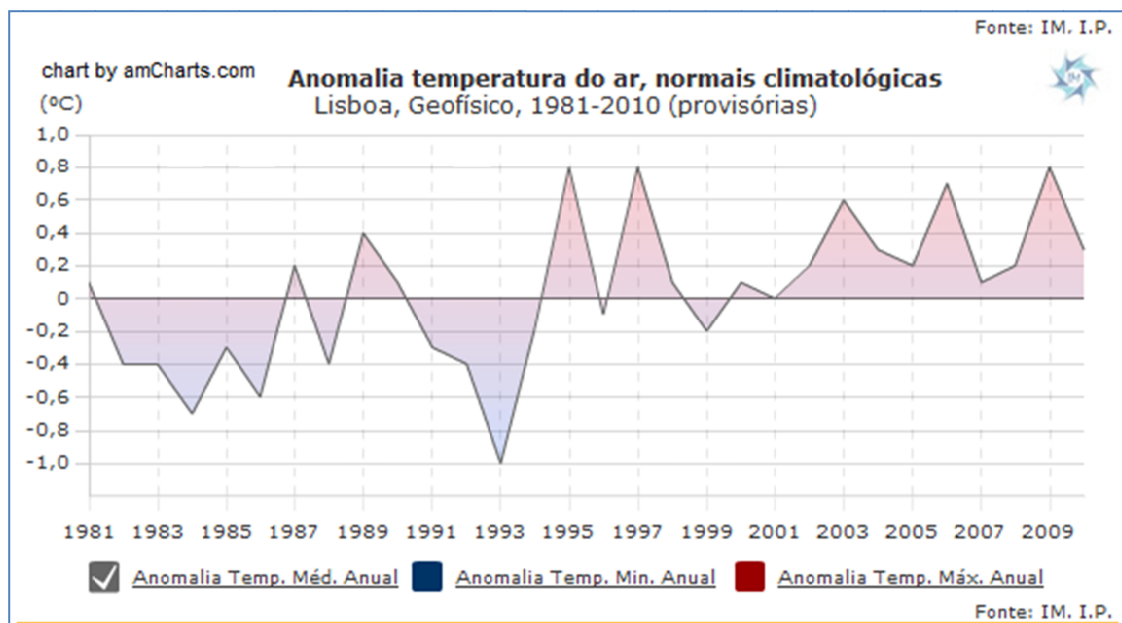
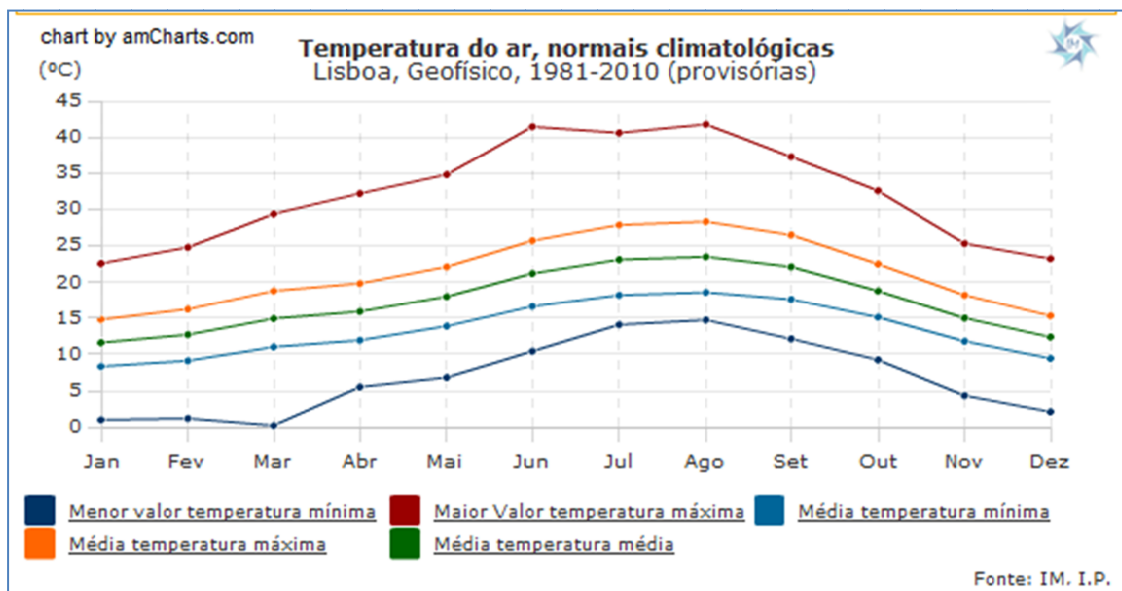
(Precipitação e Temperatura)

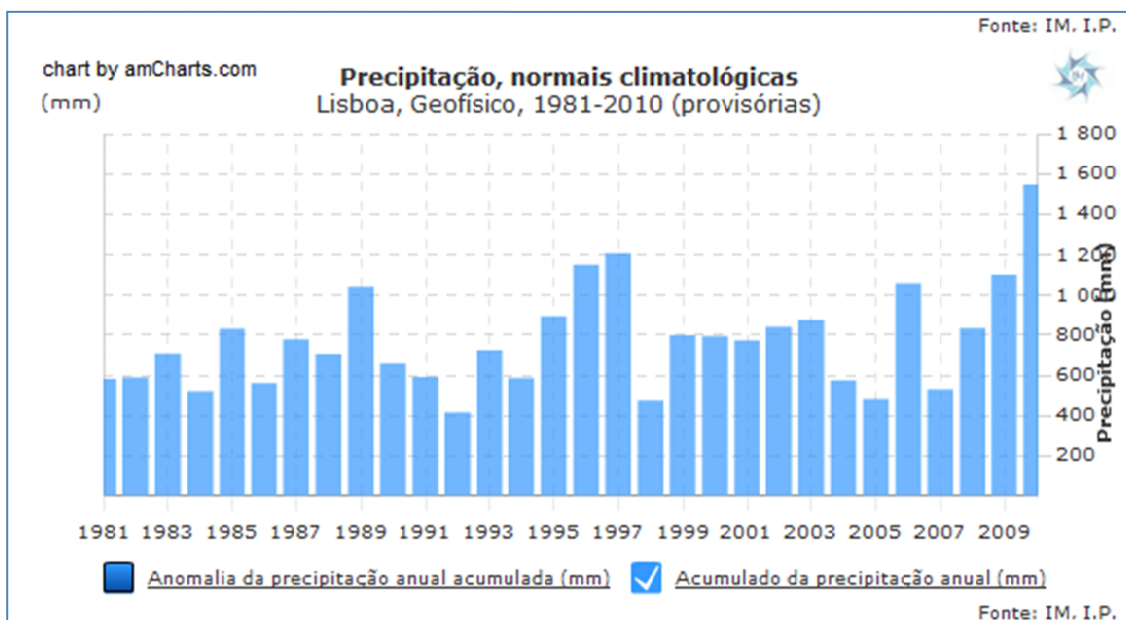
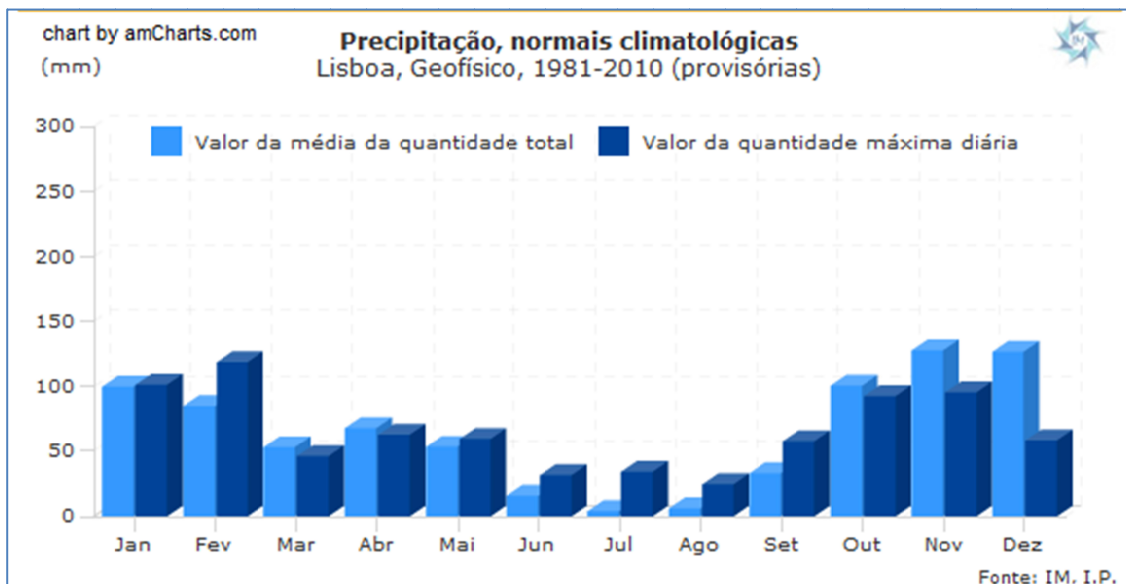
Dados Associados:

Estação sinóptica n.º 535, Lat. 38°43'N, Lon. 09°08'W, Alt. 77m

Período de funcionamento: 1941 até à data

Fonte: <http://www.meteo.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/012/>, em 17ABR12.





Anexo X

Arquivo Fotográfico

(Fotográficas capturadas no quotidiano das pescarias de Cascais)

Fotografia 1 - Cardume de petinga (sardinha pequena) ao redor do paredão situado junto às *malas* dos pescadores (07 de abril de 2012)



Fotografia 2 – Localização do paredão e das *malas*²⁸⁵ dos pescadores (23 de março de 2012)



²⁸⁵ *Mala*: designação dada ao local de arrumos de material de pesca (estruturas às ricas azuis e brancas).

Fotografia 3 – Embarcação *Zé Pirocas* fundeada no Cais de Pesca de Cascais
(7 de abril de 2012)



Fotografia 4 – Embarcação *Pirata do Mar I*, parada no Cais de Descarga de Cascais, mas ativa na Capitania do Porto de Cascais (07 de abril de 2012)



Fotografia 5 – Chegada a terra da embarcação *Alexandra* pelas mãos do seu mestre Paulo Alexandre Pina (07 de abril de 2012)



Fotografia 6 – Lixo retirado do mar num só dia de faina, e localizado em recipiente próprio, na popa da embarcação de pesca costeira *Horizonte Aberto* (25 de abril de 2012)



Fotografia 7 – Lixo diverso retirado do mar pelos pescadores e exposto no Cais de Pesca de Cascais (9 de abril de 2012)



Fotografia 8 – Ecoponto Marítimo no Cais de Pesca de Cascais (7 de abril de 2012)



Fotografia 9 – Levantamento de teia de alcatruzes, captura lavagem do polvo, a bordo da *Horizonte Aberto* (25 de abril de 2012)



Fotografia 10 – Resultado da faina, com arte de alcatruzes, pelos pescadores da embarcação *Horizonte Aberto* (25 de abril de 2012)



Fotografia 11 – Embarcação de pesca costeira *Horizonte Aberto* (7 de abril de 2012)



Fotografia 12 – Polvo ainda vivo, com peso aproximado de 3 kg, seguro pelo mestrando a bordo da embarcação *Horizonte Aberto* (7 de abril de 2012)



Fotografia 13 – Embarcação *Estrela do Mar*, parada para venda em Lisboa, por anónimo, mas ativa na Capitania do Porto de Cascais, e levantou a licença relativa ao ano de 2012
(Print Screen de 18/05/2012)



Descrição

VENDO SÓ AS LICENÇAS PESCA PROFISSIONAL - 7.500€

REDES DE EMALHAR DE UM PANO

COVOS

PALANGRE

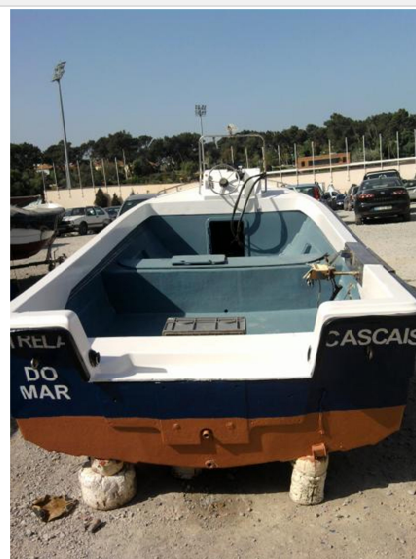
7.500€

LICENÇAS E EMBARCAÇÃO - 10.000 €

EMBARCAÇÃO DE 6MTS

MOTOR SUZUKI 9.9

ALADOR COMPLETAMENTE NOVO



DEIXAR CONTACTO SE ESTIVER REALMENTE INTERESSADO.

Fotografia 14

Espécies que não foram à lota: navalheiras (7 de abril de 2012) e chocos (22 de março de 2012)



Fotografia 15

Pescador Zé Tinalhas amanhar vários pata-roxa para consumo próprio (7 de abril de 2012)



Fotografia 16

Pescadores a salgarem a isca (sardinha) (para se manter mais tempo) após ser entregue por uma empresa externa (7 de abril de 2012)



Fotografia 17 – Embarcação *Nossa Senhora do Cabo*, parada no Cais de Descarga de Cascais, mas ativa na Capitania do Porto de Cascais (02 de junho de 2012)



Fotografia 18 – Associativismo entre os pescadores de Cascais (jogar às cartas)

(07 abril de 2012)

Jogar às cartas dentro da “mala”

As malas localizam-se na zona de preparação e reparação de artes de pesca



Fotografia 19 – António José, conhecido por Zé Tinalhas, pescador da embarcação *Mónica Sofia*, amanha uma corvina para mostrar e explicar como a pulga atua no pescado (07 de abril de 2012)



Obrigado pelos ensinamentos, pela estrela-do-mar, pela fotografia a almoçar, e por ter sido tão simpático

Anexo XI

Embarcações registadas na Capitania do Porto de Cascais, por ano, entre 1919 e 2012

Levantamento feito nos arquivos da CPC em julho de 2012.

Ver informação complementar no ponto I.3.4.

BARCOS DE PESCA (registradas na Capitania)

1919	45	1971	16
1920	16	1972	7
1921	27	1973	11
1922	29	1974	11
1923	32	1975	20
1924	25	1976	22
1925	21	1977	20
1926	3	1978	24
1927	14	1979	27
1928	9	1980	29
1929	5	1981	18
1930	4	1982	11
1931	12	1983	15
1932	11	1984	34
1938	0	1985	11
1939	10	1986	5
1940	7	1987	7
1941	16	1988	4
1942	28	1989	6
1943	28	1990	9
1944	29	1991	8
1945	23	1992	4
1946	28	1993	19
1947	24	1994	3
1948	20	1995	4
1949	29	1996	7
1950	21	1997	4
1951	15	1998	3
1952	36	1999	7
1953	20	2000	0
1954	21	2001	1
1955	19	2002	2
1956	14	2003	5
1957	19	2004	7
1958	19	2005	11
1959	22	2006	2
1960	8	2007	4
1961	20	2008	4
1962	16	2009	2
1963	7	2010	1
1964	15	2011	3
1965	15	2012	2
1966	15		
1967	15		
1968	16		
1969	14		
1970	22		

Anexo XII

Embarcações licenciadas e artes de pesca, por ano, entre 2007 e 2012

Dados recolhidos e fornecidos pela DGPA e enviados via *email* no dia 06JUN12.

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho	
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo
2007	1			1			1						1
	2		1	1						1			1
	3			1			1			1	1		
	4									1			
	5		1							1			1
	6				1					1			
	7								1		1	2	
	8			1	1					1	1	2	1
	9				1				1		1	2	1
	10				1			1			1	2	
	11			1	1				1		1	2	1
	12				1			1	1		1	2	
	13				1			1			1		
	14			1	1			1	1		1	2	1
	15			1	1						1		1
	16			1	1			1			1		1
	17				1			1	1		1	2	1
	18			1	1			1			1		1
	19				1			1			1		
	20			1	1			1			1		
	21				1			1			1		1
	22				1						1		
	23				1			1			1		1
	24				1						1	2	
	25				1			1			1		
	26				1			1			1	2	
	27					1							
	28				1			1			1		
	29				1			1	1		1	2	
	30				1				1		1	2	
	31				1			1			1		
	32				1			1			1		1
	33			1	1						1		1
	34					1							
	35				1			2			1		1
	36		1		1			1	1		1		1
	37			1	1			2			1		1
	38			1				1			1	1	2
	39										1	1	
	40				1			1			1		1
	41				1		2	1			1		
	42			1	1			1			1		
TOTAL		1	13	35	2	2	28	9	0	39	27	1	21

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho		
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo	
2008	1			1			1						1	
	3			1			1							
	4									1				
	5		1							1			1	
	6			1						1				
	7							2	1		1	2		1
	8			1	1				1	1	1	2		1
	9				1				1		1	2		1
	10				1			1			1	2		
	11			1	1				1		1	2		1
	12				1			1	1		1	2		
	13				1			1			1			
	14			1	1			1	1		1	2		1
	15			1	1						1			1
	16			1	1			1			1			1
	17				1			1	1		1	2		1
	18			1	1			1			1			1
	19				1			1			1			
	20			1	1			1			1			
	21				1			1			1			1
	22				1						1			
	23				1			1			1			1
	24				1						1	2		
	25				1			1			1			
	26				1			1			1	2		
	27					2								
	29				1			1	1		1	2		
	30				1				1		1	2		
	32				1			1			1			1
	33			1	1						1			1
	34					1								
	35				1			2			1		1	1
	36		1		1			1	1		1			1
	37			1	1			2			1			1
	38			1				1			1	1		2
	39										1	1		
	40				1			1			1			1
	41				1		1	1			1			1
	42			1	1			1			1			
	43				1				1		1	2		
	44								1		1	2		
	45				1			1	1		1	2		
	46				1			1			1			1
	TOTAL		1	12	35	3	1	30	13	1	40	33	1	23

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho		
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo	
2009	1			1			1						1	
	4									1				
	5		1							1			1	
	6			1						1				
	7			1			2	1		1	2		1	
	8			1	1				1	1	2		1	
	9				1				1		2		1	
	10				1			1			2			
	11			1	1				1		2		1	
	13				1			1						
	14			1	1			1	1		2		1	
	15			1	1			1					1	
	16			1	1			1					1	
	17				1			2	1		2		1	
	18			1	1			1					1	
	19				1			1	1		2			
	20			1	1			1						
	21				1			1					1	
	22				1									
	25				1			1						
	26				1			1			2			
	27					2								
	29				1			1	1		2			
	30				1				1		2			
	32				1			1					1	
	33			1	1								1	
	34					2								
	35				1			2				1	1	
	36		1		1			1	1				1	
	37			1	1			2					1	
	38			1				2			1			
	39								1		2			
	40				1			1					1	
	41			1	1			1					1	
	42			1	1			1					1	
	43				1				1		2			
	45				1			1	1		2			
	46				1			1					1	
	47							2			1			
	48				1						2			
	TOTAL		1	14	32	4	0	32	13	1	37	32	1	21

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho		
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo	
2010	1		1	1									1	
	2		1	1									1	
	4										1			
	5		1								1		1	
	6				1						1			
	7			1	1			2	1		1	2	1	
	8			1	1				1	1	1	2	1	
	9				1				1		1	2	1	
	10				1			1			1	2		
	11			1	1				1		1	2	1	
	13				1			1			1			
	14			1	1			1	1		1	2	1	
	15			1	1			1			1		1	
	16			1	1			1			1		1	
	17				1			2	1		1	2	1	
	18			1	1			1			1		1	
	19				1			1	1		1	2		
	20			1	1			1			1			
	21				1			1			1		1	
	22				1						1			
	25				1			1			1			
	26				1			1			1	2		
	27					2								
	29				1				1		1	2		
	30				1				1		1	2		
	32				1			1			1		1	
	33			1	1						1		1	
	35				1			2			1		1	
	36				1			2	1		1		1	
	37			1	1			2			1		1	
	40				1			1			1		1	
	41			1	1						1		1	
	42			1	1			1			1		1	
	43				1				1		1	2		
	45				1			1	1		1	2		
	46				1			1			1		1	
	47							2			1	1	1	
	48				1						1	2		
	TOTAL		0	15	34	2	0	28	12	1	36	29	1	23

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho		
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo	
2011	1		1	1									1	
	2		1	1									1	
	3			1			1				1			
	5		1								1		1	
	7		1	1			1	1			1	2		
	8		1	1				1	1	1		2	1	
	10				1			1			1	2		
	11		1	1					1		1	2	1	
	13				1			1			1			
	14		1	1				1	1		1	2	1	
	15		1	1				1			1		1	
	16		1	1				1			1		1	
	17				1			1	1		1	2	1	
	18		1	1				1			1		1	
	19			1	1			1	1		1	2		
	20		1	1				1			1		1	
	21				1			1			1		1	
	22				1						1			
	25				1			1			1			
	27					2								
	29				1				1		1	2		
	30				1				1		1	2		
	32				1			1			1		1	
	33		1	1							1		1	
	35		1	1				2			1		1	
	36				1			1	1		1		1	
	37		1	1				1			1		1	
	39								1		1	2		
	40				1			1			1		1	
	41		1	1							1		1	
	42		1	1				1			1		1	
	43				1				1		1	2		
	45				1			1	1		1	2		
	46				1			1			1		1	
	48				1						1	2		
	49		1	1							1	1	2	
	50				1			1			1	2		
	TOTAL		0	17	34	2	0	23	12	1	35	30	1	23

ANO	EMBARCAÇÃO	Apanhas	Armadilhas		Arrasto		Emalhar de 1 Pano	Pesca à linha				Tresmalho	
		Sem utensílios	De abrigo	De gaiola	De fundo de portas	De vara	De fundo	Cana e linha de mão	Corrico	Palangre de fundo	Utensílio de dilacerar	De deriva	De fundo
2012	3			1			1	1		1	1		
	5		1							1			1
	6			1						1			
	7		1				1	1		1	2		
	8		1	1			1	1	1	1	2		1
	10				1		1	1		1	2		
	11		1	1				1		1	2		1
	13		1	1			1	1		1			
	14		1	1			1	1		1	2		1
	15		1	1			1	1		1			1
	16		1	1			1	1		1			1
	17				1		1	1		1	2		1
	18		1	1			1	1		1			1
	19				1		1	1		1	2		
	20		1	1			1	1		1			1
	21				1		1	1		1			1
	22				1			1		1			
	25				1		1	1		1			
	27					2							
	29				1				1		1	2	
	30				1				1		1	2	
	32				1		1	1		1			1
	33		1	1						1			1
	35		1	1			2	1		1			1
	36		1	1			1	1		1			1
	37		1	1			1			1			1
	39							1		1	2		
	40				1		1			1			1
	41		1	1				1		1			1
	42		1	1			1	1		1			1
45				1		1	1		1	2			
46				1		1	1		1			1	
48				1			1		1	2			
49		1	1				1		1	1		1	
50				1		1	1		1	2			
TOTAL		0	17	31	2	0	24	29	1	34	28	0	20

Anexo XIII

Resposta das embarcações sobre o número médio de pescadores profissionais em Cascais

Dados recolhidos por inquérito realizado em abril/maio de 2012.

Ver informação complementar no ponto II. 3.2.

<i>Matrícula</i>	<i>Denominação</i>	<i>N.º médio de pescadores</i>
CS-806-L	<i>Veio do Mar</i>	40
CS-793-L	<i>Mónica Sofia</i>	120
CS-829-C	<i>Horizonte Aberto</i>	50
CS-812-L	<i>Rei</i>	50
CS-811-L	<i>Patrícia</i>	50
CS-796-L	<i>Vanda isabel</i>	30
CS-813-L	<i>Pedro Bia II</i>	100
CS-734-L	<i>Selesa</i>	30
CS-832-L	<i>Maria João</i>	20
CS-804-L	<i>Pai e mãe</i>	40
CS-809-L	<i>Terceira Vaga</i>	60
CS-817-L	<i>Balalaika</i>	60
CS-834-L	<i>Avô rei</i>	40
CS-845-L	<i>Escorpião</i>	50
CS-850-L	<i>Pai e Mãe Júnior</i>	50
CS-792-L	<i>Mestre Diogo</i>	50
CS-830-L	<i>Alexandra</i>	30
CS-767-L	<i>Marta André</i>	40
CS-821-L	<i>Sopas</i>	30
CS-825-L	<i>Dimar</i>	50
CS-770-C	<i>Senhor do Resgate</i>	50
CS-859-C	<i>Milagre</i>	40
CS-783-L	<i>Praia de Cascais</i>	100
CS-684-C	<i>Panta</i>	100
CS-799-L	<i>Silva Cruz</i>	30
CS-860-C	<i>S. Bartolomeu do Mar</i>	50
SESIMBRA	<i>Zé Pirocas</i>	100
Média		54,07